

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

DAMI DA SILVA

“QUE PAULO É ESSE?”, “DE ONDE SAIU ESSE DESEJO?” – LINGUAGEM,
EXPERIMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO

UBERLÂNDIA
JULHO DE 2019

DAMI DA SILVA

**“QUE PAULO É ESSE?”, “DE ONDE SAIU ESSE DESEJO?” – LINGUAGEM,
EXPERIMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Linguística e Linguística Aplicada

Linha de Pesquisa: Linguagem, Sujeito e discurso

Tema: Discurso, Identidade/identificação, sujeito

Orientador: Ernesto Sérgio Bertoldo

UBERLÂNDIA
JULHO DE 2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 Silva, Damí da, 1973-
2019 "Que Paulo é esse?", "de onde saiu esse desejo?": linguagem,
experimentação e acompanhamento terapêutico [recurso
eletrônico] / Damí da Silva. - 2019.

Orientador: Ernesto Sérgio Bertoldo.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-
graduação em Estudos Linguísticos.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2310>
Inclui bibliografia.

1. Linguística. I. Bertoldo, Ernesto Sérgio , 1965-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Estudos
Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

**“QUE PAULO É ESSE?”, “DE ONDE SAIU ESSE DESEJO?” – LINGUAGEM,
EXPERIMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO**

Tese aprovada para a obtenção do título de
Doutor no Programa de Pós-Graduação em
Estudos Linguísticos da Universidade Federal
de Uberlândia pela banca examinadora formada
por:

Data de Aprovação: Uberlândia, 11 de julho de 2019

Prof Dr Ernesto Sérgio Bertoldo, PPGEL - UFU/MG
(Orientador)

Profª Drª Cármem Lúcia Hernandes Agustini, PPGEL - UFU/MG

Prof Dr Humberto de Oliveira Guido, IFILO - UFU/MG

Prof Dr Ricardo Wagner Machado da Silveira, IPUFU - UFU/ESTADO

Profª Drª Tânia Maia Barcelos, Departamento de Psicologia - UFG/GO

UBERLÂNDIA
JULHO DE 2019

DEDICATÓRIA

Dedico ao meu filho Lucas Gabriel e a minha esposa Miriã.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às três pessoas que se fizeram presentes desde a banca de avaliação para a entrada no curso de doutorado do PPGEL-UFU, até o momento da defesa e, acredito, marcaram e marcarão minha trajetória por outras paragens:

Ao Prof. Ernesto Sérgio Bertoldo, por aceitar e bancar comigo esse trabalho; pela paciência, consideração e respeito; pela disponibilidade para discutir, corrigir, ler e reler minhas escritas; e, sobretudo, por me acompanhar e fazer-se presente;

À Prof^a. Carmem Agustini, pelas discussões, contribuições, correções sempre atentas e cuidadosas durante as aulas, grupos de estudo, bancas e pareceres; pelos seus questionamentos sempre pertinentes e precisos;

À Prof^a. Carla Nunes Vieira Tavares, pelas discussões, contribuições, leveza e humor sempre presentes nos grupos de estudo e na sala de aula;

Ao Prof. Humberto Guido, do Instituto de Filosofia – IFILO- UFU, pela interlocução, trocas e discussões sobre as questões filosóficas em Deleuze e Guattari;

Aos colegas, amigos e companheiros de percurso do Gels (Grupo de Pesquisas e Estudos em Linguagem e Subjetividade), pelas trocas, pelos momentos de discussão, de questionamento que se fizeram presente na composição do meu percurso.

RESUMO

Esta tese é uma cartografia que mostra a composição de um percurso que vai dos encontros na clínica do Acompanhamento Terapêutico com Paulo, passa pela filosofia de Deleuze e Guattari, seus interlocutores e intercessores e passa, também, pelos estudos linguísticos. O Acompanhamento Terapêutico (AT) é um modo de fazer clínica que utiliza ruas, passeios e lugares, além de atividades variadas, a fim de, junto ao acompanhado possibilitar criar novos modos de sentir, agir e pensar. Para compor a clínica do AT, articulamos o conceito de experimentação em Deleuze e Guattari de modo a abrir a clínica aos encontros e acontecimentos. As questões que nos afetam surgem a partir dos desentendidos, equívocos e não-sentidos dos encontros, de modo que o percurso que cartografamos é transversalizado por uma problemática que relaciona a linguagem mais precisamente em seu agenciamento coletivo de enunciação, o que a caracteriza como experimentação estética. A hipótese orientadora da tese é que Paulo, a partir da experimentação dos encontros no AT pode se descolar e deslocar-se dos modos repetitivos, habituados e cristalizados da linguagem e experimentar outros modos de expressão. Tal movimento reverbera, também, para os deslocamentos dos territórios conceituais e práticos da filosofia, da clínica e dos estudos linguísticos. Essa composição-deslocamento, em seu percurso intensivo, implica o conceito de enunciação como agenciamento coletivo em sua pragmática existencial que coloca em pauta o enunciado e o corpo, o expresso e o conteúdo em pressuposição e intervenção recíproca, em seu fluxo e multiplicidade, em sua imanência real e inconsciente. Nessa concepção, o conceito de agenciamento é a unidade complexa a partir da qual se poderá entender a enunciação, os regimes de corpos, os regimes de signos, assim como os processos de composição de territórios existenciais, os seus processos de des(re)territorialização, os seus processos de subjetivação e a individuação na clínica do AT.

Palavras-chave: Experimentação; Agenciamento; Enunciação; Linguagem; Acompanhamento Terapêutico

ABSTRACT

This thesis is a cartography that shows the composition of a path that starts from the meetings in the Therapeutic Accompaniment clinic with Paulo, goes through the philosophy of Deleuze and Guattari, their interlocutors and intercessors, and also through the linguistic studies. Therapeutic Accompaniment (TA) is a way of doing clinic using streets, sidewalks and places, as well as various activities, in order to, along with the companion, create new ways of feeling, acting and thinking. To compose the TA clinic, we articulated the concept of experimentation in Deleuze and Guattari in order to open the clinic to encounters and events. The issues that affect us arise from the misunderstandings, misconceptions and non-senses of the encounters, so that the path we map is transversed by a problematic that relates to language, more precisely in its collective agency of enunciation, which characterizes it as experimentation. aesthetics. The guiding hypothesis of the thesis is that Paulo, through the experimentation with encounters in the TA, can detach himself and move from the repetitive, usual and crystallized modes of language and experiment with other modes of expression. Such movement also reverberates to the displacements of the conceptual and practical territories of philosophy, clinic and linguistic studies. This composition-displacement, in its intensive course, implies the concept of enunciation as collective agency in its existential pragmatics which puts the enunciation and the body, the express and the content in presupposition and reciprocal intervention, in its flow and multiplicity, in its real and unconscious immanence. In this conception, the concept of agency is the complex unit from which one can understand the enunciation, the regimes of bodies, the regimes of signs, as well as the processes of composition of existential territories, their processes of dis(re)territorialization, their subjectivation processes and individuation in the TA clinic.

Keywords: Experimentation; Agency; Enunciation; Language; Therapeutic Accompaniment

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: UMA RUA CHAMADA PARIS	11
INTRODUÇÃO: TERRITÓRIOS ENTRE A CLÍNICA, A EXPERIMENTAÇÃO E A DERIVA-CARTOGRÁFICA COMO MÉTODO.....	23
1. ENTRE TERRITÓRIOS-TERRITORIALIDADES.....	52
1.1. Território de clínica: deriva entre ruas, filmes, heróis, monstros, bandidos e uma linguagem fragmentada	52
1.1.1. <i>“Que Paulo é (seria) esse?”</i>	71
1.1.2. <i>Descolamentos-deslocamentos</i>	73
1.2. Territórios de filosofia, de linguagem e de clínica.....	76
1.3. Territórios da linguagem: multiplicidade e relação de forças.....	96
1.3.1. <i>As pistas na reversão do platonismo e do estruturalismo</i>	99
1.3.2. <i>O acontecimento [não-]sentido como condição para a linguagem</i>	128
1.3.3. <i>A lógica do sentido, a intuição e a relação de forças</i>	142
1.3.4. <i>Os signos e o sentido</i>	148
1.3.5. <i>Da crítica aos postulados da linguística ao agenciamento coletivo de enunciação: uma concepção de pragmática existencial dos agenciamentos</i>	152
1.3.6. <i>A pragmática dos agenciamentos de enunciação, processos de subjetivação e individuação</i>	189
1.3.7. <i>Os regimes de signos</i>	194
1.4. Organização, experimentação e imanência: a pragmática da desestratificação e dos agenciamentos.....	199
1.5. O instinto- intuição-experimentação, vontade de potência e a experiência não discursiva da linguagem.	203
1.6. Uma linguagem menor: kafka, o procedimento e o at	209
1.7. Os signos em proust: mundos topologicamente implicados.....	217
1.8. Literatura, linguagem e experimentação: a (des)dobra da arte	226
2. ENTREMEIOS	240
2.1. Entremear: a pragmática dos encontros.....	240
2.2. Uma voz diferente: recusas e pedidos	243
2.2.1. <i>Sussurros e cochichos</i>	245
2.3. <i>“Estranho...?”</i>	247
2.4. <i>“Me ensina...”</i>	250
2.5. As repetições de lineamento e os diálogos-fractais.....	252
2.5.1. <i>Outros diálogos fractais</i>	256
2.6. Entremeios conceituais ou agenciamentos conceituais	277

2.6.1. <i>Transversalizações: o at como clínica-experimentação-agenciamento</i>	278
2.6.2. <i>Acompanhar é cartografar-intervir-experienciar percursos: entre o corpo patológico e o corpo desejante</i>	285
2.6.3. <i>Ir da coisa ao signo</i>	289
3. O PROCEDIMENTO OU O CIRCUITO INTENSIVO: A PRAGMÁTICA DOS ENCONTROS	295
3.1. Planos cartográficos: regimes-territórios-territorialidades	295
3.2. Um ritornelo em três planos.....	300
3.3. Repetição mecânica.....	302
3.4. Repetição de lineamento.....	307
3.5. Diálogos fractais e a repetição de lineamento.....	311
3.6. Entre a repetição mecânica e a de lineamento	319
3.7. Um reinvidicador passional	321
3.8. Visões e audições: movimentos, ritmos e mutações	326
3.9. Metamorfó(p)tica: regime ótico e sonoro.....	330
3.10. Corpo-linguagem em devir: onde vivem os monstros.....	335
3.11. Experimentação e dessubjetivação	344
3.12. O procedimento: repetir-fragmentar-agarrar-repetir	346
3.12.1. <i>A oralidade maquínica: além do ritual e para subverter a organização</i>	348
3.12.2. <i>Linguagens territoriais maquínicas ou linguagens estéticas</i>	356
3.12.3. <i>Narrativas-ficções de si</i>	359
3.13. Humor e interrogação ou humor-interrogante	365
3.14. Últimos relatos: “eu não sei virar o hulk”	371
3.14.1. <i>“Círculos”</i>	373
4. (DES)DOBRAR.....	377
4.1. A linguagem e a experimentação: implicações para o at.....	377
4.2. O pensamento do fora – o fora da linguagem	381
4.3. O agenciamento como um nó topológico	389
A TÍTULO DE CONCLUIR	394
REFERÊNCIAS	409

APRESENTAÇÃO: UMA RUA CHAMADA PARIS

Ninguém pode ser conhecido a não ser em fragmentos – aqueles únicos e inigualáveis acontecimentos da existência.

(Um princípio proustiano, segundo Anthony Lane)

Em um universo assim fragmentado não há *logos* que possa reunir todos os pedaços [...].

(Deleuze em Proust e os signos)

A escrita desta tese começa pela apresentação daquilo que consideramos ser um dos disparadores desta pesquisa, a saber, os encontros em um Acompanhamento Terapêutico. Pode-se, evidentemente, saltar essa apresentação e passar às outras partes que compõem este trabalho, que podem, também, deixar ver outros elementos disparadores. Consideramos, então, que pode haver vários disparadores e, por isso, várias entradas para a pesquisa ou para a leitura do texto. Pode-se perguntar, então, o que, quando, onde ou como se deu o início dessa pesquisa ou o que originou as perguntas, o que gerou a hipótese ou a tese sobre a qual se pretende versar.

Poder-se-ia dizer que teria iniciado pelas reverberações de um caso anterior ao que será apresentado, quando eu trabalhava em um outro Acompanhamento Terapêutico com um indivíduo que parecia, ao ser tomado por seus delírios, falar um “chinês antigo”, de modo que ele me dizia palavras ininteligíveis ao mesmo tempo que fazia gestos com as duas mãos, entrelaçando os dedos de diferentes maneiras e de acordo com cada palavra proferida.

Poder-se-ia dizer, também, que teria iniciado durante leituras e estudos sobre a psicanálise, quando deparei-me com a máxima lacaniana que diz que o inconsciente é estruturado como linguagem. Daí eu tentava entender o papel que o significante teria para o inconsciente. Poderia dizer que teria iniciado quando estudava o conceito de agenciamento coletivo de enunciação de Deleuze e Guattari e a relação entre a forma de expressão e a forma de conteúdo. Indagavá-me a respeito do que seria, afinal, a expressão, o que seria conteúdo na clínica do Acompanhamento Terapêutico, na linguística e qual poderia ser a implicação desse conceitos com o inconsciente, segundo a formulação que Deleuze e Guattari apresentam n’*O anti-édipo*, isto é, segundo o inconsciente maquínico.

Entre começos e inícios, a tese se constitui por uma cartografia, conceito que ainda será explicitado, mas do qual já podemos ver aqui uma de suas características. Na cartografia, não importa determinar o disparador, o quando, o lugar do começo, do início, pois sempre se estará no meio, por isso não importa, necessariamente, por onde ou quando se entre, formalmente ou

não, na leitura do texto ou no processo de pesquisa, sempre haverá outros modos de entrada e muitos modos de saída.

Por assim dizer, bastaria então que, para começar, se traçasse, retomasse os caminhos já percorridos ou ainda a serem percorridos; mas isso seria ilusório, pois, como entendemos, ao se perceber o que se passa, já estamos tomados e implicados pelos encontros e acontecimentos que surgiram e surgem às nossas costas, nos quais e pelos quais algo se destaca, se diferencia, se potencializa, nos potencializa, nos afeta e nos surpreende, e, quando afetados, nos voltamos, admirados, perplexos ou cismados, para o que pensamos ser este algo, ele jaz evanescido - imediatamente - sensível que é à atenção que não requereu, mas que o desconsertou; insensível que é a um suposto ‘Eu’ que tenta perscrutá-lo, significá-lo; indeterminável que é quanto ao nome pelo qual nos esforçamos por denominá-lo.

E é por estar sempre às nossas costas, sempre já passado, mas não alcançado; acabado de acontecer, mas não terminado, é que se poderia dizer que, naquele instante, teria havido algo, um ‘objeto’, tanto presente quanto já ausente - não está onde é procurado; é encontrado onde não está -, a respeito do qual poderíamos dizer também que não saberíamos distinguir se ele teria uma realidade por si próprio, se teria sido imaginado e/ou o quanto de nós haveria nele; talvez todas essas coisas, todos esses “nós” ao mesmo tempo. Então, não se trata de recuperar inícios e começos e, em nome de uma certa verdade, recuperar os caminhos percorridos, determinar e elucidar os passos dados ou os próximos passos, mas sim cartografar, efetivar a potência dos encontros pelas vias de um certo fazer-saber cuja importância é o funcionamento e a constituição maquínico-desejante dos encontros.

Nesse contexto é que se diz que o caminho que se traça em função desse algo que nos acontece é criado enquanto se caminha ou, o caminho é um processo que se produz como caminho enquanto se efetua o ato de caminhar pelo qual somos tomados. Cartografar é criar e mapear as linhas, o traçado desses caminhos e suas composições e decomposições.

Portanto, não se trata de determinar a origem, o objeto, o fim ou a finalidade da pesquisa ou da clínica, mas trata-se do funcionamento dos meios ou dos modos do Acompanhamento Terapêutico e dos conceitos. Esta pesquisa pretende se pautar pelas possibilidades de entradas, saídas e, por essa compreensão, entramos ou iniciamos pelos encontros no Acompanhamento Terapêutico tomados pela indeterminação de algo que se passa nesses encontros, reverbera em outros encontros, nos anteriores e nos que virão, nos força, nos leva a pensar e nos leva a questionar.

O acompanhamento que se apresenta foi indicado para que, Paulo, (nome fictício - 37 anos), não passasse muito tempo apenas em casa e em frente à televisão e, uma vez que seu

professor de educação física havia sido dispensado, de certa forma pelo próprio Paulo, pensou-se que eu poderia acompanhá-lo em algumas de suas atividades físicas na academia ou mesmo fazer caminhadas. Eu disse de modo simples aos familiares, que eu era um psicólogo e não um desportista, e que a proposta no meu trabalho era de fazer coisas diferentes, entretanto, acompanhá-lo em algumas dessas atividades seria uma coisa que poderia ser feita. Enquanto conversava com os familiares, Paulo, que estava sentado num sofá, não disse quase nada, apenas observava a conversa e um programa da T.V. Com esse entendimento, iniciamos o Acompanhamento terapêutico na semana posterior.

Destaco que, na primeira vez que fui à casa de Paulo para me apresentar, não foi feita nenhuma menção sobre sua condição singular, com a qual eu me depararia no decorrer dos encontros; apenas num momento anterior, quando da indicação deste caso por um terceiro, foi me dito apenas que ele tinha algumas dificuldades no desenvolvimento e um certo problema com toques no corpo.

No primeiro dia do acompanhamento refiz, diretamente para Paulo, a minha proposta inicial (fazer coisas e/ou ir a lugares diferentes). Naquele momento, pensei que seria importante perguntar-lhe o que ele queria fazer, pois, no dia da apresentação, ele na falara quase nada. Então me dirigi a ele e perguntei o que queria fazer. Ele não soube o que me dizer, perguntou para sua mãe. A palavra “mãe” emitida por ele prolongou-se pela vogal ‘a’ e ressoou como um pedido de ajuda. A mãe começou a dizer algumas coisas que tinham referência com o que ele gostava, mas também pareceu que não sabia o que dizer ou propor exatamente. Paulo, enquanto olhava para a mãe, dizia alguma coisa a respeito de uma banca de revista, uma revista, uma locadora e um shopping, tudo um pouco misturado. Ela começou a procurar pela revista para me mostrar. Paulo falava algo de modo vago, impreciso e fragmentado, parecia que as palavras estavam soltas. Eu me esforçava para tentar entender o que ele queria dizer, enquanto a mãe parecia pensar na viabilidade de se fazer o que ele tentava propor, isto é, ela falava da questão do horário [era final de tarde], da possibilidade de não se encontrar tal banca, do fato de ele já ter uma revista de cinema, que ela, por fim, acabara de encontrar e folheava rapidamente.

Por alguns instantes fiquei observando aqueles movimentos dela, a imobilidade dele (e a minha diante dele) e a conversa que acontecia entre os dois, e, como parecia que nenhum de nós sabia o que fazer naquele momento, sugeri que ele me apresentasse o bairro. Propus que ele me mostrasse a vizinhança e apontasse os lugares que conhecia, apontasse a casa de amigos, os lugares que ia. Fez-se, assim, um certo acordo e então saímos, tomamos uma avenida e começamos a seguir por ela em linha reta, sem dizermos uma palavra, por isso tentei começar

um diálogo para conhecer mais a respeito dele. Perguntei o nome completo, o que gostava de fazer, coisas sobre o bairro.

Com exceção do nome, as respostas para minhas perguntas, quando pareciam ser respondidas, foram um olhar, um sorriso, ‘sim’, ‘não’ ou apenas um silêncio. Entre essas tentativas de contato verbal de minha parte, Paulo se mantinha distante, quase no meio da rua, eu o chamava para que andasse na calçada. Ele atendia ao pedido, mas depois voltava a andar novamente quase no meio da rua e andava muito rápido.

Tentei alguma coisa: “você gosta de música?” / “Gosto” // “Você gosta de filmes?” / “Gosto” // “Você gosta de que tipos de filmes?”. Sem resposta. “Gosta de filme de aventura?” / “Sim// “Gosta de filmes de heróis?” / “Sim” // “Gosta de filme de ficção científica?” / “Sim”. Parecia que só responderia ‘sim’, mas daí perguntei: “gosta de filme de terror?” / “Não”. Disse brincando: “pensei que você só dissesse sim”. Continuei: “Você viu o Oscar?” / “Não” // “Como não viu o Oscar, você não é fã de filme?”. Sem resposta.

Continuávamos a andar. Algumas vezes tive que intervir para que ele não atravessasse a rua na frente dos carros. Por um momento me ocorreu o pensamento de que talvez não fosse ele que me guiava, mas eu que o estaria levando por aquela avenida. Parei numa esquina, olhei para ele. Ele parou, olhou de esgueiro para mim e depois voltou-se para as mãos, cujos dedos faziam um movimento estereotipado, com o qual se ocupou até que eu fizesse uma pergunta: “para onde?”. Ele sorriu sem graça, desconsertado e continuou a caminhada no mesmo sentido, na mesma avenida. Disse-lhe que já estávamos quase chegando à rodovia que limitava o bairro e não haveria como atravessá-la. Tentei com isso fazer com que ele mesmo mudasse a direção, virasse em alguma rua perpendicular, mas ele pareceu não me dar ouvidos. Perguntei para onde ele estava me levando. Ele apenas sorriu.

Ao chegarmos próximo à rodovia paramos; disse-lhe que não daria para continuar, que poderíamos, então, voltar para casa. Sugeri que voltássemos por outra rua. Ele pareceu não entender, então indiquei a rua de baixo, uma avenida paralela àquela na qual estávamos, e seguimos por ela, em silêncio. Tentei começar uma conversa dizendo que conhecia uma determinada pessoa que morava por ali. Ele pareceu não se interessar, apenas olhou para a casa que apontei.

Na continuação, comecei a brincar com os nomes das ruas pelas quais passávamos. Eu dizia: “estamos passando por equador”; “agora estamos passando pela Áustria”, “agora estamos na Europa”. Paulo me olhava como se não entendesse o que eu estava dizendo.

Quando passamos por uma rua chamada Paris, eu disse: “agora estamos em Paris, você já esteve em Paris?”. Ele olhou de soslaio. Eu continuei: “Paris tem a torre Eiffel, você já viu a

torre Eiffel?”. Não respondeu e eu continuei. “Tem um filme em que uns terroristas destroem a torre Eiffel”. Paulo pareceu não se interessar. “O filme chama ‘di ai Joe’”, continuei. Paulo diminuiu os passos, quase parou, virou-se para mim e disse “di ai Joe?!”. Eu disse: “sim, di ai joe, origem do cobra¹”. Ele voltou a dizer: “di ai joe? [ele tentou dizer o restante do título, mas saiu ininteligível], você tem ai? Você me empresta?”

Disse-lhe que o filme não estava ali comigo, mas que podia lhe emprestar. Ele disse “di ai Joe?”. Eu disse “sim, ‘di ai Joe’”. Ele disse novamente: “tá ai? Você me empresta?”. Disse-lhe, novamente, que poderia emprestar. Enquanto continávamos a caminhada, ele repetiu o nome do filme, em tom baixo, quase sussurrando: “di ai joe”, [dessa vez teria dito para si mesmo?].

Antes de chegarmos na casa dele, Paulo perguntou mais uma vez: “di ai joe?”. Eu disse: “sim, ‘di ai joe!’”. Ele continuou: “você me empresta?”. Disse-lhe que traria no próximo encontro.

***₂

No encontro seguinte, sugeri que fizéssemos o jogo da deriva, propriamente dito. Esse consiste em escolher um marcador que pode ser uma pessoa, um animal, um objeto ou um local aleatório que teria que ser encontrado enquanto se caminhasse pelas ruas, fazendo-se determinado percurso indicado pelo participante que escolhesse o marcador.

Para começar, escolhi um bar como marcador e disse que deveríamos virar à direita na próxima rua e seguirmos em linha reta até encontrarmos um bar. Novamente, Paulo ia em silêncio enquanto eu tentava entabular alguma conversa. Paramos perto de um bar, ele não disse nada, então eu apontei e perguntei-lhe se ali seria um bar. Queria mostrar que achamos o marcador, mas ele nada disse e sorriu discretamente. Então eu confirmei que havíamos achado o bar [“achamos o bar!”] e que ele deveria escolher o próximo marcador [“agora é sua vez”].

Ele pareceu não saber o que dizer ou eu não soube me fazer entender. Tentei me fazer compreender perguntando o que ele queria encontrar. Ele respondeu: “vídeo-locadora”. Perguntei por qual rua deveríamos ir, ele apontou ao mesmo tempo em que se pôs a caminhar pela rua. Caminhamos um bom tempo, mas não encontramos nenhuma locadora. Paramos numa

¹ G. I. Joe, origem do Cobra (2009)

² Tres Asteriscos, seguidos de traços (---) separam fragmentos de relatos diferentes.

Três traços, seguidos de asterisco (---*) separam diálogos diferentes de um mesmo relato.

As barras (/ ou //) separam diferentes instanciamentos nos diálogos.

Os colchetes [...] demarcam o que não estava, originalmente, nas anotações do diário de pesquisa, mas que vieram à memória no momento de escrita dos relatos ou da narrativa para na composição da tese. Os colchetes, quando aparecem fora dos relatos, evidenciam, também, frases marcantes ditas na ocasião dos encontros no AT ou marcam observações gerais pertinentes aos encontros.

esquina no final da rua e perguntei o que deveríamos fazer. Paulo olhou para um lado, olhou para outro, riu timidamente e abaixou a cabeça. Falei sobre as possibilidades, voltar por onde viemos, seguir em frente virando à esquerda, mas ele não disse nada, então, tentando dar continuidade ao jogo, disse-lhe para encontrarmos um muro branco.

Paulo seguia sem muito contato verbal ou visual. Às vezes, perguntava pelo filme [“e o filme?”] que eu havia esquecido de levar. Perguntava se era dublado [“é dublado para criança?”]; dizia, também, que não conhecia a história [“eu não sei a história!”]. Eu tentava explicar-lhe, resumidamente, o conteúdo do filme enquanto ele andava rápido, às vezes com a cabeça baixa, às vezes olhava em frente. Parecia não se atentar ao que eu explicava a respeito do filme.

Nesse jogo da deriva, se eu dissesse para virar para esquerda ou direita ele virava depois que eu apontava o caminho, enquanto isso ele repetia com certa frequência, as perguntas [“é dublado para criança? / eu entende? / eu não sei a história!”]. Eu respondia à essas perguntas, mas a resposta parecia fazer com que elas se repetissem mais ainda.

Passamos por um muro branco, Paulo estava de cabeça baixa. Parei e disse: “olha, um muro branco!”. Ele olhou para mim como se não estivesse entendendo. Eu apontei e disse: “este é um muro branco, encontramos!”. Ele riu discretamente. Sugerí outro marcador e indiquei que, desta vez, seria uma lixeira. Já era final da tarde, próximo às dezoito horas, começava a escurecer. Enquanto andávamos, avistei uma coruja que estava pousada numa cerca de um terreno vazio pelo qual passávamos, considerei muito interessante, apontei e falei para Paulo. Enquanto eu tentava chamar a atenção dele para a coruja, apontando e dizendo para ele olhar, passamos por ela e ele pareceu não entender o que eu dizia. Depois, passamos por cima de uma lixeira que estava no chão, pulamos o monte de lixo que ficara ali e disse-lhe sobre o marcador: “veja a lixeira!”. Ele pareceu não ter entendido ou não ter se importado e continuamos, mas dessa vez, em direção a casa dele.

***__

Paulo já havia dito, anteriormente, que gostava de caminhadas, isto é, ele disse “sim” quando eu perguntei se gostava de caminhadas, mas me parecia que andava sem muito se afetar por aquilo que se fazia presente no entorno. Tendo em vista as cenas marcadas por um modo mecânico de andar, de falar, de repetir e certo distanciamento em relação ao entorno e juntando o fato de ele gostar de filmes, num encontro posterior, enquanto andávamos pelo bairro, sugerí a Paulo que filmássemos ou tirássemos fotos dos encontros, daquilo que mais chamassem nossa atenção enquanto andássemos pelas ruas. Ele pareceu aceitar a proposta. Ali mesmo retirei o

celular do bolso e comecei a tentar ensiná-lo a filmar e a tirar fotos, mas parecia que ele não se entusiasmara tanto com a ideia.

Em determinado momento, passei a câmera para ele. De posse da câmera, ele deixou que ela ficasse apontada para o chão filmando os nossos próprios pés enquanto caminhávamos. Em vista disso, mostrei como ele poderia filmar várias coisas diferentes apontando a câmera para outros lados, para as casas e para as árvores, mas ele parecia querer filmar os nossos passos. Como a atividade não visava a determinado aprendizado, resolvi deixar a câmera e as gravações o mais livres possíveis. Às vezes, ele fazia as filmagens, outras vezes, eu filmava. O resultado foi um registro de passos, pés, mãos, sombras, paisagens, imagens invertidas e movimentos irregulares e aleatórios de uma câmera deixada à deriva, que também, esquecida de ser desligada, apontava para o chão, para o alto, ou ficava balançando à mercê dos movimentos das nossas mãos.

Durante algumas saídas gravávamos ou tirávamos fotos, mas não em todos os passeios. Mas quando filmávamos, geralmente eu começava e ele se aproximava, olhava e depois eu passava a câmera para ele. Supostamente, ele filmava nossos passos. Também comecei a emprestar-lhe filmes, pois depois de ter emprestado o primeiro, ele sempre perguntava se eu teria outro e se eu poderia lhe emprestar [“tem mais?” / “tá aí?” / “você me empresta?”], de modo que, quando nos encontrávamos ele sempre perguntava se eu havia levado o filme, se o filme era dublado. Paulo também começou a contar, repetidamente, de um filme que havia assistido [“Assisti filme”], em que um grande crocodilo “come mulher, homem, cachorro e criancinha”³, segundo ele dizia.

Certo dia, para variar o lugar para onde íamos, chamei para irmos a um parque da cidade para tirar fotos, filmar e vermos o jacaré no zoológico. Paulo se empolgou com a ideia de ver o jacaré. No caminho, ele perguntava constantemente sobre o tamanho da boca e dos dentes do crocodilo [ele chamava o jacaré de crocodilo]; contou repetidamente, como já vinha fazendo, que havia assistido ao filme em que o crocodilo devorava uma velha, uma criança e um cachorro [“crocodilo...qual o tamanho da boca?”; “come tudo! barco, véia, criança, cachorro!”].

No zoológico, diante de uma pequena ponte que lá havia, Paulo temeu cair se passasse sobre ela. Seus passos vacilaram [ele parece ter algum problema na marcha, mas seria só isso?], ele disse: “e se cair?”. Disse-lhe que passar por ali seria fácil e se caísse, bastaria se levantar [“se cair, levanta”]. Depois que ele atravessou, quase vitorioso, disse que era como uma

³ Filme: Pânico no Lago (1999) conta a história de um enorme crocodilo que ameaçava e devorava os moradores nas vizinhanças de um lago.

aventura: “é uma aventura, né Dami?”, “igual indiana Jones!”⁴; e me perguntou como era a música do filme [“como é a musiquinha?”]. Cantarolei e depois ele fez o mesmo. Atravessada a ponte, fomos até o lugar reservado ao jacaré. Eu mesmo tirei algumas fotos, pois ele se recusava a aproximar da cerca de proteção. Depois disso ele queria voltar a esse parque, ao zoológico e ver o crocodilo todas as vezes que íamos sair. E em cada uma dessas vezes ele dizia: “e o crocodilo?”, “tá dormindo?”; “qual o tamanho da boca?” “come tudo! barco, véia, criança, cachorro”.

Nas várias vezes que fomos a este parque, depois de breve trocas de palavras como dito acima, Paulo se colocava a andar bem a frente, outras vezes andava do outro lado da pista de caminhada. Na maioria das vezes, fazíamos esse percurso desse jeito. Quando ele estava muito a frente, se virava para falar alguma coisa, então percebia que eu estava muito atrás, então ele parava e esperava. Em uma das vezes que ele estava do outro lado da pista, lembro que, ao passar próximo dos patos, comecei a imitar o *Pato Donald*, personagem de desenho animado e Paulo, do outro lado da pista, também começou a tentar imitar. Andamos assim por uns metros e então ele aproximou-se e perguntou: “como é que chama?”; olhei para ele e ele mesmo respondeu: “Pato Donald, nervoso ou calmo?”

Fomos várias vezes a este zoológico, repetíamos o trajeto até os crocodilos, passávamos pela jaula do leão, passávamos pelas jaulas dos outros animais; repetíamos a imitação do pato Donald a pedido de Paulo e ele repetia: “Pato Donald, nervoso ou calmo?”; e íamos até ao lugar dos jacarés-crocodilos. Nessas caminhadas, às vezes, também andávamos por algum tempo em silêncio. Em outras vezes eu começava, por hábito, a cantarolar ou assobiar alguma música e Paulo, que estava um pouco afastado ou mesmo distante, parava ou se voltava para mim, se aproximava e perguntava que música era aquela. Se fosse de algum filme, ele perguntava se eu não teria o DVD e se podia emprestar para ele.

Depois de várias vezes indo ao zoológico, disse-lhe que havia também outros lugares que poderíamos visitar, conhecer, filmar ou fotografar. Sugerí, por exemplo, que poderíamos ir a outro parque da cidade no qual havia animais empalhados. Quando fomos nesse parque, Paulo se manteve longe dos animais, recusava-se a aproximar, principalmente do jacaré. Mesmo eu tendo lhe explicado que os animais estavam empalhados, ele repetia insistentemente, ora afirmando, ora indagando, “avança na gente!” ou “avança na gente, Dami?”; “avança?”. Também perguntava que animais eram aqueles (“qual é esse?”) e dizia também: “nem mexe, né Dami?” ou apenas “nem mexe!”.

⁴ Indiana Jones é o personagem principal da série de filmes em que um professor de arqueologia se aventura pelo mundo enfrentando perigos para encontrar relíquias arqueológicas e impedir que essas caíssem em mãos erradas.

Nesses encontros, havia também de minha parte uma certa dificuldade em entender o que Paulo falava para além das repetições que consistiam em frases curtas ou uma palavra, principalmente quando ele tentava dizer frases maiores com as quais parecia se embaraçar na dicção, na pronúncia ou se perder no fio daquilo que parecia querer dizer. Às vezes Paulo dizia frases curtas ou palavras que terminavam num vazio, deixando a frase e o sentido no vazio; ou as frases e palavras pareciam não fazer parte do que estávamos falando, como se as palavras tivessem se esgotado e fosse necessário reutilizar as mesmas palavras ou frases em situações diferentes; ou parecia que as palavras haviam se acabado, se esgotado nelas mesmas. Às vezes também parecia que as palavras lutavam contra elas próprias.

Quando eram palavras ou expressões curtas parecia ser mais fácil de entender. Por isso, eu, muitas vezes, solicitava que ele repetisse as frases maiores. Algumas vezes ele perdia a paciência e respondia rispidamente; em outras vezes eu não perguntava o que ele tinha dito e respondia de acordo com o que entendia, ou com respostas genéricas e parecia que falávamos de coisas diferentes, e, em algumas vezes [seria em resposta?] ele esboçava um sorriso e a conversa acaba ali mesmo, ficando alguma coisa como que pairando no ar, como um não entendido em suspensão.

Como já foi dito, Paulo costumava repetir os temas das conversas (no ínicio dos encontros, notadamente sobre filmes e músicas). Ele também repetia algo a respeito de algum um fato marcante que havia acontecido ou que iria acontecer com ele (por exemplo, visitar o avô, sair com a mãe, fazer alguma apresentação musical), mas se confundia em dizer quando aconteceria ou se já havia acontecido. Isso nos confundia. Eu perguntava quando ia acontecer, ele dizia que não sabia, por exemplo, ele diza: eu vou tocar, Dami// quando? // Roberto⁵ não sabe// que música você vai tocar? // não sei. Ele perguntava “você não vai, ne Dami?” ou dizia “Você vai, né Dami?”.

Paulo, por várias vezes, trocava meu nome pelo nome de um de seus professores e, em boa parte das vezes, a conversa ficava em torno do que ele dizia repetidamente, isto é, que no dia seguinte seria o dia da aula de música e que o lugar era longe, “uma viagem”, dizia ele. Depois de alguns dias em que esse assunto retornava, comecei a lhe perguntar quem era o professor, como eram as aulas ou quais músicas eles estavam ensaiando. A resposta era, quase sempre, “eu não sei” ou “ah, meu aluno!”.

Também, às vezes, ele começava a falar repetidamente de outras pessoas e situações, por exemplo, “Roberto é longe...é uma viagem”. Como eu não sabia, ainda, quem era Roberto ou

⁵ Roberto é o nome fictício de um dos professores de Paulo

não entendia algumas coisas que Paulo dizia a respeito, devido a uma certa dificuldade na pronúncia ou por ele não fazer a atribuição clara de ordem em relação ao passado, presente ou futuro, eu passei a questioná-lo sobre quem ele estava falando, do que se tratava e ele tentava responder dizendo palavras soltas como “professor”, ou, às vezes, falava “*eh, Dami!*” ou “*eh, professor!*”, ou ficava em silêncio.

Quando sua mãe perguntava onde havíamos ido e o que tínhamos feito, ele não sabia explicar, sorria meio sem graça, olhava para mim, olhava para ela e dizia “caminhada” ou “praça” ou “parque”, mas, em várias vezes, não era onde tínhamos ido, nem o que tínhamos feito. Às vezes, ele respondia “parque” e eu tentava dar dicas para ele se lembrar o lugar e o que havíamos feito ou a mãe também tentava dar dicas, tentando adivinhar o que tínhamos feito e onde tínhamos ido. Quando a mãe tentava fazer isso, eu não interferia e a resposta que ele desse, era a que ficava, mesmo não sendo o lugar e nem a atividade que tínhamos feito.

Nos encontros, usando o mote do jogo da deriva, fizemos várias atividades como filmagens, pinturas, fotografias, desenhos, jogos de tabuleiro, montagem de quebra-cabeça, além de caminhadas, passeios, visitas a museus, entre outras, mas, pelo seu modo de dizer, parecia que ele se esquecia tanto dos lugares onde íamos, quanto das atividades que combinávamos. Passávamos de uma atividade a outra, seguindo pistas daquilo que surgia nos encontros, sem se ater a um suposto objetivo ou a um produto determinado.

Intervimos no território através de várias atividades propostas. Isso foi constituindo os encontros e a tarefa de cartografar os processos. A aposta era que algo de novo pudesse acontecer e que os encontros pudesse impulsionar processos cristalizados ou colmatados pelo hábito ou por representações.

No decorrer de outros encontros percebia, no meu entender, que Paulo apresentava uma dificuldade na articulação da fala e na dicção, que parecia torná-la fragmentada, pois principalmente nas frases longas, eu custava a entender o que ele dizia e, muitas vezes, pedia que ele repetisse; ele também parecia ter dificuldades de memória/memorização; apresentava, nas suas falas, repetições de expressões, limitações de temas e de frases [geralmente sobre heróis ou bandidos de filmes, desenhos animados ou músicas]; possuía dificuldades na orientação espacial e temporal; não conseguia ler, escrever ou reconhecer cores e tinha grandes dificuldades em tomar decisões ou fazer escolhas diferentes e apresentava muita dependência em relação à mãe. Além disso, Paulo parecia estar sempre de bom humor, e, depois de algum tempo de acompanhamento, quando ele falava, comecei a perceber que ora soava irônico, ora inocente, e algumas vezes parecia que falava involuntariamente como se as palavras simplesmente saíssem, aleatoriamente, pela boca.

Nos encontros com Paulo, inicialmente, os “diálogos” que tínhamos, tanto quanto a escuta, pareciam se perder nos esquecimentos dele, nas repetições, na fragmentação, em equívocos, não entendidos e numa aparente falta de sentido, o que fazia com que todas as atividades parecessem evanescentes, preponderando entre eu e ele, inicialmente, um distanciamento, um certo silêncio, e que, por sua vez, pareciam intensificar as repetições de frases, palavras ou expressões fragmentadas. Nesse sentido, parecia que cada encontro era um primeiro encontro, em função de encontro anterior esquecido ou perdido, e em cada dia eu refazia para ele a mesma pergunta: o que faremos hoje ou para onde iremos hoje? E pareciam que eram as mesmas respostas. Em outras vezes, não havia uma atividade definida e clara, eu não propunha a atividade e Paulo também não e apenas caminhávamos e, às vezes, conversávamos, mas tal “conversa” parecia também se perder em repetições e esquecimentos.

No decorrer dos encontros e das atividades, em meio às repetições, fragmentações, esquecimentos, mal-entendidos, desentendidos e várias perguntas que surgiam, parecia que a linguagem tanto para mim, quanto para Paulo transformava o encontro numa paisagem crítica, indefinida, que tomava certa forma por alguns momentos para depois se desfazer num outro não entendido, ou se desviar numa outra repetição. Além disso, Paulo parecia estar sempre cismado, às vezes de modo preocupado, outras vezes despreocupado, com heróis, mocinhos, bandidos e monstros de filmes, desenhos e seriados, suas transformações, mutações e indefinições.

São essas derivas, passeios, saídas, atividades, diálogos, conversas, troca de palavras, meio que por acaso, meio indeterminados, marcados nesta apresentação pelas reverberações de uma brincadeira (quase irrelevante, quase desproposital) inventada com os nomes de ruas, que nos levaram a questionar, a partir dos encontros da clínica, o que se passa nesses encontros em que a linguagem parece nos levar e compor uma deriva e nos deslocar, trazendo para a prática do Acompanhamento Terapêutico outros modos de experimentação dos lugares e dos fazeres. Dessas derivas, daremos destaque às composições com a linguagem e como ela pode ser problematizada nos encontros.

A tese constitui, assim, o percurso a partir disso que se passa, que nos afeta entre os encontros e desencontros no Acompanhamento terapêutico com Paulo, que nos leva a pensar como a linguagem ou os diferentes modos de se haver com a linguagem pode se compor com os encontros no AT como modo de fazer clínica, o que nos leva aos estudos linguísticos, à filosofia e a um modo de fazer clínica, num encontro marcado pela aproximação e distanciamento entre essas três áreas e a possibilidade de se atravessarem pelas questões que impulsionam a pesquisa em torno da proposta de uma linguagem como experimentação estética.

INTRODUÇÃO: TERRITÓRIOS ENTRE A CLÍNICA, A EXPERIMENTAÇÃO E A DERIVA-CARTOGRÁFICA COMO MÉTODO

Esta tese constitui-se a partir dos encontros com Paulo na clínica do Acompanhamento Terapêutico (AT), como mostrado na apresentação. Mais precisamente, surge das implicações e problematizações da linguagem em relação ao que acontecia nos encontros entre o acompanhado e o acompanhante terapêutico (at)⁶. As questões que levantamos surgiram das problematizações desse encontros, ganharam e ganham proporção, principalmente, frente a filosofia de Deleuze-Guattari, sua interlocução com a psicanálise, suas elaborações a respeito da linguagem, da cartografia, do conceito de experimentação e o estatuto do AT como um modo de fazer clínica.

No AT, destacou-se para mim, num primeiro momento, a dificuldade em entender o que Paulo estava dizendo, o silêncio presente, além de uma suposta não afetação da parte dele; também havia uma fragmentariedade dos dizeres, a dificuldade de nos entendermos, as repetições de expressões, dos temas, e em outro momento, destacou-se a impressão que os encontros se perdiam nos não entendidos e numa repetição por vezes até interessante, mas outras vezes cansativa. Mas houve também novidades que apareciam repentinamente na forma de uma expressão diferente, uma frase inédita, uma entonação diferente, um gesto, um toque, uma exclamação ou uma interrogação. Novidades em que parecia haver certa plasticidade ou afetação. Outros elementos que nos chamaram a atenção foi a presença, nos temas que Paulo trazia, de personagens de filmes, desenhos e seriados, heróis, mocinhos, bandidos, monstros, suas transformações e indefinições.

Esses elementos me chamaram a atenção como uma novidade e como problematização no contexto da minha prática por causa da tentativa de pautá-la pela experimentação em detrimento de uma tendência psicologizante que vem se apresentando no AT e da qual tentamos nos afastar. Para entender esse contexto, apresentamos algumas características históricas do AT.

O AT pode hoje ser considerado como um modo de fazer clínica. Ele tem como herança os movimentos antimanicomiais da década de 60 do século XX. Tais movimentos aconteceram de forma variada na Europa, por exemplo, na Inglaterra, na Itália e na França; e, posteriormente no Brasil no final dos anos 60. É interessante notar que os movimentos de contestação em Maio

⁶ Pode se dizer que acompanhado é aquele para o qual foi indicado o AT e acompanhante terapêutico (at) é aquele que trabalha com esse modo de fazer clínica.

de 1968, na França, também atravessaram e foram atravessados pelos movimentos antimanicomiais.

Embora com certas diferenças, sabe-se que esses movimentos antimanicomiais propuseram, entre outras coisas, se opor aos modos como os chamados loucos eram tratados e com isso propor outras formas de se entender e abordar a loucura. Esses novos modos incluíam a mudança na relação com os internos, a mudança no funcionamento da instituição, o que levou à abertura dos portões dos manicômios e com isso a circulação, o contato dos pacientes com a cidade. Mas, mais que isso, ou por isso mesmo, no contexto desses movimentos, colocava-se, sob questionamento, as ciências de modo geral, os valores dominantes da sociedade, da cultura, incluindo os saberes hegemônicos das ciências médicas e psi (psiquiatria, psicologia e psicanálise), que subsidiavam, de certa forma, a estrutura manicomial. Assim, os movimentos antimanicomiais implicam dimensões políticas, sociais, filosóficas e éticas.

Com a abertura dos manicômios, surgiu a necessidade de pessoas que acompanhassem e auxiliassem os recém-saídos no seu retorno ao contato fora do manicomio. Tais pessoas foram chamadas, num primeiro momento, de auxiliares psiquiátricos. Essas pessoas eram, geralmente, familiares dos pacientes ou estudantes sem formação específica, o que, em certo sentido, condizia com as intenções do movimento antimanicomial, uma vez que tal movimento também questionava saberes especializados.

Com a ampliação dos movimentos para outros países, com o decorrer dos acontecimentos, avanços, é claro, não de forma contínua; e, com a tendência à profissionalização, o auxiliar psiquiátrico tornou-se – não de forma direta, é necessário dizer, -, o que hoje é conhecido como acompanhante terapêutico e o seu fazer, Acompanhamento Terapêutico. Essa nomenclatura surge mais ou menos no início da década de 1980.

Das características que se destacam nesse caminho, temos a profissionalização, a grande inserção de psicólogos, as variadas teorias articuladas para embasar o trabalho na clínica e a diversificação das indicações de casos para o AT. Trabalha-se hoje no AT com teorias, entre as quais, a psicanálise; a esquitoanálise; a psicologia comportamental, fenomenológica ou psicodinâmica; a terapia ocupacional, etc. Para além dos casos de psicose, como foi no início de sua história, atualmente são indicadas para o AT, pessoas com depressão severa, problemas de desenvolvimento global, problemas de aprendizagem, acidentados ou vítimas de acidente vascular cerebral com dificuldade ou perda de locomoção; além de usuários de drogas, entre outros (ALVARENGA, 2006; CHAUÍ-BERLINCK, 2011).

De maneira geral, considero que as pessoas para as quais o AT é indicado são aquelas que perderam sua autonomia, foram excluídas ou se excluíram de uma certa circulação, seja no

espaço concreto das ruas ou na própria casa; seja nas relações afetivas, pela desqualificação e desconsideração do que dizem, do modo como se expressam, comportam, sentem e pensam. Pessoas que, geralmente, também não são alcançadas ou não se adequam à rotina pré-formatada das instituições, seja por uma suposta limitação orgânica e/ou psíquica; pessoas que se recusam a participar ou mesmo a comparecer a um ambulatório ou consultório. Um professor⁷ expressou essas condições das indicações de maneira contundente e pertinente, dizendo que, para estas pessoas - como é dito, de certa forma, quando há indicação para o AT -, o que restaria tentar, seria o Acompanhamento Terapêutico, que poderia, por isso, ser considerado uma clínica do resto ou do que resta a ser feito.

Como entendo essa expressão, no contexto que apresentamos até então, tal resto, resíduo ou vestígio remete àquilo que escapa ao *setting* clínico ortodoxo ou instituído. Aquilo que escapa está encarnado naqueles que resolvem não comparecer aos serviços de saúde, à clínica, ao consultório; decidem não participar das atividades programadas, de outro modo, não atendem às demandas das instituições, dos profissionais e não se adequam a projetos psicoterapêuticos. Por esses motivos, “o resto” ou “o que resta” é algo que coloca em questão os modos de fazer da clínica ou das instituições, incluindo aí o próprio AT que no decorrer da história, acaba, de alguma forma, institucionalizado também. O “resto” seria aquilo que não é abarcado, não cede à instituição, à clínica ou ao próprio AT, pois, afinal, não se pode recobrir ou dar conta de tudo. Esse resto poderia ser entendido como o real da clínica do AT ou de outras modalidades clínicas? Sem tentar responder exatamente a essa pergunta propomos outra pergunta: Qual seria a postura do AT frente a isso? Seria tentar abarcar, recobrir, recuperar, reaver, restituir esse “resto” a um saber totalizante ou se haver com ele naquilo que ele desloca e destitui? Talvez a proposta de experimentação que apresentamos em parte seja menos uma resposta a ser dada e mais um modo de problematizar a questão, por isso tais questões serão deixadas no momento e voltaremos ao histórico propriamente dito.

O que se propõe no AT, segundo cada caso, é lidar ou fazer intervenções junto às pessoas no seu próprio espaço de convivência, em sua casa ou em outros lugares possíveis, o que envolve as saídas ou passeios, as ruas, as praças, os parques, enfim, de modo geral, a cidade; envolvendo, nesse modo de fazer clínica, o próprio cotidiano. Alguns autores dirão que os encontros se dão também entre esses lugares, isto é, não se prendem ou se reduzem ao espaço físico, mas vão para além e aquém desse espaço (ROLNIK, 1997; ARAÚJO 2006; PALOMBINI, 2007).

⁷ Prof. João Luiz Paravidini, no evento intitulado “Diálogos” promovido pelo grupo trilhas em Abril de 2015.

Estas definições acerca da função do AT podem ser encontradas em várias publicações que abordam a história da clínica do AT ou que descrevem experiências deste modo de clínica, como em Carvalho (2004); Brandalise, Rosa (2009); Araújo (2006); Palombini (2007); Muylaert (2006); Chauí-Berlinck (2011). Nessas publicações, também podemos ver a relação das diferentes teorias que referenciam a prática, como a psicanálise com Winnicott, Freud ou Lacan; o psicodrama e a esquitoanálise, com o pensamento de Deleuze e Guattari.

Algumas publicações que abordam o âmbito da história do AT como Carvalho (2004); Brandalise e Rosa (2009); Palombini (2007) mostram que, de modo geral, também começa-se a colocar, para a prática clínica do AT, objetivos como a ressocialização ou a reabilitação do acompanhado, a recuperação da autonomia, o aumento da qualidade de vida, ou uma melhor comunicação, etc. Além disso, pode-se ver também que se intensificam as demandas para o restabelecimento do contato do acompanhado com a instituição de saúde, isto é, o acompanhado deve ser levado para a instituição, deve ser inserido numa rotina ou apenas ser vinculado, burocraticamente, ao sistema de saúde mental. É possível perceber a presença dessas tendências também nas conversas com alguns profissionais e nas demandas de indicação que surgem na minha própria prática.

Essas demandas e tendências parecem estar atravessadas pela necessidade de adaptação ou adequação; por ideais de qualidade de vida, de comunicação e de ressocialização para um indivíduo ou sujeito pensado e definido em função dessas demandas, o que precisaria, no mínimo, ser colocado em questão. Enfim, tais demandas e a ideia de um sujeito que corresponde a elas, parecem estar institucionalizadas no sentido em que se tornam a finalidade da clínica ou o fim último da instituição. A tentativa parece ser a de alcançar, a todo custo, aquilo ou aqueles que estão fora ou que escapam da ordem, das palavras de ordem, dos discursos homogeneizantes dos saberes e das instituições. O AT, ao que nos parece, perde, assim, o que seriam suas características antimanicomiais, isto é, a interlocução com a crítica, com a ética, com a política (considerada aqui de um modo mais amplo e não necessariamente de política partidária ou de movimentos sociais); reduzindo-se, em alguns casos, a uma clínica de viés psicologizante ou psicoterapêutico, o que de fato, se retomarmos a perspectiva histórica dos movimentos, não se constituía como proposta. É dessa tendência psicologizante que tentamos nos afastar ao nos aproximarmos dos conceitos ou do território de filosofia de Deleuze e Guattari.

Tendo apresentado o AT e algumas de suas características num panorama histórico, que podem ser colocadas em questão, haja vista a variedade de teorias e práticas sobre esse modo

de fazer clínica, retomo algumas características da minha prática a partir de uma primeira experiência no AT.

Nessa prática, que constitui um trajeto que é também acadêmico, a tentativa foi, e ainda é, de, a partir das propostas antimanicomiais e da filosofia dos autores de referência, fazer uma aproximação do AT com o conceito de experimentação de Deleuze e Guattari. Isso foi feito articulando a clínica com o desafio de lidar com o que se passava entre acompanhado e acompanhante e as implicações desse ‘entre’ para o fazer e o saber da clínica.

A proposta de experimentação que começou a se desenhar para mim, ainda que de maneira provisória e precária, desde aquela primeira experiência de AT com o acompanhado que dizia falar em “chinês antigo”, se referia a uma abertura ao inusitado dos encontros, àquilo que se passava entre acompanhante e acompanhado; uma aposta e um risco na produção de algo, produção de alguma diferença, levando em conta o inconsciente, a intensidade dos encontros e os afetos.

Pensava tal experimentação levando em conta alguns autores que também já trabalhavam com AT e os conceitos da filosofia de Deleuze e Guattari. Estes autores já deixavam entrever nas suas teorizações, direta ou indiretamente, as referências em relação à experimentação. Por exemplo, Muylaert (2006) remete o AT à produção de um dispositivo atravessado, segundo ela diz, por um paradigma ético, estético e político. Assim, para ela, o AT é visto como um lugar de criação e transformação dos modos de subjetivação, e por isso tem um compromisso com a estética da existência.

A autora refere-se a um processo de produção de saberes, no caso, a respeito do AT, que envolve a ética como valores vitais que sustentam a estética, que é criação de estilos de viver, produzindo, assim, modos de existencialização atravessados por vetores de enunciação coletivos que dizem respeito à política (MUYLAERT, 2006).

Essa abordagem do AT como dispositivo sustenta variações, multiplicidades, num movimento vital de singularizações, pois o que conta, conforme diz a autora, é a novidade do próprio regime de enunciação, no sentido que ele pode conter enunciados contraditórios (MUYLAERT, 2006).

Araújo (2006) também propõe uma articulação do pensamento de Deleuze e Guattari com o AT para pensar uma clínica-acontecimento em que será dado destaque às intensidades dos encontros, isto é, para além das formas e funções, do visível e do dizível, o que interessa é o que se passa “por baixo” do saber, na fissura entre o ver e o falar e que carrega mudanças, alterações, passagens que não podem ser previstas.

Cauchick (2001) aborda a uma ética da experimentação no AT ligada a um deixar-se afetar por uma dimensão invisível que comporta universo de forças, fluxos, intensidades, singularidades e multiplicidades virtuais. Para ela, a experimentação “seria o dispor-se à atualização do novo, ao que está em vias de se fazer [...] esse abrir-se à atualização do novo é acompanhado de pensamento, o mais atento possível” (p. 75).

Na leitura desses autores, o que se destacou para mim é algo que é mais, e talvez menos, do que tentar enfrentar desafios de ressocialização ou buscar necessariamente uma certa e questionável qualidade de vida; mais que eliminação ou diminuição de sintomas; mais que fortalecimento de ego, adaptação à realidade. As concepções daqueles autores, para mim, se distanciam de um atendimento de projetos terapêuticos do ponto de vista adaptativos no viés de uma adaptação psicossocial, funcionalistas (desempenhar bem determinadas funções sociais ou técnicas) ou institucionalizados, como pode ser visto em outras concepções, como a cognitivista- comportamental ou da psicologia de um modo geral.

Neste sentido, procurava, articulado aos autores, compor uma experimentação na clínica do AT com aquilo que poderia surgir a partir do/e no próprio encontro, não tendo necessariamente dependência de algum projeto *a priori* ou *a posteriori*, ou resultados fixados a serem alcançados como meta, nem mesmo dependência necessária (ou obrigatória) de saídas ou de passeios enquanto lugar comum ao fazer do AT. Desse ponto em que compreendemos a experimentação, ela desloca ou deslocou o AT da relação com os projetos definidos e objetivos a serem alcançados, melhor dizendo, a experimentação estaria para além e aquém de projetos e lugares determinados, e, com isso, levaria consigo, de arrasto, o AT.

Podemos dizer que as experimentações no acompanhamento com o qual trabalhei inicialmente consistiram em tentarmos, acompanhado e acompanhante, dar conta do embate com os próprios desafios dos encontros a partir da proposta inicial que eu fazia para o acompanhado e familiares, através da qual eu apresentava o trabalho de at, para que ficasse mais claro para eles. Tal proposta era fazer algo diferente e isso podia ser feito na própria casa do acompanhado ou em outros lugares. A aposta era que, sem propor exatamente o que se fazer, se pudesse estar aberto ao que de diferente pudesse acontecer. Geralmente os acompanhados e os familiares se posicionavam, demandavam alguma coisa ou não e isso era discutido e combinado de alguma forma.

Mas, como já foi dito na apresentação, o AT com Paulo destacou-se porque trouxe e impôs, fortemente, e de um modo desafiador, questões relativas à linguagem, pois não bastava, nos encontros com ele, um posicionamento, uma demanda, um entendimento, um diálogo, uma combinação a respeito do que se fazer ou não, ou discussão acerca de significações ou sentidos.

Os encontros com Paulo pareciam se fazer notar por um outro modo de experimentação, ou uma outra dimensão da experimentação que, segundo pensamos, levava em conta a linguagem e o estatuto que ela poderia tomar enquanto experimentação do encontro e no encontro.

Nos encontros com Paulo, algo diferente se passava, pois ele começou, de certo modo, a se interrogar e me interrogar, como se estivesse se descolando das repetições e reproduções cristalizadas que ele fazia sobre os heróis, das situações e a respeito de si próprio. As perguntas que ele fazia, o modo como ele “usava” a linguagem, as expressões, as repetições, os seus dizeres, o seu silêncio, os nossos equívocos, os não entendidos pareciam marcar e serem marcados por alguma diferença irredutível a significados dados.

A partir desses encontros, comecei a me questionar como e se as “conversas” ou “diálogos” que se passavam e se perdiam nos encontros, as interpelações recíprocas, os gestos, os dizeres, as falas, as repetições, os equívocos, os não entendidos se relacionariam com a experimentação. Dito a grosso modo, o que a linguagem teria a ver com a experimentação?

Tendo como base os autores que trabalham com o AT, conforme já mostrado, vimos que eles se referem, direta ou indiretamente, a uma experimentação no AT, mas eles não se referem diretamente à experimentação e à sua relação com a linguagem, pelo menos não de maneira específica ou como o próprio conceito de experimentação em Deleuze e Guattari dá destaque e problematiza. Digo de maneira específica no sentido dos próprios trabalhos desses at’s, nas suas teorizações em relação à singularidade dos encontros que eles tiveram na sua prática ou pesquisa e não que se tenha necessariamente um modo próprio e específico, universal ou prescritivo de se haver ou tratar a linguagem ou os encontros no AT. Também pode-se dizer que tal especificidade não era o foco das pesquisas realizadas pelos autores citados ou que a linguagem ou outros modos de expressão não apareceram, não foram circunscritos como problema para eles.

No AT que apresentamos para a tese, no qual nos deparamos com questões acerca da linguagem, apresento duas perguntas provenientes dos encontros com Paulo, que me chamaram a atenção para algo de diferente que parecia estar acontecendo e que parecia marcar a experimentação nesse acompanhamento: a pergunta que Paulo me fez ou fazia, às vezes, quando eu o interrogava ou chamava pelo nome. Em tais ocasiões ele dizia (em tom de brincadeira ou não): “que Paulo é esse?”. A outra pergunta foi a que a mãe fez para Paulo - “de onde saiu esse desejo?”, diante do convite que fizemos para que ela fosse com ele nos lugares que eu e ele tínhamos ido anteriormente.

Essas duas perguntas, ainda que de maneira incerta, precária ou provisória pareceram apontar algumas diferenças que, mesmo em face das repetições ou em função delas, pareciam

entrecruzar com as falas ou dizeres de Paulo, com as interpelações recíprocas, assim como com o modo que nos implicávamos nos encontros. Potencializadas pelos encontros, as questões implicam diferenças que nos dão pistas de que algo se passava nos encontros como experimentação em que a linguagem parecia formar uma paisagem crítica, sem significado certo ou determinado.

Com esse entendimento, consideramos que, nos encontros com Paulo, na produção de um fazer e de um saber considerados e implicados por um sujeito em/ou um processo de subjetivação, fomos levados a nos haver com o seu modo de pensar, falar e agir em sua singularidade e diferença para além de um ponto de vista da psicopatologia ou dos diagnósticos psicológicos e até mesmo além de uma ideia inicial de experimentação.

Tendo em vista o que apresentamos, a hipótese que nos orienta nesta tese é que nos encontros com Paulo, o modo como ele agencia e é agenciado na linguagem e pela linguagem, a partir dos encontros no AT, implica um deslocamento daquilo que era dito para ele e a respeito dele em relação às referências existenciais vividas, ao mesmo tempo em que também constitui-se um deslocamento da concepção de experimentação no AT, ampliando essa concepção para uma dimensão da linguagem como experimentação que chamamos de estética, e que se torna indispensável à clínica do AT.

Consideramos, então, que o objetivo geral deste trabalho é cartografar os encontros com Paulo no AT, mostrar a constituição dos encontros entre acompanhado e acompanhante. Os objetivos específicos são, dentro do que consideramos como uma cartografia: a) problematizar a relação entre experimentação e a linguagem; b) cartografar uma concepção de linguagem na filosofia de Deleuze e Guattari, em função do que destacamos como constituinte dos encontros no AT com Paulo; c) apresentar e discutir a cartografia e a deriva como um modo de fazer o AT; d) problematizar a linguagem e a enunciação em função do conceito de experimentação e dos agenciamentos coletivos de enunciação no contexto do AT.

A metodologia será a cartografia. Consideramos importante introduzir esse conceito pois, como proposta de método, a cartografia entrejaz⁸ como um fazer-saber da clínica do AT a partir da filosofia de Deleuze e Guattari, e da pesquisa como pretendemos mostrar. A cartografia também introduz o conceito de experimentação. Daí pensamos a importância de ver, ainda na introdução, a composição que tomou e se empreendeu nos encontros e na pesquisa.

A cartografia é um conceito importante em Deleuze e Guattari, mas eles não propõem exatamente um método no sentido rigoroso do termo, entretanto, alguns pesquisadores, entre

⁸ Permanecer ou ser colocado entre

elos Passos, Kastrup e Escóssia (2009) se juntaram e elaboraram pistas no livro *Pistas do método cartografia – pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Usaremos como referências as obras dos filósofos e também as pistas fornecidas pelos pesquisadores citados.

Para iniciar, destacamos que a cartografia apresenta como característica principal, compor com a multiplicidade e a complexidade que se apresentam na pesquisa. Essa característica pode ser entendida através do princípio do rizoma, pois o conceito de cartografia figura como um dos princípios do Rizoma que se refere a uma heterogeneidade de elementos que fazem conexão de inúmeras maneiras e em várias direções, dimensões, e cujas conexões são desmontáveis e passíveis de modificações constantemente. Ao invés de árvores hierarquizadas, “diferente é o rizoma, mapa e não decalque. Fazer o mapa [mapear], não o decalque [ou decalcar]. Se o mapa [o mapear] se opõe ao decalque é por estar interiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p.22).

No método cartográfico, o mapa está para ser feito e não se confunde com alguma forma ou limite dado *a priori*, como em um mapa geopolítico. Na cartografia, o mapa se faz enquanto se caminha, se faz pelo modo que se afeta nos encontros, de modo que o método está sempre em função das mudanças e variações das linhas de sua composição, em função dos territórios pelos quais se transita, da processualidade e em função dos encontros e acontecimentos. O mapa está, então, voltado para a experimentação.

O Rizoma é um mapa e a cartografia consiste em traçar linhas de composição do fazer-saber que se refere à experimentação, de modo que a prática pode levar a uma certa produção de conhecimento. Isso implica que a intervenção, ou o modo como estamos implicados no processo, consiste em intervir para conhecer e não conhecer para intervir, isto é, a partir da cartografia, toda pesquisa se constitui em uma intervenção. Desse modo, não há neutralidade do observador, nem ponto de vista privilegiado (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

A intervenção é produtora de conhecimento e o que se coloca para a pesquisa, nesse sentido, é caminhar o próprio percurso da pesquisa, uma inversão do termo “método” que indicaria um caminho determinado pelas metas já previstas. O cartógrafo acessa, nesse caso, junto ao acompanhado, os elementos processuais dos territórios, as matérias, as forças, as linhas em movimento e heterogêneas, assim como os fragmentos para compor cartografias. Acessar não significa que esses elementos estão passíveis aos movimentos; existe uma relação de embate, de problematização, de encontro, de desencontro, de composição, de decomposição, de tensionamento, ao mesmo tempo que os elementos expõem veios que podem ser seguidos ou não.

Podemos dizer ainda, tentando ampliar e já indicar um ponto de articulação com a prática clínica do AT, que ainda abordaremos, que o conhecimento, a intervenção e o fazer-saber como composição cartográficas não estão para o domínio de territórios, para a objetificação, mas estão em função do agenciamento, da composição, da decomposição, dos embates e problematizações dos territórios.

Nesta pesquisa, em certo aspecto, os elementos dos encontros que temos com Paulo são os filmes, as personagens, as atividades que propomos no AT, as ruas, a cidade; a filosofia de Deleuze e Guattari, suas criações conceituais, a psicanálise, os estudos acerca da linguagem e o fazer na clínica no AT. Esses elementos constituem-se nos territórios pelos quais transitamos e estão implicados no processo de experimentação entre acompanhado e acompanhante. Os elementos apresentados não têm prevalência ou hierarquia de um sobre o outro, de modo que, como rizoma, conectam-se a qualquer um dos seus pontos com qualquer outro e cada um dos seus traços não remete a traços necessariamente de mesma natureza; o rizoma coloca em jogo regimes de signos de várias naturezas diferentes.

Nesse meio heterogêneo nos interessa as ressonâncias, as relações de aproximação, tensões, trocas e deslocamentos, ou seja, abertura entre os elementos, o que nos proporciona a possibilidade de criação em que o essencial serão os intercessores. Estes podem ser pessoas, conceitos, animais, situações, teorias, entre outros. Também podem ser fictícios ou reais. “Eu preciso de meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimiram sem mim” (DELEUZE, 2010a, p. 160).

A cartografia está relacionada, então, com a experimentação desses elementos na medida em que são heterogêneos e, por isso mesmo, não se reduzem um ao outro, mas mantêm certo espaço-fissura de contágio e tensão entre eles, e daí a possibilidade de uma criação de territórios, invenções e artifícios ao invés de análises ou interpretações.

Para deixar mais claro o conceito de experimentação que parece se conjugar com a cartografia, retomamos em Deleuze e Guattari algumas pistas que mostram como estes filósofos compõem o conceito de experimentação. Mostraremos, neste ponto, apenas o contexto em que o conceito aparece, sem tentar explicitar definições mais profundas ou articuladas, o que será feito no desenvolvimento da tese.

Em Mil Platôs, por exemplo, quando se referem ao rizoma e à cartografia, os autores vão dizer que o mapa está voltado para uma experimentação ancorada no real: o mapa é aberto, tem múltiplas entradas, é uma questão de performance, enquanto o decalque presume uma competência (DELEUZE; GUATTARI, 1995a). Pode se dizer aqui que rizoma refere-se às conexões que se fazem de infinitas maneiras entre multiplicidades heterogêneas. O rizoma

refere-se às características das gramíneas que se espalham ou se ramificam em qualquer ponto, em qualquer direção, ao contrário de uma raiz que funda e mantém uma árvore. Daí dizer que o rizoma é a-centrado, enquanto a raiz pode servir-se de uma hierarquia e um centro de poder, entretanto, rizoma e raiz não se excluem. De um rizoma pode se fazer raiz e desta também pode surgir um rizoma.

O rizoma também pode ser remetido a um modo de pensamento que funciona por conexões variadas, qual seja: *isto e aquilo e aquilo outro, e....* entre seus elementos ao invés de um modo estritamente binário, dicotômico (*isto ou aquilo*) ou ainda segundo a cópula: *isto é aquilo*.

O rizoma caracteriza as linhas de composição dos territórios e os seus movimentos de desterritorialização. A cartografia consiste, então, em experimentar, traçar ou constituir as linhas dos territórios e suas desterritorializações; isto é, fazer o mapa desses territórios. Desse modo, pode se dizer que cartografar, experimentar ou mapear os modos de conexões territoriais constituem o Rizoma ao mesmo tempo que se faz e se cria outras conexões.

Nesta relação entre experimentação, rizoma e território apontamos agora, uma referência aos mecanismos de interpretação. Os autores dirão: “Experimente ao invés de significar e de interpretar! Encontre você mesmo seus lugares, suas territorialidades, seu regime, sua linha de fuga!” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 96).

Tal experimentação cartográfica consiste em se instalar em um território e experimentar as oportunidades oferecidas por ele, buscar um lugar favorável, os aliados, os eventuais movimentos de desterritorialização - as linhas de fugas possíveis-, e vivenciá-las. Isto é, assegurar conjunções de fluxos aqui e ali; experimentar segmento por segmento dos contínuos de intensidade e ter sempre um pedaço-fragmento de uma nova terra, um novo território (DELEUZE; GUATTARI, 1995a).

Os territórios se relacionam aos agenciamentos conforme mostraremos a seguir. O Agenciamento possui dois pólos: o estratificado dos agenciamentos e a máquina abstrata. O primeiro é considerado molar, ou também chamado territorializado, com agenciamentos sociais que possuem códigos específicos e funcionamento estável e reprodutor, modelando existências segundo esses códigos e restringindo o campo do desejo. O segundo é o pólo chamado máquina abstrata, molecular, descodificada ou desterritorializada, que carrega novas criações em potência.

Os dois movimentos – territorialização, desterritorialização – coexistem no mesmo agenciamento, indo de um para o outro, mas não se valem, nem se compensam e não são simétricos. Nesse sentido, há uma reterritorialização que se faz constantemente e que:

Dá determinado termo ao devir, determinada efetuação ao acontecimento, determinado indicativo ao tempo [...], mas desterritorialização simultânea [que] libera códigos [...] carrega estados de coisas e enunciados numa linha de fuga, [...] e extrai um devir que já não tem termo, porque cada termo é uma parada que precisa saltar. (DELEUZE, 1998, p. 59)

Trata-se do acontecimento como efeito do encontro intensivo dos corpos, a passagem de um estado de coisas a outro, mas que não se reduz à sua efetuação espaço-temporal, ele é também a expressão dessa passagem. Acontecimento é o sentido expresso da passagem de um estado de coisas a outro e, por conseguinte, compreende um regime intensivo de afetos e sensações, e revela mudanças nas relações de força, altera as linhas de força dos corpos. Afeto é, pois, a variação de potência pela qual um corpo passa quando afetado por outro nos encontros intensivos. Não é um sentimento pessoal, nem uma característica, mas a efetuação de uma potência que faz vacilar o ‘eu’ (DELEUZE, 1997). Ser afetado e afetar é o que nos indica que há um outro em relação.

A experimentação se faz ou se dá nos agenciamentos ou como agenciamento, acontecimentos, mudanças, processos de territorialização, reterritorialização e desterritorialização que, por sua vez, se constituem por misturas de formas de conteúdo e formas de expressão, corpos que se penetram, se misturam e se afetam; e também enunciados que são peças e engrenagens nos agenciamentos, signos que se organizam de uma outra maneira. A experimentação se dá num regime de corpos e de enunciados. Se pudermos falar de uma “unidade” a partir dessas misturas, esta unidade é, paradoxalmente, o agenciamento como se segue:

Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical, o agenciamento tem, de uma parte, lados territoriais ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte, picos de desterritorialização que o arrebatem. (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 29)

Deve-se ter em conta que os territórios compreendem também um processo de desterritorialização inerente, que responde tanto por um desfazimento quanto pela produção de territórios, por isso, quando se chega em um território, neste caso, quando o acompanhante chega num território, considera-se que já se tem um processo em andamento. No caso de Paulo, já havia toda uma territorialidade, relações já estabelecidas, ele havia dispensado, mesmo que indiretamente, seu professor e sua mãe não queria que ele não passasse muito tempo em frente

à televisão. Poderíamos perguntar: Quais processos estariam implicados ou colmatados nesse território?

A aposta é que o território está em processualidade ou guarda uma processualidade por mais territorializado ou cristalizado que esteja. Por estar em processualidade, os elementos que o compõem não estão dados e prontos para serem coletados, mas são irredutíveis à representação.

Nesse sentido, o Rizoma comprehende as múltiplas entradas e as linhas variáveis linhas que podem ser seguidas ou criadas de acordo com os deslocamentos, as ressonâncias e as tensões, não havendo preocupações com a origem, fim ou finalidades, pois o que interessa é o que se passa ou surge pelo meio, de modo que, as perguntas quando se entra no território são: o que está acontecendo? Como isso funciona? De outro modo é também interpelar o território. Daí podermos dizer que a experimentação consiste em se colocar no caminho, ou melhor, no espaço que ela própria abre; é colocar-se no entre, no meio. É necessário dizer que esse meio, pelo qual o rizoma cresce e transborda, não é uma medida ou um centro, antes, refere-se às intensidades que podem desestabilizar os territórios pelos quais se circula. Isso aponta para o fato de o rizoma constituir-se e compor-se por afetos intensivos e, por isso também ser acentrado e não- hierárquico.

A experimentação consiste então em habitar um território, experimentar quais linhas possibilitam a produção de algo novo, de linhas de fuga ou de linhas flexíveis e de pontos de báscula; consiste também em fazer composições com elementos de outros territórios ou passar a outros territórios, fazendo cruzamentos, interseções, atravessamentos entre um e outro. A condição do pesquisador será, por isso, a de um estrangeiro, um nômade, que habita territórios, passa de um a outro, experimenta as linhas, desterritorializa; isso sempre em função das pistas e dos signos de processualidade dos encontros.

Deste modo, a experimentação se relaciona com a construção de um plano cartográfico ou de experimentação no qual as relações escapem ou se desloquem da organização que, geralmente, está estabelecida por representações, identificações ou semelhanças; por ordens segundo um mundo supostamente dado e significado, por sujeitos e objetos formados e circunscritos, classificados e hierarquizados:

As classificações, hierarquizações, dicotomias, formas e figuras, tão familiares a nossa realidade cotidiana, precisam desaparecer, mesmo que por instantes, para que os corpos se exponham em seu estado de variação o mais intensivo, isto é, como qualidades puras ainda não reduzidas às categorias de representação. Como puras diferenças ou forças livres de organização do pensamento representacional e das ações corriqueiras, os componentes do coletivo [de forças] afetam o plano [estrato] da

organização das formas para instaurar condições de diferenciação recíproca, produzindo um a mais de força. (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2009, p.100)

A construção do plano cartográfico implica, então, menos uma competência para categorizações, hierarquizações ou representações, e mais uma performance em função de uma sensibilidade para com aquilo que afeta, e assim afetados, para cartografar as pistas e vestígios que indiciam a abertura para a novidade e criação.

Nesta pesquisa, as pistas, signos ou vestígios são os modos de falar, os dizeres, as dificuldades, os esquecimentos, os equívocos, os não entendidos, as palavras, as repetições, as expressões, os questionamentos, os impasses, os olhares e os gestos. As teorias e os conceitos constituem também pistas e vestígios na possibilidade de se empreender um dispositivo conceitual.

Esses elementos constituem-se em agenciamentos e por agenciamentos como processos da pesquisa. O agenciamento, então, relaciona-se com os elementos pelo que eles nos afetam nos encontros, por sua relação de força e sua singularidade. É a singularidade, em contato com outras formas ou territórios, que cria estados críticos e tensionais, que possibilitam outras tramas, novas direções, outros modos de compor o território além das formas atualizadas. Desse modo, pelo agenciamento de fragmentos heterogêneos dos vários territórios pelos quais transitamos, dar-se-á a montagem de um híbrido conceitual-teórico, uma prática-conceitual.

A montagem e também a desmontagem exige do cartógrafo uma imersão no plano da experiência ou experimentação. Nesse plano, saber e fazer são inseparáveis, por isso o fazer e o saber são processos que vão de um ao outro. O fazer e o saber não tendem a um todo ou totalização, o que, por sua vez, também não se concebe, pois o rizoma é aberto, sempre em vias de se fazer e desfazer pelos elementos fragmentados e fragmentários que estão sempre se conectando ou desconectando em um movimento de desterritorialização-reterritorialização do processo.

O “método” de pesquisa⁹ se dá então enquanto experimentação e a experimentação enquanto uma cartografia que não se pauta por objetivos ou finalidades a serem alcançadas. Daí a cartografia não ser um método que irá ser aplicado ao objeto dado ou tendo em vista algum objetivo dado por esta aplicabilidade. Na cartografia, o conhecimento é um trabalho de invenção e o mapa é uma questão de performance mais do que de uma competência presumida por um saber ou por uma prática.

⁹ Utilizamos como referência as *Pistas do método cartográfico* de Passos, Kastrup, Escóssia (2009), articulando com os conceitos de experimentação e deriva.

A palavra “invenção”, a partir da sua etimologia latina, *invenire*, que significa compor com restos ou com os fragmentos, dá a dimensão do método. A invenção se dá, pois, pela cartografia e na cartografia através de um meio ou de elemento pelo qual se é tomado no agenciamento e como agenciamento. Não temos agente da invenção ou do conhecimento ou da experimentação, apenas os meios e os modos pelos quais se é afetado e o modo como se dá a experimentação desses afetos e agenciamentos.

Dizemos então que para en-tender e co-empreender¹⁰ a cartografia como experimentação e invenção destituída de agentes do fazer e do saber, que é também uma tentativa de se afastar dos parâmetros das ciências tradicionais e suas experiências cartesianas/positivistas, temos o conceito de implicação ou transversalidade utilizados na análise institucional, que amplifica o conceito de transferência de Freud.

Se a transferência comumente pode ser referida à dinâmica bidimensional ou intersubjetiva, na qual os afetos se referem a representações que vão de um polo subjetivo a outro (Eu-Tu), a implicação considera o plano das linhas de força ou relação de forças que compõem os territórios. O que interessa é o que se passa entre os elementos que compõe os encontros em função das dinâmicas que os permeiam para além e aquém das formas, isto é, para além das pessoas, individualidades, teorias, lugares e discursos. A experimentação, por sua vez, pretende acolher as singularidades de uma dimensão pré-individual, plano de intensidades; um processo de subjetivação em curso, que ocorre por entre as formas de dizer e ver, ou seja, no meio, entre as palavras e as coisas, na intensidade dos encontros que impulsiona a criação e a inventividade.

Isso significa que os vários elementos heterogêneos da pesquisa estão num plano implicacional rizomático, um plano de experimentação, com certo grau de abertura “comunicacional” entre um e outro elemento, isto é, há um *quanta* de transversalidade que indica uma variação de espectro que vai do mais proprietário - ponto de vista proprietário com baixo grau de abertura comunicacional e de experimentação, que conserva as formas, as significações e os sentidos -, até a experiência sem ponto de vista, que encarna a “comunicação” e a experimentação ao máximo, que faz variar os pontos de vista mais que aboli-los e assim alcançar uma experiência desterritorializante a partir da aliança com as forças processuais.

¹⁰ Propomos uma definição um pouco diferente de algumas palavras que usaremos neste trabalho: “En-tender” [não do entendimento – modo de pensar, saber ou conhecer que prioriza o intelecto], mas do verbo “tender”: possuir uma inclinação [um movimento] para algo, dispor-se em relação a um plano, desviar-se da linha reta, vertical ou horizontalmente; estar próximo, expandir, estender no tempo e no espaço.

“Co-empreender” [compreender seria, de modo geral, entender intelectualmente, como através da percepção ou do entendimento, ou a capacidade de entender o significado], mas queremos usar como co-empreender, isto é, experimentar, realizar um trabalho, delinear, executar junto ou coextensivamente.

Neste arranjo em que falamos de elementos heterogêneos, de singularidade, de implicação, de transversalidade e de abertura é que podemos remeter ao agenciamento como transversalizando e transversalizado, implicado pelo inconsciente ou no processo maquínico desejante inconsciente do plano de imanência. O agenciamento, por isso, é tomado como condição de composição ou territorialização para os corpos e os regimes de signos no processo de reterritorialização, como veremos na tese.

No contexto da cartografia como método, partindo da necessidade de pensar os encontros com Paulo, mais precisamente, pensar o modo como ele se implicava e “usava” a linguagem, nos encontramos com o bergsonismo de Deleuze (1999), através do qual vemos, na intuição como constituinte dessa metodologia, um modo de compor uma experiência cartográfica ancorada no real; um modo de se haver com o real do plano de imanência de singularidades; assim como um modo de passar da experiência de um ponto de vista estritamente objetivo das ciências (da experiência definida ou de definição) para uma experimentação (indefinida ou da indeterminação); e também um modo de co-empreender a linguagem como experimentação.

Iremos tratar da intuição em alguns pontos da pesquisa como um modo de problematizar os encontros e os modos de se haver com eles. Embora Deleuze (1999) aborde a intuição em Bergson como método na filosofia, esse procedimento nos servirá de intercessor na clínica, pois, com um certo deslocamento, podemos dizer que ele coaduna com o modo de funcionamento da cartografia. Dito de outro modo, a cartografia se constitui ou se agencia com a intuição ou pela intuição, pois na cartografia tendemos e (in)tensionamos compor com aquilo que remete-nos a intuição, ou seja, com a experiência vivida; com os problemas conforme aparecem em função dos encontros; com o acontecimento; com a criação e invenção; com a deriva e com os devires; enfim, com aquilo que nos toma ou nos afeta nos encontros.

Desse modo, é a tensão dos encontros no AT, com seus elementos heterogêneos, as pistas, os vestígios, as singularidades, as dificuldades, os esquecimentos, os equívocos, as repetições, os deslocamentos, os gestos, as teorias e os conceitos que nos interessam. A tensão coloca em jogo uma espécie de intuição, por isso, a “(in)tensão” e a intuição pautam o método. Por conseguinte, considerando a intuição “instintiva” compondo o método, os problemas que surgem são colocados na perspectiva do campo do problemático para o qual o tempo é o da duração, o tempo-acontecimento, o tempo aíón como estratégia de criação; e a diferença é considerada enquanto diferença irredutível.

Nesse sentido, traçamos e trabalhamos o campo do problemático com a deriva no AT, as conjunções e disjunções dos elementos de pesquisa: as saídas, os passeios, as atividades; a

linguagem, as palavras, as expressões; os conceitos de filosofia, dos estudos da linguagem e da clínica. Esses meios, mais do que respostas, impõem questões e tensões produzindo uma metaestabilidade nos territórios pelos quais circulamos.

Portanto, nessa composição metaestável do trabalho, não há, nos elementos da pesquisa, nos encontros na clínica, na escrita do texto, passagens como se cada um desses elementos fosse uma fase a ser superada em busca de uma verdade. Há sim a coexistência dos elementos e uma paradoxal indiscernibilidade, uma ‘passagem-entre’ um e outro que contagia ou reverbera e potencializa todo o plano. São, enfim, relações de posições, de movimentos e de contágios.

A intuição é também um modo de tematizar e lidar com a multiplicidade, instabilidade e indiscernibilidade. Se, como dissemos, a cartografia lida com complexidades, a intuição é um modo de compor um fazer-saber, lidar com relações ou contágios; com os movimentos e repousos; com as velocidades e lentidões; com o que se dá de modo imediato e relaciona-se, assim também, com uma imagem, a qual não remete a um modelo, mas a uma imagem fabuladora, criadora e potencialmente falsa, ou, poderíamos dizer que ela, a intuição, remete ao simulacro.

Abordaremos estas relações entre intuição, imagem e simulacro em momento apropriado, mas podemos adiantar que isso implica dizer que, ao invés de termos, exclusivamente, uma faculdade da imaginação que constitui uma imagem que tende a totalização e identidade, com a finalidade de ser apresentada, afirmada ou não, e categorizada pelo intelecto ou julgada pela razão, ou uma imagem como algo a ser superado ou atravessado para atender determinada finalidade, a imaginação fabuladora constitui uma imagem disruptiva, difusa ou dispersa.

Longe de ser uma faculdade mental, a intuição é um modo de relação implicado pelos fluxos das multiplicidades, constitui a lógica dos sentidos e dos afetos; de outro modo, está atravessada pelo tempo enquanto duração, variação e ritmos diferenciados e diferenciadores. Ela, a intuição, é uma operação que decorre em função destes fluxos.

Nessa operação, a intuição não proporciona o conhecimento imediato de seu objeto nem as evidências que definem objeto ou sujeito, muito menos os elementos de subjetividade, ao contrário “intui-se” a indeterminação e a impermanência (afinal, o que se passa?) entre o que se considera ser um sujeito ou objeto, uma palavra e uma coisa. A intuição é, então, como o próprio Bergson diz, um instinto ampliado, no sentido em que consideramos que o instinto relaciona-se com a capacidade de afetar e ser afetado, e por isso, com uma vontade de potência em detrimento da predominância de uma vontade de verdade. Essas relações serão retomadas em momento oportuno.

É possível dizer que a imagem fabuladora ou criadora, enfim, a imagem-simulacro da intuição entre em composições com o que se chama de razão, mas com a condição que tal imagem não seja guiada-categorizada pelo intelecto no interesse da razão e que a razão não seja modelo-padrão ou gere modelos de regulação a serem necessariamente seguidos ou imitados, ou gere imposições ou julgamentos de ordem; ou modelos de finalidade e transcendência, ou que subsumam as diferenças produzidas pelos sentidos e afetos. Isto é, nem imagem como modelo, nem imagens que se alcem ao modelo, nem regulações racionalizantes, por isso, o significado e o papel da razão já é outro.

As composições entre intuição e razão, nesse sentido, se caracterizam mais por intervenções-cortes recíprocos que por adequações de qualquer ordem, isto é, a razão constitui-se numa relação de encontro em que não há separação entre pensar e sentir. Há uma razão segundo corte-tempo-Acontecimento, razão em função dos cortes-ritmos de tempo-duração, ou a razão dos ritmos diferentes, o que também pretendemos abordar mais adiante.

Nesse plano implicacional-acontecimental-intuitivo da experimentação é que se opera em favor, “en-tendências” de mudanças, de possibilidades de criação e invenção a partir de/e com algo indeterminado, difuso, díspar ou disruptivo. Neste plano implicacional-intuitivo-rizomático não temos o ponto de vista privilegiado ou o objeto claramente e evidentemente identificado, segundo o qual conseguiríamos alcançar uma objetividade científica ou uma pretensa neutralidade fomentada pelos métodos tradicionais de pesquisa. Nesse caso, não há separação, por exemplo, entre sujeito e objeto, teoria e prática, conhecimento e política, e como já foi dito, entre filosofia, ciência, arte; entre clínica, ética e estética.

Considerar este plano da experimentação-cartográfica significa não apenas tirar qualquer elemento de um suposto centro de saber, de importância, de valor ou de referência e colocar outro em seu lugar, pois um elemento central ainda determinaria a posição e o valor dos outros elementos. Por exemplo, poderíamos retirar o sujeito do conhecimento (cartesiano, kantiano ou positivista) do centro e colocar o sujeito do inconsciente; tirar o sujeito do enunciado e colocar o sujeito da enunciação; tirar o objeto e colocar o sujeito; tirar a completude ou o todo ou colocar a falta. Mas, o que ocorre é que nas composições de cartografia ou no rizoma não há centro e não há hierarquias. Trata-se assim de retirar qualquer centro e tornar a centralização problemática e, mais do que isso, flertar com outro modo de pensamento que subverte os dualismos, a metafísica (neo)platônica, a lógica binária, as identidades, levando o pensamento e a linguagem à uma experiência do fora, na qual pensamento, corpo e linguagem levam um e outro ao seu limite justamente em função de algo indefinido ou indeterminado que se passa nos encontros.

Na tentativa de produzir os meios da cartografia e da experimentação e como experimentação, utilizamos a deriva como prática no AT¹¹. A deriva se refere, num primeiro momento, a passeios ou saídas pelas ruas sem uma finalidade ou um rumo pré-definido. Tomar as ruas e as derivas como um meio nos remete aos situacionistas¹². Estes, de modo geral, falavam de deriva como participação nas cidades e da “... ideia da colagem, da mistura e da diversidade contra o excesso de racionalidade e funcionalidade modernas e contra a separação das funções” que a cidade projeta, por exemplo, as ruas como trajetos para lugares específicos, para uma loja ou para um banco; as lojas para vender, os bancos para pagar contas (JACQUES, 2003, p. 27).

Para além das saídas pelas ruas, consideramos que a deriva no AT deve ser ampliada para outros “lugares”, por exemplo, a própria casa do acompanhado; ou para as atividades que, no caso que apresento, foram: filmar, pintar, desenhar, caminhar; além de também ser ampliada para as teorias e conceitos, e, talvez o mais importante, os elementos tomados na deriva e como deriva devem ser tomados no e como agenciamentos e seus processos de subjetivação.

Na deriva ou como deriva, os objetos, os elementos, as atividades, as ruas ou os conceitos tomam uma função diferente e independente do seu uso prático e da sua finalidade pois entram em diferentes modos de composição, outras implicações, outros agenciamentos. Nesta concepção de deriva, as ruas, como espaço quase social, com sua lógica voltada para o trânsito de carros, pedestres e comércio, tornam-se lugar de encontros. Nesse sentido, ao fazer coro com os Situacionistas, acrescentamos, que o “O urbano [pode ser visto] como terreno de ação, de produção de novas formas de intervenção e de luta contra a monotonia, ou ausência de paixão da vida cotidiana moderna” (JACQUES, 2003, p. 13).

O que se propõe com a deriva no AT é tentar e apostar que, acompanhado e acompanhante, possam “recolher”, tomar e serem tomados por elementos ou fragmentos dos lugares, das atividades, dos diálogos, daquilo que se diz, se vê ou se ouve, também já tomados como derivas nos encontros e, a partir daí – a partir do modo como se afeta e é afetado -, na possibilidade de implicarem-se no encontro e pelo encontro, comporem o AT.

¹¹ Trabalhei o conceito de deriva na dissertação de mestrado “Entre-lugares e Entre-tempos: Cartografias de um Acompanhamento Terapêutico”. Aqui o conceito é retomado em parte, mas, desta feita, articulando-se também com a problemática da linguagem ou a linguagem como deriva.

¹² Guy-Debord (1931-1994) fundou a Internacional Situacionista (IS), cujas ideias abordavam a psicogeografia, a deriva e a construção de situações, criticando o funcionalismo moderno presente na arquitetura e no urbanismo. “Os situacionistas [...] queriam provocar a revolução e pretendiam usar a arquitetura e o ambiente urbano em geral para induzir à participação, para contribuir nessa revolução da vida cotidiana contra a alienação e a passividade da sociedade” (Jacques, 2003, p. 19).

Nesse contexto, levando em conta a articulação com o “real dos afetos”, a deriva compreende os elementos como provisórios, nômades e parciais, assim como também, os espaços, as atividades, os conceitos, as teorias, isto é, tais elementos não compreendem por si só um objeto ou objetivo, uma totalização ou uma completude do fazer do AT ou completude a ser alcançada. Daí que podemos dizer que a deriva e os elementos que temos a partir dela são meios e não fins.

A deriva, nesse sentido, se constitui como um agenciamento e no agenciamento. Assim, a linguagem, os modos de expressão são intrínsecos ao agenciamento, assim como o modo pelo qual somos tomados por ela (pela linguagem) nos encontros com Paulo, podem ser compreendidos como uma deriva, um nomadismo, também parcial, tanto quanto um meio. Temos, assim, a deriva pelas ruas, praças, parques ou atividades e a deriva na linguagem ou pela linguagem na qual, mesmo que as palavras já estejam capturadas, desgastadas ou tenham se tornado convencionais e habituais, podem ainda conter uma abertura, alguma novidade.

Nessas derivas, procuramos nos deixar levar pelo que os encontros com Paulo nos apresentam, e assim, nos forçam, nos levam a pensar, agir, falar e ouvir de outros modos; somos levados pela relação que se constitui, a fim de possibilitar momentos que possam ser considerados como de ruptura, aceleração, convergências, divergências, diferenças ou pequenas mudanças. São derivas em que somos pegos de surpresa em movimentos e acontecimentos, por palavras, por frases, por expressões, por gestos, que nos tomam e nos fazem hesitar entre dizer ou responder algo ou fazer algo ou não; e, na hesitação, na tensão que faz um “entre”, temos a possibilidade de mudanças nas relações de Força: um outro modo de fazer, dizer e escutar, um outro agenciamento.

A deriva se torna importante aí pois concebe-se como problemática ou, dito de outro modo, ela é tramada por encontros problemáticos. Ela possibilita colocar-se em deslocamento, em passagens curiosas que vão dos percursos pelas ruas, praças, atividades ou jogos às expressões, dizeres ou silêncios. Ela está envolvida com uma produção, com um modo de fazer diferente do que estava cristalizado nas situações ou territórios que eram familiares para Paulo, pela “tradução” da mãe, por exemplo, como veremos nas narrativas. Pois a deriva não se propõe a resolver as tensões, mas embaralhar percursos, lugares e até mesmo dizeres e expressões. A partir daí pensamos a deriva também como uma deriva pela linguagem e na linguagem; a deriva não como causa transcendente, mas como causa-efeito dos encontros.

Nesses termos, nas derivas e encontros com Paulo, as finalidades, os obstáculos, os meios, as subordinações, algo que pudesse parecer principal ou ganhar destaque em determinado momento - por exemplo, fazer filmagens, pintar, dialogar, tomar iniciativas, ficar em silêncio,

dizer algo ou apenas ouvir, fazer ou responder a questionamentos -, ou algo que pudesse parecer secundário, por exemplo, fazer saídas, andar pelo parque ou aprender a assobiar, estão imbricados de modo que não há meio de discerni-los por importância. Isto é, não há principal ou secundário, relevante ou irrelevante. Isso não quer dizer que haja uma indecisão, ou que valha qualquer coisa, mas há uma deriva-flutuação na qual alguma coisa pode ou não tomar-se como dimensão de encontro, como diferença, e por isto também, desencontro.

Com essa ideia de deriva e flutuação, pensamos e compomos o método e o fazer ou a ação no AT a partir de uma noção apresentada por alguns autores nas práticas dos at's e de dois conceitos retirados do livro de Deleuze sobre o cinema, a saber, o conceito relacionado à situação sensório-motora e o esquema ação-reação, retomados, no contexto do AT, de outro modo. A respeito desses dois conceitos, podemos ver que Deleuze (2005), teorizando a imagem no cinema, aponta para duas situações: a situação sensório-motora/esquema ação-reação e a situação ótica e sonora¹³.

A primeira situação compreenderia os espaços e os meios bem qualificados e determinados de tal modo que se poderia supor uma ação ou um enunciado que revelasse ou suscitasse uma reação que se adaptaria a ela ou a modificaria; tal esquema sugere uma resposta certa no momento certo, um gesto adequado, uma interpretação ou uma palavra eficaz (DELEUZE, 2005). Na segunda, temos ocasiões correntes, banais e cotidianas, que por mais que quiséssemos, nos esforçássemos, ou nos movêssemos, tais situações transbordam para além da capacidade de agir, restando apenas ver, ouvir, talvez dizer alguma coisa, intervir de algum modo; o que não corresponde necessariamente a uma resposta ou ação: é mais que reagir, é tão somente acompanhar em deriva (DELEUZE, 2005). Há ai uma impotência para agir intencionalmente ou objetivamente, mas tal impotência nos capacita a ver e ouvir. Daí que “Os objetos e os meios conquistam uma realidade... que os fazem valer por si mesmos” (DELEUZE, 2005, p. 13).

O acompanhar, levando em conta a impotência de agir conforme ideais e projetos intencionais ou objetivos, não quer dizer passividade, mas diz respeito à potência de ser afetado por aquilo que se encontra ai destituído do cálculo, que faz ver e ouvir aquém do que parece estar objetivado e significado.

Nesse contexto, podemos falar de um modo de ação no AT. Tal ação já foi abordada por alguns autores como Porto & Sereno (1991) e pode ser pensada como uma intervenção ou uma

¹³ Importante salientar que esse conceito de deriva que retomamos aqui, compondo também com as situações ótica e sonoras é ampliado nesta pesquisa com a concepção da reversão do platonismo, diferente da concepção que foi trabalhada anteriormente em minha dissertação de mestrado, como já foi citado acima.

ação interpretativa ou ainda uma “interpret-Ação” ou um gesto de interpretação. Entretanto, tomando a noção de ótico e sonoro, tomando o conceito de deriva, pensamos uma interpretação flutuante como um modo de ação flutuante e à deriva. “A ação flutua na situação [ou território], mais do que a arremata ou a encerra” (DELEUZE, 2005, p. 13), é o que pode possibilitar sair do esquema ação-reação/sensório-motor e abrir-se a uma indeterminação; afastar-se de um modo cognitivista de agir e pensar, e possibilitar aberturas para o encontro em função da instabilidade produzida pela flutuação.

Podemos citar Heuser (2010) para dizer que, para ultrapassar os esquemas sensório-motores dos quais a consciência se utiliza para suportar o que lhe é insuportável ou afastar do que lhe parece desagradável (o devir e a fragmentação); e para quebrar os modos habituais de se encarar o mundo, é necessário sair das representações, dos clichês, dos conflitos instituídos que nos fazem ver, ouvir, falar segundo exigências econômicas, religiosas, psicológicas, sociais ou culturais.

Deste modo, diante do que há de ritualizado, mecanizado ou automatizado nos encontros, nos dizeres, nas atividades no AT com Paulo; naquilo que se repete ou que varia; naquilo que já não faz sentido ou que já porta sentidos em demasia; ou, quando os rituais e as falhas se insinuam – de outro modo, tanto o ritual quanto a falha são insidiosos; torna-se necessário operar com a “interpret-Ação”. Ela é ato e ação constituídos pela ética; pela implicação com aquilo que está acontecendo, com o caráter de (des)fazimento, de encontro e desencontro, e com a sua irreduzibilidade à representação. Mais à frente, relacionaremos essa “interpretação” com a intervenção e a invenção, e vamos propor o termo *intervenire*, na tentativa de ampliar os conceitos apresentados aqui.

Por enquanto, temos então: a deriva, a flutuação, a indeterminação; o afastamento do modo cognitivista, do regime sensório motor, da representação e do regime significante; temos a aproximação com o inconsciente, com o *nonsense* ou não-sentido, com o campo do problemático, segundo já foi mencionado.

Tomando esses aspectos como composição e agenciamento, estamos diante de uma concepção, segundo a qual, o simbólico é, no mínimo, deslocado do seu lugar. Pretende-se, então, abrir-se aos efeitos do real ou ao plano de imanência real. Considera-se assim, os equívocos e paradoxos, na indiscernibilidade entre o imaginário e o real, tanto na prática do AT, como na própria pesquisa, enquanto estudo teórico e produção conceitual.

Na cartografia como método, as anotações¹⁴ e os registros dos encontros que servem à pesquisa e a constituem, foram feitos depois de cada encontro como um exercício de escrita, de registros ou anotações, que também compreendem a experimentação como argumentamos aqui, pois faz parte dos encontros do AT e da experimentação como exercício da clínica tal como entendemos. As anotações são registros escritos como um diário de pesquisa etnográfico contendo os lugares onde fomos, as atividades que fizemos, como fizemos, as impressões que tivemos, o que foi dito nos diálogos, as expressões utilizadas, os comentários feitos, aquilo que não ficou bem entendido, as questões, as dúvidas e as angústias (PASSOS; BARROS, 2009).

A partir das anotações, como algo que remete aos encontros, ao que se passou nesses encontros e ao produzido nos encontros, temos a narrativa como um processo importante na cartografia, de modo que tomamos a narrativa por uma política da narratividade como colocado nas pistas do método cartográfico delineado por Passos e Barros (2009).

Para esses autores, os dados produzidos, mais que a maneira de narrar, indicam uma posição narrativa que está articulada com o que se coloca em jogo, isto é, com o modo como estamos implicados nos encontros. Será daí, do modo como estamos implicados, que, no plano da experimentação, implicacional e rizomático, será traçada a transversal que é, “no que diz respeito aos modos de dizer, tomar a palavra em sua força de criação de outros sentidos, é afirmar o protagonismo de quem fala e a função performativa e autopoietica das práticas narrativas” (PASSOS; BARROS, 2009). Deste modo, a narrativa é mais que narrar os fatos, é também um suporte e um artifício para mostrar as práticas agenciadas nos encontros, assim como os elementos agenciados para a análise. As narrativas e os relatos, segundo Barros & Kastrup (2009)

São exemplos de como a escrita, ancorada na experiência [na experimentação e como experimentação], performatizando os acontecimentos, pode contribuir para a produção de dados numa pesquisa. Ao escrever detalhes do campo [ou do território] com expressões, paisagens e sensações, o coletivo se faz presente no processo de produção de um texto. Nesse ponto não é mais o sujeito pesquisador a delimitar seu objeto. Sujeito e objeto se fazem juntos, emergem de plano afetivo. (p. 73)

Nessa perspectiva é que, para Passos e Barros (2009), diante de um caso, o procedimento narrativo é um procedimento de desmontagem: “do caso extrai-se a agitação de microcasos como microlutas trazidas à cena” (PASSOS; BARROS, 2009, pp. 161). Do caso,

¹⁴ A prática das anotações baseada na cartografia e nas *Pistas do método cartográfico*, do modo como colocado aqui, tornaram-se parte da minha prática profissional como acompanhante terapêutico. Retomo essa noção mais uma vez, atravessada agora pelos problemas aqui pertinentes. Isto é, como prática, ela muda em função dos problemas que se colocam.

temos a ocasião para “mil casos ou intralutas que revelam a espessura política da realidade do caso” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 161). Temos, por conseguinte, a dissolvência que é a “experiência de desmontagem do caso, a sua desestabilização geradora de fragmentos intensivos, de partículas de sentido que se liberam, que são extraídas do caso” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 162). Essas partículas é que poderão dar passagem para a experimentação do traçado de uma linha de fuga ou de criação para outros outros modos existenciais possíveis, em termos dos encontros e da experimentação no AT, e em termos do processo de escrita. Assim, com as partículas em linhas de fuga, podemos compor uma narrativa no processo de escrita desta pesquisa, como parte do processo de experimentação.

O recorte que se fará, afetado e implicado por essas partículas de afetação, implica que o recorte dos elementos para a narrativa é parcial e que algo escapa desses encontros, isto é, há algo que não se reduz às anotações e às narrativas. O material –anotações ou registros, que se tem para o trabalho não diz tudo e dele não se traz tudo, assim como o recorte feito não diz tudo; entretanto é sempre possível dizer algo mais no sentido da criação e composição narrativa (AGUSTINI; BERTOLDO, 2011). Entretanto, por justamente não dizer tudo, os fragmentos se constituem, cada qual, em universos que podem se comunicar ou não; no entanto, eles não são os fragmentos de uma parte maior, de um todo, mas um universo em si, uma totalidade sem totalização e por isso sempre aberta.

Nessa concepção, para pensar a produção do *corpus*, para usar um termo dos estudos discursivos, trazemos uma concepção de corpo como já foi explicitado no trabalho, para dizer que o *corpus* é uma composição heterogênea e fragmentária que apresenta certa totalidade, mas não uma totalização. Com isso, não se pretende alcançar ou fazer uma exaustão do material produzido e registrado dos encontros, como se isso garantisse a sua objetividade ou a verdade dos fatos (AGUSTINI; BERTOLDO, 2011). Por isso também não recorremos à gravações de vídeo e/ou dos diálogos. Não há dado *a priori*, nem assegurado, mas uma construção ou composição colocada na implicação-experimentação dos encontros ou da relação entre acompanhando, acompanhante, as atividades no AT, os conceitos e teorias. Desse modo,

Dimensiona-se [...] a própria relação com o[s] *corp/o/s* e, em decorrência, a sua construção[/produção]. Portanto, quando o “objeto” de trabalho [torna-se a enunciação no agenciamento coletivo], não é possível prever/prescrever procedimentos de “análise” [ou de cartografia], [apenas traçamos as pistas e cartografamos]. (AGUSTINI; BERTOLDO, 2011, p. 127, grifos meus).

A esta altura podemos dizer que o caso não se reduz a um indivíduo chamado Paulo, que seria pesquisado e analisado, isto é, não se trata de identificar uma pessoa-sujeito que terá

seus dizeres ou suas falas interpretadas ou compreendidas sob uma análise ou sob a perspectiva de um pesquisador neutro. O próprio caso é que, por sua vez, tem o nome fictício de Paulo, o caso chamado “Paulo”, assim como a rua chamada Paris. Ele, Paulo, não é um indivíduo, mas é o nome do “caso”, o nome de um processo de individuação-processo-narrativa-percurso-agenciamento. Esse é o processo constituído nas relações e pelas relações nos encontros, entre acompanhado e acompanhante, no AT; no encontro com as teorias, com os teóricos que referenciamos; é atravessado pelas interlocuções e discussões com professores e colegas em sala de aula, em grupos de estudos, supervisões e, até mesmo, em eventos acadêmicos.

No limite, “Paulo” é um efeito desses encontros. Como temos o efeito Kelvin, o efeito Thompson¹⁵, temos o “efeito Paulo”. Ele é o eco das vozes presentes no percurso e processo de pesquisa, e é o nome dado à narrativa-pesquisa-cartografia.

Cabe reforçar que não se pretende exaurir a teoria dos pensadores que compõem a pesquisa, muito menos os elementos que se apresentam nos encontros no AT ou aquilo que se refere ao acompanhado. Não se pretende também fazer a elucidação de um caso clínico, levantamento de hipóteses diagnósticas ou propor modelos de atuação clínica. Estamos no campo da experimentação e da cartografia, que se referem ao uso-funcionamento maquinico-desejante, e é daí que pensamos ser possível compor com os estudos linguísticos e a linguagem como experimentação remetida aos agenciamentos.

Essa complexidade da pesquisa, da escolha dos relatos, da cartografia dos conceitos, da teoria, da prática clínica e dos encontros, da produção da narrativa e da confecção da escrita é o que nos leva ao que diz Deleuze (2000):

Ao escrevermos, como evitar que escrevamos sobre aquilo que não sabemos ou que sabemos mal? É necessariamente neste ponto que imaginamos ter algo a dizer. Só escrevemos na extremidade de nosso saber, nesta ponta extrema que separa nosso saber de nossa ignorância e que transforma um no outro” (DELEUZE, 2000, p. 10).

Assim, considerando nosso saber, nossa ignorância, os embarracos e os equívocos, e, tendo em conta as questões relativas à linguagem e à experimentação, produzir-se-á o plano conceitual-teórico-cartográfico no entrecruzamento dos elementos que nos afetaram nos encontros e experimentações com Paulo - na prática e no estudo teórico -, algo que nos remete

¹⁵ Efeito Kelvin e Efeito Thomson são eventos estudados pela física, que recebem o nome de quem os investigou. Por exemplo, Thomson concluiu, através das leis da termodinâmica, que a condução de calor, ao longo dos fios metálicos de um par termoelétrico, que não transporta corrente, origina uma distribuição uniforme de temperatura em cada fio. Quando existe corrente, modifica-se em cada fio a distribuição de temperatura em uma quantidade não inteiramente devida ao efeito Joule. Essa variação adicional na distribuição da temperatura denomina-se efeito Thomson. Referimo-nos a eventos que recebem um nome como homenagem, mas o evento não se reduz ao nome.

a uma singularidade, a uma processualidade, a mudanças sutis ou diferenças. Esses elementos serão os intercessores, que, segundo Deleuze (2010a), são os responsáveis pela criação e invenção.

Embora tentamos apresentar esse trabalho de forma que atenda a requisitos formais da academia, a proposta é de compor cartografias e experimentações, por isso, consideramos que as partes, os capítulos e suas seções são fragmentos, e como tais, e em função da cartografia, estão compreendidos no campo do problemático. Nesse sentido, coexistem, mas não se resolvem nas suas relações de anterioridade ou posterioridade, mas se afirmam pela diferença; isto é, não apresentamos uma sequência lógica ou cronológica, segundo a qual cada parte exporia e/ou resolveria um problema até que se chegassem a uma conclusão, afirmação ou verificação da hipótese ou mesmo às respostas das perguntas feitas. De outro modo, as partes não perfazem o todo do trabalho. Esta tese diz respeito, assim, a uma totalidade aberta; ela se compõe como parte entre as partes dos encontros no AT com Paulo.

Em termos de sua importância, consideramos que esta pesquisa se torna relevante, entre outras coisas, por levar em conta os encontros com Paulo e a sua própria produção de um fazer e de um conhecimento considerado e implicado por um sujeito e/ou um processo de subjetivação. Isso nos leva a ampliar a compreensão dos diferentes modo de pensar, falar e agir em sua singularidade para além de um ponto de vista da patologia ou dos diagnósticos.

De modo geral, a pesquisa é importante por ter como referência o trabalho do AT com indivíduos que, por possuírem dificuldades e limitações físicas e/ou psíquicas, não se adaptam a condições de abordagem pré-formatadas de intervenção, por exemplo, consultórios de psicologia, psicoterapia ou psicanálise. Esse trabalho pode contribuir para pensar um modo de oferecer outros espaços e outros modos de acolhimento para essas pessoas.

Este trabalho se torna relevante também por abordar como a experimentação proposta na filosofia de Deleuze e Guattari torna-se uma possibilidade de se pensar os sujeitos e os processos de subjetivação, o agenciamento, a linguagem, o inconsciente e o desejo, temas caros onde quer que se preocupe com os vários modos de vida singulares e suas expressões. Nesses termos, a pesquisa pode ainda contribuir para enriquecer o debate a respeito do AT no âmbito das questões e temas abordados, destacando-se a linguagem como elemento importante a ser considerado no modo de fazer e compor o modo de fazer clínica.

A importância da pesquisa reside também no estudo da linguagem para problematizar os processos de subjetivação, com a constituição do sujeito, suas representações discursivas e sociais. Isto é, uma linguagem que leva em conta uma pragmática existencial dos agenciamentos mais que a linguística. É nesse sentido que também se tornou importante, como

percurso da pesquisa, a entrada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, por ampliar o entendimento, para além do senso comum, da dimensão que a língua ou linguagem tomam para entender a sociedade e o homem.

Como relevância da pesquisa, ainda podemos dizer que ela pode oferecer perspectivas para as áreas envolvidas, a Filosofia, Psicologia, Psicanálise, Estudos da Linguagem, Estudos Discursivos, tanto quanto para áreas afins, como a Pedagogia e Sociologia, tanto quanto para áreas que se preocupam com os diferentes modos de abordar os indivíduos, as singularidades, as subjetividades e a linguagem. Acrescente-se a essa justificativa, a importância da interlocução com o que estamos considerando um território de filosofia, em que destacaremos Deleuze-Guattari no que tange à suas contribuições possíveis aos variados campos do saber, das ciências e das artes, por exemplo, cinema, literatura, linguagem, psicanálise, psiquiatria, psicologia e filosofia.

Como referencial teórico vamos abordar, principalmente, as obras de Deleuze e Guattari em que as questões a respeito da linguagem são problematizadas em função dos regimes semióticos. Utilizaremos, principalmente, os livros *A lógica do sentido* e *Proust e os signos*, escritos apenas por Deleuze; *Mil Platôs*; *Kafka, por uma literatura menor* escrito com Guattari. Dessas obras destacaremos a reversão do platonismo, o objeto X, a diferença, o conceito de agenciamento, de signo e o conceito de língua menor. Em função desses conceitos, abordaremos o procedimento linguístico ou percurso intensivo que se dá em função da produção de uma língua ou linguagem menor.

Com essas referências poderemos abordar a relação entre a experimentação e o procedimento linguístico, o que nos dará a dimensão da linguagem como experimentação na clínica do AT, nos encontros com Paulo.

Além das obras supracitadas, outras obras se farão presentes a fim de articular e explicitar melhor alguns conceitos. Para isso, recorreremos a autores-interlocutores, propondo um território de Filosofia que subsidie as articulações e as problematizações da pesquisa. Teremos assim a proposição de um território de filosofia, que terá como intercessores, Deleuze e Guattari. A tese se constituirá, então, como uma cartografia dos conceitos de um território de filosofia, de uma pragmática existencial em que destacamos linguagem segundo agenciamentos de enunciação em Deleuze e Guattari, e do percurso intensivo dos encontros com Paulo na clínica do AT.

Esta tese está composta por quatro capítulos, além da apresentação, introdução e conclusão. O **Capítulo 1: “Territórios-territorialidades”** tratará de apresentar, através de relatos e das narrativas, o território de prática clínica do AT, o território de filosofia, o território

de linguagem. Esse capítulo mostrará também como esses territórios podem se articular um em relação ao outro e em função das problematizações da pesquisa. O território de clínica é o território dos encontros no AT com Paulo, a partir dos quais surgem as questões que podem ser relacionadas com a linguagem e com o território de filosofia que, por sua vez, se destaca por colocar em pauta, entre outras coisas, o corpo, a linguagem, o inconsciente e os processos de subjetivação, e, com isso, a diferença como elemento radical em contraposição à tradição do pensamento ocidental. É o conceito de diferença que nos interessa nas articulações que faremos, pois ele irá marcar as interlocuções com a psicanálise e com a linguística ou estudos da linguagem. A diferença, como tal, coloca em xeque práticas e saberes do AT. Nesse capítulo, será possível apontar a implicação da filosofia na clínica e assim levantar as pistas e cartografar as linhas conceituais que nos fornecerão condições para pensar a experimentação e a linguagem a partir do conceito de agenciamento coletivo de enunciação. No final desse capítulo e como consequência dele já teremos delineado e encaminhado o modo de cartografar os encontros no AT em função das questões sobre a linguagem.

No **Capítulo 2: “Entremeios”**, apresentaremos mais alguns relatos de diálogos que chamaremos de fractais por causa da repetição e da fragmentariedade com que compuseram os encontros. Propomos com esses fragmentos, dizer que eles fazem entremeios, isto é, um meio disperso entre as partes, entre outros meios, isto é, a cartografia do AT com Paulo através de fragmentos dos encontros. Neste capítulo, também apontaremos as peculiaridades e as diferenças que apareceram em relação aos primeiros encontros, a saber, a repetição de lineamento, a presença de uma voz sussurrante; um pedido de Paulo; e um curioso modo como algo “estranho” se fez presente. Além disso, apresentaremos, como entremeios, o deslocamento e implicação entre o conceito de experimentação e o conceito de agenciamento. Esse deslocamento inside sobre como a experimentação se dá como procedimento linguístico e o procedimento linguístico se dá como experimentação. Esse capítulo também pretende deixar ver(ou)vir, na sua cartografia, as mudanças que ocorreram nos encontros com Paulo no que se refere a um processo de subjetivação em curso, além do percurso teórico e prático da clínica, ou melhor, este capítulo aponta para um percurso ou circuito intensivo na problematização e como problematização dos encontros.

No **Capítulo 3: “Percorso intensivo”**, destacaremos os encontros em seu percurso intensivo. Esse percurso é o próprio percurso dos encontros e da pesquisa, apresentado desde as primeiras linhas da tese. Entretanto, nesse capítulo vamos detalhar as implicações dos encontros com Paulo em função das diferenças que apareceram. O esforço é de cartografar os processos, a experimentação, mostrar a composição dos regimes de signos em função dos agenciamentos

de enunciação. Veremos, também, além das repetições mecânicas e das repetições de lineamento, e dos diálogos fractais, a intrusão de uma terceira repetição, assim como as passagens de um território ao outro, de um regime a outro. Destacamos, também, para esse capítulo, a concepção de um basculamento dos agenciamentos que perfaz um ritornelo, um nó topológico - os afetos topologizam os corpos -, tece e “entre-tece” as linhas dos territórios e os movimentos de desterritorialização em três planos: o plano de organização, o plano de experimentação e o plano de imanência.

No **Capítulo 4: “(Des)dobrar”** apresentaremos a implicação (a dobra) e a explicação (a desdobra) da experimentação no AT com Paulo em função do procedimento linguístico ou do percurso intensivo. Esses desdobramentos mostrarão, também, as implicações dos conceitos e das pistas anteriormente levantadas. São (des)dobramentos mais do que conclusões. Para dar termo à escrita, vamos, a título de concluir, retomar os principais pontos da pesquisa, a problematização e acrescentar alguns marcadores em função da cartografia que fizemos.

1. ENTRE TERRITÓRIOS-TERRITORIALIDADES

1.1. Território de clínica: deriva entre ruas, filmes, heróis, monstros, bandidos e uma linguagem fragmentada

Neste capítulo, queremos apresentar alguns fragmentos do AT a fim de mostrar mais o modo como tentávamos compor uma experimentação nos primeiros encontros com Paulo. Os encontros no AT são os territórios de um modo de fazer clínica. Destacaremos, assim, as atividades, como as filmagens feitas com Paulo, as caminhadas, os passeios, assim como os “diálogos” sobre os filmes, as imagens, os heróis e os bandidos sobre os quais Paulo falava constantemente, em relação aos quais aparece um jogo de repetições e, neste jogo, algumas mudanças que nos chamaram a atenção para algo em relação à linguagem. Apresentaremos também alguma considerações a respeito de Paulo. Tais considerações surgiram em conversas ou reuniões entre o at, Paulo e sua mãe. Apresentaremos, também, na sequência, o que chamaremos de territórios de filosofia e de linguagem, aos quais somos levados pelas questões que surgiram dos encontros no AT.

Como já assinalado na apresentação, nos encontros, parecia que Paulo, ao menos nos primeiros encontros, parecia manter uma relação mecanizada e desafetada em relação ao que se passava à sua volta, em relação ao próprio acompanhante e até mesmo a respeito do que ele próprio falava. Um exemplo: quando estávamos nas ruas, em algumas ocasiões, pessoas conhecidas dele, chamavam-no pelo nome ou o cumprimentavam e ele parecia não perceber e não respondia. Em outros casos, as pessoas paravam e conversavam com ele, o cumprimentavam, ele respondia ao cumprimento; depois eu perguntava quem era tal pessoa, ele dizia que não sabia. Isso poderia ocorrer, normalmente, com qualquer um, mas no momento em que a pessoa estava falando com Paulo, ele olhava para mim como esperando que eu dissesse para ele quem era a tal pessoa. Em uma das vezes, ele, de fato, perguntou, para mim, quem era a pessoa que falava e esta tratou de tentar lembrá-lo.

Vimos, também, que Paulo se interessava por filmes e desenhos animados, o que ele dizia a respeito de atores dos filmes e dos personagens dos desenhos parecia se repetir e se constituir por lembranças vagas, frases fragmentadas, que não deixavam de, também, nos parecer mecanizadas e desafetada. Além disso, havia um modo peculiar de Paulo se expressar. Esse modo poderia ser caracterizado, ora por certa puerilidade, ora por certo senso de humor, ora por certo *nonsense*.

No AT, os encontros se seguiam, continuávamos a filmar e fotografar várias saídas pelas praças e parques da cidade. Isso não acontecia todas as vezes, pois eu esperava que Paulo tomasse alguma iniciativa, o que nem sempre acontecia. Algumas vezes, apenas caminhávamos, outras vezes eu começava a filmar ou fotografar e ele apenas se aproximava para ver, então eu perguntava se ele queria filmar e ele dizia que sim. Eram por algumas horas das manhãs ou das tardes que passávamos caminhando pela cidade, pelos parques ou praças. Depois de algum tempo, assistimos ao que havíamos filmado. Geralmente, as filmagens eram de paisagens ou outras coisas que chamavam a nossa atenção, por exemplo, um avião que passava, uma ave no chão ou uma placa de rua. Filmava-se também as mãos, os pés, e as nossas próprias sombras, pois, assim como Paulo quase sempre deixava a câmera apontada para baixo, filmando os pés, comecei a filmar nossos passos também. Além disso, a câmera era esquecida de ser desligada e filmava a esmo.

Depois de algum tempo de filmagens e fotos, fizemos a montagem de um vídeo com as cenas gravadas, com as fotografias e acrescentamos as músicas que Paulo havia, de certo modo, indicado, ainda que de modo inespecífico, para cada cena. Nessa atividade, assistíamos as imagens e quando Paulo via alguma cena que lhe chamassem a atenção para alguma música, ele dizia qual era, ou cantarolava. Então eu anotava e depois procurava a música na internet e adicionava ao vídeo. Exemplo: quando ele via as imagens dos nossos passos, ele dizia “igual o *Hulk*” e cantarolava a música tema. Em outras vezes, a própria cena dos pés, em outra situação, o remetia a cenas do filme “A bruxa de blair¹⁶”; outras vezes, ao ver alguma cena, ele dizia: “suspense” e cantarolava uma música característica desse tipo de filme, mais especificamente, a música do filme “tubarão¹⁷”.

Depois começamos a ver o pequeno filme editado. Paulo chamou o filme de “passinhos” [ele perguntava referindo-se ao filme: “...e os passinhos?”] e as cenas filmadas começaram a ser o mote de nossas conversas durante algum tempo e, mais tarde, ainda apareciam de vez em quando, por exemplo, em algumas vezes, enquanto caminhávamos, ele olhava nossas sombras projetadas no chão, como já havia aparecido nas filmagens, e dizia que eram “igual ao *Peter Pan*” ou dizia que era “igual o crocodilo... tick tack”, referindo-se ao animal que comeu a mão do capitão gancho no filme e que, por isso, o crocodilo emitia o som de um relógio de corda.

¹⁶ A bruxa de Blair é um filme americano, gênero terror psicológico, em que três jovens cineastas desaparecem ao entrar em uma floresta de Maryland para gravar um documentário sobre uma lenda local conhecida como “A Bruxa de Blair”. Anos depois, a câmera que usavam é encontrada. O filme consiste nas imagens gravadas pela câmera de mão, que mostra, em muitas vezes, apenas o chão por onde os personagens caminham ou correm.

¹⁷ Tubarão, filme de 1975, dirigido por Steven Spielberg

Em outra ocasião, enquanto andávamos por um parque, ele falou que éramos “companheiros, parceiros, igual Asterix e Obelix¹⁸”. Eu perguntei: “eu sou quem?”// Ele respondeu: “Damix”. Perguntei: “e você?”. Ele disse: “Obelix”, então eu disse, retrucando: “não, você é o ‘Paulix’”. Não lembro se ele respondeu algo ou se simplesmente continuou a caminhada, mas esse uso de nomes de personagens de desenho animado/filmes que Paulo fez alusão, referindo-se a mim e a ele, assim como a conjunção do meu nome com o nome do personagem, mostram uma certa plasticidade, criatividade e associações presentes na “utilização” da linguagem, mostram outras articulações que ele podia fazer além das repetições. Tornou-se curioso, para mim, o fato de ele não ter usado o próprio nome para compor o apelido, mas ter usado o nome do personagem.

***__

Nesse período, o que mais me chamava a atenção nas conversas era que Paulo começava, curiosamente, a relacionar os passos ou os pés dele que apareciam nas imagens ou cenas do filme que fizemos com os passos de personagens de filmes que ele conhecia. Quando andávamos pela cidade ou pelo parque, Paulo começava a olhar para as pessoas e também para seus próprios pés e falava a respeito: “passinhos do *Hulk*”, e completava: “*Hulk* é herói...”, “roupa rasgada... camisa rasgada... sozinho... sem mulher...”; ou dizia, enquanto olhava alguém que passava correndo: “igual o rock” ou “os passos do Rock¹⁹”. Então ele perguntava como era a “musiquinha”, referindo-se a música tema dos filmes, e daí começávamos a cantarolar.

Nessas “conversas”, ele começou, ao invés de afirmar, a perguntar se o *Hulk* era herói. Eu fazia confirmações, dizia que sim, que o *Hulk* era herói, mas que eu não sabia o nome da mulher e achava que os dois eram amigos.

As falas de Paulo com relação ao filme se repetiam constantemente, assim como minhas respostas afirmativas a respeito de suas perguntas, mas em determinado momento, comecei a refazer as perguntas a respeito do que ele me dizia. Eu tentava conversar sobre aquelas cenas que ele trazia (“que filme é esse?; “o que acontece no filme?”); o que se passava na cena, quem era a mulher (“quem é essa mulher?”), ou quem era herói (“quem é herói?”), se era ou não herói de fato. Eram diálogos que se repetiam e se fragmentavam, pois Paulo, às vezes passava de um comentário ou pergunta para outra sem esperar resposta. Nesse contexto, as perguntas que eu comecei a fazer para ele, ele começou a refazer para mim.

¹⁸ Asterix e Obelix são personagens de histórias em quadrinhos e filmes, que juntos vivem aventuras e guerras, lutando principalmente contra a ocupação romana na Gália. Asterix é magro e de estatura baixa, enquanto Obelix é alto e gordo.

¹⁹ Personagem do filme Rock, o lutador. A personagem se exercitava para as suas lutas fazendo *cooper* pelas ruas da cidade.

Ele perguntava se o *Hulk* era herói eu dizia: “não sei, o *Hulk* é herói, Paulo?”; ou quando ele perguntava “...amigos ou inimigos?” eu retrucava: “quem é amigo ou inimigo?”, ou simplesmente, eu dizia que não sabia se o que ele perguntava era de fato algo que se pudesse saber no contexto do filme. Dizia-lhe isso explicando todo o contexto e a complexidade do filme e dos personagens.

Quando eu lhe perguntava se o *Hulk* era herói, ele dizia, como se não tivesse entendido: “eu sou herói?”, então eu falava, tentando corrigir o mal-entendido: “não, você não, o *Hulk*!”, então ele dizia “eh, meu aluno” ou “eh, Dami!”, depois ficava em silêncio ou passava para outro assunto.

Em outra ocasião ele me perguntava: “o *Hulk* é feio?”. Eu respondia “você acha o *Hulk* feio?”. Ele prosseguia, como se tivesse ficado espantado com a minha pergunta: “eu sou feio!?”; então tentava remediar, mais uma vez, o suposto mal-entendido: “não, você não, eu disse o *Hulk*!” e ele respondia “eh, meu aluno!”

Outras vezes ele perguntava: “Peter pan é criança?”, eu respondia: “não sei, Peter Pan é criança? então ele respondia “eu sou criança?” e eu dizia, novamente tentando corrigir: “você não, o Peter pan!”.

Paulo parecia achar engraçado quando eu tentava me corrigir; ele ria e dizia “eh, meu aluno!”; às vezes tocava meu ombro, como se tivesse me consolando por eu ter me enganado ou apontando que ele tinha feito com que eu me enganasse com seus dizeres.

Depois, parei de tentar corrigir o que eu tinha dito como se fosse um mal-entendido. Por exemplo, quando ele me perguntava se ele era herói, eu dizia: “não sei, você é herói?”; quando ele perguntava se ele era o *Hulk*, eu dizia: “não sei, você é o *Hulk*?”; quando ele perguntava se ele era feio, eu dizia: “não sei, você é feio?” e quando perguntava se ele era criança eu respondia: “não sei, você é criança?”.

Isso se tornou um jogo de repetições em que parecia que Paulo se descolava do primeiro modo de repetição para, ainda sob os mesmos temas e, mais tarde, acerca de temas diferentes, passar a outro modo de repetição. Essa passagem pareceu ser marcada pelas imagens e pelas cenas que filmamos e que assistímos, assim como pelo jogo de perguntas e respostas; e pareceu, também, ser marcada pelas questões que surgiram a partir daí. Vamos abordar do que se trata essas repetições em capítulo próprio, aqui queremos apresentar como nos pareceu e como relatamos ou podemos narrá-las.

Nesse jogo de repetições, em algumas situações, quando eu retornava a pergunta para ele, ele começou a me perguntar se ele era criança ou homem [“eu sou criança?”, “eu sou homem?”, e, às vezes, ele próprio respondia quer era “homem-criança!”].

***_

O que parecia importar nos filmes ou filmagens (tanto nas filmagens que fizemos, quanto nos filmes dos quais ele se lembrava, diga-se, dos fragmentos dos quais se lembrava) não era a forma, a história que poderia estar sendo mostrada, nem o roteiro, nem o enredo. Enredo e roteiro pareciam ser coisas que lhe escapam. Ao invés disso, ele empreendia derivas pelos fragmentos que pareciam lhe chamar a atenção e remetiam a algo que lhe dizia respeito. Seria algo que o afetava de alguma forma? Assim Paulo fazia uma sintaxe das misturas de fragmentos, da série de TV, das nossas filmagens, das nossas saídas, dos nomes de personagens, das cenas gravadas e etc.

***_

Nos encontros, conversávamos a respeito de filmes ou desenhos animados. Quase sempre ele perguntava de que época era o filme: “de quando é?” Ou “que ano?”, e então ele mesmo respondia: “*bolinha para trás!*” ou ainda: “esse filme é velho, hein?!” ou as duas frases em sequência.

Geralmente conversávamos acerca de assuntos que, de algum modo, ele trazia. A temática era quase sempre sobre filmes ou músicas. Essas “conversas”, mesmo com a temática repetida, pareciam tomadas por uma aleatoriedade, pareciam começar do nada, sem propósito, sem finalização ou conclusão; pareciam, por isso, como uma deriva. Quase sempre os diálogos passavam de um tema do assunto a outro, de um filme a outro, com citação de nome de personagens e atores, passando de um a outro, sem uma ligação lógica, pois Paulo, no meio de uma conversa, começava a falar em função de outra coisa, ou dizia uma frase sem ligação direta com o assunto, sem terminarmos o anterior; ou, às vezes, tudo terminava em silêncio; às vezes terminava com a frase: “ah, Dami!”, expressão que ele parecia usar para finalizar, sem concluir, um assunto quando não mais sabia ou não mais importava responder as perguntas que eu fazia sobre o que ele dizia.

***_

Em um dos encontros chamei Paulo para irmos ao museu da cidade. Quando fomos, ele parecia não dar muita importância para as obras que lá estavam; passava direto por elas e eu o chamava para voltar e vermos juntos. Eu perguntava o que ele achava do quadro (“me diz o que você acha desse quadro!”). Ele não dizia. Eu falava para ele a respeito das formas, das cores e perguntava o que achava daquilo que estava vendo. Ele dizia “*bonito...*” ou perguntava “*quem é o autor?*”.

Diante de um dos quadros, disse para Paulo que parecia uma pintura do Monet (“Parece um quadro do Monet”). Ele repetiu [com espanto]: “Monet!?” Depois perguntou novamente:

“como é o nome?”, eu lhe disse novamente “Monet”. Quando chegamos em sua casa, ele disse à mãe que tinha visto quadros do Monet [nessa ocasião a mãe havia perguntado onde ele tinha ido e ele disse: “museu”/ “Monet, né Dami?/”]. Expliquei que os quadros não eram do Monet, mas eram parecidos com os quadros desse pintor. Disse-lhe que depois levaria um livro sobre esse pintor para que ele conhecesse suas obras.

Em um encontro posterior levei um livro sobre *Monet* e mostrei-lhe as fotos dos quadros. Ele pareceu gostar do livro e perguntou se não haveria outros para emprestar-lhe. Comecei, então, a levar outros livros sobre pintores famosos. Assentávamo-nos no parque e folheávamos os livros. Depois, ele levava para casa e sentava-se com a mãe, que, segundo ele, e depois ela também disse, lia e via as reproduções dos quadros com ele.

Quando folheávamos os livros de arte, Paulo passava os dedos sobre as imagens, ora como que contornando as formas, ora como que tentando imitar as pinceladas do pintor. Às vezes, enquanto caminhávamos, ele fazia gestos de pinceladas no ar, acompanhadas de um som que emitia, imitando o som do ar como se este fosse cortado pelo pincel, isto é, fazia um tipo de onomatopeia e, algumas vezes, se referia ao personagem zorro. Fazia o gesto no ar e dizia: “Igual o zorro!”. Perguntei se ele queria experimentar pintar quadros, ele dizia que sim, mas, em seguida dizia, com ares de aversão: “*e se sujar?*”, ou “*se sujar a roupa, hein?*”, então eu dizia: “se sujar, lava”, e ele apenas sorria, mas parecia ambíguo em relação à ideia de pintar. Seguiu-se assim por alguns encontros: caminhávamos, eu levava os livros de pintores, víamos esses livros, ele fazia os gestos de pintura, ele repetia as mesmas frases sobre se sujar, às vezes num tom aversivo, às vezes só pareciam ser uma interrogação (“ah, sujar, hein?”; “e se sujar?”).

Resolvi esperar que ele tivesse a iniciativa de pintar ou não, pois me parecia que o tom aversivo predominava e, para mim, significava que ele não havia gostado da ideia. Compartilhei o fato com a mãe dele, que disse que se eu não insistisse, ele não faria nada. Respondi-lhe que gostaria de esperar. Eu me posicionava desse modo, pois me parecia que Paulo sempre era levado aos lugares, era colocado em certos contextos em que as coisas eram feitas para ele, ditas para ele, mas sem contar muito com a sua própria vontade para decidir ou escolher. Isto é, eu supunha que fosse assim, tendo em vista o pouco da sua história de vida relatada por sua mãe. Uma cena que aconteceu reforçou a ideia de que, nas mais cotidianas ações, não se contava com a decisão, escolha ou vontade de Paulo: Fui buscar Paulo em casa e um dos seus familiares pediu uma carona, e fomos os três no carro. Enquanto eu dirigia, ofereci para Paulo uma bala de sabor menta extra-forte. Segurei a bala na mão, esperando que ele pegasse, mas ele se demorou. Parecia indeciso se pegaria ou não. O familiar que estava de carona disse para mim, explicando: “ele não gosta dessa bala”. Continuei a segurar a bala, pois Paulo ainda não tinha

dito nada. O familiar insistiu, mais incisivamente: “ele não gosta dessa bala!”. Paulo, então, resolveu pegar a bala e o familiar disse para ele, mais incisivamente ainda: “Paulo, você não gosta dessa bala!”. Paulo, por sua vez, colocou a bala na boca e começou a mastigá-la. Nesse dia, enquanto voltávamos para casa, ofereci da mesma bala para Paulo. Ele a pegou logo e mastigou rapidamente.

Então, para possibilitar que Paulo participasse mais em relação às decisões, às saídas, eu sempre lhe perguntava onde poderíamos ir, dentre todos os lugares que já conhecíamos. Mas, frequentemente, eu ainda me pegava relembrando para ele esses lugares, visto que ele tendia a repetir o mesmo lugar do encontro anterior.

Depois de alguns encontros, enquanto andávamos pelo parque, ele começou a fazer gestos, imitando novamente os movimentos das pineladas e falou: “quando a gente pintar, hein, Dami?”. Considerei isso como algum tipo de sinal da parte dele e disse-lhe que, a partir do encontro seguinte, iríamos à loja para comprar o material de pintura. Ele concordou dizendo “sim”.

***__

Paulo pintava de uma maneira que me chamava à atenção, pois, durante as pinturas, em boa parte das vezes, pintava como que tentando dar um ritmo ao som que o pincel fazia sobre a tela, ao mesmo tempo que imitava o som do pincel. Outra coisa interessante é que ele sempre começava pelo lado superior esquerdo da tela e ia fazendo movimentos aleatórios, ora verticais, ora horizontais; escolhia alguma cor e dava algumas pineladas, mas depois, por cima desta, colocava outra cor, de modo que, aparentemente, a primeira sumia. Depois, começava a passar o pincel molhado com a água que seria usada para lavar o pincel. Ele se confundia entre usar a tinta de uma cor, lavar o pincel e usar outra tinta. Às vezes ele apenas usava água ao invés de tinta. Outras vezes pintava a tela branca apenas com tinta branca, então eu dizia que poderia usar aquelas outras cores que estavam disponíveis e ele então as utilizava.

O que parecia acontecer era uma mistura de sons, movimentos, cores; a composição, a diluição e a constituição de um certo modo de distribuir a tinta, o som e a água sobre o quadro.

***__

Paulo pintava os quadros, às vezes pintávamos juntos, às vezes eu fazia sugestões, às vezes eu não dizia muita coisa. Num dos encontros, fomos para uma praça para pintar. Era uma manhã. Assentamo-nos numa das mesas. Coloquei a tela em branco na mesa, onde também coloquei as tintas. A luz do sol atravessava as árvores, deixando ver, no chão, o claro do sol e a sombra das árvores.

Perguntei para Paulo o que ele pintaria [o que você vai fazer hoje?]. Paulo pareceu ajeitar a tela sobre a mesa, olhou para o chão onde sol clareava e falou: “sol”.

Ele, ao invés de deslizar o pincel na horizontal ou vertical, como costumava fazer, começou a fazer algo como borrões pretas sobre a tela, pressionando o pincel com tinta preta na tela. Ele também fazia pinceladas rápidas e curtas na horizontal. Por fim, o gesto que mais se destacou. Ele pegou o pincel, passou na tinta amarela e, suavemente, tocou a tela e fez um traço na horizontal de modo que parecesse um cometa com cauda. Fiquei impressionado e comentei com ele sobre aquele quadro. Ele não se ateve ao meu comentário, falou sobre outras coisas das quais não me lembro.

Na semana seguinte, ao chegar na casa dele, sua mãe me recebeu com o quadro na mão. Ela disse que havia gostado daquele quadro e perguntou o que era aquilo e como foi que ele tinha feito. Em uma outra ocasião, ela já havia perguntado sobre outro quadro, o que o quadro significava, como eu poderia interpretar o quadro. Do mesmo modo como lhe falei anteriormente, expliquei-lhe, novamente, como aconteceu quando ele pintou, e acrescentei: “quem sabe o que passa na cabeça do Paulo?”.

Ela me olhou com ar de quem esperava uma resposta, mas sabendo, talvez, que não existiria interpretação. Paulo se aproximou de nós e saímos eu e ele para outra atividade.

***__

Paulo não conseguia dizer os nomes das cores ou não reconhecia as cores pelo nome, a não ser a cor verde, aparentemente. Eu pegava a tinta de cor verde e perguntava, que cor era aquela. Ele dizia: “verde!” e quase sempre em seguida dizia: “verde é *Hulk!*?” [Às vezes, a entonação da frase não permitia definir, precisamente, se o que ele fazia era uma afirmação ou uma pergunta]; ou simplesmente dizia “*Hulk*”. Quando mostrava outra cor, ele repetia a mesma coisa. Então passávamos a falar de cores, do personagem, ou de qualquer outra coisa relacionada com cores, por exemplo, o sol amarelo, a grama verde e o céu azul. Também quando íamos atravessar uma rua, eu avisava que tínhamos que esperar o sinal mudar do vermelho para o verde [ele dizia: “*Hulk* é verde” ou dizia: “vermelho sangue”]; ele parecia se confundir entre o vermelho e o verde “*Hulk*” e, então, eu conversava com ele sobre cores (“o sinal é verde”, “o sangue é vermelho”, “o sol é amarelo”) e especificamente sobre as cores do semáforo e os símbolos utilizados nas placas para indicar quando se podia ou não atravessar a rua.

***__

Relatamos isso para dizer que, mesmo diante das suas dificuldades com as cores, “conversar” ou falar sobre elas, apontar o semáforo e a rua, tinha a intenção ou eu me colocava nessa intenção de valorizar o que era dito, o momento, as atividades, a situação que se

apresentava, fosse atravessar a rua ou pintar um quadro, falar de um filme; e dar importância à relação que se dava no encontro. E isso valia para outras situações como quando escolhíamos figuras para recortar e fazer colagens nos desenhos feitos.

Nos trabalhos de colagens, por exemplo, eu “conversava” com ele sobre a figura (político, personalidade ou artista) e a relação com a notícia que a revista estampava. Em uma outra vez, durante um passeio por uma praça, notei que escurecia mais cedo, disse-lhe isso e coloquei-me a explicar-lhe o funcionamento do horário de verão. Nessas situações, às vezes ele nada dizia, outras vezes parecia prestar atenção, e em algumas vezes dizia: “eh meu aluno!” ou “eh professor!”. Nestas ocasiões, não esperava que ele entendesse e captasse os conteúdos políticos, sociais, artísticos, técnicos ou econômicos sobre os assuntos. A respeito do que se passava, importava menos os conteúdos, o entendimento dos significados, a distinção das cores, a veracidade do fato ou da informação, mas parecia que algo se passava em função daqueles “diálogos”, por mais flutuantes que parecessem.

***__

Nesses encontros, Paulo repetia frases, expressões e fazia, quase sempre, as mesmas escolhas no que dizia respeito aos lugares que poderíamos ir, às atividades que poderíamos fazer. Isso, às vezes, me fazia pensar que poderia haver algo de ritualização, entretanto, se fosse isso, talvez não fosse tão somente uma repetição gratuita. Às vezes parecia que Paulo simplesmente lançava as palavras, frases e expressões sem esperar nenhum retorno, nem querer dar nenhum significado. Quando havia uma tentativa de minha parte de entabular uma “conversa” e de até dar algum significado a partir de uma dessas palavras, ele parecia que não se importava ou, às vezes, lançava uma outra palavra, como no jogo de tabuleiro.

A meu ver, Paulo usava algumas frases ou palavras curaça em algumas ocasiões, isto é, ele falava uma frase ou uma palavra que poderia servir ou não para o contexto, como acontecia quando falávamos sobre cores. Para explicar isso melhor, relato que, quando acontecia de estarmos ouvindo alguma música durante algum trajeto, ele frequentemente perguntava se a música era do Chico (Chico Buarque de Holanda) ou do Milton (Milton Nascimento), independentemente se fosse ou não, ou se a voz do cantor tivesse características ou não da voz desses cantores. O curioso é que, nesse tempo, eu deixava o rádio sintonizado em uma estação que só tocava MPB e que era muito comum músicas desses cantores ou intérpretes desses cantores. Então, quando Paulo perguntava se a música era do Chico ou do Milton, isso me parecia sempre pertinente. Eu dizia coisas do tipo: a música é de fulano de tal, mas quem está cantando é outro; essa música lembra uma música de tal compositor, mas não é.

Eu conversava com ele sobre a música, sobre o possível autor e até cantávamos juntos com o rádio. Se fosse um cantor ou compositor que ele também não reconhecia, ele perguntava ou afirmava que o tal era velho (“esse é velho” ou “é ‘veião’ na praça” // “é velho na praça?”). A partir daí eu conversava com ele sobre idade, a época em que a música se destacou, sobre músicas no geral e várias outras coisas. Às vezes, ele só ouvia, outras vezes fazia perguntas sobre se o cantor já tinha vindo à cidade, se era homem ou mulher, se estava vivo ou morto (já veio em Uberlândia?// é homem? É mulher?), independente da característica da voz, isto é, se fosse uma voz masculina, perguntava se era homem ou mulher.

Esses eram alguns momentos que considerava que Paulo usava palavras ou expressões “curinga” para uma “conversa” em que o tema fosse cor, música, autores e cantores. Parecia que as expressões que usava [“verde” ou “Hulk é verde” para o tema cores; as perguntas “é o gil?”, “é o chico?” ou “é o Milton?” ou “é velho na praça, não é, Dami?”] serviam mais para tentar conectar, manter ou iniciar uma “conversa”, dependendo do contexto, do que para dar ou conseguir uma informação sobre o assunto.

Nesses momentos, parecia que Paulo usava, de modo intuitivo, palavras ou expressões curinga, que serviriam para conectar, manter ou iniciar, de certa forma, uma conversa, mas que ele não tinha exatamente a ideia do que aquilo significava ou no que daria, mas parecia que tinha alguma noção do efeito que poderiam causar ou não.

Outro exemplo desse tipo de uso era quando ele dizia que havia assistido um filme [“assisti filme, Dami!”], eu perguntava qual filme e se havia gostado, mas ele não sabia contar o filme ou do que tinha gostado [ele respondia simplesmente: “não sei”], mas também dizia que tinha “tiro, sangue e porrada”. Essa era uma das expressões que usava quando falava sobre os filmes no geral. Quando eu conversava com ele sobre um filme que ele não conhecia e eu explicava sobre o filme e as personagens [ele dizia: “tem tiro, sangue, porrada? Amigos ou inimigos?”]. Essas expressões pareciam ser usadas porque caberiam em qualquer conversa que fosse sobre filmes, mesmo que não se adequassem a todo filme, mas que haveria alguma resposta para elas, mesmo se ele não se preocupasse com as respostas ou com seu conteúdo.

Talvez Paulo conseguisse com essas palavras ou expressões “curinga” [ou talvez fossem senhas porque se repetiam ou se repetiam porque eram senhas?] garantir alguma circulação entre amigos e familiares, se colocar ou iniciar alguma situação e assunto que fossem conhecidos para ele.

A mãe dele fez uma certa menção a isso, quando disse que ele “não fica por baixo” quando estavam com os amigos; ela dizia que ele era esperto e dava sempre um jeito para dar uma resposta quando o tema era música ou filmes, tema que ele mesmo começava ou que outra

pessoa começasse. Nesse sentido, nos nossos encontros isso parecia se fazer funcionar em uma boa parte das vezes. Ocorre que esse modo me parecia muito automatizado ou mecanizado, mas seria mesmo?

***__

Outro fato que nos chamou atenção no decorrer do encontros foi que Paulo começou a dizer que a mãe dele não conhecia os lugares aonde íamos, e isso já era uma novidade interessante. Ele dizia: “minha mãe não conhece o parque”, ou falava: “Maria não veio...”; ou “Maria não viu o crocodilo”. Maria é um nome (fictício) de uma de suas sobrinhas. Eu dizia então que ele podia convidá-las para conhecer o lugar, ao que ele respondia: “não tenho ‘couarde’”. Eu replicava: “você não tem coragem?”; Ele respondia: “igual mágico de Oz²⁰”. Depois de vários encontros nos quais repetimos esse diálogo, disse-lhe que se ele quisesse, ajudaria a convidar a mãe para sair com ele. Ele pareceu concordar com a ideia.

Nessa ocasião, quando voltamos para casa, a mãe abriu o portão, então eu disse que Paulo queria dizer-lhe algo. Ele entrou e ficou ao lado dela sorrindo, sem graça, cabeça baixa, enquanto ela esperava sorrindo também, meio curiosa, meio desconsertada. Como ele não conseguia dizer, eu falei: “o Paulo quer falar com a senhora...”. Fiz uma pausa para ver se ele prosseguiria. Eles se entreolharam, mas Paulo começou a dizer algo que não dava para entender, ele dizia algumas coisas soltas como “...ir no parque”, mas isso ficava indistinto no meio de um murmúrio e não se fazia completar numa frase. Continuei ajudando: “...ele quer convidar a senhora para ir ao parque”. Ela olhou para ele e disse: “ué, de onde saiu esse desejo?!”.

***__

No decorrer dos encontros, Paulo parecia se expressar mais vezes, a dar alguma atenção ao que se passava no entorno, mas, o que mais chamou a atenção foi uma certa mudança no modo como ele falava, como passou a variar seus dizeres, introduzindo algumas diferenças em relação ao início e fazendo uso de personagens de filmes. Isto é, além das repetições cristalizadas em torno da caracterização dos personagens (é bandido, é herói, são amigos, são inimigos), ele começou a fazer questionamentos sobre esses personagens, e, além disso, sobre o entorno, lojas, lugares, sobre si próprio e, um pouco depois, sobre mim. Esses questionamentos também apareciam como repetição, mas também pareciam variar, dispersar-se e retornar sobre si.

²⁰ O Mágico de Oz (1939). Filme americano baseado no livro homônimo de L. Frank Baum no qual a garota Dorothy é levada por um tornado a uma terra fantástica habitada por personagens estranhos e uma bruxa má. Lá ela conhece o homem de lata, que busca um coração; o espantalho, que busca um cérebro; e um leão covarde, que estava em busca de coragem.

Em algumas vezes, quando ele falava, era como se quisesse chamar a atenção sobre alguma questão ou produzir alguma conversa envolvendo os assuntos dos quais ele tinha algum conhecimento, ou mesmo quisesse entabular uma conversa, mesmo que ele não desse prosseguimento ao tema. Às vezes, as perguntas saiam fragmentadas e ele esperava alguma resposta, outras vezes, as perguntas que ele fazia saiam uma atrás da outra, sem esperar resposta alguma (“você vem amanhã? Vai sair? Você pegou filme? Não comi nada hoje!”).

Como exemplo, posso dizer que Paulo perguntava se um personagem, o *Hulk*, por exemplo, era bandido ou mocinho; ou se ele, Paulo, era homem ou menino, velho ou novo (quando falávamos dos autores ou cantores), ou até mesmo se ele (Paulo) era o *Hulk* e, às vezes, ele também dizia que podia se transformar no *Hulk*, ou em um lobisomem (fazia referências ao personagem do prof. Astromar da novela Roque Santeiro²¹), mas quando eu continuava a conversa, ele simplesmente não respondia a pergunta que eu fazia e mudava para outro assunto, fazia outra pergunta, ou apenas ria e dizia “eh, professor” ou “eh, meu aluno!”. Parecia que Paulo não entendia o que eu dizia ou não estava preocupado com as respostas para aquelas perguntas.

***--

Nas falas de Paulo, quando ele perguntava: “gancho é bandido?”, eu respondia: “não sei, o gancho é bandido?” e ele retrucava: “eu sou bandido?”. Quando entra(á)vamos [ótimo lapso] no jogo de repetição, tinha-se a impressão também que havia um certo tipo de humor, um jogo de palavras e expressões que, às vezes, pareciam algum tipo de brincadeira ou de piada; outras vezes, pelo modo com ele se expressava, pareciam coisa muito séria, e, em outras, pareciam se tratar de coisa sem nenhuma importância e, outras vezes, eu entrava no jogo inventando um outro assunto a partir daquela pergunta, ou brincava com o equívoco e os não-entendidos produzidos pela mudança repentina do tema. Por exemplo, ele perguntava se ele era bandido e eu dizia: “qual bandido você é?” ou eu levantava as mãos para o alto, como se surpreendido em um assalto.

As repetições, as fragmentações, os equívocos, as perguntas e os não entendidos pareciam entrar nesse jogo, tornando mais difícil de se entender o que se passava. Embora não procurássemos discernir ou entender tudo que se passava ou tudo que era dito nos encontros, mesmo assim esses elementos nos chamavam a atenção e nos colocavam questões que, por sua vez, me instigavam ao mesmo tempo que me passavam a impressão de uma confusão e insuficiência daquilo que era dito diante dos encontros.

²¹ Novela exibida de julho de 1985 a janeiro de 1986. Nela, o personagem Prof. Astromar se transformava em lobisomenas noites de lua cheia.

***__

Paulo também começou a fazer umas perguntas que me chamaram a atenção: na maioria das vezes, quando eu dizia algo como: “olha isso aqui Paulo!” ou “vamos por aqui Paulo!”, ele retrucava dizendo: “que Paulo é esse?”. Outras vezes quando conversávamos sobre algum personagem de filme ou histórias em quadrinho, por exemplo, sobre os “thundercats²²”, dos quais ele gostava muito, eu dizia a respeito dos personagens que faziam parte: “...tem a chitara”; ele dizia: “chitara é homem ou mulher?”; eu respondia que era mulher, ao que ele retrucava: “*eu sou mulher?*”, eu dizia que não, “a chitara que é mulher”.

Outras vezes ele me perguntava se o *Hulk*, ou outro personagem, como o lobisomem, por exemplo, era feio. Eu devolvia a pergunta dizendo que não sabia e dizia “você acha o *Hulk* feio?”. Ele dizia: “*eu sou feio?*”. Eu dizia novamente: “não, você não, o *Hulk*”, ao que ele ria, como se eu tivesse caído numa piada. Na sequência desse diálogo, às vezes ele sorria e dizia: “*eh, meu aluno!*”, ou: “*eh, professor!*”; outras vezes não dizia nada ou simplesmente mudava para outro tema de seu interesse, ou dizia uma palavra ou expressão qualquer, que pareciam ter relação com o que dizíamos, por exemplo: “*comei?*” ou “*não comi nada*”.

***__

Paulo também repetia de maneira curiosa a última palavra de determinadas frases, por exemplo, eu dizia: “hoje o parque está vazio!”, ele retrucava: “eu sou vazio?”, ou falava: “eu não sou vazio!”. Algumas vezes ele ria após dizer isso, mas às vezes ficava sério, mas não dava prosseguimento ao assunto. Se eu perguntasse algo como: “você é vazio?”, ele dizia outra coisa, como por exemplo, “hoje eu vou sair”. Ainda no decorrer dos encontros, Paulo também começou a me perguntar se ele era homem, criança ou era velho, como já vinha perguntando. Eu, por vezes, ficava sem saber exatamente o que dizer, mas, às vezes respondia: “você é um jovem”. Outras vezes eu voltava a pergunta para ele: “não sei Paulo, você é homem ou criança?”. Ele apenas falava: “jovem bundão”, outras vezes dizia: “pintor, ator, cantor”; em algumas vezes dizia “homem-menino”.

***__

Em alguns outros encontros também jogamos jogos de tabuleiro (ludo ou “torrinha”). Isso partiu de uma proposta de atividades que lancei. Paulo aceitou a proposta. Nestas ocasiões explicava-lhe, formalmente, as regras do jogo, mostrando o tabuleiro e jogando uma vez para que ele visse. Eu apontava quais peças eram as dele e como seria o movimento das pedras a

²² Thundercats é uma série de animação da década de 80 do século XX. Nela um grupo de felinos humanóides sobrevivem à destruição de seu planeta e tentam reconstruir um novo lar no chamado terceiro-mundo. Enquanto isso, se vêem ameaçados por seus inimigos, os mutantes.

partir do lançamento do dado. Ele jogava o dado, eu dizia o número que tinha saído, mostrava-lhe, contava com ele e depois o deixava seguir. Mostrei-lhe como podia contar como se fosse a marcação do compasso na bateria. Mas nesses jogos as regras mudavam, pois ele não se dava com as cores ou com a contagem, nem com a direção necessária para os movimentos.

O jogo já se tornava outro. Ele movimentava as pedras, as dele ou as minhas, independentemente da cor; ainda mantínhamos a alternância de quem jogava, mas depois isso acabava também ou ficava menos visível. Ele jogava duas vezes enquanto eu pensava qual pedra poderia mover para qual posição. Às vezes falava para ele que era a minha vez, às vezes chamava sua atenção dizendo que ele estava mexendo com as minhas peças. Depois eu mesmo perdia a sequência das jogadas e a regra era não mover as peças enquanto o outro estivesse movendo. Eu dizia: “agora é minha vez”, “agora é sua vez”. O jogo se tornava um jogo de movimentar as peças em alternância ou não, para os espaços vazios do tabuleiro, independente de algum objetivo ou finalidade. O jogo terminava quando nos cansávamos ou quando se encerrava o horário.

Em um dos jogos, algumas vezes, percebia que ele movimentava apenas duas ou três peças determinadas para espaços próximos a ele próprio, deslocava peças apenas para os espaços contíguos. Daí, eu começava a movimentar outras peças e a ocupar aqueles lugares próximos dele, fazendo com que ele tivesse que mover as peças para outros lugares diferentes. Quando acontecia isso, ele hesitava, olhava interrogativamente para mim, demorava mais para fazer suas jogadas, pegava minhas peças e seguíamos o jogo.

***_-

Em outras saídas, eu peguntava para onde iríamos. Paulo dizia: “loja de discos”. Eu supunha que ele queria ir em alguma loja de discos, mas nesses dias em que os encontros eram pela manhã, as lojas ainda não estavam abertas. Então eu sugeria outro lugar. No encontro seguinte, quando eu refazia a pergunta, ele dizia, novamente “loja de discos”. E eu explicava novamente que estava cedo. Eu explicava isso para ele, mas parece que não havia um entendimento nesse sentido. Por fim eu dizia, então, que poderíamos ir. Andávamos pela cidade, ele perguntava pela loja de discos, eu dizia que não sabia onde haveria uma, e o convidava a procurar por uma.

Por várias vezes saímos a procura de uma loja de discos, sem que houvesse uma aberta. Certa vez, em outro horário, encontramos uma. Paulo se entusiasmou. A loja era bem pequena e ele ia procurando um filme ou um Cd, meio aleatoriamente. Eu também olhava os cds e conversávamos sobre as capas dos filmes. Ele me mostrava uma capa e eu dizia que filme era aquele; ou ele reconhecia e me dizia que filme era; ele perguntava se a mãe iria gostar, eu dizia

que não sabia, que teríamos de perguntar para ela. Em outro dia, voltamos a essa loja para que ele pudesse comprar um dvd para ele, e ele continuava a perguntar se a mãe iria gostar e eu dizia que não sabia, mas quem tinha que gostar era ele.

***__

Nos encontros que aconteciam na parte da manhã, Paulo queria continuar a ir na loja de discos. Disse-lhe que poderíamos ir, desde que não fosse naquela já conhecida. Sugerí que encontrássemos outra. Fizemos várias saídas pela cidade, passando por vários lugares diferentes, ruas diferentes. Paulo quase sempre perguntava pela loja de discos e eu dizia que não sabia, mas que era uma tarefa nossa procurar por uma.

Na continuação dos encontros, em função das saídas para procurar loja de discos, começamos a fazer caminhadas pelo centro da cidade. Às vezes, quando ele propunha ir para alguma praça, eu lhe dizia que estacionaria nas imediações e caminharíamos até a praça. Nesses passeios, ele começou a fazer várias perguntas enquanto caminhávamos pela cidade: “que loja é essa?”, “está fechada?”, “e essa?”, ao que lhe explicava que tipos de lojas eram ou por que estariam fechadas. Em outras vezes, no percurso para algum lugar, diante de uma lentidão do trânsito, Paulo dizia: “*crocodilo ‘pegá’ esse carro ai, hein?*”; ou se via algum cachorro [dos quais ele tinha certo medo]: “*crocodilo ‘pegá’ esse cachorro, hein?*”.

***__

Outros momentos que me chamaram a atenção aconteceram quando estávamos nas ruas ou parques e foram marcados por mudanças de ritmos, por exemplo, ora Paulo andava mais rápido, ia à frente, parecendo indicar um caminho, outra ora eu indicava. Isso acontecia sem que algum de nós se pronunciasse. Com Paulo, às vezes, acontecia dele caminhar na frente e eu ficar alguns passos para trás, quando ele percebia a distância, podia parar ou não para esperar, mas, em algumas vezes, eu começava a assobiar ou cantarolar, como faço comumente em outras situações e Paulo começava a cantarolar à distância ou diminuía seu ritmo para perguntar que música era aquela. Em outras vezes, ele caminhava à frente, sem contato, até o momento em que tínhamos que ir embora. Eu me aproximava e dizia que era hora de ir. E o “encontro” se fazia assim.

Outras vezes Paulo caminhava ao meu lado e começava, deliberadamente, a esbarrar em mim com os cotovelos e algum tempo depois, passou a fazer isso com o ombro numa espécie de brincadeira, o que surpreendeu por suas supostas dificuldades em lidar com toques no seu corpo, conforme foi relatado a mim no início do acompanhamento. Em algumas ocasiões em que ele se esbarrava, eu sentia um certo desequilíbrio, pois estávamos caminhando. Paulo

colocava a mão no meu como que para me apoiar ou mesmo se desculpar ou às vezes apenas ria.

Paulo quase sempre comentava sobre personagens de filmes de heróis, principalmente, como já foi dito, o *Hulk*. Algumas vezes disse que ele próprio poderia se transformar no *Hulk*, que o *Hulk* era um herói, que uma mulher o ajudava, era uma parceira e companheira. Às vezes comentava sobre o personagem (ele dizia “Banner” ou “cientista maluco”) ser um cientista e sofrer um acidente no laboratório com os raios gama.

Curiosamente, depois de algum tempo, Paulo começou a fazer diferentes comentários que envolviam personagens, situações ou elementos de filmes, por exemplo: “essa camisa não serve no *Hulk*!”, “o *Hulk* não faz isso!”, “por que o *Hulk* não dirige?”. Isso aconteceu, respectivamente, quando precisei ir com uma camisa social, coisa que não havia acontecido até então; quando, em uma praça, peguei uma bola e dei um forte chute para devolvê-la para as pessoas que jogavam na quadra e quando ele observava como eu dirigia o carro após voltarmos de um parque. Quando eu tentava dar prosseguimento ao assunto, Paulo passava a falar ou fazer outras perguntas: “amanhã agenda cheia” ou “amanhã você não vem (?!)?”.

***__

Em uma ocasião em que estávamos presos no trânsito lento da cidade, ele disse: “‘chamá’ o crocodilo ‘tirá’ esse carro daí!” e em vários outras vezes, em que passamos por pais carregando crianças no colo, ele disse “igual comando para matar!”. Às vezes, quando passávamos por algum carro que lhe chamava a atenção pelo estilo, como um *camaro* ou *mini cooper*s, ele dizia “igual do bandido”; ou quando passávamos por caminhonetes, vans ou caminhões, ele dizia “igual comando para matar”.

Outro fato interessante foi quando Paulo disse, enquanto contava insistentemente sobre um filme que iria assistir, disse: “vou assisti filme, *dublado eu entende, né Dami?*”. Ele costumava repetir essas frases quase sempre quando se tratava de falar sobre filmes e também dizia que sua mãe lhe explicava o filme, contava a história, dizia-lhe quem era o mocinho, o herói e o bandido.

Eu não havia prestado atenção a essas frases antes, mas isso se tornou mais curioso numa ocasião posterior em que sua mãe, durante uma reunião que fiz com ela, me contava como ela costumava traduzir o que Paulo tinha dificuldades de dizer. Perguntei se o que ela queria dizer era que completava ou antecipava a frase que ele queria dizer, ao que ela respondeu que traduzia mesmo [ela própria usou esta expressão: “traduzo mesmo”] dando ênfase a sua própria constatação.

Então, lembrei-me das várias vezes que Paulo falava sobre os filmes, dizendo ou se preocupando em dizer quem era o mocinho e o bandido, repetindo seus nomes. Lembrei-me de quando ele dizia que era homem ou que era homem da casa. Em algumas vezes ele me interrogava, pedindo que eu confirmasse quem ou qual ator fazia o papel de mocinho ou bandido no filme em questão, ou perguntava sobre algum filme que eu dissera que havia assistido: “...é *dublado para criança?*”. Isso me levou a pensar sobre o modo como Paulo entendia os filmes, como entendia o próprio mundo e como entendia o que ele falava nos encontros e ainda como ele lidava com a linguagem e como esse modo de lidar com a linguagem aparecia em relação que ele fazia e o que acontecia durante os encontros.

Um fato que também chamou a atenção aconteceu enquanto fazíamos pintura de telas ou desenhos. Paulo, algumas vezes, enquanto estávamos nessas atividades em silêncio, começava a sussurrar algo indiscernível, talvez fosse mais um cochicho. Quando esse sussurro me chamou a atenção pelo fato de se repetir, perguntei-lhe o que era aquilo e ele simplesmente riu e parou de fazê-lo. Em outras vezes em que isso aconteceu, perguntei o que ele estava dizendo, porque o sussurro soava como frases faladas e não só como emissão de um som, mas ele apenas sorria e voltava a desenhar ou pintar, mas em silêncio. Em uma outra ocasião estávamos desenhando e quando, após eu tirar o embrulho de um lápis, perguntei em voz audível, mas para mim mesmo: “o que eu faço com isso?”. Paulo, sem levantar os olhos de sua tarefa, disse numa voz sussurrada, mas em volume alto, como se expirasse forçadamente o ar ao mesmo tempo em que falava: “joga fora”! Assustei-me com aquele fato, pois foi algo que souu estranho, e perguntei-lhe o que era aquilo. Ele olhou para mim, riu e voltou a fazer seu desenho.

Nessa narrativa, ainda destaco os eventos em que Paulo se apresentava, fossem nas apresentações musicais, em que tocava bateria, fossem as exposições dos quadros e desenhos que fizemos. Quando se referia a esses eventos, ele dizia “é *minha homenagem, né Dami?*”, e completava a respeito: “não cai, não morri...eu sou homem, né Dami?”. Esses eventos eram ocasiões que pareciam muito importantes para ele, pois alguns membros da família e amigos se reuniam para prestigiá-lo.

***__

A seguir apresento alguns fragmentos que mostram como se davam alguns diálogos.

Estávamos caminhando por uma praça, iríamos fazer uma atividade. Eu disse a Paulo que teríamos que encontrar um banco para nos assentar. Ao perceber que não havia lugares vagos, disse: “está tudo ocupado”. Ele retrucou: “eu sou ‘cupado’?”. Disse-lhe: “não, eu disse ocupado”. Frisei bem o ‘o’ inicial da palavra para ele perceber que eu estava dizendo que não havia lugares e não que alguém era “culpado”, ao que ele respondeu: “igual o Banner, ‘cupado’

inocente”. Perguntei para ele o porquê do Banner ser culpado [“por que o Banner é culpado?”], mas a conversa foi para outra direção, que nem mesmo registrei, mas que deu um ar de suspensão como se não fizesse a menor importância para Paulo saber o que era ser considerado culpado ou que alguém não poderia ser, grosso modo, culpado e inocente ao mesmo tempo.

***__

Em outro dia, andávamos por uma praça novamente. Eu disse - como quem quer puxar uma conversa -: “hoje está quente...”. Paulo respondeu: “onde?”. Eu [tentando me fazer entender]: “aqui”. Paulo insistiu: “aqui onde?”. Respondi: “Em todo lugar, ué!”. Paulo continuou, dessa vez dando bastante ênfase à expressão: “aonde?”. Respondi “na praça” e fiz um movimento com os braços tentando mostrar que o ‘aqui’ estava por todo lado. Paulo não se deu por satisfeito e perguntou “o que é isso?”, enquanto imitava o movimento que eu tinha feito com os braços. Respondi-lhe: “isso é toda a praça, todo o espaço”! Paulo expressou-se: “ah, meu aluno!”, e essa conversa deu-se por encerrada.

***__

Enquanto fazíamos uma caminhada por uma praça, ouvi o canto de um pássaro. No instante que percebi esse som, Paulo me perguntou: “o que é isso?”. Respondi que era um bem-te-vi, supondo que ele tivesse ouvido o mesmo som que eu. Paulo retrucou: “dormindo?”. Eu disse: “dormindo como? Ele não está cantando?”, ao que Paulo respondeu: “desmaiado”. Continuamos a caminhar em silêncio, enquanto eu pensava se “desmaiado” queria dizer “dormindo” e o que teria a ver com um pássaro cantando.

***__

Certa feita, saímos de carro da casa de Paulo em direção a um parque da cidade, no dia anterior havia chovido fortemente, mas no dia desse encontro o tempo estava ensolarado. Paulo puxou conversa: “Que chuva, né Dami?!”. Respondi: “choveu muito ontem, ‘né’ Paulo, mas hoje não tem mais chuva!”. Paulo olhou para fora através do para-brisa e disse: “que chuva?”. Eu disse: “a chuva ué, a chuva que a gente ‘tava’ falando!”. Paulo se virou para outro lado e perguntou para onde iríamos.

***__

Em uma outra ocasião, enquanto caminhávamos pela cidade, disse a Paulo que naquele dia ele seria responsável por indicar os caminhos por onde iríamos. Ele concordou e seguia um passo à frente, conduzindo a caminhada. Depois de certo tempo, quando já havíamos rodeado um quarteirão, perguntou: “para onde você vai?”. Respondi-lhe que não sabia dizer porque era ele que estava nos guiando, e que eu iria onde ele fosse, então ele continuou a caminhar novamente em volta do mesmo quarteirão pela segunda vez.

***__

Andávamos por uma praça, quando Paulo disse: “olha o menino”. Eu não vi que havia uma pessoa passeando com o filho bem ali ao lado e perguntei: “que menino?”. Paulo, por sua vez, perguntou: “eu sou menino?”. Eu retruquei: “você é menino?” e ele respondeu: “Não”. Eu continuei a conversa: “você é o que?”. Paulo respondeu sem pestanejar: “Banner” e se pôs a falar, usando alguns fragmentos da história desse personagem, sobre como Banner havia se acidentado no laboratório: “Banner é cientista...choque... raios gama...Banner não fala, né Dami? ... só pianinho”.

***__

Às vezes, as perguntas que ele fazia saiam fragmentadas e ele esperava alguma resposta, mas em outras vezes, as perguntas saiam uma atrás da outra, sem esperar resposta, por exemplo: “você vem amanhã? Vai sair? Você pegou filme? Não comi nada hoje!”. Depois de fazer essas perguntas, Paulo ficava em silêncio ou passava para outro assunto, por exemplo, “onde vamos?”; ou “carro bonitinho”.

***__

Nesses encontros, experimentávamos, cartografávamos em deriva, os lugares, os passeios e as atividades, de modo que não fossem tomadas por alguma rigidez. Note-se como as atividades seguiam mais ou menos ao acaso e que passávamos de uma atividade a outra quase que por algo aparentemente circunstancial que ocorria e que nos remetia a algo que poderia ser feito. Por exemplo, a ideia da atividade de pintura, o “diálogo” a respeito dos nomes das ruas, ou mesmo o fato de propormos assistir ao vídeo que gravamos. Nesses encontros, apesar das dificuldades em manter um assunto, entender contexto, tentávamos manter um certo tipo de diálogo com Paulo. Por exemplo, quanto ao vídeo, ele fazia diferentes colocações sobre as imagens e, depois, sobre ele próprio. Note-se também que nestas tentativas de diálogos, passávamos de uma assunto a outro sem que se finalizassem, de um personagem a outro, de um certo entendimento para um não-entendido, por silêncios e passávamos também por equívocos, e tentávamos experimentar esses elementos que se apresentavam nos encontros.

Numa das reuniões feitas com a mãe de Paulo e ele, ela nos disse das mudanças que, segundo ela, via acontecer no filho, como ele estava falando melhor e não estava tão perdido nos assuntos. O modo como ele parecia dizer frases mais completas, além disso, ela referiu-se a um parente que teria se espantado com certo desenvolvimento ou progresso que Paulo apresentara. Em outra oportunidade, numa das exposições que fizemos junto com Paulo, esse parente veio nos agradecer pelo trabalho que estávamos fazendo. Segundo ele, como ele próprio falou, “Paulo está diferente”.

1.1.1. “*Que Paulo é (seria) esse?*”

A respeito dos encontros com Paulo, como já parcialmente apresentado, a proposta do AT era que algo fosse produzido nos próprios encontros entre acompanhado e acompanhante, isto é, despreendermo-nos de coordenadas determinadas ou dadas de antemão, isto é, abrir-se à experimentação. Nesse caso específico, levantar um diagnóstico ou fazer um histórico da vida de Paulo não eram questões que se colocavam naqueles momentos iniciais e íamos nos havendo com as dificuldades que surgiam nos encontros, como já apontamos nos relatos.

Acrescentamos quanto a isso que, se os diagnósticos surgem como um problema explícito, poderão ser colocados em função da experimentação e, implicados, constituir-se na experimentação e no encontro, não necessariamente como rótulo, sinais e sintomas determinados, mas trazendo modos diferentes de ver, falar e sentir, como parece ser o caso que apresentamos. Neste concepção, a relação pode se dar de modo mais experimental e variado, afastando os “*a prioris*”.

Será, então, a partir do modo que aquilo que se passa nos encontros nos afeta, do modo de se haver com aquilo que afeta é que os encontros são constituídos, daí não importa, necessariamente, qualquer diagnóstico, pois esses diagnósticos dizem respeito a territórios cristalizados, conceitos e conflitos determinados, significados, homogeneizados, normalizados; referem-se a necessidades já dadas, a obstáculos e a manejos previstos. Por isso, não se parte, necessariamente, do levantamento de diagnósticos ou dados; mas parte-se daquilo que afeta e que pode constituir um processo de desterritorialização.

Com o decorrer dos encontros, durante algumas conversas com Paulo e com a mãe dele, em reuniões marcadas por mim, e outras solicitadas por ela, surgiram algumas considerações a respeito de Paulo. Essas considerações se fazem importantes para que se possa traçar uma perspectiva de construção do trabalho no AT e desse trabalho enquanto pesquisa, conforme isso se faça necessário. Essas considerações são explicitadas a seguir.

Paulo era muito jovem quando perdeu o pai e, baseado no que ele falava nas nossas conversas, supomos, por exemplo, que a mãe lhe dizia que ele (Paulo) já era homem ou que era homem da casa e que poderia ajudá-la.

Colocar nos relatos a expressão “A mãe”, com o peso que tem o artigo ‘A’ maiúsculo, mostra a importância e magnitude que a mãe de Paulo parece ter para com o filho e vice-versa. Parecia-nos que ela tentava cercar Paulo por todos os lados, como se pode ver nas tentativas dela de completar ou “traduzir” as falas dele, fosse para mim ou fosse para explicar ou decifrar

os filmes para ele. Por assim dizer, ela parecia tentar significar o mundo para Paulo. Isso também podia ser visto no modo como ela “tomava” a palavra dele ou falava por ele quando ele estava tendo alguma dificuldade de dizer alguma coisa, ou de se explicar ou de falar de algo que tínhamos feito ou iríamos fazer. Vimos um pouco disso no relato do primeiro encontro.

Outro aspecto que penso ser interessante é que parece-nos certo que Paulo assistia, desde a infância, a muitos filmes, novelas, desenhos e séries, seja porque ele gostava e/ou também porque era uma forma de entretenimento ou de distração. Certamente, alguém da família ou a mãe, principalmente, fazia ou já teria feito, durante algum tempo, a função de contar, tentar esclarecer, responder à questões dele, “dar sentidos”, auxiliá-lo, quando ele perguntava. Talvez a mãe ou algum familiar o ajudasse a entender as histórias que ele via na televisão ou no cinema.

Nesse contexto, provavelmente, foi dito e explicado a ele quais eram os heróis, os mocinhos, os bandidos, nos filmes ou seriados, ao mesmo tempo em que ele próprio, certamente, se confundia a respeito de quem e o que era ser mocinho ou bandido.

Em uma das reuniões que tivemos, a mãe de Paulo disse que, devido à correria e necessidades de resolução de problemas cotidianos, ela não podia ensinar ou esperar que Paulo aprendesse todas as coisas corriqueiras e cotidianas, mas necessárias, como amarrar o cadarço do tênis, servir-se nas refeições, preparar o próprio alimento, escolher as próprias roupas, calçar uma meia, etc; e, por isso, ela se adiantava e fazia ou resolvia todos esses tipos de afazeres e tarefas. Ela disse isso quando eu lhe contei que nas atividades que eu propunha para ele, eu tentava deixar que ele tivesse alguma iniciativa. Na ocasião, disse a ela que no AT, tentava-se esperar ou possibilitar um outro tempo ou o “tempo dele” (de Paulo), tempo que se baseava numa aposta ou “intuição” de que algo diferente pudesse acontecer. Entendi, segundo o diálogo que tivemos, que do ponto de vista dela, esse trabalho de espera seria difícil e que se eu não tivesse a frente e, de certa forma, não me impusesse, não sairia nada ou não faríamos nada.

Isso deixava transparecer o modo como ele se encontrava ou estava agenciado nas relações, um modo que, sem dúvida, se fazia ou se fez necessário durante um bom tempo. Ela contou como foi necessário fazer as coisas por ele, pois ela não podia esperar; os horários de trabalho, as atividades necessárias no dia-a-dia não deixavam margem para esperar, precisava-se fazer as tarefas, as compras, os pagamentos, a arrumação da casa, por exemplo. Nesse contexto, tratava-se de colocar certa ordem, instituir e fomentar hábitos, de modo que as coisas estivessem nos devidos lugares. Toda atividade deveria ser, o máximo possível, agendada, num horário determinado, num dia determinado, com palavras determinadas que marcariam esse dia. Esse modo constituía uma territorialidade, o lugar e os modos de habitação, de estar com Paulo,

e marca também o fato de Paulo ser “não-emancipado”, segundo uma concepção ou discurso jurídico.

Como exemplo desse quadro, ela nos disse que, para Paulo acompanhar a agenda rotineira, ou para que ele soubesse em que dia da semana estava, ela fazia associações concretas para que ele pudesse se lembrar das atividades diárias: tal dia (segunda-feira, por exemplo) era dia do prof. “fulano”; terça, depois do almoço, era dia da ginástica; sexta era o dia de ir à feira. Ela disse que esse era o modo de ele guardar o dia da semana de forma concreta, associando o que teria que ser feito naquele dia.

Ela também disse que, durante os anos, havia criado rotinas para Paulo. Segundo ela, essas rotinas eram necessárias para que Paulo tivesse alguma direção e para auxiliá-lo a se organizar e também para evitar que ele ficasse muito ansioso. Para isso, certas coisas, como as roupas e os objetos deveriam estar sempre em lugares determinados; as atividades ou os afazeres deveriam ter seus dias e horários determinados e deveriam ser seguidos, de preferência, sem grandes mudanças. Segundo nos pareceu, Paulo ficava ansioso com mudanças, parecia que não gostava ou não se dava bem com mudanças, talvez não as assimilasse bem. Aqui vemos a presença de um discurso médico, psicológico e pedagógico que prescreve um tipo de rotina e hábitos para facilitar aprendizagens e adequar comportamentos; discursos e práticas que marcam um modo de ver e organizar o mundo ou os territórios. Podemos dizer que temos constituído aí, um discurso “d’A mãe”. Discurso que perpassa, também, a escola, os hospitais, as relações familiares e a igreja. Isto é, não é o discurso e a prática de uma pessoa, mas os dizeres e as práticas sobre certa ordem das coisas, segundo o discurso médico-psico-pedagógico.

Interessante dizer que, em uma ocasião, quando eu disse para a mãe sobre a atividade de fazer um filme, ela disse que poderíamos fazer isso, mas ela sabia que, visto que ele já tinha certa idade, ele não aprenderia nada de novo. Interessante também dizer que, em determinada ocasião, na casa de Paulo ele “contou” à mãe sobre um cão pelo qual passamos na rua e do qual, inicialmente, teve muito medo. Para a mãe, ele apenas disse: “é bonitinho, o cachorro, né?”. Como me pareceu, pela expressão que fez, que ela não havia entendido, eu expliquei o fato. Então, a mãe mencionou um filme que, nas palavras dela, mostrava a boa relação que as pessoas autistas tinham com cães. Essa foi a primeira e a única referência, embora indireta, que ela fez sobre as dificuldades do filho.

1.1.2. Descolamentos-deslocamentos

Como vimos nos relatos, no decorrer dos encontros, percebemos o aparecimento de algumas mudanças que apontavam para um possível questionamento que o próprio Paulo começou a fazer sobre o que outrora ele repetia mecanicamente ou sobre o que repetíamos nos encontros; e notamos, também, o aparecimento de novas questões e a utilização de expressões diferentes.

Nesse contexto, as perguntas que Paulo inicialmente fazia, e que remetiam a filmes e desenhos, começaram a se estender, de algum modo, para questões pessoais que pareciam questionar aquilo que lhe tinha sido afirmado em outros momentos, por sua mãe, irmãos e mesmo em nossas conversas no AT. Nesses questionamentos, Paulo começou, nos seus dizeres, nas suas questões, a misturar elementos de filmes e de desenhos animados para compor seus questionamentos, para fazer outros questionamentos, assim como para compor respostas aos seus próprios questionamentos. Consideramos que, por isso, Paulo descolava-se e deslocava-se, de alguma maneira, daquilo que era repetido e habitual.

Como foi dito na introdução, a proposta de pesquisa está transversalizada pelas questões a respeito da experimentação e da linguagem que nos toma no AT a partir dos encontros com Paulo, como mostrado nos fragmentos dos relatos.

Nos encontros, a partir dos descolamentos e deslocamentos, considerávamos, num primeiro momento, que a experimentação nos colocava uma dimensão em que era necessário considerar a linguagem justamente por ela atravessar os encontros e se tornar um ponto de problematização e, por isso, colocar questões para os encontros, pois nos parecia que a linguagem, em seus descolamentos e deslocamentos, ultrapassava um formato do que considerávamos um discurso, ou um diálogo, uma comunicação ou uma interação.

O que nos colocava em questão era como poderíamos experimentar um modo de fazer clínica e experimentar a linguagem com Paulo para além de uma concepção psicológica ou psicoterapêutica, e, em função disso, o que poderia estar implicando e ser implicado pelas mudanças que estavam acontecendo nos modos do acompanhado se expressar; o que estaria acontecendo em relação às questões que ele começou a fazer e pelas questões que a mãe dele nos fez [“de onde saiu esse desejo?”]. O que ela via de diferente que não tinha visto antes? Além disso, nos chamou a atenção o fato de ela ter dito que fazia as “traduções” do que Paulo tentava dizer. Sendo assim, o que estava acontecendo que não cabia mais na “tradução” que a mãe estava acostumada a fazer? Pensávamos também como as “traduções maternantes” estariam reverberando naquilo que ele tentava dizer ou na sua forma de sentir e ver suas relações com o mundo, com o que lhe acontecia ou que já havia acontecido.

Os encontros em que, às vezes, parecia que nos entendíamos e os desencontros em que, na maioria das vezes, parecia que não nos entendíamos, nos fornecem as questões que nos levam à filosofia de Deleuze e Guattari, como intercessores, e a seus interlocutores que, por sua vez, podem nos fornecer elementos para um território de filosofia a ser cartografado. Isso quer dizer que vamos traçar um plano teórico com as pistas conceituais que possam consistir na experimentação com Paulo e seus modos de pensar, sentir, falar, agir.

Foi fazendo interlocução com o território filosófico que, num primeiro momento, propomos a clínica do acompanhamento e, num segundo momento, problematizamos as questões que apareciam no AT apresentado. Todavia, foi problematizando as questões em função dos entendidos e desentendidos, dos equívocos e não sentidos no AT é que também sentimos a necessidade de nos voltar aos estudos linguísticos para atravessar territórios e, com isso, cartografar as ampliações e os limites que cada uma dessas áreas pode implicar.

Nesse percurso, entrar no Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos foi importante pois possibilitou introduzir, conhecer, ampliar a dimensão que a abordagem língua ou linguagem exige em seus diversos aspectos, principalmente como discurso e enunciação. Desse modo, podemos entender a complexidade e a importância dos Estudos linguísticos na discussão, na ação, na intervenção e no conceito de interpretação presentes na prática clínica.

De antemão, contentamo-nos em dizer que cada um destes campos, filosofia, línguística, análise de discurso, levantam suas próprias questões e problemas, e têm seus meios para resolvê-los; no entanto, transversalizar esses elementos em função de questões “de fora”, podem mover seus territórios para além dos seus próprios limites, para além dos seus próprios conceitos. Consideramos que, na composição da tese, essas questões de “fora” podem ser as questões que surgem nos encontros no AT com Paulo.

Nos atravessamentos entre esses campos, parece-nos que os estudos linguísticos avançam na compreensão de um campo científico da língua e da linguagem para além da psicologia, da filosofia analítica, das formalizações gramaticais, da mera consideração da linguagem como instrumento, ou como representação de objetos concretos. A línguística também parece contemplar e privilegiar um uso convencional, socializado, “normal”, “normatizado” da língua. Dito de outro modo, ela tem como referência o que é “normal”, racional, o “uso” da maioria, os sentidos variados, mas estabilizados, o que tende, de certa forma, a tornar-se ou buscar uma homogeneização, o que não poderia ser diferente, haja vista a sua constituição como ciência e os problemas que são colocados para a área a partir daí. Esses parâmetros é que dão o seu limite.

A análise de discurso, deslocando-se da línguística que tem certa pretensão enquanto ciência, apresenta para os estudos da linguagem e do discurso a sua ampliação e o seu limite a

partir de suas próprias questões e problemas que se coloca. Nesse aspecto, temos, por exemplo, uma linha da análise de discurso que se amplia e se aproxima da psicanálise, da interlocução com Foucault, considerando vários conceitos, entre os quais destacamos o de enunciação, discursividade, sujeito cíndido, sujeito do inconsciente e processos de subjetivação.

Pensamos que esses elementos podem nos ajudar a problematizar os encontros no AT e a fazer uma interlocução com a filosofia de Deleuze-Guattari, fazer atravessamentos possíveis, que podem fazer mover ambos os campos. O ponto de tangência desses atravessamentos possíveis pode ser reforçado pela afinidade entre as produções conceituais de Deleuze e Foucault, pelo conceito de inconsciente maquínico declaradamente inspirado da psicanálise, como veremos. Daí, talvez, pudéssemos pensar não numa análise de discurso propriamente dita, mas numa cartografia dos processos de desterritorialização, levando em conta a experimentação, o inconsciente maquínico desejante e os agenciamentos coletivos de enunciação.

Nesses atravessamentos, debruçamo-nos sobre os temas da linguagem, da enunciação, do enunciado, da subjetividade, do discurso, do inconsciente, a fim de problematizar zonas de aproximação com aquilo que os encontros no AT provocaram ou provocam. O que nos interessa é o que esses elementos possuem e possibilitam em termos de um acolhimento à indeterminação, aos deslocamentos, ao desejo, ao inusitado ou ao ineditismo dos encontros no AT.

Apresentaremos na próxima seção, alguns aspectos desses territórios, no qual destacamos a filosofia de Deleuze e Guattari. Eles serão o ponto de contágio, os intercessores de um território filosófico para mostrar o que nos ajuda a pensar ou problematizar os encontros no AT, as questões sobre linguagem que nos afetam nos encontros com Paulo, seja pela repetição, variação, não entendidos, equívocos, assim como problematizar como a clínica e a experimentação pode se constituir com esses elementos que dizem respeito, de certo modo, à linguagem.

Nessa composição do plano de conceitos talvez possamos dizer que Paulo não se reduz a uma pessoa que tem aqui seus dizeres analisados, nem se reduz ao nome dado aos efeitos de uma experimentação, mas é também um intercessor, através do qual, problematizaremos a linguagem no AT, para a invenção e a criação de um modo de fazer clínica no AT que leve em conta uma certa dimensão da linguagem.

1.2. Territórios de filosofia, de linguagem e de clínica

Como foi dito, pautamos os encontros e a pesquisa numa transversalidade entre um certo território de filosofia, da clínica do AT e dos estudos linguísticos na perspectiva daquilo que os aproxima e os distancia. Dizer ‘território de filosofia’ não significa que o território pertence à filosofia, mas que ele se constitui por autores, problemas e questões que vemos presentes na filosofia e que podem implicar e serem implicados pela clínica e pelos estudos linguísticos.

Este território filosófico constitui-se por uma linha tortuosa que vai de Espinosa a Nietzsche, passa por Foucault e por Deleuze-Guattari e alguns de seus interlocutores. Esse território compõe uma concepção de filosofia que será caracterizado a seguir, ainda que de modo informativo. Nesta caracterização, daremos um destaque significativamente maior a Deleuze-Guattari pois foi a partir da esquizoanálise que começamos a pensar um modo de fazer clínica. Assim, a filosofia compõe, também, o “objeto” da pesquisa em sua cartografia ou percurso. Também considerarmos que Deleuze-Guattari são um ponto de contágio de uma concepção filosófica que prima pela diferença e pelo acontecimento, e, por isso, contribuem para pensar modos diferentes de se fazer clínica.

Neste seção, apesar do seu caráter informativo, será possível apontar e propor a implicação da filosofia na clínica do AT, na pesquisa e nos estudos da linguagem e discurso, assim como levantar as pistas ou os marcadores conceituais que nos ajudaram a forjar as linhas que nos fornecerão condições para pensar a experimentação e a linguagem.

O que nos interessa ao implicar esses territórios é o caminho que traçamos e percorremos em função dos encontros no AT e não a investigação filosófica exaustiva e completa de Deleuze-Guattari ou de outro filósofo pautado, nem mesmo interessa fazer alguma verificação da legitimidade da filosofia ou se o que eles dizem está certo ou errado. Interessa a cartografia e a interlocução produzida com a filosofia e como isso funciona para a pesquisa como cartografia.

Os apontamentos feitos neste capítulo poderão dar uma noção da implicação da escolha dos filósofos, assim como também demarcarão o território de problematizações e de questões levantadas na pesquisa, em função dos problemas que colocamos e pelos quais somos tomados no percurso da pesquisa. Poder-se-á ver desenhar também, de antemão, um posicionamento em relação ao campo dos estudos da linguística e/ou da linguagem.

Adiantamos que, para os conceitos sobre a linguística e/ou linguagem, abordagem que será feita na próxima seção, consideramos o território filosófico em aproximação e deslocamento dos teóricos da Linguística ou dos estudos discursivos, primeiro porque foi e é a partir da filosofia que comecei a pensar a minha prática no AT e comecei a articular a experimentação num primeiro momento. Em segundo lugar, Deleuze e Guattari propõem uma

problematização em relação as questões sobre linguagem e/ou linguística que implicam e estão implicadas em seu horizonte filosófico, como veremos no decorrer da tese. Além disso, a filosofia e a ciência - nesse caso, a linguística como ciência da língua, da linguagem, do discurso ou mesmo do signo -, não estão separados como geralmente se considera, ou seja, os estudos da linguagem, do discurso e a filosofia não estão necessariamente separados, prova disso é a influência de filósofos como Foucault, Pecheux, Bakhtin, Althusser, Heidegger; e, acrescentamos aqui, a influência de Nietzsche, como já dissemos, e de Deleuze e Guattari.

Por esses motivos, nada mais próprio do que buscar nos autores de referência e no território de filosofia, o que eles propõem sobre a linguística-linguagem, sobre o discurso e a enunciação. Não se trata de buscar conceitos na filosofia e aplica-los à clínica ou aos estudos linguísticos, porque, como já dissemos, concebemos que a filosofia não está separada nem das ciências e nem das artes; assim como também não está separada da clínica ou da política. Então não é uma questão de aplicação, mas de implicação/transversalização ou atravessamento.

Neste contexto é que se tornou importante, para o percurso da pesquisa, a entrada no Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, pois isso possibilitou introduzir, conhecer, ampliar a dimensão que o conceito de língua e/ou linguagem exige em seus diversos aspectos, principalmente como discurso e enunciação. Isso não significa que dominamos esses conceitos, mas que esperamos, no mínimo, poder articular as problematizações da pesquisa com eles. Desse modo, poderemos entender a complexidade e a importância dos Estudos linguísticos na discussão, na ação, na intervenção e na interpretação presentes na prática clínica.

Nessa elaboração, consideramos que as áreas da Filosofia e da Linguística se relacionam em transversalidade, isto é, podem se atravessar uma na outra. Nesse sentido, concordamos com Koyré²³ quando disse que as ciências teriam perdido mais do que ganhado quando pretendiam separar-se da filosofia. Diria, então, que, neste trabalho, tentamos compor com a filosofia de Deleuze e Guattari, com as produções sobre clínica e crítica, não reduzida a uma disciplina acadêmica, mas como produtora de conceitos. Além disso ou por isso mesmo, e talvez o mais importante, é que Deleuze e Guattari se ocupam, de modo geral, em compor seus conceitos em proximidade e distanciamento com questões sobre a linguagem, a língua e a literatura, e, por isso mesmo, penso que pode haver contribuições, no sentido de atravessamento ou transversalidade desses filósofos para pensar os estudos linguísticos.

Como dissemos, neste capítulo, introduziremos o pensamento dos autores que serão nossos intercessores e as referências teóricas que implicam os encontros. Isso terá um caráter

²³ Alexandre Koyré (1892-1964) foi um filósofo francês de origem russa, que escreveu sobre história e filosofia da ciência.

informativo em que apontarei características gerais das propostas conceituais, a articulação com a psicanálise, a interlocução com Foucault, que é um autor importante para os estudos discursivos. Essa introdução será feita a fim de esboçar algumas ideias-chave que delineiam a pesquisa. A abordagem mais articulada ficará para o momento em que abordarmos as conceitualizações a partir da seção 1.3.

Para iniciar, podemos dizer que Deleuze (1925-1995) é um filósofo contemporâneo; alguns diriam que ele é pós-estruturalista, um filósofo da pós-modernidade e outros diriam que ele é um estruturalista dissidente. Lyotard e Derrida disseram que Deleuze construiu sua obra “à margem da elaboração, da convulsão e da superação do estruturalismo e que sua obra é inclassificável”²⁴.

Sobre Félix Guattari (1930 – 1992), pode-se dizer que ele foi um militante político, precursor dos movimentos antimanicomiais, e que circulava pelas ciências sociais, pela psicanálise, participando dos seminários de Lacan, além de fazer incursões pela filosofia.

Guattari trabalhou durante um longo tempo em *La Borde*, participando da implantação de uma clínica “não como as outras”, como ele próprio disse. Nessa clínica, o trabalho com as psicoses foi fundamental para que ele visse que a relação do psicótico com o mundo era uma relação diferente e não de estranheza ou de violência. O trabalho nessa clínica foi importante para que ele elaborasse o conceito de transversalidade para romper com a serialidade; e pudesse pensar as relações dos indivíduos e grupos a partir de uma perspectiva ética e não mais tecnocrática (GUATTARI, 2012). Guattari também participou de alguns seminários de Lacan e foi analisado por este psicanalista, até a ruptura que aconteceu posteriormente (DOSSE, 2010).

Deleuze e Guattari produziram juntos algumas obras que são marcas de um pensamento inquieto, inquietante e incomodado quanto ao que se passa no mundo em relação à filosofia, à ciência, à clínica e à política; como prova disso, uma de suas obras de destaque é o livro *O Antí-édipo*, que surgiu como resultado dos movimentos contestatórios de maio de 1968 na França e mostra uma produção de conceitos atrelada à crítica, à política, à ética e à clínica.

Para destacar o contexto geral da produção teórica e atuação dos autores, pode-se ainda dizer que, no movimento antimanicomial francês, as experiências antimanicomiais da clínica de *La Borde* tiveram a participação direta de Félix Guattari e que Deleuze participou dos

²⁴ Jean-François Lyotard e Jacques Derrida no elogio fúnebre a Deleuze, por ocasião de sua morte. Esse elogio foi publicado nas páginas do *Liberation* em 1995 e constou na ‘Caderno Mais’ da Folha de São Paulo em Novembro de 1995. Recuperado da internet <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/11/09/ilustrada/25.html> 13/03/18. 23:00h.

movimentos de contestação de maio de 1968. Esses movimentos têm suas relações e atravessamentos recíprocos. Apontar isso, no contexto da pesquisa, torna-se interessante pois, como dissemos, o AT pode, ou deveria, como pensamos, de um ponto de vista clínico político, ser colocado sob a perspectiva da luta antimanicomial. Por isso esses autores podem referenciar e referenciam um fazer que está alinhavado por essa proposta antimanicomial.

No contexto histórico-filosófico, pode-se dizer que Deleuze e Guattari propõe uma oposição à certa tradição do pensamento ocidental, e com esse intuito faz referências e compõe sua filosofia com pensadores tais como Espinosa, Nietzsche, Foucault, Proust, Kafka e Bergson, entre outros, assim como também produz e cria conceitos utilizando-se do cinema, das ciências, da psicanálise, das artes e da literatura. Chama nossa atenção a aproximação que Deleuze e Guattari fazem com a psicanálise, assim como fazem também um certo distanciamento, e como esse movimento de aproximação e distanciamento influenciou decisivamente suas obras e seus conceitos, como veremos mais à frente.

É interessante frisar que em cada um desses autores e áreas com os quais Deleuze e Guattari se articulam, eles se deparam com algo que os faz pensar. “Pega-se” ou “toma-se emprestado” - o método poderia ser chamado *pick-up, connect-cut* como Deleuze próprio diz - , o que em determinado autor lhes atrai; então propõem uma mudança, faz-se uma inversão, subtrai-se ou subverte-se, para, assim, criarem seus próprios conceitos e para a produção de um outro pensamento. Contudo, isso não é feito de modo gratuito e não é feito de maneira direta ou por aplicação. Ao contrário, é feito, no mínimo, ao modo de um rizoma e implica um esforço de criação necessário quando se é forçado a pensar diante de algo que nos espanta. Neste trabalho, nossos objetivos não incluem mostrar, necessariamente, o modo de criação do filósofo, mas, ele se faz marcar aqui por constituir as características da cartografia, como veremos.

Como exemplo desse “método”, vemos que, em relação à psicanálise, temos os conceitos de inconsciente, objetos parciais, instinto, pulsão; em relação à Foucault, temos a produção do conceito de agenciamento; em relação à filosofia de Bergson, temos a influência dos conceitos de intuição, de tempo e de duração; corpo e afeto são tomados a partir de Espinosa; enquanto que, em relação à Nietzsche, temos os conceitos de força e potência ou vontade de potência; em relação à Hjelmslev, temos os conceitos de substância, forma, conteúdo e de expressão. Temos nas articulações com a literatura, por exemplo, em Proust e Kafka, os conceitos de agenciamento, de signos, de literatura menor e/ou língua menor.

Sobre a filosofia de Deleuze-Guattari ainda podemos dizer que ela é um exercício do pensamento, que se opõe a uma imagem tradicional do pensamento que a própria filosofia de

tradição hegemônica (neo)platonista e também outras áreas do conhecimento erigiram para submetê-lo, colmatá-lo e impedi-lo de funcionar.

Para Deleuze e Guattari, a tradição filosófica e científica teriam erigido uma concepção de um pensamento capaz de julgar, de buscar a verdade, de pensar sobre si mesmo, refletir e alcançar o bom sentido ou o senso comum; um pensamento capaz de exercer domínio sobre as paixões, sobre o corpo ou de refletir sobre si, encontrar ou fornecer a paz e o conforto nas recognições, representações e conceitos, a fim de compreender o ser, formar sínteses e organizar a vida; um pensamento consciente que pressupõe e se forma a partir de uma harmonia das faculdades da mente e/ou da linguagem; um pensamento que poderia ser representado ou discursivizado, enquanto sistema de representações, que poderia exercer certo domínio ou impor uma formatação; um pensamento que estaria em dicotomia com o corpo e com a linguagem. Entretanto, para esses filósofos, o pensamento é o que escapa, por todos os lados, dessas armadilhas do (re)conhecimento ou da representação (DELEUZE; PARNET, 1998).

Deleuze pretende compor com um pensamento que, mesmo em função de uma forma que pretenda se impor necessariamente ou não sobre ele (sobre o pensamento), haverá, impreterivelmente, um resto, isto é, o impensável no próprio pensamento, algo de irredutível à representação e à simbolização. Nesse sentido, a filosofia aqui rompe com a concepção que diz que pensar é formar representações. Segundo tal conceito, o pensamento seria um exercício natural, discursivo e conceitual. Essa é uma herança do pensamento neo-platônico-moderno. Mas, para Deleuze e Guattari, o pensamento não é e não está dado, nem mesmo como massa informe submetida à uma língua-sistema, como vemos em Saussure.

Para o filósofo, filosofar ou pensar é inventar ou criar conceitos que escapem, que façam furos por todos os lados e que provoquem deslizamentos. É nesse sentido que, para Deleuze e Guattari, o pensamento, ao invés de pressupor uma harmonia cognitiva das faculdades do pensamento, da imaginação, ou uma certa harmonia com a língua como sistema, pressupõe uma guerra; e, ao invés de uma harmonia do homem com suas faculdades, o pensamento é um embate intensivo. Outra característica marcante do pensamento de Deleuze e Guattari é a inseparabilidade entre pensamento e linguagem; pensamento e corpo, corpo e linguagem. Isso não significa que eles sejam indistintos, mas que, cada qual pressupõe o outro reciprocamente no embate em que são tomados, em que cada qual leva o outro ao seu limite.

Outra característica importante é que, no seu projeto filosófico, Deleuze se coloca contra a mistificação e a ilusão do negativo presente numa certa tradição que fundamenta o pensamento ocidental. Nesse sentido, ele se opõe, principalmente, ao pensamento embasado no viés de uma leitura possível da dialética hegeliana (provavelmente a leitura que Kojéve faz de

Hegel, que teve certo predomínio na França daquela época, que é também a leitura que Lacan teria de Hegel). Estes elementos - o negativo e a dialética, mais precisamente, o papel do negativo na dialética -, seriam, segundo Deleuze, o motivo pelo qual a diferença, no pensamento ocidental, estaria submetida à identidade e à semelhança. A máxima: ‘um é o que o outro não é’, exemplificaria essa submissão. O negativo, nesta perspectiva, é a presença eficiente da razão e seus julgamentos sobre a diferença ou sobre os diferentes modos de agir, pensar e sentir. O negativo é também, de outra maneira, a continuação da religião e a efetuação das ilusões da Razão como instância de transcendência, e, por assim dizer, o lugar da Moral ou da moralidade.

Na proposta de fazer a reversão do platonismo em aliança com o pensamento de Nietzsche, Deleuze encontra um modo de livrar a diferença do julgo da identidade e semelhança que, por um lado, subsidia o pensamento ocidental em sua hegemonia e, por outro, fundamenta o modo de vida ocidental cristão-neoplatônico. Deleuze procura romper com a ideia de elementos ou forças transcendentais que dariam os valores universais à vida, e, segundo uma verdade fruto de valorações, ditariam as verdades, as normas e as leis; ele procura romper com um modo de pensar também pautado pela tradição da lei romana e pelo cristianismo. De outro modo, ele procura romper com os paradigmas que apresentam ‘O’ Deus, ‘A’ razão, ‘O’ absoluto, ‘O’ simbólico, ‘A’ Nação’, ‘A’ História, ‘A’ Ideologia, ‘O’ Estado, ‘O’ Social, ‘A’ filosofia, ‘O’ Sujeito e ‘A’ Ciência, ‘A’ Cultura, ‘A’ História como instâncias que determinam ou julgam os modos de viver, de falar, de sentir, de pensar, de existir e apagam, desprezam ou colmatam as diferenças, as singularidades, as rupturas, em nome de algo supostamente maior, superior ou absoluto. Para além de hegemonias ou das diferenças colmatadas, os autores querem afirmar, entre outras coisas, o trágico, a heterogeneidade, a multiplicidade, os devires, as rupturas e a diferença enquanto tal.

Deleuze propõe, então, uma filosofia que afirma, nos passos de Spinoza e Nietzsche, a diferença enquanto diferença. Diferença radical que não pode ser submetida à identidade ou semelhança. Acrescentamos, nesse sentido, que Deleuze propõe uma filosofia das multiplicidades heterogêneas a fim de romper com o paradigma hegemonic predomínante fundada numa teoria do Uno e do Múltiplo.

No contexto dos seus engajamentos com a política, filosofia, clínica e arte, Deleuze e Guattari querem se afastar e romper com o que diminui e nega a vida. Eles procuram romper com a ideia de um homem ou de um mundo preso a ideais a serem alcançados por meio de algum tipo de progresso, de evolução ou de desenvolvimento. Inclusive, por causa disso, foram acusados de se colocarem contra um certo humanismo e o conceito vigente de homem como padrão e modelo da sociedade.

Nesse tarefa de romper com a tradição, pode-se dizer, ainda, que Deleuze e Guattari dão primazia ao informe, à matéria, às forças, aos fluxos, aos processos, à metaestabilidade, ao caos, aos movimentos e aos devires, ao invés das formas, do equilíbrio, da estabilidade, da ordem, dos significados, do imóvel ou do ser. Isto também já nos aponta para um distanciamento da fenomenologia.

Na tarefa de pensar a diferença, ao invés de olharem para as transcendências superiores e intocáveis, eles olham para as relações locais, o cotidiano, as variações, os saberes locais, as singularidades, ou seja, para aquilo que é ou foi considerado menor, imperceptível, inconsistente ou inadequado em relação a objetivos supostamente maiores, universais, já definidos e postos de antemão ou definitivamente.

Dito isto, assinalamos que não é o caso dizer que fazem uma simples oposição, ou apenas tomam partido de um lado em favor de outro modelo; não se pode dizer que a proposta dos autores se reduza a uma questão de quantidade e tamanho; dominantes e dominados; maiorias ou minorias; origens e finalidades. Estes filósofos querem romper com as dicotomias ou separações que podem ser vistas, nas ciências em geral, entre social e individual; consciente e inconsciente; bem e mal; homem e natureza; corpo e mente; linguagem e pensamento; e, com esse intuito, eles querem inaugurar um modo de pensamento que é intensidade e se passa por *entre* as intensidades, os afetos, as relações e os devires. Para os autores, então, não há, necessariamente, dicotomias, mas sim relações, movimentos, deslocamentos, passagens, coexistências e simultaneidades.

Importante dessa elaboração filosófica é destacar que, para Deleuze e Guattari, o homem não está separado da natureza. Não há separação entre a natureza e o homem, ou, de modo mais específico ao tema do trabalho, não há separação entre natureza e linguagem ou língua, entre natureza e pensamento, ou entre natural e artificial. A natureza é compreendida como produtora de diferenças, é o que se produz nela e por ela. O que é criado, inventado ou feito - os modos de viver, seus artifícios, suas relações, a língua, o pensamento - , é parte, ou modos da natureza. De outro modo, a suposta separação ou superação da natureza seria fruto de uma mistificação (mais uma das ilusões da Razão) que pretendia levar o homem - o homem da religião (o homem criado e privilegiado por Deus), ou o homem racional ou homem de cultura (o homem que supera a natureza e/ou supera sua natureza animal, inclusive biológica), que através do intelecto ou da religião, da língua, da linguagem ou da razão, se impõe, supera ou se separa da natureza. Este homem, dominante e, às vezes, dominado, também estaria lutando contra ou usando a natureza para suas supostas finalidades humanas e pretensamente superiores.

Em relação ao trabalho de Deleuze em composição com Guattari, ainda é importante sublinhar a importância fundamental de Guattari no pensamento de Deleuze e vice-versa, principalmente a respeito da psicanálise, como pode ser visto no livro *O anti-édipo* e também nas produções posteriores. Por esse motivo, Guattari é também um autor presente nesse território filosófico, um interlocutor com o qual irei trabalhar e, embora algumas vezes, faremos referências apenas a um ou ao outro, ficam subentendidas as influências e as contribuições recíprocas.

No contexto das produções desses autores, principalmente no livro *O Anti-édipo*, Deleuze e Guattari fazem uma interlocução e um embate com a psicanálise e, embora as divergências – pode-se notar que por um lado eles criticam um certo Lacanismo, entendido como uma ortodoxia que se formara entorno desse psicanalista, mas, por outro, fazem elogios a um certo Lacan criador (DELEUZE, 2010a).

Em relação à psicanálise, e é isso que a torna presente neste trabalho, considero que esses autores dão um outro estatuto ao inconsciente, elaborado a partir de Freud e Lacan. Pode-se dizer que eles propõem um inconsciente esquizo, uma análise esquizo do inconsciente, enfim, uma esquizoanálise. Esta se compõe por uma concepção ética, estética e política no que diz respeito à clínica e aos modos de se haver com o inconsciente. Nesse sentido, falar em psicanálise se torna convidativo pela influência que ela tem no pensamento dos autores e pela contribuição que ela traz a minha prática no AT quando penso os modos de estar com o outro, o modo de escuta e também os modos de fazer laço, como será mostrado posteriormente neste trabalho.

Podemos apontar, entre outras, as referências dessa relação de Deleuze e Guattari com a psicanálise, e por tabela, também a referência para esta tese. Por exemplo, no conceito de inconsciente esquizoanalítico das máquinas desejantes e de corpo sem órgãos, há certa inspiração da teoria freudiana das pulsões, assim como podemos ver influências do conceito de objetos parciais.

Alguns psicanalistas dão testemunho das contribuições de Deleuze e Guattari para a psicanálise e para os seus próprios trabalhos. A psicanalista Jô Gondar (2009), por exemplo, escreve que deve-se tomar Deleuze por aquilo que ele pode contribuir para a psicanálise, numa relação de cooperação. A autora ainda afirma que Deleuze se opõe a representação e ao negativo, que não seriam fundamentais na psicanálise, mas sim na lógica dialética de Hegel, isto é, Deleuze estaria atacando Hegel (o Hegel da leitura de Kojève) e não, necessariamente, a psicanálise, mas esta, naquela ocasião, por sua vez, estaria flirtando com um certo

hegelianismo. Gondar (2009) afirma que esse flerte pode ser questionado e que a leitura dessa perspectiva seria datada, embora possível de ser feita.

Essa autora ainda diz que Deleuze acrescenta algo à psicanálise “quando a atravessa, pensando o desejo, o inconsciente e a subjetividade ao seu próprio modo” (GONDAR, 2009, p.64), não necessariamente fazendo convergência, mas colaborando de maneira perturbadora. A autora relata, para exemplificar, que, no seu trabalho, ela se utiliza dos conceitos de menor/maior, de linha de fuga e devir.

Já a psicanalista francesa Monique David-Menard (2014) diz que as formulações de Deleuze sobre a arte e a filosofia acompanham o trabalho dela de análise com alguns pacientes no sentido dela se manter, de modo original e audacioso, próxima do inaudível, do informe e do impensável. Para essa analista, “a utilidade do pensamento de Deleuze e de Guattari, malgrado sua polêmica com a psicanálise, só pode se desenhar se descrevermos primeiramente a função de um tempo de desespero nesses tratamentos.” (DAVID-MENARD, 2005). Nesse caso, ela está se referindo ao trabalho com psicóticos. O desespero que ela evoca refere-se ao esgotamento da fala que se perde nas frases ou a um fracasso das frases e a entrada de um silêncio prolongado e com isso, a inutilidade para uma interpretação dos elementos relatados. Consideramos, entretanto, que isso não ocorra só nos trabalhos com psicóticos.

Por sua vez, Palombini (2007), ao falar a respeito da teoria clínica na produção de um dispositivo para o Acompanhamento Terapêutico, trabalha a partir de Deleuze-Guattari, Lacan e Winnicott como possibilidades para se encontrar conceitos para operar a clínica. A autora destaca, como algo que poderia unir esses autores, o conceito de subjetividade constituído na alteridade, uma subjetividade não transparente a si mesma, que não se aprende totalmente por algum saber e que guarda uma dimensão inconsciente de resistência, que não se pode capturar.

De modo geral, Deleuze e Guattari retomam, indagam e reelaboram os conceitos de inconsciente e de desejo, deslocando-os da relação com os paradigmas da representação e da identidade que, de alguma forma, ainda persistiriam na psicanálise ou em certa leitura psicanalítica. Isto é, eles tomam os conceitos psicanalíticos em função da oposição que fazem ao pensamento hegemônico ocidental. Nesse sentido, principalmente, o inconsciente e o desejo devem estar desvinculados de toda forma de interioridade e devem ser entendidos em função de um caráter produtivo e imanente da realidade e da diferença.

No que tange ao inconsciente, ainda destacaremos aqui, pela relevância para o trabalho, que Deleuze e Guattari (2010) fazem uma certa retomada do inconsciente a partir da primeira tópica Freudiana e da teoria das pulsões para além do princípio do prazer, uma pulsão em estado bruto, independente da representação, sem origem nem finalidade (MONZANI, 1989).

Segundo o ponto de vista dos filósofos, Freud, na primeira tópica, destaca o funcionamento do inconsciente através do processo primário, num funcionamento segundo o deslocamento e a condensação. Nesse processo, a energia livre passa sem barreiras, de uma representação a outra. Os conteúdos inconscientes, segundo esse processo, estariam regidos por uma energia pulsional, através da qual poderiam retornar à consciência ou não. A teoria das pulsões, principalmente a descoberta da pulsão de morte - uma pulsão que trabalha independente ou além do princípio do prazer -, vai interessar profundamente Deleuze e Guattari.

É interessante dizer que as articulações sobre o inconsciente acontecem, num primeiro momento, no livro de Deleuze sobre o masoquismo (*Sacher-Masoch, o frio e o cruel*) e depois essas articulações apresentam algumas mudanças em o *Anti-Édipo*, que é a obra que vamos frisar para abordar a proposta do inconsciente. Em resumo, nessa empreitada, Deleuze e Guattari vão tomar o inconsciente como um processo esquizo, uma fábrica de produção e não um teatro de representações. Note-se, de antemão, que o processo esquizo não é a esquizofrenia considerada como doença mental, mas a esquizofrenia como processo, como o modo de funcionamento do inconsciente, o que poderá ficar mais claro na sequência deste capítulo.

No que diz respeito ao inconsciente, como dissemos, é a perspectiva para além do princípio do prazer, a partir de Freud, que é adotada por Deleuze e Guattari no livro *O anti-édipo*. Eles desconsideram a segunda tópica pois, para eles, a estruturação do inconsciente em Id, Ego e Super-ego, assim como o papel do “Édipo” teriam apagado a força do inconsciente como fora apresentado na primeira tópica e, além disso, essa estruturação teria colocado o “Édipo” como central na constituição do sujeito, enquanto ele seria apenas um dos possíveis efeitos (édipo seria uma entre outras territorialidades e não a última ou única). Por isso Deleuze e Guattari opõem as máquinas desejantes ao édipo, seja este apresentado como complexo em Freud, seja como estrutura em Lacan (BIRMAN, 2000).

Ao tomar a esquizofrenia como processo do inconsciente e considerar a força livre e produtiva do desejo, Deleuze e Guattari desconsideram o princípio do prazer como uma imposição. Resguardadas as diferenças entre as concepções de Freud e Deleuze-Guattari, podemos dizer que as pulsões, vistas na conceitualização freudiana, são tomadas como máquinas desejantes em Deleuze e Guattari e tais pulsões não se submetem a nenhum princípio regulador. As pulsões são objetos parciais e fragmentados que não tem finalidade ou objetivo e não representam coisas ou pessoas; a pulsão de morte (instinto de morte) seria o corpo sem órgãos, definido como o improdutivo, que se opõem às máquinas desejantes, no entanto, é a condição de produtividade dessas máquinas.

Muito resumidamente, pode-se dizer que, para Deleuze e Guattari, o inconsciente é uma máquina de produção desejante e não um teatro de representação de um drama familiar. Por isso o desejo é criação, invenção, produção e não se relaciona com falta alguma. Para marcar essa afirmação, eles apontam, entre outras coisas, para o fato de o delírio ser sobre a história, raças, países, nações e não sobre pai ou mãe; e que a libido investe diretamente no social sem necessidade de sublimação (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

Dito de outro modo, a libido não é reprimida por processos ou formas de socialização, mas é a partir dela que temos as formas como processos; é a partir dela, da libido, que o social constitui-se por um processo desejante, num agenciamento maquínico do desejo, com seus regimes de corpos e signos, nas relações em que funciona ou nos agenciamentos, como ainda pretendemos mostrar. A produção desejante é a produção social e a produção social é a produção desejante, sem projeções ou introjeções, sem necessidade de transformação da libido para investir as forças produtivas. Desse modo, desejo, inconsciente e social, como apresentado, são coextensivos.

Nesta reelaboração que fazem, o inconsciente é processo, fluxo e relações de cortes maquínicos desejantes. O termo maquínico refere-se ao funcionamento do inconsciente. Diferente de um mecanismo que regularia ou organizaria um organismo, o maquínico ou a máquina desejante se constitui como produção desejante. O inconsciente é produtivo, ele produz o real em sua multiplicidade (DELEUZE, 2006).

Considero que os autores não apresentam uma ideia justa do inconsciente, mas justo uma ideia, como diria Deleuze, pois que inconsciente seria esse se fosse possível tomá-lo de uma forma justa e certa? Isto quer dizer que, ora se aproximando, ora se afastando, tanto de Freud, como de Lacan, é possível dizer que Deleuze e Guattari proporcionam um entendimento, no mínimo, diferente do modo como o inconsciente estava sendo tratado na época.

Voltando às considerações que dizem respeito ao inconsciente, para Deleuze e Guattari (2010) o termo maquínico que o caracteriza é utilizado para contrapor aos modelos mecanicistas, organicistas ou estruturalistas. As máquinas desejantes funcionam cortando e conectando os fluxos. Fluxo cortado e conectado, objetos parciais que não remetem a pessoas globais e nem buscam representações. Só interessa, se é que essa palavra cabe aqui, o movimento, corte e conexão, num processo de produção que consiste em produzir. O Produto das máquinas é a própria produção. A máquina desejante é o que corta e é cortado de acordo com três modos:

O primeiro [corte] remete a conexão, e mobiliza a libido como energia de extração. O segundo, à síntese disjuntiva, e mobiliza o *Numem* como energia de desligamento. O terceiro, à síntese conjuntiva, e a *Voluptas* como energia residual. É nesse aspecto que o processo de produção desejante é simultaneamente produção de produção, produção de registro, produção de consumo. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 61)

Isso quer dizer produzir e efetuar as operações de desejo (conectar ou ligar e desconectar ou desligar) nas quais têm-se como resíduo um sujeito como peça adjacente da máquina. Esse sujeito não tem identidade pessoal, consome e nasce dos estados pelos quais passa, concluído desses estados como uma parte feita de partes. A seguir, definimos melhor as três sínteses do inconsciente (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

A síntese conectiva de produção tem a libido como energia fundamental. As pulsões ou as máquinas desejantes funcionam sem objeto pré-determinado. Essa síntese procede por conexões múltiplas e dispersas. O corpo sem órgãos (o instinto de morte, o que irá ser remetido ao plano de imanência do real) e o *socius* adicionam fatores de anti-produção. O corpo sem órgãos opõe-se às ligações, desligando, desarranjando, introduzindo disfuncionalidades nas composições maquínicas desejantes, impedindo que haja organizações permanentes, fixadas ou cristalizadas. O *socius* também se opõem à conexões desejantes e se assenta sobre elas para constituir superfície, instaurando um corpo pleno no qual a produção se registra de modo que pareça que a produção emana dessa superfície de registro, como se o corpo pleno tivesse sido o criador (SANCHES, 2008; DELEUZE; GUATTARI, 2010).

A segunda síntese é a síntese disjuntiva de registro, para a qual a energia é o *Numem*. Essa síntese afirma termos disjuntos (disjunção inclusiva) sem confundir suas diferenças. Cada máquina produzida tem seu registro social e agarra-se ao corpo sem órgãos que, por sua vez, passa a determinar a produção desejante. As máquinas podem se fixar e ter seu funcionamento produtivo paralisado em conexões estáveis. Uma disfuncionalidade pode ocorrer se uma máquina se associa predominantemente com a anti-produção. Aí o desejo estaria ameaçado por uma abolição e pela constituição de um corpo patológico. Aqui a superfície de registro possibilita tanto a repetição do mesmo, ou seja objetos parciais que se ligam em estabilidade, assim como a repetição da diferença que se desdobra em multiplicidades e infinitos caminhos.

A terceira síntese é a síntese conjuntiva de consumo em que temos os espaços e formas (organização/organismo) desfeitos em proveito de uma ordem intensiva. A energia aqui é *Voluptas*. No funcionamento dessas três sínteses, temos um sistema aberto que sempre quer ou busca mais conexões - corte e conexão e disjunção e consumo -, em que se tem a produção de fluxos inconscientes num campo social histórico (SANCHES, 2008).

Nesse processo, o consumo sucede o registro, mas a produção de consumo é produzida na e pela produção de registro. Na superfície da inscrição, segundo Deleuze e Guattari (2010, p. 30),

Algo da ordem de um sujeito, sem identidade fixa, errando sobre o corpo sem órgãos, sempre ao lado das máquinas desejantes, definido pela parte que toma do produto, recolhendo em toda parte o prêmio de um devir ou de um avatar, nascendo dos estados que ele consome e renascendo em cada estado.

O inconsciente maquínico desejante trabalha nesses três modos, isto é, conexão que mobiliza a libido como energia de extração; a síntese disjuntiva que mobiliza o *Numem* como energia de desligamento; e a síntese conjuntiva, a *Voluptas* como energia residual. Esses três modos compreendem o processo de produção desejante, simultaneamente, como produção de produção, produção de registro, produção de consumo.

A produção desejante envolve a máquina desejante e suas conexões, o corpo sem órgãos opondo seus fluxos e sua desconexão. Entre esse fluxo de conexão-atração e desconexão-repulsão temos a produção de um sujeito como resíduo, um processo esquizo, uma experiência esquizofrênica das quantidades intensivas, um sentimento de passagem entre a vida e a morte. São estados de intensidade sem figuras ou formas. Esses estados intensivos são produzidos pelas duas forças, a de atração (conexão) e de repulsão (desconexão). Estas não estão em oposição entre elas de modo que possa haver equilíbrio em torno de um ponto neutro, mas são positivas a partir da intensidade 0 (zero) que designa o corpo sem órgãos. Os elementos intensivos, longe do equilíbrio, produzem estados estacionários metaestáveis e ilimitados pelos quais o sujeito passa. Alucinação e delírio podem ser compreendidos, então, como um “eu sinto” dessas ou nessas passagens intensivas. Os autores usam como exemplo o presidente Schreber para o qual:

Os seios no tronco nu do presidente designam uma faixa de intensidade sobre o corpo sem órgãos. O corpo sem órgãos é um ovo atravessado por eixos e limiares, por latitudes e longitudes, é atravessado por gradientes [de forças] que marcam devires e passagens. [...] nada é representativo, tudo é vida ou vivido: a emoção dos seios não representa os seios [...] apenas faixas de intensidade. [É] uma experiência dilacerante [de aproximação da matéria intensiva de um processo esquizo] (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 34).

Nessa concepção, “O inconsciente não é estrutural e nem pessoal, ele não simboliza, assim como não imagina e nem figura. Nem imaginário, nem simbólico, ele é o real em si mesmo, o real ‘impossível’ em sua produção.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 76).

Como vemos acima, os autores vão articular o corpo sem órgãos ao plano de imanência e à noção de corpo como latitude, longitude. Vão também remeter o inconsciente, no decorrer do livro *Mil Platôs*, ao plano de imanência, real e intensivo, funcionando em fluxos de matérias não formadas e funções não formalizadas, singularidades pré-individuais, impessoais e assubjetivas (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

É no sentido de um fluxo de intensidades que o inconsciente é maquínico-desejante e o desejo constitui-se num plano de agenciamento maquínico, remete-se a um plano de virtualidades (par atual, virtual), fluxos de fragmentos e matérias responsáveis por desfazimentos e formalizações; decomposições e composições; desconexões e conexões; desestratificações e extratificações; desterritorializações e territorializações; des(d)obramentos e (d)obras.

Para melhor compreender essas relações, tomamos dos itens acima apenas um par, mas, considerando que o exemplo vale para todos os outros, podemos dizer que, de um para o outro, do virtual para o atual, por exemplo, não há, simplesmente, uma passagem caracterizada pela atualização do virtual, mas há um processo de diferenciação. Isso significa que o atual não é a atualização do virtual, por isso há uma dissimetria entre esses processos e não há um esgotamento do virtual. Constituindo-se no e como plano de imanência, os modos de funcionamento do atual e do virtual são diferentes. Dito de outro modo, a matéria no plano é a mesma, mas há diferença engendrada pelo modo de funcionamento do processo de diferenciação. Podemos ver essas diferenças de funcionamento em outras passagens conceituais de Deleuze e Guattari, por exemplo, entre molar e molecular; micro e macro; rizomático e arbóreo, máquina abstrata e agenciamento concreto.

Esses funcionamentos não são dialéticos, ou melhor, seriam, mas uma dialética sem síntese. Tais processos formam, no plano de imanência, um sistema caótico, indeterminado, real, no qual se afirmam por sua diferenciação²⁵, não havendo negação de um em relação ao outro. Eles subsistem e coexistem diferenciando-se um do outro, por isso não se anulam; se opõem, mas não se contradizem. Nesse processo, a atualização ou a passagem de um polo para o outro não tende ao equilíbrio, mas a uma metaestabilidade, uma disjunção em que se está sempre em vias de diferenciação.

Essa dialética sem síntese nos remete à segunda síntese dos processos inconscientes. Para entendermos a importância disso vamos remeter a Monique Davi-Menard quando ela se refere à síntese disjuntiva de Deleuze:

²⁵ “Diferença” indica a atualização do virtual para o atual. A “diferenciação” indica a relação entre os elementos virtuais. Veremos mais detalhes no tópico 1.3.

Se há uma expressão que pode resumir, na filosofia de Gilles Deleuze, o que permite à vida e ao pensamento se inventarem, esta expressão é a “síntese disjuntiva”. Síntese disjuntiva é uma ligação de elementos que são aproximados e colocados juntos de uma maneira que inaugura um pensamento ou uma forma nova de existência, pois esses elementos não são homogêneos: eles não podem ser levados à identidade de uma medida comum. Um dos elementos mais simples dessas dessemelhanças inventivas pertence à criação pictórica: quando Van Gogh pinta seu auto-retrato, seu rosto é um girassol que não se parece com ele, um pavor antes nunca visto se inventa por esse “tornar-se girassol” do rosto. (DAVI-MENARD, 2004)

Vamos articular as características da síntese disjuntiva expostas acima com o agenciamento coletivo de enunciação e sua característica de heterogeneidade, da qual ela, a heterogeneidade, é operacionalizada pelo bascular do agenciamento para o seu lado máquina abstrata, pelo colocar em circulação os agenciamentos, o que aumenta o *quantum* de contágio entre os elementos heterogêneos.

Trata-se de conectar, desconectar, montar, desmontar os elementos heterogêneos do agenciamentos, os corpos e seus regimes de signos, é fazer misturas ou hibridismos; é (des)territorializar, o que implica em novos modos de agir, pensar, sentir; em diferentes modos de fazer laço; em produzir artifícios como num processo esquizo desejante. Daí também que a síntese disjuntiva, assim como todo processo maquínico inconsciente é produzido nos/como processos de basculamento do agenciamento e como processos de basculamento dos agenciamentos coletivos de enunciação (agenciar e ser agenciado). Abordaremos, com mais detalhes, os agenciamentos coletivos de enunciação na próxima seção.

O que pode acontecer nesses processos é uma interrupção ou fixação no imaginário de um território cristalizado, a colmatação ou na não-efetuação de uma desterritorialização, isto é, a perda num fluxo desterritorializado. Uma dessas situações indicaria o fim do processo ou indicaria que o processo teria sido levado a uma finalidade. É necessário, pois, manter um “processo-entre”, um meio, um fluxo, um movimento entre desterritorialização e territorialização, e um mínimo possível de território como forma de prudência.

Neste sentido, os autores destituem qualquer perspectiva de mediação que viria estabilizar ou equilibrar os processos entre territorialização e desterritorialização; qualquer ideia de síntese como fase entre os processos; qualquer instância externa que os distinguiria. Não obstante, há sempre um “meio” ou um “entre” problemático, que é mais que ligar, desligar; mais que juntar, disjuntar; mais que resolver, problematizar; enfim, há coexistências, simultaneidades, indistinguibilidade.

Para os autores, o inconsciente também não precisa de uma fase mediadora, não precisa ser sublimado para que haja integração de impulsos inconscientes e a sua transformação em

algo socialmente aceitável, como pode ser visto, de modo geral, em algumas concepções; mas, isto sim, o inconsciente investe/produz diretamente no/o social. A síntese disjuntiva é o processo de produção-registro-consumo no *socius* como coletivo de forças.

Ainda em relação ao inconsciente, poder-se-ia falar, de maneira geral, de um simbólico, de um imaginário, de uma neurose ou de uma psicose, mas isso só em função de um território já formalizado como artifício em um regime de signos territorializado, relacionados por sua vez a um tipo de agenciamento variável ou mesmo cristalizado. Nesse contexto, será só em relação a um território cristalizado que poderá ser dito que o inconsciente é imaginário ou simbólico, pois, de outro modo, o inconsciente maquínico é um fluxo desterritorializado real. Podemos adiantar e dizer que as pulsões, os objetos parciais investem o território em seu processo de (des)territorialização, fazendo revirar uma palavra de ordem, uma representação, ou um modo de organização. Ainda veremos mais detalhes em momento oportuno.

No contexto de desterritorializações, do inconsciente em seus processos, as questões seriam: como manter ou possibilitar o processo produtivo ou como manter o movimento de desterritorialização? Como possibilitar um funcionamento entre um imaginário de um território cristalizado ou estabilizado e o real do plano de imanência? Como operar os agenciamentos – agenciar e ser agenciado –, entre o imaginário e o real, como constituir o agenciamento pelo basculamento de seus polos, aumentando, assim, o *quantum* de comunicação com a máquina abstrata ou com o plano diagramático? Como ainda será visto, isso deve ser problematizado a partir do plano de imanência real e inconsciente - maquínico, processual, com seus elementos e fluxos heterogêneos, fragmentados, através dos quais atualizam-se estratos e seus regime de corpos e enunciados.

Tendo explicitado a relação da filosofia de Deleuze e Guattari com a psicanálise, abordaremos a seguir a relação com Foucault. Da relação com Foucault, é interessante notar que, na obra *O anti-édipo*, os próprios autores dizem que há certa inspiração foucaultiana. Tal inspiração diz ainda de certa afinidade recíproca e produtiva entre Deleuze e Foucault em outras produções, talvez por causa da influência de Nietzsche e o fascínio pelos gregos em ambos, além, é claro, da amizade que tinham (DIAZ, 2012). A respeito disso, Diaz (2012), no seu livro sobre a filosofia de Foucault, diz haver uma relação entre algumas obras de Foucault e de Deleuze- Guattari. A autora afirma que *O anti-Édipo* é tributário de um certo estudo foucaultiano e *vigiar e punir* leva a marca de *O anti-Édipo*.

A autora acrescenta, ainda, que, a partir dos estudos que teria feito de Deleuze e Guattari, Foucault fez sua própria microfísica. Ela aponta também, como exemplo, que pode-se encontrar

certas coincidências e diferenças em alguns conceitos como máquinas e agenciamento em Deleuze-Guattari e o conceito de dispositivo em Foucault.

Fischer (2012), por sua vez, aponta que a acolhida de Foucault ao pensamento deleuzeano está relacionada, mesmo em face às diferenças conceituais, com o que Foucault vinha produzindo desde a *História da loucura* e com alguns deslocamentos que ele vinha fazendo em relação a conceitos como acontecimento, discurso e sujeito. Nesse sentido, pensamos que pode haver reverberações dessas influências recíprocas para a teoria do discurso, para a questão da linguagem e para pensar dispositivos/agenciamentos, principalmente em relação aos enunciados.

No livro dedicado a Foucault, Deleuze (2006) mostra a influência recíproca quando denomina Foucault de “um novo cartógrafo”. Nesse livro, Deleuze apresenta os conceitos como enunciado, discurso, agenciamentos coletivos, enunciação, relações de força, processos de subjetivação, entre outros, que são elementos que nos ajudarão, mais adiante, a compor uma relação entre a experimentação e a linguagem.

Outro filósofo importante é Nietzsche, em relação ao qual Deleuze trabalha o conceito de relação de força e vontade de potência. Nesse aspecto, vamos nos remeter, em momento oportuno, ao conceito de instinto em Nietzsche e à distinção entre vontade de verdade e vontade de potência apresentada no livro *Nietzsche e a verdade* de Roberto Machado. Recorremos a esse filósofo por ele ser um interlocutor e um importante tradutor das obras de Deleuze, Guattari, Foucault e Nietzsche e por nos apresentar de maneira clara, a distinção entre a vontade de verdade e vontade de potência. Além disso, também recorremos à Viviane Mosé, filósofa, psicóloga e psicanalista, no seu trabalho a respeito da linguagem em Nietzsche, por mostrar, em que se baseia a linguagem como política.

Nesse território de filosofia, no que diz respeito à Espinosa, o mote aqui é a pergunta lançada por esse filósofo, que é relançada por Nietzsche e tomada na filosofia por Deleuze-Guattari: “o que pode um corpo?” Ou, poderia dizer de outro modo: “qual a potência de um corpo?” Essas perguntas se tornam importantes no contexto dessa tese por considerarmos que o corpo, na concepção que se apresenta, compõem junto à linguagem, dimensões indissociáveis, assim como acontece com o inconsciente, como já foi, de certo modo, apontado.

O corpo “une” Deleuze à Nietzsche e à Espinosa, segundo o qual temos a afirmação de que o corpo e a alma são imanentes e são modos diferentes da mesma natureza. O corpo afirma-se em sua potência e não se traduz em uma fonte de erro ou engano para a mente ou alma, como algumas tradições dualistas-mentalistas consideravam. Cada indivíduo - alma e corpo - possui uma infinidade de partes que lhe pertencem sob uma certa relação mais ou menos composta.

Cada indivíduo é composto de outros indivíduos e todos os indivíduos estão sobre um plano cuja figura inteira eles formam, variável a cada momento. “Eles se afetam uns aos outros, à medida que a relação que constitui cada um forma um grau de potência, um poder de ser afetado através de encontros. Tudo é apenas encontro no universo, bom ou mau encontro.” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 73).

Os bons encontros compõem, aumentam a potência de agir e pensar, enquanto os maus encontros decompõem, diminuem essa potência. Então, o que pode um corpo? Afetar e ser afetado. Os afetos são devires que ora enfraquecem e decompõe nossas relações (afetos tristes), ora nos compõem e nos fazem mais superiores (afetos de alegria). Os corpos então se definem por aquilo que podem, pelos afetos que são capazes e não por seus órgãos e funções. Deleuze (1998) diz ainda que os corpos não são apenas biológicos, mas psíquicos, químicos, sociais, verbais. E de quais afetos um corpo é capaz? Só se pode saber experimentando, possibilitando um encontro de corpos em função dos modos como se dão os encontros de corpos.

Para Deleuze (2010b), o corpo, na sua constituição, é formado por linhas que podem ser duras, flexíveis ou de fuga, que se distinguem em função dos agenciamentos ou os modos em que o corpo é tomado. Em relação à esses modos, também teríamos um regime de signos, isto é, os agenciamentos, a produção do território ou a constituição de um corpo implica um regime de signos, de tal modo que:

Não existem coisas nem espíritos, só existem corpos: corpos astrais, corpos vegetais... A biologia teria razão se soubesse que os corpos em si mesmos já são linguagem. Os linguistas teriam razão se soubessem que a linguagem é sempre a dos corpos. Todo sintoma é uma palavra, mas, antes de tudo, todas as palavras são sintomas. (DELEUZE, 2010b, p.86)

Corpo – indivíduos, partes, relações e afetos - e linguagem – regime de signos -, se atravessam e se constituem em regimes de corpos e regimes de enunciação, cujos sentidos se relacionam com os acontecimentos que envolvem, enquanto efeito, o encontro de corpos. Se há um corpo afetado ou afetando, há uma linguagem; se há uma linguagem, há corpo afetado ou afetando.

Como se pode ver, temos um complexo teórico-clínico-político-prático envolvendo-se o inconsciente, corpo, afetos e linguagem por processos de territorialização-desterritorialização, fluxos de formas e matérias; por planos de imanência e Acontecimentos. Esses são elementos que parecem estar, de certa forma, conectados ou imbricados uns aos outros de modo que não haveria como desmembrá-los e tratar de apenas um, por exemplo, apenas da linguagem, ou da experimentação, sem que os outros elementos entrassem, furtivamente, inesperadamente ou

clandestinamente pelas frestas, pelas costas uns dos outros provocando deslizamentos e re-arranjos.

Podemos apontar, assim, entre outras coisas, em face dos objetivos propostos nesta tese, que a filosofia de Deleuze e Guattari poderia ser relacionada com uma produção de conceitos que levam em conta o inconsciente, flertando com a psicanálise a seu modo; com o pensamento de Foucault, também ao seu modo; e que leva, em conta, por conseguinte, o inconsciente, os processos de subjetivação, a clínica do AT, o corpo, a ética e a estética, a política; o que é discursivo e o não discursivo, de outro modo, as discursividades, os dispositivos ou agenciamentos. Poderíamos dizer que esta é uma via francesa do pensamento, mas tão francesa quanto a rua chamada Paris.

Para concluir esse capítulo, em relação ao que expomos desde a introdução até aqui, ainda que de modo informativo, podemos ter uma noção geral da proposta de um território de filosofia com Foucault, Nietzsche, Proust, tendo Deleuze e Guattari como intercessores e, como interlocutores, os autores citados e outros que ainda mostraremos ao longo do trabalho. Enredar-se-ão ai os problemas e questões levantadas na pesquisa, em relação à experimentação e a linguagem nos encontros com Paulo no AT.

Neste complexo em que temos Filosofia, Psicanálise, Linguagem e clínica, pensamos poder levantar as pistas conceituais, abordar e fazer reverberar as questões de pesquisa e traçar um território a respeito das questões sobre a linguagem através da cartografia.

Nesse sentido, adicionamos uma pista de Guattari (1969) quanto à linguística no livro *Inconsciente maquínico*. Ele diz que a ciência linguística, conforme sua proposta de cientificidade, propunha um ideal de ordem, uma formalização das formas de expressão e um imperialismo sobre os domínios da linguagem que nunca poderiam ser alcançados uma vez que a língua seria fluida e estaria em toda a parte. Para Guattari e para Deleuze, ao invés de um imperialismo da língua sobre os domínios da linguagem, teríamos uma transversalidade ou agenciamentos da língua-linguagem em favor da criação e invenção.

Essas vias Guattarianas apontam que a língua não possui um domínio que lhe seja próprio, não existe uma língua em si. A língua não está separada das lutas, dos desejos, da política, da economia, do inconsciente e também não esmaga a multiplicidade e a heterogeneidade em nome de uma pretensa unidade própria. Por isso ela remeteria e se constituiria no agenciamento coletivo de enunciação, nos territórios e nos seus processos de territorialização-desterritorialização (GUATTARI, 1969).

Tendo apresentado essas interlocuções, no capítulo seguinte, a tentativa será a de mostrar na obra de Deleuze e Guattari, desta vez de modo mais detalhado e específico para a tese, uma

conceitualização de linguagem em sua multiplicidade e heterogeneidade, implicada pelos encontros no AT e pela problemática dos conceitos sobre o corpo, o inconsciente e a experimentação.

Para falar de linguagem, vamos recorrer, principalmente, a *Mil platôs 2 e Lógica do sentido*, mas também vamos passar por alguns pontos de *Kafka, por uma literatura menor, Proust e os signos*, assim como vamos recorrer a alguns autores-interlocutores que trabalham com o pensamento de Deleuze, como o filósofo Peter Pal Pelbart. O propósito em visitar tais obras é ter elementos ou pistas que possam subsidiar a pesquisa naquilo que se refere à linguagem, sem, contudo, querer esgotar o conteúdo ou o teor de cada uma destas produções teóricas.

Na sequência, apresentamos primeiro os elementos referentes *A lógica do sentido*. Essa obra veio a se tornar importante no percurso da pesquisa por apontar a necessidade de reversão do platonismo e do estruturalismo ao nos defrontarmos como os modos hegemônicos de agir, pensar e sentir.

1.3. Territórios da linguagem: multiplicidade e relação de forças

Para falar da composição de um território entre filosofia e linguagem, queremos ainda marcar uma posição de como essa relação pode ser vista e revista. Para isso, apresentaremos o que implica falar em multiplicidade e relação de forças quando se trata de questões de linguagem.

Foucault (2007) diz que, no final do século XIX, Nietzsche reaproxima a filosofia de uma reflexão sobre a linguagem e, nesse aspecto, a linguagem surge numa multiplicidade ou como uma multiplicidade que será abordada por diversos projetos. Consideramos que os autores em pauta no território filosófico que compomos vão se manter, também, na consideração radical da linguagem como uma multiplicidade complexa, como veremos no decorrer do trabalho. Para já introduzir um entendimento do que se trata essa complexidade e multiplicidade, vamos abordá-la na interlocução com Mosé no livro *Nietzsche e a grande política da linguagem*.

Nietzsche (1844-1900), em seus trabalhos, retoma a linguagem na filosofia para além de uma filosófica grega, isto é, para além da lógica e da analítica clássica ou formalista. Mosé (2018, p. 13) diz que é “exatamente contra o pensamento conceitual, contra as categorias lógico-gramaticais [heranças gregas [neo]planônicas] que não somente a genealogia da linguagem se insurge, mas o projeto nietzcheano como um todo”.

Com Mosé (2018) vemos que num primeiro momento dos trabalhos de Nietzsche, ele critica a crença na correspondência entre os sinais e as coisas. Essa correspondência serviria para sustentar uma ideia de verdade. O alvo de Nietzsche é essa ideia de verdade e ele vai mostrar o caráter perspectivo e arbitrário de toda representação e, para isso, “vai explicitar a impossibilidade do signo representar o objeto” (MOSÉ, 2018, p. 78).

Para Nietzsche, segundo a autora, a impossibilidade de o signo representar um objeto não se dá não só porque ele, o signo, seja uma simplificação, uma interpretação e um conceito, mas porque não há nada, não há coisas para se representar. O mundo não está aí para ser representado ou como representação. Nesse contexto, “Toda imagem, toda forma, é produto da atividade interpretativa, metafórica, própria de tudo que vive” (NIETZSCHE apud MOSÉ, 2018).

Nesse momento de sua obra, segundo a autora, Nietzsche ainda coloca de um lado a atividade artística, de criação, de ficção, que é própria da natureza, e de outro lado, uma determinação social que tem como parâmetro um sistema de códigos, um sistema metafórico imposto a todos em nome de uma linguagem da comunicação e a ideia de verdade que ela carrega (MOSÉ, 2018).

Como vontade de verdade, a linguagem é comunicação, é um código; a palavra teria uma identidade como conceito, uma identidade necessária para a comunicação. A linguagem visaria ao acordo, ao entendimento entre as pessoas. Nesse entendimento, “o sistema de códigos da linguagem da comunicação é a arbitrariedade que produz verdade como negação da vida” (MOSÉ, 2018, p. 78).

Mosé (2018) mostra, em outro momento da obra de Nietzsche, a partir do livro *Zarathustra*, como ele entende a linguagem como vontade de potência. Para essa filósofa, Nietzsche, ao compreender a vida através de uma relação de forças, passa a ver a vida como um complexo combate de forças. Esse embate, como expansão, é resistência e a tensão entre a expansão e a resistência é o que define a vontade de potência:

O processo da vida é extremamente complexo. Uma infinidade de forças está sempre atuando, se chocando, se confrontando, dominando e se submetendo, para que um mínimo acontecimento, um mínimo de corpo se manifeste; mas do que isso, trata-se de um processo interpretativo cujo jogo de resistências e imposições é determinado pela vontade de expansão, a vontade de potência. Em função de sua complexidade e transitoriedade, este jogo não é marcado por um fim; [...] ao contrário, [é marcado] por correlações de forças [...] móveis e transitórias. [É um] jogo complexo e imprevisível que determina o que um costume, uma coisa, um órgão, é: um jogo interpretativo, vida, vontade de potência. (MOSÉ, 2018, p. 88)

Nesse entendimento, a linguagem é afirmada como fluxo interpretativo infinito e contínuo; o signo é pensado a partir de um jogo de forças em sua multiplicidade e complexidade.

Desse modo, a linguagem é vontade afirmativa de potência. Vimos, sob a perspectiva do jogo de forças que, como vontade de verdade, a linguagem reduziria a multiplicidade à unidade, ao acordo consciente, fixaria ou tentaria paralisar, encerrar o fluxo e o embate das forças. A linguagem aí estaria à serviço da consciência, no controle dos instintos, das paixões e das ações (MOSÉ, 2018).

O que nos interessa na passagem citada é que não há uma contradição ou dualidade entre um tipo de linguagem e outra, entre linguagem como vontade de potência e linguagem como vontade de verdade. Nietzsche vai dizer que a linguagem como vontade de verdade é uma linguagem que perdeu sua potência, se deixou levar pela ilusão da estabilidade e fixidez, esqueceu que é uma invenção, uma ficção, assim como a linguagem como a vontade de potência é também uma ficção (MOSÉ, 2018).

Mosé (2018, p. 97) explicita que,

Quando o signo assume seu lugar como ficção, [...] ele nega a si mesmo como verdade, e pode afirmar-se como invenção, como perspectiva [...]. O signo se torna afirmativo quando assume seu caráter de ilusão [...]. Esta afirmação só se dá não a partir de uma nova relação com os signos, mas de uma nova relação com a vida [a vida como vontade de potência, como jogo de forças].

Entendemos, nessa articulação, que uma nova ou uma outra relação com a vida, implica um outro modo de viver, pensar e sentir. Esse outro modo já implica uma nova relação com os signos, desta feita, levando em conta um jogo de intensidades, que é de onde a palavra ou o signo surge. Sendo assim, é a vontade de potência, o jogo de forças, a criação, a invenção, a operação artística ou estética que está na base da linguagem como vontade de potência. A vontade de verdade, refere-se à função de fixar o jogo, paralizá-lo ou dar-lhe finalidades. Uma e outra dessas vontades está implicada pelos valores a partir do jogo, do embate intensivo de forças.

Lembramos que a reflexão acima se configura no projeto filosófico que Nietzsche propõe como tarefa de sua filosofia, a saber, fazer a reversão do platonismo, criticando os domínios hegemônicos da filosofia ocidental e isso influencia a sua reflexão sobre a linguagem.

Com esses poucos parágrafos, explicitamos, ainda que resumidamente, do que se trata a influência de Nietzsche para uma reflexão da linguagem no final do século IX. Com as pistas conceituais levantadas (multiplicidade, vontade de potência, relação de forças) poderemos traçar outras pistas e compor um território de linguagem em Deleuze, Guattari e seus interlocutores.

Em função dessa composição, poderemos falar de um modo de linguagem como experimentação da heterogeneidade, da fragmentação, dos não-entendidos e da repetição que compõem a problematização que levantamos na tese. Teremos condição de pensar os modos de Paulo “usar” a linguagem, a experimentação, a fragmentação, a repetição, os não-entendidos.

Na composição de um território de linguagem, ou entre filosofia e linguagem, as pistas que levantaremos serão traçadas a partir de um dos primeiros livros em que nos deparamos com questões que dizem respeito à linguagem. Utilizaremos também um artigo com o qual entramos em contato quando estudávamos teorias linguísticas. Neles, vamos destacar como a reversão do platonismo e do estruturalismo se tornam necessárias para pensar a linguagem como multiplicidade e relação de forças.

1.3.1. As pistas na reversão do platonismo e do estruturalismo

O objetivo dessa seção é abordar o artigo *Em que se pode reconhecer o estruturalismo* e o livro *Lógica do sentido*, buscando pistas e traçando as implicações para compreendermos as elaborações de um modo de pensar a linguagem e a experimentação em Deleuze e Guattari. Além disso, poderemos traçar uma visão de Deleuze sobre o estruturalismo, o inconsciente e a psicanálise, pelo viés de um “simbólico estrutural” em vias de se desfazer em favor dos maquinismos ou das máquinas desejantes²⁶.

A hipótese é que podemos encontrar, nestas obras, elementos importantes para um modo de conceber a linguagem para além do estruturalismo e do platonismo. Entendemos que o estruturalismo compreenderia a diferença e a heterogeneidade, mas para submetê-los à uma certa estabilização dos sentidos, compartilhamento de significados dados, formação e/ou estabilização de discurso, o que caracterizaria, sem dúvida, um certo modo de experimentação, mas que não nos parece o modo ou o único modo de experimentação com Paulo. Como vimos, o modo de experimentação nos encontros no AT parecem acontecer em meio a variações, instabilidades, fragmentações e não-sentidos mais do que compartilhamento e estabilização de sentidos ou significados.

Além do estruturalismo e do platonismo poderemos encontrar outro modo de conceber o sujeito, o sentido, a experimentação e a linguagem, o que também poderá nos dar fundamento

²⁶ Segundo Deleuze diz em entrevista no livro *Conversações*, a concepção de máquinas desejantes, de inconsciente máquina vem de Guattari e que este ainda falava em termos de estrutura, de significante e de falo, uma vez que devia tantas coisas a Lacan, assim como o próprio Deleuze. Entretanto, Deleuze diz também que quando se encontraram em 1969, Guattari disse que ele, Deleuze, é que estava adiantado em relação a ele. Em razão disso, pensamos que a interlocução com Guattari traz à tona o que a elaboração de Deleuze fazia antes, para além do estruturalismo e que já apontava para um certo maquinismo desejante.

para as outras obras do autor em separado e junto com Guattari; e, a partir daí, ter elementos para problematizar a linguagem e a experimentação nos encontros no AT.

Ir a esses textos se justifica pelo fato de que as reversões do platonismo e do estruturalismo parecem-nos tarefas basilares para a filosofia de Deleuze e Guattari em sua aliança com Nietzsche. Por isso, entender essa tarefa pode nos dar uma pista importante para trabalhar a cartografia nas análises dos encontros e fazer a interlocução com os autores em pauta.

Para os objetivos propostos, vamos acompanhar, passo a passo no artigo - *Em que se pode reconhecer o estruturalismo*²⁷, alguns critérios que o filósofo apresenta sobre o estruturalismo e vamos fazer articulações em função dos objetivos deste tópico, cruzando com outras passagens do livro *A lógica do sentido*.

Nesse artigo, Deleuze (2006) apresenta o estruturalismo através de vários autores que são estruturalistas ou são conhecidos como estruturalistas, mesmo que eles neguem. Além disso, o filósofo problematiza o próprio estruturalismo “em favor, esperamos, de algo a vir, mas que só pode vir na estrutura e por sua mutação” (DELEUZE, 2006, p. 227). Nesse intento, o autor nos dá, também, algumas pistas sobre seu posicionamento a respeito das questões que foram colocadas, na época, a respeito do estruturalismo. E, como é próprio do autor, ele toma o conceito de estrutura e deixa ver as mutações ou transformações que está propondo.

Deleuze (2006), ao longo do artigo, aponta os critérios pelos quais se pode reconhecer o estruturalismo. Ele está, também, mostrando como o estruturalismo pode ser encontrado em vários domínios – “mesmo que o estruturalismo tenha começado com a linguística” (p. 221) - como na Economia, na Antropologia, na Psicanálise e como cada domínio tem sua linguagem - “por isso se diz que há estruturalismo” (p.221) -, mesmo que seja esotérica ou não-verbal. O autor mostra, além disso, como os estruturalistas, nas suas variadas vertentes, reconhecem que há (estrutura de) linguagem em alguma coisa.

O primeiro critério que Deleuze apresenta é o simbólico, que responde ao fato do estruturalismo recusar-se a confundir o simbólico com o imaginário e com o real. Nesse critério, vemos que há uma oposição ou uma complementaridade entre o imaginário e o real, mas, para o estruturalismo, há um terceiro elemento, o simbólico, que faria a ligação entre imaginário e o real sem se confundir com eles. Segundo o autor, mesmo a filosofia clássica, quando fala de inteligência ou entendimento, já mostrava preocupações em separar o real em relação à

²⁷ No próprio artigo, Deleuze escreve que está em 1967, mas o texto foi publicado em 1972 no livro *História da Filosofia*, de François Châtelet, segundo a própria nota do livro que retomamos aqui. Entretanto, segundo alguns autores, tal artigo foi escrito, mais ou menos, na mesma época do livro *A lógica do Sentido*, que foi publicado em 1969. Neste texto estamos utilizando a publicação feita no livro *Ilha deserta e outros textos*, de 2006, conforme referência bibliográfica.

imaginação, conforme as considerações sobre o que era real e imaginário, por exemplo, nas propostas do romantismo, do simbolismo ou do surrealismo.

O estruturalismo estabelece o simbólico como parte da recusa de se confundir o real com o imaginário e, por conseguinte, de confundi-los com o próprio simbólico. Assim temos a posição de uma ordem simbólica, irredutível à ordem do real, à ordem do imaginário e mais profunda do que elas. Esse simbólico não é forma sensível (da “realidade”), não é figura da imaginação (retórica, metáfora ou metonímia); não tem nada a ver com uma essência, pois trata de elementos que não tem significação, nem representação, nem conteúdo (DELEUZE, 2006).

O simbólico é um objeto estrutural e, como tal, está no princípio de uma gênese: se encarna no real e no imaginário; constitui-se encarnando-se, mas não deriva das realidades ou das imagens; é mais profunda que elas. Na continuação da contextualização nos chama atenção quando Deleuze afirma que a estrutura é subsolo para os solos do real e para os céus da imaginação. Consideramos essa colocação como uma pista, pois podemos ver, de certa forma, essa relação exposta n'A *lógica do sentido*. Nesse livro, o autor falará de um “sub solo” numa referência ao simulacro que, na filosofia de Platão, está abaixo do “solo ou superfície” das cópias imperfeitas que, por sua vez, está abaixo dos “céus” das Ideias perfeitas. O simulacro será o mote para a reversão do platonismo e, conforme nos parece, também uma reversão para o estruturalismo, na reversão do simbólico estrutural como gênese, conforme veremos.

Para Deleuze (2009), a reversão do platonismo é uma tarefa cara, pois é um modo de romper com a filosofia clássica, com o platonismo, com o (neo)platonismo e com seus herdeiros e suas heranças (por exemplo, a separação entre razão e sensibilidade; as ilusões teológicas: verdade, liberdade e transcendências). Essa reversão, para além da “abolição do mundo das essências e do mundo das aparências” (p. 260) implica descobrir a motivação de Platão, que é a vontade de selecionar e filtrar, colocar as diferenças em relação às semelhanças, “distinguir a ‘coisa’ mesma e suas imagens, o original e a cópia, o modelo e o simulacro” (p. 260).

Temos, assim, na filosofia platônica, as Ideias perfeitas, os céus; as imagens, as aparências ou as cópias imperfeitas na superfície, mas que podem alçar-se à perfeição, ao inteligível (o que não significa que vão alcançar); e temos os simulacros na clandestinidade ou subsolo. Estes simulacros vão se esquivando das Ideias sem nem mesmo alçar-se a sua procura, mas também, nunca estão ou estarão suficientemente escondidos e recalados na profundidade.

A partir dessa separação, podemos entender melhor a filosofia de Platão:

Platão, como filósofo, tem a preocupação de verificar as condições de possibilidade dos saberes, de um conhecimento. Vai então asseverar que o conhecimento [a verdade] só é possível em relação aos objetos do mundo inteligível, dada a sua ordem

e estabilidade. Já no que diz respeito ao sensível, o conhecimento, a princípio, surge como improvável, devido à total instabilidade deste mundo, mergulhado em permanentes misturas e transformações. Contudo, eis a grande questão, há uma forma de garantir que mesmo no mundo inferior o conhecimento torne-se possível, desde que suas imagens e matérias submetam-se aos objetos ideais do mundo inteligível, de modo a copiar-lhes o modelo. É assim que os corpos enlouquecidos que povoam o mundo sensível ganham contornos e limites, recebem uma ordem. Esta distinção funda o que mais tarde acabaremos por conhecer como representação, uma vez que estas cópias mantêm-se à imagem e semelhança de seus modelos (não são eles, mas são como eles, interiorizando uma semelhança com a identidade superior da Ideia), já que aceitaram ser-lhes conformes²⁸.

A verdade ou o conhecimento, através do inteligível, são garantidas pela ordem e sua estabilidade. Quanto ao mundo sensível, com sua instabilidade, misturas, transformações e consequente complexidade, só são possíveis de algum conhecimento, mediante à sua submissão aos objetos ideais do mundo inteligível, isto é, aceitando sua moldura, a sua modelagem. Mas, e aquilo que não se adequa à modelagem?

Deleuze (2009) diz que os simulacros são aquelas partes irredutíveis da matéria sensível que resistem à moldura do inteligível. O simulacro é, por isso, considerado falso ou inexistente em relação às Ideias platônicas, às cópias, à aparência ou à superfície. Enfim, no platonismo e no seu herdeiro mais ou menos direto, o neoplatonismo, e nos indiretos, há toda uma hierarquia, um sistema de julgamento e valoração, um sistema que se propõe distinguir, selecionar os verdadeiros pretendentes em relação à Ideia, em detrimento dos falsos e separar ou evitar esses últimos, os simulacros. Pode-se assim dizer que o platonismo prima em fazer distinções e descobrir os verdadeiros pretendentes à verdade através do método da divisão e dos critérios de seleção.

Deleuze (2009) aponta que no livro *Sofista* (de Platão), o método é empregado não para avaliar, mas para encravar um falso pretendente, o simulacro. No entanto: “Platão [...] descobre que não é simplesmente uma falsa cópia, mas que [o simulacro] põe em questão as próprias noções de cópia... e de modelo” (p. 261).

Interessante apontar aqui que Deleuze propõe, para fazer a reversão do platonismo, uma “filosofia do simulacro”, se é que isso pode ser dito, na qual, os céus, as Ideias perfeitas ou as essências já não são critério ou o modelo para os pretendentes. Em decorrência disso, a superfície e a profundidade entram em articulações variadas, pois não há mais, nesse contexto, algo perfeito e completo que serviria de julgamento, modelo, Ideia de verdade ou critério de separação para o qual se dirigiriam os supostos seres imperfeitos e incompletos em busca de

²⁸ SALLES, A. C. O problema do simulacro. A leitura de Gilles Deleuze. UFScar. Recuperado da internet. <http://www.portcom.intercom.org.br>. Acesso em: 04/05/2018 às 22:12.

completude e perfeição. De outro modo, já não há algo que trate de separar ou hierarquizar a superfície e a profundidade. Os simulacros, desta feita, fazem valer seus efeitos, não mais como alguma coisa que se insinua, que sobe à superfície, escapando eventualmente, mas, ao contrário, são ou estão na condição de um todo que agora é alguma coisa (*alliquid*) que sobe à superfície (DELEUZE, 2009).

Nessa concepção de simulacro, trazendo a discussão da reversão do platonismo, que parece também reverberar para uma certa reversão do estruturalismo, o próprio Deleuze (2006, p. 223) indica que:

O simbólico como elemento da estrutura está no princípio de uma gênese: a estrutura se encarna nas realidades e nas imagens segundo séries determináveis; mas ainda, ela [a estrutura] as constitui encarnando-se, mas não deriva delas, sendo [a estrutura] mais profunda que elas [as realidades e as imagens], subsolo para todos os solos do real como para todos os céus da imaginação.

Nisso que parece ser uma “reversão” do estruturalismo, parece-nos que este já não estaria em função da separação entre o real e o imaginário, pois a própria estrutura como subsolo, como aquilo que sobe à superfície, trata tanto de distinguir quanto de misturar. Notemos que, como foi visto num primeiro momento, o real não estaria separado do imaginário, de modo que se poderia até confundi-los, por isso é que o simbólico estaria em função ideal de fazer a distinção entre um e outro, evitando que se misturassem, evitando que se pudesse confundi-los. Entretanto, dessa perspectiva de “estrutura-simulacro” que antecipamos, dizemos que, assim como há para o platonismo, há também uma reversão do estruturalismo de modo que não se trata mais de avaliar se o real, o imaginário e o simbólico são bons pretendentes a modelo, distinguindo-os e os selecionando. Nesta elaboração, não há real ou imaginário para serem distinguidos por um princípio de seleção e idealização, como poderemos ver, seguindo os critérios.

Retomemos o primeiro critério. O elemento importante é que Deleuze (2006, p. 223), ao dizer que o real, por um ideal de totalização, tende a fazer um: “ele é o uno em sua verdade”; e dizer que o imaginário tende a fazer dois, um jogo de identificação e projeção, sempre sob o modo do duplo; ele afirma também que talvez o simbólico seja três, e complementa, “não somente o terceiro além do real e do imaginário, mas talvez um terceiro no próprio simbólico” (DELEUZE, 2006, p. 224); terceiro irreal e não-imaginável. A estrutura é então triádica, o que garante certa circulação. Mas nos interessa aqui, como pista da reversão, o terceiro no três, ou um quarto elemento, que seria aquele que atravessaria essa circulação como um quarto elemento

responsável pela indistinção entre imaginário e real, conspurcando o papel do simbólico de distinguir real e imaginário. Não se trata exatamente do simbólico, mas do terceiro no trêis.

Deleuze diz que há um simbólico, mas até esse ponto do artigo não se sabe em que ele consiste, mas sabe-se que ele não se reduz ao imaginário e ao real; não é nem real, nem imaginário. A estrutura, por isso, não tem relação com forma sensível, nem com a imaginação ou com alguma essência inteligível. Na estrutura não há autonomia de um todo, nem o todo unifica as partes por uma Gestalt da percepção, mas “A estrutura se define pela natureza de certos elementos atômicos que vão dar conta do tempo de formação dos todos e da variação de suas partes” (DELEUZE, 2006, 224).

Essa relação entre o atomismo e a estrutura implica que a estrutura não tem nada a ver com figuras da imaginação, mesmo que esteja atravessada pela retórica, metáfora e metonímia “porque essas próprias figuras implicam deslocamentos estruturais que devem dar conta ao mesmo tempo do próprio e do figurado” (p.224); a estrutura não tem nada a ver com essência, mas com uma combinatória de elementos formais, atômicos, que por si só não tem forma, nem significação, nem representação, nem conteúdo, nem realidade empírica, nem modelo hipotético, nem inteligibilidade por trás das aparências (DELEUZE, 2006).

Notamos que recorrer ao atomismo constitui, também, uma outra estratégia de oposição ao (neo)platonismo das essências e da imutabilidade, pois, de modo geral, podemos destacar que os atomistas filosofavam levando em conta os elementos da natureza e não pensando em algo fora ou além da natureza, como Platão fazia e como influenciou toda uma tradição do pensamento ocidental, o que parece também ter ocorrido sobre o estruturalismo como vemos aqui. Consideramos que esse atomismo pode ser remetido à concepção à “chuva” de átomos de Epicuro, a partir de Lucrécio, mostrada n’*A lógica do sentido*:

Os átomos se encontram na queda, não em virtude de sua diferença de peso, mas em virtude do *clinamen*. O *clinamen* é a razão do encontro ou da relação de um átomo com outro. O *clinamen* está fundamentalmente ligado à teoria epicuriana do tempo, peça essencial do sistema [...] um átomo é mais ou menos rápido em função de outros átomos que retardam mais ou menos a sua queda. No vazio, a velocidade do átomo é igual ao seu movimento numa direção única num mínimo de tempo contínuo. Esse mínimo exprime a menor duração possível durante a qual um átomo se move numa dada direção, antes de poder tomar outra direção sob o choque de outro átomo. (DELEUZE, 2009, p.276)

O *Clinamen*, a razão do encontro, a relação entre os átomos, responde por perturbar ou mudar a ordem de queda dos átomos e possibilitar o aparecimento de uma diferença ou uma novidade, de uma variação ou de um desvio, isto é, de algum modo, o *clinamen* responde por

acontecimentos, por movimentos e deslocamentos em função de choques, desvios ou mudanças.

No segundo critério, ainda na tentativa de dizer em que consiste o simbólico na estrutura, vemos as considerações sobre o local ou posição. Deleuze (2006) pergunta sobre o que consistiria o elemento simbólico da estrutura. Isso ainda não foi dito no artigo. Apenas se falou do que ele não é: não é real e não é imaginário; não se define por realidades pré-existentes que ele designaria, nem por elementos imaginários ou conceituais que lhe dariam significação. Nem significação, nem designação, “os elementos de uma estrutura [...] tem apenas um sentido: um sentido que é necessária e unicamente de ‘posição’” (p. 225).

Posição não é extensão real ou imaginária, mas locais e lugares num espaço que é topológico, ou seja, temos os elementos atômicos distribuídos num espaço topológico, que se relacionam consoante lugares e ordens de vizinhança. O que é estrutural é o espaço inextenso e pré-extensivo constituído por ordens de vizinhança. Os lugares ou locais prevalecem sobre aquilo que os preenche; tal que os lugares são primeiros em relação aos seres e às coisas que os ocuparão (DELEUZE, 2006).

Os “sujeitos” não são aqueles que ocupam os locais; não são os indivíduos concretos ou homens reais, mas os locais no espaço topológico determinado pelas relações, ordem de vizinhança que é a própria estrutura, isto é, até esse momento da articulação, sujeito é posição. Em relação à estrutura, os indivíduos ou homens reais irão ocupar o espaço secundariamente e desempenhar seus papéis consoante a ordem de vizinhança, mas eles não são sujeitos e não ocupam lugar de sujeito.

Esse critério também pode ser relacionado aos trabalhos de Foucault quando ele define a morte, o desejo, o trabalho, o jogo não como algo empírico relacionado à existência humana, mas como qualificação de locais ou posições. Na sequência dessa observação sobre Foucault encontramos uma pista: Deleuze (2006) sustenta que Foucault “pode propor uma nova repartição do empírico e do transcendental, sendo este transcendental definido por uma ordem de locais independente daqueles que ocupam empiricamente” (p. 226). Nesse artigo, Deleuze (2006) diz que “o estruturalismo [então] não é separável de uma filosofia transcendental nova, em que os lugares prevalecem sobre aquilo que os preenche” (p. 226).

Deleuze (2006), juntamente com Foucault, aponta para uma filosofia transcendental nova, ou seja, a repartição do empírico e do transcendental no sentido de o transcendental constituir-se da estrutura com sua ordem e locais independentes dos que ocupam (dos homens, dos indivíduos, dos seus papéis e das funções), isto é, são lugares que prevalecem sobre quem os preenche.

Percebe-se aqui a necessidade de dizer que o transcendental está separado do empírico, de algo da “realidade” concreta, objetivada e já dada (pessoas, indivíduos e funções), como é, de certo modo, próprio nas concepções transcendentais. Entretanto, esse caráter transcendental novo implica que o funcionamento da estrutura é independente do homem e não é determinado por ele, principalmente se pensarmos tal homem na sua relação com as ciências e o conhecimento, ou homem do iluminismo ou da *epistémê* moderna (ciências humanas). Essa ressalva pretende evitar que o transcendental seja considerado um decalque do empírico. Esse decalque é uma crítica que Foucault (2007) aponta no advento da *epistémê* moderna, como mostra no livro *As palavras e as coisas*, como o próprio Deleuze aponta no artigo. Nesse contexto, o problema que Deleuze e Foucault apontam para as concepções transcendentais “velhas” é que elas acabavam por decalcar o empírico sobre o transcendental, de outro modo, o transcendental funciona como decalque do empírico.

Dito isso, quais seriam as consequências desse caráter de local e posição de acordo com o autor? Seguindo o artigo, poderemos vê-las, e, com elas, uma concepção de um transcendental novo e sua implicação na concepção de homem ou de humanidade, no sentido de evitar o decalque do empírico sobre o transcendental.

Na primeira consequência, o autor mostra que o simbólico não tem designação extrínseca, nem significação intrínseca, mas somente um sentido de posição: “O sentido vem de efeitos de elementos que eles próprios não são significantes; [...] sentido é um efeito de ótica, de linguagem, um efeito de posição” (p. 226). Decorre disso poder dizer que há um não-sentido do sentido, de onde resulta o próprio sentido. O sentido porta o seu não-sentido como diferença irreduzível. “O não-sentido não é de forma alguma o absurdo ou o contrário do sentido, mas aquilo que o faz valer e o produz circulando na estrutura” (p. 226).

Nessas passagens vemos como, também, na reversão do platonismo, esses efeitos de sentido possuem as mesmas características dos efeitos que concernem aos simulacros quando estes sobem e se misturam à superfície, causando seus efeitos. Segundo a operação estóica, as profundidades sobem à superfície uma vez que o critério de separação, a essência ou a Ideia perfeita, são deslocados. Com isso, não se trata apenas de que um ou outro escape eventualmente, não só simulacros que escapam e se insinuam por toda a parte, mas trata-se de efeitos no sentido causal, efeitos considerados também como efeitos “sonoros”, “ópticos” e de linguagem (DELEUZE, 2009).

São efeitos dos movimentos do simulacro na sua insinuação por toda parte, assim como os efeitos de posição na estrutura. Notemos que não são significantes, não se referem à sensibilidade empírica ou sujeitos empíricos. Então, conforme o que já temos até aqui, a

estrutura, como uma filosofia transcendental nova de Deleuze e também de Foucault, segundo as pistas que seguimos neste artigo, é pré-individual, é assubjetiva, é também não-sentido que produz um excesso de sentido; o não-sentido é o que faz valer o sentido e o que o produz quando circula na estrutura. De outro modo, o não-sentido, ao circular na estrutura, produz o sentido (DELEUZE, 2006).

Temos, então, como estrutura, em sua reversão, aquilo que é irredutível na matéria sensível, os simulacros ou elementos atômicos consoante suas relações de lugares, posições e deslocamento; o não-sentido que resiste à moldura do inteligível; temos, como matéria atômica de uma estrutura transcendental nova, átomos que, em função de suas relações, respondem pela formação dos todos e a variação de suas partes; e temos o sentido-efeito em função da posição em um espaço topológico.

Nesta elaboração, temos uma concepção de materialismo que é material sem ser concreto, transcendental sem ser abstrato; há relações de lugares, posições, vizinhança; há efeitos de sentido conforme o funcionamento desse campo, consoante as misturas entre superfície e profundidades-simulacro num espaço topológico, segundo os simulacros que fazem valer, como já dito, seus efeitos óticos, sonoros e de linguagem.

Voltando ao artigo, na terceira consequência, o autor mostra que o estruturalismo é inseparável de um novo materialismo, novo ateísmo e novo anti-humanismo, sobre os quais, em parte, já adiantamos nos parágrafos anteriores. Ateísmo e anti-humanismo decorrem do fato de que, se o local é primeiro em relação àquele que o ocupa, a estrutura é independente da determinação “externa” do homem da ciência ou de uma determinação de Deus ou teleológica. Não há Deus que poderia determinar a estrutura e sua função, pois o local é primeiro. O homem, com as ciências, no uso da razão ou do intelecto, não poderia também determinar o que poderia advir da estrutura, nem o seu efeito ou o sem-sentido ou a sua finalidade, pois o local é primeiro. Por isso, a estrutura não é dada ou visa aos desígnios e finalidades humanas, nem aos desígnios de Deus; ela não teria como finalidade formar o homem ou ser determinada pelas finalidades humanas.

Se considerarmos Deus e homem, estes são secundários, são produtos da estrutura conforme as relações na estrutura. De outro modo, a finalidade da estrutura não seria produzir ou servir ao homem ou a humanidade, nem Deus ou as religiões; nem a ciência e suas finalidades. Colocar essas determinações dadas pelo homem para a estrutura seria antropomorfizar; colocar Deus seria teologizar a estrutura, dar uma finalidade humana ou divina, as duas faces do dogmatismo (Homem e Deus). Essas determinações são incompatíveis com o segundo critério. O local na estrutura é então o lugar do morto, “a morte de Deus também

significa a morte do homem, em favor, esperamos, de algo a vir, mas que só pode vir na estrutura e por sua mutação. Eis como aparece o carácter imaginário do homem, em Foucault, ou o carácter ideológico do humanismo, em Althusser” (DELEUZE, 2006, p. 227).

A relação com o homem e com Deus é importante ser colocada pois o estruturalismo mostra que o homem não é o ser intencional ou o sujeito que produziria sentido e representações, mas que isso dá lugar ao funcionamento da estrutura a qual ele estaria subordinado ou da qual seria o produto. Podemos ver apontamentos como esses no livro *As palavras e as coisas* de Foucault (2009) quando ele critica o “humanismo do homem”, criticando a figura do homem como centro das representações. A crítica que se faz sobre isso é: se há a centralidade da figura do homem e se ele está ou se vê determinado e destinado como tal, é porque a estrutura estaria funcionando graças ao que se chama de humanidade, ou seja, conforme um modelo de homem; dito de outro modo, porque o horizonte do funcionamento da estrutura está determinado pelo homem e para o homem ou em função da humanidade, de acordo com uma figura dada de homem. Conforme essa crítica, o funcionamento transcendental da estrutura não seria nada mais que um decalque do empírico. Esta também é a crítica que Deleuze faz ao sujeito transcendental Kantiano. O terceiro critério, a seguir, ainda abordará esses problemas nos dando melhor entendimento sobre a questão do homem.

No terceiro critério, aborda-se o singular e o diferencial na estrutura. Nesse critério, temos a seguinte pergunta do autor: “Em que consistem esses elementos simbólicos ou unidades de posição?” (DELEUZE, 2006, p. 227). Conforme o artigo, apontamos as características a seguir: os elementos em si mesmos não têm valor determinado, digamos, do tipo de valoração, distinção e hierarquização feita por Platão ou de acordo com um decalque do empírico, mas se determinam reciprocamente; os elementos correspondentes estão numa relação diferencial e essas relações são simbólicas; o processo de determinação recíproca no interior da relação é que permite definir a sua natureza simbólica; os elementos se especificam reciprocamente na relação; e os elementos são determinados nas relações em que são tomados. Por isso se diz que os elementos não tem essência e não estão relacionados a nenhuma instância que determinaria suas relações.

Deleuze (2006) diz que ainda se busca a origem do estruturalismo do lado de uma axiomática, mas que esta axiomática ainda é imaginária pois as relações, neste caso, tratam de elementos não especificados, enquanto que na estrutura há um processo de determinação recíproca no interior das relações, que é o que define a natureza simbólica. Nessa concepção, o filósofo diz que a origem da estrutura deve ser buscada no cálculo diferencial e numa lógica das relações de modo que “Às determinações das relações diferenciais correspondem

singularidades” (p. 228). Por exemplo, as determinações das relações fonemáticas fornecem as singularidades na vizinhança das quais se constituem as significações e sonoridades. “A determinação recíproca dos elementos simbólicos prolonga-se, deste modo, na determinação completa dos pontos singulares que constituem um espaço correspondente a esses elementos” (p. 228).

A estrutura apresenta-se, então, em dois aspectos, as relações diferenciais e o sistema de singularidades: “Um sistema de relações diferenciais segundo os quais os elementos simbólicos se determinam reciprocamente; um sistema de singularidades que corresponde a essas relações e traça o espaço da estrutura. “[Neste sentido], toda estrutura é uma multiplicidade” (DELEUZE, 2006, p. 228).

Na sequência, define-se que “os elementos simbólicos encarnam-se nos seres e objetos reais entre esses seres; as singularidades são outros tantos lugares na estrutura, que distribuem os papéis ou atitudes imaginários dos seres ou objetos que vêm ocupá-los” (p. 228).

Ainda nesse critério, o autor diz que o verdadeiro sujeito é a própria estrutura: a distribuição e função dos locais e das funções, o diferencial e o singular, as relações diferenças e os pontos singulares, a determinação recíproca e a determinação completa (DELEUZE, 2006). Nessa concepção que surge aqui temos uma pista: o sujeito não parece se reduzir à posição ou ao local, mas também está em função de variáveis e funções distribuídas, e isso será mostrado nos últimos critérios que ainda veremos.

No quarto critério, o autor trata de duas características importantes como pistas: o diferenciante e a diferença. Para Deleuze (2006), a estrutura é necessariamente inconsciente em virtude dos elementos, das relações e dos pontos que a compõem. Toda estrutura é uma infraestrutura, uma micro-estrutura.

Acompanhando Deleuze (2006) vemos que a estrutura não é atual; as relações diferenciais e as singularidades não são atuais, atual é aquilo na qual ela constitui encarnando-se, isto é, o real e o imaginário, como já vimos. A estrutura é, então, virtual e tem uma realidade que lhe é própria e que é diferente da realidade do atual. Esse é outro modo de dizer que não se deve decalcar o atual sobre o virtual. A estrutura tem uma idealidade que lhe é própria, mas que não deve ser confundida com uma imagem possível da identificação nem com uma ideia abstrata das Ideias platônicas.

Consideremos novamente o simulacro. Ele, assim como a estrutura, não se reduz a uma imagem possível, nem se refere ou busca a uma Ideia ou essência. O simulacro, como já vimos, coloca em jogo as misturas entre profundidade e superfície, e em certo sentido, coloca em jogo as coexistências dos elementos, o que aponta que a estrutura também está sendo, de certa forma,

remetida à tais misturas. Teríamos, nessa articulação, a “estrutura-simulacro”, como efeito da reversão do estruturalismo.

Assim, a distribuição e função dos locais e das funções, o diferencial e o singular, as relações diferenciais e os pontos singulares, a determinação recíproca e a determinação completa constituem o simulacro, o jogo de misturas entre superfície e profundidade, um jogo de coexistência e indiscernibilidade dos elementos. Isso é o que pode ser visto, em relação à coexistência, como se segue.

A estrutura é real sem ser atual (“realidade”), ideal sem ser abstrata (Idealidade). Observemos que entra ai um outro termo para o real da estrutura, que vai se definir em termos de uma coexistência:

O que é que coexiste na estrutura? Todos os elementos, as relações e valores de relações, todas as singularidades próprias ao domínio considerado. Semelhante coexistência não implica confusão alguma, nenhuma indeterminação: são relações e elementos diferenciais que coexistem num todo perfeita e completamente determinado. Acontece que esse todo não se atualiza como tal. O que se atualiza, aqui e agora, são tais relações, tais valores de relações, tal repartição de singularidades; outras se atualizam alhures ou em outros momentos. [Por exemplo] Não há língua total encarnando todos os fonemas e relações fonemáticas possíveis; mas a totalidade virtual da linguagem atualiza-se segundo direções exclusivas em línguas diversas, cada uma encarando certas relações, certos valores de relações e certas singularidades dessa linguagem. (DELEUZE, 2006, p. 231)

Do mesmo modo como Deleuze, nesse texto, aponta, através de Althusser, o anti-hegelianismo de Marx, apontamos aí um certo anti-hegelianismo de Deleuze, que, segundo vemos no texto, consiste fundamentalmente nisto: coexistência de elementos e de relações diferenciais enquanto produtora de diferença, sem que haja engendramentos sucessivos, conforme faria uma dialética.

Se pensarmos em termos de uma leitura do funcionamento da língua como estrutura, por exemplo, podemos dizer que a estrutura diferencia uma língua da outra, e cada língua tem uma estrutura diferente; não há língua total, mas a totalidade virtual da língua atualiza-se em línguas diversas. Assim como não há sociedade total, mas cada forma social encarna elementos, relações, valores de produção. Assim, há a estrutura e sua totalidade de coexistência virtual (que não se totaliza) e há sub-estruturas que correspondem às atualizações em cada domínio; este é o par virtual-atual. A estrutura, como virtualidade, é indiferençada (por exemplo, não se poderia dizer o que, numa estrutura, é real ou imaginário), embora seja inteira e completamente diferenciada (DELEUZE, 2006).

No que diz respeito à estrutura em sua atualização, pode se dizer que o atualizar é diferenciar-se. A estrutura é, então, inseparável do seu duplo aspecto ou do complexo virtual-

atual, diferenciação-diferençação. O virtual está presente, organizando, mas não é um preenchimento. A estrutura é a possibilidade de ordenação que permite que se forme uma unidade, acrescentamos, complexa. As relações diferenciais (virtuais) da estrutura se encarnam (atualizam) em espécies qualitativamente distintas; as singularidades (virtuais) correspondentes se encarnam (atualizam) nas partes e figuras extensas que caracterizam cada espécie.

A estrutura, desta feita, forma, ou melhor, constitui-se numa unidade complexa virtual-atual, o real, funcionando consoante processos de diferenciação e diferenciação que vão implicar ou dar outra direção no entendimento do que é estrutura. Lembrando que a mutação estrutura-simulacro acima já compõe essa implicação; e ainda estamos denominando de “estrutura” algo que está em vias de deixar de sê-lo.

Para entender o complexo virtual-atual, retomemos que a estrutura é, em si mesma, um sistema de elementos atômicos e de relações diferenciais; mas também ela diferencia as espécies e as partes, os seres e as funções nas quais ela se atualiza. Ela é diferencial em si mesma e diferenciadora em seu efeito. O processo de atualização tem uma temporalidade interna (*clinamem*), segundo aquilo que atualiza, e variável segundo o que atualiza. No estruturalismo, o tempo é sempre o tempo de uma atualização, em que se efetuam, em ritmos diversos, os elementos de coexistência virtual:

O tempo vai do virtual ao atual, isto é, da estrutura às suas atualizações, e não de uma forma atual a outra forma (atual). Ou, pelo menos, o tempo concebido como relação de sucessão de duas formas atuais contenta-se em exprimir abstratamente os tempos internos da estrutura ou estruturas que se efetuam em profundidade nessas duas formas, e as relações diferenciais entre esses tempos. E é justamente porque a estrutura não se atualiza sem se diferenciar no espaço e no tempo, sem diferenciar, assim, espécies e partes que a efetuam, que devemos dizer, neste sentido, que a estrutura *produz* essas espécies e partes. (DELEUZE, 2006, p. 232)

No processo de atualização ou diferenciação no tempo e no espaço, o sistema produz espécies e suas partes. O que se atualiza são as relações, os valores das relações, tal repartição de singularidades. Entretanto, o sistema de diferenças da estrutura não faz justaposição das diferenças e nem promove o seu apagamento. Isso acontece porque a diferença não é atualizada e, por isso, ela, a diferença, persiste no sentido que se torna paradoxal, que é não-sentido. A diferença é irreduzível ao significante, ao conceitual, ao significado e ao empírico.

Como diz Sinnerbrinnk (2017), o não-sentido é o fundo caótico indeterminado contra o qual o sentido é articulado e pode operar seus efeitos no pensamento e na linguagem; por isso ele, o não-sentido-diferença, vai contra o sentido comum da representação e das identidades, da

significação, do sentido do bom senso e das suas definições e identidades. A diferença é, por assim dizer, irredutível à representação.

No artigo, vemos em relação à diferença, que as atitudes, partes e funções são diferenciados pela estrutura que os atualiza ou se efetua neles. Cada um deles atrai e reflete a função do outro. No entanto, nesse funcionamento, corre-se o risco de, na atualização, não se encontrar mais a diferenciação que lhes deu origem, não se encontrar os processos de diferença.

O risco ocorre pois a estrutura simbólica assegura a diferenciação dos termos e a diferenciação dos efeitos, mas, “o imaginário tende a refletir e reagrupar sobre cada termo o efeito total de um mecanismo de conjunto” (p.233). O estruturalismo é hostil ao imaginário, pois a imaginação “desdobra e reflete, projeta e identifica, perde-se em jogos de espelhos; mas as distinções que ela faz, como as assimilações que opera, são efeitos de superfície que ocultam os mecanismos diferenciais, senão sutis, de um pensamento simbólico” (p. 233). Por isso, Deleuze aponta que, aproximando da imaginação material, a função diferencial diminui, e daí tende para equivalências. Mais uma vez, vemos a superfície e seus efeitos como mecanismos para ocultar as diferenças, conforme identidades e equivalências, em detrimento do “subsolo” ou do simulacro.

Para entender esses mecanismos que ocultam a diferença, na sequência da argumentação, Deleuze (2006) anuncia que a estrutura é inconsciente e recoberta por seus produtos e efeitos de superfície, por exemplo, “uma estrutura econômica não existe em estado puro, mas é coberta por relações jurídicas, políticas, ideológicas em que se encarna” (p. 233). Só podemos reencontrar as estruturas, a diferença, sob ou a partir desses seus efeitos. O problema parece-nos ser aqui, o fato de que esses efeitos sejam tomados por um imaginário que colmataria a diferença, mas de que modo?

Deleuze, em outro momento de suas elaborações, aponta um problema ou erro que pode haver em relação às causas e efeitos. O erro seria tomar os efeitos pela causa ou supor - essa suposição é um dos fatores que poderiam levar à mistificação ou à superstição-, que há uma relação de identidade entre causa e efeito. Isto implica dizer que, como efeito que são, não são as relações jurídicas, sociais, linguísticas, ideológicas ou familiares que são as causas das estruturas ou das diferenças, mas as diferenças podem estar recobertas por essas relações nas quais se encarnam. Esse recobrimento, que está em função de um processo imaginário, apagaria as diferenças produtivas e produzidas na estrutura e pela estrutura. Entretanto, o fato é que “os termos e as relações que atualizam as estruturas, as espécies e as partes que as efetuam são confusões tanto quanto expressões” (DELEUZE, 2006, p. 234). Há presença da estrutura em seus efeitos, ao mesmo tempo em que os efeitos assimilam e integram a estrutura. De outra

forma, isto caracteriza uma causalidade na qual o efeito comporta, na sua diferença e por diferenciação, a sua causa, mas o efeito não pode ser confundido com sua causa.

Pelo fato do efeito constituir-se num processo de diferenciação, não há identificação entre causa e efeito; não é possível recuperar uma causa via efeito, então não há como definir uma estrutura causal através dos seus efeitos, através do que é atualizado da estrutura. De outro modo, não se pode decalcar o funcionamento da “sub-estrutura” ou da estrutura atualizada sobre o funcionamento “causal” da estrutura ou do sistema, pois não há uma causa identificável e determinada clara e distintamente. De outro modo, não há como saber como é ou como funciona uma estrutura a partir dos efeitos e da atualização.

Causa e efeito não estão separados, já estaríamos na imanência proposta por Deleuze, mas tampouco estão identicamente relacionados. Temos “acesso” aos efeitos das relações de posições, lugares e movimentos ou deslocamentos, mas não podemos recuperar a causa por um princípio de identificação. Nesse sentido, temos uma causa eficiente imanente, distinta e diferenciadora. Nesse contexto, o efeito comporta a causa, mas enquanto diferença e não enquanto identidade. Tratar-se-ia de uma causa diferenciante em seus efeitos.

Para Deleuze (2006), o inconsciente da estrutura, ou apenas o inconsciente, se quisermos, é diferencial; ele é feito de “variações de relações diferenciais num sistema simbólico em função de repartições de singularidades” (p.234), que são diferenças puras; mas o inconsciente para Freud, seria um inconsciente constituído de “linguagem”, constituição que ultrapassa o nível do desejo, das imagens associadas e das relações de oposição. O que isso implica? Deleuze (2006) aponta que: “Levi-Strauss tem razão em dizer que o inconsciente não é nem de desejos, nem de representações, que ele é ‘sempre vazio’, consistindo unicamente nas leis estruturais que ele impõe tanto às representações quanto aos desejos” (p. 234).

Mas, a propósito do que pode ser dito do inconsciente de Leibniz ou do inconsciente de Freud, o fato é que, para Deleuze (2006), o inconsciente é sempre um problema; e, por assim dizer, pertence ao campo do problemático “porque o problema tem sempre a solução que merece, segundo o modo como é colocado e consoante o campo simbólico de que dispomos para colocá-lo” (p. 234). Reforçamos, nesse sentido, que os problemas e questões, conforme propõe Deleuze nesse critério, não são uma fase, um momento subjetivo, que uma vez superada, nos permitiria chegar a um certo conhecimento; mas é uma categoria objetiva, conforme a efetuação da estrutura e o campo simbólico que se constitui e do qual dispomos.

Por isso também se diz que não haveria uma concepção de inconsciente sobre todas as outras concepções; não há uma ideia justa do inconsciente; mas é necessário, no mínimo, na concepção que se faz, em relação aos critérios apresentados, manter o caráter problemático e

evitar, no mínimo, as mistificações e superstições. Lembramos ainda que se deve estar atento ao que o autor chama de simbólico nesse contexto e como nessa concepção, ele parece remeter a outro elemento aquém e além do simbólico. Deleuze diz, ainda nesse contexto, que o inconsciente é estrutural, também diferencial, problematizante e questionante (DELEUZE, 2006); e que por fim, é serial, o que leva ao próximo critério.

No quinto critério, que aborda a característica serial da estrutura, Deleuze (2006) diz que toda estrutura é serial, multiserial e só funciona nessa condição. Os elementos simbólicos em suas relações diferenciais se organizam em série. Esses elementos se remetem a outra série, constituída por outros elementos simbólicos. Um imaginário poderia fazer estas séries se refletirem uma sobre a outra, se identificarem termo a termo, de modo que a estrutura cairia em um funcionamento de acordo com a imaginação. Mas, os termos de cada série estão sempre em defasagem e deslocamento em relação aos termos da outra. Tal deslocamento, que impede as duas séries de se refletirem e se identificarem em figura da imaginação, é estrutural e simbólico. O deslocamento pertence aos lugares no espaço da estrutura.

Os termos de cada série são inseparáveis em si mesmos das defasagens ou deslocamentos que sofrem relativamente aos termos da outra [série]; portanto são inseparáveis da variação das relações diferenciais [...] esse deslocamento relativo das duas séries não é absolutamente secundário; não é de fora e secundariamente que ele vem afetar um termo, como que para conferir-lhe uma dissimulação imaginária. Ao contrário, o deslocamento é estrutural ou simbólico, pertence ao lugares no espaço da estrutura, e comanda assim todos os disfarces imaginários dos seres e objetos que vem secundariamente ocupar esses lugares (DELEUZE, 2006, p. 237).

As duas séries estão em confronto em função das suas relações de diferenças. A imaginação não se refere à identificação termo a termo, o que levaria a uma má compreensão do fenômeno; mas, ao contrário, a imaginação tomada consoante o deslocamento estrutural ou simbólico que vem a ser primário, refere-se à ocupação dos lugares, que vem a ser secundário, esta sim, implicada pelo imaginário. Assim, o deslocamento é que impede que as séries se confundam ou se desdobrem imaginariamente uma sobre a outra.

É por isso que o estruturalismo dá tanta atenção à metáfora e à metonímia [que não são] figuras da imaginação, mas fatores estruturais [...] exprimem os dois graus de liberdade do deslocamento [...], longe de serem imaginários, impedem as séries de se confundirem ou se desdobrarem imaginariamente seus termos. (DELEUZE, 2006, p. 237)

O sexto critério nos dirá sobre a casa vazia e também vai inserir um elemento que pensamos que reforçará o caráter mutante que Deleuze está propondo ao estruturalismo; e desta feita, determinante para se ir além do simbólico da estrutura.

No sexto critério, é apresentada a casa vazia e o objeto paradoxal. O filósofo explicita que a estrutura envolve um elemento paradoxal, tal que esse é um objeto singular, não pertence a nenhuma série em particular, mas está sempre presente nas séries correspondentes, as percorre e se move nelas e de uma a outra; é nesse sentido que a metáfora e metonímia devem ser entendidas. “Diríamos que [esse objeto] é sua própria metáfora e metonímia. Em cada caso, as séries são constituídas de termos simbólicos e de relações diferenciais; ele, porém parece ter outra natureza” (DELEUZE, 2006, p. 238).

Já dissemos que as duas séries são sempre divergentes, mas, paradoxalmente, esse objeto é o ponto de convergência das séries divergentes. Ele é imanente às duas séries, está nas duas ao mesmo tempo. Tal objeto não se caracteriza por uma identificação imaginária (que levaria a uma má compreensão do fenômeno), isto é, uma série não se reflete e se identifica sobre a outra. Esse objeto paradoxal percorre todas as séries, fazendo com que passem de uma a outra na mesma estrutura. Tal objeto é o que impede que o imaginário se fixe no seu papel de convergência, tanto quanto impede que as séries permaneçam na sua divergência. Esse “objeto é ‘eminentemente’ simbólico, mas justamente porque é imanente às duas séries ao mesmo tempo. Denomina-se, então, Objeto = X” (DELEUZE, 2006, p. 238).

Na sequência da explanação sobre o que é o objeto = X, Deleuze aponta dúvidas que ele encontra em Lacan sobre o papel particular da carta e da dívida; ele se pergunta se o papel da carta seria um artifício para esses casos ou se o papel e a dívida são critérios para toda estrutura, como se a estrutura não se definisse sem eles. A partir daí lança questão sobre identificações imaginárias e o elemento, objeto = X, que percorre as séries, e que nos interessa pelo que colocamos a seguir.

Acompanhamos Deleuze (2006) retornar à diferença entre o simbólico e o imaginário. Ele argumenta que havia uma primeira diferença entre o imaginário e o simbólico em que o papel diferenciador do simbólico estava em oposição ao papel assimilador, redobrante e desdobrante do imaginário. Tínhamos o “simbólico *versus* o imaginário”. Entretanto, o autor afirma que há outra fronteira: “contra o caráter dual da imaginação, o Terceiro (no três) intervém essencialmente no sistema simbólico, distribui as séries, desloca-as, fá-las comunicar, mas impedindo uma de dobrar-se imaginariamente sobre a outra” (p. 239).

Note-se ai mais uma pista que reforça a reversão-mutação do estruturalismo: não se trata mais de uma oposição entre simbólico e imaginário, mas de uma intervenção do “Terceiro no três”, um quarto elemento que distribui e desloca as séries fazendo com que se comuniquem sem se dobrarem imaginariamente, sem se identificarem. Esse elemento diferenciador, o objeto paradoxal, é o “Terceiro que está no três” no simbólico, mas esse objeto não é simbólico e é,

em relação a ele (ao objeto X) que as variedades dos termos e a variação das relações diferenciais são determinadas de cada vez. Temos, então, o objeto = X intervindo o imaginário.

Será também em função desse elemento ‘X’ que Deleuze deslocar-se-á do simbólico, a partir das determinações do próprio simbólico que trata de separações, distinções e hierarquizações, como vimos no começo do artigo. Notemos que, deslocando-se do simbólico, tal qual apresentado, vemos efetuar o papel do simulacro, a imagem que não se alça ao papel de cópia ou de identificação, a estrutura-simulacro, como já explicitado anteriormente, na sua função de efetuar misturas sem que hajam identificações. Temos assim, outro efeito da reversão do estruturalismo e da reversão do platonismo, ou seja, a emergência de uma imagem sem identificação e os efeitos óticos, sonoros e de linguagem.

Para tentar entender melhor, retomemos na apresentação do terceiro no três, a concepção, ainda duvidosa naquele ponto. Coloquemos o primeiro critério aqui mais uma vez: o real não está separado do imaginário; o real tende a fazer ‘Um’ (ele é um em sua verdade); o imaginário tende a fazer dois, um jogo de identificação e projeção, sempre sob o modo do duplo; e, talvez, o simbólico seja três, não somente o terceiro além do real e do imaginário, mas um terceiro a ser procurado no próprio simbólico. Talvez possamos dizer que este seja um quarto elemento. É o que Deleuze chama de Terceiro irreal e não-imaginável; o objeto X, nem simbólico, nem imaginário, nem real.

Esse objeto paradoxal está sempre deslocado de si mesmo; tem a propriedade de não estar onde é procurado, mas ser encontrado onde não está. Ele falta em seu lugar e por isso não é real; ele falta à sua semelhança e por isso não é imaginário; ele falta à sua identidade, por isso, desse ponto de vista, não é conceito. No artigo, Deleuze, para exemplificar as características desse objeto, destaca a referência à Lacan e à carta roubada de Edgard Allan Poe, apontando, como já foi dito, que Lacan é quem precisa a natureza desse objeto: “ele está sempre deslocado em relação a si mesmo. Tem por propriedade não estar onde é procurado, mas, em contrapartida, ser encontrado onde não está” (DELEUZE, 2006, p. 239).

Voltando às séries, se elas são percorridas pelo objeto paradoxal (chamado também de objeto = X) e apresentam os deslocamentos relativos a outra série, é porque os lugares relativos de seus termos na estrutura dependem do lugar absoluto de cada um em relação ao objeto = X, que está sempre deslocado em relação a si mesmo: ele falta ao seu lugar, por isso não é real; e falta à sua semelhança, por isso não é imagem. Nesse sentido, o deslocamento não é de fora, mas é propriedade fundamental na concepção da reversão do estruturalismo em Deleuze. O deslocamento é o que permite definir a “estrutura” como ordem dos lugares sob a variação das relações no espaço (DELEUZE, 2006):

Toda a estrutura é movida por este Terceiro originário – mas também que falta à sua origem. Distribuindo as diferenças em toda a estrutura, fazendo variar as relações diferenciais com seus deslocamentos, o objeto = x constitui o diferenciador da própria diferença. (p. 239)

O que destacamos aqui é que o deslocamento pelas vias do objeto = X, para Deleuze, retira o primado do preenchimento simbólico que se daria pelas vias do simbólico estrutural, de outro modo, o sujeito já não se reduz à preenchimentos de lugares e posições, mas deslocamentos. O objeto ‘X’ constitui o diferenciante da própria diferença, o Terceiro no simbólico, que distribui e desloca as séries. Não há estruturalismo sem esse grau zero em relação ao qual tudo se desloca e desliza (DELEUZE, 2006): “Os jogos têm necessidade da casa vazia, sem o que nada avançaria nem funcionaria. O objeto = X não se distingue de seu lugar, mas é próprio desse lugar deslocar-se constantemente, como é próprio à casa vazia saltar incessantemente” (p. 239).

Poderemos ver, na sequência do artigo, Deleuze (2006) citar vários autores no entendimento do que seria esse lugar vazio: o lugar do morto no bridge, em Lacan; o lugar do rei, em Foucault; a posição zero, em Frege; o *mana* em *Levi-Strauss*, entre outros. Interessanos, aqui, que, em relação ao deslocamento, entre a série significante e a série significada, há um excesso de sentido na série significante e uma carência de significado na série significada. Na série significante há, então, um significante flutuante por estar em excesso de sentido: primeira consequência do segundo critério, e há um significado flutuado na série significada, que não foi fixado ou realizado. Há um valor vazio de sentido, mas que pode receber qualquer sentido, e cuja função é preencher e cavar uma distância entre o significante e o significado. Um valor simbólico zero, um signo marcando a necessidade de um conteúdo simbólico suplementar que já está no significado (flutuante). Uma série está em excesso e a outra em falta sem nunca entrarem em equilíbrio. Nesse sentido, as séries se comunicam sem perder a diferença, sem cair no imaginário sob um rebatimento ou sob a identificação, isto é, temos uma diferença sem conceito e sem identificação.

O que está em excesso na série significante é a casa vazia sem ocupante e sempre deslocada, o não-sentido que produz sentido e, na série significada, temos o ocupante sem lugar, igualmente deslocado. Desse modo, não há significantes ou significados já dados, eles estão em função do deslocamento do não-sentido que os produz:

O não-sentido não é a ausência de sentido, mas [...] o excesso de sentido, ou aquilo que proporciona sentido ao significado e ao significante [...]. O sentido aparece como

o efeito do funcionamento da estrutura, na animação [deslocamento] de suas séries componentes. [...] as palavras-valises não passam de um procedimento entre outros para assegurar esta circulação. (DELEUZE, 2006, p 241)

Vemos, como consequência da reversão, a primazia do sentido e do deslocamento sobre o significado e significante. Ou seja, o significado e o significante não pré-existem ao sentido e não respondem pelos sentidos. Deste modo, será o não-sentido, o deslocamento, que proporcionará sentido.

Essa reversão implica dizer que, em se tratando de linguagem, ela não começa exclusivamente nem principalmente com os signos em sua relação entre significado e significante. A atualização no funcionamento da estrutura não se reduz à linguagem nem à significação. A pergunta seria: como é a linguagem e como ela funcionaria em função dessas reversões do platonismo e do estruturalismo de modo que se possa retomar a multiplicidade e a heterogeneidade que essas reversões lhe conferem?

Na sequência, Deleuze mostra, em função dos deslocamentos da casa vazia, os procedimentos linguísticos em Roussel, assim como, também, Foucault analisou em seus livros. Deleuze mostra, também, os procedimentos que aparecem em Mallarmé. Os procedimentos desses dois autores, Roussel e Mallarmé, são procedimentos que “fizeram e fazem a literatura moderna, jogando com toda a topografia, com toda uma tipografia do ‘livro por vir’. [Neste contexto, Deleuze ressalta que no artigo está mostrando] somente a eficácia desta casa vazia de dupla face, ao mesmo tempo palavra e objeto” (DELEUZE, 2006, p.241).

Esta pista deixa ver a referência aos procedimentos linguísticos abordados nos livros *Lógica do sentido*; *Kafka, por uma literatura menor*; em *Mil Platôs 2* (edição brasileira); e em *Crítica e clínica*. Esses procedimentos, são variáveis segundo cada autor-escritor abordado: Carroll, Artaud, Kafka, Wolfson ou Roussel. Esses escritores fazem destacar uma língua ou linguagem menor em detrimento de uma língua hegemônica. Pensamos, assim, que essa língua menor parte e pode ser entendida justamente a partir da reversão do estruturalismo, do platonismo, como estamos acompanhando aqui. Veremos isso com mais detalhes no capítulo sobre os postulados da linguística.

Voltando ao artigo, vemos que o objeto X consiste e insiste em permanecer como objeto perpétuo de uma adivinhação, de uma questão, de uma categoria do problemático nas estruturas. Desta feita, diz o autor, reconhecer o estruturalismo é, paradoxalmente, ser conduzido à algo não reconhecível ou identificável (DELEUZE, 2006).

Deleuze faz, então, a distinção em que os elementos simbólicos, tomados nas suas relações diferenciais, são uma coisa; o objeto=X, objeto paradoxal, que determina o lugar

relativo dos elementos e o valor variável das relações, é outra coisa diferente. O objeto=X é o Terceiro eminentemente simbólico no três (no simbólico). É em consequência do deslocamento do objeto=X que as relações variam. No caso da psicanálise, por exemplo, o objeto = X é determinado como falo (pulsões parciais constitutivas da sexualidade). Por isso, Falo não é o órgão real, nem a série de imagens associáveis, mas o falo simbólico que funda a sexualidade como sistema ou estrutura.

Neste contexto explicativo, Deleuze (2006) pergunta se haveria uma estrutura que, em última instância, determinaria todas as outras. Por exemplo, o que seria primeiro? O valor da estrutura econômica ou o falo da estrutura psíquica, o fetiche econômico ou o fetiche sexual? O autor diz que, por várias razões, essas questões não têm sentido, pois todas as estruturas são infra-estruturas. Seguindo a articulação acima, ele dirá que a ordem de estrutura, seja ela linguística, familiar, econômica ou sexual, caracterizam-se pela forma de seus elementos simbólicos, pela variedade de suas relações diferenciais, pela espécie de suas singularidades, enfim e sobretudo, pela natureza do objeto = X que preside a seu funcionamento. Para o autor, se fôssemos estabelecer uma ordem de causalidade linear de uma estrutura à outra, teríamos que dar ao objeto = X, em cada caso, o gênero de identidade ao qual ele repugna essencialmente. Além do mais, o lugar vazio é o lugar de uma questão ou lugar do problemático que varia conforme a estrutura, seja ela psíquica, linguística, econômica, social ou sexual.

Portanto, não se pode dizer que uma estrutura, seja ela linguística, social, psíquica ou econômica tenha privilégio ou primado sobre outra, ou que uma delas seja causa da outra. Dito de outro modo, no contexto da filosofia de Deleuze, é impossível a determinação da estrutura. As estruturas citadas acima, por sua vez, se “comunicam” pelo objeto = X ou seu lugar vazio, que as fazem deslocar uma na outra.

Nesse sentido, podemos dizer a respeito da estrutura, que seu funcionamento-atualização compreende um sistema de elementos heterogêneos, impossíveis de serem determinados à priori, impossíveis de receberem um decalque a partir do empírico, por isso se constituem de matérias e função informes. Da atualização desse sistema não se poderá dizer que ela é apenas linguageira, ou social, política, econômica ou psíquica, mas que, uma vez atualizada, há condição de “comunicação” e deslocamento entre estas instâncias psíquicas, linguísticas, políticas, clínicas e econômicas através do objeto = X sem que haja primazia de uma estrutura sobre a outra.

Que a estrutura não seja determinada por algo do lado de fora, indica que não há um sujeito do conhecimento e não há uma forma pela qual se possa conhecer a determinação da estrutura, ou o objeto X. Dito assim, não há nem sujeito ou conhecimento vindos de Deus (teo-

teleológicos), ou do homem da ciência, que pode ser considerado como sujeito, que possam “ver” ou que possam definir, distinguir ou hierarquizar a estrutura “por fora” ou que conheçam e definam seus elementos, enxergando a estrutura pelo lado de dentro. Diria que há, aí, uma radicalidade no que diz respeito a um não-saber da estrutura.

Não obstante, poderemos ver nos últimos critérios, pistas de como Deleuze (2006) propõe uma prática que se relacione com a estrutura, com o deslocamento e com o não-saber. Pensamos que essas pistas nos dão também condições para pensar uma prática clínica de modo geral, e, mais especificamente, a prática do Acompanhamento Terapêutico. Nos últimos critérios, vemos as considerações em relação ao sujeito e à prática. Em um dos critérios, Deleuze (2006) aponta que, na estrutura, os lugares só são preenchidos e ocupados por seres reais quando a estrutura é atualizada, mas diz também que os lugares já estão preenchidos ou ocupados pelos elementos simbólicos no nível da própria estrutura. “Portanto, há um preenchimento simbólico primário antes de todo preenchimento ou de toda ocupação secundária por seres reais.” (DELEUZE, 2006, p. 244); e são as relações diferenciais desses elementos que determinam a ordem dos lugares em geral.

No entanto, se há o paradoxo da casa vazia, é porque ela é o “único lugar que não pode nem deve ser preenchido, nem mesmo por um elemento simbólico” (p. 244) na estrutura, nem mesmo na atualização. A casa continua vazia a fim de resguardar a circulação e o deslocamento, como já adiantamos na nossa argumentação. Além disso, como já foi dito, o deslocamento tem primazia sobre o preenchimento. Sendo simbólica, a casa vazia deve ser para si mesma seu próprio símbolo, e faltar eternamente à sua própria metade que seria suscetível de vir ocupá-la. Importante dizer que este vazio não é um não-ser ou, pelo menos, este não-ser não é o ser do negativo, mas é o ser positivo do “problemático”, o ser objetivo de um problema e de uma questão:

As questões e os problemas não são atos especulativos que, a este título, permaneceriam totalmente provisórios e marcariam a ignorância momentânea de um sujeito empírico. São atos vivos, investindo as objetividades especiais do inconsciente, destinados a sobreviver ao estado provisório e parcial que afeta, ao contrário, as respostas e as soluções [...]. Mesmo os conflitos de Édipo dependem antes da questão do Sphinx. O nascimento e a morte, a diferença dos sexos, são os temas complexos de problemas antes de ser os termos simples de oposição. Antes da oposição dos sexos, determinada pela posse e pela privação do pênis, há a “questão” do phalus [o objeto=X] que determina em cada série a posição diferencial das personagens sexuadas. (DELEUZE, 1968)

Deleuze (2006) diz que, para Foucault, o vazio é o vazio do homem desaparecido, porque este vazio não cava uma falta, não prescreve uma lacuna a ser preenchida. Ele, o vazio, não é

nada mais, nada menos, que a dobra de um espaço no qual, finalmente, se torna novamente possível pensar; é, enfim, uma dobra do pensamento.

No desenvolvimento desses seus argumentos, o filósofo parece detectar algo que faz acirrar a sua crítica em relação à estrutura. A questão se relaciona ao preenchimento da casa vazia. Isso é visto como um problema que surge da própria estrutura e que levaria ao não funcionamento da estrutura ou levaria à sua determinação, ou seja, levaria ao preenchimento da casa vazia.

Deleuze (2006) reitera que a estrutura só é preenchida por seres reais quando é atualizada. Esse preenchimento é secundário uma vez que os lugares já estão preenchidos de elementos simbólicos no nível da própria estrutura (grosso modo, no virtual). Só restando sempre o lugar vazio paradoxal presente em todas as séries ao mesmo tempo e que não pode ser preenchido. O lugar vazio não é preenchido por um termo, não obstante é “acompanhado por uma instância eminentemente simbólica que segue todos os seus deslocamentos: acompanhado sem ser ocupado nem preenchido” (p. 244), e assim deve permanecer. E ambos, a instância e o lugar, não deixam de faltar um ao outro, e de se acompanhar dessa forma. “O sujeito é precisamente a instância que segue o lugar vazio: como diz Lacan, ele é menos sujeito que assujeitado – assujeitado à casa vazia, assujeitado ao falo e ao seus deslocamentos” (DELEUZE, 2006, p.244). Sujeito e lugar estão em função de uma disparidade e deslocamento e não de ocupação.

Nesse sentido, para Deleuze (2006), o estruturalismo não suprime o sujeito, no entanto, não o determina; (o estruturalismo) é um pensamento que o esmigalha e o distribui sistematicamente, que contesta a identidade do sujeito, que o dissipa e o faz passar de um lugar a outro, de tal modo que ele se torne ou esteja sempre em deslocamento, sempre nômade, fato de individualizações, mas impessoais, ou de singularidades, mas pré-individuais. É neste sentido que Foucault também fala de "dispersão" do sujeito.

Entretanto, para Deleuze, é necessário enfrentar ainda dois grandes acidentes que podem ser definidos no funcionamento da estrutura, e aqui o filósofo aponta os problemas da estrutura: 1) “A casa vazia e móvel não é mais acompanhada de um sujeito nômade que sublinha seu percurso, e seu vazio torna-se uma verdadeira falta, uma lacuna” (p. 245); ou 2) Ela, a casa vazia é, “ao contrário, preenchida, ocupada por aquilo que a acompanha, e sua mobilidade perde-se no efeito de uma plenitude sedentária ou fixa” (p. 245).

Pensamos que o primeiro e o segundo problema se entrelaçam. O primeiro problema decorre do fato de que haveria um sujeito que poderia ser localizado, fixado; sujeito do conhecimento ou sujeito determinado de algum modo, por exemplo, segundo uma figura de homem. Do ponto de vista desse sujeito localizado ou determinado, concebe-se o deslocamento

como decorrente do vazio como uma falta que poderia ser suprida, de acordo com uma idealidade do homem como projeto de humanidade. Se há algo que possa ser determinado como sujeito, então transforma-se o vazio e o deslocamento em falta, em função dessa possível determinação.

Em relação ao segundo problema, a mobilidade torna-se um tipo de busca, uma vez que, de acordo com a fixação e preenchimentos possíveis, concebe-se uma totalização possível e idealizada, e assim o deslocamento perde sua potência de variação e é remetida a uma busca por completude possível ou projetada. Por exemplo, o Homem, o indivíduo, uma pessoa ou sujeito buscando uma completude prometida, projetada mas que nunca se realiza, mas que está sempre lá como projeto.

Deleuze (2006) diz que, no sentido dos problemas da estrutura apresentados acima, o "significante" desapareceu, a onda do significado não encontra mais elemento significante que o meça, o "significado" desvaneceu-se, a cadeia do significante não encontra mais significado que a percorra: são os dois aspectos patológicos da psicose. O autor aponta ainda, que em termos teo-antropológicos, que, ora Deus (ou A razão) - as duas faces da completude e da perfeição-, faz crescer o deserto e cava na terra uma lacuna, uma falta; e, ora o homem, através das ciências, preenche a lacuna, ocupa o lugar, e nesta vã permuta faz passar de um acidente ao outro (ora em função de Deus, ora em função do homem): "eis por que o homem e Deus são as duas doenças da terra, isto é, da estrutura. Propõe-se, então, nem Deus, nem homem; nem Deus que cava uma falta, nem homem que a projeta ou que a preencha" (DELEUZE, 2006, p. 245).

Na sequência, o filósofo diz que esses acidentes são do funcionamento da própria estrutura, e que acontecem se ela é uma estrutura tal que o homem possa, pelas ciências, pelo conhecimento, determinar se a estrutura é, por exemplo, linguística ou linguajeira, psíquica, econômica ou social; ou possa assegurar o primado de uma dessas estruturas sobre a outra. Isto seria, em outras palavras, determinar, *a priori*, o elemento que ocupa a casa vazia. Deleuze (2006) aponta como essas contradições nascem na estrutura, como a casa vazia, que faz a estrutura funcionar, passa a ser ocupada no funcionamento da própria estrutura. O filósofo aponta as análises de Althusser que mostram como, na ordem econômica, a casa vazia é marcada pela mercadoria, pelo dinheiro, pelo fetiche ou pelo capital da estrutura capitalista.

Althusser, de acordo com o que aponta Deleuze (2006), deixa ver como a contradição nasce na estrutura:

Enfim, como o real e o imaginário, isto é, seres reais que vêm ocupar os lugares e as ideologias que exprimem a imagem que se faz deles, são estreitamente determinados pelo jogo dessas aventuras estruturais e das contradições que delas decorrem [...]. Não

que as contradições sejam imaginárias: elas são estruturais e qualificam os efeitos da estrutura no tempo interno que lhe é próprio. Não diremos que a contradição é aparente, mas que é derivada: deriva do lugar vazio e de seu devir na estrutura (DELEUZE, 2006, p. 245)

Assim, não é de fora da estrutura que o acontecimento ideal, de preenchimento chega. É uma tendência da estrutura tal qual está tradicionalmente posta. Pensamos que passa por ai a necessidade da reversão do estruturalismo e de mutação da estrutura. Na sequência, vemos uma pista importante para esse problema: “o real, o imaginário e suas relações são engendrados secundariamente pelo funcionamento da estrutura, que começa por ter seus efeitos primários em si mesma” (DELEUZE, 2006, p.245).

O que Deleuze afirma é que, se no estruturalismo, como está posto até então, há essa ocorrência do preenchimento determinado pelo próprio funcionamento da estrutura, mesmo não podendo haver esse preenchimento, segundo a própria concepção de estrutura, então a estrutura está funcionando em prol das transcendências, conforme decalque do empírico, restituindo a doença da estrutura, como já foi dito. De modo que, se há algo que preenche a casa vazia, o que não poderia acontecer, então esse algo não pode ser da estrutura, vem de fora dela como uma transcendência recebendo um decalque do empírico.

Temos ai os problemas no modo de se conhecer e trabalhar com o estruturalismo em voga. Deleuze (2006) diz que esses problemas também foram apontados por Foucault quando este aborda as “mutações” estruturais no livro *As palavras e as coisas*; e por Althusser, através dos problemas levantados sobre as formas de transição de uma estrutura à outra.

No artigo, Deleuze aponta, então, que é em consequência da casa vazia que as relações diferenciais, e não do negativo, podem ter novos valores ou podem ter variações, e, do mesmo modo, as singularidades podem ser capazes de atribuições novas, constitutivas de outra estrutura e que, também, poderá passar de uma estrutura à outra. Por isso Deleuze insiste numa reversão do estruturalismo em que não deverá haver modos de a casa vazia (o objeto=X) ser preenchida pelo próprio funcionamento da estrutura, pois, como já foi dito, isto compreenderia uma contradição que teria que envolver ou invocar uma síntese dialética em nome de algo vindo de fora da estrutura, por exemplo, Deus, a Razão, a Ciência, ou a História; ou em nome de uma finalidade, ou do sujeito do conhecimento, o homem no lugar de Deus, que sobredeterminaria a estrutura:

É preciso que essas contradições sejam “resolvidas”, isto é, [é preciso] que o lugar vazio seja desembaraçado dos acontecimentos simbólicos que o ocultam ou o preenchem; que ele seja devolvido ao sujeito [nômade, disperso] que deve acompanhá-lo sobre novos caminhos, sem ocupá-lo e sem abandoná-lo. (DELEUZE, 2006, p. 246)

Essa passagem sintetiza a reversão do estruturalismo, e aponta para o “herói” estruturalista que é nem Deus, nem homem, nem pessoal, nem universal; ele é sem identidade, feito de individuações não pessoais e de singularidades pré-individuais, o que aponta para o sujeito, “[é] ele que garante a explosão de uma estrutura afetada de excesso ou de carência, opõe seu próprio acontecimento ideal [a explosão, a reversão, o deslocamento] aos acontecimentos ideais que acabamos de definir [identificação, preenchimento imaginário]” (DELEUZE, 2006, p. 246).

Nesse contexto, Deleuze (2006, p. 246) diz:

Que caiba a uma nova estrutura [a partir da reversão do estruturalismo] não recomeçar a aventuras análogas às da antiga, impedir o renascimento das contradições mortais, isso depende da força resistente e criadora desse herói, de sua agilidade em seguir e salvaguardar os deslocamentos, de seu poder de fazer com que as relações variem e de redistribuir as singularidades, sempre jogando os dados. Este ponto de mutação define uma práxis.

Na sequência, Deleuze (2006, p. 246) diz, a respeito do ponto de mutação que:

O estruturalismo não é somente inseparável das obras que cria, mas também de uma prática relativamente aos produtos que interpreta. Seja esta prática terapêutica [ou clínica, por exemplo, o AT] ou uma prática política, ela designa um ponto de revolução permanente, ou de transferência constante.

Deleuze (2006) explica que os critérios que vão do sujeito à práxis, ainda são os mais obscuros “critérios do futuro”, que, assim, parecem que deverão ser ainda explorados. Pensamos que isso foi feito nas obras posteriores, inclusive no livro *A lógica do sentido*.

Com relação aos autores estruturalistas apontados no artigo, Deleuze (2006) explica que apenas recolheu os ecos entre uns e outros, assim como a teoria que eles propõem dos ecos. Nesse sentido, para Deleuze (2006)

Nos diferentes níveis da estrutura, o real e o imaginário, os seres reais e a ideologias, o sentido e a contradição são ‘efeitos’ que devem ser compreendidos no término de um ‘processo’, de uma produção diferenciada [atualização] propriamente estrutural: estranha gênese estática para ‘efeitos’ físicos (ópticos, sonoros, etc). (p. 246)

O estranhamento dessa gênese estática, foi o que também levou à elaboração do simulacro, e do campo transcendental por parte de Deleuze, na reversão do estruturalismo, como vimos.

Para nossas elaborações, podemos vislumbrar para a práxis e seu processo de diferença, uma outra instância de real, que não pode ser reduzida aos seres reais, ou ao empírico, ou ao imaginário, ou ao simbólico, mas que se caracteriza pela coexistência do par virtual-atual e o processo de diferenciação, como já abordado anteriormente. Esse processo é potencializado pelo simulacro que é uma imagem sem semelhança, um falso pretendente que se desvia de qualquer essência e identidade; profundidade e distância que não se pode dominar e que instaura um devir sempre outro que se esquia do mesmo e do semelhante, assim como fazem a deriva e o devir do lugar vazio (DELEUZE, 2006; 2009).

O simulacro coloca em jogo o que o platonismo e seu método de distinção, escolha, hierarquização, e valoração, tinha relegado à falsidade e às profundidades. O simulacro não é a cópia, não é a aparência, mas está abaixo. Ele é imagem das imagens, destinada às profundidades no platonismo por não se alçar à cópia perfeita, por não se colocar em função de uma semelhança, e por ser uma diferença irredutível à aparência, ao sensível empírico e à essência. Para a mutação do estruturalismo, o simulacro é uma diferença irredutível ao simbólico, ao imaginário, ao sentido, à identidade e à contradição.

A práxis, então, deve ser empreendida e perpassada por um processo de produção de diferença, pelo acontecimento, pelo deslocamento e simulacro, pelo sujeito disperso e nômade, pela “nova filosofia transcendental” e pelo seu empirismo. Esses elementos devem ser entendidos consoante à mutação da estrutura, a reversão do estruturalismo, e do platonismo, e não de acordo com o estruturalismo ou a filosofia platônica ou neoplatônica.

Sobre o transcendental, acrescentamos que para Deleuze (2009) “purgar o campo transcendental de toda semelhança permanece a tarefa de uma filosofia que não quer cair nas armadilhas da consciência ou do cogito” (p. 128). Conforme Zourabichvili (2016), a denominação “campo transcendental” vai ser substituída pela denominação “plano de imanência”, devido à sua inadequação (do termo “transcendental”), que já estamos apontamos, de algum modo, aqui.

Isto posto, a tarefa de reversão do platonismo e do estruturalismo coloca em cena uma práxis e um processo inconsciente que se relaciona com o sujeito nômade, disperso, sem identidade; e com a produção de diferença, além de colocar em cena o caráter pré-individual, assubjetivo ou as individuações impessoais, pré-singulares do transcendental ou plano de imanência.

Com o funcionamento do simulacro, a imagem torna-se irredutível às imagens possíveis que remetem ao sensível ou à alguma idealidade. Temos, assim, uma imagem sem semelhança e sem identidade. Desse modo, a imaginação ou imaginário, não se refere à identificação, mas,

ao contrário, a imaginação é tomada consoante o deslocamento-sujeito-simulacro, que impede que os termos se confundam ou se desdobreem imaginariamente um sobre o outro. A figura ou imagem que temos ai, referir-se-ão ao figural, o que veremos em momento oportuno.

A tarefa da reversão coloca em pauta o não-sentido que produz sentido, a diferença e a primazia do acontecimento. Num desdobramento da tarefa de reversão, observamos que, nas obras posteriores, Deleuze e Guattari se distanciam da ideia de séries, lugares e posições como colocados no estruturalismo, e se aproximam mais das relações diferenciais e singularidades que caracterizam as multiplicidades, conforme já foi apresentado como mutação da estrutura; e em relação à linguagem ou linguística não trabalharão mais com o significante e significado que ainda aparecem nos textos que abordamos aqui, mas vão se articular com os conceitos de fluxo de conteúdo e expressão vindos de Hjelmslev, que parecem dar maior expressão à reversão do estruturalismo, mesmo esse autor sendo um estruturalista. Vamos ver a questão dos fluxos no capítulo sobre os postulados da linguística.

Aqui cabe um adendo que está no final do artigo e que caracteriza, em parte, o procedimento filosófico de Deleuze:

Os livros contra o estruturalismo [...] não têm, estritamente, importância alguma; não podem impedir que o estruturalismo tenha um produtividade que é a de nossa época. Livro algum contra o que quer que seja jamais tem importância; somente contam os livros ‘pró’ alguma coisa de novo, e que sabem produzi-lo. (DELEUZE, 2006, p. 247)

De outro modo, é preciso traçar a diferença, produzir algo novo a partir do que se tem e não fazer a reprodução do mesmo. Então essa proposta de produzir diferença, pode ser incluída também para pensar uma práxis, tanto da clínica, quanto da pesquisa, que não se reduz a ser contra algo, mas tentar produzir algo novo onde a diferença jaz colmatada pelos efeitos de superfície.

Uma implicação em decorrência da reversão do platonismo e do estruturalismo é que não há contradições a serem resolvidas, mas tensões, embates, coexistências e passagens. Desse modo, o Real em Deleuze compreende o virtual e o atual, o que leva a um conceito de real desembaraçado dos acidentes simbólicos que ocultam ou impedem os deslocamentos do sujeito nômade. Desse modo, o acontecimento passa a ser entendido como deslocamento, ruptura, diferença e não como preenchimento.

É nesse sentido que talvez seja necessário dizer para tornar mais explícito, embora pareça óbvio, que a lógica do sentido não é uma lógica discursiva ou simbólica. A lógica discursiva, languageira, simbólica, representativa, compreende uma ligação e distinção clara entre os seus elementos reais e imaginários – conforme vimos, o simbólico faria essa ligação e distinção.

Uma lógica discursiva, conforme a lógica aristotélica e seu princípio da identidade funciona sob o princípio de causalidade, segundo o qual é possível considerar previamente uma causa ou lhe atribuir um conceito, uma vez que, no conceito, já estará pensada a relação consequente, isto é, a consequência ou a causa já estão dadas pelo princípio de identidade. A causa faz conhecer a consequência ou a consequência faz conhecer a causa, pois as “coisas” já estão dadas no interior umas das outras. De outro modo, os elementos de um conceito ou de um conjunto podem ser reconhecidos, representados e articulados.

Na lógica discursiva não é necessário qualquer tipo de experiência além da languageira, pois é fácil aceitar, pelo princípio de causalidade, identidade ou pela representação, os juízos que embasam o conhecimento de mundo, a linguagem e as relações entre os conceitos. Nessa lógica não se pode ferir o princípio de identidade ou não se pode ferir o princípio da contradição, não pode haver elementos contrários – pois eles são irrepresentáveis - pois não é possível pensar os contrários, a não ser como erro ou uma fase a ser ultrapassada.

Entretanto, a lógica do sentido apresenta uma ruptura da identidade entre causa e efeito, justamente em função do conceito de acontecimento. Vamos ver isso mais especificamente quando tratarmos do acontecimento, do sentido e da diferença. E, como vimos acima, o campo ou plano transcendental, imanente, em seu funcionamento, é real, é topológico, não está submetido ao princípio de identidade e de não-contradição. Os elementos constituintes desse plano real são os elementos de “matéria atômica”, singularidades, matérias e seus deslocamentos, seus movimentos e repousos, suas velocidades e lentidões. Na lógica do sentido, há oposições e coexistência das diferenças, os contrários não constituem em erro, engano, obstáculo ou uma fase a ser ultrapassada, pois a lógica do sentido é uma lógica não dialética das multiplicidades heterogêneas e singulares. Nessa lógica, as relações são “reais”, diferenciais e os “objetos” não estão submetidos ao princípio de identidade.

Por não estarem submetidas à identidade, mas à diferença, às relações diferenciais e às singularidades, não é possível conhecer e determinar as causas, pois o consequente ou os efeitos são diferentes das causas; os efeitos não estão contidos nas causas. Há, outrossim, efeitos, acontecimentos, mas por um processo de diferenciação, que por sua vez, não deixa remontar até as causas. É possível apenas experimentar os efeitos, a variação, a diferença como afetação. Todavia essa é uma experiência que não tem princípio de identidade. É uma experiência de afetar e ser afetado pela diferença, em que se experimenta essa diferença como variação dos modos de agir e de pensar, experimentam-se outras sensibilidades. É por essa diferença produzida que se pode saber que há uma causa, mas não conhecer a causa do ponto de vista de um sujeito do conhecimento, da identidade ou da semelhança.

Dito de outro modo, sabe-se que há uma causa, justamente por ser afetado, isto é, por seus efeitos, mas não se tem acesso à causa, não por impossibilidade, deficiência do ser (se considerássemos o ser), mas pela diferença que é irredutível a um saber baseado na representação, na identidade ou semelhança. O empirismo transcendental refere-se então ao afetar e ser afetado, não reduzido à sensações “sensíveis”, sentimentos, percepções dos objetos sensíveis concretos, mas pela diferença e variação do deslocamento do objeto X. Saber, por isso, não determina, não identifica, não representa ou simboliza o que lhe causa. Se há um efeito, este porta a sua causa, não como identidade ou semelhança, mas como diferença.

Poder-se-ia dizer que temos, então, uma causa eficiente-imanente e que os afetos e a relação de diferença se movem ou deslocam num plano real de imanência enquanto um plano de afetação. Esse modo de experiência de afetar e ser afetado é que nos dá uma pista para pensar a práxis e o sujeito nômade-disperso a partir do conceito de experimentação que propomos para o AT.

Uma outra implicação que destacamos, desta feita para a questão da linguagem é que, talvez, a pista fundamental seja a concepção de [não-]sentido como excesso de sentido. O sentido surge, acontece, como algo que anima o deslocamento em que as palavras-valises, como procedimento linguístico, não passam de um procedimento entre outros para assegurar a circulação do objeto X, para evitar que o sujeito ocupe posições imaginárias. Vimos que Deleuze apontou os procedimentos linguísticos em Roussel; os procedimentos que também aparecem em Mallarmé, para mostrar o papel da casa vazia de dupla face, ou seja, ao mesmo tempo palavra e objeto.

Na tarefa de reversão do platonismo e do estruturalismo, vimos pistas fundamentais para a tarefa que propomos de articular um modo de compreender a linguagem e a experimentação no AT com Paulo e, também, um modo de pensar e fazer a clínica no AT através do território de filosofia e de linguagem. Consideramos, para isso, a reversão do platonismo e do estruturalismo, a casa vazia, o sujeito nômade, a circulação do não-sentido, o acontecimento, o deslocamento para além do cogito, da racionalidade hegemônica e a afirmação a diferença enquanto diferença. Nas seções seguintes, poderemos mostrar as implicações dessas concepções nas elaborações sobre o acontecimento e o sentido, o que será importante para pensar a linguagem como experimentação.

1.3.2. O acontecimento [não-]sentido como condição para a linguagem

Vamos introduzir essa seção com *O vocabulário Deleuze*, de Zourabichvili (2004). Nesse tipo de dicionário que apresenta os conceitos da filosofia de Deleuze, Zourabichvili destaca no verbete “Acontecimento” que este conceito surge da distinção entre acontecimento e estados de coisas, feita, originalmente, pelos estoicos. Para estes, o acontecimento não pode ser confundido com sua efetuação espaço-temporal num estado de coisas. Segundo Zourabichvili (2004, p. 6),

A efetuação no corpo (encarnação ou atualização do acontecimento) gera apenas a sucessão de dois estados de coisas, antes-depois, segundo o princípio de disjunção exclusiva, ao passo que a linguagem recolhe a diferença desses estados de coisas, o puro instante (aion) de sua disjunção: ocorre-lhe realizar a síntese disjuntiva do acontecimento, e é essa diferença que faz sentido.

O autor prossegue na explicação do verbete dizendo que o fato de o acontecimento se relacionar com a linguagem não deve levar à conclusão que sua natureza seja linguageira e/ou seja equivalente à mistura de corpos num outro plano.

Para Zourabichvili (2004, p. 7),

A fronteira não passa entre a linguagem e o acontecimento de um lado e entre o mundo e seus estados de coisas do outro, mas entre duas interpretações da relação entre linguagem e mundo. [...] A primeira, a relação é estabelecida entre a forma proposicional à qual a linguagem é reduzida e a forma do estado de coisas à qual [...] o mundo é referido.

A distinção passa ao mesmo tempo pela linguagem e pelo mundo, o que leva ao paradoxo do acontecimento. Ainda segundo esse filósofo, o acontecimento é:

Puramente exprimível, nem por isso deixa de ser “atributo” do mundo e de seus estados de coisas, de modo que o dualismo da proposição e do estado de coisas correspondente não se acha no plano do acontecimento, que só subsiste na linguagem ao pertencer ao mundo. O acontecimento está portanto dos dois lados ao mesmo tempo, como aquilo que, na linguagem, distingue-se da proposição, e aquilo que, no mundo, distingue-se dos estados de coisas. Melhor: de um lado, ele é o duplo diferenciante das significações; de outro, [o diferenciante] das coisas. Daí a aplicação do par virtual-atual [o Real] ao conceito de acontecimento (ZOURABCHVILI, 2004, p. 7)

Nesta articulação, Zourabichvili (2004) aponta que, colocado o primado ou primazia do acontecimento, somos levados à teoria do signo, do sentido e à teoria do devir. Ainda iremos abordar uma concepção de signo, mas as concepções do sentido e a do devir já estamos delineando desde a seção anterior em que abordamos a lógica do sentido.

Na seção anterior já vimos que uma das implicações da reversão do platonismo e do estruturalismo é a status que é dado ao acontecimento, ao devir e ao sentido. Vimos também

que a atualização ou o acontecimento, no funcionamento da estrutura, em sua reversão, não se reduzia à linguagem, nem à significação. Então nos perguntamos: como se constitui uma linguagem, ou como ela funcionaria em função das reversões do platonismo e do estruturalismo de modo que possamos entender a sua multiplicidade e a sua heterogeneidade? Veremos que para atender as condições de multiplicidade e heterogeneidade, a linguagem deve ser entendida sob a primazia do acontecimento e do sentido.

Segundo Zourabichvili (2004), pelo conceito de acontecimento, Deleuze opõe-se à concepção da significação como algo dado e explícito ou como campo de significação pré-existente e determinado. Deleuze também esboça uma ética da contra-efetuação ou do devir-imperceptível que se funda na parte que não se efetua, o inefetuável do acontecimento. Para Zourabichvili, o acontecimento, segundo Deleuze, é, ao mesmo tempo, o sentido das frases e o devir do mundo: “[O acontecimento] é o que, do mundo, deixa-se envolver na linguagem e permite que funcione. Assim, [segundo esse autor] o conceito de acontecimento é exposto, ou só pode ser exposto, numa Lógica do sentido.” (p. 7). Foi o que mostramos no capítulo anterior.

Como estamos vendo aqui e como afirma Machado (2009), o devir é um processo que desestabiliza significações estabilizadas, legitimadas e homogeneizadas por cristalizações, territorializações. Segundo o autor, é preciso deslocar-se da ideia de que os devires se relacionam com algum tipo de “viagem interior”, de ritual, de mistificação ou de superstição, isto é, precisamos afastar das fugas imaginárias.

Como vimos, temos uma relação intrínseca entre acontecimento, devir, sentido e linguagem. Com as pistas conceituais de Zourabichvili e com a reversão do estruturalismo e platonismo, delinearemos, a seguir, em Deleuze, a importância do acontecimento como condição para a linguagem na sua relação com o sentido, o [não]-sentido, o sujeito disperso-em-deslocamento ou sujeito nômade. Esse sujeito é que garante a “explosão” da estrutura; é ele que opõe seu próprio acontecimento como explosão, reversão e deslocamento, aos acontecimentos ideais de identificação ou preenchimento imaginário.

Deleuze (2009) apresenta uma teoria do sentido e do Acontecimento, ou do sentido enquanto acontecimento, a partir das obras de Lewis Carroll, mas fazendo passagens e elaborações a partir dos trabalhos de Artaud, da filosofia de Leibniz e dos estoicos, entre outros. Entendemos que na acepção trabalhada no livro, o autor pretende compor conceitos, afastando-se da filosofia analítica, da lógica discursiva e da fenomenologia.

De início, podemos colocar que quando falamos em sentido, as seguintes perguntas, entre outras, poderiam ser feitas: o sentido pertence a que tipo de ordem? Pertenceria à linguagem, ao corpo, ao pensamento? Quem seria o responsável por produzir sentidos? Seria o indivíduo,

o sujeito, a língua ou o sujeito da linguagem? É possível apreender os sentidos, traduzi-los ou decifrá-los? É possível que algo, palavra ou coisa, tenha ou comporte sentidos por si só? Os sentidos podem ser dados *a priori* ou *a posteriori*? O sentido é produzido? O sentido é efeito? o que quer dizer que algo faz sentido? Se algo faz sentido quer dizer que entendemos uma proposição, que entendemos o que foi dito, que conhecemos a referência, que há verdade no que foi dito?

Deleuze (2009), n'A *lógica do sentido*, começa dizendo que vai abordar o sentido e que este, na concepção que propõe, não fornece, não é resolução, não soluciona problemas, muito pelo contrário, o sentido constitui o campo do problemático, do paradoxo, do equívoco e do *nonsense*. O Paradoxo e *nonsense* já foram abordados quando falamos sobre a reversão do estruturalismo e platonismo, mas, nesta seção, veremos outras implicações disso.

Para Deleuze (2009), o sentido, na tradição ocidental, afirma o bom senso que diz que em todas as coisas há um sentido determinado e único; e o senso comum diz das designações de identidades fixas. O bom senso é responsável por subsumir as diferenças sob a forma do individual e determinado, “o bom senso é a afirmação de que, em todas as coisas, há um sentido determinável” (p.1); o senso comum, por sua vez, recolhe as diferenças e a heterogeneidade sob a forma do mesmo.

Entretanto, para o autor, o sentido destrói tanto o bom sentido quanto o senso comum, afirmindo um devir que vai em duas direções ao mesmo tempo, “devir cuja propriedade é furtar-se ao presente. Na medida em que se furtar ao presente, o devir não é suporte da separação nem da distinção do antes e do depois, do passado e do futuro, mas é uma ruptura. Pertence à essência do devir avançar, puxar nos dois sentidos ao mesmo tempo” (p. 1) e, assim, enlaça passado e futuro, rompendo com as identidades fixas. Nessa concepção, “o Acontecimento é co-extensivo a [esse] devir, e o devir [...] é coextensivo à linguagem. O acontecimento é uma ruptura, um deslocamento, um corte. Tudo se passa na fronteira entre as coisas e as proposições” (p. 9).

O sentido é o expresso da proposição e o atributo do estado de coisas. Ele volta uma face para as coisas, uma face para as proposições. Mas não se confunde nem com a proposição que o exprime nem com o estado de coisas ou a qualidade que a proposição designa. [O sentido] é, exatamente, a fronteira entre as proposições e as coisas. É este *alliquid*, ao mesmo tempo extra-ser e insistência. É nesse sentido que é um ‘acontecimento’ com sua efetuação espaço-temporal em um estado de coisas. Não perguntaremos qual o sentido de um acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido (DELEUZE, 2009, p. 23)

O acontecimento-sentido, como ruptura e corte, é essa fronteira paradoxal: uma face voltada para as coisas e estados de coisas; outra face voltada para a palavra ou a proposição,

sem que haja redução de um ao outro. O Acontecimento subsiste na linguagem, é atributo das coisas e não atributo da proposição. A linguagem e corpo estão cada um de um lado da fronteira que é o sentido; fronteira essa que é a articulação da diferença entre linguagem e corpo. O Acontecimento é que está ‘entre’, melhor dizendo, o acontecimento “se passa” entre o corpo e a linguagem, constituindo-se um corte ou uma cisão.

O sentido aparece, acontece na linguagem, assim como envolve os estados de coisas; o acontecimento subsiste na linguagem e acontece aos corpos. Essa é a condição para que haja linguagem: um acontecimento. Já vimos o acontecimento como efeito do encontro intensivo dos corpos, a passagem de um estado de coisas a outro, mas que não se reduz à sua efetuação espaço-temporal, ele é também a expressão ou o expresso dessa passagem. Acontecimento é o sentido expresso da passagem de um estado de coisas a outro e, por conseguinte, comprehende um regime intensivo de afetos e sensações, e revela mudanças nas relações de força, altera as linhas de força dos corpos.

Isso nos leva, então, a “olhar” para o “uso” ou escutar/cartografar os encontros no AT, levando em conta os diferentes modos de linguagem de Paulo, os acontecimentos, as mudanças, os equívocos, a fragmentação, os não-entendidos, os desvios, os [não-]sentidos que parecem compor os encontros no AT, como acontecimentos que perpassam os encontros.

O acontecimento também mostra a instantaneidade que se passa entre as coisas e a proposição, e com isso, a impossibilidade de separá-los. O Acontecimento marca a simultaneidade do devir que avança nos dois sentidos ao mesmo tempo, se furtando ao presente, ao mesmo tempo que afirma passado e futuro. Tal concepção mostra como o sentido não pode ser afirmado como um sentido determinável e determinado, pois o acontecimento produz-se como simultaneidade e ruptura dos dois sentidos (bom senso e senso comum; corpo e linguagem). O acontecimento destrói, então, o senso comum e o bom senso e afirma o sentido como paradoxal. Notemos o acontecimento-sentido articulando-se ao modo do objeto = X, paradoxal, isto é, constitui os dois lados da fronteira ao mesmo tempo.

Reabordaremos brevemente aqui a relação entre acontecimento e estrutura a fim de ampliarmos a concepção apontada na reversão do platonismo e do estruturalismo, de modo a destacar-se a primazia do Acontecimento. Segundo Deleuze (2009): “Os acontecimentos são as únicas idealidades; reverter o platonismo é, em primeiro lugar, destituir as essências para substituí-las pelos acontecimentos como jatos de singularidades” (p. 56).

Como já foi visto no capítulo anterior, o Acontecimento implica a atualização da estrutura, quando ela, por diferençação, diferencia-se atualizando, engendrando um movimento virtual-atual. Entretanto, a diferença, os sentidos e os seus excessos não se atualizam, não se integram.

Por isso, o [não-]sentido²⁹ é a diferença produzida pelo lugar vazio no funcionamento-em-deslocamento da estrutura, lugar este que não pode ser ocupado por nenhum sujeito. No contexto do capítulo anterior, o [não-]sentido é o que garante o deslocamento da estrutura e do sujeito.

O sujeito, como já foi dito, é disperso, nômade e em deslocamento. Essa foi a condição que Deleuze viu como necessária para que a reversão ou mutação da estrutura ou, mais tarde, para a constituição do plano de imanência, que ele propõe, não caisse nos erros do estruturalismo. Lembrando a questão do sujeito, o que se coloca aqui é que este é um sujeito disperso e sem identidade, fato de individuações pré-individuais e singulares. Essa concepção de sujeito é que pode explodir a estrutura e opor seu acontecimento ideal aos acontecimentos simbólicos (deus/homem preenchendo o lugar vazio, determinando a estrutura de fora).

O Acontecimento é que nos tira da forma individual e determinada; da forma do mesmo, da identidade e da semelhança; é, pois, para além da identidade, da semelhança e das significações que temos que nos haver com o [não-]sentido e com a linguagem. Para Deleuze, o sentido e o acontecimento não estão centrados na consciência, nem em formas individuais, nem no ‘Eu’ transcendental, ou consciência transcendental, nem em sujeito transcendental. Nesse aspecto, Deleuze também se afasta da fenomenologia.

Ao falarmos de formas individuais, achamos importante delinear melhor como se constitui uma individuação considerando a concepção pré-individual ou assubjetiva proposta pelo filósofo. Ou melhor, como se constitui uma individuação como hecceidade ao invés de uma individuação como sujeito.

A individuação é um processo em devir em que temos um indivíduo como parte do processo, mas ele, o indivíduo, não é a finalidade ou o resultado e também não esgota o processo. Temos, assim, um indivíduo e os outros elementos heterogêneos desse processo numa territorialidade-agenciamento que não esgota o processo. Esse processo é a individuação-acontecimento-atualização-diferença. Temos, então, não uma subjetividade, mas hecceidade constituída pela tensão do impersonal, dos deslocamentos, da diferença, da dispersão que é irredutível ao indivíduo e constituinte da indeterminação do sujeito.

Uma hecceidade é como uma estação do ano, uma hora do dia, as cinco horas da tarde, a chuva, um dia ensolarado. Todos podem ser individuados, comportando seus elementos

²⁹ Vamos passar a traduzir e a grafar o termo *nonsense*, encontrado no livro, por “[não-]sentido” pois, como já foi visto, o [não-]sentido é que produz sentido como efeito. Essa grafia também servirá para marcar a tensão que o [não-]sentido em sua insistência impõe ao sentido na coexistência entre eles, ou seja, o [não-]sentido não nega o sentido, mas compõe um campo problemático, uma tensão.

materiais, suas misturas de corpos e seus regimes de signos, seus traços de composição. Para Deleuze (1988), são individuações sem sujeito formado, determinado como pessoa ou como transcendência, constituindo-se assim como intensidades:

Uma hora, um dia, uma estação, um clima, um ou mais anos – um grau de calor, uma intensidade, intensidades muito diferentes que se compõem - têm uma individualidade perfeita que não se confunde com a de uma coisa ou de um sujeito formados... não é o instante, não é a brevidade que distingue esse tipo de individuação. Uma hecceidade pode durar tanto tempo, e mesmo mais que o necessário ao desenvolvimento de uma forma e para a evolução de um sujeito. Mas não é o mesmo tipo de tempo: tempo flutuante, linhas flutuantes do Aiôn... As hecceidades são apenas graus de potência que se compõem, às quais correspondem um poder de afetar e ser afetado, afetos ativos e passivos, intensidades (p. 108).

O clima, o vento, a estação, a hora não são de uma natureza diferente das coisas, dos bichos ou das pessoas que os povoam, os seguem, dormem ou acordam neles. Nessa concepção, as relações, as determinações espaço-tempo não são predicados das coisas, e sim, dimensões de multiplicidades. Os elementos postos em jogo na dispersão encontram sua individuação no agenciamento do qual eles fazem parte (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Voltando à questão do sentido e do sujeito, diante da produção de sentido através de encontros entre corpos, há uma individuação, mas sendo o sujeito disperso, segundo os deslocamentos, é impossível preencher ou ocupar o lugar vazio.

O vazio, conviria relembrar, não é negativo; ele indica que o que é procurado não está presente; o que é procurado está sempre diferido, é indeterminado, pois desloca-se; só temos ou “sentimos” os seus efeitos do [não-]sentido como diferença intangível. Nesse contexto, o sentido não nega a realidade, mas a conspurca na sua pretensa estabilidade e a coloca em relações de diferenças intensivas e instáveis. É que o acontecimento-[não-]sentido coloca em questão os lugares (fixos) e os seres como dados e estáveis. Sendo assim, o Acontecimento-sentido nos coloca diante do paradoxal; diante de multiplicidades e variações; diante de um sujeito disperso, individuado por um processo de afetar e ser afetado, que é irredutível à forma homem, mulher, criança ou pessoa no geral com seus papéis ou funções sociais, como vimos no conceito de individuação acima.

O Acontecimento-[não-]sentido responde pelas passagens e atravessamentos de um lado e do outro da fronteira entre as palavras e as coisas, enunciados e estados de coisas, segundo um processo de atualização; é também o que os une e os separa, enquanto diferença e produzindo diferença.

Retomemos que, no virtual, há elementos atômicos e suas relações de vizinhança, seus lugares e suas posições, e seus deslocamentos. A atualização ou o acontecimento quer dizer que

esses elementos, segundo suas relações, se compõem e se decompõem num processo de atualização que acontece por diferenciação, por isso que não podemos remontar em sua determinação as causas, mas apenas sabermos que há relações de vizinhança, de lugares e posições.

Como dissemos, nesses processos de atualização-acontecimento não há síntese no sentido rigoroso do termo. O que temos é que existe, no sentido de um plano real, uma coexistência do virtual e do atual, segundo a qual, os elementos virtuais e suas relações atravessam ou transversalizam os elementos atualizados, coisas e estados de coisas. Podemos falar aqui que há uma síntese disjuntiva caracterizada como veremos a seguir.

O plano transcendental ou virtual não apenas coexiste com o atual, mas também eles se pressupõem e se remetem um ao outro, no entanto, não se reduzem um ao outro. Eles têm diferentes naturezas, diferentes regimes ou diferentes funcionamentos, mas não se anulam. É nesse sentido que também se fala em imanência. Isso significa dizer que não há algo exterior às relações, mas que há “alguma coisa” imanente às relações, paradoxalmente, a imanência é o Fora. Mas, é preciso observar que o transcendental é o fora; mas ele não está fora, não é o exterior ou exterioridade, não é um modelo a ser copiado, não é um legislador que determina as relações, mas é o lado de Fora, uma dobra do dentro; e, por assim dizer, é o exterior mais íntimo.

Essa elaboração que compreende misturas entre o virtual e o atual é fruto da aliança que Deleuze faz com os estoicos, como um dos modos de reverter o platonismo. Lembremos que, retomar os estoicos, implica considerar as misturas das profundidades dos corpos (os simulacros), nas quais os corpos penetram nos outros e coexistem em suas partes, assim como acontece com o virtual e o atual, o dentro e o fora. Tais misturas, em relação aos simulacros, têm como efeito os acontecimentos que são de outra natureza, não são mais estados de coisas, mas são incorporais na superfície.

Considerar e colocar em jogo a profundidade dos corpos e a mistura com a superfície, implica esquivar-se da concepção de Ideia (neo)platônica. Como implicação disso, não temos mais o Ser (ou A razão e seus implicados: identidade e semelhança) como termo mais alto para o qual tudo se dirigiria [o ser das coisas, o ser da linguagem]. O “ser mais alto” passaria a ser o *aliquid*, isto é, *Alguma coisa*, [aliquid = um *quid* de outros, *allis*, distinto], pois este, implica o ser e o não-ser. O *Aliquid* não é o mais alto, pois já não há alturas; mas está entremeado nas relações e pelas relações.

Ainda como consequência da implicação estóica, não se falará em separação entre a superfície (linguagem, imagem, ícones) e a profundidade (corpos-simulacros). No

(neo)platonismo, os corpos eram relegados à profundidade, recalcados, pois se subtraiam à ação da Ideia; eram simulacros-díspares; enquanto os elementos da superfície (a linguagem, o logos, segundo os quais, poderíamos alcançar a razão) se submetem à ação da Ideia como cópias (símbolos, ícones e suas relações de semelhança e similitude) imperfeitas das Ideias, mas que poderiam, ainda assim, alçar-se ao plano das Ideias perfeitas, ao reino das alturas platônicas.

Então, com a operação estóica, as profundidades sobem à superfície, pois o critério de separação e distinção (encontrar as essências ou alçar-se a Ideias perfeitas) não se colocam mais como objetivo. Com isso, não se trata apenas de que uma ou outra escape eventualmente, não são só simulacros que escapam e se insinuam por toda a parte, mas trata-se de efeitos no sentido causal, efeitos considerados também como “sonoros”, “ópticos” e de linguagem (DELEUZE, 2009). Não é mais uma questão de profundidade e superfície, mas a superfície-simulacro se torna o mais profundo, de modo que se pode dizer que o mais profundo é a pele. São corpos-simulacros-ópticos-sonoros-linguagem.

Nesta elaboração, é preciso colocar, então, que há corpos, suas ações, paixões e estados de coisas correspondentes. Essas relações, ações e paixões entre os corpos, são causas dos acontecimentos enquanto efeitos corporais que sobem e misturam com a superfície; mas esses efeitos não são da mesma natureza que os corpos. Tais efeitos não são qualidades e propriedades físicas, mas atributos lógicos ou dialéticos. Esses atributos lógicos e dialéticos, aqui, implicam a lógica dos sentidos e a dialética sem síntese que já abordamos. Assim, em Deleuze (2009, p. 27),

O acontecimento subsiste na linguagem, mas acontece às coisas. Esta fronteira [o acontecimento] não as mistura, não as reúne, ela é, antes, a articulação de sua diferença: corpo-linguagem. [...] A linguagem não tem relação com designados, mas somente com expressos, com o sentido.

Não estamos mais, nesse contexto, sob uma lógica discursiva. No âmbito do discursivo, no qual vale o princípio de identidade e não-contradição, as oposições são contraditórias e, por isso, não podem coexistir, tendo que ser resolvidas pelo processo de síntese. Pelo princípio de identidade, não se pode dizer que algo é uma coisa e que esse algo não é esta coisa ao mesmo tempo [$A = A$ e $A = -A$]. Um sujeito não pode ser e não ser ao mesmo tempo. Um sujeito não pode ter predicados contrários ao mesmo tempo, pois o resultado é irrepresentável, portanto, se há contradição, não há representação, não se consegue imaginar; é nada; é impensável. Na lógica discursiva é necessário que a contradição seja resolvida para que possa haver imaginação e representação.

No entanto, na lógica dos sentidos, a lógica é do real da matéria atômica ou do plano de imanência real que leva em conta a topologia, como já dissemos na reversão do platonismo. A topologia está implicada pelas relações diferenciais, pela singularidade e multiplicidades, de modo que podemos falar das diferenças e coexistências que não se anulam em suas passagens e deslocamentos pelo direito e avesso da superfície topológica.

Nessa elaboração que caracteriza o real, Deleuze se utilizou dos elementos matemáticos, atômicos e infinitesimais. Nessa elaboração, temos oposições, mas estas não precisam ser resolvidas, pois não estão sob o princípio da identidade e da não-contradição da lógica aristotélica. Lembrando ainda que, como mostramos acima, tanto na estrutura, quanto na reversão do estruturalismo, não há elementos que dão exclusividade a um sistema linguístico, mas apenas elementos atômicos, deslocamentos, lugares, posições e vizinhanças.

Nesse real topológico, um elemento pode ser A e $\neg A$ ao mesmo tempo. Os elementos são opostos, mas não por contradição, mas por diferença. A consequência aqui é que há o pensável a partir do não-pensável; há também imaginação, mas não como identidade, não há representação ou simbólico, pois não há síntese da diferença. Lembramos que imaginação não faz síntese da diferença (quando faz síntese, esta não retira a diferença por mais forte que seja a imaginação ou a ficção, pois o objeto X impede a síntese ou a síntese é disjuntiva). Como já dissemos em outro momento, esse plano real, como [não-]sentido, só pode ser sentido. Nesse contexto, consideramos importante delinearmos uma relação da imaginação, da intuição e do instinto.

Pensamos que essa relação tem um estatuto diferente da tradição da filosofia neoplatônica ou kantiana, assim como o pensamento também é de outra ordem. A imaginação, como entendemos, na relação com os afectos e perceptos (do empirismo transcendental), é difusa, instável, atravessada e suscetível aos afetos; por isso é uma imaginação-intuição criadora mais que reproduutora das imagens perceptivas do sensível “concreto”. Trata-se aqui de uma imagem intensiva, rizomática em sua iminência caótica, e como é aberta e suscetível aos afetos, não é de ordem subjetiva, mas assubjetiva e impessoal, ao invés de tornar uma imagem reflexiva. Essa imagem “irreflexiva” diz respeito ao figural, relação que vamos abordar em momento próprio.

Antes de voltar ao conceito de acontecimento e ao plano de imanência do Real, faremos uma pequena digressão para apontar para um tipo de teoria do real que perpassa a filosofia e que já aponta para algo que não se reduz ao discurso. Nessa digressão poderemos ver a diferença da proposta de Deleuze sobre o real nas suas teorizações, assim como poderemos apontar, do que se trata esse real, assim como a matéria e o funcionamento que o constituem. É interessante

notar também as imbricações Kantianas e Humeanas nessa concepção de real, mais ou menos como se segue.

Nos escritos pré-críticos, Kant define, através da matemática euclidiana e da física newtoniana, um campo “real”, real dos fatos, não discursivo e que não funcionava segundo o princípio da não contradição. Nessa concepção, Kant descobre o que vai além do meramente conceitual, isto é, a irredutibilidade de uma orientação no espaço. Nesse sentido, para Kant, no campo espacial não orientado (espaço topológico), como na fita de moebius³⁰, e nas relações entre as partes nesse campo, não há redutibilidade ao conceito, à lógica discursiva. A relação aqui seria intuitiva. Essa seria a lógica do “real” em Kant. Entretanto, Kant vai precisar racionalizar o campo a partir das estruturas judicativas das categorias.

Em Hume, Deleuze descobre que, para as ideias, também podem haver relações que são exteriores a seus elementos, relações que não se subsumem ao conceito no sentido discursivo. Sendo assim, parece haver, em Kant e Hume, diferenças que não poderiam ser apagadas ou “discursivizadas” e são esses elementos que interessam para Deleuze e nos interessam nessa pesquisa. Vemos ai que a questão do real, o que é, como é, do que se trata, atravessa a filosofia e se apresenta com várias respostas conforme os diferentes filósofos.

Voltando a tangenciar o conceito de acontecimento irredutível ao discursivo, estamos vendo que tal acontecimento não se refere a coisas ou estados de coisas, mas efeitos. Os acontecimentos não são agentes ou pacientes, estão em devir, segundo o tempo-Aíón que divide, ao infinito, passado e futuro, sempre se esquivando do presente (DELEUZE, 2009, p. 5).

Estamos vendo também que, tratar de Acontecimento, é remeter à questão do sentido, pois a relação entre Acontecimento e linguagem ou mesmo uma possibilidade de linguagem, se baseia no [não-]sentido. Na lógica do sentido, o sentido corresponde à quarta dimensão da proposição e é essa dimensão que interessa quando se fala da proposição.

Interessante notar que, na seção anterior, apontamos, como um quarto elemento, o Terceiro elemento no três, se sobressaia além do real, do imaginário e do simbólico. Aqui vemos um quarto elemento também sendo colocado em pauta para além da significação, da manifestação e da designação.

Em relação a essas três dimensões da proposição, a primeira é a designação, que é a relação da proposição com os estados de coisas exteriores; a segunda, a manifestação, é a

³⁰ August Ferdinand Möbius (1790-1868), matemático e astrônomo alemão, criou teorizações a respeito do espaço, pensando este a partir do que ficou conhecido como fita de Möbius. Kant teria “previsto” esse espaço dez anos antes.

relação da proposição ao sujeito, a um ‘Eu’ que fala; e a terceira, a significação, é a relação da proposição com conceitos universais ou gerais (DELEUZE, 2009). O sentido, como quarto elemento, viria quebrar o círculo vicioso que é a própria circularidade das três dimensões.

Nesse contexto, vê-se que o sentido não pode ser localizado em nenhuma das três dimensões: ele não é a condição para que uma proposição seja verdadeira ou falsa (papel da designação), nem se refere a um sujeito-eu que fala (papel da manifestação) e nem é a condição de verdade (papel da significação). Não obstante, o sentido, como alguma coisa de incondicionado, é a condição das outras dimensões. Deleuze (2009, p. 182) diz que:

O sentido expresso como acontecimento é de uma outra natureza [diferente da manifestação, significação e designação], ele que emana do [não-]sentido como da instância paradoxal [objeto X] sempre deslocada, do centro excêntrico descentrado, puro signo cuja coerência exclui [...] a coerência do eu, a do mundo e a de Deus.

O Sentido é o acontecimento, o expresso da proposição, um incorporal na superfície das coisas e que insiste na proposição. O sentido é a fronteira entre as proposições e as coisas; o expresso da proposição e o atributo do estado de coisas, mas não se confunde nem com um nem com o outro. Deleuze (2009) diz que não se deve perguntar qual o sentido do acontecimento, pois o acontecimento é o próprio sentido. O sentido coaduna com a concepção da linguagem relacionada ao Acontecimento, no qual há o expresso das transformações incorpóreas das misturas de corpos numa dada sociedade, num dado dispositivo ou agenciamento. Deve-se distinguir as ações e paixões que afetam esses corpos, e os atos, que são apenas seus atributos não corpóreos, ou que são o expresso de um enunciado.

Isto posto, vemos que a lógica do sentido é empirista, mas um empirismo [transcendental] que sabe, segundo o autor, ultrapassar as dimensões experimentais do visível sem se elevar às Ideias platônicas ou às metafísicas tradicionais, ou invocar fantasmas no limite de uma experiência alongada ou desdoblada (DELEUZE, 2009). Por isso, a “Razão” dos moldes neoplatônicos é deslocada de seu lugar, de seu centro, perde seu poder de transcendência, de alturas e de julgamento, torna-se uma ficção possível, entre outras, e não mais o modelo, a norma. A razão passa a ser vista como um entre outros modos de tecer relações. O problema não é que se faça ficções, o problema é tomar uma ficção como modelo de racionalidade e universalidade. Uma verdade, nessa concepção que abordamos, não é entendida segundo a racionalidade que separa o que é verdade e o que é o falso; que separa e hierarquiza o *nous*, o intelecto e os afetos. O que é verdade está relacionado com a potência do falso, com o simulacro,

com a imagem e com a aparência, e essa aparência não é um aspecto negativo da verdade, mas é inexorável, não se torna necessário vencê-la, nem lutar contra ela.

Nas séries de paradoxos da lógica dos sentidos apresentadas no livro, vê-se que o sentido é produzido pelo [não-]sentido: “o não-senso é ao mesmo tempo o que não tem sentido, o sem sentido, mas que, como tal, opõe-se à ausência de sentido, operando a doação de sentido. E é isso que é preciso entender por *nonsense*” (DELEUZE, 2009, p. 74).

Para Deleuze (2009, p. 107), “O sentido tem por estatuto o problemático: as singularidades se distribuem em um campo propriamente problemático e advêm neste campo como acontecimentos topológicos aos quais não está ligada nenhuma direção.”.

O sentido, como o filósofo coloca, provém do [não-]sentido, mas um não substitui o outro, eles não se opõem e não se negam. Sentido e não-sentido são co-presentes. Sentido é um elemento paradoxal, ao mesmo tempo pertencente às palavras e às coisas; às proposições e aos corpos; é a fronteira entre a linguagem e o corpo ao mesmo tempo que os articula, mas não se reduz a eles.

Nesse contexto, corpo e linguagem são (in)separáveis, profundidade e superfície, “unidos” e separados pelo sentido, que é um ‘entre’ ou um ‘meio’. O sentido é uma região fronteiriça ou uma superfície povoada de devires-acontecimentos-singularidades que se desprenderam dos corpos (pelos encontros, paixões e ações), se metamorfosem em coisas ou objetos e em sentidos. Esse é o sentido-acontecimento que, como paradoxal que é, articula em sua topologia, pela diferença, as linguagens e os corpos, os separa e também os limita. Essas são as conjunções e as disjunções do sentido.

Além disso, seria preciso destacar que o sentido não provém de uma consciência intencional, de um sujeito que doaria sentidos (manifestação), mas é produzido no e pelo não-sentido do plano de imanência, real, inconsciente, pré-individual, assubjetivo e impessoal. Por isso, diz-se que, nessa concepção, o acontecimento é que dá à linguagem a condição de possuir [não-]sentido e a possibilidade de se poder falar de um plano impessoal da linguagem (NASCIMENTO, 2007).

De um modo mais amplo, estamos, por assim dizer, entre as palavras e as coisas. As palavras são inseparáveis das coisas, mas não quer dizer que se fecham num significado, numa referência, designação, significação ou que estejam em função de um sujeito, pois o sentido, que é fronteira entre as palavras e as coisas, é o que as separa ao mesmo tempo que os junta em disjunção, num processo de diferenciação.

Não basta apenas voltar-se às palavras, ou ao discursivo, ao simbólico ou à representação segundo os quais seríamos capazes de obter conhecimento, de nos fazer elevar acima dos

objetos supostamente concretos ou das coisas, separando-nos delas, simbolizando ou representando de alguma forma o mundo, os corpos, o não-discursivo, as coisas e os estados de coisas; não bastam as representações discursivas que prescindiriam das coisas, resguardando a superioridade da linguagem-discurso como processo de abstração, numa [ainda] suposta necessidade de separação e/ou negação do mundo e da natureza; também só os corpos não bastam se se supõem que eles estão dados e definidos por seus órgãos e funções, imaginariamente, exatas e determinadas, ou mesmo que os corpos sejam fontes de erros por serem suscetíveis às paixões e à variação.

A experiência, os processos de subjetivação, a produção de sentidos não se reduzem à linguagem, à língua, à significação ou aos corpos; nem é uma experiência restrita ao que consideramos discursivo ou ao não-discursivo; ou reduzida aos sentidos, num entendimento do senso comum ou do bom senso; mas, a experiência ou, como queremos dizer, a experimentação, está em função do sentido-acontecimento-devir paradoxal. A experimentação forja e é forjada num embate entre a linguagem, corpos e [não-]sentidos. Um embate em que, cada qual, sentidos, linguagem e corpo, são levados aos seus limites.

É essa experiência que parece se passar nos encontros com Paulo. Os modos que ele toma e é tomado pela linguagem parecem exprimir o embate entre os sentidos, a linguagem e o corpo. Quando se trata de bancar a produção de subjetividade ou os processos de subjetivação, não se pode apenas reduzir a questão da linguagem a erros ou a problemas de linguagem; muito menos reduzir à significação, designação ou manifestação. É preciso levar em conta a experiência do afetar e ser afetado, os sentidos, a ética, a estética e a política de afirmação da diferença dos modos de vida, de pensar e de sentir.

Dessa perspectiva, a experiência “humana” é a experiência da multiplicidade e diversidade de encontros; dos [não-]sentidos, do afetar e do ser afetado; é uma experiência do não-saber. A experiência se constitui numa mutação subjetiva e não-discursiva que tem mais a ver com um processo do que com conhecimento, comunicação ou informação.

Desse modo, a experiência é uma afirmação existencial e uma apreensão de si, do outro e do mundo-território que se co-empreendem. É também uma experiência de diferimento que pode levar a figura do homem ou qualquer figura estável para além de seus limites, para aquilo que está fora do homem enquanto protótipo ou modelo do humanismo. De outro modo, poderíamos dizer que é uma experiência do inumano e não a uma experiência humana, com a condição de entender que nesse aspecto, o inumano constitui uma crítica ao que é considerado como humanismo a partir da ideia de homem dado como modelo privilegiado pelo renascimento e idealizada pela ciência-religião, ideia essa que está sendo deslocada aqui.

Discutir sobre esse “além do humanismo” não é tema da pesquisa, mas podemos dizer que uma das características, entre tantas outras, desse humanismo, herança do renascimento, consiste em considerar a razão uma ferramenta essencial ou a principal ferramenta para as conquistas humanas individuais nos campos do saber e da ciência, o que levaria o homem a um progresso constante. O ser humano, nessa perspectiva, seria um sujeito individualizado e consciente de si, da cultura, da sociedade, dos seus saberes, fazeres e dizeres.

Na perspectiva que liga humanismo, razão, saber e progresso, a relação entre razão e linguagem nos interessa por que mostra, de forma geral, que a língua e/ou a linguagem estaria a serviço da razão, ou de uma certa racionalidade, de certa cultura que funciona em termos de valoração, julgamento, hierarquizações. Nessa perspectiva, há a valorização de uma língua ou linguagem homogênea, em função da qual os outros modos seriam julgados como inconsistentes, inviáveis ou insatisfatórios, ou simplesmente, desprivilegiados.

Essa homogeneização e valoração estão sendo questionadas aqui, principalmente quando colocamos como constituição primordial da linguagem, os afetos, o acontecimento, a intuição, mas principalmente quando colocamos a importância dos modos singulares ou “usos” da linguagem nos encontros com Paulo.

As implicações e articulações com os afetos, a intuição e a linguagem em seu deslocamento, serão mostradas na sequência da tese, embaladas por uma questão que se tornou importante para o AT: como Paulo lida com a linguagem de modo a constituir um “uso” ou funcionamento singular? Como ele se relaciona ou se relacionava com a linguagem? como ele en-tendia e co-empreendia-se com transformações e mudanças pelas quais era afetado? Como isso pode ser relacionado com a experimentação proposta no AT? Uma vez que estamos tentando pensar outros modos além da racionalização e intelectualização, essas questões nos levam a pensar a relação entre a lógica do sentido e a intuição, como será visto a seguir, ainda que brevemente.

1.3.3. A lógica do sentido, a intuição e a relação de forças

Pensamos que a intuição pode ser considerada, neste trabalho, em função das questões apresentadas acima e também como um modo de se haver com a reversão do estruturalismo e platonismo, com a lógica do sentido, ou ainda, como um modo de articular com o plano do real (condição da experimentação), e com o sujeito disperso, pois, como já foi apresentado, a intuição lida com as relações de mudança, com os deslocamentos, com o movimento, e com as forças como diferença. A intuição serve-nos para subsidiar a aposta de que, nos encontros com

Paulo, as coisas, as palavras, os territórios não estão ou não são estáveis, habituais ou cristalizados como poderia parecer.

A intuição surge, então, em nossa conceitualização para tematizar um modo de relação de Paulo com a linguagem e também para tematizar um aspecto da metodologia, isto é, para tematizarmos a deriva, como mostramos quando apresentamos a cartografia como método. Nos dois casos, pensamos a intuição como constituinte de uma pragmática relacionada à lógica do sentido.

Em se tratando do [não-] sentido e de sujeito em deslocamento em função de acontecimentos, perguntamos como entender a relação da intuição com a cartografia e com o modo de linguagem de Paulo? Reforçamos que estamos tentando deslocar-nos da hegemonia da razão ou de uma racionalidade que desconsidera os diferentes modos de existência ou que os reduz à uma visão a partir da patologia, das disfunções, dos distúrbios. Deslocar não quer dizer que não existam. Elas estão aí e tem os seus efeitos.

A preocupação é também, ao mesmo tempo, não reduzir a composição que estamos fazendo a algo que seria o inverso da razão ou da racionalidade e partir para o um tipo de “intuicionismo” vulgar.

Consideramos que apresentar o conceito de intuição, tendo em vista o método, nos dirá do modo como se pode entender a relação entre Paulo e a linguagem, pois, tanto a cartografia como método, quanto a relação com a linguagem estão relacionados à experimentação articulada com o real, como estamos delineando na tese. Claro que o modo como Paulo lida com a linguagem e o modo como compomos a cartografia são diferentes, mas esses modos se imbricam e se implicam nos encontros no AT, constituindo os embates de força nos encontros da clínica. Além disso, como também já dissemos, a cartografia é um modo de prescindir da neutralidade na pesquisa ou na clínica, de modo que a cartografia ou a experimentação são marcadas pela implicação que se dá nos encontros. A seguir mostraremos a intuição em relação ao método, o que pode ser posto como se segue.

De inicio, encontramos em Heuser (2010) que a intuição surge como uma “faculdade” ou uma força-relação que nasce de uma necessidade surgida na experimentação, no encontro. A intuição nasce de um conflito, pois as “faculdades”, ou forças-relações não se encontram prontas desde sempre, como podemos encontrar na filosofia kantiana. Por essa afirmação, pensamos que a intuição surge nas tensões dos (des)encontros com Paulo, implicada em visões e audições, ou melhor, a intuição emerge diante da impermanência das palavras e das coisas, da impermanência das imagens produzidas, dos encontros dos corpos e das suas composições.

A impermanência caracteriza o campo dos conflitos e dos embates intensivos em que a intuição desses embates se dá.

Como conceito da filosofia, a intuição aparece como um problema para muitos filósofos, de modo que, cada qual trata o assunto de maneira diversa. Mas para aqueles para os quais a razão é o centro ou a altura-ideal para onde deve se dirigir o pensamento, ela, a intuição, tem o seu papel relegado a um plano inferior, pois nesses contextos racionalizados, a intuição deve ser superada para dar lugar à razão, pois ela (a intuição) seria fonte de erro, pois é imediata, lida com a múltiplo da sensibilidade ou relaciona-se apenas com sínteses imaginárias. Então, embora a intuição tenha o seu papel, o modo de correção ou regulação é do domínio da razão, ou, dito de outro modo, a razão é o domínio da correção e regulação, inclusive da intuição.

De modo geral, os procedimentos de conhecimento no domínio da razão tendem a conceber um sujeito afastado daquilo que pode conhecer, ou até mesmo junto do objeto, mas “depurado” dele. Nesse sentido, constrói-se um modo operacional metodológico tal que se tenha a separação do sujeito e das condições de discernimento dos elementos, dos “objetos” de conhecimento, para que não haja misturas e confusões entre um e outro.

Nessa perspectiva, tenta-se dar aos sujeitos os meios de afastar e discernir o que é da realidade concreta, e também separar o que é da linguagem, o que é dos afetos, o que é do inconsciente. Esses modos de separação e discernimento, distanciamento e mediação, seriam dados pela capacidade de simbolização, segundo a qual tudo deve passar pela linguagem, ser simbolizado, a fim de receber o caráter social ou cultural, para tornar-se comum e para se constituir discurso (PINTO; MARQUES; 2009).

Entretanto, é esse modo de operação que faz perder o saber-fazer com os afetos em nome de um conhecimento-representação que, ao invés de ampliar as possibilidades de pontos de vista, coloca um ponto de vista de um conhecimento linguageiro-racionalizante sob o qual os demais pontos de vista serão julgados e interpretados segundo certa universalidade discursiva ou simbólica. Este ponto de vista não é mais que um critério de seleção e julgamento daquilo que pode ser conhecido ou dito, de como pode ser conhecido, de como não se pode conhecer, de como se pode dizer ou não dizer algo; enfim, é a tradicional eleição de um modelo e de regras para os pretendentes ao modelo; é, por isso, uma operação (neo)platonista.

Podemos ver que o conhecimento, por esta perspectiva de separação e discernimento não consegue ou não se propõe a acompanhar a disparidade da realidade, o fluxo do real dos afetos-inconscientes, pois esse tipo de conhecimento tende a buscar um equilíbrio, mediar tais fluxos, estabilizar sentidos, submeter a diferença ao conceito ou ao simbólico.

Nesse sentido, esse modo de conhecimento projeta uma realidade mais ou menos fixada, padronizada, seja na “idealidade languageira” por si mesma, no discurso ou representações, ou mesmo fixada na “realidade” objetivada e concreta por si mesma. Essa separação entre uma (ou entre um sistema) língua abstrata e entre “realidade” objetivada-concreta nos faz perder a relação com a “realidade das coisas” em função de uma relação simbólica que seria privilegiada (PINTO; MARQUES; 2009).

Perde-se assim a experimentação em favor de um movimento de ascetismo que pressupõe uma necessidade de se afastar das “coisas concretas e objetivadas do mundo”, dos objetos ou dos corpos para poder conhecer-representar-simbolizar. Nesse aspecto, representar-conhecer-simbolizar são modalidades de ascetismo.

Entretanto, há outro modo de conhecimento: o desafio da proximidade com a “realidade” supostamente concreta e objetivada, assim como a proximidade com o fluxo dos afetos e do inconsciente. Esta proximidade é o que nos torna parte dessa realidade ao mesmo tempo estranha (ou de “estranhidade”) e (de) exterior(ioridade), colocando-nos o desafio de construir nossos artifícios, compor territórios ou agenciamentos, não negando tal “realidade concreta”, organizada e representada, mas tomando-a como agenciamento (e já em um agenciamento), num movimento de aproximação e estranhamento, de basculamento e de circulação de afetos. Tal “realidade” supostamente objetivada ou organizada, embora tenhamos de nos haver com ela, permanece, de certo modo, sempre estranha, pois, proximidade não quer dizer coincidência ou identidade (PINTO; MARQUES; 2009).

Dizendo de outro modo, a “realidade concreta”, organizadas, a “realidade languageira”, os afetos ou o inconsciente não se reduzem ou se anulam uns em relação aos outros, como num processo imaginário de identificação ou ascetismo, mas estas “realidades” ou dimensões perfazem uma totalidade sempre aberta, justamente em função daquilo que é irredutível entre elas, isto é, em função da circulação do objeto X, do [não-]sentido.

É a capacidade de estranhar as coisas e os estados de coisas, a “realidade” organizadas, ou objetos concretos que nos dá pistas de que há algo mais (ou talvez algo “a menos”); algo irredutível a essa “realidade” e a seus objetos; algo que está além e aquém de nossas percepções e sensações, mas essa afetação não se constitui por uma negação da realidade do mundo, das coisas ou do que chamamos de “objetos concretos”. Essa capacidade de estranhar é o poder que o corpo tem de ser afetado e de afetar. Capacidade de estranhar refere-se, assim, à um vontade de potência.

O desafio na proximidade é não se deixar cair num “empirismo” objetivado/dado e radical que nos levaria à identidade plena com, digamos assim, o mundo concreto objetivado ou

organizado; ou cair em sua contrapartida, isto é, ceder à idealidade lógica, sob uma representação simbólica-linguageira ou Idealista que, se não remete à realidade concreta, remete-se a uma “realidade” simbólica, ou seja, a um sistema de signos lingüídeo-abstrato suficiente por si mesmo e em si mesmo.

Ainda nessa problematização, sob o ponto de vista de que haveria um esquema representativo, simbólico e, de certo modo, estabilizado, é necessário que o tempo seja considerado cronologicamente, de modo que os momentos se sucedam, se possa justapô-los e determiná-los como participantes de um todo; assim como também é necessário, nesse esquema, que as representações ou os conceitos estabilizem a variação, os fluxos e a diferença. Desse mesmo modo, entende-se que ela (a diferença) pode fazer parte de um todo representado ou conceituado. Daí, pela colmatação da diferença, é que conseguiríamos fazer determinações e previsibilidades.

Estabilizar, determinar e prever são os modos de privilegiar o Ser, as essências ou as estruturas em detrimento do devir e é também uma maneira de colmatar o acontecimento em sua irrupção, e reduzir a circulação do [não-]sentido nos agenciamentos, tornando ou tomando os territórios como cristalizados ou hierarquizados. O arsenal simbólico-representativo assegura-nos a separação, abstração, representação ou a simbolização e a estabilidade.

Todavia, do ponto de vista de que há uma relação intensiva de afetar e de ser afetado, considerando que há um fluxo indeterminado de matéria, o plano de imanência, então há outros elementos em jogo, outros modos de individuação, outros modos de agir, pensar ou sentir, pois as relações intensivas de força, em função dos seus fluxos imanentes, são prenhes de devir e de diferença. Dito de outro modo, se o objeto é considerado dado, se o território é considerado organizado faço um uso utilitarista, mas se consideramos o agenciamento, os territórios e seu processo de desterritorialização, os modos de agir, pensar e agir podem ser outros. Mais à frente, vamos ver como esses “outros” podem ser vistos em relação à presença de Outrem.

Para entendermos a perspectiva da relação entre afetos, fluxos e relações de força, em primeiro lugar é necessário dizer que estamos sempre agenciados, segundo as relações que nos compõem e nos decompõem, segundo as relações de afetar e ser afetado, segundo um território mais ou menos (des)territorializado. Já temos ou estamos agenciados em determinados modos de viver, sentir, pensar e agir, que tentam resguardar mais, às vezes menos, a estabilização e cristalização dos territórios.

É o que vemos no AT apresentado. Paulo está agenciado em um território, sob os cuidados dos familiares. Dizer que ele está “sob” também diz de sua condição de não-emancipado, juridicamente falando. Este território parece garantir algum tipo de estabilidade através do

estabelecimento de rotinas que proconizam um certo hábito, através de repetições de palavras e práticas. Entretanto, a estabilidade, o hábito das práticas, das rotinas e a repetição das palavras não garantem a sua estabilidade.

Em segundo lugar, é necessário dizer que, tendo em vista a relação imanente entre causa e efeito, como já expusemos na reversão do platonismo e do estruturalismo, só podemos ter certo conhecimento daquilo que nos afeta num processo de diferenciação, de modo que é necessário se haver com o fato de que o que nos afeta não é dado a conhecer objetivamente ou conceitualmente. Isto é, os objetos, a estabilização dos sentidos que, necessariamente ou utilitariamente vemos, e temos conhecimento, não condiz com a relação imante causa-efeito. Isso quer dizer que há, de certo modo, seja por qual processo for, o “concreto” e o “objetivo”, mas eles não estão estabilizados, mas respondem às relações ou aos agenciamentos nos quais se encontram ou nos quais nos encontramos e que possibilitam certa abertura à diferença ou não.

Tendo dito isto, voltando agora à intuição, em relação ao exposto acima, podemos dizer que a intuição criadora que pode ser encontrada em Deleuze-Bergson coloca em pauta um “saber imediato” que lida com a proximidade, com a vertigem, com o suposto “concreto-objetivado”, com os fluxos dos afetos e com sua instabilidade. Por isso, por sua “immediaticidade” com os fluxos imediatos, tal modo de conhecimento “intuitivo” não se propõe a simbolizar ou universalizar, ele não pertence à linguagem como simbólico.

Como já foi dito anteriormente, o simbólico seria o responsável por separar e diferenciar o real e o imaginário e assim dar condições para o conhecimento. Mas esse modo de conhecimento aqui relacionado à intuição, banca e aposta, sob algum risco, da aproximação com os fluxos, com os afectos e os perceptos. Portanto, banca-se com a impossibilidade de que, na relação com o outro, os objetos se reduzam a sua pretensa concretude ou que haja um modo incontornável de hierarquizá-los, de uma vez por todas, em simbólico, imaginário ou real.

A aposta de que algo diferente possa acontecer, como um tipo de “conhecimento intuitivo” está relacionado aos corpos e seus encontros, constitui um conhecimento inconsciente, um tipo de saber e de fazer, um modo de relação que não pretende simbolizar ou representar, se afastar do mundo suposto concreto ou considera-lo como concreto. Nesse meio, a intuição é como uma vertigem diante dos fluxos irredutíveis que perpassam os corpos e que são, também, irredutíveis às coisas e aos estados de coisas.

A intuição, como estamos tematizando para esse AT, nos modos de Paulo se relacionar, constitui-se com o “plano do real e imanente” das relações, o plano dos afetos, do afetar e ser afetado; constitui-se com o diverso e o disperso do sujeito, com os movimentos e

deslocamentos, com posições e variações. A intuição constitui-se, assim, na sensibilidade e pela sensibilidade dos fluxos dos afectos e perceptos, pelo afetar e pelo ser afetado. A intuição pertence ao campo dos sentidos, segundo a lógica dos sentidos, e não pertence ou está em função da razão. A intuição não é uma faculdade mental do domínio da razão ou do intelecto.

A intuição criadora, a intuição-*invenire*, co-empreende-se no devir-acontecimento, com aquilo que escapa em fuga-movimento mais do que com a “realidade” sensível segundo as percepções, ou a “realidade” das representações ou simbolização. Em se tratando do co-empreender-se e do en-tender-se, a intuição tematiza a tensão “entre” a vertigem do acontecimento, a vertigem do estar entre, a vertigem de ser afetado, a vertigem da passagem ou da transversalização do plano de experimentação-imanência.

Afetando-se e sendo afetado, a instabilidade, a imprevisibilidade e a indeterminação entram em jogo pelo excesso de sentido e pelo [não-]sentido, segundo o virtual e o atual; entram em jogo pelo tempo do devir com seus diferentes ritmos de atualização, o par virtual-atual que coloca em jogo a instabilidade das formas e coloca em jogo o campo do problemático.

Como pensamos essa relação “intuitiva” com o tempo do acontecimento, a demanda desse tempo-duração está em função de uma lógica dos sentidos. Sendo assim, não há imediaticidade remetida a ausência de intermediário ou de mediação. O Aion, esse tempo lógico do Acontecimento é o da “mediação-instantânea”, o (i)mediato de um tempo lógico (talvez nem sincrônico, nem diacrônico, mas assíncrono). A “[i]mediação” é um meio, um entre, como um corte, uma disjunção, com todas as implicações que já colocamos aqui para falar do Aion: corte, disjunção, o próprio fluxo de afetos-de sentido-de tempo; ele é o presente delgado, uma fímbria-traço-borda de presente, uma franja de presente e um lençol de passado.

1.3.4. Os signos e o sentido

Para ampliar o en-tendimento entre a intuição e aquilo que escapa ao sentido, ainda vamos recorrer à concepção do sentido em Deleuze, além da concepção que já foi apresentada, fazendo agora referência, mais uma vez, ao filósofo de vias deleuzeanas chamado de Zourabichvili (2016).

Esse filósofo remete à questão dos signos de um modo que nos interessa e que já expomos aqui. Ele diz que o sentido não é adequação a uma realidade supostamente concreta, objetiva ou discursiva; assim como a verdade também não é adequação e nem propriedade de uma proposição. O que se coloca, que está também em função do que estamos apresentamos neste

trabalho, é que não há sentido em si e por si, mas este está dependente de uma relação de forças, da emergência da relação de forças no agenciamento e como agenciamento.

Como o sentido está implicado por relações de força e surge numa relação de forças de afetar (forças ativas) e ser afetado (forças passivas), num processo de diferimento-diferença, o estatuto da ‘coisa’ é ser signo, ou seja, ela, a “coisa”, remete a algo que é diferente de si mesma. Grosso modo, no agenciamento, o signo é a relação em que uma coisa produz outra coisa diferente. A pergunta é: como alguma coisa pode remeter a outra coisa diferente dela?

O sentido, como efeito do [não-]sentido, remete à força que a coisa manifesta ou exprime em suas relações de força e como relações de força de modo que, o que aparece, aparece numa relação de forças. Nesse contexto, pensar o sentido para além do bom senso e do senso comum é recusar aquilo que aparece como se formasse um mundo objetivado e colocar em cena signos ambíguos e pontos aleatórios. Isto é, o conteúdo explícito da coisa (ou do “concreto-objetivado”) que pensamos como “objetivado” não diz nada sobre seu sentido e nem o sentido diz do conteúdo explícito da coisa. Isso não significa, como já dissemos, que se deva desprezar a “realidade concreta” ou seus “objetos”, nem mesmo desprezar o que é do campo da política, do social, da economia ou do cotidiano, como se esses apenas tratassesem de conteúdos ou objetos dados, determinados em sua objetividade política, social, econômica ou cotidiana (ZOURABICHVILI, 2016).

O que se deve compreender quando se leva em conta os objetos é que se deve considerá-los nas suas relações de forças, como visibilidades e dizibilidades, visões e audições, fluxos de conteúdos e expressões, isto é, como elementos de agenciamentos-territórios que lhes dão dizibilidade e visibilidades, segundo as relações de sentidos e a maior ou menor circulação do [não-]sentido. É necessário levar em conta os agenciamentos e seus elementos heterogêneos, segundo os modos como se trata a afetação, segundo os signos-efeitos, lembrando que o signo não representa, mas traça uma diferença como relação; o signo-sentido faz um corte, afirma uma diferença e não um conteúdo explícito. Dizendo de outro modo, é preciso considerar, em relação ao conteúdo e à expressão, os seus agenciamentos-territorialidades.

Nesta concepção, se separarmos aquilo que aparece, os “objetos”, da sua gênese signo-sentido-relação-agenciamento, só veremos ou reduziremos os objetos a fenômenos, tal como se apresentam com seus significados e sentidos segundo o bom senso e senso comum. Isto é, um mundo objetivado, acabado ou formado, um dado atualizado da experiência. Isso, por sua vez, também mostra um modo de ver, de pensar, de afetar e ser afetado, mas um modo colmatado em relação ao virtual, aos acontecimentos-sentidos-fluxos e às suas relações de força. É essa concepção de sentidos, de fluxos e de relações de forças que separa Deleuze-Guattari (e

Foucault) da fenomenologia. De outro modo, a primazia é da relação de forças e não do fenômeno.

Nessa argumentação, Zourabichvili (2016) diz que o pensamento só é exercido segundo o signo, signo-sentido do encontro que força o pensamento, e não segundo a extração ou abstração de um conteúdo explícito. E nesse sentido se diz que é a partir do encontro com os signos ambíguos, paradoxais ou pontos aleatórios que somos forçados a pensar. Veremos mais sobre isso quando tratarmos especificamente dos signos em Proust e a experiência de desobramento.

Nestes arranjos entre signo e sentido, em que propomos o conceito de intuição, temos mais que representações de objetos, pois a intuição não trabalha a serviço das representações ou dos conceitos, nem a favor de alguma síntese ou juízos de conhecimento de uma pretensa unidade ou do universal. Com a intuição, trata-se de “apreender” (capturar, apanhar, pegar) somente signos-relações, segundo posições variadas e variáveis de seus movimentos. Pode-se dizer que a intuição só pode dar, por exemplo, a relação entre ‘objeto’ e ‘sujeito’, nunca um ou o outro.

De outro modo, a intuição constitui-se em um “jogo entre”. De maneira geral, poderíamos dizer que há um “jogo entre” na relação do imaginário com o real; do virtual com o atual; das palavras com as coisas; da superfície com a profundidade; dos fluxos de conteúdo com os fluxos de expressão (ZOURABICHVILI, 2016). A intuição está em função desse jogo, dessa relação “entre” e não entre os elementos considerados como formados, por isso também a intuição não é empírica, todavia é empírica no sentido do empirismo transcendental de Deleuze e Guattari. Ela constitui a experimentação articulada com o Real. Desse Real e das suas relações diferenciais só temos a vertigem, o estranhamento do seu (des)encontro.

Podemos dizer, então, que a intuição, em se tratando de Paulo e da deriva-cartográfica dos encontros, não determina, não é via de determinação, a não ser que um modo de agenciamento leve a isso. A intuição entra em jogo ou coloca para os encontros o jogo “entre” o pensamento, linguagem, corpo e inconsciente, o impensável (oposições sem dialética) em que temos o pensamento, ou melhor, podemos pensar o impensável no pensamento, isto é, um pensamento inconsciente que escapa do imperialismo da língua, da significação, do simbólico e da representação. No AT, as atividades, os passeios, as “conversas” e os “diálogos” também são colocados nesse jogo, isto é, eles não estão, necessariamente, colocados como objetividades, como determinações, mas colocados em deriva e como deriva.

Nesse contexto, a intuição constitui-se mais com um modo de saber-fazer do que em um conhecimento intelectualizado. A intuição constitui-se com um ou em um saber que lida com a

experimentação e que ela própria é experimentação, como uma vertigem diante daquilo que nos estranha. A intuição lida com a primazia do informe, do afetar e do ser afetado, dos movimentos de repouso, velocidade e lentidão dos corpos. Nessa articulação, podemos falar, em relação aos modos de Paulo “usar” a linguagem, de uma linguagem intuitiva como experimentação de uma variação dos corpos e territórios em sua experimentação-derivada.

Para ampliarmos o entendimento a respeito dessas relações entre afetação, variação e a linguagem, apresentaremos, na próxima seção, a crítica que Deleuze e Guattari faz, em *Mil Platos*, a algumas concepções da Linguística. Essa crítica torna-se importante pois ela nos mostra que a Linguística estrutural ou formal, ao se propor como uma ciência, deixa ver que a língua, - e em outros termos, a linguagem ou o discurso -, se apresenta como palco de conhecimento, de representação e de simbolização em função de uma certa racionalidade, que inaugurarria as relações humanas, culturais e simbólicas, separando o homem da natureza, “colocando” o homem no “social”, na civilidade, nas relações sociais com seus códigos e organização, condicionando a experiência de vida humana à linguagem em seu aspecto de significação ou simbolização.

De antemão, pensamos que, sob esse aspecto de ciência e racionalidade, não se estaria levando em conta os vários modos de expressão, nem um certo desarrazoado da linguagem e suas incongruências com o par simbólico-representação, além de não se levar em conta aquilo que é irredutível à língua-linguagem, a saber, os afetos, a variação, os corpos, enfim, a experimentação. Ao trazermos tais elementos para falar da linguagem, no percurso da tese, mostrado através de territórios-cartografias-encontros-experimentações-transversalidades, estamos traçando e compondo pistas de uma língua-linguagem que teria sido posta à margem da razão ou de uma racionalidade vigilante, herdeira do platonismo.

Mostraremos na crítica à linguística, como o conceito de agenciamento, em seu lado maquínico dos corpos e seu lado agenciamento coletivo de enunciação compõe-se e constitui-se com a reversão do platonismo e estruturalismo, com a lógica do sentido, o sujeito disperso, o objeto X, o acontecimento [não-]sentido, o que nos dá condição para entender, no percurso teórico, o estatuto da linguagem como experimentação e estatuto dos corpos afetados em sua vontade de potência.

Torna-se importante mostrar essa articulação para co-empreendermos os modos de funcionamento da linguagem de Paulo em função dos agenciamentos no AT, em função dos quais a intervenção e a interpelação dos territórios se constitui em diferentes modos de experimentação.

1.3.5. Da crítica aos postulados da linguística ao agenciamento coletivo de enunciação: uma concepção de pragmática existencial dos agenciamentos

Neste capítulo, acompanharemos, a partir do livro *Mil platôs* 2 (edição brasileira), Deleuze e Guattari (1995b) abordarem alguns postulados da línguística e alguns autores dos estudos linguísticos ou do discurso para comporem, ao seu modo, uma concepção de pragmática dos agenciamentos de enunciação para além da línguística, isto é, segundo os agenciamentos. Nessa teoria, o que se destaca para nós é que Deleuze e Guattari se aproximam e articulam o conceito de enunciação a partir de autores como Ducrot, Bakhtin e Benveniste para trabalhá-lo ao seu modo. Em nosso entendimento, “trabalhar ao seu modo” significa dizer em relação à reversão do platonismo, do estruturalismo e da repercussão da concepção de inconsciente.

Como vimos inicialmente, a reflexão que Nietzsche traz para a linguagem repercorre no trabalho de Deleuze e Guattari, e comprehende, principalmente, considerar a multiplicidade e as relações de força. Considerar a multiplicidade e as relações de força implica passar pelas reversões do platonismo e do estruturalismo que apresentamos. Implica também, para a reflexão sobre a linguagem, considerar a heterogeneidade e a complexidade nas relações de força inerentes à linguagem.

Considerar a multiplicidade e heterogeneidade parece se opor à separação entre língua e fala, proposta por Saussure na tarefa de definir uma unidade a partir da qual se poderia estudar e constituir a línguística enquanto ciência. Para Saussure, ao separar os elementos heterogêneos e heteróclitos da linguagem, teríamos o signo linguístico – significado/significante - como unidade linguística. Nessa concepção, o sistema de signos linguísticos é adotado como sistema principal e o interpretante dos demais sistemas.

Na concepção de Deleuze e Guattari, será em função da multiplicidade e heterogeneidade que veremos surgir o conceito de agenciamento em seu lado maquínico de corpos e agenciamento coletivo de enunciação. Essa seria a “unidade” complexa quando se trata de abordar a linguagem. Veremos, nesta seção, como a linguagem está implicada por uma concepção da pragmática do conceito de agenciamento de enunciação.

Antes de entrar na composição do conceito de agenciamento, queremos destacar a importância do conceito de enunciação da línguística e mostrar alguns modos como a enunciação pode ser entendida nos estudos linguísticos. Ao destacar a importância da enunciação para a línguística, também poderemos entender a aproximação e o distanciamento da elaboração de Deleuze e Guattari em torno desse conceito, assim como sua importância para a filosofia dos autores. Para esse objetivo, cotejaremos o que alguns pesquisadores, autores e

linguistas relacionados aos estudos sobre a enunciação dizem sobre esse conceito e sobre sua importância.

Segundo Flores e Silva (2011, p. 99)

Os estudos em enunciação se caracterizam pela tentativa de ultrapassar os limites de uma linguística da língua, buscando evidenciar as relações da língua não apenas com o sistema combinatório [como em Saussurre], mas como linguagem em uso assumida por um locutor.

De modo geral, os estudos da enunciação questionam ou rompem com a dicotomia entre língua e fala, e apontam que há na língua categorias que só podem ser entendidas a partir da situação de enunciação. Esses estudos buscam analisar o sentido construído; analisam as marcas da relação entre enunciação e enunciado ou o processo de produção de enunciado com o produto; levam em conta o elemento subjetivo como parte da descrição linguística, ou como alguém passa de locutor a sujeito, passa do não-linguístico a uma instância linguística e se apresenta subjetivamente. De outro modo, é a inserção das questões do sentido e da subjetividade no âmbito dos estudos da linguagem que caracteriza os estudos sobre a enunciação (SILVA; FLORES, 2011).

A enunciação coloca em foco a relação entre a linguagem, a subjetividade ou produção de subjetividade, ou melhor, a enunciação é o mecanismo da relação entre a linguagem e a subjetividade. “O campo enunciativo interessa-se por fatos linguísticos cujas descrições e análises implicam a referência ao ato de produção do enunciado e, por decorrência, à enunciação (AGUSTINI; BERTOLDO, 2011, p.122).

A enunciação coloca em cena para a Linguística, o sentido, o sujeito e/ou a subjetividade e a intersubjetividade, ou seja, o que havia sido, de certo modo, retirado da linguística pelo estruturalismo saussuriano quando este separou a língua e a fala. Considerar a relação entre a fala e a língua é que leva à uma nova concepção para a linguagem como enunciação. Entretanto, não se nega e nem se afirma absolutamente a dicotomia língua-fala:

É na dissolução implicada na dicotomia que reside o concernente à abordagem enunciativa, pois a língua com suas formas de organização é condição para a existência da enunciação; do mesmo modo, a enunciação, lugar dos locutores e da situação, é condição para a atualização da língua em discurso, lugar da singularidade da referência e dos sentidos (SILVA; FLORES, 2011, p. 115)

Embora a enunciação seja um modo de ampliar a concepção de língua, será a partir da dicotomia saussurreana que ela será conceituada, seja em continuidade ou em ruptura. Desse modo, para os autores, (dada a separação) é a junção dos conceitos de língua e fala que, de certo

modo, resume os esforços da linguística da enunciação e que possibilita novos modos de abordar a linguagem.

Uma das preocupações do campo da enunciação é afastar a ideia de que o sujeito do qual ele trata é um sujeito solipsista, indivíduo intencional que domina a língua ou os sentidos daquilo que quer dizer. Nessa direção, alguns línguistas se aproximam da psicanálise lacaniana em busca de uma abordagem do sujeito, do sentido e do desejo:

Um dos pontos de aproximação refere-se à consideração, na noção de sujeito da enunciação, da noção de sujeito do inconsciente oriunda da Psicanálise, de modo a conceber aquele como estruturalmente cindido, como aquele que não sabe tudo de si e que, portanto, não é senhor de sua morada, a saber: a linguagem [...]. (AGUSTINI; BERTOLDO, 2011, p.123)

Com essa aproximação, o objetivo é de colocar em questão o sujeito consciente, senhor da enunciação e sabedor do seu dizer. O sujeito dividido em relação a si mesmo não sabe o que diz, “ele é um sujeito falado por sua fala, pelas palavras que emprega” (PRIEUR, 2011, p. 18).

Dito de outro modo, o sujeito é “Um sujeito da enunciação, capaz de desejo e sujeito não simetrizável”, isso segundo Shaffer, Flores e Barbisan (2002), que fazem referência a Milner.

Segundo esses autores,

Incluir na análise linguística uma concepção de sujeito em consonância com o que diz Milner [é] subverter algumas interpretações clássicas do esquema da enunciação em que são priorizadas as relações entre um eu e um tu, concebidos como unidades transcendentais, dotadas de intenção, que se revelariam dentro de um número de informações veiculadas nesse diálogo simétrico, para pensar a relação eu/tu na língua como um efeito necessário, mas que diz de uma não-simbolização por parte do sujeito, ou seja, o dito exige mais do que simples trocas informacionais. (SCHAFFER; FLORES; BARBISAN, 2002, p.)

Isto é, a enunciação, sob esse ponto de vista, subverte a ideia da relação simétrica e intencional entre um ‘eu’ e um ‘tu’ através de um diálogo que veicula informações através do qual ambos se entenderiam. Assim, haveria algo que não se renderia ao diálogo e diz mais sobre uma não-simbolização do que sobre informações.

Outras características importantes em alguns estudos da enunciação é a polifonia e o dialogismo. Essas duas características também afastam a ideia de que há um indivíduo ou um sujeito responsável pelo enunciado. Shaffer, Settineri, Barbisan, Teixeira, Nóbrega, Flores (2011), citando Ducrot, colocam o problema do seguinte modo:

A linguística moderna procura manter, enquanto princípio, a unicidade de um sujeito com competência psicofisiológica. Somado a isso, vê o sujeito como a origem dos

atos ilocutórios produzidos através do enunciado e, finalmente, acredita poder identificá-lo apenas pelas marcas de primeira pessoa. (p. 45)

Mas, segundo esses autores, a enunciação é polifônica. Eles apontam que para Ducrot *apud* Shaffer; Settineri; Barbisan; Teixeira, Nóbrega; Flores (2011)

A enunciação não pode ser confundida com a atividade psicofisiológica para a produção do enunciado. [...] Para ele [Ducrot] a enunciação é um acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado [...], isto é, a enunciação não é ato de um locutor, mas uma ocorrência histórica que dá existência a algo que não existia antes: o enunciado. (p. 45)

Essa característica também pode ser vista em Bakhtin, uma vez que o conceito de polifonia é, por ele, originalmente desenvolvido. A diferença entre Bakhtin e Ducrot é que o primeiro mantém a pesquisa no nível linguístico, aplicando a enunciados e o segundo aplica a discursos. Independentemente da diferença, a polifonia coloca em cena um processo de multiplicidades de vozes presentes na enunciação (SHAFFER; SETTINERI; BARBISAN; TEIXEIRA, NÓBREGA; FLORES, 2011).

Já em Benveniste (1974, p. 82), podemos ver que a enunciação

É este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização [...]. É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado [...]. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação.

A enunciação implica uma conversão individual da língua em discurso. Na enunciação deve-se considerar o ato e as situações em que ele, o ato, se realiza. Para Benveniste (1974, p. 83-84),

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz [...] o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação [...]. [Na] enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso. Enquanto realização individual [...] o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor [...]. Mas, imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta outro diante de si [...]. Toda enunciação é, explicita e implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário.

Necessário observar que, segundo Flores (2011), em Benveniste, a enunciação pode ter diversos aspectos. Isso mostra que o conceito é multifacetado, tanto em relação a esse linguista em particular, quanto em relação aos outros já citados.

Em Bertoldo (2011), podemos ver que outras características da enunciação é que ela é sempre irrepetível e guarda algo de irrepresentável. A cada vez que a língua é enunciada têm-

se diferentes condições de tempo, de espaço e de pessoas singulares, isto é, é um ato que depende de quem se enuncia. “Por decorrência, mantém com as condições de sua produção uma (*in)tensa* relação de singularidade, implicada ai, uma noção de sujeito do inconsciente [...]” (p. 71).

Bertoldo (2011) coloca, ainda, em relação à linguagem e ao sujeito, que a Análise de Discurso articulada com o conceito de enunciação opõe-se a ideia de que há um sujeito que é fonte do sentido. Nesse aspecto, segundo o autor, Pêcheux, a partir do conceito de interpelação ideológica de Althusser

Rompe com uma noção de sujeito anterior à linguagem, aderindo à ideia de que ele é constituído no discurso. A concepção de sujeito [...] está marcada [...] pela posição, o lugar de onde ele fala. Esse lugar é caracterizado como uma formação discursiva – que determina o que pode e deve ser dito pelo sujeito – que, por sua vez, é regulada por uma formação ideológica, o que resulta em sujeitos totalmente submetidos (assujeitados) às regras das formações discursiva e ideológica (p. 73)

A Análise de Discurso traz também as questões sobre sujeito, subjetividade e linguagem e sentido, numa mudança de perspectiva da proposta saussuriana. Para a Análise de discurso (mais especificamente a AAD69),

O sentido, o objeto da semântica, excede os domínios da linguística. A semântica, enquanto teoria das regiões deixadas fora [...] da prática dos linguistas, supõe uma mudança de terreno e de perspectiva. [...] é ai que intervém o discurso [...] como uma reformulação da fala saussuriana, livre da problemática da subjetividade. Ou seja: é exatamente como meio de contemplar a articulação entre o objeto língua e os processos ideológicos de constituição do sentido que o conceito de discurso é elaborado. (PECHEUX apud TEIXEIRA, 2005, p. 37)

Destacamos também a presença da articulação de Pêcheux com Foucault através do conceito de formação discursiva, que é o que vai determinar as condições do exercício da função enunciativa. O conceito de formação discursiva coloca em pauta a complexidade para se dizer algo sobre alguma coisa; indica que as relações estabelecidas dependem das instituições em que são produzidas; e aponta que as relações discursivas são exteriores aos conceitos e às palavras, isto é, estas relações não ligam entre si as palavras e os conceitos (BERTOLDO, 2011).

Essa concepção implica, para as elaborações de Pêcheux, que um discurso tem abertura para outros discursos, isto quer dizer que, no interior de um discurso, há elementos vindos de outras formações discursivas. Em outra fase de sua produção (terceira fase da análise de discurso), Pêcheux reconhece que a noção de sujeito clivado pelo inconsciente, remete a uma heterogeneidade constitutiva do discurso em função das várias posições ocupadas pelo sujeito (BERTOLDO, 2011).

Bertoldo (2011) aponta que nesta fase, a noção de real lacaniana se destaca, proporcionando uma outra visão sobre os estudos em Análise de Discurso, o que leva à problematização do discurso como acontecimento na estrutura. Vemos assim que, para Pêcheux, o discurso, é atravessado por dois espaços, o das significações estabilizadas e o das transformações do sentido que escapam, assim, ao estabelecido *a priori*.

Pêcheux, assim como Foucault, ou a articulação com os dois, trouxe discussões sobre o discurso e a relação com o sujeito, o sentido, os saberes e os dizeres.

Não há possibilidade de haver um sujeito original do discurso, aquele que seria, então, a sua fonte. O discurso confirma, antes, para Foucault, a dispersão do sujeito que nele aparece como uma posição, funções vazias prontas a serem ocupadas. São os discursos que formam sistematicamente os objetos de que falam, que, assim como a formação discursiva, modificam-se e modificam os domínios dos quais fazem parte.

Em se tratando de Foucault, mais especificamente, queremos destacar a tarefa que ele propõe em relação ao discurso. Essa tarefa aparece no texto *A ordem do discurso*. Esse texto marca a passagem da fase arqueológica, da qual as citações acima fazem parte, para a fase genealógica. Para Foucault, em relação ao controle e à disciplinarização dos discursos, uma “pólicia discursiva” obriga que se obedeça as regras para que se possa dizer o verdadeiro e para que o discurso seja aceito. “A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 1996). Para Foucault (1996, p. 37), outro procedimento de controle dos discursos,

Trata de determinar as condições do seu funcionamento [do discurso], de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo.

A forma mais visível desses sistemas de restrição dos discursos é o ritual. Para Foucault (1996, p. 39),

O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e reformular determinado tipo de enunciados); define gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção.

Foucault (1996) cita, ainda, como exemplo dessas formas de restrição, os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos, médicos, pedagógicos que, por sua vez, não podem ser separados de um ritual que determina as propriedades dos sujeitos e os papéis preestabelecidos.

Para o autor, existe uma veneração do discurso, uma aparente logofilia que esconde um temor: o discurso, com suas características, restrições e limites tornou-se um modo de impedir a proliferação do próprio discurso, de modo que, aquilo que seria a sua riqueza, isto é, a proliferação, fosse organizada para afastar o seu lado mais incontrolável. Esse lado é o acontecimento, a marca do devir, dos afetos e do sujeito nômade.

O discurso parece ter funcionado ou estar funcionando para apagar as marcas da irrupção do acontecimento nos jogos do pensamento e da língua. Há um temor surdo desses acontecimentos, “dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver ai de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso” (FOUCUALT, 1996, p. 50).

Foucault (1996) propõe romper com tal ordem. Para isso, segundo ele, deve-se questionar a vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento e suspender a soberania do significante. Essa perspectiva nos chama a atenção, pois essas tarefas parecem ser, de alguma forma, as que Deleuze e Guattari perfazem na sua filosofia ao tratar das questões da linguagem a partir do conceito de acontecimento e da crítica ao significante, articulando-se, assim, direta ou indiretamente, com Foucault, como já apontamos em várias momentos.

Essas considerações também nos chamam a atenção, pois os modos de Paulo lidar com a linguagem parecem não se fixar em forma de discursos aceitos. Além disso, o seus modos de agir e de falar parecem estar submetidos a um tipo de ordem dos discursos que desprivilégia os seus modos singulares de falar e de se expressar. A fragmentação, a repetição, o inusitado parecem ter lugar, mas como submetidos a um discurso regulamentador ou ordenador do tipo médico-psico-pedagógico.

Voltando às características da enunciação nos diferentes pesquisadores e autores que mostramos, podemos ver que o panorama geral do conceito traz algumas respostas sobre o problema da relação língua, fala, linguagem, discurso, subjetividade, sujeito e sentido. O que destacamos é que a enunciação parece ser uma resposta, uma tentativa de dar um lugar para o sujeito, a subjetividade e o sentido dentro da língua ou linguagem, uma vez que eles, de algum modo, pareciam ter ficado de fora na operação do corte saussurreano, ou estariam subjugados em função da suposta necessidade de afastar o que é heteróclito e heterogêneo para o estudo da língua e para seu fundamento como ciência.

Curiosamente, os vários modos de se considerar o conceito de enunciação mostram a complexidade e a dificuldade em dar trato e lugar ao sujeito. A polissemia, o deslizamento dos sentido, o equívoco, a “tomada” da palavra pelo sujeito e a criatividade têm o seu lugar nas teorias da enunciação, mas talvez ainda persista uma certa “ordem do discurso”, das significações, certas restrições, regras, modos de estabilização de sentidos, que nos parecem devedores de um certo tipo de racionalidade ou inteligibilidade hegemônica. Tal racionalidade nos parece estar implicada, justamente, pela consideração da separação entre entre a língua e a fala, e pela primazia dada ao signo linguístico (significado e significante). Mesmo que se diga que língua e fala não estão separadas, que língua e fala estão juntas, que se relacionam ou que se diluem, isto é dito a partir da separação.

A nossa pergunta é: será que o modo como Paulo lida com a linguagem e o modo como pensamos a experimentação respondem ao conceito de enunciação apresentado acima? Poderíamos dizer que Paulo se coloca numa posição de locutor? Poderíamos considerar que ele está ou se coloca em algum tipo de discurso? Podemos dizer que ele produz discurso? O conceito de enunciação contemplaria o modo, no mínimo, estranho, equivocado ou fragmentado de Paulo lidar, afetar e ser afetado pela linguagem?

Acreditamos que sim, que poderíamos problematizar se o dizeres de Paulo fazem sentido ou não fazem sentido, segundo momentos discursivos; poderíamos problematizar os não entendidos, as repetições que, inicialmente, considerávamos mecânicas, como se fossem apenas repetição do mesmo; teríamos condição de colocar em pauta o “uso” da linguagem nos encontros no AT, levando em conta o desejo, o inconsciente, o sujeito e/ou a produção de subjetividade. Poderíamos apontar os momentos enunciativos nos quais ele lança mão de representações, de discursos que ele repete ou não em um discurso indireto; poderíamos analisar a presença do discurso da mãe e como Paulo se distancia desse discurso; poderíamos atribuir a ele uma demanda de interlocução e ver, em função da produção de novos sentidos, a contradição em que Paulo é pego no contra-pé dos deslizamentos dos vários sentidos produzidos e das várias vozes presentes nos encontros.

Dito de outro modo, o campo da linguística, o campo dos estudos discursivos, o campo da psicanálise ou o campo da filosofia tem suas próprias questões e seus próprios meios de respondê-las e se são ciências independentes, não devem nada umas às outras.

Entretanto, as nossas questões a respeito da linguagem são atravessadas pelo percurso dos encontros no AT, pelo percurso acadêmico, pela ideia de experimentação a partir de Deleuze e Guattari, pelos (des)encontros a partir de um modo singular de Paulo “fazer uso” da linguagem em que, talvez em grande parte das vezes, o que dizíamos e o que ele dizia parecia

não fazer sentido para nenhum dos dois, parecia não haver interlocução; outras vezes parecia que havia algum sentido no que ele dizia, que ele se esforçava para nos entendermos; outras vezes parecia que Paulo não se identificava com nenhum tipo de discurso hegemônico; as repetições pareciam acontecer a esmo, sem finalidade aparente, sem demandar interlocução, sem precisar qualquer significação, embora parecessem ter algum tipo de funcionamento atípico.

As questões que surgem desses encontros e desse percurso também passam pela noção de experimentação na clínica do AT, o que nos colocava em aposta de que algo diferente se passava no encontros. Esse algo parecia se dar entre a fragmentação, o não-sentido, os equívocos, a repetição e não-entendidos, ou seja, algo além da ordem do discurso ou da estabilização dos sentidos. A pergunta que reverbera é como a linguagem se relaciona com a experimentação que vai sendo engendrada e modificada nos encontros com Paulo, de modo que a linguagem parece não se reduzir à representação ou simbolização?

Diante disso, no percurso acadêmico, a filosofia de Deleuze e Guattari, com a proposta de reversão do estruturalismo e do platonismo, com a concepção de multiplicidades, com a desconsideração da divisão entre a língua e a fala, com a aproximação e distanciamento da psicanálise, com a proposta da filosofia da diferença e o método da cartografia na clínica do AT, com as concepções dos movimentos antimanicomiais como já foi apresentado, nos (re)colocou a questão que repetimos e ampliamos: qual a relação entre a experimentação e a linguagem, é possível falar em linguagem como experimentação para além de um modo hegemônico ou majoritariamente racionalizado, para além dos discursos e significados partilhados, segundo modos normatizados de viver, sentir e falar? E, além disso, como poderíamos entender a linguagem, a enunciação, o sentido, o sujeito, a subjetividade ou produção de subjetividade implicada pelas proposta dos filósofos com os quais articulamos no percurso de nossas questões?

Nesses percursos entre a academia e os encontros no AT, consideramos que a questão que propomos atravessa e é atravessada, pela filosofia e pelos estudos linguísticos, transversalizando estes elementos: a língua, o discurso, o sujeito, o sentido, a subjetividade, a linguagem e enunciação, os quais surgem como problematização da clínica do AT em seu aspecto ético-estético e político.

Como já dissemos na introdução desta tese, Deleuze e Guattari propõem uma conceituação em relação à linguagem e/ou Linguística que está implicada em seu horizonte filosófico. E como também já dissemos no capítulo 1, iniciamos a articulação do AT com a filosofia de Deleuze e Guattari.

Haja visto esse horizonte, nada mais próprio ao percurso e às questões de pesquisa do que buscar nos autores o que eles propõem sobre a linguística-linguagem, e, também, sobre o discurso e a enunciação. Não se trata de buscar conceitos na filosofia e aplicá-los à clínica ou aos estudos linguísticos, porque, como já dissemos, esses filósofos compõem conceitos em relação à linguística e concebemos que a filosofia não está separada nem das ciências (da Linguística, nesse caso) e nem das artes; assim como também não está separada da clínica ou da política. Talvez um exemplo disso seja a presença de filósofos como Bakhtin, Althusser, Foucault, Pecheux, entre outros, na fundamentação do campo da Análise de Discurso em suas diferentes abordagens.

Então não é uma questão de aplicação, mas de implicação/transversalização entre as áreas, pautando o que nos ajuda a pensar os encontros com Paulo e as questões sobre a linguagem, ou o que se pode produzir a partir disso. O nosso interesse tangencia, também, articular e mostrar como consiste a relação entre a filosofia de Deleuze e Guattari e a Línguistica e o que um território pode implicar e transversalizar o outro.

É necessário frisar que Deleuze e Guattari não estão ocupados em fazer ciência, nem ciência linguística e nem filosofia da linguagem, mas eles partem da linguística, que articula elementos importantes para se pensar uma concepção de linguagem, de homem e sua experiência no mundo, de sujeito, de sentido e de uso da língua, como vimos acima. Sendo assim, resta ver como Deleuze e Guattari tomam esses elementos, lembrando que já apresentamos algumas pistas sobre isso no capítulo sobre o território de filosofia.

Grosso modo, o capítulo citado já nos mostrou uma pista importante, que é marca da filosofia de Deleuze e Guattari, qual seja, o corpo em sua potência de afetar e ser afetado no encontro com outros corpos. Do capítulo sobre a reversão do platonismo, vimos a problemática do [não-] sentido, o objeto X, o sujeito disperso, nômade ou em deslocamento. Do encontro entre corpos, temos, como efeito, os acontecimentos, a diferença, os devires. Esses devires têm uma relação essencial e constitutiva com a linguagem, a saber, uma relação de [não-] sentido.

Essa relação constitutiva com o [não-] sentido é que exige, para a experimentação dos encontros no AT com Paulo, um modo original e audacioso de se aproximar do inaudível, do informe e do impensável, um modo que evoca um tempo de instabilidade e indiscernibilidade frente ao esgotamento de uma fala que se perde nas frases ou ao fracasso das frases e a entrada de um silêncio prolongado ou de uma produção massiva de falas em repetição, e com isso, a inutilidade para uma interpretação dos elementos relatados.

Gostaríamos de observar que, como a relação com o acontecimento e o [não-] sentido é constitutiva da linguagem, as problematizações apresentadas podem reverberar para os campos

que se ocupam de questões concernentes à linguagem e à produção de subjetividade, não se restrinindo à questões que poderiam ser consideradas apenas como clínicas ou patológicas. Dito de outro modo, essas problematizações apresentadas aqui são éticas, estéticas e políticas, implicando a concepção clínico-crítica dos diferentes modos de viver, pensar, agir e sentir, e porque não, dos modos de falar ou de enunciar.

Para os objetivos do capítulo e da tese, vamos acompanhar os autores em suas críticas a alguns dos postulados da linguística. Note-se que o conceito de agenciamento aparece no livro publicado anteriormente: *Kafka, por uma literatura menor*, mas aqui vamos primeiro à *Mil platôs* (*Mil platôs* 2 - edição brasileira).

Veremos nessa obra uma elaboração que, ao criticar alguns postulados da linguística, faz surgir o agenciamento coletivo da enunciação. Tal elaboração coloca em questão o ato ou processo de enunciação, a subjetividade ou subjetivação, entretanto, como dissemos, ao modo de Deleuze e Guattari. Isto significa que o sujeito nômade, o [não-] sentido, o acontecimento, a diferença, o corpo, os afetos e o inconsciente, compõem a problemática da enunciação e, implicando-se por esta problemática, estão os encontros com Paulo no AT.

É importante situar que os autores, ao apresentarem de forma crítica os postulados da linguística, eles vão construindo suas próprias considerações. Curiosamente, eles começam referindo-se ao ensino, ou à máquina de ensino. Segundo Deleuze e Guattari (1995b, p. 11):

A professora não se questiona quando interroga um aluno [...], não se questiona quando ensina uma regra de gramática ou cálculo. Ela ‘ensigna’, dá ordens, comanda. Os mandamentos [...] não provem de significações primeiras, não são a consequência de informações: a ordem se apoia em ordens [...], é redundância. A máquina de ensino não comunica informações, mas impõe à criança coordenadas semióticas com todas as bases duais da gramática (masculino-feminino, singular-plural, substantivo-verb, sujeito do enunciado-sujeito de enunciação, etc). A unidade elementar da linguagem – o enunciado – é a palavra de ordem.

Essa crítica se refere ao postulado, segundo o qual a linguagem seria informativa e comunicativa. Segundo a crítica, “a linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.12), segundo a ordem da organização prévia das unidades distintivas e de acordo com as significações prévias. Isto quer dizer que a linguagem não torna comum um conhecimento, uma informação ou uma representação, mas ensina-se os significados e os modos de atribuí-los.

Nesse tom de crítica, os autores vão dizer que, se a linguagem sempre supõe linguagem, isto é, se não há um ponto de partida não linguístico, se tudo está na língua, a linguagem não é estabelecida entre algo visto ou sentido e algo dito, mas ela vai sempre de um dizer a outro, ou

seja, não comunica, não torna comum o que alguém viu, mas transmite-se o que ouviu, aquilo que um outro disse. Por isso as abelhas não teriam linguagem. Elas até conseguem transmitir o que viram a outras abelhas, mas essas que “ouviram” não conseguem transmitir a outras abelhas aquilo que foi dito.

A linguagem, então, não é comunicação de informação, mas uma transmissão de palavras de ordem. De modo que não é preciso ver ou sentir o que alguém viu ou sentiu, basta que seja dito o que outro já disse. A linguagem supõe assim um discurso indireto, melhor dizendo, todo discurso é indireto. Nesse sentido, “A linguagem [seria então] transmissão de palavra funcionando com palavra de ordem e não comunicação de signo como informação” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 14).

A palavra de ordem não é um enunciado explícito ou no imperativo, mas “a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado e que podem realizar apenas nele” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 16).

As palavras de ordem não se reduzem apenas a comandos, mas são atos ligados a enunciados. Não existe enunciado independente dos atos. A linguagem só pode ser definida pelas palavras de ordem, ou seja, pela relação ato-enunciado, de modo que sempre estão nos dizendo o que pensar, o que esperar ou o que fazer. “Essa relação [entre ato e enunciado] é interior, imanente, mas não existe identidade [...]. Um enunciado realiza um ato e o ato se realiza no enunciado” (DELEUZE, GUATTARI, 1995b, p. 17).

Essas relações imanentes entre ato e enunciado são os pressupostos implícitos e não-discursivos, diferenciando da ideia de que um enunciado remete sempre a outro enunciado (linguagem que remete à linguagem) ou a uma ação exterior (linguagem que remete a algo exterior, uma ação ou um referente). E é sobre essa articulação imanente que Deleuze e Guattari vão se debruçar, ou seja, sobre a imanência entre ato e enunciado, e, para esse entendimento, eles vão problematizar o conceito de ilocutório. Para fazer isso será preciso desviar da ideia comum do conceito e uso do ilocutório na linguística.

Vamos ver, então, acompanhando os autores, que, para Austin, existem relações extrínsecas entre ação e a fala e existem também relações intrínsecas. O performativo se refere a determinadas ações que se realizam quando estas são ditas, por exemplo, juro ao dizer “eu juro”. Já o ilocutório se refere a determinadas ações que se realizam quando falamos. Por exemplo, interrogo dizendo “o que é isso?” ou “será que?”, prometo dizendo “eu te amo” ou ordeno usando o imperativo (DELEUZE; GUATTARI, 1995b).

O desafio dessa articulação é entender como é possível que os atos de fala ou pressupostos implícitos ou não discursivos sejam coextensivos à linguagem. Nessa articulação, Deleuze e Guattari concordam com Ducrot na obra *Dito e não dito - princípio da semântica linguística*, quando ele inverte o esquema de Benveniste. Segundo os próprios autores,

Não é o fenômeno de *sui-referência* que pode dar conta do performativo, mas o inverso, é ‘o fato de determinados enunciados serem socialmente consagrados à realização de determinadas ações’ que explica a *sui-referência*. De modo que o próprio performativo é explicado pelo ilocutório, e não o contrário. E o ilocutório, por sua vez, é explicado por agenciamentos coletivos de enunciação, por atos jurídicos, equivalentes de atos jurídicos, que coordenam os processos de subjetivação ou as atribuições de sujeitos na língua, e que não dependem nem um pouco dela” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.16)

O ilocutório, portanto, não depende nem de um indivíduo locutor, nem da língua, ou não é (estritamente) linguístico e só pode ser explicado por agenciamentos coletivos de enunciação que fazem funcionar processos de subjetivação e atribuição de sujeitos na língua. O ilocutório diz respeito, ao mesmo tempo, a enunciados e atos, a ações que se realizam quando falamos. O ilocutório comprehende o próprio enunciado e o ato, o que é dito e as ações que se realizam, cujas relações só podem ser explicadas por agenciamentos coletivos e não pela *sui referência*, ou seja, o ilocutório deve ser entendido pela relação dos corpos e pelos regimes de signos em um agenciamento ou em um modo de subjetivação.

O problema apontado aqui é a impossibilidade da independência e autonomia dos enunciados em relação aos atos e aos corpos, isto é, enunciados, atos e corpos estão ou são articulados, impreverivelmente, não como se fossem independentes e se relacionassem somente à custa de um sujeito intencional que objetiva algo externo, ou que referencia ou simboliza. Os atos, os enunciados e os corpos estão em uma relação imanente, coextensivamente, num agenciamento coletivo de enunciação. Esta é uma característica da enunciação para Deleuze e Guattari (1995b, p. 17), de modo que, em relação às palavras de ordem,

Não existe significância independente das significações dominantes nem subjetivação independente de uma ordem estabelecida de sujeição. Ambas dependem da natureza e da transmissão das palavras de ordem em um campo social dado.

Assim como é para os linguistas, teóricos ou pesquisadores que citamos na discussão sobre a enunciação, a linguagem não se reduz a um instrumento individual, particular, de comunicação, que carregaria consigo a evidência e a determinação do sentido daquilo que foi dito. Entretanto, é o agenciamento coletivo que responde pelo caráter social da enunciação, assim, reformulando, a partir do que foi colocado a respeito do ilocutório e *sui referência*, “eu”

e “tu” pressupõem atos de fala que implicam a transformação incorporeal dos corpos e um determinado regime de signos, por determinado agenciamento coletivo de enunciação. Dito de outro modo, não há estrutura prévia de subjetividade ou de intersubjetividade (DELEUZE, GUATTARI, 1995b).

Para entender isso, podemos ver na *Arqueologia do saber* como Foucault também se refere ao ilocutório quando aponta uma definição de enunciado. Resguardando-se as ressalvas e as críticas que o autor faz³¹, ele diz que:

O ato ilocutório não é o que ocorreu antes do momento do enunciado (no pensamento do autor ou no jogo de intenções); não é o que se pode produzir, depois do próprio enunciado no sulco que deixou atrás de si e nas consequências que provocou; mas sim o que produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – precisamente esse enunciado (e nenhum outro) [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 94).

Como Foucault argumenta, o enunciado tem uma função de existência e é uma função enunciativa que pertence aos signos. Por assim dizer, a fonte da enunciação não é discursiva, mas existencial. A partir dessa função de existência é que se poderá dizer, pela análise ou pela intuição, se esses signos fazem ou não sentido, qual a regra segundo a qual se sucedem ou se justapõem, de que são signos ou que tipo de ato se realiza por sua formulação oral ou mesmo escrita.

Com esse modo de entender o ilocutório, que compreende a pressuposição recíproca entre ato e enunciado e que aponta para os agenciamentos coletivos de enunciação, voltamos para a crítica de Deleuze e Guattari para compreender que, para eles, não existe enunciação individual ou particular. A enunciação é, grosso modo, social, mas esse social, assim como a enunciação, só pode ser entendido quando se remete aos agenciamentos coletivos de enunciação, de modo que, “só há individuação do enunciado e da subjetivação quando o agenciamento coletivo impessoal o exige e determina” (DELEUZE, GUATTARI, 1995b, p. 18). Não existe, assim, enunciação individual, nem sujeito da enunciação. Desse modo, eles vão mostrar como a enunciação diz respeito ao “agenciamento coletivo de enunciação que determina como sua consequência os processos relativos à subjetivação, as atribuições de individualidade e suas distribuições móvientes no discurso” (DELEUZE, GUATTARI, 1995b, p. 18).

Nesse sentido, o agenciamento é que explica os discursos. Isto é, um discurso está em função dos agenciamentos em que pode ser produzido. Para os autores, não é a distinção dos sujeitos que explica o discurso indireto, ou seja, a qual sujeito pertence tal discurso, de onde

³¹ Foucault teria voltado atrás na crítica ao Ilocutório, segundo RIBEIRO, C.E. Foucault – Uma arqueologia política dos saberes. Tese de doutorado. USP: São Paulo, 2009.

provem, quais as marcas da presença do discurso do outro, mas é o agenciamento que surge nesses discursos que explica as vozes presentes, as línguas em uma língua, enfim, as palavras de ordem, os atos imanentes à linguagem, atos que criam palavras de ordem. O agenciamento é definido então pelo ato e enunciado que o efetua: “É a noção de agenciamento coletivo de enunciação que se torna a mais importante, já que deve dar conta do caráter social. Ora, podemos, sem dúvida, definir o agenciamento coletivo pelo complexo redundante do ato e do enunciado que o efetua necessariamente” (DELEUZE, 1995b, p. 18).

Para os autores, esses atos

Se definem pelo conjunto das transformações incorpóreas em curso em uma sociedade dada, e que se atribuem aos corpos dessa sociedade. Podemos dar à palavra “corpo” o sentido mais geral (existem corpos morais, as almas são corpos etc); devemos entretanto distinguir as ações e as paixões que afetam esses corpos, e os atos, que são apenas seus atributos não corpóreos, ou que são “o expresso” de um enunciado. (DELEUZE, 1995b, p. 18)

Os autores apresentam um exemplo que também pode nos ajudar a dizer algo a respeito do caso que trazemos para a tese. Para Deleuze e Guattari (1995b, p. 19):

Os corpos têm uma idade, uma maturação, um envelhecimento; mas a maioridade, a aposentadoria, determinada categoria de idade, são transformações incorpóreas que se atribuem imediatamente aos corpos[...]. [Por exemplo] ‘Você não é mais uma criança’ ...: esse enunciado diz respeito a uma transformação incorpórea, mesmo que esta se refira aos corpos e se insira em suas ações e paixões.

Como apresentamos nos fragmentos dos relatos, é dito para Paulo que ele é homem; que ele é adulto; que ele não é criança. O que se torna interessante é que, como vimos, Paulo parece até se colocar sob esse discurso que lhe é dito, ele até repete isso, mas como vimos, essa repetição desliza e se desloca, trazendo questões e mais repetições. Veremos isso, oportunamente, no momento em que abordarmos as repetições mecânicas e de lineamento. No momento, voltamos às articulações e conceitualizações.

Queremos apontar que o enunciado expressa um atributo não corpóreo dos corpos, uma transformação incorpórea ou melhor, um acontecimento. A transformação incorpórea é instantânea, imediata e simultânea ao enunciado que a exprime e ao efeito que a produz, por isso as palavras de ordem só valem naquele instante, sendo assim irrepetíveis. As palavras de ordem ou os agenciamentos coletivos de enunciação – o ilocutório – designam essa relação instantânea dos enunciados com as transformações incorpóreas ou atributos não-corpóreos que eles expressam.

A palavra de ordem é a variável que faz da palavra uma enunciação. A instantaneidade da palavra de ordem, assim como sua imediaticidade é que lhe dão potência de variação em relação aos corpos e sua transformação incorpórea. Um agenciamento não para de variar em função das circunstâncias, que não são exteriores, mas dizem respeito aos corpos: “A transformação se refere aos corpos, mas ela mesma é incorporal, interior à enunciação” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 21).

Para Deleuze e Guattari (1995b), enquanto a linguística se atém a constantes e relaciona o enunciado a um significante e a enunciação a um sujeito, perde-se o agenciamento e remete as circunstâncias ao exterior, fecha a língua sobre si e, assim, a pragmática se torna um resíduo. Mas, para os autores: “A pragmática não recorre simplesmente às circunstâncias externas: [ela] destaca variáveis de expressão ou de enunciação que são para a língua razões internas suficientes para não se fechar sobre si. A pragmática é uma política da língua” (p. 21,22).

Em relação à pragmática e às variáveis da enunciação, Deleuze e Guattari (1995b, p. 23) afirmam que:

Passamos dos comandos explícitos às palavras de ordem como pressupostos implícitos; das palavras de ordem aos atos imanentes ou transformações incorpóreas que eles expressam; depois aos agenciamentos de enunciação dos quais eles são as variáveis. Quando essas variáveis se relacionam de determinado modo em um dado momento, os agenciamentos se reúnem em um regime de signos ou máquina semiótica. (p. 23)

Na sequência, os autores apontam que a sociedade é perpassada por diferentes semióticas e regimes mistos e que as palavras de ordem que surgem em outro momento fazem variar, não pertencendo, neste momento, a nenhum regime conhecido. A palavra de ordem é redundância em sua relação “imediatas” com o ato ou com a transformação que efetua. Mesmo em ruptura com uma semiótica, ela, a palavra de ordem, é redundância. “Por isso é que o agenciamento coletivo de enunciação não tem outros enunciados a não ser aqueles de um discurso sempre indireto” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 23).

Neste entendimento, um enunciado só deve ser avaliado pela pragmática, por sua relação com os atos imanentes, com as transformações incorpóreas que ele exprime, e que vão introduzir novos recortes entre corpos e novos regimes. Não se trata aí de uma avaliação da verdade do enunciado, pois o valor está nas condições do agenciamento coletivo e coloca a questão das relações de força, os modos de agenciar a linguagem.

O agenciamento de enunciação é uma ocorrência que acontece como relação imanente e instantânea com enunciados e a transformação incorpórea. É um acontecimento em que aparece

um corpo afetado, suas variações, assim como se constitui um enunciado que não existiam antes. Enunciado e corpo dizem respeito aos agenciamentos, suas misturas de corpos e regimes de signos, à sua multiplicidade e heterogeneidade; à sua possibilidade de maior ou menor abertura aos afetos, ao *quantum* de transversalidade.

O agenciamento coletivo de enunciação tem os enunciados de um discurso indireto pois estamos sempre agenciados, sempre em um território, segundo relações de força, com suas misturas de corpos e seus regimes de signos (determinando sociedades, culturas e até idades). O discurso indireto é a presença da palavra de ordem na palavra, de modo que toda a linguagem é discurso indireto.

O agenciamento constitui, desse modo, a unidade complexa para se falar de linguagem, de enunciação, de discurso, dos corpos, dos signos, dos sentidos, das transformações, dos acontecimentos e dos processos de subjetivação. Entretanto o agenciamento não faz ou comporta uma síntese desses elementos ou colmata as suas diferenças, ao contrário, suas características são a processualidade, a heterogeneidade, as misturas, as tensões, o basculamento, os movimentos de territorialização-desterritorialização que marcam a multiplicidade do agenciamento.

A multiplicidade no agenciamento não vai significar apenas a polifonia, a presença das várias vozes, mas vai ser pensada como a multiplicidade de um jogo de forças em sua complexidade. Como vimos, sob a perspectiva do jogo de forças, a linguagem é vontade de potência (criação, invenção, ficção). Entretanto, ainda sob essa perspectiva podemos falar de uma vontade de verdade (ilusão da verdade) em que a linguagem reduziria a multiplicidade à unidade, ao acordo consciente, fixando ou tentando paralisar, encerrar o fluxo de afetações e o embate das forças.

É no agenciamento ou como agenciamento, no modo como ele está mais ou menos aberto à variação, no modo como ele bascula ou não, que a linguagem ou os modos de linguagem de Paulo no AT podem nos dar pistas do processo de criação, invenção ou mesmo fixação, em função das repetições e fragmentação, no modo como Paulo é afetado. Nesse entendimento, também teremos pistas da enunciação, da subjetivação, do basculamento, da relação com o corpo como experimentação no território e desterritorialização.

Voltando às características que marcam a complexidade e multiplicidade do agenciamento, somos levados a um outro aspecto da palavra de ordem, a palavra de fuga. Mas antes de abordarmos esse outro aspecto, retomemos a relação entre territórios e agenciamento. Essa relação já foi vista na introdução, no entanto, recuperamos aqui para melhor compreender a palavra de fuga e a dimensão que é dada à enunciação como agenciamento coletivo.

Como já foi dito, o agenciamento possui dois pólos: o estratificado dos agenciamentos e a máquina abstrata. O primeiro é considerado molar, ou territorializado, com agenciamentos sociais que possuem códigos específicos e funcionamento estável ou que tende à estabilização. Além disso, esse polo molar é reproduutor, modela existências segundo seus códigos e restringe o campo do desejo ou dos agenciamentos. O segundo polo é chamado máquina abstrata. Este é molecular, descodificado ou desterritorializado, e carrega novas criações em potência.

Os movimentos de territorialização, desterritorialização coexistem no mesmo agenciamento, indo de um polo para o outro, todavia eles não se compensam e não são simétricos, de modo que há uma reterritorialização que se faz constantemente, que:

Dá determinado termo ao devir, determinada efetuação ao acontecimento, determinado indicativo ao tempo, [e] uma desterritorialização simultânea [que] libera códigos [...] carrega estados de coisas e enunciados numa linha de fuga, [...] e extrai um devir que já não tem termo, porque cada termo é uma parada que precisa saltar. (DELEUZE, 1998, p. 59)

Esse contexto parece tratar do Acontecimento como efeito do encontro intensivo dos corpos, que leva à uma desterritorialização, a passagem de um estado de coisas a outro, mas que não se reduz à sua efetuação espaço-temporal, o acontecimento é também a expressão dessa passagem. Acontecimento é o sentido expresso da passagem de um estado de coisas a outro (uma transformação, uma ruptura) e, por conseguinte, compreende um regime intensivo de afetos e sensações, e revela mudanças nas relações de força, altera as linhas de força dos corpos afetados por outros corpos, de modo que:

Expressando o atributo não-corpóreo e atribuindo-o ao corpo, não representamos, não referimos, intervimos de algum modo, e isto é um ato de linguagem. A independência das duas formas, a de expressão e a de conteúdo, não é contradita, mas ao contrário confirmada, pelo fato de que as expressões ou os expressos vão se inserir nos conteúdos, intervir nos conteúdos, não para representá-los, mas para antecipá-los, retrocede-los, retardá-los ou precipitá-los, destacá-los ou reunir-los, recortá-los de outro modo. (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.27)

Se pudermos falar de uma “unidade” a partir dessas misturas, esta unidade é, paradoxalmente, o agenciamento, agora explicado em seus dois eixos:

Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é agenciamento maquinico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros [afetando e sendo afetados]; por outro lado, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical, o agenciamento tem, de uma parte, lados territoriais ou

reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte, picos de desterritorialização que o arrebatam. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 29)

Colocado assim, em função de sua complexidade e multiplicidade, forças e acontecimento, podemos pensar o agenciamento como o campo de emergência de uma correlação de forças.

Deleuze e Guattari mostram, a partir de Foucault, como os dispositivos disciplinares organizam ou desfazem em linhas de fuga, a expressão e o conteúdo. Por exemplo, a prisão é relacionada ao discurso a respeito da “delinquência”, formando o agenciamento heterogêneo prisão. A prisão é uma forma de conteúdo, a formação de um meio carceral em que temos os presos como substância. A forma prisão não se remete à palavra “prisão”. A forma prisão pressupõe os enunciados de delinquência como forma de expressão. Como forma de expressão, a delinquência exprime um novo modo de enunciar, e como substância da expressão temos o delinquente (ALMEIDA, 2003).

Então, os conteúdos não são objetos, nem referente, conceito ou significado, mas uma prática, uma mistura maquinica de corpos, um regime de corpos. O expresso não é um significante, mas uma máquina coletiva semiótica que preexiste à linguagem ou às línguas, uma prática discursiva ou enunciado, um regime de signos. Partimos, assim, do agenciamento como “unidade” complexa que atualiza e é atualizado como relações de força em formas de visibilidade e dizibilidade. Cada campo desses, o de visibilidade e dizibilidade, tem suas próprias diferenças, suas própria formações, de modo que não há correspondência entre um e outro. Dito de outro modo, a diferença não é atualizada ou integrada na atualização, mas persiste em insistir como diferença radical.

Retomando aqui o tema da complexidade e multiplicidade em Nietzsche, como vimos com Mosé (2018), temos, por conseguinte, no agenciamento, uma infinidade de forças atuando, se confrontando, dominando e se submetendo, implicando-se para que um mínimo de corpo, em seu agenciamento maquinico, e um mínimo de território se manifeste. No agenciamento-território, temos um jogo intensivo de resistência e imposição determinado pela vontade de expansão, ou seja, temos um embate. O agenciamento (agenciar e ser agenciado) é, nesse sentido, vontade de potência. A linguagem como multiplicidade, segundo seus agenciamentos coletivos de enunciação, se constitui nesse embate e por esse embate intensivo.

Os modos de Paulo agenciar e ser agenciado, os enunciados que apresentamos nos relatos, parecem mostrar esse embate justamente por manifestar um mínimo de corpo e território em sua estratificação, problematizando o processo de desterritorialização, de subjetivação, de deslocamento do sujeito para além das palavras de ordem do território cristalizado, familiar e

habitual, o que implica deslocar-se das significações e sentidos dados ou discursos hegemônicos desse território, segundo as palavras de ordem que remetem a modos de ser, falar e agir.

Voltando à crítica aos postulados, podemos, a seguir, delinear a relação entre a palavra de ordem e as transformações dos corpos em seus encontros, acontecimentos, mudanças e rupturas. Com isso, veremos delinear-se a crítica ao postulado da linguística que sustenta que haveria uma máquina abstrata da língua, um sistema que não recorreria a qualquer fator extrínseco à língua. Dito de outro modo, com essa crítica, Deleuze e Guattari afirmam que não há uma máquina abstrata exclusivamente linguística ou languageira, o que vamos ver no decorrer da argumentação.

Como vimos, a função-linguagem [enunciativa] não é informativa ou comunicativa, não remete a uma informação significante ou comunicação intersubjetiva, mas é transmissão de palavras de ordem. A palavra de ordem atribui uma transformação aos corpos, como vimos, em função dos agenciamentos em que se encontram, daí a pragmática ser uma política da língua e, nesse sentido, a política está relacionada a uma relação de forças que implica os processos de subjetivação:

É o processo de subjetivação e o movimento de significância que remetem aos regimes de signos ou agenciamentos coletivos. A função-linguagem é transmissão de palavras de ordem, e as palavras de ordem remetem aos agenciamentos, como estes remetem às transformações incorpóreas [aos acontecimentos] que constituem as variáveis da função. (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, 26)

A linguagem, sendo também política, serve para mandar e obedecer, ao invés de informar ou comunicar. O “uso” da língua define uma prática política e assim refere-se a uma pragmática: “A linguística não é nada fora da pragmática (semiótica ou política) que constituem as variáveis da função que define a atuação da condição da linguagem e o uso dos elementos da língua [a sintaxe e a semântica]” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 26).

A pragmática será a condição da linguagem e do uso dos seus elementos, seus regimes de corpos e de signos; seu conteúdo e expressão. Essa pragmática é existencial. Assim como a fonte da enunciação não é discursiva, mas existencial, e, nesse sentido, não temos uma pragmática estritamente ou exclusivamente linguística:

No ato de enunciação (do mesmo modo que no ato de criação), um poder [uma vontade de poder, um saber-fazer] de autoposicionamento, de autoprodução, e uma capacidade de secretar seu próprio referente emergem; um poder que tem pouco a ver com a “fala” [*parole*] de Saussure, com o “significante” [*signifiant*] de Lacan ou com os performativos e atos de fala da filosofia analítica. (LAZZARATO, 2014, p. 21)

No delineamento que estamos fazendo, quando dizemos existencial, isso quer dizer mundano, territorial e desterritorializante. Quando se diz algo a partir de um território com seus regimes de corpos e signos, com suas relações de força, então uma “realidade” é “produzida” como agenciamento e no agenciamento, num processo de territorialização-desterritorialização. O enunciado tem sua materialidade linguística, assim como os corpos, mas a realidade não é da língua ou do corpo. A realidade é do agenciamento. Nessa combinação, como vimos no conceito de agenciamento, segundo seus eixos, não se trata de uma realidade estritamente linguageira, representativa. Para Deleuze e Guattari (1995b, p. 27)

Não se trata de representar os corpos, pois estes tem sua qualidade, suas ações e paixões [...] e as representações também são corpos. Se os atributos não-corpóreos são ditos acerca dos corpos, se podemos distinguir o expresso incorpóreo e a qualidade corpórea é por uma razão diferente da representação. Não se pode nem mesmo dizer que o corpo, ou o estado de coisas, seja o “referente” do signo. Expressando o atributo não-corpóreo, e simultaneamente atribuindo-o ao corpo, não representamos, não referimos, intervimos de algum modo, e isto é um ato de linguagem. A independência das duas formas, a de expressão e a de conteúdo, não é contradita, mas ao contrário confirmada, pelo fato de que as expressões ou os expressos vão se inserir nos conteúdos, intervir os conteúdos, não para representa-los, mas para antecipá-los, retrocede-los, retardá-los ou precipitá-los, destacá-los ou reuni-los, recortá-los de outro modo.

Ao contrário de uma relação de representação entre conteúdo e expressão, temos um esfacelamento dos dois, uma fragmentação, um modo em que as expressões se inserem nos conteúdos, se salta de um registro ao outro; os signos trabalham as coisas e as coisas se estendem, se desenrolam através dos signos.

Entre conteúdo e expressão não há identidade, mas agenciamento. “A explicitação dos atos incorporais permite determinar a natureza própria da relação entre expressão e conteúdo: um ato de linguagem atribui-se aos corpos, intervém de alguma maneira, insere-se nos conteúdos e ‘introduz novas decupagens entre os corpos’” (ALMEIDA, 2003, p.73).

O que nos chama a atenção nessa relação conteúdo-expressão aparece na sequência e nos leva, segundo nosso delineamento, ao objeto X como visto na reversão do estruturalismo. Agora esse objeto é visto em relação aos agenciamentos:

Um agenciamento de enunciação não fala “das coisas”, mas fala diretamente os estados de coisas ou os estados de conteúdo, de tal modo que um mesmo x, uma mesma partícula, funcionará como corpo que age e sofre, ou mesmo como signo que faz ato, que faz palavra de ordem, segundo a forma na qual se encontra [...]. Em suma, a independência funcional das duas formas é somente a forma de sua pressuposição recíproca, e da passagem incessante de uma a outra. Nunca nos encontramos diante de um encadeamento de palavras de ordem, e de uma causalidade de conteúdos, cada um valendo por si, ou um representando o outro, e o outro servindo como referente. Ao contrário, a independência [...] faz com que um segmento de uma reveze, sem cessar, com um segmento da outra, que se insinue ou se introduza na outra. Não

cessamos de passar das palavras de ordem à “ordem muda” das coisas, como diz Foucault, e vice-versa”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.28)

Essa partícula x, o objeto X, que funciona como corpo, age e sofre, e, ao mesmo tempo funciona como signo que faz ato, estará em sua função de fazer deslocar, intervir, esfacelar ou fragmentar os conteúdos e as expressões, as passagens, as introduções e a irredutibilidade de um ao outro. Desse modo, as duas formas (de conteúdo e expressão) são inseparáveis do seu movimento de desterritorialização que as toma e as arrasta, sem que haja primado de uma forma sobre a outra. Será por seus *quanta* de desterritorialização que as formas intervirão uma na outra. Possibilitar o basculamento dos agenciamentos maquínicos do desejo, voltá-lo para o seu lado mais máquina abstrata é possibilitar a circulação do objeto X, do [não-]sentido, dito de outro modo, é instaurar o campo do problemático nos processos e como processo de desterritorialização-reterritorialização.

Esse *quanta* de desterritorialização nos remete ao *quanta* de transversalidade que vimos quando tratamos do método cartográfico. Como vimos, o *quanta* de transversalidade indica uma variação de espectro que vai do mais proprietário - baixo grau de abertura comunicacional e de experimentação, que conserva as formas, as significações e os sentidos -, até a experiência sem ponto de vista, que encarna a “comunicação” e a experimentação ao máximo, que faz variar os pontos de vista mais que aboli-los e assim alcançar uma experiência desterritorializante a partir da aliança com as forças processuais.

Abrir-se à experimentação é abrir-se aos fluxos, aos movimentos, aos acontecimentos e deslocamentos que se inscrevem nos encontros, como encontros e desencontros no AT. As atividades, os diálogos, conversas, os passeios e saídas são experienciados em seu conteúdo e expressão, para além da condição de objetos concretos, significados dados ou sentidos estabilizados.

No AT, com a cartografia e com a deriva, propomos levar a experimentação ao máximo, abolir os pontos de vista proprietários e aliar-se às forças processuais, àquilo que já, a partir dos encontros, constitui mudanças, aponta derivas para além do território supostamente cristalizado no qual entramos. A intervenção-interpretação se faz nesta concepção: cartografar-derivar o território é também possibilitar a circulação do objeto X, o objeto de uma questão (des)reterritorializante, ampliando o *quantum* de transversalidade no território. Nessa experimentação, as palavras de ordem podem ser deslocadas, afetando as relações na família, com os amigos e no AT.

É com essa concepção que os encontros com Paulo podem ser colocados em função da circulação do objeto X, de modo que os modos de linguagem ou de enunciação estão tomados

por um *quantum* de transversalidade e implicação que marcam o que se torna problemático nos encontros, que reverberam nos territórios implicados nos encontros e pelos (des)encontros do sujeito nômade. É aí que se instala o [não]-sentido, os equívocos, os não entendidos sem que eles demandem significações, representações ou uma pretensa efetividade, embora as significações e representações estejam presentes.

A experimentação se faz, assim, nos agenciamentos ou como agenciamento coletivo de enunciação. Nesta seção, estamos vendo que a experimentação de enunciação nesses agenciamentos-territórios implica regime de corpos, enunciados; fluxos de conteúdo e de expressão, e processos de subjetivação, processos de reterritorialização dos territórios, implicados por acontecimentos e devires. Paulo insere ou inscreve aí seu procedimento linguístico, de variação, repetição e fragmentação na experimentação e como experimentação dos (des)encontros. Ainda veremos como se constitui esse procedimento linguístico, por hora torna-se necessário detalhar o que é conteúdo e expressão.

Deleuze diz que buscou esses conceitos em Hjelmslev, aplicando-os à Foucault num sentido diferente. Nessa concepção, ao contrário de Hjelmslev, o conteúdo não se confunde com um significado, nem a expressão com um significante (DELEUZE, 2006, p. 57). O conteúdo tem sua própria forma e substância, assim como a expressão. Assim, o conteúdo não depende da expressão, nem a expressão depende do conteúdo. O conteúdo se refere às visibilidades, modos de ver ou evidências numa máquina social e a expressão refere-se aos enunciados, a dizibilidades numa máquina semiótica.

Para ampliar a compreensão da relação dos fluxos de conteúdo e expressão e o funcionamento maquínico dessa relação, Deleuze e Guattari (1995b) vão dizer que há duas formalizações da máquina abstrata (do plano virtual): as formas de conteúdo e formas de expressão. A máquina abstrata em Deleuze e Guattari é como o diagrama-máquina abstrata em Foucault, isto é, é o nível diagramático em que não há mais forma de expressão que se diferencia de uma forma de conteúdo, mas fluxos intensivos de matéria. (A máquina abstrata vai receber o nome de plano de imanência em outros momentos no livro *Mil Platôs*).

O diagrama ou a máquina abstrata só conhece traços e pontas que não são de conteúdo nem de expressão, que se alternam e se confundem numa desterritorialização comum. Não há subordinação entre um e outro, mas pressuposição recíproca, formando um agenciamento mútuo.

Apenas nos estratos, no lado estratificado, na atualização do agenciamento, é que há a distinção entre expressão e conteúdo (DELEUZE; GUATTARI, 1995b). Deste modo,

retomando a crítica ao postulado da máquina abstrata, para os autores, esta não pode ser definida como estritamente linguística ou languageira e nem se atualiza apenas como função languageira.

Temos então que para uma concepção de linguagem em Deleuze e Guattari em seu agenciamento de enunciação, e em sua articulação com Hjelmslev, devemos ter em mente a primazia do diagrama ou máquina abstrata, de outro modo, a imanência e não as entidades prévias como o significado e significante. É necessário observar que, como estamos mostrando, a máquina abstrata ou o diagrama não são estritamente ou exclusivamente linguísticas e deve ser observado o par virtual-atual. Será apenas no processo de estratificação que se poderá falar em conteúdo e expressão que formalizam agenciamentos.

Sendo assim, no nível diagramático, na matéria desestratificada, amorfa e semioticamente não formada, a relação já não é de efeitos significantes, mas pontos-signos – que também são ditos partículas signos, signos-fragmentos, signos ambíguos ou pontos aleatórios – ou cortes-fluxos no mesmo sentido do funcionamento da produção inconsciente maquínica desejante: fluxo-corte de matéria desestratificada; conexão-desconexão; cada corte inaugura outro fluxo; maquinacões, hibridismos e multiplicidades.

Com essa concepção de diagrama ou máquina abstrata em Deleuze e Guattari (1995b), ganha destaque essa dimensão da matéria não-formada, ou seja, os fluxos e suas partículas-signos, signos fragmentos, signos ambíguos ou pontos aleatórios ao lado das formas e das substâncias de conteúdo e de expressão. Isto nos remete à mesma relação entre o par virtual-atual que constitui o real, como visto no capítulo em que abordamos a reversão do estruturalismo.

Vemos que as formas de conteúdo e de expressão são independentes e heterogêneas, de modo que não há correspondência ou conformidade entre elas. Sendo assim, não se pode atribuir à forma de expressão a função de representar, descrever ou atestar o conteúdo. A forma de expressão é constituída pelo encadeamento de expressos e a forma de conteúdo pela trama dos corpos (DELEUZE; GUATTARI, 1995b).

O expresso do enunciado é atribuído aos corpos, ou à mistura de corpos, mas não se trata de descrever, predicar ou representar esses corpos; nem mesmo os corpos são referentes do expresso. Por outro lado, quando se expressa o atributo não corpóreo e o atribui ao corpo, não se está referindo, mas intervindo, e isto é, como já foi dito, um ato de linguagem. Destacamos, assim, que:

A transformação incorpórea é o expresso das palavras de ordem, mas também o atributo dos corpos. Não são apenas variáveis linguísticas de expressão, mas também variáveis não-linguísticas de conteúdo, que entram respectivamente em relações de

oposição ou de distinção formais, capazes de liberar constantes. (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 56)

Agora podemos dizer que há um outro aspecto da palavra de ordem, a palavra de fuga. Para entender a palavra de fuga é necessário dizer que, a partir de Hjelmslev, como vimos acima, Deleuze e Guattari (2010a) consideram que o agenciamento funciona com um sistema de fluxos contínuos de conteúdo e de expressão em variação contínua, recortados pelos agenciamentos maquínicos desejantes.

A variação contínua compõe a crítica ao postulado da linguística, que sustenta que haveria constantes ou universais da língua, de modo que tais constantes definiriam a língua como um sistema homogêneo. Veremos o delineamento da crítica a esse postulado na continuação da nossa abordagem sobre a palavra de fuga.

A palavra de fuga, diferente da palavra de ordem, coloca em pauta a variação contínua em que entram as variáveis de expressão e conteúdo. Deste modo, a passagem ao limite, a fuga dos contornos (desterritorialização) que a palavra de fuga inaugura revela-se com a transformação incorpórea (variações de relação, de deslocamento em função do corpo afetado) que não cessa de ser atribuída aos corpos. Nesse sentido, a linguagem como palavra de fuga “É impelida por esse movimento de variação que a faz estender para além dos seus próprios limites, ao mesmo tempo que os corpos são tomados no movimento da metamorfose do seu conteúdo, ou na exaustão que os faz alcançar ou ultrapassar o limite de suas figuras” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 56).

A palavra de fuga emerge como um conceito, como uma condição para olharmos para a variação e a deriva instalada na linguagem como agenciamento no AT como apresentamos nos relatos. Ela aponta para um modo de linguagem composto no território em que Paulo está agenciado, segundo um regime de corpo e de enunciados que reverberam outros agenciamentos, ao mesmo tempo que apontam para um modo singular de um processo ou procedimento linguístico que se faz como deslocamento e pelo deslocamento desse território.

A palavra de fuga, diferente da palavra de ordem, vai para além de ordens, para além da significação, da designação ou da manifestação, intervindo e rompendo a circulação entre elas. A variação contínua consiste em fazer passar o enunciado por variáveis fonológicas, sintáticas, semânticas, prosódicas que podem afetá-lo no mais breve instante do tempo. Em variação contínua, o corpo e as palavras não mais se detêm em algum ponto. Nessa variação, já não é possível distinguir uma forma de expressão de uma forma de conteúdo:

É como se uma matéria intensa se liberasse – um continuum de variação: aqui, nos tensores interiores da língua; ali, nas tensões interiores de conteúdo [...]. Assiste-se a uma transformação de substâncias e a dissolução das formas, passagem ao limite ou fuga dos contornos, em benefício das forças fluídas, dos fluxos, do ar, da luz, da matéria, que fazem com que um corpo ou uma palavra não se detenham em qualquer ponto preciso. Potência incorpórea dessa matéria intensa, potência material dessa língua [...]. Na variação contínua, não é nem mesmo possível distinguir uma forma de expressão e uma forma de conteúdo, mas dois planos inseparáveis em pressuposição recíproca. Nesse momento, a relatividade de suas distinções está plenamente realizada no plano de consistência onde a desterritorialização torna-se absoluta, desencadeando o agenciamento (DELEUZE, GUATTARI, 1995b, p.57)

Como foi mostrado na citação, há um plano de consistência (a máquina abstrata, diagramática, dos fluxos ou imanente) “onde” a desterritorialização se torna absoluta, desencadeando o agenciamento. O plano de consistência não é indiferenciado. As diferenças “infinitamente pequenas” implicam uma matéria não formada que servirá de expressão como potência incorpórea e que servirá de conteúdo como corporeidade.

Nesse plano, as variáveis de conteúdo e de expressão não estarão em pressuposição recíproca, pois esta pressuposição refere-se às formas. Entrando em variação contínua, (constituindo palavras de fugas ou um procedimento linguístico), opera-se a aproximação das duas formas, a de conteúdo e a de expressão, a conjunção dos picos de desterritorialização das formas de conteúdo e de expressão, no plano da mesma matéria liberada, matéria não-formada, que retém os tensores e as tensões na expressão e no conteúdo: “Os gestos, as coisas, as vozes e os sons, são envolvidos na mesma ‘ópera’, arrebatados nos efeitos cambiantes da gagueira, de vibrato, de trêmulo e de transbordamento [e de fragmentação]” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 57)

Neste procedimento de variação contínua, os elementos que são heterogêneos acabam por se converter um no outro. A matéria assume o lugar da figura ou da substância formada. Não convém aí agrupar elementos de um lado e de outro, isto é, colocar de um lado intensidades físico-químicas, biológicas, do outro lado, intensidades estéticas, semióticas, linguísticas, pois o plano de imanência conjuga a multiplicidade, rizomatizando todo agenciamento, desde o momento em que ele, o agenciamento, é conduzido a bascular pelos vetores de variação, tensões e tensores de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 1995b).

A relação entre palavra de ordem e palavra de fuga fica mais clara na sequência em que Deleuze e Guattari dizem que o problema não está em escapar da palavra de ordem, mas escapar da sentença de morte que ela envolve, ou seja, desenvolver a potência de fuga e impedir que a fuga caia no imaginário. Assim, é a palavra de fuga, é a variação contínua que podem destacar a linha virtual, o real por trás do cotidiano.

Na palavra de ordem, a vida deve responder à resposta da morte, não fugindo, mas fazendo com que a fuga aja e crie. Existem senhas sob as palavras de ordem. Palavras que seriam como que passagens, componentes de passagem, enquanto as palavras de ordem marcam paradas, composições estratificadas [cristalizações], organizadas. A mesma coisa, a mesma palavra, tem sem dúvida essa dupla natureza: é preciso extrair uma da outra – transformar as composições de ordem em composições de passagem. (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.59)

Essas extrações, transformações e composições é o que parece acontecer nos modos em que Paulo toma a linguagem e se desloca e descola das palavras de ordem. As repetições, os equívocos, as fragmentações e não entendidos parecem compor uma certa desestratificação do território habitual em que ele se encontrava, isto é, constituem modos de fazer a ordem entrar em estado de variação, de modo que a fala é um dos modos dessa variação. Nesse sentido, consideramos uma oralidade maquínica para Paulo, no sentido em que expressa Guattari (2012) quando se refere a uma fala que “não é simples comunicação ou agente de transmissão de informação” (p. 103).

Para esse autor, a comunicação teria deixado pouco lugar à ambiguidade, e a informação necessária e suficiente teria esvaziado a dimensão existencial de expressão. A oralidade maquínica se refere, assim, a blocos de sensações, de afectos e perceptos do plano de imanência real, que são compostos de práticas estéticas para aquém do oral, do escritural, do gestual, do postural que podem desmanchar as significações amarradas a percepções triviais. Esses blocos de sensações, de perceptos e afetos compõem a produção de uma subjetividade do fora que não teme a finitude, a experiência de vida, de dor, de desejo e da morte, mas as acolhe como um tempero da vida (GUATTARI, 2012).

Nesse sentido, as variações inerentes à própria língua em função desta oralidade maquínica, que atribuímos aos modos de Paulo se haver com a linguagem, respondem ao processo de desterritorialização e de experimentação; respondem à produção de uma língua menor, de palavras de fuga constituindo um certo tipo de procedimento de variação, o qual estamos delineando ao longo da tese e que vai (e foi) se destacando nos encontros e desencontros no AT.

Uma língua se faz menor em função de seu poder de variação, de fazer deslocar uma língua maior. Uma língua maior, por sua vez, relaciona-se a uma centralização, a um destaque de constantes e a uma homogeneização, como nas palavras de ordem, em que temos frases gramaticalmente corretas, indivíduos normais, submissões às leis sociais ou discursos pretensamente homogêneos. Língua maior e menor não opõem dois tipos de línguas como se fosse uma dicotomia, mas dois agenciamentos da língua. Veremos mais sobre isso em *Kafka, por uma literatura menor*, na próxima seção.

Podemos reforçar que um agenciamento comporta, então, um agenciamento maquínico de corpos, ações e paixões; um agenciamento coletivo de enunciação, atos e enunciados, transformações incorpóreas atribuídas aos corpos; lados territorializados ou reterritorializados e suas palavras de ordem que tendem a estabilizar o agenciamento, e movimentos de desterritorialização, palavras de fuga, transformações incorpóreas que o arrebatam.

Define-se então o agenciamento: ele tem dois polos, uma dupla articulação. Um voltado para os estratos, em que ele constitui os territórios, os corpos, as obras; e o outro voltado para a máquina abstrata ou plano de consistência-imanência ou de desestratificação, de (des)dobramento. No lado dos estratos (do atualizado) é que há distinção entre forma de expressão que aparece como agenciamento coletivo de enunciação, e forma de conteúdo, na qual aparecem os agenciamentos maquínicos de corpos. “É ele [o agenciamento] que ‘ajusta’ uma forma à outra [...] em pressuposição recíproca” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 104).

No lado desestratificado, virtual ou diagramático, não temos duas faces, mas apenas traços de conteúdo e de expressão “dos quais [o agenciamento] extraí graus de desterritorialização que se acrescentam uns aos outros, picos [de desterritorialização] que se conjugam uns aos outros” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 104). Ainda voltaremos ao tema da máquina abstrata mais à frente.

Importante salientar que na filosofia de Deleuze, o conceito de agenciamento surge no sentido de afastar as concepções de origem e fim; de finalidades e objetivos dados *a priori*, *a posteriori* ou definitivamente; de origens transcendentais, existências em si ou por si, pois sempre se trata de relações de força, (des)encontros e acontecimentos. Um agenciamento, portanto, comprehende os meios, as suas relações e as suas misturas, e se opõe a ilusão de liberdade, de finalidade e de transcendência.

A articulação dos dois braços do agenciamento, agenciamento maquínico dos corpos e agenciamento coletivo de enunciação, se faz em função dos movimentos de territorialização-desterritorialização que vão de um para o outro sem se compensarem. Em Deleuze e Guattari (1995, p. 32):

Um agenciamento não comporta nem infra-estrutura e superestrutura, nem estrutura profunda e estrutura superficial, mas “nivela” todas as suas dimensões [agenciamento maquínico de corpos e agenciamento coletivo de enunciação] em um plano de consistência em que atuam as pressuposições recíprocas e as inserções mútuas.

O agenciamento comprehende um plano de consistência em seu funcionamento de maior ou menor abertura a um *quantum* maior ou menor de transversalidade ou de circulação do [não-

sentido]. Para entender a relação do plano de consistência com os corpos e a enunciação, em função das atualizações do agenciamento, abordaremos brevemente o plano de imanência³².

O plano de imanência é de onde advém, ao mesmo tempo, o atual e o virtual, um em relação ao outro, num movimento que vai de um para outro, plano em que as formas (atuais) estão sendo constantemente dissolvidas para liberar tempos e velocidades (virtuais). É o plano do Real, um plano que só conhece velocidades e afetos. O estrato de organização, constituído no (sobre e pelo) plano de imanência, é inteiramente um outro das formas, dos estratos, das substâncias e dos sujeitos. E não é o mesmo tempo, a mesma temporalidade (DELEUZE; GUATTARI, 1996, 1997).

Por sua vez, o plano de consistência não para de levar partículas a fugirem para fora dos estratos de organização, de embaralhar as formas a golpes de velocidade e lentidão, de quebrar funções à força de agenciamentos (DELEUZE, 1997). Nesse sentido, Deleuze (2010), não recusa a dar ao agenciamento o nome que lhe cabe: desejo.

O desejo comprehende, assim, introduzir os maquinismos ou máquinas desejantes nos agenciamentos-territórios, desfazer estratos organizados, isto é, fazer passar um fluxo inconsciente maquínico-agramatical-diagramático que desestabiliza os territórios cristalizados, estratificados ou organizados, basculando para o lado máquina abstrata, possibilitando a criação e invenção. A máquina abstrata é como o plano de imanência, é o Fora. Retomaremos e definiremos a relação entre os planos e os estratos mais à frente.

Voltando aos agenciamentos, para fazer um delineamento de nossos objetivos, é necessário ainda colocar que a expressão não se reduz a palavras, frases ou proposições e o conteúdo não se reduz a objetos, referentes, conceitos ou significados. A linguagem é uma prática que se exprime em um regime de signos; é uma família de enunciados; uma prática discursiva que não se confunde com unidades linguísticas; enunciados que não designam ou significam ou descrevem coisas e estados de coisas e que não param de fazer cruzar, intervirem, agenciar-se com os conteúdos, produzindo efeitos experimentais que desterritorializam o sistema semiótico. Ou melhor, parece ser uma prática não discursiva da linguagem. Os enunciados são fragmentos (compõem linguagens territoriais), compõem multiplicidades

³² Observamos que parece existir uma flutuação entre os termos “plano de consistência” e “plano de imanência” (Mil Platôs 2); “Corpo sem órgãos” e “plano de consistência” (Mil Platôs 1 e Mil Platôs 3); “Corpo sem órgãos” e “plano de imanência” (Mil Platôs 2 e Mil Platôs 3) em que, às vezes, parecem ser o mesmo conceito e, outras vezes, parecem ser conceitos diferentes. Nesse trabalho não abordaremos esse problema, por não fazer parte de nossos objetivos. Vamos considerar e diferenciar o Plano de consistência e o plano de imanência, embora, como já dito, eles sejam inseparáveis.

transversalizando formações discursivas heterogêneas (ALMEIDA, 2003; DELEUZE; GUATTARI, 1995b).

Para Deleuze e Guattari (1995^a, p. 50-51):

Não existe enunciado individual, mas agenciamentos maquínicos produtores de enunciados. [...] o agenciamento é fundamentalmente libidinal e inconsciente. [...] todo enunciado é o produto de um agenciamento maquínico, quer dizer, de agentes coletivos de enunciação [isto é] multiplicidades.

Como estamos vendo nesta concepção, para Deleuze (2006), não há primado do enunciado, assim como também não há em Foucault. Em relação ao primado do enunciado que aparece em Foucault, Deleuze (2006) diz que esse primado é ponto de ruptura de Foucault com a fenomenologia, e que deve-se dizer que primado não significa redutibilidade ao enunciado. Desta feita, o não-discursivo não se reduz ao enunciado e nem é um resíduo ou uma ilusão. Se o enunciado tem primado é porque o visível apresenta suas próprias leis, sua autonomia e opõe sua forma própria que se deixa intervir, mas sem se reduzir.

Para Deleuze e Guattari (1995b, p. 32), em seu aspecto semiótico:

O agenciamento não remete a uma produtividade de linguagem, mas a regimes de signos, a uma máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua [...]. Há o primado de um agenciamento maquínico dos corpos sobre as ferramentas e sobre os bens, primado do agenciamento coletivo de enunciação sobre a língua e sobre as palavras. E a articulação dos dois aspectos do agenciamento se faz pelos movimentos de desterritorialização [...].

Desse modo não há suficiência da forma de expressão como sistema linguístico, a qual os conteúdos seriam entregues como simples referência, e a pragmática seria entregue à exterioridade de elementos não linguísticos. Isso levaria ao que os autores chamam de máquina abstrata “exclusivamente linguística”, constituída por um conjunto sincrônico de constantes. O problema dessa máquina linguística não é ser abstrata, mas ser insuficientemente abstrata, permanecer num nível de abstração intermediário que permite “considerar os fatores linguísticos neles mesmos, independentemente dos fatores não-linguísticos [...] e considerar esses fatores linguísticos como constantes” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.32).

Retomamos aqui o problema da máquina abstrata diagramática de Deleuze e Guattari em contraposição a essa máquina linguística insuficientemente abstrata. Vemos que, para os autores, é necessário impulsionar essa abstração insuficiente a fim de que as pseudoconstantes da língua possam dar lugar à variáveis de expressão, interiores à própria enunciação. Como consequência, as variáveis de expressão não são mais separáveis das variáveis de conteúdo e estarão em interação. Isso diz respeito a uma máquina abstrata que se define como o diagrama

do agenciamento. Nesse sentido A máquina abstrata diagramática não é um sistema abstrato linguístico, mas uma máquina semiótica que preexiste à linguagem e à língua e constitui regime de signos:

Ela [a máquina abstrata] não faz parte da linguagem, mas é diagramática e sobrelinear. O conteúdo não é um significado nem a expressão é um significante, mas ambos [conteúdo e expressão] são as variáveis de um agenciamento. Enquanto as determinações pragmáticas, mas também semânticas, sintáticas e fonológicas, não forem diretamente relacionadas aos agenciamentos de enunciação dos quais elas dependem, nada terá sido feito. (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 33)

Vimos, então, que a máquina abstrata não é língua ou linguagem pura. Dito de outro modo, é impossível determinar a máquina abstrata como extritamente languageira, como era impossível, na reversão do estruturalismo, determinar a estrutura ou sistema pelo “lado de fora”, determinando e ocupando o lugar vazio, o que, afinal, seria decalcar o empírico sobre o transcendental, como vimos.

Para Deleuze e Guattari (1995b), a máquina abstrata, diagramática (é como o plano de imanência) não é universal ou constante; não existe nela um sistema padrão que garanta sua homogeneidade; ela não é estritamente ou exclusivamente linguística. Daí dizer que não há constantes universais da língua ou invariantes estruturais. Podemos dizer, também, que a máquina abstrata é constituída por variáveis e variações de modo que não há sistema homogêneo ou padrão que garanta sua constância, estabilidade e objetividade.

O que é característico da máquina abstrata é a variação contínua imanente que afeta a língua fazendo-a passar por variações fonológicas, sintáticas, semânticas, caracterizando a língua por suas variantes-variações. A mudança linguística se caracteriza menos pela ruptura do sistema do que pela coexistência de usos diferentes, por exemplo, o “eu juro” dito por uma criança para seu pai; dito por um homem apaixonado à sua amante; por uma testemunha diante do juiz. Outro exemplo: a sequência de repetições na liturgia da missa (amém, amém e amém). Nesses exemplos, a variável não é de situação e o enunciado não permanece o mesmo. Para Deleuze e Guattari (1995b, p. 37),

Não apenas existem tantos enunciados quantas efetuações, como o conjunto de enunciados se encontra presente na efetuação de um deles, de forma que a linha de variação seja virtual, isto é, real sem ser atual, contínua por esse mesmo motivo [...]. Colocar em variação contínua seria fazer passar o enunciado por todas as variáveis – fonológicas, sintáticas, semânticas, prosódicas – que podem afetá-lo no mais breve instante do tempo. Construir o *continuum* do “Eu juro!” com as transformações correspondentes. Esse é o ponto de vista da pragmática; mas esta se tornou interior à língua, imanente, e comprehende a variação de quaisquer elementos linguísticos.

Ainda em termos das variações contínuas da máquina abstrata e da pragmática, os autores relacionam a voz, o som e seus procedimentos de variação. Deleuze e Guattari (1995b, p. 41) dizem que:

[Talvez seja] uma característica das línguas secretas, das gírias, dos jargões, das linguagens profissionais, das fórmulas repetidas em jogos infantis, dos gritos dos vendedores, a de valerem menos por suas invenções lexicais ou por suas figuras de retórica do que pela maneira pela qual operam variações contínuas nos elementos comuns da língua.

Nesta passagem podemos problematizar uma outra maneira de articular os modos como Paulo agencia-se com a linguagem. Nos modos como ele “usa” a linguagem não há grandes invenções lexicais, como podemos ver nos recortes que já foram mostrados, mas podemos salientar que há um modo de fazer variações também através da voz, dos sussurros, de sons e da repetição. Vejamos um exemplo quanto à repetição e a atividade de filmagens.

Podemos nos perguntar primeiro, como a atividade de filmar e assistir aos vídeos constituiu-se no AT como um disparador ou um procedimento de variação e como a repetição, também como um disparador, se fez, como tal, em torno da palavra “homem” e “criança”, que, por sua vez, se deslocaram em torno das imagens que gravamos e das cenas de filmes que Paulo assistiu? Lembramos que temos, como organização do território familiar, a palavra de ordem: “você é homem.” (Você é homem da casa; você é adulto; você não é criança). O enunciado “você é homem” ou a palavra “homem” não se limita à forma explícita. São agenciamentos de enunciação implicados pela palavra de ordem “você é homem”.

Vimos que em um primeiro momento, a partir das atividades, das paisagens filmadas no AT, entre as quais nossas sombras projetadas no chão no AT e, a partir das cenas dos filmes que Paulo assistia (cena do filme Peter Pan, no qual o personagem brinca ou persegue sua própria sombra), Paulo começou a remeter as imagens do vídeo às cenas do filme e ao personagem (*Peter Pan, Capitão Gancho*). Paulo começou a perguntar se ele próprio era criança, e eu dizia que não. Em um segundo momento, em outros encontros, intrigado por esse modo como a pergunta (ora a afirmação) se repetiam (eu sou criança!?), comecei, também repetidamente (conforme ele repetia), a dizer para ele: “não sei, você é criança?”. Então, Paulo passou a perguntar ou a afirmar: “não, eu sou homem!” ou a perguntar: “eu sou homem?”. Então, entramos no jogo, num procedimento de repetição, de modo que as perguntas ou afirmações começaram a se sobressair além da palavra de ordem (você é homem), parecendo carrear enunciados singulares e em deslocamento. Destaco aqui a formulação inusitada ou singular: “eu sou homem-criança”, um enunciado que parece se deslocar da palavra de ordem.

Considerar os enunciados (“eu sou criança?”) ou a afirmação (“eu sou criança) no primeiro momento e os do segundo momento (“eu sou criança?”; “eu sou criança”; “não, eu sou homem”; “sou homem-menino”, vemos que os Enunciados, as suas mudanças não se restringem à forma, mas envolve os disparadores, os movimentos, a intervenção e a implicação entre acompanhado e acompanhante: o ficar entrigado, a mudança da confirmação para a interrogação; a mudança de afirmação para interrogação, a repetição e a produção do enunciado inusitado “homem-criança”. Veremos mais detalhes nos capítulos dedicados a isso. O que queremos destacar são as transformações implicadas entre acompanhado e acompanhante, implicadas com as cenas do vídeo e as cenas do filme e seus personagens. Não são mudanças apenas em relação à forma das frases ou das palavras, mesmo porque essa forma se repete, mas os enunciados não se repetem. Essas mudanças se referem a uma pragmática dos encontros, que envolve a importância dada àquilo que Paulo fala, a implicação, as mudanças envolvidas nesses encontros, isto é, àquilo que se passa entre os encontros, que não se explica isoladamente, nem pelas atividade do AT em si, nem pelas frases ou palavras por elas mesmas.

Voltando ao tema da variação, vamos ver que considerar ou colocar a língua em variação contínua em função da máquina abstrata confere um cromatismo à língua que dá ao pragmatismo suas intensidades e valores. Neste argumentação, para os autores, um estilo é constituído pelo procedimento de colocar em variação contínua, “sendo que um estilo não é uma criação psicológica individual, mas um agenciamento coletivo de enunciação” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.41).

Os modos de “usar”, agenciar e ser agenciado na linguagem, segundo a enunciação coletiva diz respeito a um estilo como procedimento de variação. A pragmática diz respeito à variação contínua, assim como abordamos também uma pragmática em relação aos corpos e suas variações. Nesse sentido, encontramos uma pista que nos possibilita entender essa relação entre estilo e pragmática. Segundo Deleuze e Guattari (1995b, p. 42):

Quando os elementos linguísticos são submetidos a um tratamento de variação contínua, quando introduzimos na linguagem uma pragmática interna, somos [...] levados a tratar da mesma maneira os elementos não-linguísticos, gestos, instrumentos, como se os dois aspectos da pragmática se reunissem, na mesma linha de variação [...].

Na sequência da explanação sobre a variação, a pragmática e o estilo, os autores abordam o procedimento de variação caracterizando-o tanto em relação aos elementos linguísticos quanto em relação aos não-linguísticos, as variáveis de expressão e de conteúdo. Vemos reafirmar-se ai, que o estilo tem a ver com colocar em variação continua a expressão e o

conteúdo, a linguagem e os corpos. Colocar em variação contínua é fazer bascular, ou, em outras palavras, bascular o agenciamento para o lado mais máquina abstrata, ou para o plano de imanência que é o responsável por engendrar as variações heterogêneas.

Considerando a linguagem em sua variação heterogênea e sua multiplicidade, em que consiste fazer um estudo científico da linguagem? Como podemos ver na crítica aos postulados, estamos diante de dois modos de se haver com a linguagem, um que leva em conta a multiplicidade, as heterogeneidades ou a diferença radical; e outro modo, que se fundamenta na elaboração de um modelo científico. O problema com os modelos científicos é que eles tem a tendência de privilegiar os padrões e as constantes, e deixar de fora tudo aquilo que escapa à homogeneização.

Segundo os autores, “O modelo científico através do qual a língua se torna objeto de estudo não é senão um modelo político através do qual a língua é por sua vez homogeneizada, centralizada, padronizada, língua de poder, maior ou dominante” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, 45).

A afirmação acima, refere-se à crítica ao postulado da linguística que sustenta que só se poderia estudar a língua sob as condições de uma língua maior ou padrão. Segundo essa crítica, a ciência ou a necessidade de ciência é que levantaria exigências de um padrão ou ordem. Mais que uma exigência científica, uma exigência política numa relação de forças.

Para Deleuze e Guattari (1995b, p. 46),

Formar frases gramaticalmente corretas é, para o indivíduo normal, a condição prévia para qualquer submissão às leis sociais. Ninguém pode ignorar a gramaticalidade; aqueles que ignoram pertencem a instituições especiais. A unidade [homogeneidade, estabilidade e padrões] é, antes de tudo, política. Não existe língua-mãe, e sim tomada de poder por uma língua dominante [...].

Desse modo, distinguindo-se de uma língua maior, temos uma língua menor que se definiria em função de suas possibilidades de variação. Entretanto, não são dois tipos de língua, mas dois modos ou tratamentos, são duas políticas da língua. De um lado, um modo que trata as variáveis de maneira a extrair constantes; de outro, um modo que coloca as variáveis em variação contínua.

Deleuze e Guattari (1995) afirmam que “As constantes [as homogeneizações] são tiradas das próprias variáveis [...]. Constante não se opõe à variável, é um tratamento da variável que se opõe a outro tratamento, o de variação contínua.” (p. 49).

Fundamentalmente, a língua não se compõe de outra coisa a não ser de variáveis e tomar a língua como constante é um dos procedimentos, um artifício diante dessa variação. O

problema é tomar esse procedimento de homogeneização como finalidade e como centralidade para o entendimento da língua. Dito de outro modo, a língua se dá em uma multiplicidade e heterogeneidade. Nesse ponto, podemos apontar um tipo de reversão da linguística em que vemos reverberar os elementos da reversão do estruturalismo e da platonismo em favor de uma pragmática das variações.

Nessa reversão, a enunciação em seu agenciamento coletivo, não se reduz à atualização de um sistema abstrato que funcionaria em torno de padrões e constantes. A enunciação também não se reduz às regras de ordem para a produção de discursos. A enunciação funciona em uma pragmática e como uma pragmática que diz respeito ao acontecimento que, por sua vez, envolve mudanças e variações de corpos e de linguagem, transformações incorpóreas e enunciados, isto é, multiplicidades e heterogeneidades. O sentido, o [não-]sentido serão pensados a partir do seu lado existencial, em função do enunciado em pressuposição recíproca com os corpos, a partir dos regimes de corpos e enunciados num agenciamento territorial-desterritorializante. A pragmática responde, assim, à reversão do estruturalismo e do platonismo.

Para entender os encontros no AT, os enunciados, os agenciamentos, as atividades, podemos dizer que os encontros dizem respeito à pragmática ou dizem respeito a colocar essa pragmática em funcionamento. Podemos, então, colocar em evidência, as variações e variedades dos modos de nos havermos com a linguagem nos encontros com Paulo, e pensar como os enunciados funcionam em função dos agenciamentos, das atividades, passeios, saídas e dos processos de territorialização e desterritorialização.

Nesse entendimento, o lado existencial quer dizer que o sentido será pensado através dos processos de individuação que ocorrem a partir do campo do problemático inaugurado pelo [não]-sentido, que tem maior ou menor circulação, conforme maior ou menor abertura dos agenciamentos-territórios à transversalidade, às relações de força. O acontecimento aponta que os corpos, em sua superfícies, não se reduzem ao corpo objetificado, corpo com seus órgãos e sensações, ou mesmo o corpo biológico, mas também compõem-se de diferenças que se expressam como o expresso das transformações incorpóreas, sob o modo de efeitos de linguagem, efeitos ópticos e sonoros (LOPES, 2006).

O enunciado como função existencial deve ser entendido no processo de individuação no agenciamento, no qual, impulsionado pela função maquinica desejante, surgem as questões relativas aos encontros, acontecimentos, [não-]sentidos, de um mundo também em processo, a partir do qual, afetados por algo, um disparate, como problemático, somos levados à experimentação.

Como já mostrado no capítulo a respeito da lógica do sentido, o problemático substitui o impossível, ou seja, ao invés da ideia de oposição por contrários, pensados segundo o princípio da não-contradição, temos o problemático. Lopes (2006) nos ajuda a entender isso quando aponta que o impossível deixa de ser pensado como determinado pelo princípio da não-contradição. O princípio de não-contradição determinava a significação do possível e do real. Deleuze afasta-se da determinação do possível e do real dada a partir da representação do mundo já constituído e acabado, já determinado por seus significados dados.

Reverberamos a pergunta de Lopes (2006): como o problemático (o impossível), ou o [não-]sentido podem ter sentido, sendo que ele, o problemático não existe? Ele não existe, mas possui um sentido paradoxal. O problemático ou o [não-]sentido paradoxal não existe, mas insiste nos corpos e subsiste na linguagem, não pertencendo a nenhum deles. Dito de outro modo, algo pode não existir, não ter significado, entretanto, pode ter sentido.

Conforme Lopes (2006) aponta, toda proposição que designa um objeto impossível, nesse caso, um objeto problemático, tem sentido. O problema ao lidar com o problemático é confundir o sentido com o significado ou com o efeito da significação, isto é, recorrer a significados de um mundo dado ou recorrer a sentidos estabilizados sob a forma do bom sentido ou do sentido único. Como vimos na reversão do platonismo e do estruturalismo, o problemático é paradoxal.

Outra dificuldade, é entender que o sentido não se submete à intencionalidade, a uma operação da consciência, da cognição, ou do corpo e suas sensações ou sentimentos, uma vez que o sentido se constitui como Acontecimento, singularidades e multiplicidades, estando assim em função do plano de imanência, assubjetivo, real e em seu funcionamento insconsciente maquínico desejante.

Como vimos, é o Acontecimento que dá condição para a linguagem, pois o Acontecimento [não-]sentido é que distingue sons e corpos, que separa palavras e coisas. O sentido aparece como a distinção, corte, diferença entre palavras e coisas, entre corpo e linguagem. O expresso do sentido, em sua concepção problemática, no modo como se articula com o problemático nos agenciamentos, possibilita designar qualidades, manifestar corpos e significar sujeitos.

Segundo Lopes (2006), o transcendental ou, como já vimos, a imanência, como potência, não deve ser compreendida apenas como uma mera possibilidade. A condição de pensarmos o impossível e o possível é a vida em sua imanência, que produz superfícies e dobras. Ainda segundo Lopes, a plano de imanência não é uma estrutura, mas um potencial. A disparação ou o acontecimento como um disparate indica a repartição dessa energia potencial nos processos de desterritorialização e nos agenciamentos.

Por suas características, por estar em função do plano de imanência impessoal e assubjetivo, o sentido não está centrado na figura do homem, isto é, o homem, a humanidade, ou mesmo o “Eu” não estão ou são a finalidade do processo de individuação quando se fala em “sentidos”. O homem ou o “Eu” não são o centro da significação ou do sentido. O “centro”, se estivéssemos colocando algo como central, seria o processo de individuação na singularidade do acontecimento [não-]sentido em seu campo problemático.

O sentido só pode ser pensado no processo de individuação a partir do campo de imanência, do campo de afetação, do plano assubjetivo, impessoal, em função do qual poderemos compreender os procedimentos de variação ou os procedimentos que podem dizer respeito a um certo ‘eu’. Observamos que não se trata de excluir a palavra “eu” do vocabulário, não se trata de parar de dizer “eu” ou de substituir esse pronome por outra palavra, mas trate-se de agenciamentos em seu procedimento de variação.

O procedimento de variação implica em tornar-se estrangeiro na própria língua, não necessariamente falar uma outra língua ou idioma; implica também ser gago na linguagem e não na fala; ser bilíngue e multilíngue na própria e mesma língua. Como argumentam Deleuze e Guattari (1995b, p. 43):

É ai que o estilo cria a língua. É ai que a linguagem se torna intensiva [se torna experimentação implicada por um procedimento de variação], puro contínuo de valores e intensidades. É ai que toda língua se torna secreta, e entretanto, não tem nada a esconder, ao invés de talhar um subsistema secreto na língua. Só se alcança esse resultado através de sobriedade, subtração criadora [n-1].

O agenciamento diz respeito, então, aos procedimentos de variação do expresso e do conteúdo; remonta então a um regime de signos, uma máquina de expressão na qual as variáveis determinam o uso dos elementos da língua. O Agenciamento com seus dois pólos não se refere, por isso, a uma produtividade de linguagem, mas, como já dissemos, aos regimes de corpos e enunciados. O agenciamento como misturas de corpos e regime de signos é uma montagem ou mistura, e, por isso, implica um hibridismo; combina os traços, os pontos, os fluxos, corpos e palavras, sendo que o estrato lingüístico é uma de suas dimensões, não a única, nem exclusiva, nem privilegiada. O agenciamento é também uma invenção, um artifício. Portanto, os agenciamentos são montagens e desmontagens, bricolagens, hibridismos, de modo que podem se agrupar em conjuntos que constituem culturas ou até idades (DELEUZE; GUATTARI, 1995b).

A relação entre linguagem menor, sentido, artifício, invenção, estilo, bricolagem e agenciamento coletivo de enunciação nos leva a destacar o problema da individuação, e dizer

do que se trata o coletivo na enunciação. Com isso, vamos nos afastar da dicotomia indivíduo x coletivo e frisarmos que a enunciação não é de indivíduo. Embora esteja envolvida em um processo de individuação, a enunciação não se refere a ‘Eu’, ‘Tu’, nem é propriedade um sujeito, como já estamos delineando ao longo do capítulo.

Nessa articulação vamos nos afastar da ideia que reduz o indivíduo à pessoas ou ao sujeito, e vamos nos afastar da ideia de linguagem reduzida a ferramenta de comunicação, reduzida à um código. Isso já tem sido apontado ao longo do capítulo, mas queremos dar destaque para reforçar o entendimento a respeito do indivíduo e da linguagem em função dos processos de subjetivação e agenciamento coletivo de corpos e de enunciados. Através dos agenciamentos e do processo de individuação é que veremos funcionar a pragmática, no nosso caso, a pragmática dos encontros, em que o enunciado revela-se em uma materialidade linguística, o que não quer dizer que é uma realidade da língua, mas uma realidade do agenciamento em sua face de enunciação, em seus regimes de signos.

Com o conceito de agenciamento e individuação poderemos pensar os modos como Paulo se individua num processo em que se desloca das significações e sentidos dados, e lida com a linguagem nos (des)encontros no AT. Na próxima seção, vamos enfatizar os processos de subjetivação, individuação e a relação com os regimes de signos.

1.3.6. A pragmática dos agenciamentos de enunciação, processos de subjetivação e individuação

Para abordar o tema da individuação, vejamos como as relações entre a enunciação, a subjetivação e a individuação podem ser entendidas. Podemos introduzir o tema através do exemplo de um recém-nascido em suas experiências no mundo.

O bebê não distingue o sentimento de si do sentimento do outro. Ele chora, grita, abre e fecha a boca, emite os sons altos, sons baixos, graves ou agudos, ouve ou não esses sons – a lalação, como diz Lacan. Mas ele também, de vários modos, com limitações ou não, abre ou fecha as mãos, balança os braços, mãos, pernas e os pés em vários ritmos, toca ou se esbarra no cobertor, se irrita ou não, assim como acontece com o travesseiro, o berço.

Ele também sente a dureza, a aspereza, a temperatura do que entra em contato com seu corpo; sente dores abdominais, defeca, urina, sente esses odores e esses fluxos; toca a mãe, o pai ou sente o toque deles; suga o leite da mãe, sente o gosto e o calor do leite ou mama a mamadeira; ouve os sons articulados ou não, as risadas, as palavras, as canções que a mãe ou

pai entonam, ou que são veiculadas na tv, no rádio, ou através de instrumentos musicais; ela ouve as entonações diferentes, emitidas pelos pais ou por outros que o encontram.

Temos ai toda uma experimentação, mais em função de fazer e experimentar aquilo que pode um corpo, seus movimentos e suas afetações do que conhecer as coisas no sentido intelectual-cognitivo. Daí a pouco, vemos o bebê, depois a criança, recebendo e sendo circunscrito e se circunscrevendo às palavras, gramáticas, semióticas, discursos de ordem, regras sobre o corpo, sobre o que se pode e o que tem que fazer, falar; onde pode ir ou não pode ir; como agir e como pensar; modos de organização em que a incidência de regras podem impedir, colmatar ou desqualificar a experimentação sobre um território que até há pouco era experimentado de vários modos.

Para Guattari (1980, p. 304),

A criança não aprende apenas a falar uma língua materna; ela também aprende os códigos para andar na rua, certo tipo de relação complexa com as máquinas, eletricidade etc. [...] e esses diferentes códigos tem que se integrar aos códigos sociais de poder. Esse aspecto da troca generalizada entre semióticas é essencial para a economia capitalista.

Guattari (2012) comprehende, nesta elaboração, a produção de subjetividade de maneira polifônica e heterogenética e, nesse sentido, faz referência a Daniel Stern e às formações subjetivas e pré-verbais da criança. Para Stern, segundo Guattari, a criança não passa por fases, mas níveis de subjetivação caracterizados por experiências como as citadas acima, a respeito do bebê ou da criança. Essas experiências vão permanecer em paralelo durante toda vida, conjugando-se com as experiências e outros níveis de subjetivação quando jovem, adulto ou idoso. Esses diferentes níveis de subjetivação e suas conjugações marcam maneiras singulares de se viver, pensar e agir.

Esses níveis de subjetivação permanecem em coexistência, mas nem todos são validados para a sociedade, pois insidem ai, regras, épocas, leis, etiqueta ou palavras de ordem. Esse níveis estão relacionados à uma produção heterogênea de subjetividade e interessam na articulação com os agenciamentos maquínicos e de enunciação pois essa articulação é que marca os modos de viver, os territórios e desterritorialização, e marcam as relações de força que os atualizam. Isto é, temos nesses níveis de subjetivação toda uma relação de forças, temos regimes de enunciados e corpos, que conjugam e determinam-se como supostas fases, marcando, colmatando ou possibilitando experimentações que marcam maneiras de viver, pensar e agir.

Podemos dizer que, ao invés dos “padrões inconscientes da esquemática da infância” psicanalíticos, poderíamos pensar em discursos, práticas, elos de enunciados que atravessam o

sujeito segundo as contingências constituintes dos (des)encontros pelo mundo e com o mundo, ou com o outro, nos territórios mais ou menos cristalizados, nos quais se encontra individuado. Dado o exemplo do recém-nascido, que introduz o assunto, destacaremos abaixo a relação indivíduo-linguagem-território em função dos processos de subjetivação.

Os agenciamentos-territórios, suas relações de força, em seus processos de basculamento, de desterritorialização e reterritorialização; as palavras de ordem e as palavras de fuga; o conteúdo e a expressão; os corpos e os enunciados, respondem pelos processos de subjetivação. A subjetivação como processo implica dizer que não se trata de redução à ideia de um sujeito fixo ou a pessoas determinadas por identificações, nem à idéia de subjetividade interiorizada no indivíduo, mas trata-se de agenciamentos em que se busca “aceder aos processos, ao que se passa entre os estados ou formas, ao que está cheio de energia potencial.” (PASSOS; BARROS *apud* PASSOS; BENEVIDES, 2000).

Faz-se importante retomar como se constitui uma individuação segundo a concepção pré-individual ou assubjetiva, isto é, segundo uma concepção processual. Para isso nos referenciamos em Simondon, como apresentado no livro *Pistas do método cartográfico*.

Para Simondon, o indivíduo não é o resultado final de um processo de individuação, como se o indivíduo tivesse privilégio ontológico e como se sua condição de existência fosse individual. Para esse autor, o indivíduo não é o horizonte de determinação do processo de individuação, mas é uma instância do processo de individuação, de modo que se formos falar em conhecer um indivíduo, é necessário conhecê-lo através do processo de individuação e não o processo através do indivíduo.

Para Simondon (*apud* PASSOS E BARROS, 2009), o indivíduo coexiste com o processo de individuação que, por sua vez, não esgota os potenciais do plano pré-individual, assubjetivo ou do plano de imanência, como trazemos nas articulações da tese. Isso quer dizer que a individuação não faz aparecer como efeito apenas um indivíduo, mas uma multiplicidade em que o indivíduo em seu processo de individuação é apenas uma das partes e inseparável delas. Dito de outro modo, temos uma individuação por hecceidade e não por sujeito. O processo, portanto, a individuação, não faz uma totalização, mas é sempre parcial, por isso, mantém a tensão, a metaestabilidade e as possibilidades de mutação.

A tensão e a metaestabilidade indicam a dinâmica do devir, que diz respeito à contínua transformação, à atividade processual constante, ou seja, diferente de um equilíbrio que garanta o avanço, a delimitação de fases, a posição de sujeito, a passagem de uma fase à outra em função de objetivos a serem alcançados ou problemas a serem superados, a metaestabilidade diz respeito ao problemático, à circulação do [não-]sentido, aos jogos de força presentes no plano,

aos *quanta* de transversalidade que contagia a dinâmica e os elementos agenciados num plano metaestável.

A individuação implica e está implicada em um processo de devir, e o devir escapa à significações. Temos, assim, nesse processo, um indivíduo como parte do processo de subjetivação, mas ele, o indivíduo, não é a finalidade ou o resultado e também não esgota o processo, há sempre um resto, isto é, temos um indivíduo e outros elementos desse processo (coisas, estados de coisas, corpos, enunciados, matéria não-formada, intensidades e afetos) numa territorialidade-agenciamento que não esgota o processo e não se esgota no processo. Isso não se esgota pois a diferença, o [não-] sentido, o deslocamento e dispersão, persistem e insistem como aquilo que resta, que não se reduz nem aos corpos, nem aos enunciados. Esse processo é individuação-acontecimento-atualização-diferenciação.

Como Guattari e Rolnik (2010) afirmam, não há uma subjetividade ou sujeito estanque, mas um processo de subjetivação do qual pode-se ter uma subjetividade ou um sujeito como parte entre partes. A singularização e o processo de subjetivação não estão relacionados com a noção de indivíduo ou uma unidade evidente e referenciável de pessoa.

De acordo com Guattari e Rolnik (2010, p. 42):

O modo pelo qual os indivíduos vivem esta subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização.

Temos, então, não uma subjetividade interiorizada e individuada, mas uma *hecceidade* constituída pela tensão do impessoal, dos deslocamentos, da diferença, da dispersão irredutível ao indivíduo e constituinte da indeterminação e deslocamento do sujeito disperso.

Os elementos postos em jogo encontram sua individuação no agenciamento do qual eles fazem parte. Lembrando aqui a questão do [não-] sentido e do sujeito, reforçamos que, diante da produção de sentido, há uma individuação como processo, mas o sujeito é disperso, em deslocamento para além dos significados estabilizados. Nesse sentido, quanto ao sujeito, este não é passível de identificação, ele não se identifica, não ocupa lugar de sujeito. Só há identidade na linguagem. O problema reside em uma linguagem como ilusão de finalidade, de fixação e estabilização, como já foi apresentado na reversão do estruturalismo e do platonismo. Deslocada dessa ilusão, a linguagem em seu agenciamento e o sujeito disperso e nômade, em processo, podem se compor ou constituir-se como uma criação ou invenção em seus

agenciamentos recíprocos de corpos e signos, em seus diversos e singulares modos de existência.

Dito isso, podemos entender os processos de subjetivação em relação ao agenciamento, às relações de força e ao processo de territorialização-desterritorialização do modo como se segue:

Retomando as características do agenciamento temos, de um lado o polo território com seus códigos, funcionamento estável, reproduutor, que restringe o campo do desejo; do outro lado o pólo máquina abstrata (plano de imanência), molecular, descodificada ou desterritorializada, que carrega novas criações em potência.

Temos, em função desses dois pólos, os movimentos de territorialização e desterritorialização que constituem o processo de subjetivação e coexistem no agenciamento, indo de um para o outro. Esses dois movimentos não se valem, nem se compensam e não são simétricos. Nesse sentido, há uma reterritorialização que se faz constantemente e que dá determinado termo ao devir, determinada efetuação ao acontecimento, determinado indicativo ao tempo, possibilita determinado sujeito. Há também uma desterritorialização simultânea, que libera códigos, carrega estados de coisas e enunciados numa linha de fuga, em palavras de fuga, e que extrai um devir que já não tem termo (DELEUZE, 1998).

O agenciamento em seu processo e como processo, isto é, em seu basculamento, não remete à uma origem ou à finalidade de produção de sujeito ou de sentido, mas um processo, uma invenção ou criação em que estão em pauta a heterogeneidade, a multiplicidade e o sujeito nômade, os afetos e [não-]sentido. Desse modo, o agenciamento é a emergência (o acontecimento refere-se a isso) de um lugar de confrontação, de embate, de relação intensiva de forças.

Retomando as articulações de Mosé (2018), podemos dizer que, no agenciamento, o embate se dá entre forças de expansão, deslocamento, invenção, ficção e forças de resistência; a resultante desse jogo é que se constitui como afirmação ou negação. A afirmação manifesta a vida como configuração provisória, desterritorialização, um devir, o que significa que toda forma fixada é a imposição provisória de uma interpretação.

Nessa articulação, a negação manifesta a fixação, a determinação como finalidade do processo ou do embate das forças. Negação é negar a tensão de forças. Negar é, nesse sentido, esquecer que a vida é invenção e movimento, e considerar que a cristalização, a territorialização ou a estratificação são a finalidade do processo. Nesse entendimento, nega-se a vida como movimento, mudança e devir em nome de outra vida ou outro mundo estável, fixo, em nome de essências, de verdades, de identidades como finalidade (MOSÉ, 2018).

Como emergência, o agenciamento é imprevisível, é um acontecimento. Mais que uma origem, o agenciamento é uma ruptura; é a descontinuidade, a não-simetria, o devir. Isto é, o agenciamento não é “onde” as coisas se originam, mas “onde” elas estão implicadas em seu meio, pelo meio, em suas tensões. Lembremos que meio não quer dizer a metade, medida ou centralidade, mas refere-se ao que está “entre”, em movimento, em um fluxo. A enunciação como agenciamento coletivo encontra-se tomada pelo movimento de criação processual metaestável e não reduzida à criação ou posição de um indivíduo-pessoa-sentido (PRADO, 2018; GUATTARI, 2012).

O agenciamento é que responde pelos processos de subjetivação ou pelas atribuições de sujeito e isso depende do funcionamento do agenciamento, do *quantum* de transversalidade que possibilita o contágio entre seus elementos agenciados, depende também do basculamento do agenciamento para o lado máquina abstrata ou para o plano de imanência.

Para os objetivos da tese, interessa-nos entender melhor a implicação entre os processos de subjetivação e o agenciamento em seu lados maquinico de corpos e seu lado enunciação ou regime de signos. Para fazermos essa ampliação temos que passar pelos regimes de signos que constituem o agenciamento.

1.3.7. Os regimes de signos

Antes de apresentar os regimes de signos, consideremos algumas pistas a partir de Mosé, de Deleuze e de Lopes. Segundo Mosé (2018, p. 96), o signo, no agenciamento, “assumindo o papel de ficção, negando a si mesmo como verdade, pode afirmar-se como invenção, como perspectiva”. Em *Proust e o Signos*, o signo se torna o ponto de “contato” entre o virtual e o atual, em sua coexistência, do tempo de atualização do acontecimento, o aíon. Esse “contato” é que permite a noção de sentido com o qual o signo se investe (Lopes, 2006). Esse contato é que torna possível falar do caráter inventivo, ao invés de afirmação de verdades.

Isto quer dizer que afirmando a relação de forças ou o processo de atualização, a coexistência do par virtual e o atual, temos que o signo se constitui como invenção a partir do acontecimento como corte ou ruptura, a partir daquilo que nos afeta, nos desloca e que nos implica, em perspectiva do agenciamento em sua emergência na relação de forças e como relação de forças. Nesse contexto é que falamos de um signo-[não-]sentido-acontecimento.

Segundo Lopes (2006), Deleuze pensa o sentido sem relacioná-lo com uma consciência, o que mostra a recusa de uma unidade ideal de sentido que faria o mundo aparecer. Como vimos, Deleuze e Guattari pensam o campo transcendental empírico ou plano de imanência

assubjetivo, inconsciente e real, que coloca em xeque a idealidade de um mundo dado de uma vez por todas.

Quando pensamos e falamos em mundo e nos encontros com o mundo, pensamos que nós, enquanto sujeitos individualizados, produzimos, individualmente, sentidos ou efeitos de sentido no mundo. Pensamos, segundo um viés fenomenológico, que a consciência consegue ultrapassar o que seria uma deficiência ou falha da percepção. Entretanto, para Deleuze, segundo Lopes (2006), o acontecer do mundo com sentido é independente de qualquer sujeito humano, transcendental ou empírico.

Pensar o mundo sem o “Eu”, sem a garantia de Deus é justamente pensar sem a garantia da identidade assegurada pela língua ou linguagem, identidade essa que garantiria a permanência do mundo. Quando Deus desaparece, o ‘eu’ e o mundo se esfacelam em diferenças, através das quais pode-se produzir, criar ou inventar algo (LOPES, 2006).

Ao colocar o sentido e o signo no campo do problemático, como Lopes (2006) aponta e como vimos na reversão do platonismo e do estruturalismo, o acontecimento é que torna a linguagem possível no mundo que não se dá só segundo coisas e estados de coisas, mas acontecimentos que não se submetem ao empírico objetivo ou a uma subjetividade individualizada ou solipsista. O acontecimento faz com que o indivíduo esteja imerso na vida. O indivíduo ou a individuação acontece na vida de modo diferente dos outros seres, segundo suas singularidades. O indivíduo e a linguagem estão envolvidos por acontecimentos que perspassam os territórios existenciais.

Explicitado a relação sentido, acontecimento e individuação, podemos nos ater aos signos. Em Deleuze e Guattari (1995b), em se tratando dos regimes de signos, destacamos alguns regimes possíveis que os autores apresentam a partir da crítica que fazem aos postulados da linguística. Para os autores,

Regime de signos é qualquer formalização de expressão específica, pelo menos quando a expressão for linguística. Um regime de signos constitui uma semiótica. Mas parece difícil considerar as semióticas nelas mesmas: na verdade, há sempre uma forma de conteúdo, simultaneamente inseparável e independente da forma de expressão, e as duas formas remetem a agenciamentos que não são principalmente linguísticos. Entretanto, podemos considerar a formalização da expressão como autônoma e suficiente. Pois, mesmo nessas condições, há tanta diversidade nas formas de expressão, um caráter tão misto dessas formas, que não se pode atribuir qualquer privilégio à forma ou ao regime significante. (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 61)

A lista de regimes de signos que apresentam é aleatória, arbitrária e limitada, pois, segundo os filósofos, pode haver muitos outros regimes de signos. Para esse trabalho, a lista que apresentaremos será importante pois nos ajudará a ter referências para compor, como

cartografia, os modos possíveis de agenciar a linguagem, os enunciados no AT com Paulo, ou seja, como funciona a pragmática dos (des) encontros em que o enunciado revela-se em uma materialidade linguística. Nessa composição, usaremos as mesmas denominações dos regimes que os autores usam, entretanto, faremos alguma modificação em função dos encontros no AT, o que explicaremos na ocasião em que isso acontecer.

Os regimes apresentados pelos autores são: o assignificante, o pré-significante, o contrasinguificante, o significante e o pós-significante. Os autores apresentam esses regimes a partir de povos, de épocas e de culturas diferentes. Na concepção que elaboram, esses regimes não se excluem, por isso podem coexistir, mas, em determinadas condições, algum deles pode sobrepujar os demais, dependendo do agenciamento em que são tomados, podendo formar as culturas ou as ideias, como já dissemos. Entretanto, *a priori*, não existe um sistema de hierarquia de signos ou alguma ideia de desenvolvimento de signos. As denominação pré, pós não indicam hierarquia ou desenvolvimento.

O regime significante do signo comprehende o signo que remete a outro signo infinitamente de modo que se torna possível prescindir da noção de signo visto que ele não se conserva. Ele não tem relação com estado de coisas que designa, nem com uma entidade que ele significa, “mas somente [conserva] a relação formal dos signos com o signo enquanto definidor da cadeia significante. O ilimitado da significância substituiu o signo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 62).

O signo no regime significante tem um certo grau de desterritorialização relativa em que é considerado como “símbolo” na remissão constante que faz de um signo a outro, isto é, a cadeia significante pode ser considerada em uma desterritorialização relativa, justamente por ser um amorfo que representa o papel da significação e no qual os conteúdos são dissolvidos em suas formas, isto é, abstraem-se os conteúdos, e desse modo, “o mundo começa a significar antes que se saiba o que ele significava, o significado é dado sem ser por ele conhecido” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b). O signo, como tal, se torna impotente, recebendo sua potência do significante como o senhor do regime despótico paranoico.

Nesse regime, o enunciado sobrevive a seu objeto, o nome a seu dono, o signo sobrevive aos estados de coisas como também sobrevive a seu significado. O signo-significante retorna sempre à sua circularidade para investir um novo estado, um novo significado do qual será extraído mais uma vez, dando a impressão de eterno retorno.

Deleuze e Guattari (1995b) apontam que, na organização significante, há várias circularidades ou círculos e que o signo passa de um a outro desses círculos. Nessas passagens de um círculo a outro, não basta a cadeia significante em que os signos remetem uns aos outros

num movimento de desterritorialização relativa (“operação histérica” de trapaça, o “sujeito histérico” e o seu regime de trapaça), pois os círculos estão ainda voltados para um centro de significância. É necessário, pois, traír esse movimento relativo e saltar para outros círculos, fugindo do déspota paranoico-interpretativo e seu centro de significância.

Por suas características, o regime significante não consegue comportar ou suportar a linha de fuga pois ela excede o grau de desterritorialização que o próprio regime significante é encarregado de bloquear. A linha de fuga é, então, tangente aos círculos de significância e ao centro significante ou de significação que colocam uma organização significante sobre os círculos, sobre a circularidade significante e sobre a trapaça histérica como passagem entre os círculos. Note-se que não basta a operação histérica, pois ela ainda está submetida a organização significante. Mais à frente, explicitaremos, em resposta à organização, a linha de fuga e o seu regime de traição.

Como já foi dito, não há apenas um regime de signos e este regime significante não é primeiro e nem tem privilégio sobre os outros. Nesse sentido, Deleuze e Guattari (1995b) apresentam um outro regime, que é a semiótica pré-significante. Nessa, não há redução à rostidão como substância de expressão e não se eliminam as formas de conteúdo por abstração de significado (como no regime significante). Considera-se, nesse sentido, uma polivocidade de formas de expressão que deslocam qualquer tomada de poder pelo significante: são formas de corporeidade, de gesto, de ritmo, de rito que coexistem com a heterogeneidade das formas vocais. Desse modo, o signo não remete apenas ao signo, mas este é remetido ao confronto, ao embate com territorialidades das quais cada signo é extraído em função dos agenciamentos nos quais pode ser encontrado.

Na caracterização desse regime pré-significante, a antropofagia - devorar o homem, desfazer-se de sua figura de significação, que até é a proposta do estruturalismo, mas que não alcança, como vimos -, tem o sentido de comer o nome, o que é uma semiografia; temos, então, gestos que pertencem a uma semiótica, cuja relação com o conteúdo é expressiva.

Essa semiótica nos é curiosa pois os autores dizem que ela não tem necessidade de compreender para combater e, pela sua polivocidade, está destinada a impedir o que a ameaça, isto é, impedir a abstração universalizante, o despotismo do significante, a uniformização formal e substancial da enunciação tanto quanto a instalação de déspotas significantes.

Outra semiótica é a contra-significante que, no modo como Deleuze e Guattari apresentam, compõe-se de aritmética e numeração em que um número não é produzido como algo exterior à marcação que o constitui, de modo que tal marca é uma repartição plural e móvel, procede mais por arranjos (montagens e desmontagens; conexão e desconexões) do que por

totais; mais por distribuições, corte, transição do que unidades. O que nos interessa é que há ai um tipo de organização espacial associada, que revela um sistema próprio que não é o do regime despótico significante, embora possa ser capturado por ele. O regime contra-significante compõe-se como um princípio de organização de territorialidade que nos interessa em função de articularmos o que chamamos de repetição mecânica e repetição de lineamento. Nesse princípio, a língua despótica significante e interpretativa é colocada em cheque por uma linha de abolição que a atravessa ou destrói, a menos que a conquiste e se integre formando uma semiótica mista.

O regime pós-significante, subjetivo e passional, se opõe a significância e se define por um procedimento de subjetivação. É um regime passional, autoritário e reivindicativo. Nesse, um signo positivo é colocado na linha de desterritorialização relativa do regime significante. Inicia-se ai um processo ou reinvindicação autoritária opondo-se à circularidade significante, à interpretação despótica paranóica. No regime pós-significante não é mais a operação histérica da trapaça, que não parava de animar o significante e a interpretação, mas trata-se aqui de um regime de traição. É o traçado de uma linha de fuga desviando-se do rosto-rostidate do déspota interpretativo. Esse rosto-rostidate que fornecia significados interpretantes era o que reenviava sempre a outras interpretações significantes. Então, ao invés de ceder a uma irradiação significante interpretativa, guarda-se ou inventa-se um segredo como resíduo, um resto que pode reiniciar um outro processo.

Tendo apresentado os cinco regimes semióticos acima, ainda que de modo resumido, poderíamos dizer que, junto ao processo de atualização, basculamento ou diferenciação dos agenciamentos, assim como nos processos de subjetivação, coexistem, inevitavelmente, um sistema caótico, instável e heterogêneo. Este é o que Deleuze e Guattari chamam de um regime assignificante ou agramatical, que também pode ser dito virtual, em função do qual se fará bascular os agenciamentos maquinícios dos corpos e os agenciamentos de enunciação e seus regimes de signos. Ele é o que impulsiona os processos, a partir dos quais será possível invenção, novidade, imprevisibilidade, ou seja, a constituição de uma experimentação estética da linguagem em seus ‘n-1’ regimes de signos.

Apresentamos os regimes de signos para que pudéssemos entender melhor como os signos se constituem e “funcionam” em relação aos agenciamentos e aos processos de subjetivação implicados no agenciamento, o que será delineado na próxima seção.

Porém, antes de passarmos à próxima seção, para marcarmos um ponto problemático da composição da tese no seu desenvolvimento e para entendermos os próximos capítulos, queremos apontar os “resultados” das reversões que apresentamos, ou seja, o que se destaca, o

que ganha primazia com as reversões são: o sujeito nômade ou em deslocamento; os simulacros; a vontade de potência; as relações de força; o objeto X, o [não-]sentido e o acontecimento como condição para a linguagem; a variação pragmática que implica os enunciados, os corpos, os territórios; o plano de imanência, máquina abstrata ou diagramática logicamente anterior aos signos; o conceito de agenciamento; o conceito de experimentação para o AT; o processo de individuação ou de subjetivação, ao invés de um indivíduo pronto ou acabado ou de um sujeito determinado ou interiorizado, ou mesmo um sujeito ou ‘Eu’ transcendental.

Isso tudo tem a ver com algo que pareceria simples: considerar o mundo, ou os encontros no mundo ou com o mundo como estando em movimento, como acontecimento, sempre em devir, sempre em transformação, em composição de movimentos que contagiam e reverberam territórios em seus processos de desterritorialização, em seus agenciamentos, em seus regimes de corpos e regimes de enunciados. De outro modo, considerar o mundo, assim como os indivíduos ou a individuação, como movimento nunca terminado.

Na próxima seção, vamos articular o conceito de agenciamento para mostrar a implicação da experimentação e dos encontros no AT, destacando as superfícies e as dobras, ou seja, os movimentos entre o estrato de organização familiar ou habitual, o plano de experimentação do AT ou como AT e o plano de imanência. Esses elementos serão importantes para as análises que iremos fazer num capítulo próprio.

1.4. Organização, experimentação e imanência: a pragmática da desestratificação e dos agenciamentos

Podemos ver acima que, como a subjetivação é constituída no agenciamento e como agenciamento, esses dois processos (agenciamento e subjetivação) estão implicados, se constituem e são heterogêneos. Como podemos ver também, há vários regimes de corpos e vários regimes de signos, o que nos leva, então, aos vários modos de subjetivação em função de como estes regimes de signos e corpos nos territórios variam e como essa variação pode ser interrompida ou colmatada em função de como o agenciamento bascula ou de como se impede ou dificulta que ele bascule; enfim, em função de como o processo de desterritorialização-reterritorialização é impulsionado, impedido ou colmatado.

Vimos também que será a partir do processo de individuação que poderemos compreender como se dão os procedimentos de variação. Relembramos que, bascular o agenciamento é aumentar o *quantum* de transversalidade, é abrir o agenciamento ao jogo intensivo das forças, ao acontecimento, à relação de forças; de outro modo é, abrir à máquina

abstrata diagramática ou plano de imanência, que por sua vez, responde pela produção de superfícies e dobras.

Nesse entendimento, vamos delinear os processos de subjetivação através dos planos de imanência e do estrato de organização. No capítulo em que abordaremos os planos cartográficos, iremos retomar esses planos e detalhar melhor em função do AT. Para o objetivo aqui, consideramos que bastará um sobrevoo sobre os três. Os três planos já estão sendo abordados neste capítulo 1, todavia, a seguir retomaremos e acrescentaremos outras características em função da pesquisa.

O estrato de organização é o plano das formas e funções determinadas; tem o ‘Eu’ como princípio de organização. Esse plano tende a conservar, estabilizar e cristalizar o território, os códigos, dificultando o basculamento, os processos de desterritorialização-reterritorialização, impedindo a circulação do não-sentido e dos afetos. Esse é o plano dos sujeitos, seus sentidos dados e suas representações; é também o estrato do discurso como liame das representações; é lugar da consciência, das identidades fixas, da subjetividade como interioridade individual. O ‘Eu’ está como princípio de individuação inscrita nesse estrato de organização, de modo que faz perder de vista a singularidade e multiplicidade em nome de uma unidade ou identidade. A identidade é dada pelo estrato de organização. O modo de produção aqui tende a homogeneização e faz apelo à razão, ao “eu penso”, “eu duvido”, “eu sou”. É o estrato da designação, significação e manifestação de um modo de pensar o sujeito nele constituído. Estrato em que o desejo pode estar colmatado, e tal colmatação impede os fluxos, cristalizando-os, impedindo as variações das conexões, as desconexões, as rupturas, os agenciamentos em sua processualidade heterogênea.

O plano de imanência é o plano das intensidades, da matéria não formada e das funções não formalizadas, das relações de forças, do desterritorializado e descodificado; plano de funcionamento do inconsciente real maquínico. É o plano que desfaz as formas, os territórios, as funções e as informações. É um plano produzido enquanto desejante, o que por esta característica, irrompe o estrato da organização. A subjetivação, implicada por esse plano, está imbricada pela heterogeneidade e pela polifonia, constituindo um processo de produção de subjetividade em que temos uma alteridade irredutível que escapa do estrato de organização. Em função desse plano de imanência, o processo de subjetivação está aberto ao basculamento, à processualidade, ao [não-]sentido, de modo que as rupturas constituem processos de singularização não identitário. A individuação é coletiva e há o atravessamento de várias linhas de composição, de territórios, de estratificação, que trazem algo imperceptível que possibilitam novas criações e artifícios.

O plano que queremos articular para pensar o AT ou para o modo de fazer clínica é o plano de experimentação. Articulamos esse plano com o plano de consistência de Deleuze e Guattari. Consideramos que o plano de consistência ou de experimentação é o plano de abertura para o plano de imanência, o plano da apostila de que algo de diferente possa acontecer, por isso, a deriva-cartográfica se constitui na produção desse plano, como já mostramos. Plano aberto ao afetar e ser afetado, aos equívocos, aos desentendidos, ao não-saber e não-sentidos. Desse modo, ele está aberto para a diferença, para a alteridade. O plano de experimentação é um plano em que se propõe dar ouvidos às várias e diferentes vozes, ao jogo de forças, às vozes presentes nos outros planos; é um plano que se abre à deriva e se coloca em deriva em favor dos movimentos, da indeterminação e da processualidade.

Compor ou operar nesse plano de experimentação possibilita aumentar o *quantum* de contágio e propagação entre os outros planos, isto é, possibilita fazer o agenciamento bascular para o lado mais abstrato, aumentando o *quantum* de comunicação transversal ou a transversalidade entre os estratos de organização, experimentação e imanência. Isso implica ampliar o contágio com a máquina abstrata com o nível diagramático ou a relação de forças. Será em função dele que vamos falar da experimentação estética.

Passos e Eirado (2009) nos ajudam a pensar o plano da experimentação no AT quando, no método cartográfico, falam de uma experiência entendida como plano implicacional da experiência. Esse plano implicacional é que responde pela análise e observação que emergem da experiência. A partir do conceito de transversalidade de Guattari, eles apontam que:

Analizar é abrir as formas da realidade, aumentando seu quantum de transversalidade, sintonizando seu plano genético [plano de imanência ou consistência], colocando lado a lado, em uma relação de contiguidade, a forma do fenômeno e as linhas de sua composição, fazendo ver que as linhas penetram as formas e as formas são apenas arranjos de linhas de força. Esse procedimento exige mais do que uma mera atitude descritiva e neutra do pesquisador [...]. Trata-se de mostrar também que todo o campo da observação emerge da experiência entendida com plano implicacional em que sujeito e objeto, teoria e prática têm sempre suas condições de gênese para além do que se apresenta como forma permanente, substancial e proprietária. (PASSOS; EIRADO, 2009, p. 110)

É nesse sentido de transversalidade e implicação que dizemos que no plano de experimentação-transversalidade e báscula, se instala o AT como procedimento-processo cartográfico, crítico e clínico, possibilitando e levando o estrato de organização à experimentação, abrindo ao plano de imanência pela circulação do [não-]sentido, ao plano dos afetos assubjetivos, à metaestabilidade, à relação de forças, ao Fora, possibilitando desterritorializações-reterritorializações, criações e invenções.

O plano de experimentação é um agenciamento maquínico de corpos e de regimes de enunciação, um plano de consistência, uma superfície de estratificação que não se confunde com os estratos. Ele tem uma face voltada para o estrato de organização e outra voltada para o plano de imanência. O plano de imanência é que forma o plano de experimentação, tornando-o mais compacto ou mais espesso no nível dos estratos (DELEUZE, 1995a)

Importante dizer que essa separação que fazemos entre os planos é apenas didática e que os planos de imanência, de experimentação e o estrato de organização coexistem, sendo que o agenciamento é que responde pelas transversalidades, implicações, maiores ou menores articulações, aberturas e passagens entre um plano e outro, isto é, maior ou menor contágio, maior ou menor *quantum* de transversalidade.

Dito isso, temos a relação entre os agenciamentos-territórios em que acompanhante e acompanhado estão agenciados, os planos cartográficos e os processos de subjetivação, regime de corpos e regimes de signos.

Temos no AT e como AT, a intervenção, a deriva-cartográfica como experimentação, a abertura aos procedimentos de variação, procedimentos estes que vão desde o modo de se fazer a clínica com a deriva até o procedimento da linguagem como modo de compor uma língua menor. É o movimento entre um e outro, entre o modo de fazer clínica e o procedimento da linguagem, que constitui a dimensão dos encontros no AT com Paulo. Não há ai nem um ato de genialidade, mas um percurso, uma práxis, um processo. A variação e o estilo nos dão elementos para pensar o AT com Paulo e para pensar a língua menor e a pragmática em seu uso intensivo e que nos leva a articular a linguagem como experimentação estética.

Para ampliarmos mais sobre a língua menor em seu aspecto pragmático e de experimentação em relação à enunciação como agenciamento coletivo, reforçamos que, o que nos chamou a atenção e nos levou as articulações que estamos fazendo é que Paulo parecia, em muitas ocasiões, “usar” ou lidar com a linguagem menos para saber ou conhecer algo, definir, significar, comunicar e informar, e mais para deslocar-se de uma certa organização prévia e dada.

Nesse sentido, parecia-nos também que nos encontros, em seus não entendidos e equívocos, passava-se por experimentações de modos diferentes de se haver com a linguagem em seus regimes de signos, assim como experimentações diferentes com o corpo, suas misturas e regimes. Como estamos mostrando, essa experimentação é mais uma experimentação do desencontro do que de partilha ou da experiência de tornar algo comum, como um significado ou um sentido.

Pensamos, a partir disso, a necessidade de articulação da experimentação ou da enunciação com algo que diz respeito ao saber, mas que também parece-nos um não-saber, ou algo de inconsciente, talvez intuitivo para Paulo e para os encontros. Vamos articular, a seguir, os modos de agenciamento da linguagem em sua enunciação, em seu “uso” não-sabido ou inconsciente.

1.5. O instinto- intuição-experimentação, vontade de potência e a experiência não discursiva da linguagem.

Ao apresentar o agenciamento coletivo de enunciação e os três planos cartográficos, vimos as suas relações com as forças processuais, com a pragmática, com a relação de forças que os corpos exercem uns sobre os outros e os acontecimentos-encontros de corpos. Nesta seção queremos relacionar as forças, a relação entre os corpos, a uma vontade de poder (vontade de potência) mais do que um vontade de saber, ou talvez uma vontade de saber outra, implicada por uma vontade de potência dos agenciamentos e nos agenciamentos dos corpos e da enunciação.

A proposta é relacionar a linguagem no agenciamento e como agenciamento e o corpo com uma vontade de potência a partir de como Paulo é afetado nos encontros a partir da implicação no AT, como já foi mostrado nos relatos e como ainda será mostrado no capítulo 2 e 3. Definiremos essa vontade como vontade maquinica e desejante que há ou haveria entre um e outro (entre corpo-linguagem-territorialidade) mais do que uma vontade de saber, de conhecer, de representar ou simbolizar. De outro modo, pode-se dizer que, o que interessa é a relação entre corpo-linguagem-território atravessada pela produção maquinica desejante em suas composições, linhas e palavras de fuga.

Levando em conta essas características e para co-empreender melhor esses pontos, retomamos a relação da linguagem com o instinto-intuição, levando em conta, agora, a vontade de poder.

Quando abordamos o método cartográfico, vimos a intuição em Zourabichvili, a intuição ao modo de Deleuze-Bergson e explicitamos que a intuição pode ser relacionada, de certa forma e, consideravelmente, com a experimentação porque elas, a experimentação e a intuição, são dois modos de denominar a relação com os fluxos, com o informe, com os afetos, com as variações dos corpos, entre os corpos, entre a linguagem e o inconsciente.

A intuição e a experimentação constituem um modo de, também, lidar com a instabilidade e a indeterminação entre elementos. Nesse sentido, a intuição lida com os processos-

processualidades presentes nas reterritorializações-desterritorializações que acontecem em função do basculamento dos agenciamentos territorializados para o lado mais máquina abstrata, para o plano de imanência.

No limite dessas considerações, uma vez que privilegiamos os processos, processualidades e procedimentos, talvez pudéssemos nos adiantar e dizer que a linguagem em seu agenciamento coletivo é intuitiva, ou que a linguagem é, essencialmente intuitiva antes de significar, denominar ou referenciar; e, por assim dizer, ela se constitui, à primeira vista, como experimentação e na experimentação; constitui-se intuitivamente para além do discursivo e da representação, pois, como vimos, a experiência da duração em Bergson “é uma uma experiência não discursiva [...] em oposição a um tempo recortado em presente, passado e futuro, segundo esquemas espaciais” (GUATTARI, 2012).

A duração, como já foi dito, traz a experiência da vertigem da impermanência, da tensão “entre”, do tempo Aion, do corte ou da disjunção. Talvez a composição entre intuição e a experiência não discursiva fique mais plausível se lembramos que estamos diante de uma filosofia que quer fazer a reversão do platonismo. Para o platonismo, a razão, o intelecto ou o *logos* deve determinar o pensamento guiado e ordenado para o conhecimento. No sentido desse certo neoplatonismo, compreendemos que a razão pode ser entendida como “manipuladora ou hieraquizadora” de elementos supostamente dados. Entretanto, colocando a perspectiva da reversão do estruturalismo e do neoplatonismo, podemos dizer que nem a razão e nem o pensamento estão necessariamente subjugados ao objetivo de conhecer os princípios, as causas, ou subjugados à finalidade de fazer categorizações ou classificações em estratos de organização.

Pensamos, então, no que diz respeito à linguagem no agenciamento coletivo, em uma experiência não discursiva da duração, em que a linguagem não estaria a serviço da razão e/ou do intelecto ou não se reduziria demandas de estabilização, conhecimento, identidade e fixação, também por isso não se reduziria ao regime cognitivista de um pensamento consciente em sua função de conhecer, baseada no sujeito egológico capaz de fazer sínteses; também não se reduziria a significar, designar ou manifestar um sujeito; não se reduzira ao simbólico, nem à representação ou ao discursivo. Temos ai a linguagem intuitiva voltada para as relações de forças, para o campo do problemático, para a vontade de potência.

Isto significa que lidar com a linguagem, os corpos, os territórios em seus processos de territorialização e desterritorialização; considerar o [não-]sentido, o campo do problemático é colocar em jogo uma vontade de potência, abrir-se ao afetar e ser afetado dos (des)encontros. Isso implica a intuição como um modo de conhecimento, de fazer-saber.

Com a finalidade de estender as considerações acima (a linguagem, a vontade de potência, o afetar e ser afetado, a intuição e conhecimento), e, principalmente, para co-empreendermos a intuição como um instinto ampliado em Bergson e o instinto em Nietzsche-Deleuze-Guattari, recorreremos à distinção entre vontade de verdade e vontade de potência apresentada no livro de Roberto Machado *Nietzsche e a verdade*. Articularemos com esse filósofo por ele ser um interlocutor do território de filosofia já apresentado e por apresentar a concepção de vontade de potência, e também porque ele traz a relação entre vontade de verdade e vontade de potência de modo preciso para o que precisamos para este trabalho.

Acompanhando o percurso feito por Machado (2017), vemos que conhecer não é explicar, mas interpretar, e, nesse sentido podemos ter várias interpretações em função das várias forças presentes como relação, inclusive a interpretação segundo a organização de um regime significante. Observe-se, pois, que as interpretações variam em função das forças ou das relações intensivas de força, e não das intenções das pessoas com seus interesses, segundo um regime de cognição ou significação. Isto é, a interpretação pode ser colocada no cômputo do agenciamento, e se constitui como tal e, em consequência, a interpretação está implicada num processo de subjetivação/individuação.

A interpretação é uma perspectiva, um ponto de vista segundo os processos de individuação e as relações de força. A interpretação se relaciona com os agenciamentos e territórios, desterritorialização e reterritorialização que impulsionam, impedem ou condicionam o desejo e os processos de subjetivação.

Nesse entendimento, a relação de forças e diferenças, o conhecimento, a interpretação e a linguagem não se reduzem à procurar o sentido das coisas como vontade de verdade, mas introduzir, impor, produzir, criar um sentido a partir do [não]-sentido. Como já dissemos, é intervir para conhecer, para criar. O conhecimento, por sua vez, não tem nada a descobrir, não se caracteriza pelo que descobre, mas ele tem o que inventar (MACHADO, 2017).

Nesse aspecto, apontamos que esse modo de pensar a interpretação e/ou conhecimento se aproxima da proposta de interpret-Ação no AT em função do papel da invenção que estamos articulando na tese. Como já foi dito, foi tomando a noção de ótico, sonoro e o conceito de deriva, que pensamos uma interpreta-Ação flutuante como um modo de ação flutuante e à deriva. Desse modo, no AT temos uma ação que flutua mais do que a arremata ou a encerra, ou seja, uma ação que se articula como um ponto de báscula, o que pode possibilitar sair do esquema ação-reação/sensório-motor de um estrato de organização. Afastar do esquema sensório motor é abrir-se à indeterminação do plano experimentação-imanência; é também

afastar-se de um modo cognitivista de agir e pensar, e possibilitar aberturas para o (des)encontro em função da instabilidade produzida pela báscula-flutuação.

A consciência utiliza-se de esquemas sensório-motores de um estrato de organização para suportar o que lhe é insuportável ou se afastar do que lhe parece desagradável, ou seja, o devir, a instabilidade, a vertigem. Para ultrapassar a consciência e seus esquemas sensórios motores e para quebrar os modos habituais de se encarar o mundo, é necessário sair das representações, dos clichês, significados e significações que nos fazem ver, ouvir, falar segundo exigências e finalidades econômicas, religiosas, psicológicas, sociais ou culturais, que se tornam e se tomam como verdades.

Em relação ao AT, apropriando-nos também desses apontamentos feito por Machado (2017), os pensamentos são ações, interpretar é formar, atualizar, (des)territorializar, agenciar as relações de força dos territórios, agenciar-se nas relações de força, fazer misturas, compor híbridos. Interpretar ou a interpret-Ação é tomar a atividade, a práxis dos encontros na relação de forças, ou seja, tomar o processo pelo meio.

E daí podemos também dizer que conhecer é inventar-*invenire* novos modos de agir, pensar e sentir. E, no sentido do que já apresentamos, intervir-inventar é interpretar e a interpret-Ação se constitui numa ação de intervir no estrato de organização, interpelar o território e inventar (*intervenire*), enfim, agenciar-se com aquilo que escapa, um fragmento que deriva ou um fragmento de deriva, algo que nos acomete, nos acontece e que nos tira dos modos habituais-habituados de pensar, agir, sentir, ou seja, que nos afeta.

Nesse entendimento foi que compomos as derivas no AT, em relação às atividades e em relação à mantermos ou tentarmos manter um “diálogo”, uma “conversação”, uma escuta nos encontros, mesmo em meio ao que não era bem definido, mas deixando-nos afetar.

Machado (2017, P. 137) diz que “o conhecimento não se realiza extirpando, evitando os afetos, os desejos ou as paixões”; o conhecimento não se funda com o objetivo de descobrir a verdade, separar a essência da aparência ou o imaginário do real; a aparência não é um aspecto negativo da verdade, a aparência aqui é inexorável, é inelutável, é irrefutável.

A intervenção-conhecimento constitui-se, assim, em conhecer o que pode um corpo, seus afetos e suas paixões; ela é a expressão das relações de força nas quais se agencia e está agenciado. Conhecimento é, então, vontade de potência; é o resultado das lutas, dos embates do jogo de forças. O conhecimento é, então, “pático”, “constituído por afetos estéticos complexos que apreendemos [i]mediatamente e globalmente, não pelo acúmulo de informações distintas” (GUATTARI, 2012, p. 143).

Daí dizermos que no AT, o conhecimento vem na e da experimentação do jogo de forças presente nos agenciamentos-territórios e os seus movimentos de desterritorialização. Note-se o conhecimento e a sua relação com a política como relação de forças. Nesse sentido, o conhecimento é um ato de agenciamento e misturas de corpos e de enunciados em seu coletivo de enunciação; o conhecimento é o mais potente dos afetos³³.

Considerando as relação de forças, segundo Machado (2017, p. 139), “o conhecimento não vem de uma força determinada, de um sujeito ou de uma pessoa particular, mas, provem das relações de forças entre forças dominantes e dominadas [presentes nos processos de desterritorialização-reterritorialização em um agenciamento cristalizado ou basculante]”.

As forças, para serem (co-)empreendidas enquanto tal, enquanto força, devem ser vontade de potência mais que vontade de saber. Como vontade de potência, o ato de conhecimento é um processo de artífice, de conectar e desconectar, de agenciar e ser agenciado. O artífice ou artista é “aquele” que, ao invés de descobrir verdades e essências do mundo ou determinar finalidades e objetivos, ele cria, ele inventa. Temos assim o elogio da invenção e criação através da experimentação dos afetos de que se é capaz, isto é, afetar e ser afetado.

Podemos falar em uma verdade, mas a verdade aí é alguma coisa que está para ser criada, é uma ficção que dá nome a um processo - foi nesse sentido que demos o nome de ‘Paulo’ a esse processo. A verdade é uma vontade de diferenciar-se (a paixão pela diferença), de ultrapassar-se, de tal modo que o pensamento ultrapasse a consciência que se tem dele, assim como o corpo ultrapasse a consciência que se tem dele. Vontade de potência não tem a ver com dominação, controle, homogeneização ou com a vontade de tudo conhecer e tudo desvendar em nome de uma verdade qualquer.

Se quisermos falar em verdade poderemos remeter a um certo falar da verdade, mas não como lugar de verdade, mas como lugar de vontade de potência. Uma verdade que não é ou não vem do modelo neo-platônico de avaliação e hierarquização, da separação entre intelecto e sensível, corpo e mente, paixão e razão, homem e natureza, indivíduo e sociedade; uma verdade que se afirma e afirma, diante da ausência de sentido, o [não-]sentido da vida e da dor, o *pathos* da experiência dessa ausência de sentido. Uma ausência de sentido ou a insistência do [não-]sentido irredutível ao conceito, à representação ou ao simbólico.

A despeito da ausência de sentido, Nietzsche afirma a vida e o horror do mundo. Para ele, não há deus, nem religião, nem ideologia, nem estado ou revolução que possam dar sentido ao mundo, o que não quer dizer que valha qualquer coisa, segundo a fórmula: “se deus está morto,

³³ André Martins. Café filosófico em 30 de Outubro de 2011.

tudo é permitido”, mas que diante da ausência de sentido se afirme a potência da vida como criação, sem necessidade de recorrer a um além mundo. Isso significa tornar a vida criadora, uma criação imanente que não cobre de sentidos absolutos a ausência absoluta de sentido; isso quer dizer não mascarar a dor de viver “criadoramente”. Viver criadoramente face a ausência de sentido é o que caracteriza o trágico, o amor fati (o trágico amor fati), segundo Nietzsche (1992).

Será também a partir da relação entre a intuição ou a vertigem de ser afetado e afetar, isto é, a intuição da vontade de potência que poderemos falar da pragmática de uma linguagem menor, intensiva, implicada nos agenciamentos, pois ela tem a ver com uma criação-experimentação que carrega a marca do *pathos* ou do trágico do [não-]sentido.

Isso quer dizer que a pragmática ou o procedimento de uma linguagem menor, como estamos pensando em relação à linguagem em um aspecto geral, mas também em relação a Paulo, não se dá como conhecimento, razão ou racionalidade em sua vontade de saber, que ele determinaria e controlaria, segundo intenções, o que se deveria ser dito, falado ou feito, nem a hora certa, o momento ou o efeito exato daquilo que se fala. A linguagem menor constitui-se no *pathos* de afetar e ser afetado, com a dor de viver “criadoramente” em face daquilo que parece não ter sentido ou ser ininteligível, isto é, em face de uma questão que surge para Paulo, questão que constitui o campo problemático, nos agenciamentos-territórios nos quais se (des)encontra.

Diante do que lhe afeta, aquilo que é indefinido, indistinguível entre uma palavra e uma coisa, Paulo experimenta, intuitivamente, em agenciamentos coletivos de enunciação, em função dos territórios e desterritorializações, um modo de se haver com o que lhe afeta, um mínimo de território. O AT se constitui, abrindo-se a essa experimentação do outro, com o outro e como Outrem.

Como vimos a partir de Mosé (2018) e articulando com o exposto aqui, a linguagem, como experimentação, como vontade de potência é que caracterizaria o procedimento da linguagem menor, pois ela está em função de uma atividade, de uma prática criativa, inventiva, instintiva ou intuitiva. Em seu caráter afirmativo, temos, em relação à linguagem como vontade de potência, a impossibilidade da verdade, ou melhor, temos o seu caráter fictício e a invenção como perspectiva. Dito isso, poderemos abordar na próxima seção, o que se chama, na filosofia de Deleuze, de linguagem menor e o procedimento de variação que a engendra no e como agenciamento coletivo de enunciação. Para entender isso, abordaremos o livro *Kafka, por uma literatura menor* ou apenas *Kafka*.

1.6. Uma linguagem menor: kafka, o procedimento e o at

Deleuze e Guattari, no livro *Kafka*, apresentam o conceito de agenciamento coletivo de enunciação. Tal livro foi escrito antes de *Mil platôs 2* (edição brasileira), que também aborda os agenciamentos como já mostramos no capítulo sobre os postulados da linguística. O que nos interessa aqui, ao voltar ao conceito de agenciamento em *Kafka*, é a literatura menor e o destaque dado à língua menor.

Por ocasião de apresentar o que seria uma literatura menor, os autores mostram que esta não é feita por uma língua menor, mas pelo que uma minoria faz com a língua maior. O que se coloca é que, na literatura menor, a língua é afetada por um forte coeficiente de desterritorialização, em que a língua maior, homogênea ou dominante seria “minorizada (operação de subtração (n-1))” por um uso menor da língua, isto é, por uma língua menor.

No livro em questão, Deleuze e Guattari (2014) mostram que Kafka define, do seguinte modo, “o impasse que barra aos judeus de Praga o acesso à escrita, e faz de sua literatura algo de impossível: impossibilidade de não escrever, impossibilidade de escrever em alemão, impossibilidade de escrever de outro modo” (p. 35). Com o impasse, tem-se toda a luta e embate dos judeus de praga em escrever em alemão e, nesse embate, o alemão de Praga torna-se uma língua desterritorializada, própria a estranhos usos menores (DELEUZE; GUATTARI, 2014). Kafka se encontra ou se desencontra ai – agenciado e fazendo agenciamentos -, a partir dessa problemática sócio-político-econômico-desejante-literária-linguística, um judeu de Praga se vendo obrigado a escrever em alemão.

Embora essa pesquisa não trate da escrita especificamente, os elementos apresentados em *Kafka* nos chamam a atenção. Tais elementos podem ser entendidos sob três pontos imbricados, como se segue:

Primeiro ponto: como fazemos (nesse caso, refiro-me, mais precisamente à Paulo, mas, de modo geral, vale para os indivíduos) diante de uma língua que, desde que nascemos, nos é ou nos parece em grande parte estrangeira (foi “feita” sem nossa participação); é desconhecida, cheia de segredos, e que somos “obrigados” a aprender a “usar”, ouvir, repetir (e quem sabe, até inventar ou criar algo novo)?

No segundo ponto, trata-se da impossibilidade de inventarmos e usarmos uma língua própria ou particular da qual supostamente saberíamos tudo sobre ela, de modo que, tudo que falássemos assegurasse que seríamos entendidos e nos assegurasse um lugar de conforto e segurança.

O terceiro ponto diz respeito ao fato de que nos encontramos na situação de, forçosamente, nos havermos com uma linguagem ou falas sempre impostas, sempre estrangeiras. Parece estarmos sempre diante de coordenadas semióticas dadas, de significados dados e sentidos estabilizados quanto ao que falar, fazer e como proceder.

Esses três pontos resumiriam o que nos parece se passar com Paulo em relação à linguagem e em relação ao corpo; em relação aos territórios-agenciamentos nos quais ele se encontra agenciado, mas em função do que, também, pode se constituir um procedimento de variação como estilo em um processo de individuação.

A partir desse três pontos podemos dizer que não há língua materna, que só haveria língua estrangeira, que se tornaria maior e homogeneizante e, de algum modo, pretensamente necessária para um processo de organização, um certo modo de territorialização, um certo modo dominante de subjetivação que serviria para o estabelecimento de um regime de enunciação significante, e um processo de subjetivação-sujeição. Dito de outro modo, talvez a língua materna seja essa língua estrangeira tornada dominante, tomada em uma função homogeneizante, segundo suas palavras de ordem.

Esse contexto é que nos traz questões que são uma reverberação ética e política nos encontros com Paulo, que é também o que reverbera da repercussão da linguagem menor em *Kafka*.

Segundo estamos vendo, é possível um uso menor, relativo aos processos de subjetivação, com as suas variações de regimes de corpos e de enunciação. Esse uso menor caracteriza-se por tornar-se estrangeiro na própria língua pretensamente homogênea, seja a língua materna imposta e homogeneizante, seja a língua estrangeira imposta como era para *Kafka*.

Para entendermos o uso menor, iremos direto para a discussão na qual Deleuze e Guattari estão tratando do problema da expressão. Lembrando que, como já foi apresentado, nos agenciamentos coletivos de enunciação, há formas de conteúdo e formas de expressão. Do conceito de agenciamento, destacaremos a expressão, pois Em *Kafka*, os autores dizem que só ela nos dá o procedimento. A partir do problema da expressão na literatura menor, poderemos traçar pistas que nos ajudem a pensar a relação entre a língua maior, língua menor, a experimentação estética, o procedimento da língua menor ou de minorização da língua, e os encontros no AT.

Em se tratando do procedimento, ainda que de modo geral, vemos que este se refere aos modos como autores, entre os quais, Proust, Wolfson, Roussell e o próprio Kafka, referenciados por Deleuze, Guattari e também por Foucault, constroem uma língua menor, uma língua estrangeira, através de um procedimento de montagens e desmontagens, ora em relação aos

fonemas, ora em relação ao sentido, ora em relação à fragmentação e ora em relação à sintaxe. Esses procedimentos são variáveis em cada caso, para cada um desses autores, pois referem-se à singularidade dos agenciamentos-territórios nos quais se encontram e se individuam.

Segundo Deleuze (1997, p. 18), o procedimento em Wolfson consiste em, diante de uma palavra da língua materna,

Encontrar uma palavra estrangeira com sentido similar, mas que tenha sons ou fonemas comuns [...]. Uma frase materna qualquer, portanto, será analisada nos seus elementos e movimentos fonéticos a fim de ser convertida numa frase de uma ou mais línguas estrangeiras ao mesmo tempo, semelhantes a ela no som e no sentido. A operação deve ser feita o mais rápido possível, tendo em vista a urgência da situação [e também] exige tempo, tendo em vista as resistências próprias de cada palavra, as inexatidões de sentido que surgem em cada etapa da conversão [...].

Roussel, por sua vez, faz um procedimento dentro da própria língua francesa, convertendo “uma frase originária em outra, de sons e fonemas semelhantes, mas de sentido totalmente diferente” (DELEUZE, 1997, p. 19). Nesse procedimento,

Uma primeira direção dava o procedimento amplificado, onde palavras associadas à primeira série eram tomadas num outro sentido associável à segunda, [por exemplo] (“taco de bilhar” e “taco de quem está a pilhar”). Uma segunda direção conduzia ao procedimento evoluído, onde a própria frase originária era tomada em compostos autônomos, como “*j’ai du bon tabac...*” (tenho um bom tabaco) = “*jade tube onde aubade*” (jade tubo onda alvorada). (DELEUZE, 1997, p. 19)

Vimos referências ao procedimento quando tratamos da reversão do platonismo e do estruturalismo. Nessa referência, Deleuze apontou, no artigo que abordamos, que os procedimentos linguísticos em Roussel, (e em Mallarmé), são procedimentos que fizeram e fazem a literatura moderna jogar com toda a topografia, com toda uma tipografia do ‘livro por vir’. No artigo, Deleuze mostrou, também, a importância que os procedimentos linguísticos tem para assegurar a circulação do [não-]sentido, do objeto X, e ressaltou que, para os propósitos do artigo, naquele momento, ele estava apenas mostrando a eficácia da casa vazia para a instalação do procedimento (DELEUZE, 2006). E é isto que nos interessa destacar em relação aos procedimentos: a relação entre o objeto X, a casa vazia, o [não-]sentido, o simulacro, o sujeito disperso e o procedimento de uma linguagem menor.

No artigo, vimos que os procedimentos e a casa vazia tem sua relação de dependência e reciprocidade, ou seja, os procedimentos asseguram a circulação da casa vazia, do objeto X e a circulação deste é eficaz para o procedimento linguístico de minoração da língua. Isso coloca em cena a práxis ou uma pragmática – como também vimos na reversão do estruturalismo -, e

um processo inconsciente que se relaciona com o sujeito nômade, disperso e com a produção de diferença. Esse processo ou essa práxis inconsciente coloca em cena o caráter pré-individual, assubjetivo, pré-singular do plano de imanência; coloca em pauta o [não-] sentido que produz sentido, a diferença e a primazia do acontecimento.

Dito isso, poderemos abordar o problema da expressão, assim como poderemos entender o procedimento em *Kafka*, e os outros procedimentos mostrados acima e, também, ter pistas para pensar o procedimento nos encontros com Paulo.

Ao tratar da expressão, Deleuze e Guattari (2014) dizem que a linguagem ordinária, extensiva ou representativa está como instrumento do sentido (bom senso e senso comum): “como sentido próprio, que preside à afetação de designação dos sons e, como sentido figurado, preside a afetação de imagens e de metáforas” (p.42). Para os autores, a linguagem (ordinária ou homogênea) está reterritorializada no sentido, ela se instala de saída e diretamente no sentido, como se ele estivesse dado, estabilizado ou em função de estabilização. É o que temos na frase materna, em Wolfson; na frase originária em Roussel; e é o que se dá no estrato de organização, conforme já apresentamos.

Pensando o AT com Paulo, a linguagem, em seus agenciamentos cristalizados, estaria sob a fórmula “isso é assim”, “isso é desse jeito”, “você é isso”, “você não é assim”; ou “você é homem, você é adulto”; ou como eu dizia para Paulo: “vamos fazer isso”, “vamos fazer aquilo outro”, “não entendi o que você disse”, isso é, temos um território organizado, palavras de ordem instaladas no sentido e como sentido dado, lembrando que elas não se reduzem ao modo imperativo como já foi mostrado na crítica aos postulados da linguística. O que torna possível, nesse território, uma invenção ou a constituição de um procedimento, de uma desterritorialização-minoração?

Pensamos que nos encontros com Paulo, com a experimentação, o que ocorre é que o som ou a palavra desterritorializa-se no processo de desterritorialização-acontecimento-encontro, sem compensação dos sentidos. Isso acontece pois um processo de individuação é impulsionado pelo afetar e ser afetado nos encontros. O som ou a palavra não mais se fixam nos supostos sentidos da linguagem originária, ordinária de um território familiar e do hábito, e nem se fixam como linguagem sensata, embora derivados dela. Podemos ver isso nos primeiros relatos e poderemos ver isso nos diálogos fractais, que serão apresentados no capítulo 2 “entremeios”.

Os elementos que “compõem” desterritorializações, compõem tensores da linguagem, capazes de fazê-la entrar em variações. Como exemplo, podemos dizer que as repetições (do acompanhante e do acompanhado); a fragmentação das frases e palavras; a dicção difícil dos encontros consonantais; a entonação, o não saber se Paulo fazia uma exclamação ou

interrogação; a repetição de uma palavra (palavras curinga) que, em “contextos” diferentes, acaba por perder o sentido, ou o sentido é apenas vagamente pressentido, pois essa palavra vibra ou tensiona sobre si mesma.

Paulo fala rápido, a fragmentação e a dicção difícil faz com que não se compreenda o que se diz; a repetição de expressões, a inserção e a mudança de vários assuntos, a repetição de frases ou palavras, a indeterminação das composições como “vou beijar meu avô até morrer-viver”, “sou adulto-criança” ou “sou velho-novo” ou a presença de frases repetidas que parecem vir de outros diálogos, parecem fazer com que elas, as palavras, as expressões ou as frases, soem numa linha de *nonsense* que parece não ter sentido em si mesma.

Os nomes próprios que aparecem (*Banner, MaCgyver, Paulo, Gil*) também parecem, às vezes, funcionar dessa maneira, isto é, numa linha de *nonsense*, uma vez que, parecem não ter sentido em si mesmo, pois nos dão a impressão de evocar ou dizer respeito a vários elementos ao mesmo tempo: um personagem de filme, de desenho, um ator, um cantor até mesmo referir-se ao próprio Paulo; também parecem ser, às vezes, uma repetição mecânica aleatória; assim como parecem evocar uma qualidade, uma intensão ou mesmo uma intensidade. Vamos detalhar isso em momento oportuno.

Já adiantamos em dizer que a linha de *nonsense* neutraliza o sentido (o seu bom senso e o seu senso comum) pela variação e heterogeneidade que produz. Melhor dizendo, o [não-]sentido neutraliza o sentido, o sentido próprio ou o bom senso; e, quando se neutraliza o sentido, a palavra dá o nascimento da imagem (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 44). A pergunta que fazemos é: como esse procedimento de descompensação e desterritorialização do sentido funciona em sua relação com o sentido como problema da expressão? Encontramos em *Kafka* algumas pistas que podem nos ajudar a pensar.

Segundo Deleuze e Guattari (2014, p. 57), o problema da expressão consiste em que não há correspondência entre forma de conteúdo e forma de expressão, “mas [nos encontramos] diante de uma máquina de expressão capaz de desorganizar suas próprias formas, e de desorganizar as formas de conteúdos, para liberar puros conteúdos que se confundirão com expressões em uma mesma matéria intensa”.

Nesta concepção, “a expressão deve quebrar as formas, marcar as rupturas e as ligações novas. Uma forma estando quebrada, reconstruir o conteúdo que estará necessariamente em ruptura com a ordem das coisas. Arrastar, adiantar-se à matéria” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 58). Temos com esse modo de funcionamento uma máquina de expressão constituindo o procedimento de uma literatura menor em *Kafka*. Como já foi dito, uma literatura menor tem

a ver com aquilo que uma língua menor faz com uma língua maior, majoritária, homogeneizante.

No contexto da lógica do sentido, vimos que o sentido é a fronteira entre a proposições e as coisas. No contexto da crítica aos postulados, vimos que o sentido-acontecimento é a fronteira entre expressão e conteúdo. Em todo caso, o sentido como função expressiva instaura, mais que uma dualidade radical, uma articulação-passagem entre um lado e outro, entre proposição e coisa, entre significado e significante; ou entre conteúdo e expressão; entre palavras e coisas; entre corpo e linguagem, de modo que um poderia fazer o papel do outro. Em Kafka, com o agenciamento em seu lado maquínico dos corpos e seu lado coletivo de enunciação, temos a língua menor como máquina de expressão.

A língua menor como máquina de expressão, é capaz de desorganizar as próprias formas e as formas de conteúdo. Desse modo, a língua menor inventa um rizoma que “comunica” os elementos do agenciamento, do território, as formas de conteúdo, numa linha de fuga, num agenciamento maquínico. No caso de Kafka, a política, a economia, a burocracia e as leis são levadas pelo movimento da linha de fuga presente nas cartas, nas novelas e nos romances. Em cada um desses elementos da literatura de Kafka, uma linha de fuga se sobressai de um modo diferente (DELEUZE; GUATTARI, 2014). Não se trata mais de conteúdo e as suas respectivas ordens das coisas. Temos um caso de agenciamento maquínico. Nesse agenciamento:

A expressão precede o conteúdo instaurando, intervindo nele um inacabamento mútuo, isto é, tanto na expressão, quanto no conteúdo. A enunciação faz-se uma com o desejo, por cima das leis, dos estados, dos regimes. Enunciação, no entanto, sempre histórica, ela mesma política e social [...]. [A enunciação é] uma micropolítica, uma política do desejo, que coloca em causa todas as instâncias. (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 78)

Vemos que em *Kafka*, na enunciação como máquina de expressão, algo sobressai em seus agenciamentos (cartas, novelas, romances), irredutível ao expresso do enunciado e à mistura dos corpos, isto é, subsiste e insiste o [não-]sentido, a diferença que não se atualiza, que é irredutível às palavras e às coisas, ao conteúdo e expressão, e que não para de dirigir as linhas de fuga e os agenciamentos maquínicos.

Quando abordamos a lógica do sentido, vimos o sentido como algo que animava o deslocamento em que as palavras-valises, como procedimento linguístico, não passavam de um procedimento entre outros para assegurar a circulação do objeto X ou objeto estético, para evitar que o sujeito ocupasse posições imaginárias.

Esse algo constitui-se como objeto estético, aquilo que é irredutível na expressão e conteúdo, e que circula e bascula os agenciamentos. Em função do objeto estético já não há mais designação de alguma coisa, nem como sentido próprio, muito menos como sentido figurado. Mas a coisa, como as imagens, formam apenas uma sequência de estados intensivos no corpo, um circuito de intensidades. A imagem é esse percurso intensivo, ela se torna devir, o figural de Deleuze e Guattari, que mostra que o que trabalha não é o significante do plano da organização, nem os sentidos dados: “[é] O figural que faz surgir configurações de imagens que se servem de palavras, que as fazem escorrer e as cortam segundo fluxos e pontos que não são linguísticos e não dependem do significante, nem dos seus elementos regrados” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 323).

Considerando os fluxos de conteúdo e expressão, em suas relações de pressuposição-intervenção recíproca, não há relação de subordinação e hierarquia como há entre significado e significante. Nesta relação sem subordinação, as figuras são fluxo-esquizes, cortes de fluxo que atravessam o muro do significante para além dele. Como os autores explicam, Hjelmslev faz uma teoria imanente da linguagem, de modo que não há jogo de dominação e ordem, mas, sendo fluxos de desejo maquínico, escorrem forma e substância, conteúdo e expressão (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

As figuras não dependem do significante, mas é a cadeia significante que depende dos efeitos figurais, sendo que, ela mesma, a cadeia significante, é feita de signos a-significantes “que esmagam tanto os significantes como os significados, que tratam palavras como coisas, que fabricam novas unidades, que fazem as figuras não figurativas configurações de imagens que se fazem e desfazem” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 326).

Para ampliar o entendimento de como isso funciona, recorremos a Almeida (2003) que nos estudos que faz da linguagem em Deleuze, reportando ao procedimento psicótico, diz que o procedimento implica imbricar as coisas nas palavras. Podemos acrescentar, também, que o procedimento consiste em imbricar as palavras nas coisas, de modo que seria impossível dizer se se trata de palavras ou de coisas. Desse modo, não se trata aí de designação, ou não se resume à designação, mas em um saber insuflado na palavra e não no seu significado, como a autora diz. Temos, assim, a palavra (de fuga) como máquina de expressão no agenciamento, basculando esse agenciamento para o seu lado mais máquina abstrata.

Não estamos mais na situação de uma língua ordinária (a língua alemã para Kafka, a frase originária para Roussel, a língua materna para Wolfson ou para Paulo) na qual, por exemplo, a palavra “cão” significaria um animal ou que, aplicando-se figuradamente, “cão” se tornaria uma metáfora de outras coisas. Para o AT com Paulo, por exemplo, “*Hulk*” poderia ser visto como

uma metáfora. Todavia, não há metáforas, não há simbolismo, nem significação, nem designação (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 45).

Nesse procedimento não temos metáforas, mas metamorfoses, transformações que incluem também as visibilidades e as dizibilidades. São acontecimentos, transformações (in)corporais, variações dos afetos e suas intensidades, em que a imagem não colmata o processo ou os fluxos sob o julgo de identidade ou de semelhanças, da representação ou do símbolo, mas (a imagem) se constitui nele (no processo-fluxos-processualidade) enquanto jogo de indeterminação entre a imagem, o [não-]sentido, a expressão e conteúdo, o corpo e a linguagem.

As metáforas são uma das coisas que me tiram a esperança da literatura. Kafka mata deliberadamente toda metáfora, todo simbolismo, toda significação, não menos que toda designação. A metamorfose é o contrário da metáfora. Não há mais sentido próprio nem sentido figurado, mas distribuição de estados no leque da palavra. A coisa e as outras coisas não passam de intensidades percorridas pelos sons ou as palavras desterritorializadas seguindo sua linha de fuga. (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 45)

No procedimento, por não se tratar de semelhanças entre uma coisa e outra, e por não se tratar apenas de um jogo de palavras, mas de um jogo de intensidades, de desterritorialização entre uma coisa e outra, entre as palavras e as coisas, entre linguagem e corpo, entre a expressão e o conteúdo, temos ai um uso intensivo assignificante da língua, um procedimento intensivo, uma experimentação estética. Não temos sujeito de enunciado ou sujeito da enunciação, mas circuitos de estados intensivos que entram em devir mútuo. Nesses circuitos intensivos assignificantes, marcado pelo agramatical das pulsões ou das máquinas desejantes, “as coisas são intensidades percorridas pelos sons ou pelas palavras desterritorializadas pelo *nonsense ou* não-sentido, seguindo sua linha de fuga.” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 45).

Note-se aí que as semióticas assignificantes do plano de imanência agem-implicam as coisas, os conteúdos. Essas semióticas é que conectam e desconectam a percepção, os afetos, as atividades práticas e intelectuais ao maquinismo, aos procedimentos maquinícios, aos signos, indo para além da representação e das significações de um sujeito individuado. O procedimento intensivo ou a experimentação estética da linguagem, como propomos, constitui-se, por assim dizer, em colocar o maquinismo desejante na língua, esburacar a linguagem com afetos, o que, de outro modo, constitui o *pathos* da e na linguagem.

Pensando os encontros com Paulo e o que vimos em *Kafka*, resumimos os elementos tensores que podem caracterizar ou possibilitar uma linguagem intensiva em seu procedimento a partir dos agenciamentos: os filmes, os desenhos animados, os personagens, as repetições, as

palavras ou expressões curinga, verbos ou proposições que assumem um sentido qualquer; verbos intensivos; exclamações ou interrogações; termos ou acentos interiores às palavras e sua função discordante; palavras e expressões estereotipadas que entram ou invadem as frases, fragmentando-as e dando a ideia de uma estranha pobreza de vocabulário; a ligação direta com a imagem através de um procedimento criador que faz vibrar as imagens, assim como, podemos acrescentar, a voz sussurrante de Paulo. (DELEUZE; GUATTARI, 2014).

Esses são elementos tensores ou intensivos que uma literatura menor pode desenvolver na constituição do procedimento de uma língua menor. Poderíamos até dizer que, de certo modo, essas seriam características de uma pobreza da linguagem, se pensássemos em termos de uma competência, habilidade em relação a um uso normativo ou hegemônico. Entretanto, esses tensores, tomados num uso criador, tomados pela performance da composição dos encontros e nos encontros, constituem um outro modo de expressão, experimentação, indicando a flexibilidade para uma (d)obra, uma outra intensidade, outro modo de fazer laço e constituir um procedimento linguístico através dos agenciamentos coletivos de enunciação. Vamos abordar o modo de fazer laço em um capítulo próprio.

Na sequência, abordaremos os regimes de signos em outra obra de Deleuze. O objetivo será problematizar a complexidade que temos quando se trata de signos e de encontros em Deleuze e Guattari. Já vimos algo sobre os signos quando abordamos os postulados da linguística e o conceito de agenciamento, todavia o objetivo, na seção seguinte, é ter outros elementos para pensar a relação entre os signos e a experimentação, além dos elementos já apresentados, o que servirá para as nossas articulações a respeito do procedimento e da experimentação no AT.

1.7. Os signos em proust: mundos topologicamente implicados

Encontramos em Deleuze (2010b) uma outra articulação a respeito dos signos, desta feita, a partir da obra *Em busca do tempo perdido*. Segundo Machado, que assina a “orelha” do livro, a busca, a qual se refere o título, é uma busca inconsciente e involuntária da verdade, que se opõe à filosofia da identidade e da representação. Deleuze, em reverberação com a literatura de *Proust*, mostra, na composição da busca, toda uma produção e multiplicação dos signos. Para o autor, “aprender diz respeito essencialmente aos signos. Os signos são objeto de um aprendizado temporal, não de um saber abstrato. Aprender é, de início, considerar uma matéria, um objeto, um ser, como se emitissem signos a serem decifrados, interpretados” (DELEUZE, 2010b, p. 4).

Dessa obra, pensada a partir da nossa proposta de relação entre a experimentação e a linguagem, consideramos que o aprendizado do herói (de Proust) não deixa de ser uma experimentação, uma vez que ele, o aprendizado, é constituído no encontro e como encontro que coloca em jogo os signos e a memória, como Deleuze (2010b) nos apresenta no livro e como pensamos acontecer nos encontros com Paulo.

Os encontros com os signos passam também por momentos de decepção, pois os signos não são ou não nos dizem exatamente como são decifrados, não são objetivos, nem subjetivos, constituem uma pluralidade de mundos, uma vez que “não são do mesmo tipo, não aparecem da mesma maneira, não podem ser decifrados do mesmo modo, não mantêm com o seu sentido uma relação idêntica” (DELEUZE, 2010b, p. 5). Eles formam, assim, a pluralidade e a unidade da busca ou da experimentação em Proust.

Nessa concepção, a exploração dos diferentes mundos de signos, a sensibilidade a esses signos, o tornar-se sensível, ser afetado por eles, decepcionar-se diante deles é que constitui a experimentação para o herói de Proust, assim como pensamos ser no AT e nos encontros no território. Interessa-nos aqui, o tema do encontro com alguma coisa que nos força a pensar, a nos deslocar a partir do acaso dos encontros, da deriva-cartográfica, “pois é precisamente o signo que é objeto de um encontro e é ele que exerce sobre nós a violência. O acaso do encontro com os signos é que garante a necessidade daquilo que é pensado” (DELEUZE, 2010b, p. 15).

Interessa-nos nesse primeiro momento, destacar a sensibilidade aos signos. Vidal (2000) nos ajuda a entender, em Deleuze, essa sensibilidade. Para ele, os signos são afetos de passagens, de mudanças de estados registrados por diferenças, variações e devires. “É do acaso próprio ao encontro entre os corpos que emerge o signo, com a alegria e potência necessária para a produção do conceito [...]. Sermos afetados implica assumir [o] caráter de superfície do corpo em relação aos outros.” (p. 480). Já vimos a relação entre os afetos, o acontecimento e o corpo no capítulo 1, no capítulo sobre a lógica do sentido, assim como vimos a importância do corpo em toda conceitualização dos autores. Uma máxima pode resumir essa relação entre corpo e afeto: os afetos topologizam o corpo, e isso é um acontecimento.

No contexto da passagem e exploração de diferentes mundos e regimes de signos em função dos encontros, dos afetos e da diferença, Deleuze (2010b) mostra que os signos são fragmentados e trazem consigo outros mundos topologicamente implicados, assim como trazem o diverso e a multiplicidade. Isso é o que faz com que o signo ou signo-partícula-fragmento em sua “unidade-fragmento” seja instável e portador de uma turbulência perturbadora.

Será a partir dos encontros, da instabilidade provocada pelos encontros, da turbulência perturbadora de ser afetado que se poderá passar de um mundo e seus signos, a outro mundo

implicado. É preciso que o mundo dado, já traduzido ou unificado em seus signos e sentidos, passe por uma experiência de fragmentação ou de ruptura para que outros mundos possam surgir, ser criados, inventados com seus diferentes signos.

Diante do mundo implicado dos signos, vê-se que o mundo não está dado e não está pronto. O mundo está para ser experimentado, inventado, produzido e produzindo-se na experimentação e como experimentação. Diante desse mundo (dos signos), diverso, fragmentário e fragmentado, a memória voluntária (cognitiva, consciente), que seria responsável por recolher a diversidade, a heterogeneidade e reuni-las em uma unidade estável ou uma identidade, é incapaz de fazê-lo. Por outro lado, uma memória involuntária aparece conspurcando e conspurcada pelo tempo e pela história em sua pretensa cronologia, assim como conspurca a linearidade, a memória voluntária e os sentidos dados.

Com esse contexto é que em *Proust e os signos*, Deleuze (2010b) apresenta os encontros do narrador-personagem (Proust) durante sua busca pelo tempo perdido. Desses encontros, ele apresenta três regimes de signos: os signos mundanos, os signos amorosos e os signos da arte. Os dois primeiros são signos sensíveis, que, por sua vez, são materiais; os signos da arte são imateriais.

Os signos mundanos não remetem a coisa alguma, significação ou conteúdo ideal, mas substituem uma ação ou ocupam o lugar de um pensamento. Esse signo não remete a alguma coisa, antes, substitui essa coisa e pretende valer pelo seu sentido. Tem um aspecto estereotipado, são vazios, mas isso lhes confere a efetivação ritual. Esse signos exprimem e provocam um efeito das pessoas sobre nós (DELEUZE, 2010b).

Os signos amorosos são os que exprimem um mundo possível e desconhecido. Escondem o que exprimem, escondem a origem do mundo pois pertencem ao que foi feito sem que estivéssemos presentes; são mundos desconhecidos que lhes dão sentido, por exemplo, o mundo expresso pela mulher amada é sempre um mundo que nos exclui, mesmo que essa mulher nos mostre preferência.

Os signos sensíveis fazem aparecer uma qualidade diferente do objeto que a possui no momento. Os signos sensíveis são aqueles das impressões e qualidades sensíveis do objeto, mas quando experimentados, a qualidade não é a do objeto no momento, mas o que aparece é um signo totalmente outro, um objeto diferente que nos força a uma decifração sempre fracassada. No livro em pauta, Deleuze (2010b) aponta como exemplos desses signos, a Madeleine, o campanário, árvores, pedras do calçamento, barulho de colher em situações diferentes da vida de personagem de Proust. Como a Madeleine, as árvores e pedras podem se tornar signos, isto é, como podem levar à outra coisa?

Os signos da arte são aqueles para os quais convertem todos os signos anteriores, por isso possibilitam ir além da experiência dos objetos materiais e, além disso, dá aos outros signos um sentido estético, pois o sentido material dos outros signos não é nada sem a essência (imaterial) que ele encarna.

Os signos se relacionam aos encontros do herói durante sua busca e se dão nas mais cotidianas, irrelevantes e despropositais circunstâncias, seja ao comer madeleine, ao ouvir os sinos de ventuil, ao caminhar por Guermantes; seja num cumprimento do duque de Guermantes, na mímica da Sra. Verdurim, na paixão por Albertine. São signos ligados aos encontros no cotidiano, a objetos concretos, ao que é material, mas os signos não se confundem com esses objetos e também não se restringem a uma entidade abstrata. Pode-se dizer que são signos-acontecimentos.

Como exemplo no AT podemos apontar, nas derivas pelas ruas, a curiosidade de Paulo pelas fachadas das lojas; os gestos estereotipados das mãos de Paulo; a curiosidade que ele passou a ter pelos gestos que o acompanhante fazia; os barulhos que lhe chamavam a atenção, como algum canto de pássaro; as questões sobre ser velho ou novo, assim como sobre sua própria calvície, ser corcunda (como o avô), ter barriga grande, ser gordo; as questões sobre a transformação em relação aos personagens, e também em relação aos pêlos do próprio corpo, a barba no rosto; em relação à lua no céu (transformar em lobisomem), o sol no olho (o brilho que faria transformar em *Hulk*). Como em *Proust*, esses signos parecem ligados a certos encontros e desencontros, à contigência desses mesmos signos, constituindo o percurso dos encontros. Consideramos que eles podem ser signos de acontecimentos que se passavam nos encontros, como veremos nos capítulos a seguir.

Deleuze (2010b), em *Proust*, se refere a um aprendizado-experimentação que nos interessa aqui por nos parecer ser efeito dos encontros e estar intimamente ligado às questões do signo e dos sentidos, o que para nós, no AT com Paulo, parece ser o que se dá nos encontros e desencontros, nas produções, invenções e jogos entre acompanhado e acompanhante, e essa referência também nos dá pistas para uma aproximação com a experimentação nos encontros.

A respeito do encontro com os signos, Deleuze (2010b, p. 21) diz que é através da sensibilidade a eles é que se aprende:

Nunca se sabe como uma pessoa aprende; mas, de qualquer forma que aprenda, é sempre por intermédio de signos, perdendo tempo, e não pela assimilação de conteúdos objetivos [...] O signo implica em si a heterogeneidade [dos agenciamentos] como relação. Nunca se aprende fazendo como alguém, mas fazendo [agenciamentos-lado] com alguém.

Entretanto, é preciso sair dos conteúdos objetivos e subjetivos para passar aos signos. É preciso sair das coisas e passar aos signos. Mas essa saída não se dá de modo intencional, por uma vontade própria de um indivíduo preso aos objetos ou aos significados objetivos ou subjetivos. É preciso estar, ser sensível aos signos, é preciso ser afetado, de modo que seja levado, arrastado e (des)encontrado por eles.

Para que a aprendizagem ou a experimentação aconteça, é necessário vencer certas crenças. A primeira é a crença no objetivismo. Tal crença refere-se a atribuir ao objeto os signos de que é portador. Essa crença se dá quando “pensamos que o próprio ‘objeto’ traz o segredo do signo que emite e [...] dele nos ocupamos para decifrar o signo” (DELEUZE, 2010b, p. 26). Essa seria uma tendência natural da percepção ou da representação, ou pelo menos, uma tendência dada pelo hábito. Um papel da memória voluntária aí é tender a lembrar-se das coisas e não do signo, e ir em direção do prazer e da atividade prática que se baseia na posse das coisas e consumação dos objetos. É disso que trata a inteligência que deseja “conteúdos objetivos, significações objetivas explícitas, que ela própria é capaz de descobrir, de receber e de comunicar” (DELEUZE, 2010b, p. 28). Pressupõe-se com isso que haja verdades que possam ser alcançadas pela combinação de trabalho, inteligência e boa vontade.

A segunda crença a ser vencida é a do subjetivismo. Ela decorre do objeto não nos revelar o segredo que se esperava, por não sermos capazes de distingui-lo do signo e daí o “[...] esforço para encontrar uma compensação [ou interpretação] subjetiva à decepção com relação ao objeto.” (DELEUZE, 2010b, p. 33). Tal compensação consiste em recorrer a signos superficiais através de um jogo de associação de ideias ou um jogo simbólico. Entretanto, para o filósofo, a decepção persiste, pois essa compensação ainda é fruto da inteligência e do trabalho; ainda está submetida a um esforço racionalizante, isto é, o esforço do pensamento em pensar, em refletir.

Para além do objetivismo e subjetivismo, Deleuze (2010b) considera a “essência que constitui a verdadeira unidade do signo e do sentido; é ela que constitui o signo como irredutível ao objeto que o emite; é ela que constitui o sentido como irredutível ao sujeito que o apreende. Ela é a última palavra do aprendizado ou a revelação final.” (DELEUZE, 2010b, p.36).

Essa colocação a respeito da essência torna-se curiosa na medida em que o conceito de essência foi, outrora, duramente criticado. Vimos isso na reversão do platonismo quando Deleuze desloca-se da concepção de essências como pertencente às “alturas”. Agora o autor dirá que a essência só poderá ser encontrada na arte, e não na razão ou no Ser. A essência, desta feita, não se refere às alturas, mas é uma diferença qualitativa dada pela maneira pela qual encaramos o mundo (ou secretamos um mundo?) e essa diferença seria um segredo eterno de cada um se não houvesse a arte (DELEUZE, 2010b).

Nesse aspecto, a essência é singular ou uma singularidade (no acontecimento e como acontecimento). Isto é, a singularidade é revelada no modo que relacionamos com o mundo, nos encontros e desencontros com o mundo. Remetemos esses modos à arte e a arte ao artifício, à (d)obra da arte que ainda vamos mostrar na próxima seção a respeito da literatura. Por enquanto, podemos dizer que o sentido, a essência e a arte perfazem a experimentação enquanto (des)encontro com o mundo. Havemo-nos com os (des)encontros com o mundo em que somos ou estamos sensíveis aos signos.

Aqui, é necessário ater-se à proposta de uma outra imagem do pensamento que, em primeiro lugar, considera necessário um encontro com os signos e, sob a violência do encontro, temos o embate e a tensão que constituem o próprio encontro e desencontro. O instinto-intuição tematiza a tensão desses (des)encontros, como já vimos. No (des)encontro com os signos, o pensamento é forçado a procurar o sentido do signo-acontecimento-[não-]sentido.

A relação entre o pensamento e o signo do encontro pode ser entendida do seguinte modo, segundo uma passagem em Vidal (2000, p. 481) sobre os signos em Deleuze:

O signo transborda o pensar: é força que impõe e compele; é o impensado que exige pensar. A dobra presentifica a diversidade da intrusão do fora e seu desdobramento em múltiplas linhas do pensamento. Signo e pensamento não fazem relação nem acordo, [mas] é um encontro heterogêneo e discordante [um (des)encontro], determinante da produção de novos enunciados em resposta ao hiato e à diferença.

Como consequência de não haver acordo entre o signo, o pensamento e o mundo, só a inteligência será capaz de tornar possível o esforço do pensamento, mas uma inteligência que só vem depois do encontro com aquilo que faz pensar, e que força o pensamento. Daí dizer que não se trata de um pensamento ou inteligência subsidiado pelo intelecto ou a serviço do intelecto, da razão ou dos discursos, mas de um pensamento inconsciente, de um corpo afetado, pulsional. Por isso, a memória é deslocada para um papel secundário e não se refere a tudo reter ou armazenar informações para que a inteligência use como matéria para suas interpretações.

O signo é, então, um “objeto” do (des)encontro e a contingência desse encontro de corpos que emitem signos, afinal, como alguma coisa pode remeter à outra coisa diferente. Essa contingência acaba caracterizando, também, um (des)encontro. Nesse (des)encontro, o signo, como “objeto” do encontro é que garante a necessidade daquilo que faz pensar: O ato de pensar como única criação verdadeira, sendo que toda criação é singular (DELEUZE, 2010b).

Nesse contexto, afasta-se da procura de verdades, da vontade de verdade ou de um regime cognitivista que pressupõe um intelecto, uma inteligência abstrata e voluntária na procura do conhecimento das verdades; afasta-se do subjetivismo e se passa para um campo da criação diante daquilo que nasce do (des)encontro com(o) o signo-sentido-acontecimento. Nesse

cenário, não há saber, razão ou logos, no sentido de procura de verdades, mas há apenas signos (DELEUZE, 2010b).

Talvez possamos dizer, relembrando Nietzsche, que aqui se trata de uma inteligência sensível, corpo-maquínica, não uma inteligência do intelecto, e, como diz Fogel (2017), não a capacidade de discorrer segundo uma lógica e segundo certa coerência sobre algum tema; não é ser capaz de construir conceitos e teorias sofisticadas, mas é “*intus legere*”, um pulsante colher, pegar, captar, en-tender, co-empreender, juntar, (diz)juntar híbridos com o movimento, com os fluxos e intensidades. É disso que se trata um procedimento quando nos referimos à linguagem como experimentação, mais precisamente, aos modos de Paulo se haver com a linguagem; e é disso que se trata também a cartografia como método.

Enfim, é todo um funcionamento maquínico inconsciente. É saber tomar o movimento pelo meio, em seu agenciamento, em sua emergência, como o surfista é tomado e toma a onda com uma prancha ou como o nadador nada compondo o seu corpo com a água; é saber ou saber-fazer com aquilo que afeta, que coloca em deslocamento.

Nesse processo inconsciente-maquínico, a “*unidade complexa*” do mundo, a unidade complexa do agenciamento “*ganha corpo*” e do encontro entre os corpos, emerge o signo como expressão da diferença e da heterogeneidade nos encontros e desencontros pelo mundo e com o mundo – para ser mais específico na tese, nos (des)encontros no AT com Paulo. Podemos dizer que a busca-criação-produção-desejo, temas presentes aqui, se constituem na paixão pelos signos-sentidos-acontecimentos que nos afetam enquanto diferença, ruptura, emergência e heterogeneidade, isto constitui, por assim dizer, uma paixão pela diferença que emerge dos (des)encontros.

O livro sobre *Proust nos* mostra como uma atividade criadora lida com o tempo diante da impossibilidade de um ponto de fixidez. Para nossa articulação, para falar dos encontros no AT com Paulo, dizemos que a atividade criadora ou inventiva, lida com um tempo de afetação “*aiônico*”, tempo do acontecimento, do problemático que desloca os pontos supostamente fixos ou de referência na “*vida real*”, no território cristalizado.

A atividade criadora desterritorializa territórios pretensamente estabilizados e engendra um processo, um movimento em que se perde as referências ao qual nosso ‘eu’ poderia se prender. Essa é a experimentação estética. A partir dela é que podemos inventar outros modos de vida, outras formas de ver, de sentir, de pensar e de falar. A linguagem como experimentação estética tem a ver com os agenciamentos de enunciação que compõem a criação e a invenção de novos modos de se haver com a linguagem nos agenciamentos-territórios.

A criação como ficção faz falar os acontecimentos por uma imagem operativa e não por um modelo. A ficção não se refere à uma identidade ou cópia dos objetos. Ela é um simulacro, uma composição artificial desfazendo-se da idéia de uma boa imagem que se alçaria à perfeição. Uma ficção como agenciamento de enunciação pode intervir no objeto, ou melhor, o expresso intervém no conteúdo, não para representá-lo, não para copiá-lo, mas para desfazer, repartir ou fragmentar. A imagem ou o figural são operativos por estarem atravessados pelo corpo pulsional afetado.

Nesta intervenção, os signos pautados pela diferença no (des)encontro e como (des)encontro retomam a questão em relação ao acontecimento, qual seja: como uma coisa pode remeter a outra coisa diferente?

Em *Proust*, vemos que os signos respondem pelos fragmentos-fragmentação, isto é, não se deixam reunir por um *logos* ou discurso com seus conteúdos significativos ou significações ideais. Quando um signo se eleva, emerge, fragmenta ou se destaca, há dois modos de se haver com isso.

Um desses modos consiste em adivinhar o todo, a unidade da qual o fragmento faz parte e de onde foi extraído. É como se a parte destacada fosse um microcosmo no qual se pode reconhecer um macrocosmo. Nesse esquema, os signos se compõem segundo analogias e articulações “tomados numa ordem do mundo, em um feixe de conteúdos significativos e significações ideais, que ainda são testemunhas de um *logos*, no instante mesmo que o rompem (DELEUZE, 2010b, p. 106). Nesse modo, ainda prevalece um certo (neo)platonismo.

O outro modo diz respeito a fragmentos que não mais se reajustam ou se reconciliam. Os fragmentos não fazem parte de um quebra-cabeças, não pertencem a uma unidade ou totalidade prévia, mesmo que, supostamente, tenha sido uma totalidade perdida. Deleuze diz que talvez o tempo seja isso: “a existência última de partes e tamanhos e de formas diferentes que não se adaptam, que não se desenvolvem no mesmo ritmo e que a corrente do estilo não arrasta na mesma velocidade.” (DELEUZE, 2010b, p. 107).

Nesse segundo modo, a ordem do mundo, a ordem do cosmo jaz em ruínas. Estamos na experiência sem gramática, agramatical, a experiência de quando se expõe ou se abre ao Fora. Essa experiência é experimentada singularmente, cada qual a seu modo. Nessa experiência, “A ordem do cosmos ruiu, despedaçou-se nas cadeias associativas e nos pontos de vista não comunicantes. A linguagem dos signos se põem a falar por si mesma [...] ela não se apoia mais no *logos* subsistente”. (DELEUZE, 2010b, p. 107). Veremos mais detalhes disso na próxima seção, quando falarmos da experiência da desdobra.

Temos aqui mais um aspecto da reversão do platonismo, qual seja, a primazia dos fragmentos heteróclitos e da heterogeneidade, ao invés da prevalência do *logos*. Essa primazia está presente também quando falamos, anteriormente, em fluxo cortado e conectado, objetos parciais que não remetem a pessoas globais e nem buscam representações, como é o caso do funcionamento do inconsciente maquínico.

A consequência da primazia do heteróclito e da heterogeneidade consiste em que não se trata mais de buscar uma unidade ou essência que poderia reunir em um todo, nem de buscar uma essência que traria de afastar a heterogeneidade ou tomar o heteróclito com a finalidade de submetê-lo, adaptá-lo, de colmatá-lo em sua diferença, em nome de totalizações, de constantes ou de padronizações em nome do Uno, do Um ou do Ser como essência.

A primazia do heteróclito e da heterogeneidade reverbera no AT como um modo de fazer clínica quando: o AT se volta para os acontecimentos e (des)encontros da clínica; quando o olhar e a escuta se voltam para o sujeito nômade e envolve experimentar os processos de subjetivação/individuação e se voltar para o sujeito em deslocamento; quando o AT se volta para a cartografia como intervenção-*intervenire*; quando a linguagem se volta para a pragmática, para o seu agenciamento de enunciação e, como consequência, quando o modo de se haver com a linguagem se volta para o procedimento linguístico no território de existência, no agenciamento no qual o sujeito se inscreve.

Em Proust, o procedimento intensivo na sua busca, constitui-se na fragmentação em que uma cadeia heteróclita é reunida, mas por um ponto de vista criador, inventivo. Tal ponto de vista não é de um indivíduo, mas de uma individuação em seu processo. O ponto de vista criador é ele próprio uma parte heteróclita, parcial no conjunto ou, como propomos, no agenciamento de corpos e de enunciação. A fragmentação é o procedimento em que se constitui o encontro entre corpos, o encontro com os signos, o acaso do encontro “que recalca a inteligência, impedindo-a de vir antes” (DELEUZE, 2010b).

Podemos dizer, considerando a reversão do platonismo/estruturalismo, que as Ideias ou a estrutura; a totalização, a padronização, o Ser ou o Uno são invenções, criações que “esqueceram” de seu caráter inventivo e provisório, e se colocam na ilusão de se constituírem como categorias, objetivos, finalidades a serem alcançadas, mesmo que projetivamente, mesmo que ilusoriamente, em detrimento dos fluxos e do jogo de intensidades.

Não podemos deixar de reforçar aqui, para a nossa articulação, a presença das características que dizem respeito ao agenciamento, ou seja, sua unidade complexa e heterogênea, desta feita, relacionada aos signos ou aos diferentes regimes de signos em Proust, e a noção de como isso “ganha corpo”, o que não é aumento quantitativo, mas como ganha

movimento, repouso, velocidades e lentidão, como “ganha” diferença, assim como ganha intensidade, relacionada aos afetos de que o corpo é capaz, que o potencializa. Isso é que caracteriza um corpo topologizado. Ser afetado, “ganhar corpo”, implica assumir o caráter de superfície topológica do corpo em relação aos outros corpos e à linguagem. A partir desses entendimento, poderemos articular o caráter topológico de um corpo afetado e os agenciamentos de enunciação. Isso será feito com mais detalhes no Capítulo 4.

Considerando as articulações e observações, queremos retomar os dois termos que já apresentamos na introdução para recoloca-los em função do que foi dito sobre o intelecto. “Entender” não é o entendimento como um modo de pensar, saber ou conhecer que prioriza o intelecto, mas remete ao verbo “tender”, isto é, possuir uma inclinação, um movimento para algo que se destaca, que nos afeta; dispor-se em relação a um plano de imanência Real, desviar-se de uma reta e então fazer uma deriva; estar próximo, expandir, estender no tempo e no espaço, segundo uma intensidade, um signo que afeta.

“Co-empreender” não mais como entender intelectualmente, como através da percepção ou do entendimento, ou como a capacidade de entender o significado, mas queremos usar como experimentar, realizar um trabalho, criar um artifício, uma obra, uma construção, delinejar, executar junto ou coextensivamente.

No entendimento que se faz entre experimentação estética, procedimento, encontro, corpo, signo e linguagem, como tentamos empreender a partir de *Proust*, recorremos à uma relação com a Literatura. Nesse intuito, ainda que de forma apenas superficial, vamos tentar tecer uma compreensão desta linguagem-experimentação estética e a (d)obra da arte. Teremos, assim, mais elementos, além dos que já apresentamos, para pensar o porquê e como a linguagem, como agenciamento de enunciação em seu procedimento, diz mais respeito à literatura do que à linguística. Com isso, pensamos dar certo en-tendimento de como funciona a enunciação para Deleuze e Guattari. Além disso, poderemos ter mais elementos para a concepção de estética na pesquisa. Para essa tarefa vou utilizar a perspectiva de Pelbart sobre a literatura e a experimentação.

1.8. Literatura, linguagem e experimentação: a (des)dobra da arte

Como estamos vendo ao longo da tese, Deleuze e Guattari, na composição de uma filosofia, fazem, também, referência à literatura de Proust, de Kafka, entre outros escritores. Deleuze e Guattari se utilizam desses autores para falar de uma linguagem que se faz estranha, insólita, heteróclita e também, pode-se dizer, uma linguagem implicada por um procedimento

esquizo. A língua, nesse caso, torna-se um caso de Literatura, mais do que de Linguística. A literatura como um agenciamento, apresenta a experimentação de um procedimento intensivo, uma mistura de corpos e de regimes de enunciação.

Nessa seção, para adicionar outros ingredientes importantes ao entendimento da relação entre Literatura e linguagem, veremos as articulações com a literatura a partir do pensamento deleuze-nietzsche-foucaultiano no livro *Clausura do fora e o fora da clausura* de Pelbart (2009).

Nessas articulações, Pelbart abordou, de certa forma, algumas concepções que nos ajudam a pensar a composição entre a linguagem e a experimentação no caso do AT e nos modos de linguagem de Paulo.

No livro citado, Pelbart (2009) articulou a desrazão e a loucura, a partir de Foucault, para mostrar como, na história da sociedade, e também das ciências tentou-se enclausurá-las, a desrazão e a loucura, ao mesmo tempo retirando-as de circulação e impedindo a relação com o fora, pois elas representavam – tanto a loucura, como a relação com o fora-, uma diferença radical marcada pelo estranho, por suas irrupções e suas rupturas.

Prado (2018), ao tratar da linguagem do espaço, nos fornece uma pista sobre o que Foucault realiza em História da Loucura. Essa pista faz contraponto com Pelbart. Prado (2018, p. 57) diz que “[Foucault] quer encontrar a fonte com base na qual a desrazão pode expressar-se, e com base na qual, na verdade, ela, a desrazão, já se expressou nos autores que com ela flertaram antes de serem por ela tomados, esses que eram menos autores do que porta-vozes da linguagem”. Nesta empreitada, ainda segundo Prado (2018, p. 57), Foucault “busca respeitar a desrazão, se esforçar por substituir a hegemonia da ciência [ou de uma busca de científicidade] por uma experiência com a linguagem”.

No trabalho de reaproximarmos o diálogo com a desrazão, com a loucura e de distanciarmos da necessidade absoluta da ciência ou de uma racionalidade dominante é que pensamos estar aproximando a linguagem e a experimentação de uma relação com o Fora, ou, de outro modo, propor uma linguagem como experimentação do fora, uma experimentação estética, como estamos mostrando na tese, sob vários aspectos.

A linguagem como experimentação estética não se reduz a uma característica das obras poéticas ou dos poetas, não é exclusiva de um certo gênero, não é monopólio do artista, mas a experimentação envolve questões éticas, estéticas e clínico-políticas que perpassam os territórios e constituem seus processos de desterritorialização, dessujbetivção.

Na segunda parte do livro, Pelbart aborda as figuras da desrazão contemporânea, mais especificamente aborda o desdobramento da linguagem no seu contato com o Fora. Ele mostra

como o mundo ou a vida, como composição ou obra de arte, comprehende então a obra – no nosso modo de ver, uma composição-implicação de territórios-signos-partículas -, e a arte-artifício. Ele mostra como a obra de arte comprehende também seu desdobramento, que entendemos como decomposição- “explicação” dos signos implicados. Vamos denominar essa obra de (d)obra e o desdobramento de (des)dobramento, grafados assim para indicar o carácter tensional presente na obra, no artifício, na criação ou invenção.

O que implica essa tensão? Implica que uma produção, invenção, mistura e regimes de corpos e signos não podem territorializar ou desterritorializar sem estar em um agenciamento, sem fazer o agenciamento funcionar, sem bascular o agenciamento em função da circulação do objeto X, em função dos seus processos de desterritorialização, de dessubjetivação, que como já dissemos, constitui os meios, os modos, os corpos e os enunciados.

A (d)obra e (des)dobramento diz respeito a um plano em que se faz a trama entre desrazão, razão e linguagem; refere-se a uma experiência limite da linguagem antes da distinção entre razão e desrazão, em que esta indistinção é trazida à fala. Nessa experiência limite está presente o sonho. Para Prado (2018, p. 1):

O sonho nos atravessa quando situados à margem da razão vigilante. A cada vez que delas se falar – ‘da experiência da loucura’, ‘da experiência literária’, ‘da experiência de ordem’, das ‘experiências limite’ – lá o encontraremos: a um só tempo, a positividade empírica e os seus restos; o que salta aos olhos e o que os assalta.

Esta passagem mostra que no sonho, no qual podemos ter uma produção onírica em que o empírico se mostra ou se dá com um resto, só é possível trabalhar com esse resto se considerarmos um pensamento além da razão vigilante.

Novamente, o tema da realidade ou positividade empírica, dessa vez na relação com a experiência limite da linguagem à margem da razão vigilante, à margem do esforço da inteligência intelectual. Isso traz o reforço de que, ao considerar a realidade empírica, o resto é aquilo que nos interessa por não se reduzir à “realidade” dada ou concreta, e, no entanto, ser encontrado junto a ela, no sentido de que ele (o resto) nos assalta, nos arrasta quando estamos à margem da razão vigilante.

Torna-se importante dizer que não se trata de recorrer a procedimentos ou rituais que produzam sonhos, que nos façam sonhar ou mergulhar num inconsciente místico-onírico através de alguma técnica ou através de algum tipo de substância. Também não se trata de abrir mão da razão, como já explicamos.

Trata-se de uma lógica dos sentidos, de uma prática ética, estética e política; trata-se de experimentações, de cartografias e (des)encontros, como estamos mostrando ao longo da tese. Trata-se de uma lógica em que entra em jogo ou que coloca em jogo um “entre” o pensamento, linguagem, corpo e inconsciente; que coloca em jogo o impensável ou melhor, coloca a possibilidade de pensar o impensável no pensamento, isto é, um pensamento inconsciente que escapa do imperialismo da língua, do simbólico, da representação, da razão instrumental e do que consideramos como realidade empírica.

Escapar dos imperialismos da razão e da língua ou da linguagem é um modo de dizer de uma experimentação. Como vimos no encontro com os signos, em *Proust*, o fato é que, mais que escapar, somos deslocados pelos signos dos encontros, por eles não se reduzirem ao esforço da inteligência, da razão ou da memória. O “resto” parece ser, em diversos aspectos, como a essência, a diferença, o assignificante, o signo da arte em Proust, de modo que o artifício vem a ser o modo como lidamos, ética-estética e politicamente, com aquilo que nos afeta, nos arrasta, nos levando a criar, inventar, compor territórios, desterritorializações e reterritorializações, isto é, o modo como compomos com a processualidade imanente e intensiva, na qual nos (des)encontramos nos agenciamentos-territórios.

Para continuar nossa articulação a respeito da dobra e do desdobramento, retomemos os termos usados por Pelbart (2009). Podemos dizer que a territorialização constitui-se numa (d)obra através dos e nos agenciamentos, ao mesmo tempo em que a desterritorialização ou o (des)dobramento constitui a arte, também através dos e nos agenciamentos. Estamos, assim, nessa composição-passagem, diante de uma dupla articulação do agenciamento: territorializar e desterritorializar; dobrar e desdobrar, e por assim dizer, fazer laço e desenlaçar. Abordamos mais detalhadamente a questão do laço e do agenciamento em um capítulo específico.

Fazendo essa interlocução com Pelbart (2009), o (des)dobramento, a desterritorialização, como já foi visto, é o que acontece quando se abre a linguagem para uma relação com o Fora, com a ruína, que é uma relação de turbulência com o agramatical – a experiência sem gramática. De acordo com o autor, assim como temos a experiência sem gramática, quando se expõe a arte ao Fora, temos, também, um caos-germe.

O autor ainda diz que “des(d)obramento” e “caos-germe” são nomes dados para se falar de uma mesma experiência, mas que é experimentada singularmente. Nos termos que estamos usando, considero que a relação com o Fora ou Caos-germe constitui-se a experimentação de uma indefinição, de uma indeterminação, do agramatical, daquilo que escapa-faz escapar a significação, a designação e a capacidade de dizer “Eu”. É a experimentação voltada-aberta-articulada ao plano de imanência do real.

Seguindo essa trilha deleuze-pelbartiana – que também tem referências de Foucault, Mallarmé e de Maurice Blanchot-, que coloca em relação a linguagem com o Fora e a experiência de des(o)bramento, remetemos a dois termos: a palavra bruta e palavra poética. Esses termos nos ajudarão a pensar a linguagem nessa experimentação do AT e a articulação com o procedimento, apontados nos encontros com Paulo, conforme argumentaremos a seguir.

A palavra bruta está relacionada com os objetos do mundo, num certo sentido, temos uma linguagem ordinária, organizada ou mesmo utilitária, por exemplo, as palavras utilizadas pelos familiares de Paulo ou no AT (“isso é assim”; “é isso mesmo, isso é como você diz”, “isso não é assim”; “*Hulk* é herói”; “sim, é o gil”, “é o chico”; “você é homem”; “você não é criança”; “hoje é dia de ‘fulano de tal’”).

Esses dizeres podem nos dar a ilusão de um mundo familiar, que tem seus sentidos e significados dados, sujeitos sujeitados, individuado segundo esses enunciados. Esses enunciados até “transformam o estrangeiro e o insólito em habitual [...] a linguagem torna-se uma espécie de silêncio transparente, através do qual falam os seres, suas finalidades e sua segurança” (PELBART, 2009, p. 69). Remetemos, também, essa palavra bruta a um modo de repetição que Paulo fazia em que parecia que as palavras “mecânicas”, desafetadas e falavam mais de um silêncio do que de algo a ser dito.

A função é, aqui, como uma palavra de ordem, a unidade da ação que consiste em ordenar diversas representações sob um representação comum. O Plano de organização, como mostramos, tem uma matriz psicopedagógica que comporta uma sintaxe que autoriza ou que ordena a manter juntas as palavras e as coisas.

Por sua vez, o que chamaremos de palavra estética (“eu sou *Hulk*”, “sou príncipe Adam”, “Homem-criança”, “é o chico”; “é o Milton”; “está velho”; a repetição de lineamento; palavras, frases, expressões ou gestos que parecem produzir a partir da organização de uma territorialidade de modo diferente da língua ordinária), não remete ao mundo, nem a suas finalidades, no entanto, é por ela, pela palavra poética, que a “linguagem recobra sua espessura própria. A linguagem é que se torna essencial, daí chamar-se, [também], palavra essencial” (PELBART, 2009, p.69).

A palavra essencial está remetida, então, àquele plano do sensível, das relações, dos deslocamentos e movimentos. Nesse sentido, as palavras poéticas ou essenciais já não designam coisas ou expressam sentimentos, passam, outrossim, a ter uma finalidade em si mesmas. “Desenrolam-se num espaço que se pretende autônomo, constituído de formas, sons, figuras, que entre si estão em relações rítmicas, de composição” (PELBART, 2009, p.69).

No momento em que se constituem a (d)obra ou o território, as palavras poéticas atingem seu ponto de dissolução. Este é paradoxo da palavra poética, isto é, ao formar poema, ou digamos assim, ao consistir um território existencial, com seus enunciados existenciais, em um processo de subjetivação, com seus enunciados como artifício de existência, a palavra poética designa a ausência e ao mesmo tempo presença da ausência, o que leva a duas experiências, segundo Pelbart (2009).

Uma experiência é aquela que faz sumir as coisas do mundo e na qual o esquecimento é um repouso, o nada é como potência e poder de fazer da morte uma libertação (a morte presente na palavra de ordem ou na palavra ordinária); e há também a abolição de um presente através da ausência do tempo. Nessa experiência ainda tenta-se encontrar uma essência e segurança, num movimento de construção, de obra e de sentido. Tem-se, ainda, envolvido, um trabalho, um esforço, uma construção com um fim, como um certo projeto.

Segundo Pelbart, nessa experiência ainda podemos falar de um mundo em que se pode estar protegido das ameaças de dissolução ou de dispersão do próprio mundo; é possível encontrar uma reparação, uma montagem desse mundo; e, pode-se dizer, também, que há uma intimidade perfeitamente fechada, da qual seria possível dizer que temos um mundo que seria individual, particular, protegido ou que ele, Paulo, por exemplo, estaria em seu próprio mundo, particular, individuado. Isto é, Paulo, em um processo de individuação e subjetivação, comporia um território com enunciados e corpos que fariam sentidos exclusivos e estáveis para ele.

Entretanto, a outra experiência se dá quando, uma vez que se está protegido das ameaças do mundo, da fragmentação e decepção dos signos, encontra-se agora frente a uma intimidade que se torna ameaçadoramente estranha. Não há, assim, um mundo que seja individual, particular e protegido. Não existem um território que seja individual ou individualizado. Não há um mundo “interno” separado do “externo”. Quando tudo que desapareceu aparece, a ausência se presentifica. A morte, aí, não é suficientemente morte, o esquecimento torna-se esquecimento do esquecimento (PELBART, 2009, p.70).

A primeira experiência é acolhedora, há descanso, pelo sono, da morte e do esquecimento. A segunda experiência é sem intimidade, inacessível, incompleta e sem descanso; é a experiência de ser afetar-afetado, experiência do (des)encontro com Outrem, da decepção frente aos signos que pensávamos portar o seu sentido; é a experiência de (des)encontro com o sem-fundo, com o [não-]sentido sempre já superfície.

“Em relação a [essa segunda experiência] estamos sempre do lado de fora, numa morte que não morre, num esquecimento que não se esquece, num tempo que se repete e nunca acaba.” (PELBART, 2009, p. 71). Uma relação na qual, diante de tudo que pensávamos que fosse

diferente de ‘nós’ e que talvez por isso nos assustasse, estamos também diante de algo que nos diferencia de nós mesmos. É uma relação com Outrem, uma presença de Outrem, que coloca outro mundo em cena. O grande temor diante da diferença é que, frente a Outrem, frente à diferença pela qual somos apaixonados, afetados, nos diferenciamos também de nós mesmos, deixamos de ser quem somos, nos tornamos outro.

Dizendo de outro modo e resumidamente, estamos desde sempre na diferença, só existem ‘nós’ dos (des)encontro com Outrem e esta é a experimentação estética a partir da qual se pode fazer-saber algo como um artifício, como modo de vida. Enfim, essa experiência da diferença é uma experiência sem intimidade, é uma experiência de desamparo, pois não há sentidos prontos ou dados que possam dar garantias diante da diferença que nos acontece, que nos tira do modo estabilizado de sentir, pensar e agir.

Nessa experiência de desamparo ou de angústia e da presença de Outrem, vemos a característica singular do acontecimento [não-]sentido. O acontecimento é singular, mas só se efetua no *socius* como relação de força e na relação de forças, às quais “todos” estão sujeitos em processos de subjetivação, são afetados e afetam, por isso o seu caráter “universal”, mas não homogeneizante. O que acontece nos (des)encontros como Outrem é que a singularidade diz respeito a uma experiência sem intimidade, inacessível, incompleta e sem descanso. É uma experiência de ser afetar-afetado não por pessoas ou figuras particulares, sujeitos ou indivíduos formados, significados e sentidos dados, mas pelo [não-]sentido daquilo que nos afeta, por fluxos, afetos, movimentos, forças, disrupção, signos da fragmentariedade dos encontros e acontecimentos de/em um plano de intensidade de imanência do real.

Na sequência, Pelbart (2009, p. 71) diz que, para Blanchot, a essência da primeira experiência - de (d)obra, de construção, de projeto -, é a segunda experiência “que só é acessível como o inacessível, que só é visível como invisível, que só é figurável com aquilo que destrói qualquer figura [...]. O veredicto é que a (d)obra só se realiza quando se desmacha [isto é, quando se des(d)obra]”. A essência do território, da (d)obra é a desterritorialização, o (des)dobramento, a diferençação; a essência da (d)obra é a arte.

Como já vimos em *Proust e os signos*, a essência como diferença que é, constitui o signo como irredutível ao objeto que o emite e constitui o sentido como irredutível ao sujeito que o apreende. A arte ou o artifício como essência diferenciante é que responde pelo caráter metaestável da (d)obra-(des)dobramento. Ao se colocar no processo de uma construção metaestável de (d)obra-território-estrato e de segurança, é que, inevitavelmente, se alcança essa estranha reviravolta com sua inquietude e insegurança.

Essa experiência paradoxal da palavra poética (no nosso caso, dizemos que a palavra é estética) constitui a experimentação estética da linguagem pois a (d)obra diz do ser, se relaciona à forma, aos territórios, seus estratos ou agenciamentos, aos regimes de corpos, aos modos de vida, à construção e à invenção. Ao mesmo tempo, a (d)obra diz a arte, (que como já dissemos, refere-se a estética e a essência diferenciante). A (d)obra diz do des(d)obramento, da desterritorialização. Dobrar e desdobrar constituem o movimento que se passa na superfície em função dos simulacros que se insinuam por toda parte.

O [não-]sentido se (des)dobra na superfície e esta se mantém no movimento a partir das pulsões das misturas entre profundidade e superfície, das misturas inomináveis na profundidade dos corpos e estados de coisas (LOPES, 2006). Esses movimentos respondem pelos descolamentos e deslocamentos que fazemos menção nesse trabalho.

Os descolamentos e os deslocamentos respondem às mudanças nos agenciamentos, nas relações de força. Respondem pela criação e invenção de outros enunciados; respondem às mudanças nos regimes dos corpos; enfim, respondem aos processos de agenciamento, de subjetivação e individuação, no regime de corpos e no regime de enunciação. Vamos ver isso, mais especificamente, no capítulo 3, embora seja isso que estamos delineando desde a apresentação da tese.

Os descolamentos e os deslocamentos constituem acontecimentos. O sentido aí não depende das proposições ou dos enunciados, mas desses acontecimentos que colocam o [não-]sentido em circulação. O Acontecimento tira da paralisia ou da cristalização diante das coisas e das palavras, e remete à experiência da imanência, dos fluxos de expressão e conteúdo. Dito de outro modo, o acontecimento, como singularidade, abertos à experimentação, atravessa ou conspurca o plano da organização, o território ou a sobra enrijecida.

A atividade criativa ou inventiva é movida pelas pulsões do plano de imanência. A atividade criativa está nesse movimento, impulsionada por esses acontecimentos na superfície, pela circulação do objeto X, no dobrar e o desdobrar do acontecimentos, dos afetos que nos acontecem.

Nesse processo, a forma da (d)obra diz o disforme da arte, o limite da (d)obra diz o indefinido da arte. Oposição, vizinhança, coexistência. Subjetivamos, construímos um mundo em suas relações e secretamos sua dissolução (PELBART, 2009). Seria uma secreção? Talvez, mas também se poderia dizer que isso é feito de modo secreto. Secretamos um mundo como parte entre as partes, fragmentos com os quais entramos em composição, entrando em individuações segundo (des)territorializações, segundo artifícios, com as quais fazemos ‘nós’ e agenciamentos, e o fazemos, por vezes, secretamente, mas de modo intensamente povoado.

Essa relação entre formas de conteúdo, de expressão, de estratificação e forças do Fora, produzem formas que se fazem “à força” e forças que desfazem a forma - (d)obra e des(d)obramento. Assim se constitui o problema da estética (*aesthesia*) ou das sensações com as quais já relacionamos a intuição-instinto-corpo-maquinico. Sendo assim, é da possibilidade da turbulência, da instabilidade, da ruína do caos, dos restos, da relação com o Fora, que se diz que pode haver criação; é da turbulência, da ruína e do Fora que se remete também ao caos-germe: o germe de criação presente no caos.

Nesse sentido é que, na cartografia, na intervenção, no *intervenire* ou nos encontros com Paulo, trata-se mais de agenciar, captar e compor com as forças, com os restos, do que com as formas ou com o estabilizado (PELBART, 2009). É a partir do jogo intensivo de forças que temos a criação e não a partir do jogo de formas. Dito de outro modo, há uma percepção (percepto-afecto) estética inconsciente de que é do caos, da desordem e da confusão, da impermanência e da transformação, que há algo que se possa (d)obrar, construir, justamente por sermos afetados por algo desse encontro e investirmos forças-afetos.

Nesta elaboração, a estética coloca no jogo de sua indeterminação os modos singulares de agir, de pensar, de dizer, de afetar e ser afetado pelo jogo intensivo de forças; coloca em jogo, os modos variáveis de agenciar e ser agenciado, os modos de atualização das forças desejantes em agenciamentos maquinicos do desejo em meio ao *socius*. Por isso propomos, para esse arranjo, a grafia “*a*-estética” para trazer a relação com as forças do Fora e o papel do objeto X ou objeto *a*, como objeto *aesthético* (estético) ou objeto paradoxal, que já foi abordado anteriormente na lógica do sentido.

Com os modos variáveis de atualização e agenciamento, em função do jogo intensivo de forças, não há um saber ou razão à priori ou transcendentais. O saber-aprendizado dos agenciamentos e nos agenciamentos tem como *a*-fundamento a experimentação dos (des)encontros com os signos, o basculamento, ser afetado pelos (des)encontros com os signos. Só há saber na experimentação, mas não haveria um saber que levaria a um fazer-acontecer a experimentação, pois trata-se de um fazer singular, mais voltado para o acaso de uma força que nos arrasta, para uma aposta e abertura que levaria a um saber- experimentação.

Experimentação e saber são, assim, sucessivos e coexistentes. Esse seria o fazer-saber com algo que nos afeta, uma práxis que leva em conta o deslocamento do sujeito disperso, o objeto ‘*a*’, a experimentação de uma indeterminação e a impossibilidade de se fiar num ‘Eu’.

Esse saber é singular, tão singular quanto é a experimentação no processo e como processo de individuação. Tal saber não pretende desvelar algo desconhecido que seria possível conhecer através de uma experiência, muito menos desvelar sentidos ocultos. Esse saber não

compõe a fase de um processo que finalizaria com tal desvelamento, garantindo a revelação ou conhecimento do desconhecido, da unidade, da identidade, da estrutura ou da presença. Dizemos que a relação com esse desconhecido é impossível no sentido de um conhecimento objetivo, porque não há um objeto ainda não conhecido e que seja passível de conhecimento ou reconhecimento. Isto é, esse objeto, que chamamos de objeto *a*-estético, indeterminado ou desconhecido não vem à luz para uma visibilidade, no entanto não é invisível. Todavia, os objetos, também, não estão dados, eles são (des)territorializados na experimentação (PELBART, 2009).

Com essa concepção de estética, de singularidade e experimentação intui-se que há Outrem em função da variação e da diferença, da tensão e do embate, isto é, em função de algo que afeta. Sabe-se pelo afeto. Esse é um saber ou conhecimento “páthico”. Trata-se ai de alguma (outra) coisa que afeta, o *aliquid*. Para Pelbart (2009), isso caracteriza a relação com o neutro. Tal relação coloca em jogo uma disponibilidade para o Outrem, para a surpresa advinda do ignorado; uma disposição para aquilo que não tem referência ou repouso e que é marcado justamente pelo seu escape e sua perda.

Reforçamos que o fato de não ter referência ou repouso, escapar e se perder são características que podem ser remetidas ao objeto “*a*-estético” que foi chamado no início da tese de objeto = X, aquilo que marca um vazio. O vazio não é um negativo, mas é caracterizado como vazio por não conter aquilo que se procura, pois não é objeto de procura e porque também tal objeto *a*-estético se encontra sempre alhures.

O objeto estético (*a*-estético) ou objeto *a*, paradoxal ou o “objeto-acontecimento”, furtase ao ser procurado pois não tem referência ou repouso; percorre e está presente ao mesmo tempo e sempre de um outro lado, ao mesmo tempo. Na articulação que estamos fazendo, o objeto *a*-estético está, ao mesmo tempo e sem pertencer a nenhum deles, nos planos de experimentação, imanência e no estrato de organização, enlaçando-os, possibilitando certa consistência, e, ao mesmo tempo, escapando deles e desestabilizando. O objeto *a*-estético é como um resto que constitui o agenciamento-laço dos encontros; ele que é capaz de fazer o agenciamento bascular; ele que engendra as (d)obras-territórios e o seus des(d)obramentos-desterritorialização.

O objeto *a*-estético não é sentido, não fornece sentido, é [não-]sentido que, contudo, só pode ser sentido. Ele constitui a dupla articulação do agenciamento como laço. Estando de um lado e de outro ao mesmo tempo, na superfície topológica que engendra: fazer laço e desenlaçar; dobrar e (des)dobrar. Ao mesmo tempo que conecta, liga e sintetiza (síntese disjuntiva), ele

desconecta, desliga e separa. Poderíamos dizer aqui, no sentido que empreendemos a linguagem-experimentação, que ele diz(junta).

O objeto *a*-estético inscreve suas disjunções no corpo-território como máquina desejante que define o desejo como produção do real, no processo inconsciente de produção-registro-consumo. A instabilidade e a possibilidade dos laços se constui ai, pelos restos que não se deixam capturar nem pelo corpo, nem pela linguagem, colocando-os num jogo estético intensivo e metaestável.

Por fim, dizer que a linguagem, agenciando e agenciada, pode se constituir como uma (e na) experimentação estética nos encontros com Paulo, é dizer que a linguagem é uma experimentação estética ou *a*-estética de uma vida em que os corpos-fragmentos com seus signos, restos, limites e tensões agem e padecem; é dizer também que há as ações e paixões dos corpos; é dizer que o sentido-linguagem é produção-regime de [não-]sentido como acontecimento em relação a essas ações-paixões, enfim, é o expresso dessas paixões-ações.

A experimentação *a*-estética ou simplesmente, a experimentação, no jogo intensivo, é capaz de levar a linguagem até o limite no qual algo responde como [não-]sentido; levar a audições e a visões que pertencem ao campo do delírio, do sonho, das imagens difusas e esgarçadas das distinções obscuras. A linguagem como experimentação *a*-estética é a linguagem no seu lado mais escarpado, isto é, entre territórios, entre planos, entre discursos. Temos ai a manifestação de uma linguagem contra todos os discursos, isto é, há linguagem e esta afirma sua existência escarpada contra o discurso, ao modo como diz Foucault (2007). Esse é um modo de dizermos de uma experiência não discursiva da linguagem. Com essa articulação, temos outro modo de falar sobre a linguagem em sua experiência estética.

A linguagem como experiência estética ou tomada como experiência estética é a linguagem como multiplicidade, no jogo intensivo de forças. Como estamos desenvolvendo na tese, é o conceito de agenciamento que vai mobilizar as forças, ou que emerge do jogo intensivo de forças no território. A partir do agenciamento, em seu jogo intensivo de força e fluxo inconsciente de corte-conexão-desconexão, de “onde” temos as misturas de corpos e regimes de signos, poderemos falar de linguagem *a*-estética como experimentação. Ou seja, será a partir dos agenciamentos de corpos e do regime de signos que poderemos falar da linguagem, dos discursos, dos enunciados como invenções, criações e ficções.

Nesse sentido, no que diz respeito aos encontros com Paulo, o corpo-linguagem como modo de fazer laço e territorialidades, ou o corpo fragmentado e fragmentário, restante e restado, agencia-se por e em um regime de corpos-linguagens-estéticas-territoriais, por sua vez, também fragmentados e fragmentários, heterogêneos e heteróclitos. Constitui-se, assim,

linguagens metaestáveis, intensivas, sempre em vias de se modificar e que não se reduzem aos discursos, ao simbólico ou às representações.

Esse modos de linguagem constituem-se, enfim, num procedimento e como um procedimento de uma linguagem menor em seu percurso assignificante nos encontros como experimentação no AT.

Com esses elementos apresentados até aqui é que podemos dizer que o AT, nos encontros com Paulo, pode se constituir, como um percurso assignificante, em uma experimentação produzida e tecida nos encontros e desencontros entre acompanhado e acompanhante, ou, melhor dizendo, (des)encontros.

No entanto, mais que (des)encontros entre duas pessoas, temos agenciamentos e processos de subjetivação: um percurso intensivo em que temos os (des)encontros com signos-sentidos, a produção de sentido, a mistura e a composição de corpos-signos-partículas que afetam e se deixam afetar; assim como temos os regimes de signos, de enunciados e de discursos atravessados pelo inconsciente como processo de produção maquínico desejante.

Daí dizer que, nesse percurso, a linguagem é agenciada e agencia; ela compõe os agenciamentos-laços-(des)territorializações no AT e para além do AT, como uma e na experimentação em que o afetar e ser afetado compreendem a estética dos encontros.

Temos, então, um percurso intensivo assignificante que perpassa os encontros no AT com Paulo. Esse percurso é marcado, primeiramente, pelas repetições mecânicas, pelas pelas repetições de lineamento, constituindo e constituídas pelos tensores da linguagem e tensões do corpo. Mostramos isso nos primeiros relatos e, ainda vamos destacar, no nosso percurso de escrita, no capítulo 2, 3, isto é, nos entremeios e no percurso intensivo.

Por enquanto podemos dizer que os circuitos assignificantes é que constituem ou foram constituídos pela linguagem intensiva, linguagem menor ou linguagem no jogo intensivo de forças, ou seja, por uma linguagem *a*-estética ou uma experimentação estética da linguagem no e como agenciamento de corpos e de enunciação a partir dos encontros no AT. Ou seja, o objeto *a*-estético inscreve-se no procedimento e como procedimento, os percursos que perpassam e transversalizam o AT.

No decorrer desta tese e em função dos encontros no AT, começamos a pensar que há, no percurso intensivo dos encontros, uma transversalidade, uma implicação entre a deriva-cartográfica da clínica do AT como experimentação, a deriva pelos conceitos e teorias, e o procedimento linguístico em seu agenciamento de corpos e de enunciação.

Esta transversalidade vem compor nossa hipótese orientadora, segundo a qual temos um deslocamento entre o conceito de experimentação na clínica (como vimos na introdução) e o

conceito de linguagem como experimentação (como estamos vendo). Com essa transversalidade é que passamos a em-tender e compor o AT em função dos agenciamentos em suas duas faces, o regime maquinico de corpos e o agenciamento coletivo de enunciação, enfatizando a importância do conceito de enunciação para a clínica do AT.

A enunciação coloca em pauta os processos de territorialização-desterritorialização, os agenciamentos, o corpo e sua potência de afetar e ser afetado e a linguagem como expresso do [não-]sentido, dos acontecimentos. A enunciação está em função de relações de força, processos de subjetivação em que, se pensarmos em individuação, esta é por hecceidade e não por sujeito fixado ou que ocupa posições. Assim, a característica de dispersão e deslocamento é afirmada no processo e como processo intensivo de relação de forças, ou seja, multiplicidades. A enunciação deve ser colocada em função dessas multiplicidades e depende dos agenciamentos-territórios e do seu basculamento.

Vimos, de certa forma, os processos com Proust e a sua experimentação na decepção e aprendizagem dos signos; com Wolfson e Roussel e o procedimento linguístico; com Kafka e a língua menor; com Blanchot e Mallarmé e a relação com o Fora. Esses autores, os processos e os procedimentos na literatura nos deram a dimensão do que consiste considerar a enunciação a partir da multiplicidade de um jogo intensivo de forças.

Nesta argumentação, a literatura como produção e processo, como vimos nos autores citados, nos mostra como funciona o agenciamento, ou seja, mostra o procedimento linguístico como enunciação em função das implicações políticas, estéticas e desejantes, ou seja, segundo agenciamentos diferentes e variáveis para cada autor. Nesse contexto, o enunciado se revela em uma materialidade linguística, em seu procedimento, em pressuposição recíproca aos corpos, na intervenção nos conteúdos. O enunciado se constitui, assim, na realidade e no funcionamento do agenciamento e não da língua, marcanado, desse modo, a pragmática dos territórios e seus processos.

Dito isso, no capítulo seguinte, vamos continuar a mapear os enunciados e os encontros no AT através de outros relatos. Apresentaremos elementos importantes que nos afetaram em função do que chamaremos de percurso assignificante dos encontros com Paulo.

Esse outros elementos perpassam os outros meios (a repetição mecânica e de lineamento), e aparecem como uma novidade, uma diferença de agenciamento de enunciação, as mudanças de processo de subjetivação, de regimes de enunciados e de corpos e, por fim, constituem os planos cartográficos, os encontros no AT, inclusive os já apresentados e os que ainda serão apresentados. A partir daí, na sequência, vamos enfatizar, também, a concepção da

clínica ética, estética e política como agenciamento, com a finalidade de marcar o deslocamento do conceito de experimentação.

2. ENTREMEIOS

2.1. Entremear: a pragmática dos encontros

Entremear é introduzir meios entre outros meios. Nessa operação, cada agenciamento, cada enunciado em sua expressão, cada conteúdo em sua “corporeidade” introduz um meio entre outros agenciamentos, de modo que cada meio instala a emergência de um outro movimento, de (des)dobramentos, de outras relações; e colocar em pauta a proliferação de signos, a criação processual e os processos de subjetivação.

No AT com Paulo, colocar meios foi (e é) introduzir a presença do AT, a deriva, os passeios, as saídas, as atividades em função de como se afeta ou de como nos afetamos nos encontros. Dito de outro modo, colocar meios é intervir, *intervenire*, agenciar e ser agenciado. Os meios dizem respeito ao que emerge como agenciamento em função dos encontros e os encontros em função dos agenciamentos.

Neste capítulo que denominamos de “Entremeios”, apresentamos algumas novidades que surgiram nos encontros com Paulo: a voz estranha; um encontro em que algo surge como estranho; os diálogos fractais e um inédito pedido de ajuda por parte da mãe.

Nessas narrativas, a voz sussurrada, cochichada ou uma voz estranha, assim como algo que aparece como estranho, são marcantes cada qual a seu modo, pois deixam ver outros meios de Paulo se colocar e se deslocar nos encontros, para além do que parecia ser algo mecanizado, habitual ou familiar.

Vemos nessas novidades a composição e a experimentação de outras territorialidades, outro modo de subjetivação, que vão além do território cristalizado e de um sujeito dado e das repetições mecânicas. Veremos neste capítulo, as mudanças relativas aos agenciamentos, a variedade dos modos de se haver com a linguagem e os encontros; a materialidade dos enunciados e dos corpos, do expresso e do conteúdo, em seus regimes na realidade dos agenciamentos.

As transformações incorporais que já mencionamos no decorrer do trabalho e as que vamos mostrar neste capítulo explicitam os atos incorporais marcados pela relação entre expressão e conteúdo. A enunciação, o ato de linguagem, atribui-se aos corpos, insere ou insiste no conteúdo, recorta os corpos e subsiste na linguagem.

Nesses entremeios, queremos articular, também, uma pista que temos nesses “entremeios”, qual seja, a experimentação dos encontros se constitui com certo procedimento

da linguagem, com os modos diferentes de Paulo se haver com a linguagem nos agenciamentos-territórios que perfazem os encontros.

Começaremos o capítulo pela voz estranha. A voz estranha, sussurrada ou cochichada já havia aparecido nos encontros, durante as atividades de pintura e desenho, conforme já relatado na apresentação. Nos “entremeios”, ela aparece de modo diferente em outra situação marcada por certo estranhamento por parte da mãe de Paulo. Em função desse estranhamento, ela faz um pedido inédito de ajuda. São esses estranhamentos que nos chamam a atenção no AT e que nos servem de intercessores para problematizar as questões levantadas na tese.

Já a sensação de algo estranho ao qual Paulo faz alusão, conforme o enunciado: “estranho, né Dami?”, marca uma atividade em que passamos mais tempo em silêncio, sentados, olhando e tentando montar um quebra-cabeças.

Queremos destacar, também, nesse capítulo em curso, os diálogos fractais e as repetições de lineamento. Os diálogos fractais nos remetem a diálogos que conseguimos registrar a partir das anotações no diário de pesquisa e que já estamos apresentando desde o ínicio da tese. Neste capítulo, destacaremos as suas características fragmentárias.

Por sua vez, as repetições de lineamento dizem respeito a um modo de repetição, além da repetição mecânica, que parece deixar ver uma diferença nos modos de Paulo lidar com os encontros, uma diferença implicada por mudanças na territorialidade e pelo processo de desterritorialização-reterritorialização.

Antes, porém, queremos destacar a problemática dos fragmentos em função das anotações que fizemos. No momento em que nos voltamos para as anotações e relatos para a pesquisa, constatamos o que de certa forma já se dava nos encontros, isto é, o que nos restava desses encontros, além das questões, das perguntas, do incômodo, do não-saber que nos tomavam, eram os fragmentos das anotações.

Essas anotações foram, na totalidade das vezes, fugidias: pequenos diálogos, frases soltas, impressões vagas etc. Os temas e personagens de filmes, de cenas de filmes, os silêncios, as palavras soltas, uma certa dificuldade na dicção, as repetições, as questões que apareciam, tornavam muito difícil lembrar uma sequência dos pequenos, frágeis diálogos e a incidência das mudanças nos encontros. É que a descontinuidade que incidia e “insidia” sobre esses encontros em virtude dos gestos, olhares, dos modos de Paulo falar, dos modos de repetir, assim como dos modos de esquecer, dos modos como palavras, expressões, frases, perguntas, entonações diferentes, vindas de outros tempos, de outros territórios como discursos indiretos, recortavam os encontros, tornavam difícil a tarefa de lembrar as sequências, as relações que ele

fazia, que eu fazia e até mesmo as novidades que surgiam. Isso já nos mostra a insuficiência do significante.

Assim, nesses agenciamentos, em suas descontinuidades e fragmentação, o nosso modo de pensar, lembrar e perceber se exauria e daí nos restava cartografar os fragmentos, a deriva entre os encontros. Daí que apenas fragmentos parecem e pareciam se destacar e, paradoxalmente, dar certa permanência, seja pela repetição com que apareciam, seja por um traço, uma certa novidade que carreavam e que nos afetavam. Desses elementos fragmentados compomos as narrativas que apresentamos, não na tentativa de juntá-los todos numa unidade, mas na tentativa de compô-los como um agenciamento aberto e basculante, numa totalidade que não se fecha.

Esses elementos reverberam a problemática sobre a práxis, ou o pragmatismo dos agenciamentos, sobre a linguagem e o agenciamento de enunciação, e, como não podia deixar de acontecer, reverberam na escrita da tese, na desterritorialização como processo em que a escrita se escreve e se inscreve. Escrever não é conciliar o que aconteceu e converter isso numa escrita ou narrativa, mas é abrir-se à composição da escrita, a partir daquilo que reverbera, que contagia como acontecimento, daquilo que se passa “entre”, como um desvio, numa deriva com um plano de experimentação-imanência. Escrever é inseparável de um problema de ver e ouvir. Daí o caráter ficcional e inventivo da escrita como processo.

As visões e audições se fazem presente na questão da escrita da tese, mas compondo outras territorialidades e desterritorialização diferentes daquelas de Paulo, mas reverberando os encontros no e do AT. “Daquele que escreve, pode-se dizer que é um vidente, um ouvidor, um colorista, um músico” (DELEUZE, 1997, p.9).

Torna-se importante dizermos que, como essas cartografias são fragmentos, não existe um recorte ontológico ou exato, isto é, não existe, nem na escrita do trabalho, uma divisão precisa, segura, certa e verdadeira entre um fragmento e outro; esses *corpus*- recortes são pretensamente didáticos mais para dar certa facilidade no fluxo de leitura do que favorecer qualquer explicação ou fazer categorizações, e esse é um problema. Isto quer dizer que essa divisão em títulos, tópicos, capítulos ou seções, também não exclui um fragmento do outro, não impede que um fragmento possa deslizar sobre o outro, ser visto sob outro tópico, pois estão imbricados, mas, mesmo assim ou por isso mesmo, não formam um todo. É nessa e por essa problemática da escrita que articulamos os elementos da pesquisa e a escrita como uma ficção, um artifício de montagem e desmontagem de fragmentos.

Dito isso, o estranho, a voz, um pedido para ensinar, os diálogos fractais e a repetição de lineamento, presentes nesse capítulo, apontam diferenças entre os modos de agenciamento, de

misturas de corpos e regimes de enunciação, mostram um processo de produção de subjetividade porque os diferentes modos de agenciamento de corpos e de enunciados e signos estão ligados às diferentes territorialidades e desterritorializações que perpassam os encontros desde o primeiro encontro no AT.

As mudanças nos enunciados, nos movimentos dos corpos, nos seus modos de afetar não estão em função do tempo cronológico do trabalho do AT, mas dos territórios e agenciamentos. Então, não se trata de algo que se transforma longitudinalmente, mas é uma mudança de territorialidade, mudança inesperada, que surge na emergência do agenciamento; algo que se passa de modo que, quando percebemos, já estamos entre as mudanças, em diferentes regimes de corpos e de signos, em diferentes movimentos, os quais estamos cartografando no percurso intensivo. Trata-se, então, de um percurso intensivo na relação de forças, da implicação de um tempo aíón, tempo lógico e transversal dos acontecimentos-encontros.

Neste capítulo, apontaremos, também, algumas mudanças que acontecem na relação que a mãe de Paulo tem com ele. Como vimos, inicialmente, ela ('A' mãe) parecia ter certeza de compreender e traduzir o que ele falava, ou o que ele queria dizer, ou o que ele teria para dizer. As funções de tradutora e de doadora de sentidos estavam bem sustentadas e permaneceram assim durante algum tempo, mas como veremos, essas funções começaram a se deslocar também, o que mostra outro modo que ela, "a mãe", passou a ser relacionar com Paulo, e como isso reverbera os processos de subjetivação.

2.2. Uma voz diferente: recusas e pedidos

Em uma das reuniões que fizemos, 'A' mãe de Paulo disse que ela percebera que alguma coisa estava mudando nele. Ela nos disse que Paulo estava dizendo frases mais completas e quando ele dizia alguma coisa durante um assunto que estava em pauta na família ou entre amigos, ele se referia ao assunto em questão e não um assunto diferente do que estava sendo conversado naquele momento. Desviar do assunto caracterizava Paulo. Em outra conversa que tivemos, ela disse que pensava que Paulo estava ampliando sua percepção, seu jeito de ver o mundo. Ela nos disse que achava que era por causa do trabalho no AT, por eu não tratá-lo como criança. Ela nos disse que os modos como ele era tratado em casa ou entre os familiares era diferente do AT, pois em casa, as conversas com ele pareciam ser pontuais, reduzidas ao que seria estritamente o necessário, pois não se tinha muito tempo e paciência para a escuta, para aquilo que parecia não estar muito adequado para algum tipo de conversação.

Nesses termos, parece que ainda estamos diante d' ‘A’ mãe, mas, ao mesmo tempo havia um pedido ajuda. Esse pedido de ajuda foi feito literalmente [“Eu preciso de sua ajuda”]. Segundo ela, diante desse mundo que se descortinava para Paulo, ele demandava mais coisas, pois, segundo ela, ele agora parecia mais curioso, perguntava insistente sobre tudo, sobre qualquer coisa; ele parecia querer acompanhar tudo que acontecia em casa, perguntava o que estava acontecendo, o que ela estava fazendo, entre outras coisas.

É interessante dizer que, talvez, essas mudanças já estivessem acontecendo de fato, mas certamente, o modo de a mãe olhar, perceber e até mesmo falar com Paulo, estavam mudando. Dizer isso torna-se interessante para mostrarmos como a intervenção do AT pode reverberar para a família ou para outros territórios. Mais abaixo mostraremos algo a respeito dessas mudanças.

Nessa escrita, a grafia <‘A mãe’> marca um agenciamento, uma territorialidade em que vigora um plano de organização e um regime de subjetivação que produz um sujeito que deve se submeter à ordem do hábito e da familiaridade segundo o discurso e representações médico-psico-pedagógicas.

Como vimos, inicialmente, ela (‘A mãe’) parecia ter a certeza de compreender e traduzir o que Paulo fala ou o que ele quer dizer ou o que ele teria para dizer; as funções de tradutora e de doadora de sentidos foram bem sustentadas nesse território durante algum tempo, mas, como veremos, essas funções começam a se deslocar também, o que mostra outro modo que ela, desta vez, a mãe (o artigo ‘a’ com letra minúscula), se relaciona com Paulo. A percepção dela de que algo estava mudando já indicava isso.

Lembremos que o enunciado “de onde saiu esse desejo?” nos apontou que poderia haver a ideia de que Paulo talvez não pudesse desejar algo, ao mesmo tempo, esse enunciado também dizia da surpresa diante de um “desejo” que estava ali, mas que ela não sabia de onde vinha. Aqui não interessa, necessariamente, o conceito de desejo, importa a implicação que o enunciado produz nos encontros e as condições ele surge no percurso do AT. Um dos efeitos dessa pergunta está em como esta pergunta se torna um dos disparadores da pesquisa.

Em uma ocasião posterior em que a mãe pediu uma outra reunião, ela nos comunicou uma preocupação mais intensa, que apresentaremos abaixo numa forma de narrativa baseada na anotações que fizemos sobre o que ela nos disse:

Paulo anda de um lado para outro da casa enquanto conversa sozinho. Sua voz soa como se estivesse sussurrando e diz, nervosamente: “Eu não vou”; “Eu não quero ir”. Houve toda uma preocupação em função desse fato. Isso não tinha acontecido antes. Paulo jamais havia se recusado a ir às aulas de música. Ele estaria ficando louco? Essa era a pergunta que a mãe fazia.

Em outra ocasião, em um supermercado, Paulo também diz, [para com ele mesmo?], sussurrando, após ter um pedido negado pela mãe: “essa mulher está louca!”, “essa mulher não entende nada!”. Mais motivos de preocupação da mãe ao ouvir essas palavras: seria apenas porque ele queria que se comprasse algum produto e o seu pedido fora recusado?

Essas perguntas chegam ao AT com um tom de preocupação, de questionamento e um pedido de ajuda para esses momentos de mudanças que aconteciam com Paulo. Segundo conta a mãe, a recusa de ir à aula de música não era única recusa que aparecera. Posteriormente a isso, ele também começou a recusar-se a comer a comida preparada por ela, justamente o prato que ele mais gostava e que até então nunca havia sido recusado. Segundo ela disse: “isso não é comum”. O que estaria acontecendo com Paulo?

Essa preocupação dela foi acolhida no AT e nos levou a pensar num deslocamento que se passava frente a uma demanda de Paulo e que essa demanda seria diferente de qualquer outra demanda que tenha surgido até então pois, nesse caso, a mãe foi deslocada de uma posição [“A mãe”] de quem podia, de certo modo, saber, fazer e ter uma resposta para dar ao filho e sobre o filho, afinal, ela era a “sabedora” e a “tradutora”.

O que se destaca é que Paulo nunca havia se recusado a ir às aulas de música; Paulo nunca havia recusado uma refeição feita pela mãe e ela, como nos disse, sempre traduzia o que Paulo falava, mas dessa vez não. Se agora temos recusas onde não havia e as traduções não são suficientes para entender ou traduzir tais recusas, alguma coisa estaria se passando, alguma diferença estaria acontecendo nos modos como as relações estavam postas habitualmente.

Pensamos que ‘A’ mãe se desloca de uma posição de quem tem uma resposta certa a ser dada. O enunciado “de onde saiu esse desejo?” que mostramos no início dos relatos e no título do trabalho também deixa ver e marca essas mudanças. Acrescentamos que também, nesse sentido, o discurso médico-psico-pedagógico ou do estrato de organização parecem não fornecer mais as respostas. Esta é a mudança que queremos marcar em relação ‘A’ mãe, o modo como ela muda em relação a Paulo. Uma mudança que constitui um acontecimento nos encontros do AT.

2.2.1. Sussurros e cochichos

Em função das recusas e a presença das vozes, como relatado acima, lembrei-me da voz sussurrante ou cochichada com a qual Paulo respondeu a uma indagação minha (“onde jogo isso?”) com a voz sussunte (“no lixo”). A indagação não havia sido necessariamente ou intencionalmente dirigida a ele. O que eu disse foi uma daquelas frases que parecem nos escapar

como quando falamos sozinhos. Na ocasião eu perguntei para ele: “o que é isso?”. Paulo olhou para mim, enquanto continuava a atividade e logo baixou os olhos, voltando-se para o que estava fazendo, deixando apenas um discreto sorriso no rosto.

As narrativas acima também me fizeram lembrar daquela voz ou daquele tipo de cochicho que Paulo fazia enquanto pintávamos quadros. O cochicho que parecia querer acompanhar o ritmo do pincel na atividade de pintura, e essa voz diferente, sussurrada, sussurrando suas recusas, recusa as coisas que a mãe fazia, oferecia ou dizia ou, ao menos, coloca essas coisas em estatus de recusa. Os cochichos e sussurros parecem dar indícios da presença de um corpo, de um som ou sonoridade para além das ordens, do significante, dos hábitos, da rotina e das traduções.

Aproveitamos as questões sobre os sussurros e os cochichos para retomar e marcar como um aspecto do conceito de enunciação reverbera nesta tese, nesses relatos, mais especificamente nesse capítulo. Lazzarato (2014), nos ajuda a entender como o agenciamento de enunciação pode compor-se na experimentação, na deriva-cartográfica, como mostramos aqui nos “entremelos”.

O espaço-tempo aberto pela enunciação no seu acontecimento não é do performativo, mas é o espaço-tempo aberto à indeterminação, ao acontecimento, ao agenciamento em seu basculamento e experimentação stética dos territórios e seu processo de desterritorialização, de modo que os efeitos do ato não são pre-determinados e definidos como no performativo, em que o orador, a palavra e o destinatário já estão instituídos.

A enunciação, como agenciamento, para além do estruturalismo e do platonismo, não está confinada às regras de acordo, convenção ou certa ordem da linguagem. Isto não quer dizer que não existam e se façam acordos, convenções e se prescrevam ordens. A enunciação está em função dos modos de relação de forças que perpassa os (des)encontros, do embate e co-existências territoriais e desterritorializantes da experimentação.

A voz, a entonação ainda não tomada na abstração fonética, e acrescentamos aqui, também, os sussurros e cochichos, conferem ao que está linguisticamente estável um movimento de singularidade e parecem querer indicar um mundo de forças animadas para além da ordem, do familiar e do habitual. A voz, a entonação, sussurros e cochichos ameaçam, recusam, prezam ou desprezam objetos e fenômenos (LAZZARATO, 2014).

Como ato de enunciação ou agenciamento, os cochichos e sussurros criam uma indeterminação que inaugura ou dá margem para uma outra relação. Como vimos, ‘A mãe’, ao invés de fazer a função de tradutora, se questiona, pensa que Paulo pode estar louco; o acompanhante se questiona o que seria aquilo, que tipo de relação se faz ali, como Paulo

compõe-se ou não com isso; e Paulo, por sua vez, recusa, preza ou despreza, compõe ou decompõe uma atividade ou uma situação.

Sussuros e cochichos são a recusa de um sabido sobre Paulo, a recusa de um imaginário de uma posição ou lugar que ele era colocado ou que ‘A mãe’ ocupava; são a presença de um corpo que vibra, vibrátil em sua sonoridade assígnificante que estranha e se estranha. Essa sonoridade atravessa a atividade de pintura e a recusa, mas não é a mesma sonoridade. Até mesmo um sussurro tem sentido, embora não tenha significação.

2.3. “Estranho...?”

Durante os encontros com Paulo, tivemos um período de muito calor na cidade. Era complicado fazer saídas e caminhadas no período da tarde, então combinei com Paulo de ocuparmos uma sala de uma clínica durante algum tempo, mas eu não sabia muito bem o que poderíamos fazer. Em uma outra ocasião, já tínhamos feito a atividade de desenho e colagem usando uma sala como ateliê, mas dessa vez não estávamos indo para lá em função de uma atividade, não tinha pensado em nada e tentava combinar com ele alguma coisa.

***³⁴

Num desses dias, estávamos numa das salas de atendimento. Então sentamos nas poltronas. Perguntei a Paulo o que faríamos. Ele não respondeu.

Por alguns minutos, ficamos em silêncio. Ele olhou para a estante com livros e perguntou: “tem crocodilo aí?”. Respondi que não sabia, mas que ele poderia olhar. Adiantei-me e peguei um livro para ele e outro para mim. Ele folheou apressadamente, passando, rapidamente, várias páginas de uma vez só e disse que não tinha encontrado [“achei não, Dami!”]. Eu disse que ele poderia procurar nos outros. Passamos a tarde folheando os livros enquanto ele dizia: “achei não, Dami” ou “não achei, Dami!”.

Na semana seguinte, aconteceu novamente de não estarmos com a caixa de desenhos, Paulo perguntou novamente se havia crocodilo nos livros. Disse-lhe que poderia olhar. Entre pegar e

³⁴ Retomo a nota para lembrar os marcadores e separadores:

Tres Asteriscos, seguidos de traços(***)-- separam fragmentos de relatos

Três traços, seguidos de asterisco (---*) separam diálogos diferentes de um mesmo relato

As barras (/ ou //) separam diferentes instanciamentos nos diálogos

Os colchetes ([...]) demarcam o que não estava, originalmente, nas anotações do diário de pesquisa, mas que vieram à memória no momento de escrita dos relatos ou da narrativa para na composição da tese. Os colchetes, quando aparecem fora dos relatos, evidenciam, também, frases marcantes ditas na ocasião dos encontros no AT ou marcam observações gerais pertinentes aos encontros.

folhear um livro, depois outro e dizer que não havia achado o crocodilo [isso tudo parecia acontecer ao mesmo tempo], Paulo pegou um livro destinado a atividades com crianças, livro esse que também já se encontrava na estante, mas num canto mais afastado.

Ao chegar na última página desse livro, Paulo se deparou com um quebra-cabeças montado e começou a manuseá-lo, separando as peças e tentando juntá-las. Percebi isso e comecei a ajuda-lo. Depois perguntei se ele gostava de quebra-cabeças e ele disse que sim. Perguntei o que achava de comprarmos um quebra-cabeça para montarmos. Ele concordou e então eu disse-lhe que na próxima semana sairíamos para comprar.

Na semana seguinte, assim que nos encontramos, ele se lembrou, ao menos entendi que foi isso que aconteceu, de que iríamos comprar o quebra-cabeça. Não fez isso diretamente, ele fez algum tipo de menção, falou alguma coisa, de modo meio vago, naquele estilo fragmentado, sobre ir a uma loja e sobre o quebra-cabeças [[algo ininteligível] ...e quebra-cabeça... [algo ininteligível] ...loja, né dami?]. Como já havíamos combinado de comprar antes, gostei de ele ter se lembrado do combinado [“ah, você lembrou, hein!”] e fomos procurar alguma loja. Paramos num ponto do centro da cidade, numa rua comercial, dessas que tem vários tipos de lojas e andamos em busca de uma loja de brinquedos.

Andamos por algum tempo e encontramos uma loja, solicitei a Paulo que me ajudasse a procurar um quebra-cabeças. Localizei a prateleira junto com a moça que veio nos atender. Paulo olhava a prateleira enquanto a moça retirava algumas caixas e nos mostrava. Tinham caixas de 50 a 100 peças, com figuras de paisagens, que pareciam não nos interessar. Uma das caixas mostrada, chamou a atenção. Era de um quebra-cabeças com figuras de heróis. Era um jogo de trinta peças. Paulo se interessou e eu disse que o de trinta peças seria bom para nós. Ele disse “melhor mesmo, né Dami!?”

Paulo perguntou se era presente para ele [“é presente, Dami?”, eu disse que não, era para trabalharmos juntos. Ele disse novamente, “é presente, Dami?” e ele mesmo continuou: “não, é emprestado!”, então eu disse-lhe que no final do trabalho eu daria o quebra-cabeças para ele guardar.

Nos encontros seguintes, alternamos entre ir para a clínica para montar o quebra-cabeças e em outro dia fazíamos atividades externas, mas a atividade de montar o quebra-cabeças se destaca pelo que se segue.

Na primeira vez com o quebra-cabeça mostrei para Paulo como se poderia montá-lo, separei as peças, mostrei quais eram mais fáceis de juntar, aquelas que o desenho estava mais definido, que era mais fácil de achar a parte que completava o desenho, junto a isso mostrava o desenho na caixa para que comparássemos a montagem. Paulo fazia inúmeras questões

repetidas sobre os heróis, apontava e dizia o nome dos que sabia, dos que pensava que sabia e até o corrigi dizendo o nome certo. Ele perguntava o nome dos que não sabia. Montei o quebra-cabeças mostrando para ele como as peças se encaixavam pelo desenho e pela forma. Depois separei e misturei as peças e convidei para que montássemos juntos.

Paulo, sentado na poltrona, se inclinou sobre as peças, olhou fixamente para elas, olhou pra mim. Eu peguei e juntei duas peças enquanto lhe mostrava o desenho da caixa e as formas. Ele perguntou “e a caixa?”. Eu disse: “aqui a caixa”. Ele disse: “capitão américa...”. Eu disse: “esse não é o capitão américa, esse é outro”, enquanto isso ele tentava dizer quem era. Eu respondi: “Esse é o *Thor!*”. Ele disse: “e o *Hulk?*”, “E essa mulher?”. Eu lhe disse quem eram, apresentei novamente o desenho. Paulo voltou-se para as peças, se inclinou detidamente sobre elas, olhou para mim. Então peguei mais algumas peças, juntei a outras duas e perguntei qual outra poderia caber ali e disse-lhe para tentar colocar alguma.

Paulo pegou uma peça, tentou encaixá-la, mas ela não se encaixava. Ele tentou forçar o encaixe, então eu disse que não poderia ser daquele jeito e que ele podia tentar outra. Ele colocou a peça que estava tentando encaixar junto com as outras que ainda estavam lá disponíveis. Ele olhou para a mesa com todas aquelas peças, ficou em silêncio durante alguns minutos. Então ele pegou aquela mesma peça que estava tentando encaixar antes e tentou colocá-la mais uma vez no mesmo lugar, mas não conseguiu. Voltou-se para mim e disse “estranho, né Dami?”. Eu respondi que sim, que “não é fácil esse quebra cabeça”. Nesse dia, mostrei para ele as peças e o desenho da caixa para que pudéssemos olhar as figuras e tentar montar novamente.

***__

No encontro posterior, ao entrar no carro, ele disse: “e o joguinho?”, eu perguntei: “que joguinho?”; ele respondeu: “quebra-cabeça”. Eu disse: “está aí”, “você quer jogar?”. Ele respondeu que sim.

O jogo de montar quebra-cabeça durou mais ou menos três meses e as cenas pareciam se repetir como já descrito, com algumas variações, mas a postura de Paulo era sempre a de se inclinar sobre as peças, ficar em silêncio, olhá-las por algum tempo, tentar encaixar as peças e diante do fato de elas não se encaixarem dizer “estranho, né Dami?”. Eu tentava ajudá-lo a ver o desenho, a olhar a figura, mas ele insistia em pegar uma mesma peça e tentar encaixá-la num mesmo lugar que não dava certo. Eu dizia para tentar outra, para tentar coloca-la em outro lugar. Paulo parecia pedir para ver a caixa com o desenho [“e a caixa?”]. Ele tentava encaixar outra peça e novamente dizia: “estranho, né Dami?”.

Eu ficava pensando o que seria estranho para Paulo, como ele poderia estar pensando, sentindo ou imaginando a respeito do que se dava como estranho naquela atividade. O que é estranho para Paulo? Que a peça não se encaixasse, que ele não conseguisse juntar as peças ou que a mesma peça não se encaixasse apesar das tentativas e da força que ele colocava?

Nesse encontro, tentava ajudá-lo a montar o quebra-cabeça. Mostrei como se poderia montar o quebra-cabeça, como as peças se juntam ou não se juntam, como a figura ganha forma ou não ganha forma. Então, montamos juntos: eu indicava para ele qual peça se encaixava, ele colocava a peça no lugar; eu pegava uma peça e encaixava no lugar certo e deixava Paulo tentar colocar as peças que ele pegava, eu o ajudava a encontrar a peça que se encaixaria ou ficava observando ele na sua própria observância do jogo.

Em um dos encontros, após ele dizer que queria jogar o quebra-cabeça, sugeri que fôssemos para outro lugar para montar o jogo para poder variar um pouco os lugares. Fomos a um parque da cidade, nos assentamos numa mesa e começamos a tentar montar a figura. Nesse dia, perdemos uma das peças do quebra-cabeça. Ela deve ter caído da caixa e não vimos isso. “Acho que deve ter caído por entre a fresta da caixa”, disse para ele. Ele disse: “ah não, Dami!”. Mas só notei a perda num encontro posterior, em outro lugar, em que montei a figura completa com Paulo, por isso não tinha como procurar a peça no lugar perdido. Ele pareceu não se importar e eu lhe disse que não teria problemas, que montaríamos mesmo assim.

Depois de quase três meses em que os encontros e as cenas descritas pareceram se repetir, montei junto com Paulo, pela última vez o tal quebra-cabeças. Pela última vez também ouvi a expressão que nos acompanhou até esse último dia: “estranho, né Dami?”. Essa expressão não havia aparecido antes e não apareceu depois, por mais estranheza e novidade que pudesse haver nos encontros. Guardamos o quebra-cabeça montado na caixa, sem a peça que havia sumido. Quando chegamos na casa dele, ele abriu a caixa e mostrou para a mãe. Já havíamos dito anteriormente que estávamos montando um quebra-cabeças. Ela olhou para a caixa. Eu expliquei sobre o sumiço da peça. A mãe tornou a olhar para a caixa com o que parecia ser um olhar para algo que está como deveria estar, sem maiores considerações, sem maiores estranhamentos, só aquele que, talvez, lhe coubesse passar naquele momento, mas para o qual não cabiam palavras, traduções, nem peças para encaixar.

2.4. “Me ensina...”

Depois dos encontros em que montamos o quebra-cabeça, o período de muito calor e tempo quente continuava. Ainda era complicado fazer saídas e caminhadas, então disse para Paulo que

continuaríamos a ir para a sala de uma clínica, mas eu, novamente, não sabia muito bem o que poderíamos fazer.

As tentativas de negociação, mais precisamente, a tentativa que Paulo tomasse uma iniciativa sobre algo diferente que poderíamos fazer, parecia não se dar, e ficávamos sentados na sala, folheávamos revistas e as repetições das falas se faziam, até que certo dia perguntei novamente para ele: “o que vamos fazer, o que você quer fazer?”. Ele me olhou e disse: “desenhar” e, a partir daí nos pegamos em uma atividade de desenho novamente, mas de outro modo.

Nessas atividades, eu e Paulo desenhávamos. Às vezes ele me pedia que desenhasse alguma coisa, um herói, o lobisomem ou um pirata [ele dizia: “e o he-man?”, “Desenha Dami”; “desenha o lobisomem”; “desenha o pirata”]. Outras vezes, eu desenhava e ele ficava perguntando o que era e eu ficava insistindo para que ele me dissesse; outras vezes, surpreendentemente, ele me pedia para ensiná-lo a desenhar [“eu não sei desenhar, me ensina Dami?!”]. Eu mostrava para ele como fazia e insistia para que ele tentasse. Ele se colocava a desenhar círculos por toda a folha. As vezes círculos monocromáticos, outras vezes círculos coloridos, círculos separados ou círculos sobre círculos e ainda semi-círculos. Em outros momentos, eu escrevia o que ele dizia sobre o desenho ou o nome do desenho, que era, geralmente, o nome de algum personagem; depois ele me pedia para que eu escrevesse alguma coisa nos desenhos em que não havia nada escrito. De alguma forma ele sabia apontar o que era algo escrito.

O que queremos destacar aqui é o fato de Paulo dizer que não sabia desenhar e pedir para ensiná-lo. Isso me pareceu uma mudança importante porque parece se constituir numa demanda ao outro diante do fato de ele não conseguir fazer algo. Esse tipo de pedido não havia acontecido até então.

Outro elemento que se destaca é que Paulo parecia conhecer, de alguma forma, a escrita (talvez mais a imagem que o que estava escrito), principalmente se fosse de algo conhecido como o próprio nome dele ou marcas conhecidas como de refrigerantes ou de redes de fast-foods. Nesse caso, parecia reconhecer pelo logotipo (formato, cores, desenho que destaca a marca). Parecia conseguir também ler ou se lembrar a forma da palavra que eu tinha escrito, associado a alguns desenhos, por exemplo, ele associava a imagem do carro desenhado ao que estava escrito no desenho (Macgiver era o que estava escrito junto ao desenho). Ele reconhecia que havia algo escrito e dizia que estava escrito “Macgiver” por causa do desenho do carro, mas, em outras vezes, parecia mesmo que ele tentava adivinhar, fazia várias tentativas de dizer o que estaria escrito, tentando associar ao desenho ou dizendo nomes aleatórios.

2.5. As repetições de lineamento e os diálogos-fractais

Como já foi dito, neste ponto da cartografia, estamos mostrando alguns dos diálogos que aconteceram e marcaram os encontros com Paulo. Eles marcaram porque parecia que Paulo começara a fazer, com muito mais frequência, uma variação dos temas que eram repetidos e poucas vezes ficava em silêncio. Essas repetições se destacaram pois pareciam deslocar-se daquelas repetições mecânicas que pareciam circunscrever-se em palavras de ordem vindas ‘d’A mãe’ ou de outros familiares. Essas repetições que se destacam pareciam se deslocar das repetições mecânicas que pareciam se circunscrever em um território cristalizado, como se Paulo procurasse repetir o que tinham dito para ele falar, e ele o fazia por parecer-lhe mais seguro, habitual ou mais familiar. Chamamos tais repetições de repetições de lineamento, pois parecem estar em deslocamento em relação às repetições mecânicas.

Lineamento é um traço, uma linha ou um contorno ou o ato de produzi-lo; é também um conjunto de linhas; é uma feição isolada ou conjunto de feições de topografia, de variações de tonalidade em imagem ou em um mapa topográfico que se apresenta como um alinhamento e que reflete elementos da geologia.³⁵ O lineamento constitui territórios e superfícies.

Repetições de lineamento, que, em descolamento das repetições mecânicas, derivam por outros temas, por exemplo: a “curiosidade” pelo entorno, pelas lojas; a “curiosidade” pela coisas que o acompanhante faria no dia seguinte ou que teria feito anteriormente; as perguntas sobre os personagens de desenhos e filmes em função da atividade de desenho que fizemos. Também consideramos que aqueles diálogos que mostramos na apresentação e na introdução, nos quais entramos em repetição de perguntas de um para o outro, são repetições de lineamento.

É interessante dizer que, em uma das supervisões que tive sobre o caso, eu mencionei que parecia que eu começara a entender melhor o que Paulo dizia. Eu disse não saber se, nesse meu suposto entender, ele é que havia melhorado a dicção, o modo de dizer ou se seria eu que teria melhorado a audição. Todavia, nessa supervisão me foi apontado que Paulo é que teria me capturado ou “pegado”, escolhido talvez, agenciado na territorialidade por seu modo de dizer e/ou fazer-saber.

Nesse agenciamento, seria como se Paulo lançasse suas palavras ou tecesse teias de palavras, de sons, de dizeres, de enunciados e ficasse à espreita de que elas alcançassem um alvo incerto, ou que produzissem eco, ou que reverberassem, ou que alguém vibrasse, ressoasse,

³⁵ <<http://sigep.cprm.gov.br/glossario/verbete/lineamento.htm>> e <<https://www.dicio.com.br/lineamento/>>. Acesso em: 25 Jan. 2019

se implicasse com o fio da teia de modo que ele também vibrasse, reverberasse e também fosse atingido e deslocado. Isso é mais do que tentar dar significados ou esperar significados. Parecia que a própria enunciação, para além da significação, poderia tecer um encontro ou mesmo desencontro. Fazia-se um laço através da implicação dos (des)encontros.

Neste encontro-agenciamento que se desdobra em lineamento, os fragmentos marcam também como as conversas se davam, pois um assunto começava sem que o anterior terminasse ou saímos de um diálogo que mal havia começado para começar outro, pois uma pergunta atravessava os dizeres, e depois volta-se a falar de um mesmo assunto e perguntar ou usar uma expressão já usado e uma pergunta que já tinha feito.

Nestas mudanças e desvios, parecia que a palavra dita ou pergunta feita, chamaremos de palavra ou pergunta marginal, provocava um desvio. Entretanto, não por uma associação de ideias, mas por algo como uma conexão-disjuntiva, uma conexão não totalizante e não finalizante de partes, que disjuntava as frases e os diálogos. Daí a ideia de fractais.

Na geometria, os fractais são figuras que se repetem, cópias de cópias que se proliferam formando figuras cada vez menores. O estudo dos fractais está ligado à teoria do caos e os sistemas dinâmicos, e suas equações são usadas para descrever fenômenos que, apesar de parecerem aleatórios, obedecem a certas regras – assim como o fluxo dos rios. Um rio parece ter um fluxo ou percurso aleatório, mas este tem influência da geologia e do relevo. Os fractais são estudados na geometria não-euclidiana por causa de suas dimensões fracionárias.

Os fragmentos, então, remetem mais a um *patchwork*, um trabalho que consiste na reunião de peças de tecido de várias cores, padrões e formas, costuradas entre si, formando desenhos geométricos, lembrando que é segundo uma geometria e espaços não-euclidianos. Temos como efeito do fractais, toda uma ciranda mítivoca, polívoca, equívoca do território e da cartografia desse território, seus processos e desdobramentos. Ou seja, diferentes regimes de enunciados e signos, diferentes agenciamentos de enunciação e diferentes regimes de corpos.

Nos relatos de diálogos fractais, não tentarei remontar uma história dos encontros numa cronologia, mas sim dizer de algo que me marcou ou que nos marcaram, acompanhado e acompanhante, enfim mostrar ou relatar o que de alguma forma reverberou. Alguns desses fragmentos remetem ao que já foi narrado na apresentação e que, por sua vez, talvez possam ajudar a entender os fragmentos que constituem uma composição mais ampla, se isso se fizer necessário.

A propósito dos diálogos fractais, mostrarei a seguir, algumas mudanças nos modos de Paulo se haver com os encontros, em relação aos primeiros relatos. Quando andávamos pela

cidade, em passeios aleatórios ou saídas para comprar algo, Paulo começou a perguntar sobre as lojas e prédios:

“Que loja é essa?”, “e essa?”, “tá fechado, Dami?”. Parecia que a fachada lhe chamava a atenção ou o próprio fato da porta da loja estar fechada. Outras vezes, o que parecia chamar a atenção eram os desenhos da fachada, principalmente se fossem relacionados a desenhos animados da T.V. Ele também se referia a outros elementos das ruas, por exemplo, sobre os carros diferentes, ele me dizia: “igual o carro do MacGyver”, se fossem jipes; “igual carro do Magnum³⁶”, se fossem carros esportivos; “igual comando para matar”, se fossem caminhões, inclusive caminhões de lixo.

Embora em outros momentos também acontecessem, Paulo começara também a repetir e a perguntar ou afirmar, isso era variável, se eu iria trabalhar, a que horas e com quem. Perguntava, por exemplo: “você vai para a escola?” Ou “você vai para a escolinha, hein Dami!” // “você vai dormir? // você vai comer? // você pegou filme? // assistiu na televisão? // “cortou cabelo?” // “vai cortar que dia?”

Destaco, também, as atividades de desenho. Durante algum tempo fixamos nestas atividades. Essa atividade aconteceu em uma sala de uma clínica. Durante um certo período de tempo, fizemos muitos desenhos e Paulo parecia gostar de repassar e rever cada um deles a cada encontro.

Ele começa perguntando, ao pegar a caixa que continha todos aqueles desenhos: “não tem comando para matar, né dami?” ou, simplesmente, “cadê o He-man?”. Eu respondia: “não sei, olha se tem, procura ai”; e então passávamos um a um os desenhos, comentando sobre o que estava desenhando. Com o decorrer dessas atividades, durante as conversas sobre os desenhos passei a pedir para Paulo dar um nome para cada um dos novos desenhos que ele fazia. Com alguma dificuldade, ele dizia um nome, então eu datava e colocava o nome dele na folha.

Outra coisa que gostaria de destacar são os modos como Paulo inicia uma conversa no momento em que eu chegava em sua casa. No início dos encontros, tinha-se a impressão que ele repetia sempre um mesmo tipo de “cumprimento” ou “saudação” através de uma frase-pergunta. No entanto, no decorrer dos encontros, essas frases mudavam.

Segue abaixo alguns dos diálogos que atravessavam os encontros:

Quase em todas as vezes, quando chegava na casa de Paulo ele dizia, após me cumprimentar com um aperto de mão:

- Você trouxe o filme?

³⁶ Seriado de TV da década de 1980, em que o protagonista é um jardineiro e também um investigador nas horas vagas.

-Que filme? Eu combinei de trazer algum filme? (Eu dizia isso em tom de brincadeira)

-Você vem amanhã? [Geralmente essa pergunta acontecia na terça e raramente na sexta].

Eu respondia:

-Não, amanhã não, amanhã é quarta. [Ou sábado, quando o encontro era na sexta].

Esse cumprimento durou por vários encontros/meses. Depois, em outras vezes, quando eu chegava, ele perguntava se eu havia cortado o cabelo.

Paulo: Você cortou o cabelo?

Dami: Não, ainda não

Paulo: Não vai cortar, não?

Dami: Vou

Paulo: aonde?

Então eu dizia onde cortaria e ele tentava repetir o nome da barbearia.

Eu confirmava ou corrigia o nome da loja.

Depois de algum tempo, ele próprio perguntava e ele próprio respondia, na sequência, o nome do lugar:

Paulo: “cortou cabelo?”

Dami: “não, vou cortar ainda.”

Paulo: “onde?”

Paulo: “no José³⁷, né Dami?”

Ainda em outras ocasiões, quando eu chegava na casa de Paulo, ele me dizia enquanto me cumprimentava com um aperto de mão:

Paulo: cortei o cabelo, fiz sobrancelha, fiz a barba...

Ou então, quando ainda não tinha cortado, dizia: “marco, marquei cabelereiro, viu?”

A frase inicial [frase inicial-ritual de cumprimento] e o diálogo que se seguia nem sempre foram esses relatados, mas eles foram os que mais se destacaram durante algum tempo em que os encontros aconteceram. Outras frases e diálogos se repetiam, quase sempre no percurso que fazíamos até chegar ao local que já havíamos combinado de ir. Essas frases ou diálogos pareciam, para mim, talvez mais do que para Paulo(?), querer dar certa consistência ao que se passava, a um silêncio que se fazia ou tentava antecipar as perguntas que eu lhe fazia e que ele não conseguia responder.

³⁷ José é o nome fictício da barbearia.

Vejamos outros diálogos:

-Peguei filme, Dami.

-Qual filme?

-Não sei...

-Você não lembra quem é o autor, o título do filme?

-Não sei...

E depois ele prosseguia:

-Você pegou filme?

- Essa semana não peguei, estava muito ocupado.

Às vezes, ele dizia que havia assistido a um filme [“assisti filme, Dami!”] e quando eu perguntava qual o filme, ele dizia que não sabia [“eu não sei.”], ou quando sabia qual era o filme, não sabia dizer do que havia gostado [“o que mais você gostou?” // “não sei, Dami”]; [“quem era o ator principal?” // “não sei”]; [“qual era a história?” // “não sei”].

Em outras vezes, ele, depois de me cumprimentar, perguntava: “onde você vai?”

E eu respondia: “essa pergunta é minha!” [eu quase sempre perguntava “onde vamos?”. Então ele perguntava, novamente, se eu havia cortado cabelo ou se eu havia alugado algum filme, se havia assistido TV.

Depois desses pequenos cumprimentos-rituais-repetições, tentávamos combinávamos para onde iríamos e, novamente, as perguntas sobre o filme ou sobre para onde iríamos eram feitas.

2.5.1. Outros diálogos fractais

Em um dos vários encontros em que falamos sobre o *Hulk*. Em alguma frase ou pergunta, eu dizia o nome dele e ele dizia: “eu não sou Paulo”.

Dami: Então o que você é?

Paulo: Sou “bener”, crocodilo.

Paulo: Vira o que?

Paulo: Vira *Hulk*

Observe-se que em relação aos primeiros encontros ele dizia: “que Paulo é esse?”. mais atualmente, passou, em boa parte das vezes, a dizer: “eu não sou Paulo”

***__

O diálogo abaixo era característico dos encontros de sexta pela manhã, em que ele, costumeiramente, após o AT, ia à feira comer pastel e ajudar a mãe a carregar e guardar as compras, segundo ele mesmo dizia. Esse diálogo entrava em meio a outros diálogos ou momentos de silêncio em que, ou estávamos caminhando ou em atividades de desenho.

Paulo: Cadê o carro? [e sem esperar resposta emendava]

Minha mãe vai encontrar a gente? [ou “que hora minha mãe vai encontrar a gente?”].

Minha mãe vai na feira que hora?

Que hora vai na feira?

Dami: Vai fazer o que na feira?

Paulo: Come pastel

***__

Num dos encontros, estávamos caminhando pela cidade e de repente Paulo disse: “Morri envenenado de come!”

Dami: comer o que?

Paulo: Não sei, e dami, hein!!; Benner não tem camisa, calça; Benner não tem pianinho

***__

Paulo: Você vira lobisomen?

Dami: Eu não.

Paulo: Você tem medo de lobisomen?

Dami: Você tem?

Paulo: não, sou macho, Benner não morre! (ou Banner não morre, né Dami?)

***__

Paulo: ‘Laion’ não é bandido, né dami? Né, meu aluno?

Paulo: Laion é bandido, herói.

Paulo: Laion não é bandido, é herói?

Dami: Você também é herói?

Paulo: Nada.

Paulo: Onde você vai hoje?

Dami: Na universidade.

Paulo: Sem comer?

Então ele imita o *Snif* (personagem do desenho animado *thandercats*): “snif, snif”

Paulo: “Esse desenho tem tempo, né Dami?”

Dami: sim, é antigo...

Paulo: “eu nasci na barriga da minha mãe, né Dami?”

Dami: nasceu sim!

***__

Paulo: Meu aniversário está chegando

Dami: Que dia que é?

Paulo: Março

Dami: Tá, mas qual dia?

Paulo: Dia do meu avô

***__

Paulo: você é lobisomem?

Dami: lobisomem? Não sou

Dami: e você é quem?

Paulo: Banner

Dami: por que você quer ser o Banner?

Paulo: Para virar...

Dami: virar o que?

Paulo: virar *Hulk*

Por que você quer virar *Hulk*?

Pergunto, mas Paulo não prossegue com o assunto, então me calo.

Logo depois ele volta a falar: o Banner não vira, né dami? “Banner não conversa...só pianinho...nervoso ou calmo?”

***__

Paulo: Olha a criancinha.

Dami: Que criancinha?

Paulo: Criancinha do Banner

***__

Estamos ouvindo música no carro, enquanto íamos para alguma lugar e Paulo disse “é do Gil”.

Paulo: De quem é essa música?

Dami: uai, você acabou de falar!

Dami: quem que era mesmo que você falou?

Paulo: não sei

Dami: mas você falou!

Paulo: quem é então? Tá vivo né dami?!

Dami: por enquanto. (Falei simulando uma voz gutural de filme de terror)

Paulo: eu sou ‘por enquanto’?

Dami: “Não”, respondi rindo, “você não!”

Paulo riu uma risada tenebrosa, como de um filme de terror.

Paulo: minha mãe já tá esperando eu, né Dami?

Dami: será que está? Será que não está? Será que está?

Paulo: que isso?

Paulo: “...amor” (acompanhando uma palavra final do verso da música que tocava no rádio)

Paulo: “quem é essa mulher?”

Paulo: pegou filme nesse final de semana?

Dami: peguei não, você pegou?

Paulo: não...sim

***__

Paulo havia falado que assistiu um filme:

Paulo: assisti filme, Dami

Dami: qual o nome do filme?

Paulo: (não responde)

Dami: qual o nome do ator?

Paulo: não sei

Dami: uai

Paulo: (imitando) uai

***__

Estávamos indo para um parque da cidade, então houve um mau funcionamento e o rádio do carro parou de tocar e depois voltou a funcionar)

Paulo: o som morreu, né?

Paulo: quem é esse, dami?

Dami: quem? Quem tá cantando?

Dami: eu não sei, não conheço. Você não conhece não?

Paulo: não responde

---*

Ainda no caminho do parque:

Paulo: e filme, você pegou?

Dami: não, não peguei filme não. Você pegou?

Paulo: vai sair? Parque siqueiroli, né Dami? E depois?

Dami: depois é ir embora

Paulo: sozinho?

Dami: sozinho e a pé?

Paulo: igualzinho ameaça...

Dami: que ameaça?

Paulo: esse filme é velho, né dami?

Dami: eu não conheço.

Paulo: cortou o cabelo?

Na música que está passando no rádio, ouve-se um som de piano.

Paulo: olha o Banner ai, sozinho... pasta...

Dami: e o que mais?

Paulo: só

----*

Chegando ao parque, um diálogo aconteceu mais ou menos como se segue:

Paulo: não é aqui não, dami?

Paulo: Você me enganou!?

Dami: parece que tá fechado

Paulo: fechado? Hein?

Dami: vou descer lá para vê.

Paulo: que vê?

Paulo: onde você vai?

Dami: vamos descer lá para ver
Paulo: você me enganou?
Dami: quem te enganou?
Paulo: he-man
Dami: he-man?
Paulo: Não parece comigo, o he-man?
Dami: quem?
Paulo: não comi nada hoje, dami.
Dami: duvido, não tomou nenhum cafezinho?
Paulo: que cafezinho?

***__

As pessoas atravessam na frente do carro, correndo.
Paulo diz: esse cara vai morrer, hein, igual meu tio!
Essas frases vão se fazer presente sempre que, quando estamos no carro, em algum trajeto, alguém atravessa na frente, seja correndo, seja andando por ter preferência.

***__

Paulo: oh sinalzinho vagabundo!
Ele bate na perna, dois ou três tapas de leve, como se quisesse apressar quem estava à frente.

Dami: tem que esperar ne, Paulo, é o sinal, é a regra.
Paulo vai, quase sempre, repetir essa expressão sobre o sinal de trânsito e, mais tarde, qualquer parada obrigatória no trânsito por causa do sinal de pare, por exemplo, ele diz “sinalzinho vagabundo, né Dami?

***__

Ouvindo música no carro durante percurso para museu
Paulo: De quem essa música?
Dami: não conheço, vc não sabe?
Paulo não responde.
---*
Paulo: de quem essa música?

Dami: não conheço, você não conhece, senhor?

Paulo: que senhor?

Dami: senhor

Paulo:que senhor?

Dami: o senhor

Paulo: comer

Dami: comer o que?

Paulo: comer capim

Paulo: pode quebrar o óculos?

Dami: pode o que?

Paulo: o óculos

Paulo: ah....(disse alguma coisa que não entendi) dami

Dami: pode

Paulo: come

Paulo: tá morto! (inteligível no começo, mas era sobre o carro da frente que não se movia)

Dami: tem que esperar...

Paulo: minha mãe tá esperando eu?

***__

No carro, indo para algum lugar.

Paulo: de quem essa música?

Ele muda a estação do rádio

Paulo: e essa?

Dami: não sei, você que está mudando.

***__

Em um dos dias que estávamos ocupando uma sala na clínica, eu pedi para ele virar a poltrona para ficar melhor para usar a mesa.

Dami: vira, vira ai...

Paulo: vira, vira, vira homem (cantarolando a música do Ney Matogrosso)

Eu entrei na música

Dami: vira, vira homem, vira, vira lobisomem

Paulo: que lobisomem? Não parece comigo Dami, lobisomem?

Paulo: me dá banho? Eu tomo banho sozinho. Eu sou homem né dami?

Dami: vou pegar folha ali, espera um minutinho. [e vou saindo pela porta, enquanto ouço ele dizer]

Paulo: um minutinho volta já! (Como se vê na TV, nos jornais, quando é o momento do comercial)

Paulo: ah dami, meu aluno!

Paulo: vc é meu aluno, né dami?

***__

Repassando os desenhos:

Muitas vezes, antes de começar a desenhar, Paulo se colocava a rever os desenhos que tínhamos feito anteriormente e dizia, referindo-se a um dos desenhos que eu tinha feito e que ele tinha nomeado de Peter pan [o desenho de um menino que parecia voar].

Paulo: Peter pan não chegou na locadora

Paulo: Eu entende, né dami?

Paulo: guardar é fácil, né dami? (guardar as canetinhas e os papeis na caixa)

***__

Todas as vezes que fomos na clínica, que também foi o local que utilizamos para fazer a exposição dos quadros que ele pintou, ele fazia as mesmas perguntas e os mesmos comentários. Lembro-me de apenas uma única vez que ele não disse quase nada sobre a exposição, mesmo assim não deixou de fazer uma pergunta referente ela: “foi aqui, né Dami?”.

***__

No geral, o diálogo que se repetia:

Paulo: Foi aqui, né, Dami? Minha exposição...; [e na sequência dizia]

...minha mãe veio?

...você veio?

Dami: sua mãe veio, eu vim...

Paulo: E eu? Sambinha, camisa passada, calça...

Dami: você também veio, a homenagem era sua.

Paulo: E Maria, veio? A pititinha, filhotinho da mamãe.

Dami: veio também, quem mais veio?

Paulo: Que hora eu fui embora?

Dami: não sei, mas depois você foi para outro lugar, não foi?

Paulo: ...comemorar eu! (Foi no bar próximo, junto com familiares e amigos)

Depois, na saída, no término do acompanhamento desse dia:

Paulo: Foi aqui, né Dami? (fala e ao mesmo tempo aponta para a sala dos fundos)

Dami: foi aqui e mais lá na frente.

Paulo: Roberto³⁸ não veio, né Dami? [essa pergunta sobre o Roberto, só era feita na saída].

Dami: não, você não chamou, né?

Paulo: “não veio, perdeu!”

---*

Variações da conversa acima.

Paulo: Guilherme não veio, é dami?

Dami: Da próxima vez vc chama o Guilherme?

Paulo: Que Guilherme?

Dami: quem é Guilherme?

Paulo: você.

***__

Em alguns encontros, enquanto estávamos desenhando Paulo dizia frases que pareciam soltas sem parecer ter nenhuma relação com o que acontecia, que pareciam vir de outro lugar, de outro tempo, de outra situação.

Paulo: vovó, sou tio dela.

Outras vezes dizia: eu não comi nada, Dami.

***__

Em alguns desses encontros nas atividades de desenho, ele pedia que eu fizesse desenhos de personagens, como He-man, She-há, comando para matar, rock, lobisomem, entre outros.

Sobre o He-man, depois que eu desenhei, ele disse:

Paulo: é ele? Tá velho ele..., tá velho, novinho, hein!?

³⁸ Nome fictício de um de seus professores, das outras atividades que ele tem.

Paulo: Como é o esqueleto?

Paulo: Amigo ou inimigo do He-man?

Olhei para Paulo, como que interrogando sobre a última pergunta, então Paulo respondeu, como que confirmando, depois que eu olho de modo indagativo para ele: “Amigo...” [respondeu enfaticamente, como querendo dizer que era lógico que era amigo].

Nesses encontros, nessas atividades de desenho, um pedido de Paulo me chamou a atenção: “me ensina a desenhar Dami, me ensina!?”

Em outro momento, quando eu levo um notebook, ele também disse: “me ensina, Dami” [usar ou mouse ou digitar no teclado]. Neste caso, ele se refere a trabalhar com mouse. Essas duas atitudes me chamaram muito a atenção por causa do pedido que ele faz e que me fez pensar no status desse pedido.

***__

Paulo: Não desenhei o Thundercats...

Dami: tenta aí!

Paulo: não sei

Dami: tenta

Paulo: Você vai sair?

Dami: Eu vou na faculdade.

Paulo: sozinho? Sem comer?

***__

Ele desenha vários riscos horizontais, eu pergunto: “o que é isso ai?”

Paulo: não sei, Dami

Dami: quer colocar uma cor aí?

Ele pega o giz de cera amarelo e diz: “rosinha”.

***__

Paulo, olhando o desenho de um Lobisomem que ele havia pedido que eu desenhasse.

Paulo: Prof. Astromar... ele vira?

Paulo: ele parece comigo?

***__

Em uma das vezes que estávamos repassando os desenhos e eu perguntava o que era aquele desenho. Sobre o desenho que ele havia dado o nome de “comando para matar”.

Mostro para ele e pergunto: “o que?”

Paulo: papai, papaizinho... salva ele não salva?

Dami: salvar o que?

Paulo: comando para matar

---*

Em alguns desenhos ele diz: “não tem nada escrito”.

Em um deles eu falo: “não tem nada aqui?” [Era o desenho de um elefante]

Paulo: “nada é peixe...”

Essa expressão que ele usou destacou-se pois parecia vir de uma brincadeira que eu comecei a fazer diante de algumas respostas dele. Por exemplo, eu perguntava o que ele tinha dito, pois eu não tinha entendido, ele dizia “nada”. Eu perguntava “o que é isso?”, ele dizia: “nada”, então eu dizia uma pequena brincadeira que era comum quando eu era criança: “nada é peixe, barata é você, eu sou bonito, você é feio”.

Ele parecia querer usar a expressão, mas usava apenas a primeira parte

***__

Quando vou comprimentá-lo, ele parece querer adiantar a resposta

Dami: e ai?!

Paulo: eu não sou Paulo!

[Eu costumava cumprimentar “e ai, Paulo?” e, nesses casos ele dizia: eu não sou Paulo.].

Então eu disse: “eu não falei Paulo!”

Ele apenas sorriu.

***__

Durante uma caminhada na praça:

Paulo: (...) o Banner, você sabe a música dele?

Paulo: morreu, né Dami, o ator.

Dami: sim morreu...

Paulo: raios gama é o choque dele!

Dami: tem versões diferentes, você tá falando de qual filme?

Paulo: não sei a história...

***__

Paulo: Não comi nada, né dami? Você vai sair?

Em outras vezes perguntava: vai sair hoje?

***__

Paulo: *Hulk* é amigo do Banner?

Dami: não é o mesmo?

Paulo: quem? A dona? (música “Dona³⁹” fazia parte da trilha sonora da novela)

Dami: que dona?

Paulo: a véia, rock santeiro (geralmente se referia à mãe como: “a véia” ou como “a Dona”)

***__

Paulo assobia:

Dami: o que é isso? passarinho?

Paulo: Banner não é assassino; Banner não morre, né Dami?

***__

Desenhando sobre a mesa, então o lápis desliza.

Paulo: vai cair Dami

Dami: segura!

Paulo: segura aonde?

***__

Na clínica, ouvimos vozes das pessoas saindo ou chegando em outras salas, ele pergunta quem está lá e eu tento explicar.

Dami: igual a você que está aqui, tem um monte de gente.

Paulo: Roberto também é gente.

Paulo: amanhã tem dentista...sofrer...ufa!

[e eu tentando continuar a explicação que comecei]

Dami: então, tem um tanto de gente...

Paulo: eu não sou gente! Príncipe Adam é gente!

***__

³⁹ “Dona” Música roupa nova

Em um dos dias em que a atividade (que ele próprio começou) foi revisar todos os desenhos feitos, ele perguntava sobre cada um dos personagens dos desenhos: não conversa não? [para uma boa parte das vezes ele perguntava “quem é?” e para outros ele perguntava “conversa não?”]

***__

No caminho para a clínica (de carro), Paulo simula que vai colocar a cabeça para fora do carro: (em outras ocasiões, ele pegava algum objeto e simulava que ia jogar o objeto pela janela).

Dami: vai, pode ir

Paulo: não tenho sangue nas veias

Dami: ah, não? O que você tem nas veias?

Paulo: David Banner

***__

Paulo pergunta:

Você (...) amanhã você vem?

Não comi nada, Dami

Onde você vai?

---*

Dami: aqui o papel

Paulo: não sou papel.

Olhei para ele, então, ele mesmo respondeu: “pensei que fosse”.

Nesse diálogo, ele falou uma resposta que eu costuma dar quando ele dizia que não era tal coisa [“não sou papel”, ou “não sou poltrona”, principalmente quando essa coisa era um objeto, como mostra esse fragmento. Em alguma dessas ocasiões, eu respondia, em tom de humor “ah, pensei que fosse!!!”, então eu ria e ele ria junto e, às vezes, dizia “eh, professor!"]. Parecia-me que ele começou a usar repetidamente uma expressão que eu usava ou uma expressão que ele já conhecia, mas não usava.

***__

Enquanto desenhamos.

Paulo: e o oscar perdi, né? Que dó! Esquecê isso aqui, hein Dami? Pôr no carro.

Dami: Olha esse jornal, dá para gente fazer alguma coisa.

Paulo: que gente? Eu não sou gente!

Paulo: Pode jogar fora? [ao abrir a gaveta e viu que tinha um saco de batatas fritas aberto]
[esse ato de abrir a gaveta e fazer essa pergunta começaram a se repetir várias vezes]

[Quase em sequência ele falou, em relação a caixa que contém os papéis e as canetas]

Paulo: ih, esquecê isso, hein?

Dami: Esquecer como?

Paulo: isso está amassado!

Logo em sequência, ao pegar um jornal, enquanto folheava, ele disse:

Comi nada, dami! Chovendo?

Vai sair hoje?

Não comi nada, Dami!

Paulo: Tá chovendo?

Dami: chovendo?

Paulo: não, sou macho!

Depois, pegou uma revista, e disse:

“Aqui o lobisomen”; “Professor Astromar”; “Não comi nada, dami!”; “Comi nada hoje, dami!”

Dami: Por que não comeu?

Paulo: Comeu capim.

***__

Paulo: não parece comigo? (ele diz isso enquanto mostra um desenho que ele tinha chamado de thandercats)

Dami: thandercats?

Paulo: com meu óculos?

Dami: qual deles? (Referia-me aos thandercats)

Paulo: Thandercats

---*

Sobre o desenho do lobisomem:

Dami: é o lobisomem?

Paulo: Professor Astromar

Paulo: ele vira?

Paulo: ele parece comigo!

---*

Sobre o desenho que Paulo chamou de comando para matar:

Esse é antigo, né? Saí de dentro da minha mãe!

Torna-se interessante dizer que no início dos encontros ele dizia sobre os filmes que eram antigos: “bolinha para trás” ou “bolinha prá trás, que ano Dami?”. Eu dizia: “esse é antigo!” ou “esse é velho” ou então eu dizia que era da década de 1980.

Então ele respondia “eu sou antigo?” ou eu sou velho? E eu respondia: “mais ou menos... você não é novinho não.”

Depois de um tempo, ao falar sobre desenhos ou filmes antigos, ele dizia: “eu ‘tava’ dentro da barriga da minha mãe”, e eu respondia: “não sei, que ano você nasceu?” Ou dizia que não sabia se ele estava ou, dependendo do filme, eu dizia que ele não estaria na barriga da mãe e que já teria nascido na época do filme.

Passado algum tempo, ele passou a dizer [sempre a respeito de filmes antigos ou mais atuais] em forma de, ora afirmação, ora pergunta, ora indiscernível: “eu nasci na barriga da minha mãe (?!?”.

Em cada uma dessas situações eu perguntava o ano em que ele tinha nascido, quantos anos ele tinha na época do filme, se ele lembrava; ou eu dizia que achava que ele não estaria dentro da barriga da mãe, pois ele já teria nascido, pois o filme não era tão velho. Eu perguntava quantos anos ele tinha, como ele não sabia dizer, eu dizia a idade que eu pensava que ele tinha e então falava sobre fatos, programas, filmes ou músicas da época que o filme foi lançado.

Nos encontros mais recentes, quando ele fala sobre filmes, séries ou desenhos antigos, ele diz: “eu nasci na barriga da minha mãe, que ano que nasci, Dami?” e por fim há a ocorrência da expressão: “saí de dentro de minha mãe!” ou “saí de dentro de minha mãe, né Dami?”

***_-

Paulo pergunta o que está escrito no desenho.

Paulo: o que está escrito?

Dami: criança

Paulo: eu sou criança?

Dami: você é criança?

Paulo: barbudo

***_-

Mostrei o desenho para ele [estamos naquela atividade de rever todos os desenhos. Geralmente ele pega um por um e vai me perguntando. Nesse desenho que ele havia pegado, ele apontou e me mostrou...]

Dami: o que?

Paulo: papai, papaizinho, salva ele não salva?

Dami: salva o que?

Paulo: comando para matar

***__

Nas saídas ou passeios pela cidade

Dami: o que você vai fazer hoje?

Paulo: quem?

Dami: você!

Paulo: quem? (com ênfase)

Dami: estou perguntando se você vai fazer alguma coisa, vai sair...

Paulo: quem?

Dami: você tá sacaneando comigo?

Paulo (rindo sarcasticamente): tô!

***__

Quando ele entrava no carro perguntava pelo som, pela música ou pelo rádio [cadê a música? não tem música não?], e eu dizia que ele podia ligar o rádio e ele dizia: “e se levar choque?” ou “eu tenho medo de choque”.

Em algumas vezes, enquanto andávamos de carro e o sol batia nas vistas dele, ele dizia em tom de aviso: “vou virar *Hulk*!” ou em tom de pedido: “posso virar *Hulk*?”

Uma observação interessante que faço é que algum tempo depois de fazermos e assistirmos ao vídeo das saídas e caminhada, como já foi relatado, estávamos sentados num banco de uma praça. Era de manhã, mas estava muito calor e sugeri apenas conversarmos ao invés de fazer caminhada. Nessa ocasião, olhando para a pista em que se faziam as caminhadas, ele disse: “passinhos tá vazio!?””, parecendo se referir ao fato que não havia muitas pessoas caminhando na praça.

***__

Em outra ocasião, estávamos caminhando na praça e um guarda da PM vinha vindo em nossa direção. Quando ele viu, disse, “a polícia, Dami”. Eu disse “é um PM” e ele perguntou: “avança na gente?”. Essa expressão era a mesma que ele dizia quando passávamos por cães, dos quais ele tinha muito medo.

***__

Enquanto caminhávamos por um rua, rumo à uma praça da cidade, Paulo disse: “caravan”.

Sem entender bem, fiquei olhando para os lados, procurando o que ele está tentando dizer.

Dami: caravan? Carro? Onde?

[Olhei para dentro de uma oficina mecânica]

Dami: ah! A caravan, o carro

Paulo: caravana da coragem

Dami: é mesmo, tem o filme, né os Ewoks

Paulo falou alguma coisa imitando esses personagens, mas soou ininteligível.

***__

Durante um tempo reparei que Paulo se referia a sua mãe, chamando-a de dona, então perguntei: “Quem é dona?”. Ele respondeu: “Minha mãe.” Fiz outra pergunta: “Porque você chama ela de dona?” e ele respondeu: “Igual roque santeiro... novela”.

Cade o carro? O carro é fácil de achar, né dami?

Come! Não comi nada.

Dami: não comeu nada hoje? Duvido?

Paulo: duvido “deodó”

***__

Eu sou professor astromar, né?

Eu pareço com ele, né?

***__

Paulo: Sinalzinho demorado, hein dami, tá morto?

Paulo: cadê o carro? Tá dormindo?

***__

Procurando folhas em branco para utilizarmos. Estávamos na sala da clínica:

Dami: Chega mais próximo

Paulo: que próximo, eu não sou próximo.

Paulo: vai sair hoje, veia?

***__

O dia que tinha que apresentar na casa da cultura (uma sobrinha estava morando na casa dele) e estávamos revendo os desenhos, como aconteceu várias vezes.

Paulo: cadê a chitara?

Dami: Não é aqui não!

Paulo: mãos ao alto (isso foi o que entendi que ele disse)

Dami: mãos ao alto?

Paulo: o que é mãos ao alto o que véia?

Dami: você que falou, ué?

Paulo: sou o tio dela!

Paulo: cadê a chitara?

Dami: é esse, mas tá do outro lado da folha

***__

Na semana posterior ao diálogo acima, quando Paulo chegou na clínica e sentou-se na poltrona, ele disse:

Paulo: Cadê o carro, hein?

Dami: Nós vamos sair mais cedo, hoje

Paulo: Que cedo?

Dami: vira ai, faço o gesto com a mão. [para ele virar a poltrona e ficar de frente com a mesa]

Paulo: que isso? chacrinha?

Paulo: eu sou tio dela, hein; meu irmão... Ai ai ai...to pronto não, hein...filhotinho da mamãe...eu sou tio dela, Dami, eu sou tio dela

Dami: tio de quem?

Paulo: da “maria”

Dami: ela vai?

Paulo: é (*****) [não entendi].

Repetiu muitas vezes: “eu sou tio dela” no meio das conversas.

Dami: nos vamos sair mais cedo hoje.

Paulo: que cedo?

***__

Enquanto desenhamos:

Paulo: Não tá saindo, Dami [a respeito da caneta]

Dami: tá saindo alaranjado!

Paulo: eu sou alaranjado?

***__

Estávamos nos fundos da clínica. Nesse período estava tentando ensinar Paulo a tirar fotos. Tínhamos combinado a aprender tirar fotos, editar no computador, para concorrer num concurso que haveria na cidade. No fundo da clínica vi que tinha um ninho de pássaros, então eu disse para Paulo: “vem cá pra você ver o ninho do passarinho”.

Paulo: e o choque?

Dami: que choque?

Então, fiz o gesto com a mão chamando, abrindo e fechando a mão.

Paulo: que isso? homem aranha?

Dami: não, Esse é o ‘Keanu reaves’

Paulo: Que isso? homem ou mulher?

Dami: ‘Keanu reaves’ do matrix

Paulo: diabo também fez!

Dami: diabo? Te chamando?

Paulo deu uma gargalhada

Dami: olha lá o passarinho

Paulo: dormindo? Morreu?

---*

Paulo: Não foi aqui minha homenagem?

Dami: Você já falou isso hoje?

Paulo: A Denise tava?

---*

Dami: Que Denise?

Paulo: A Denise praga.

Dami: Praga? Denise pragaEu ri

Paulo: não foi aqui, não foi?

Dami: foi

Paulo: comê

***__

Estavamos vendo revista

Ele boceja.

Dami: você não dormiu esta noite?

Paulo: o que? Não estou escutando nada

Dami: você dormiu esta noite?

Paulo: e você?

Dami: não, perguntei primeiro.

Paulo: ah Dami meu aluno!

Dami: dormiu ou não dormiu?

Paulo: eu?

Dami: é...

Paulo: eu?

Dami: é...

Paulo: eu?

Dami: sim!

Paulo: sim, igualzinho o chaves fala!

Paulo: vai sair hoje?

***__

Ele perguntou pra mim: Você vai dormir hoje? Você vai lá no hospital? Você vai lá no cinema?

Dami: Eu não vou, você vai?

Paulo: Não, sei

Dami: você vai fazer o que?

Paulo: e professor, hein!

Ficamos em silencio

Ele continuou:

Paulo: você vai sair hoje?

Dami: não, vou ficar de boa;

Paulo: que boa? E você?

Dami: aliás tenho aula

Dami: vou deixar você na sua casa e depois vou

Paulo: na dona?

Paulo: sem comer? Sem comer, Dami?

Paulo: eu ganhei um cd, eu ganhei meu presente!

Paulo: o 'Fulano' me deu!

Paulo: onde você vai, vai na escolinha hoje?

Paulo: vai sair?

Paulo: eh meu aluno, hein?

***__

Na clínica (estamos ouvindo rádio e desenhando)

Paulo: Coloca o lobisomem ai?

Dami: Ai aonde? Como? No rádio? Lobisomem? Não sei como, Faz ai você.

Dami: como coloca o lobisomem? Poe você!

Paulo: não sei não

Paulo: (vai ao rádio) e mexe no botão de sintonia: Aqui? Aqui?

Dami: esse é o volume

Paulo: aqui?

Paulo: (uma parte instrumental de uma música toca no rádio). Olha o super homem!

Igualzinho o super homem?

Dami: você quer mudar a faixa?

Paulo: aqui?

Dami: olha ai, tem uma rodinha, mexe ai e vê!

Paulo: me mostra, Dami

Dami: ai muda a faixa, ai muda a rádio! [Eu dizia isso, tentanto ajuda-lo enquanto ele mexia nos botões]

Paulo: lobisomem não parece comigo?

Dami: não sei, como parece? Por que que parece?

Paulo: procura ai Dami, procura ai!

Paulo: não achei, procura ai!

Dami: procura você, pode procurar

Paulo: Dami, não parece comigo, o lobisomem?

Paulo: tá ruim, não achei

Paulo: não parece comigo?

Dami: onde você quer ver isso?

Paulo: no rádio!

Paulo: não parece comigo?

Dami: quem?

Paulo: Professor.... (Fez uma entonação como se quisesse que eu completasse), e ele deu contuidade: “astromar”

Paulo: não parece comigo?

Dami: mas ai não tem não, tem?

***__

Repetia constantemente que sua agenda estaria cheia no dia seguinte:

Paulo: Minha agenda tá cheia amanhã, Dami

Dami: O que você vai fazer... vai tocar, e o que mais?

Paulo: Comer.

Paulo: Minha agenda tá cheia amanhã!

E depois repetia constantemente: Você vai ter aula amanhã? Que horas? Vai de carro? Tem aulinha amanhã, hein Dami? Que horas? Vai sair hoje? Tem aula hoje? Vai dormir hoje? E se chover lá na apresentação? E se eu cair?

2.6. Entremeios conceituais ou agenciamentos conceituais

Com os relatos que chamamos de entremeios, nós apresentamos os diálogos fractais em suas repetições de lineamento, em seu agenciamento territorial, compondo os modos de Paulo se haver nos encontros. Ambos, os diálogos fractais e o lineamento, indicam algo além da repetição mecânica, que pareceu marcar os primeiros encontros. Como veremos, tais repetições estão imbricadas ou se atravessam imbricando-se, isto é, repetições mecânicas, diálogos fractais e repetições de lineamento não estão separados.

Além disso, apresentamos acima, como entremeios, outros modos de agenciamento em que Paulo “percebe”, intui algo estranho, ou o modo como surge um pedido, inédito, para ensiná-lo a desenhar. Essas são algumas das tênues diferenças que acontecem nos encontros com Paulo, que marcam modos diferentes de estar, de sentir ou de se expressar, isto é, indiciam o funcionamento dos agenciamentos e da experimentação.

Neste contexto, vimos, desde os primeiros relatos, a estranheza e a alteridade que a linguagem e o corpo provocam nos encontros e nos territórios cristalizados e habituados, para o acompanhado, o acompanhante e para os próprios familiares, mas sobretudo para o próprio Paulo nos (des)encontros. Nesses (des)encontros, pudemos ver a maneira como a linguagem escapava, subvertia e traia as significações estabelecidas e as intenções entre o acompanhado, o acompanhante ou os familiares. Por exemplo, o sussurro e a recusa para a mãe; as repetições de lineamento para o acompanhante, ou o enunciado “estranho, né Dami?”, que, mais que determinar algo estranho, suspendia o entendimento e apontava que havia algo mais que as repetições dos corpos e das palavras.

Tendo apresentado tais relatos e fragmentos como entremeios, vamos passar à cartografia da clínica como experimentação em seu deslocamento conceitual. Nesta tarefa, destacaremos a reverberação dos entremeios na prática dos encontros e como prática dos encontros. Tal reverberação ou contágio repercute ou produz um deslocamento dos conceitos. Da reverberação e contágio desses deslocamentos, poderemos entender em que sentido as repetições mecânicas e de lineamento, assim como as mudanças mostradas nos diálogos fractais nos levaram a outros

territórios, ao seu processo de desterritorialização, de reterritorialização, de individuação, que confluiram, por sua vez, para a articulação do conceito de experimentação com o conceito de agenciamento. Essa articulação nos leva ainda à pista de que a experimentação, como agenciamento, se articula com um certo procedimento linguístico no AT com Paulo.

2.6.1. Transversalizações: o at como clínica-experimentação-agenciamento

Na continuação da tarefa de entremear, temos apresentado até aqui os desentendidos, os equívocos, as mudanças que compõem as diferenças nos modos de Paulo se haver com os encontros. Mas não só as mudanças de Paulo, mas as mudanças que vemos nos modos como ‘A mãe’ se coloca em relação ao filho e mudanças no próprio AT, nos modos como se compõe com os encontros, como se anota e relata os fragmentos.

As mudanças podem ser vistas entre os primeiros relatos (repetição mecânica) e os relatos nos “Entremeios” (repetição de lineamento/diálogos fractais). Em função das mudanças, vamos mostrar um modo de pensar a clínica articulando o conceito de agenciamento. Essa articulação é um efeito dos encontros com Paulo e marca o deslocamento da noção de experimentação. Passamos daquela noção que tínhamos no começo dos encontros, como mostramos na introdução, em que pensávamos poder negociar e nos entender com Paulo no AT, para outra noção de experimentação-agenciamento que emerge da composição do AT no modo que estamos delineando ao longo da tese, isto é, com os desentendidos, equívocos e derivas.

Interessante dizer que o conceito de experimentação já era conhecido por nós, assim como o conceito de agenciamento, entretanto, tais conceitos permaneciam apenas como artefatos teóricos que, de certa forma, subsidiavam a aposta de que algo diferente pudesse acontecer a partir dos encontros no AT. Tais artefatos vieram a ser deslocados em função de como os encontros funcionavam, de como nos afetamos nos encontros e em função das questões a respeito da linguagem, que surgiram no AT com Paulo.

Nesse sentido, o artefato teórico opera ou produz-se como agenciamento em função das afetações da experimentação, mais precisamente, em função do campo problemático e das questões, ambos levantados na experimentação e como experimentação.

O deslocamento pelo qual fomos levados consiste em dizer que a experimentação não se reduz a um entendimento ou combinação que poderíamos fazer com o acompanhado ou com familiares sobre o que fazer, o que dizer ou onde ir no AT. Mesmo partindo da ideia de que poderíamos combinar algo e nos entender, o que nos afetou e levou a outros modos de

experimentar foram os desentendidos, os equívocos, os esquecimentos, as repetições e as diferenças nos modos de Paulo se haver com a linguagem. Com tal deslocamento e articulação, pudemos pensar a linguagem como uma das dimensões da experimentação e, a partir daí, articular a importância da linguagem ser tomada para a clínica do AT a partir da conceito de agenciamento, na composição dos encontros e no agenciamento conceitual.

Para podermos tomar a linguagem como agenciamento, como uma dimensão da experimentação, para além do entendimento, da combinação, do formalismo da linguagem e seu acordo imaginário, pretensamente explícito que pode ser feito entre um e outro, foi preciso experimentar os (des)encontros, a deriva-cartográfica com Paulo, e tomados por esses (des)encontros, tomar a concepção de agenciamento, em seu lado maquínico de corpos, e em seu lado coletivo de enunciação, assim como em seus processos de desterritorialização e subjetivação. Desse modo, cartografar as linhas de composição conceitual e territorial, como vimos no capítulo 1, nos ajudou a articular a ética, a estética e a política dos encontros como experimentação com Paulo, como uma aposta na produção de novidades, como processo de individuação/subjetivação/dessubjetivação concernente ao agenciamento, aos processos de desterritorialização e reterritorialização como estamos mostrando e como vamos mostrar nos próximos capítulos.

O AT, como agenciamento, compõe se em um território no qual não se trata exclusivamente de dar sentido, compartilhar significados e produzir entendimento, mas um território em composição, em que algo que não tenha sentido possa circular, passar ou mesmo se inserir, insistir e desconcertar; um “lugar” onde, também, se possa rir junto com Paulo, onde Paulo possa rir de si mesmo; onde Paulo possa se desconhecer; se confundir; dizer coisas estranhas; ouvir coisas estranhas. Um “lugar” onde se possa dar ouvido às vozes sussurrantes, às vozes e suas relações polifônicas, as vozes presentes em outras vozes. Um “lugar” partilhado. Um território em que se possa com-partilhar-experimentar a sua processualidade. Partilhar e/ou experimentação não é simplesmente tornar algo comum. O AT como um “lugar” em que se possa estar sensível à experimentação com Outrem, aos deslocamentos e ao acaso dos encontros e desencontros, o que acaba por destituir o “lugar” de sua fixidez e colocá-lo em deriva.

Nos encontros, começamos com a proposta de experimentação e deriva, apostando nas suas misturas: saídas e passeios para museus, parques, praças; atividades como pintar, filmar, fotografar, desenhar, o jogo da deriva, caminhar, passear, assim como dar a palavra e dar ouvidos ao que era dito, entendido, e não-entendido. Nas repetições que se apresentavam, abríamo-nos à possibilidade de implicar-nos, e assim implicar Paulo no processo ou implica-lo

em sua fala. Em determinado momento, o que era dito e o que era entendido entre nós, começou a causar embaraço, equívoco e desencontro. O que opera diante do embaraço e do equívoco?

Quando o encontro é (des)encontro é que vemos funcionar o agenciamento – e sua “unidade” complexa -, que só funciona desestabilizando, só funciona com a circulação do objeto *a*-estético. Daí que apostar no equívoco do encontro ou tomar o encontro como uma aposta, refere-se ao acaso daquilo que surge, aos acontecimentos que nos implicam; isto é, apostar quando a proposta não dá certo e se implicar com aquilo que acontece ou com aquilo que se faz e diz, que parece ser um acaso, independente se entendemos ou não.

O acaso, como Foucault diz na microfísica do poder, referindo-se a Nietzsche, não se constitui em simples sorteio, mas é como um risco e uma aposta (em um jogo de intensidades) renovados da vontade de potência (de diferenciar-se) que todo acontecimento, todo surgimento do acaso que coloca o risco de um acaso talvez ainda maior.

No AT, pensamos que houve, através dos encontros, a possibilidade de experimentar as mudanças e variações, isto é, compor com Paulo um plano de experimentação permeável a um plano de imanência que se traça nos encontros. É nesse sentido de experimentar e compor que temos a intervenção-interpelação, e que o AT pode se constituir com a deriva, com a linguagem e constituir-se como experimentação.

A deriva se propõe em possibilitar algo que não estava combinado de antemão, ou até mesmo algo que poderíamos combinar, um lugar para ir ou uma atividade ou até a uma conversa, um diálogo sobre algo, sobre algum conteúdo, mas transversalizados por um não-fazer, um não-saber, o que também conjuga a possibilidade de inventar um outro modo, modo esse que pode estar aberto à circulação do não-sentido, ao basculamento dos agenciamentos. A aposta será, assim, uma abertura, uma deriva.

Desse modo, na deriva, rompe-se com um imaginário que postule que teríamos a evidência, a competência e os saberes necessários e pertinentes para fazer ou dizer algo. Além disso, a deriva-cartográfica constitui-se por tentar sair do âmbito dos fins e finalidades dos encontros ou da efetividade das palavras certas, pensadas de ambos os lados, seja pelo acompanhado, pelo acompanhante ou pelos familiares. A deriva é também deslocar do lugar de quem porta um saber de um lado e de que há uma suposta ignorância do outro lado.

Nos encontros, a deriva consiste em considerar que Paulo “sabe-fazer” o que está dizendo, assim como considerar que Paulo “sabe-fazer”, ao seu modo, ao seu estilo, com os encontros, com o que vê, com o que ouve (ou com o que não vê e nem ouve); e ainda “saber-fazer” com aquilo que o afeta, pois dizer, ver, ouvir, encontrar e desencontrar refere-se mais a afetos do que a percepções.

Derivar é, também, romper com um imaginário segundo o qual algum tipo de poder (do Estado, do Social, das ciências médicas ou psi ou mesmo do âmbito familiar), seja um poder transcendente, que poderia dar a saber o que poderia ser feito, poderia estabilizar os sentidos, garantir a identidade das palavras, ou postular um projeto a priori. Esse conhecimento imaginário, diante de um acontecimento que o contradiga, que o desestabilize, tende a responder engendrando uma ordem segundo a qual manteria seu valor de saber e de sentido, apontando as paixões como causa contrária ao saber e ao fazer.

O AT como experimentação propõe compor-se com a deriva-cartográfica, com os afetos, com os devires, e com o [não-] sentido. Derivar é, então, compor com os afetos, de modo que não reduza ao imaginário, mas abrir-se aos efeitos desestabilizadores do acontecimento em função dos encontros e com isso agenciar, conectar e desconectar, compor artifícios, territorialidades abertas à desterritorialização. As atividades, os passeios, as saídas, as “conversas”, “diálogos” estão em função da deriva, constituindo-se como agenciamentos e não como projetos dados ou objetivos a serem alcançados.

Desse modo, o imaginário, a aparência, as coisas, os estados de coisas, os objetos “concretos” são afirmados como ficção, compõem-se com os afetos, devires e, nessa composição, não se erigem como verdade, ilusão ou finalidade do processo, mas são parte do processo, mas como ficção. Assim, não paralisam ou fixam os fluxos, mas abrem-se às relações de força, fluxos de conteúdo e expressão. Devir não é imaginação, não é um fantasma ou um sonho. Devir é o real em seu funcionamento (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Trata-se aqui da fronteira entre o imaginário e o real e o papel do simulacro, de modo que temos uma imagem que não busca identificação. Temos, então, toda uma política dos devires em sua multiplicidade, em relações de forças, em suas linhas de fugas, em sua desterritorialização, em seu deslocamento e rupturas com instituições e saberes centralizadores, com territórios cristalizados, com palavras de ordem, suas estratificações, identificações que buscam estabelecer. Nesse sentido, o agenciamento é uma multiplicidade, um devir, uma vibração na máquina abstrata ou plano de imanência (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Com a proposta de deriva-cartográfica-experimentação para o AT, cria-se e exige-se outros modos de agenciamentos e o seu basculamento. Esses modos colocam em pauta processos de subjetivação ou seja abre-se a outros processos de subjetivação, diferentes daquela territorialidade cristalizada que Paulo habitava. Pensamos que os modos diferentes de Paulo surgem em função de diferente modos de subjetivar. No AT não se trata mais apenas de manter um ritual, um hábito e de compor uma certa familiaridade.

As diferenças acontecem porque, no percurso do AT, nos agenciamentos que fazemos, a cada problemática que se inscreve nos encontros, é ou foi preciso colocar elementos ou materiais numa relação que retira ou desloca o já sabido, as especificidades, os rituais, as familiaridades. Daí é, ou foi preciso compor relações num novo agenciamento que emerge ou emergiu como um novo regime de corpos e enunciados, enfim, outras territorialidades e suas desterritorializações.

No agenciamento, no seu processo de báscula, as mudanças ensejam outros regimes de corpos e outros modos de enunciação. Os enunciados e as repetições mecânicas e de lineamento, assim como os diálogos fractais em seus procedimentos marcam esses processos. Por exemplo, os diferentes enunciados, marcam essas mudanças: “sou ator, pintor, cantor”; “Sou hulk”; “eu não pareço com ele?” (Lobisomen, crocodilo ou Hulk); “não caí, eu sou macho”; “me ensina a desenhar Dami, me ensina!?”; “Estranho, né Dami?”; “Você vai ter aula amanhã? Que horas? Vai de carro?”; “o que está escrito?”.

Quando Paulo experiencia, no percurso do AT, desde as primeiras saídas, passar pela experiência de agenciar-se na linguagem, experimentar modos mais abertos de sentir, falar, de enunciar; quando sentiu-se interpelado ou afetado nas intervenções (que deram voz, possibilitaram escuta, abriram-se a questionamentos), o modo de agenciar-se na linguagem habitual desestabilizou-se, assim como desestabilizaram-se os discursos que tendiam à estabilização, as palavras de ordem, da organização, tanto do AT, quanto do que foi aprendido com ‘A mãe’ ou traduzido por ela, ou aprendido através do grupo social que, de certa forma, fazia parte. O procedimento que deriva daí parece se constituir um simulacro, um circuito intensivo, uma contra-tradução.

Nesse procedimento, os elementos (repetições mecânicas, repetições de lineamento, diálogos fractais, palavras curinga etc) são constituídos e constituem os tensores da linguagem, do expresso e as tensões do corpo, do conteúdo. Eles também são engendrados num percurso como experimentação e na experimentação de outros modos de estar com o acompanhado e nos levaram a pensar o AT como agenciamento e como experimentação. Os entremeios apresentados nos dizem e marcam esse algo estranho, assim como as diferenças dos modos de agenciar-se nos encontros.

As diferenças que aconteceram, como apontamos nos entremeios, contagiaram o nosso modo de pensar e experimentar o AT na deriva-cartográfica. Podemos dizer que o modo de fazer AT como experimentação e também como clínica-agenciamento se coloca em função ou sob o efeito daquilo que é estranho, daquilo que causa estranhamento, ao mesmo tempo em que o próprio AT entra como algo estranho no território habitual e familiar de Paulo.

Nesse percurso no AT, fomos e somos levados entre a clínica-experimentação e o agenciamento. Nesse percurso, traçamos as pistas na reversão do platonismo e do estruturalismo, na lógica dos sentidos, nos postulados da linguagem; as pistas do paradigma ético-estético-político da clínica, na proposta de heterogênese e na produção de subjetividade em Deleuze e Guattari. Traçar essas pistas entre os encontros também compõe a cartografia do percurso acadêmico, que atravessa e é atravessado pelos encontros no AT e reverbera no procedimento e como procedimento ou no percurso assignificante dos encontros com Paulo.

Nesse território em que o AT entra como experimentação-deriva-cartográfica, o AT entra com outros lugares, outras histórias, outras atividades, que implicam, por sua vez, outros modos de relacionar, de dizer, de sentir e de pensar, pois implica Outrem no território. Assim, no território pretendamente organizado que o AT entra com seu modo de fazer clínica, constitui-se, ela própria, a clínica, em um estranhamento ou traz um certo estranhamento. Isso ocorre não porque alguém entra, mas a entrada de Outrem, que não entra como familiar ou habitual. Embora entre no familiar ou habitual, Outrem é o que pode, por sua vez, deslocar o familiar e o habitual. Outrem não é figura de identificação, nem de consciência de si ou do objeto, ele é inacessível a um saber clássico.

Como vimos, o AT entra a partir da demanda da mãe, mas entra com elementos que acabam por compor junto com o acompanhado a própria singularidade do encontro pois, transversalizando o universo de referência de Paulo com a prática e os encontros no AT, temos outras matérias e suas implicações, e, a partir da proposta de experimentação, essas matérias afetam o território de referência do acompanhado exigindo outros modos de pensar e agir.

Desse modo é que o acompanhado tem também uma outra história para contar, um outro modo de dizer, ou como preferimos dizer, outros modos de repetir, outras perguntas, outros dizeres, outras narrativas, outras enunciações. Esses outros modos nos trouxeram questões sobre a linguagem, uma vez que começamos a experimentá-la a partir dos mal-entendidos, dos equívocos e das repetições que se davam.

O que interessa no AT, como agenciamento, são os elementos que trazem heterogeneidades, que são agenciados nos encontros, por exemplo, as atividades (pintura, desenho, jogos), os passeios, os lugares, as histórias, o estar junto, a escuta, os diálogos. Dizer que esses elementos são agenciados que dizer tomá-los no agenciamento e como agenciamento, e com isso, toma-los em sua heterogeneidade, em sua relação de forças.

Dar primado ao agenciamento, à experimentação, ao [não-]sentido ao processo e subjetivação no AT, é tomar a linguagem, considerando aqui a expressão, em função dos territórios e da enunciação coletiva, como um sistema heterogêneo e metaestável. Tomar a

língua transversalizada pelo plano de imanência implica em que a língua-linguagem devém afetada pelas conexões e desconexões dos agenciamentos-territórios que atravessam a vida social e a clínica como experimentação e que fazem a língua-linguagem fragmentar, vibrar, gaguejar ou tremer, constituindo assim uma pragmática ou um procedimento territorial.

Paira ai um posicionamento político, micropolítico e ético, segundo o qual, perpassados pelas relações de forças que se constituíram e se constituem no encontro, essas forças possam atuar ou atualizar, colocar-se em processo de agenciamentos-territórios, na relação que se tece, que se faz, isso é, abrir aos acontecimentos, abrir-se, implicar-se com o que se passa entre acompanhado e acompanhante, aos afetos; é afetar e ser afetado, num tempo lógico, aíon, como sucessão descontínua.

Os elementos e a matéria do AT: passeios, saídas, atividades, conversas, diálogos, etc são agenciados a partir de um território cristalizado e marcado por um modo de subjetivação, de modo que tais elementos, no AT, tomados como agenciamento, seus processos, em suas relações de força, favoreçam ou impulsionem diferentes modalidades de subjetivação, uma vez que eles carregam componentes semióticos diversos.

A diversidade dos componentes semióticos, em sua heterogeneidade, concorrem para a processo de produção de subjetividades, segundo Guattari (2012), no livro *Caosmose*. Nesse livro temos algumas pistas sobre a heterogeneidade dos componentes que concorrem para a produção de subjetividade. Abaixo relacionamos esses elementos, fazendo algumas mudanças em função dos encontros no AT.

Segundo Guattari (2012), temos:

1) Componentes semióticos significantes da família, educação, religião, arte ou do esporte; 2) elementos dos mídia, do cinema e televisão; 3) dimensões semióticas assignificantes que fazem escapar do significante linguístico.

Pensar o AT como experimentação, agenciamento, heterogeneidade implica considerar que, no AT, não se trata de garantir uma subjetividade estabilizada em torno de sentidos ou representações, ou garantir uma posição de sujeito, mas trata-se de flexibilizar a subjetividade, impulsionar o processo de subjetivação em suas várias modalidades. Dito de outro modo, trata-se de co-empreender a subjetivação através das amarras ou laços territoriais e suas (des)territorialização, ou seja em seu processo, em seu deslocamento e sua dispersão. No horizonte desses processos de subjetivação, na clínica como prática ética-estética e política, tem-se um sujeito em deslocamento, em seu percurso assignificante, o qual nos resta cartografar.

Nas duas seções seguintes, vamos mostrar uma articulação do conceito de cartografia, que está em função dos encontros com Paulo. Depois poderemos mostrar e dar destaque à cartografia dos procedimento e dos percursos no AT.

2.6.2. Acompanhar é cartografar-intervir-experienciar percursos: entre o corpo patológico e o corpo desejante

Destacamos a cartografia como deriva e como experimentação que intervem, tenta sair da rigidez dos estratos organizados ou até mesmo cristalizados. No AT, então, através da deriva cartográfica, fazemos, traçamos e acompanhamos um percurso e experimentamos a composição desse percurso. Acompanhamento e experimentação já são intervenções, de modo que cartografar e acompanhar já é *intervenire*.

Acompanhar é inventar-*intervenire*, de modo que, como estamos mostrando, esse acompanhar não é terapêutico ou fundado numa terapia de um ponto de vista psicológico, com seu ideais, projetos, avaliações ou reabilitações, mas constitui um modo de fazer a clínica, interpelar o território, estar sensível ao território e ao outro que o habita, que circula ou se cristaliza nele, de modo que se possa engendrar novos modos de pensar e agir.

É necessário aqui, recuperar algo a respeito da cartografia e articular uma outra característica: a escuta do território. Como já dissemos, nos encontros com Paulo, a experimentação vai ou foi sendo composta pelos modos como Paulo se agenciava na linguagem e nos encontros, isto é, vai além de um certo entendimento que poderíamos ter em função das significações, interpretações e combinações que pudéssemos fazer em torno de sentidos necessariamente compartilhados.

Torna-se ou tornou-se necessário experimentar esses modos com Paulo e para isso foi e é necessário, entre outras coisas, escutar e ressoar, possibilitar que ele também se pusesse a escutar, pudesse se afetar por aquilo que era dito, repetido, não-dito, não entendido nos encontros; dar ouvidos ao equívoco dos desencontros no AT e ao modo que nos havíamos com isso, para além das significações, ressignificações, sentidos dados.

A cartografia também se coloca em modo de escuta. Escuta aliada à interpret-ação-intervenção-*intervenire* que é tanto dar ouvidos, escutar, como colocar o outro para escutar, como foi desde o início do AT, quando repetíamos junto com Paulo ou como fazíamos perguntas nos diálogos fractais. Para acrescentarmos algo a respeito daquilo que o cartógrafo escuta,

tomamos uma pista⁴⁰ e propomos, segundo a articulações que fazemos na tese, uma variação, qual seja, “ouvir o (a)gramatical das máquinas desejantes”, reverberar a escuta, os dizeres e o silêncio, para que se possa, uma vez afetado por eles, se possa escutá-los em seus efeitos de simulacro, ou seja, efeitos óticos e sonoros.

Ouvir o (a)gramatical é, não apenas “ouvir”, mas dar ouvidos, deixar-se afetar pelo assintático, o assignificante, aquilo que se deixa intervir ou dobrar pelo próprio Fora, que “é feito de visões e audições não-linguageiras, mas que só a linguagem torna possíveis” (DELEUZE, 1997).

Escutar, calar-se, ouvir, fazer escutar e ressoar não se resume a dar significados ou designar, fazer significações ou ressignificações, mas, em função da experimentação, abrir-se aos efeitos do (des)encontro e do [não]-sentido que se passa em função do que foi dito, ouvido ou silenciado. De outro modo, isso também quer dizer, fazer uma ruptura com uma suposta e prévia causalidade; fazer um desvio ao curso esperado, ao previamente ordenado, dado, e, assim, abrir possibilidades para que um processo se engendre, secretando outros meios de referência onde o mundo ou o território se encontre fechado ou cristalizado (LAZZARATO, 2014).

Esse é o modo que a deriva-cartográfica faz funcionar ou pode fazer funcionar o AT, e é também um modo de possibilidade do deslocamento agramatical ou da semiótica assignificante como estamos tentando mostrar em relação às mudanças nos conceitos e nas práticas do AT com Paulo, e como vamos dar ênfase no capítulo 3 a respeito do percurso intensivo ou assignificante.

Os deslocamentos acontecem nos modos como pensamos, como agimos, como falamos e pensamos. A mudança do conceito de experimentação implica e está implicada pelos encontros com Paulo, assim como as mudanças que ocorrem nos modos de Paulo agir e falar também implicam e estão implicadas pelos encontros no AT.

Por exemplo, notemos a variação em torno do enunciado “Experimentação”, ou as variações que usamos “AT como experimentação”, “experimentação *a*-estética, ou mesmo o termo “experimentação estética”. O enunciado “experimentação” está implicado por mudanças, por uma pragmática em relação aos primeiros encontros, mesmo que depois continuemos a usar apenas a palavra “experimentação”.

A mudança implicada pelo enunciado “experimentação” em seu agenciamento de enunciação e regime de corpos não se reduz à forma lógica do vocábulo ou ao seu significado,

⁴⁰ Cirlana Rodrigues em comunicação oral propõe “ouvir a gramática da pulsão”. Reunião aberta da Haerésis – Associação de Psicanálise: No começo da experiência, foi o amor. E depois? 14 de julho de 2017.

nem se reduz aos termos que o adjetivam. A mudança está implicada pelos percursos, pelos diferentes modos de se afetar, pela variação dos corpos, pelos deslocamentos e nos deslocamentos que estamos apontando no AT e no conceitos, assim como implica e está implicada pela práxis do AT, os diferentes modos de sentir, pensar e agir mostrados entre os primeiros relatos e os “entremeios”.

Na deriva agramatical em que se constitui os encontros no AT, a cartografia se compõe com agenciamentos e se enreda com os procedimentos linguísticos e os modos de agenciamentos que vão sendo engendrados como meios entre meios, inserindo ai uma presença, uma diferença, um basculamento, outros agenciamentos que possam disparar outros modos de agir, de dizer, de ouvir, de intervir.

A implicação e a transversalidade da presença e da diferença se compõe por meios e esses meios se compõem como agenciamento. Isso é o que chamamos de entremear. Entretanto, não há garantias a respeito daquilo que pode afetar ou implicar o acompanhante e o acompanhado, não se sabe o que pode afetar Paulo ou como ele se afeta, não se sabe o que pode fazer a clínica do AT se deslocar, funcionar como agenciamento maquínico. Resta experimentar os (des)encontros e o percurso que se faz, em que se é arrastado, levado a fazer e compor agenciamentos.

Dizemos, então, que o saber e o saber-fazer com aquilo que nos afeta não tem a ver com a cognição que apreende um mundo já pronto e já dado, já sentido ou significado, que fornece ou torna comum as informações necessárias sobre tal mundo, mas tem a ver com o mundo e os encontros tomados como invenção. Mundo e invenção são engendrados em modos de agenciamento que, por sua vez, implica processo de subjetivação, em que mundo e sujeito são engendrados ao mesmo tempo, um em relação ao outro.

No plano que se inaugura como experimentação no AT, para além da organização do território familiar, a aposta e o desejo toma e contagia outros espaços, contagia o estrato da organização, fazendo insidir ai novos agenciamentos desejantes em que outros regimes de signos se sobressaem e coexistem, assim como outra mistura de corpos e outro regime se torna possível. É uma questão de agenciamento, de misturas, mais do que produção.

Nos encontros, Paulo pôde, como potência de afetar e ser afetado, montar, conectar, desconectar os agenciamento territoriais para “resolver” um problema, cavar uma saída, uma linha de fuga, em detrimento de outras saídas que estão sendo barradas, colmatadas. É uma questão de desejo e uma questão de funcionamento das máquinas desejantes. Retomemos esse funcionamento.

As máquinas desejantes, funcionam sem objeto pré-determinado. A síntese conectiva de produção tem a libido como energia fundamental. Essa síntese procede por conexões múltiplas e dispersas. O plano de imanência do real e o *socius* adicionam fatores de anti-produção, isto é, o corpo sem órgãos opõe-se às ligações, desligando, desarranjando, introduzindo disfuncionalidades nas composições maquínicas desejantes, impedindo que haja organizações permanentes, fixadas ou cristalizadas.

A síntese disjuntiva de registro afirma termos disjuntos. Cada máquina produzida tem seu registro social e agarra-se ao corpo sem órgãos que, por sua vez, passa a determinar a produção desejante. As máquinas desejantes podem se fixar e ter seu funcionamento produtivo paralisado em conexões estáveis, territórios cristalizados, representações dadas. Uma disfuncionalidade pode ocorrer se uma máquina se associa predominantemente com a anti-produção. Aí o desejo, em seu agenciamento, estaria ameaçado pela constituição de um corpo patológico ou um corpo autista, no caso de Paulo. Aqui a superfície de registro possibilita tanto a repetição do mesmo, ou seja, objetos parciais que se ligam em estabilidade, assim como a repetição da diferença que se desdobra em multiplicidades e infinitos caminhos.

Com a síntese conjuntiva de consumo, temos os espaços e formas (organização/organismo) desfeitos em proveito de uma ordem intensiva. No funcionamento dessas três sínteses, temos um sistema aberto que sempre quer ou busca mais conexões - corte e conexão e disjunção e consumo -, agenciamentos em que se tem a produção de fluxos inconscientes num campo social. É com esse entendimento do funcionamento da máquina desejante, que também pensamos o laço-social, o que será abordado em momento oportuno.

Conectar e desconectar, montar e desmontar, enfim, agenciar e ser agenciado exprimem a potência dos afetos no seu registro social, e a potência do corpo desejante enquanto afetado e topologizado. A partir do agenciamento que se estabelece em função da implicação dos encontros, do percurso do AT na deriva e como deriva, podemos traçar outros registros, através do qual acompanhado e acompanhante se encontram e desencontram, o acompanhado pode dizer outras coisas, pode ser ouvido para além do estrato organizado e do corpo “autista”. Podemos ver essas mudanças nos fragmentos cartografados como “Entremeios”, em relação à repetição mecânica, de lineamento, diálogos fractais.

Os enunciados “estranho, né Dami?”; “me ensina”; os passeios, as atividades, o estranho, a voz, os diálogos fractais, as imagens de filmes e/ou heróis, os não-entendidos e as dúvidas, mostram diferentes modos de Paulo estar e compor os encontros, outros modos de agenciar e ser agenciado, o que implica outros modos de subjetivação.

Nesse sentido, há um processo de subjetivação que é impulsionado numa experimentação-agenciamento que desencadeia outros sistemas de referência além daquele em que o mundo se achava fechado e o território cristalizado, ritualizado.

Temos aí um procedimento linguístico através do qual Paulo cria-inventa suas linhas de fuga no e como processo de subjetivação, com outros modos de enunciação, através da experimentação-agenciamento na clínica do AT. Essas diferenças de modos de enunciação implicam ou estão implicadas por um processo de subjetivação. Esse processo é marcado pelo movimento que passa ou bascula pelo plano assignificante de dessubjetivação. Nesse sentido, o AT como experimentação implica e é implicado por um procedimento linguístico, seus tensores e sua tensões. Vamos ver mais disso no capítulo 3.

Nesse aspecto, é a desterritorialização como acontecimento-irrupção-emergência-báscula que impulsiona tanto o procedimento quanto esse movimento que chamamos de dessubjetivação. Nesse processo, o expresso do enunciado está marcado e marca as transformações incorpóreas em que a experimentação da linguagem, no agenciamento coletivo de enunciação, faz-se distinta da comunicação ou do seu uso de linguagem como ferramenta. Claro que o agenciamento implica esse uso como ferramenta e comunicação, se pensarmos em termos de certos agenciamentos como modo de organização, de fixação e estabilização de sentidos e de territórios como meta. Como foi visto, isso depende dos agenciamentos, do plano de organização e da abertura à experimentação ou à imanência.

Todavia, na tese, a partir dos encontros, estamos abrindo e apostando nos processos singulares de linguagem em suas experimentações e em seu procedimento tecido nos encontros com Paulo. Esses processos implicam ir do corpo autista ao corpo desejante, e por sua vez implica ir da coisa aos signos, conforme veremos a seguir.

2.6.3. Ir da coisa ao signo

Resumidamente, nesse capítulo 2, vimos que a aposta de que algo acontecesse como “acontecimento” nesse AT, via experimentação, acabou por delinear-se em função da experimentação-agenciamento de diferentes regimes de enunciação que foram tomando diferentes regimes de corpos e vice-versa nos (des)encontros com Paulo, isto é, regimes de enunciação - repetição mecânica, repetição de lineamento, diálogos fractais, o estranhamento, o pedido para ensinar, as narrativas de si, como ainda veremos – marcados pelos enunciados que destacamos nas narrativas e que colocaram em pauta, em questão ou em relação, as relações de forças presentes nos processos de subjetivação, ou de desterritorialização. Isto é, vimos como

relações de forças que produziam por um discurso e práticas médico-psico-pedagógico um sujeito sujeitado, um corpo autista e outras relações de força, via experimentação, que davam ou dão abertura para um corpo desejante.

Vimos, implicado nos diálogos fractais, um processo de produção de subjetividade, em que Paulo parece se deslocar da territorialidade familiar, habitual, ritualizada e ser levado por um movimento em que temos um processo ou um percurso, caracterizado pela repetição de algo singular e não pela estabilidade dos sentidos e representações. Vimos também, no percurso, o corpo habituado e seus enunciados (eu sou homem, eu sou menino), assim como o corpo afetado e seus enunciados (sou hulk, sou homem-menino) ou (posso virar o hulk/ vou virar/ sou lobisomem/ estranho, né?)

Notemos aqui que não temos acesso à singularidade do acontecimento ou do processo, pois a singularidade é inconsciente. A singularidade não pertence às pessoas ou aos indivíduos. O que há de singular é inacessível ao conhecimento, à consciência, mas nos afeta pela variação, pela diferença que ela nos impõe, que aparece, que causa estranhamento, que nos arrasta e nos arrebata (é como um acontecimento) no movimento de variação dos corpos implicados nos encontros.

Como já dissemos, o acontecimento-sentido-singularidade subsiste e insiste na linguagem, mas não pertence à linguagem, é atribuído aos corpos, provocando variações de expressão e conteúdo, mas também não pertence aos corpos. Desse modo é que a linguagem ou os enunciados, por essa compreensão, não tem relação necessária com designações, manifestações e referências, mas com o expresso, isto é, com o [não-]sentido. Ou seja, no procedimento intensivo, não se trata de designação, significação ou manifestação, mas de uma linguagem-sentido que atravessa e rompe a circulação entre designação, significação e manifestação.

O sentido-acontecimento concerne mais a uma vontade de potência, de poder afetar e ser afetado, de um corpo desejante, do que a uma coisa; mais a uma afirmação do devir, da diferença, do que a um ser; concerne mais à uma fragmentação do que a um conteúdo; mais à um modo de avaliar do que a uma significação. O sentido-acontecimento implica uma clivagem, um corte, uma ruptura, podemos dizer, um procedimento de subtração (n-1), como coloca Zourabichvilli (2016).

Articulando com esse filósofo, nos deparamos com uma característica da experimentação que nos ajuda a pensar os encontros com Paulo, a dimensão da linguagem como experimentação de um corpo desejante e procedimento no AT, qual seja: a experimentação consiste em ir da coisa ao signo ou passar da coisa ao signo (ZOURABICHVILLI, 2016).

Por exemplo, o enunciado “estranho, né Dami” durante a atividade com o quebra-cabeça, nos parece surgir, justamente, porque o que se passa aí está implicado e implica mais que as peças do jogo e seus encaixes. Há algo que sobressai, que não é mais familiar ou habitual. Poderíamos considerar o mesmo para os enunciados sobre o lobisomem e o *Hulk*, ou personagens de novela, por exemplo, quando Paulo diz:

“lobisomem não parece comigo?”

“Eu sou professor astromar, né?”

“Eu pareço com ele, né?”

Consideramos que não se trata mais apenas de monstros que assustam, heróis de seriados ou de desenhos animados e as transformações pelas quais esses personagens passam e são mostradas na tela da televisão. Também não se trata mais de repetições mecânicas. Não se trata também de um corpo biológico, sua aparência (velho, adulto, homem ou menino) ou mudança física. Algo vai além do que está dado, além da coisa, daquilo que está presente e vai além da lembrança, da memória ou dos sentidos que Paulo tem deles, e vai além, também, da concepção que se dá de um corpo autista. Por ir além da coisa, dizemos que há um possível basculamento dos agenciamentos propiciado no (des)encontros desses elementos e seus percursos.

Dito de outro modo, o processo de agenciar e ser agenciado no agenciamento coletivo de enunciação consiste em dar à coisa o estatuto de signo, o que favorece o basculamento do agenciamento, afirma a diferença e afirma o lado mais máquina abstrata. Dar à coisa o estatuto de signo é, também, promover misturas e encontros de corpos que se afetam e, desse encontro entre corpos, apostar que algo aconteça; é “tratar” o acontecimento como o “objeto *a*-estético” de um encontro, segundo o empirismo transcendental, que apreende uma exterioridade bem mais radical que aquela totalmente relativa dos dados sensoriais (ZOURABICHVILLI, 2016, p. 63). Essa exterioridade, como já mencionamos, é a imanência, o Fora ou as forças do fora.

Zourabichvilli (2016) expõe a questão da seguinte forma:

De que ponto de vista uma lógica das forças renova a teoria do sentido? Uma “coisa” – fenômeno de qualquer ordem, física, biológica, humana – não tem sentido em si, mas somente em função de uma força que dela se apodera [de um jogo de forças intensivas]. Portanto, ela, [a coisa], não tem interioridade ou essência: seu estatuto é o de ser um signo, o de remeter a outra coisa distinta de si mesma: à força que ela manifesta ou exprime. (ZOURABICHVILLI, 2016, p. 59)

Se tratamos do [não-]sentido, da singularidade, devemos levar em conta a conexão da coisa com as forças através das quais ela, a coisa ou os estados de coisas, não se reduzem a tal, nem se reduzem à finalidade de um processo ou intencionalidade de um sujeito. Se tratarmos as coisas como dadas de uma vez por todas, com seus sentidos (bom senso e senso comum) e objetividades, estaremos reduzindo-as a fenômenos e perdendo a força do processo, dos fluxos de conteúdos e expressos, a força das relações. Por isso, a conexão, desconexão, montagem e desmontagem dizem respeito aos territórios-agenciamentos em seus processos de desterritorialização-basculamento em função das relações intensivas de força, não das coisas e das palavras nelas mesmas.

O encontro no território acontece, então, em um jogo intensivo de forças ou como encontro de forças, em que a emergência de uma diferença, de um signo, nos toma (acompanhante e acompanhado); nos encontros, algo se passa e implica e está implicado no agenciamento de enunciação e de corpos, enfim, nos territórios.

A (relação de) força está ligada a esta emergência, ou seja, à emergência de um signo e implica um processo de agenciamento de corpos e regime de enunciação, pois ela é a força implicada na composição do corpo-território-linguagem e essa composição é afetada por outras forças que surgem nos encontros, em função da deriva cartográfica pelos territórios cristalizados, familiares com suas palavras de ordem e seus conteúdos pretensamente estabilizados.

No sentido da relação entre força e afeto, o afeto é o exercício de forças e o pathos desse exercício. Zourabichvilli (2016) diz que

Os conceitos de força e de afeto estão em conexão lógica, na medida em que a força é justamente o que afeta e é afetado. Todo afeto implica, assim, uma conexão de forças, e é o exercício de uma força sobre outra e o padecer [*pathos*] disso [do exercício] que ocorre (ZOURABICHVILLI, 2016, p. 70).

Nesta relação intensiva de forças, a vontade de potência se manifesta como poder de ser afetado, por isso a enunciação não é um ato voluntário de um sujeito centrado, individuado. A enunciação é de um processo de subjetivação, de uma individuação numa relação de forças.

Dizemos, por conseguinte, que a enunciação, no agenciamento coletivo e como agenciamento, se constitui a partir do encontro com a diferença, na emergência do signo-acontecimento, como acontecimento, como transformação incorporeal, como aquilo que nos afeta e nos tira do modo habitual. Dito de outro modo, a enunciação se constitui, como agenciamento, em função de sermos afetados no (des)encontro com os signos, como vimos em *Proust*.

Encontrar, então, não é reconhecer, mas é a própria prova do não-reconhecível, então é também desencontrar; é o que coloca em xeque o mecanismo de recognição, os objetos e as significações dadas. O (des)encontro não se trata, desse modo, de mais um simples fracasso como no caso do erro (ZOURABICHVILLI, 2016). Trata-se ai do funcionamento inconsciente, da conspiração feita pelo objeto X, o objeto *a*-estético em seu deslocamento, isto é, há algo que nos afeta, em função disso, há uma enunciação, que não se reduz nem às palavras, mas que constitui o jogo estético entre conteúdo e expressão.

Considerando a relação intensiva de forças e o processo de subjetivação, o sujeito aí não tem identidade, nem unidade. Como dissemos na reversão do platonismo e do estruturalismo, o sujeito deslocado, disperso, está em devir, é real. Não há identidade, nem unidade no sujeito. A identidade só reside na linguagem, como palavra, e em sua gramática, como artifício e ficção, mas segundo uma ficção que atribui identidade àquilo que não tem como ser identificado, constituindo ai uma ilusão de sujeito.

Segundo Mosé (2018, p. 90),

É a linguagem que permite a construção da ficção de um outro mundo [um mundo separado], um mundo de identidades estáveis, de coisas e sujeitos, de valores eternos. É o processo de simplificação, de assimilação, [de fixação ou colmatamento] que vai funcionar como filtro capaz de proteger o ser humano do devir, do tempo, da mudança, da morte. [Essa é uma interpretação ou agenciamento] específica que o ser humano estabeleceu com a linguagem, uma interpretação que quer deter a [vontade] de potência, portanto, [é] uma vontade negativa de potência, [uma vontade de verdade, uma vontade de negação].

O problema dessa linguagem como simplificação e fixação é querer colocar o sujeito, o humano, a linguagem, como verdades, como meta ou finalidade de um processo que é um fluxo contínuo de forças desejantes e intensivas em embate, um jogo em que a relação de força é *a*-centrada, ou seja, não tem por centro ou finalidade “O homem” ou “O sujeito” ou “O Eu” ou “A linguagem”.

Pela perspectiva de um jogo de forças, pensamos a constituição dos (des)encontros com Paulo no AT em que algo que aparece como estranho ou algo que se torna estranho se passa “entre” (nós) como um acontecimento, como [não-]sentido que suspende as significações dominantes, dos territórios organizados e cristalizados, constitui um ponto de não narrativa, de não-saber em que se dá ou se constitui o procedimento linguístico e o AT como experimentação.

Prado (2018), ao abordar o modo de linguagem presente na *Genealogia da Moral* de Nietzsche, nos dá a dimensão do que pensamos, a partir dessas cartografias, a respeito da linguagem que tentamos traçar aqui: a experiência da linguagem é uma experimentação que

coloca a diferença entre os homens e não, necessariamente, a sua união, a sua comunidade ou comunicação.

A linguagem não estará em função de consenso entre iguais, mas ela dirá respeito à um conjunto de atos (coletivos) de individuação explícitos e preservará as marcas de tal conflito, as marcas da sua pragmática, do embate de sua emergência, das relações intensivas de força, do encontro de corpos e dos regimes de signos (PRADO, 2018). São essas marcas que estamos cartografando no procedimento ou no circuito intensivo nos encontros com Paulo.

Tendo apresentado, neste capítulo 2, os entremelos, isto é, os deslocamentos dos modos como Paulo “usa” a linguagem e os deslocamentos conceituais entre experimentação e agenciamento, poderemos, a seguir, no capítulo 3, passar à cartografia do procedimento ou do circuito intensivo dos encontros, segundo as transversais e as passagens entre os modos de subjetivação em processo, marcados por diferentes enunciados, regimes de enunciação e regime de corpos. Ou seja, vamos dar prosseguimento ao mapeamento, mostrando o procedimento em seu circuito intensivo, isto é, a linguagem como experimentação em diferentes modos de agenciamento no AT.

Assim, no capítulo 3, vamos dar destaque aos seguintes modos de agenciamento, com seus processos de subjetivação e suas experimentações: a narrativas-ficção de si; o humor e a interrogação; a linguagem territorial estética em função da oralidade maquinica. No capítulo 3 ainda retomaremos a cartografia conceitual, desta feita, destacando o conceito de ritornelo como constituinte do circuito intensivo.

Para melhor delinear o percurso, retomaremos, ainda, segundo a proposta de cartografar o circuito intensivo, a repetição mecânica, a repetição de lineamento. Com isso vamos dar destaque a uma terceira repetição: aquela que impulsiona as outras duas, ou seja, a repetição pulsante do plano de imanência, inconsciente e Real, que inaugura a emergência do objeto *a*-estético como um atrator estranho, assim como o processo de dessubjetivação. Além disso, veremos os efeitos do processo de subjetivação e de afetação em relação à dessubjetivação: as visões e audições; a linguagem e corpo em devir, a metamorf(ó)ptica que carrea e é carreada por um corpo em diferentes regimes de afetação no circuito intensivo.

Dito isso, no capítulo 3, faremos um exercício, um esforço de transversalização entre a práxis do AT em sua efetuação como encontro-experimentação, e o agenciamento-territorialização conceitual, cartografando seus desdobramentos-desterritorializações como procedimento ou um percurso intensivo de misturas de corpos e regimes de signos. Esse exercício configura-se mais como uma aposta que pode incidir sobre os encontros como experimentação do que uma determinação ou exatidão de uma análise.

3. O PROCEDIMENTO OU O CIRCUITO INTENSIVO: A PRAGMÁTICA DOS ENCONTROS

3.1. Planos cartográficos: regimes-territórios-territorialidades

O que se delineia nessa cartografia, como estamos mostrando nos relatos, na apresentação, no capítulo 1 e nos entremelos, é que os modos de Paulo agenciar e ser agenciado estão em deslocamento nos encontros, e puderam e podem ser mapeados na deriva-cartográfica e como deriva-cartográfica, segundo um estrato de organização, um plano de imanência e um plano da experimentação.

Isso significa que em função da deriva-cartográfica, temos o estrato de organização e os planos de imanência e experimentação. Neste capítulo, queremos destacar o conceito de ritornelo na composição do percurso que estamos mostrando. Percurso esse que se passa como deriva na composição e decomposição de territórios da clínica, do AT, da filosofia e dos estudos linguísticos.

O conceito de ritornelo se torna importante para a cartografia na medida em que, através dele, poderemos mostrar como se compõe o funcionamento dos modos de linguagem nos encontros no AT, em seu regime de signos, em seu processo de expressão, assim como se compõe o regime de corpos em suas afetações, em sua composição de planos e extratos.

Por esse motivo, neste ponto, queremos destacar o ritornelo no e como funcionamento dos circuitos intensivos. Antes, porém, para destacar os circuitos intensivos, retomaremos os planos cartográficos a fim de enfatizar os processos de subjetivação, o procedimento linguístico, a sua relação com a experimentação, a fim de co-empreender os encontros com Paulo como agenciamentos-experimentação. Reforçamos que a separação entre os planos é apenas didática.

O estrato de organização é, dizendo de modo resumido, o das formas e funções determinadas. Citamos anteriormente, como melhor exemplo de organização presente nos encontros, o discurso médico-psico-pedagógico. Outro exemplo pode ser o modo como no AT, combinamos ou negociamos algo: é o plano em que marcamos os horários, os dias da semana, as datas de eventos, ou que nos informamos, comunicamos, propomos saídas ou atividades, ou até mesmo, chamamos a atenção de Paulo ao atravessar a rua. Este é também o plano em que, em determinados momentos, tentamos atribuir algum sentido àquilo que Paulo dizia, àquilo que nos acontece nos (des)encontros, como vimos nos relatos. Entretanto, com a proposta de deriva e experimentação, temos marcada uma diferença, um outro modo de estratificação.

Nesse outro modo, como experimentação, estamos abertos aos afetos, ao [não-]sentido. Com isso, intervir no estrato de organização, interpelar o território, inventar e *intervenire*, é agenciar-se com aquilo que escapa, um fragmento que deriva ou um fragmento de deriva, algo que nos acomete, nos acontece, nos desloca e que nos tira dos modos habituais-habituados-organizados de pensar, agir, sentir.

Temos, então, um outro plano, o plano de experimentação, uma superfície de estratificação que não se confunde com os estratos pois ele tem uma face voltada para o estrato de organização e outra voltada para o plano de imanência. Como já dissemos, o plano de imanência é que forma o plano de experimentação, tornando-o mais compacto ou mais espesso no nível dos estratos.

Note-se a diferença da organização d'A mãe “tradutora”, que parecia preconizar, ou melhor, estar atravessada pelo discurso médico-psico-pedagógico; note-se também a diferença da estratificação nos modos de Paulo se agenciar em sua repetição mecânica e de lineamento. Note-se também a diferença na estratificação no AT com a proposta da experimentação no primeiro momento e depois com o deslocamento do conceito, o que intervém sobre a diferença entre repetição mecânica e repetição de lineamento.

Essas diferenças no modo de estratificar se constituem como modos diferentes de agenciamento. A estratificação é contingente em função dos diferentes modos pelos quais se entende e se co-empreende com aquilo que não se reduz a um tipo de organização significante.

Quando consideramos que o estrato de organização é caracterizado por pouca ou nenhuma comunicação entre os outros planos implicados, e é marcado por recolher e formar processos segundo representações e significações, queremos dizer que a pouca implicação ou uma implicação maior com a experimentação é que marca os diferentes modos de estratificação, seja no território familiar, na deriva cartográfica do AT e nos modos como Paulo está implicado nesses territórios. O que marca os diferentes modos de estratificação é uma questão de transversalidade.

De modo geral, o que predomina na organização estritamente significante é uma voz de ordem, no sentido de que outras vozes, principalmente as vozes dissonantes, tenham o mínimo de efeito. O plano de organização tende ao regime significante. O agenciamento médico-psico-pedagógico, que podemos chamar de discurso, é o que, de certa forma, embasa o que “A mãe” diz sobre Paulo no ínicio do AT. É esse discurso que fornece ou é responsável pelas representações, sentido, significados sobre corpo, sobre normalidade, sobre sujeito, por exemplo, sobre o corpo autista. Como aponta Lazzarato (2014), o plano de organização é o plano (estrato) da sujeição social que produz sujeitos, sentidos, significações, interpretações e discursos através da linguagem.

Ainda segundo o autor, não se trata de desvalorizar a linguagem, a organização e as semióticas significantes, mas “em oposição à linguística e à filosofia analítica, se colocar entre o discursivo e o não discursivo a fim de fazer a enunciação e a subjetivação ‘crescerem pelo meio’” (LAZZARATO, 2014, p. 95).

O plano de imanência é o plano das intensidades, da máquina abstrata, da matéria não formada e das funções não formalizadas, isto é, é o plano dos fluxos intensivos; plano que desfaz as formas, os territórios, as funções e as informações. Em última instância, é o plano de singularidades pré-individuais, dos afetos assubjetivados ou do inconsciente real, desejante e pulsional.

O plano da imanência é o plano das máquinas desejantes; é um plano intensivo; um plano do inconsciente Real, da produção maquinica desejante, que, por suas características, irrompe o estrato da organização. A ruptura ou acontecimento é produzido por um agenciamento-desejo e como um agenciamento desejante engendrado pela circulação do não-sentido. Esse plano constitui-se por um regime assignificante ou agramatical.

O plano de experimentação ou de transversalidade é o plano de abertura ao plano de imanência; é também o plano a partir do qual se aposta, através do qual poder-se-ia abrir aos efeitos do afetar e ser afetado, ao acontecimento, ao equívoco, ao não-sentido, aos paradoxos, aos desentendimentos, ao não saber.

Compor ou operar com o plano de experimentação possibilita aumentar o *quantum* de contágio e propagação entre os planos e os estratos, isto é, a experimentação responde por fazer o agenciamento bascular para o lado mais abstrato, aumentando o *quantum* de comunicação transversal ou de transversalidade entre os estratos de organização e os planos de experimentação e de imanência.

Aumentar o *quantum* de transversalidade implica para o agenciamento, ampliar o contágio com a máquina abstrata, com o plano de imanência ou com o nível diagramático ou das relações de força. O plano de experimentação é um plano em que se propõe dar ouvidos às várias e diferentes vozes, à heterogeneidade, ao processo de subjetivação, isto é, abertura aos outros planos, transversalizando-os e implicando-os em outros modos de efetuação, de misturas e estratos. A cartografia, como método, está implicada com a experimentação, conforme já apontamos.

Consideramos que o plano de experimentação comporta os regimes contra-significante, pos-significante e pré-significante, pois, por colocar e abrir-se ao regime assignificante, esses outros regimes podem colocar o regime significante em deslocamento, em tensão ou em

questão, desse modo, desestabilizam, possibilitando a experimentação e as esquizes de um procedimento linguístico.

No entanto, como já foi dito, os três planos, o de experimentação, o de organização ou de estratificação e o de imanência, implicam-se, dobram, desdobram e redobram reciprocamente por transversalizações e recomposições, o que quer dizer que esses três planos se intercruzam, se interceptam e deslizam um sobre o outro – com maior ou menor abertura, *quanta* de territorialização-desterritorialização/comunicação-agenciamento, pois compreendem, na imanência, um funcionamento no qual pressupõem-se uns aos outros, atravessando-se um pelos outros. Enfim, esses planos coexistem. Isto quer dizer que onde temos um, temos os outros.

A abertura de um plano para o outro se relaciona aos modos de fazer bascular os agenciamentos e desse modo desestabilizar, transversalizar os eixos dominantes de organização, isto é, o eixo vertical das hierarquizações e o eixo horizontal das homogeneizações. Mas não se trata apenas de desestabilizar a organização significante, mas de descentralizar e possibilitar a composição de outros modos de estratificação, outras modos de efetuação, a fim de não se perder na cristalização paralisante ou em fluxos desterritorializados improdutivos.

O plano de imanência com seu regime assignificante responde pela dissolução das cristalizações, das dualidades e dicotomias, por exemplo, a dicotomia que poderia haver entre linguagem ordinária e linguagem intensiva, palavra bruta e palavra poética ou estética, vontade de verdade e vontade de potência, estrato de organização e plano de experimentação, repetições mecânicas e repetições de lineamento.

O plano de imanência e sua semiótica assignificante é, também, o que impulsina o processo de subjetivação, basculando o agenciamento, multiplicando sua potência intensiva: movimento, repouso, velocidade, lentidão e os afetos. Paradoxalmente, o plano de imanência é o Fora, as relações de força, aquilo que é irredutível à organização, à experimentação, à linguagem e aos corpos, mas que os constitui, conecta e desconecta.

Para Lazzarato (2014, p. 39), “As semióticas a-significantes permanecem mais ou menos dependentes das semiologias significantes; no entanto, no nível de seu funcionamento intrínseco, elas escapam à linguagem e às significações sociais dominantes.”

A experimentação no AT consiste, entre outras coisas, mais que combinações ou comunicações ou acordo sobre o que fazer ou não fazer, compor os planos de experimentação, imanência e o estrato de organização através da deriva cartográfica; isto é, experimentar-cartografar os territórios, as passagens, as fronteiras entre um plano e outro, isto é, fazer agenciamentos, misturas, montagens ou bricolagens.

No modo como en-tendemos, compor com esses planos é produzir e constituir um modo de fazer ético-estético-político com o qual tentamos compor os encontros e possibilitar mudanças e diferenças; é também inserir o maquinismo desejante na clínica do AT, de outro modo, abrir-se ao plano de imanência assignificante.

Abrir-se, bancar, cartografar, apostar e arriscar-se ao plano semiótico assignificante implica que, por mais que haja significações veiculadas através do discurso médico-psico-pedagógico que compõe, de certa forma, o território familiar; e por mais que haja padrões homogeneizantes da língua, o expresso, atravessado pelo agenciamento maquinico-enunciativo em sua pragmática, enuncia o maquinismo desejante como agenciamento de enunciação coletivo desejante, fazendo-no agir de modo diagramático na clínica-experimentação.

A função expressiva da atualização do agenciamento que se compõe nos encontros, enreda e é enredado pelo fluxo de matéria indeterminado e indeterminante que permeia o estrato organizado, mesmo em sua tendência à organização ou fixação. Em função do fluxo intensivo, catalisa-se outros agenciamentos-territorialidades presentes, acarreta mudanças de estado e estado de coisas e insere uma diferença irredutível ao expresso, às coisas e estados de coisas, desencadeando e possibilitando ir do “fora” para o “dentro”, perfazendo uma (d)obra. Não é uma questão de sujeito individuado, identificado e consciente dos significados e das representações, como se poderia exigir de Paulo, mas é questão de agenciamento, desterritorialização e desejo.

Por outro lado, também, poder-se-ia persistir ou insistir, tender a um só plano, a um modo privilegiado de estratificação, dependendo do agenciamento em que se encontra, e, desta forma, cristalizar e manter a organização, os sentidos, o território, o sujeito e o significado, o círculo significante; evitar, prever, esvaziar ou colmatar o acontecimento dos encontros; remeter as singularidade e os afetos a pessoas, a indivíduos e a significados dados.

Lazzarato (2014) apresenta, numa visão esquemática, dois modos de abordar os regimes semióticos. Um modo é caracterizado por um tipo de sujeição que mobiliza semióticas significantes, em que se destaca aí a linguagem (significante) destinada à consciência, ao psíquico ou mental, a certa racionalidade e “logocentrismo” que mobiliza representações ou significados para constituir um sujeito individuado ou sujeito sujeitado. O outro modo é o que implica as semióticas assignificantes que não dizem respeito, necessariamente, à consciência e às representações e nas quais o sujeito não é o referente. O próprio autor adverte que essa é uma visão esquemática pois há várias outras semióticas, como também já apontamos no capítulo 1 e em *Proust*, entretanto a visão esquemática nos ajuda a entender, a partir dessa polaridade, o que estamos articulando.

Dito isso, é importante frisar que um plano não funciona em um nível absoluto de separação do outro, isto é, há, paradoxalmente, sucessão e coexistência. Entendemos que na experimentação a aposta é de que haja deslocamentos e passagens por esses planos, de modo que se dissolvam as formas e a organização: isso é uma atividade política; e de que se liberem partículas, elementos, matérias não formadas e funções não formalizadas, para os quais só há movimento e repouso, velocidade e lentidão, afetos e potências dessubjetivados. Daí a perda do ‘eu’, a dispersão do sujeito e a possibilidade de criação de novos modos de pensar e agir: isso é uma atividade estética. A aposta consiste também em bancar o efeito singular, o efeito de alteridade dos encontros, o que implica afirmar as diferenças dos modos de viver, de pensar, existir e coexistir; de afetar e se ser afetado, isto é, os diferentes modos de reterritorialização-desterritorialização, subjetivação: isso é que constitui a ética.

A experimentação depende da abertura do agenciamento à máquina abstrata, ao plano de experimentação para que os planos funcionem em maior ou menor *quantum* de abertura ou contágio. O agenciamento – agenciar e ser agenciado-, é experimentação-produção-composição, é laço-dobra-composição, é territorialização e desterritorialização. Nesse processo e compõe esse processo, o agenciamento é que dá certa consistência, faz “ganhar corpo”, um corpo topologizado pelos afetos e pelas intensidades de que é capaz. Um corpo pulsionado, desejante, ou seja, um corpo em devir. Nesse sentido é que o agenciamento faz território-laço, por um lado e, por outro, trata de desfazê-los, num processo que vai de um a outro, em movimentos de diferenciação. O agenciamento-laço compõe a (d)obra assim como o des(d)obramento diante da esfacelação ou da dispersão.

Dito isso, poderemos acrescentar o conceito de ritornelo ao funcionamento dos agenciamentos com seus modos de compor um corpo pulsionado, ritmado pelos ritornelos, articulado aos planos cartográficos. A composição ritornelo-agenciamento-planos cartográficos compõem a cartografia dos circuitos intensivos e mostra as articulações com os diferentes planos em sua imanência.

3.2. Um ritornelo em três planos

Na cartografia desse percurso intensivo, cartografamos pistas conceituais em *Mil Platôs* 4 (edição brasileira) para introduzir o en-tendimento do conceito de ritornelo, e entender como ele pode se inserir, funcionar na cartografia dos encontros e em função da análise. Vejamos, a seguir, o conceito, tendo como referência o livro acima citado.

Uma criança, estando sozinha no escuro e talvez paralisada de medo, começa a cantar, repetidamente, uma pequena canção, seu pequeno ritornelo. Essa canção serve, de algum modo, para tranquilizá-la, afastar o pavor e até lhe dar coragem para se levantar e sair daquele lugar escuro. Então, ainda cantarolando, vai tateando no escuro; ela anda, ela para e volta a andar novamente. Sua musiquinha, aquelas poucas frases, aquela simples melodia cantada ou cantarolada repetidamente constituem um ponto tranquilizador, um esboço, o traço de certa estabilidade em meio ao caos e à desorientação e, assim, ela consegue se deslocar. Há ai todo um procedimento, um regime de corpos e enunciados, poderíamos dizer, compostos por signos pré e contra-significantes que implicam a organização ou estratificação de uma territorialidade. As palavras, a canção, o tatear, a parada, o ritmo não remetem a si próprios, mas a um sistema próprio de organização espaço-tempo-sensível.

Uma necessidade faz surgir um círculo ao redor de um centro ainda frágil. Foi ou é preciso organizar um espaço limitado, e para isso, conjuga-se componentes que intervêm de modo diverso, assim como referências existenciais e marcas dessa existência. Esses componentes marcam uma certa organização como um modo de deixar as forças do caos no exterior e, assim, estabilizar, colmatar, articular algum sentido, o quanto isso for possível e se for possível. Esse espaço interior protege as forças germinativas de uma tarefa, de uma obra, de um artifício a ser feito. Neste espaço co-empreende-se toda uma seleção, filtros, eliminação e extrações (o que fica, o que sai, quem entra, quem sai), isto é, estratégias e agenciamentos de conteúdos e de expressões, de regime de corpos e de signos, para que se possa resistir e até tomar forças do caos através de filtros e crivos.

Nesse co-empreendimento - ele nunca é feito sozinho, uma vez que somos vários, mesmo sendo um -, e en-tendências, os componentes vocais, sonoros são importantes, pois podem forjar muros de som de proteção, muros de tijolos sonoros que podem marcar territórios (características do regime contra-significante). Desse modo, uma criança cantarola, faz-se um círculo, um estribilho ressoa, combina-se consoantes e vocais ritmadas que correspondem à força da criação e às partes diferenciadas de um organismo (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Agora, enfim, abre-se o círculo, algo entra, pode passar, não tanto uma pessoa, mas uma presença, convidado ou não, um Outrem que afeta. Há uma implicação com essa “alguma coisa”; esse alguém ecoa, ressoa, implica-se e então, do círculo vai-se para fora, resolve-se sair do círculo, lança-se para fora. Essa abertura é feita para o lado em que não se depare com as forças destrutivas do caos (cair na perda de potência no fluxo não efetuado ou no cristalizado), mas num lado-região criado pelo próprio círculo. É que o círculo está em função de forças em obra que ele próprio abriga. Essa abertura é já arriscar uma improvisação, uma aposta, uma

experimentação. No AT, saímos de casa no fio de uma canção, no compasso de um ritornelo, na produção de uma territorialidade.

Essas são três instâncias (fazer, abrir e sair do círculo), mas uma só e a mesma coisa, ou seja, um ritornelo. Ora o ritornelo torna esses três aspectos simultâneos e ora os mistura. Do mesmo modo pensamos os planos, os estratos, os regimes de signos e corpos, ou seja, para a tese, para a cartografia, pensamos no estrato de organização, no plano de experimentação e plano de imanência, constituindo-se por um ritornelo, por uma circulação, pelo basculamento, por um circuito assignificante na deriva-cartográfica. Ainda sobre o ritornelo, continuamos, na sequência, a apresentar outros modos de o entendermos.

Um pássaro demarca seu território através de um canto, de um certo tipo de trinado. Existe também um trinado para o acasalamento, um outro para afugentar algum intruso, assim como pode haver vários outros trinados para várias outras situações. Um outro pássaro marca seu território com folhas que ele mesmo corta e vira, deixando a parte mais brilhante, o lado que se contrasta com o solo, voltada para cima e depois disso emite um som composto pelo seu canto e o canto de vários outros pássaros, enquanto mostra uma parte mais colorida de suas penas. Os trinados ou cantos, as folhas cortadas, o ritual de “mostração” são modos de territorialização, são procedimentos que marcam um território (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Nas pistas que temos em *Mil platôs*, vemos que os ritornelos delimitam territórios existenciais e os processos de subjetivação, os modos de agir e pensar. Implica-se aí que os processos de subjetivação compreendem os agenciamentos-territórios, a mistura dos corpos, dos regimes de signos e enunciação, e os processos de territorialização-desterritorialização. Dito isso, poderemos traçar com as pistas conceituais apresentadas e a partir dos encontros no AT, a relação entre os planos cartográficos: organização, experimentação e imanência; seus regimes de signos e os ritornelos, no procedimento ou circuito intensivo dos encontros com Paulo.

No circuito intensivo, em seu procedimento e sua pragmática poderemos ver, nas próximas seções, como os enunciados evidenciam a relação entre expressão e conteúdo; como a linguagem atribui-se aos corpos, intervem, introduz recortes de modo que, nesse processo, mudam as territorialidades-agenciamentos.

3.3. Repetição mecânica

Paulo parece compor um território de referências vividas, compondo círculos, uma territorialidade através das repetições mecânicas, isto é, constitui um modo de agenciar-se na

linguagem segundo um regime significante e contra-significante. Nessa territorialidade, os enunciados valem mais pela sua repetição, pela enunciação do que pelo significado. Isto é, a enunciação não significa necessariamente, mas ela própria estabiliza um território.

Paulo está agenciado num discurso ou discursividade atravessada, por sua vez, por um agenciamento ou uma territorialização, segundo um plano de organização colmatado por um discurso de organização do tipo médico-psico-pedagógico (discurso d'A mãe), a partir do qual palavras de ordem (“organização e hábito”) gerenciam o tempo, o espaço, os corpos, as relações e as representações, a representação de homem e de organização (lugar, idade, hábitos, masculino). Há a preconização de um corpo disciplinado sobre a suposição de um corpo patológico (autista). Vimos a tendência organizacional das palavras de ordem em enunciados, codificando os corpos e as palavras: “você é homem”, “olha pra mim [enquanto eu falo]”. Nesses dizeres, ao mesmo tempo em que a mãe fala, ela se posiciona em frente a ele e olha direto em seu rosto. Outros enunciados marcam a organização: “faça isso”, “escove os dentes”, é hora disso, é hora daquilo etc.

O discurso médico-psico-pedagógico também prescreve, organiza rotinas, disciplina corpos, nas mais diversas rotinas, por exemplo, hoje é dia de aula com fulano; hoje é dia de comer pastel na feira; você tem que ajudar sua mãe; faça isso; não faça aquilo; escove os dentes; você tem que fazer a barba; tem que cortar as unhas; diga onde você foi; diga o que você fez; você está gordo; você tem que fazer exercício; vamos comigo em tal lugar; você tem um novo professor, vai com ele...e etc.

Outros exemplos: “você é o homem da casa”; “você não é criança”; “você é novo” ou “você é velho”; “você é adulto”; “você é músico”; “olha para mim, fala direito”. O discurso da organização reverbera enunciados nas mais cotidianas e familiares situações como por exemplo sobre os filmes, quando se trata de explicar algo: “O Hulk é verde”; “O Hulk é herói”; tal filme é ação, comédia ou terror; tal personagem é herói, esse outro é bandido; tais personagens são amigos, esses outros são inimigos. Não há espaço para dúvida, para questões, para o [não-] sentido. Cada enunciado deve portar uma afirmação e uma determinação.

Utilizando a expressão da própria mãe, poderíamos dizer que o mundo é ou foi “traduzido” e colocado de tal forma para Paulo, segundo um sentido de organização, segundo modelo de linguagem e segundo um regime de corpos que atende a determinadas palavras de ordens. As coordenadas semióticas são ou foram passadas para ele, mas com pouca abertura para que ele experimentasse a linguagem e, mais do que isso, sem que ele, afetado nas suas relações, pudesse agenciar a linguagem e o corpo ao modo dessas relações; enfim, sem que ele experimentasse fazer seus agenciamentos, sua conexões e desconexões. Isto é, o mundo e seus

significados lhe foram dados ou colocados como estabilizados e fixados em torno de uma repetição mecânica que perfaz uma territorialidade, um territórios segundo seus ritornelos.

E isto é mais do que remeter ao senso comum, são palavras de ordem, como vimos no capítulo sobre os postulados da linguagem. São modos de determinação de sujeitos individuados segundo uma ordem do discurso médico-psico-pedagógico. Como já foi dito, a linguagem, nesse aspecto, é feita para ser obedecida, não é, portanto, uma comunicação, uma informação, mas ordenanças. Como já foi dito, as ordens não se reduzem ao modo imperativo, à formalização da frase ou ao explícito da frase ou da palavra, mas se relacionam com as significações prévias e com a organização das unidades distintivas da frase.

Pode-se deixar flagrar a dimensão do discurso médico-psico-pedagógico, também, a partir do que foi dito sobre ter sido necessário colocar rotinas para Paulo. Rotinas acompanhadas por palavras de ordem. “Colocar rotina e hábitos” é a palavra de ordem, é o enunciado de um território cristalizado para Paulo. De outra forma, haveria pouca ou nenhuma abertura para que Paulo se expressasse em relação a ser afetado e afetar-se pelos encontros que tem em sua vivência.

Paulo está, de certa forma, nesse discurso de organização ou da homogeneização e até repete essas palavras de ordem - agencia e está agenciado, repetição mecânica (regime significante) - em muitas situações conforme foi lhe ensinado, e isso funciona de algum modo e dá certa estabilidade às relações familiares e nos círculos de amigos. Ele coloca a linguagem em funcionamento, seja como for, mas segundo um território-agenciamento que parece estar cristalizado, restrito no que diz respeito à possibilidade de fazer e implicar-se em suas distinções, pois qualquer marca de implicação e distinção, qualquer diferença, é sempre “traduzido”. Um exemplo é quando ‘A’ mãe diz que ele sabe os nomes de cantores, autores, e que “não fica por baixo”, dá um jeito de não ficar por baixo nas conversas com amigos e familiares.

Nesse território que se constitui e se cristaliza, em que supostamente parece ser preciso determinar o lugar e o dizer para cada coisa, para cada ocasião, segundo um regime significante de ordens, destaca-se um tipo de repetição mecânica. Essas repetições mecânicas pareciam também conformar em um modo de vida de Paulo, as referências existenciais, o cotidiano, segundo o discurso significante que supõem a necessidade de hábitos e rituais para certa organização diária.

A partir disso, podemos dizer que haveria um imaginário sobre o qual se poderia dizer ou traduzir tudo sobre Paulo, e que haveria, também, um desejo já conhecido e, por isso, submetido às traduções. “A Mãe” tenta construir um mundo mais estável possível. O ritual: cada coisa em

seu lugar, em seu horário, com o mínimo de variações. “A Mãe” “traduz” tudo para ele, tenta tornar para Paulo – assim como para ela e a família, os amigos e vizinhos-, aquilo que pode parecer estranho em algo familiar.

Nessa territorialização-agenciamento, vimos que o modo “Paulo” de agenciar-se e ser agenciado na linguagem parecia se destacar pela repetição do mesmo, pelo modo mecânico de falar, por palavras desafetadas, pelo modo mecânico de andar, por não parecer se interessar pelo entorno, como apresentamos nas narrativas. Paulo está agenciado de modo que, nos encontros, quando dizia alguma coisa, parecia querer adequar-se a algum tipo de prescrição, de familiaridade, de hábito ou ordem. Isso caracteriza, nos agenciamento nos quais Paulo se encontra, um processo de produção de subjetividade, uma tentativa de produzir um sujeito conforme os enunciados; identificar um sujeito conforme alguma condição médica-psíquica ou pedagógica, ou seja, um corpo autista.

No entanto, Paulo parece compor, também, um território de referências vividas, compondo um círculo, uma territorialidade através das repetições mecânicas, isto é, um outro modo de agenciar-se na linguagem. Essa linguagem não é apenas significante, mas se constitui segundo um regime contra-significante. Nessa territorialidade, os enunciados valem mais pela sua repetição, mais pela enunciação do que pelo significado. Isto é, a enunciação não significa, mas ela própria estabilizaria e marcaria um território, como no exemplo da criança que canta no escuro ou o pássaro que demarca seu território para que outros saibam que há ali um território. Ou seja, nesse regime contra-significante, os enunciados valem por eles mesmos, não remetem a nada a não ser o próprio signo; são marcadores, eles valem pelo território que procuram dar estabilidade.

Como vimos nos primeiros encontros, Paulo dizia e repetia: “*Hulk* é homem”; “*Hulk* é herói”; “Peter Pan é criança”; “hoje é dia de fulano”; “Roberto é longe, é uma viagem”; “assisti filme”; “você trouxe o filme?”; “Você me empresta”; “e o filme?”; “é dublado para criança?”, “dublado eu entende”.

O que era dito também se repetia muitas vezes durante o mesmo encontro ou em muitos encontros seguidos, como se fossem rituais que deveriam ser seguidos diante de qualquer situação que causasse estranheza, ou antecipadamente em relação a algo que pudesse causar estranheza. Por exemplo, Paulo repetia a frase que parecia ser de saudação, mas fazia isso várias vezes durante o encontro (“você trouxe filme?”); ou antecipava uma pergunta que eu tinha feito dias anteriores, antes que eu pudesse voltar a fazer. (“você assistiu filme?”). Isso parecia se constituir em um ritual, que funcionaria em determinadas situações.

Entretanto, esses rituais de repetição e antecipação, por serem retomados nas mais diferentes situações, causavam algum tipo de confusão nos encontros. Procurávamos entender, dar sentidos, sentíamos a estranheza de determinadas frases e suas repetições que pareciam entrar no meio dos diálogos, pareciam também querer antecipar um tema; pareciam vindos de outros momentos, de outras situações, fragmentando as frases nas quais se inseriam, conspurcando uma pretensa continuidade dos assuntos ou dos diálogos.

Nos encontros no AT, ainda que a partir de fragmentos de diálogos, do não entendido, eu ainda tentava entender algo do que era dito. Eu perguntava tentando obter confirmações, isto é, considerávamos os sentidos possíveis daquilo que era dito, conversado entre acompanhado e acompanhante.

Isso se deve ao modo de o plano de organização funcionar. Esse modo também prescreve possibilidades de efeitos de sentido que, de certo modo, se faz presente e organiza o AT. como dissemos, marcávamos horários, combinávamos atividades, sugeríamos lugares para ir, etc. Tentávamos corrigir, inicialmente, o mal entendido que se dava nos diálogos. Corrigíamos, às vezes, o que era dito, tanto por mim, quanto por Paulo. A experimentação aqui ainda era do tipo, segundo o qual poderíamos combinar e dar a entender alguma coisa. O modo de organização é um modo de estratificação, mas a organização não é o único modo estratificação.

Havia um modo de organização, mas o jogo da deriva como intervenção nos levou a outros modos de experimentação e também a outros modos de estratificação. Como um dos modos dessa intervenção podemos apontar a cena inicial da ruas no primeiro encontro, naquele diálogo sobre a rua chamada Paris. Podemos apontar também a própria proposta de deriva, os passeios pelas ruas, as atividades que se davam ou aconteciam através de pistas que apareciam no encontro; as repetições que fazíamos juntos, as perguntas que passamos a fazer, acompanhado ou acompanhante, sobre aquilo que não se dava por entendido.

Esses modos de intervenção coloca em jogo outros agenciamentos, agenciar e ser agenciado, como uma ação ou interpret-Ação que pode possibilitar um basculamento do agenciamento-territórios, um processo de subjetivação/produção de sujeito em que houvesse ou se abrisse um processo de individuação e nessa a produção de algo novo.

Destacamos dos encontros nas derivas, o agenciamento que consistiu na atividade de filmar, em que, curiosamente, Paulo começou a relacionar as imagens do vídeo que fizemos aos personagens de filmes que ele conhecia ou às imagens de filmes que já havia assistido (passos do *Hulk*; corrida do *Rock*, lutador; a sombra do *Peter Pan* etc), ou às pessoas que estavam na rua, ou ainda a ele próprio. Paulo também começou a fazer perguntas, ao invés de apenas afirmar: “Hulk é herói?”; “Peter pan é criança?”. Esses já se constituem outros modos de

agenciar-se que transversaliza a repetição mecânica e que por isso entra em cena um estilo diferente da repetição mecânica.

Consideramos que essas mudanças acontecem, ao mesmo tempo em que começamos a questioná-lo ao invés de confirmar o que ele já tinha dito e quando paramos de tentar organizar, entender ou consertar o mal entendido dos diálogos. Configura-se aí a aposta e o jogo, o jogo de repetições, como dissemos na introdução. E nesse jogo que se deu, nos arrastando por um tipo de experimentação, indiciou-se, também, algo além da repetição mecânica, ou seja, a repetição de lineamento marcada também pelo regime significante e contra-significante.

Esses modos diferentes colocavam as nossas concepções iniciais de experimentação em xeque. A nossa aposta se fazia, então, em termos de uma deriva que ia dos lugares, das atividades, das imagens, dos passeios à linguagem ou atravessada pela linguagem, como mostramos na introdução e diálogos fractais, isto é, a aposta se constituía do que a deriva cartográfica proporcionava em termos de matérias, sensibilidades, memórias, imagens e dizeres.

Os enunciados diferentes na repetição de lineamento mostram uma abertura, uma fresta para outras possibilidades, para, no mínimo, um certo lineamento ou algo a mais. Isto é, para além do que parecia mecânico, habitual, familiar e organizado perpassam outros modos de enunciação. Esses modos aparecem quando, nos equívocos, não entendidos e (des)encontros, pela aposta, e na emergência de um procedimento em deslocamento, um percurso se fazendo, se delineando, uma experimentação de modos diferentes de enunciação ou a enunciação como experimentação.

Dito de outro modo, temos um regime significante da organização médico-psico-pedagógica e contra-significante. Uma vez que Paulo repete essa forma de discurso significante, ele parece se adequar a ele, como visto nas repetições mecânicas, mas repete também como num regime contra-significante como um outro modo de estratificação, como um canto, um estribilho, ai o signo vale pela marcação e arranjos do território e não pela significação.

Paulo repete na tentativa de organização de uma territorialidade ao seu modo, mas o que a mãe diz e o que ele repete escapa ao sentido na própria repetição que se dá nos encontros. Isso ocorre em função do jogo de repetição que se dá como interpelação-*intervenire*, por isso a repetição mecânica bascula para o lineamento e vice-versa.

3.4. Repetição de lineamento

Na repetição de lineamento, os enunciados que se repetem parecem não ser os que foram dados e exigidos no território familiar. Parece haver uma experimentação desses enunciados em que eles parecem atravessar, aleatoriamente, qualquer diálogo, às vezes como afirmações, outras vezes como interrogações, outras vezes, indefinidos.

Os enunciados em seu lineamento parecem surgir como significantes, tem seu efeito de sentido, e vão entrando em repetição mecânica, regime contra-significante. O lineamento é um traço, é o esboço de um ritornelo, de uma desterritorialização e de uma reterritorialidade que parece emergir entre um território cristalizado e mecânico.

Por exemplo, a mudança das frases afirmativas para as interrogativas: “eu sou homem?”, “eu sou *Hulk*?”; ou mesmo nas situações que aparecem outras frases como: “você vem amanhã?”, “o que vai fazer amanhã?”.

Não obstante, temos ai, também, um regime de subjetivação pós-significante, passional, segundo os enunciados que temos nos encontros: “sou ator, sou cantor”, “é minha homenagem”, “eu mereço, né Dami?”, “eu toquei, não cai, não chorei, eu sou homem, né Dami?”, “macho”; “eu sou homem da casa”; “Minha mãe que falou”, “minha mãe vai gostar?”, “minha mãe tá me esperando?”, “eu sou companheiro dela”; “príncipe da mamãe”. Nesse modo, os enunciados parecem reivindicar ou afirmar um regime de dominância de um território. Diferente do território habituado e familiar, esse território reivindicativo está em função da repetição mecânica significante-contra-significante. Vejamos, a seguir, como podemos mapear isso.

A organização significante coloca uma linha negativa no seu círculo significante, mas, uma vez que o território é interpelado nos encontros no AT, um signo positivo invade essa linha negativa significante. Já nos encontramos, assim, num regime pós-significante.

O corpo afetado nos ou pelos encontros é que invade essa linha. A problemática está em que o corpo não se dá ao significante, nem produz significante e nem o significante pode representar o corpo. A abstração significante, que prescinde do próprio signo, falha, não é capaz de fornecer significantes diante dos afetos que colocam o corpo em variação. Ou seja, não há significado ou sentido que defina a afetação. Do encontro dos corpos temos um acontecimento-sentido, uma ruptura.

No AT, essa semiótica pós-significante ainda se confunde com a semiótica contra-significante no seu lado repetição mecânica-lineamento, pois ainda vai funcionar também ao modo da distribuição e arranjo da territorialidade, isto é, entra numa repetição em que vale como signo positivo, mas num modo de fazer certa estabilidade ao território (como contra-significante). Entretanto, queremos destacar que o sujeito, nesse regime pós-significante, é um reivindicador passional, subjetivado segundo um ponto de subjetivação.

Ponto de subjetivação são diversas formas de educação e de normalização que se coloca para um indivíduo a fim de fazê-lo mudar de um ponto a outro, cada vez mais alto, conforme o ideal vigente, o qual Paulo não atende. No caso apresentado, esse ponto de subjetivação é dado pelo discurso médico-psico-pedagógico que ressoa presente no discurso d'A mãe, constitui suas representações. Na crítica que Deleuze e Guattari (1995b) fazem, ele dizem que o sujeito da enunciação está em função de uma realidade mental determinada pelo ponto de subjetivação. O sujeito do enunciado deriva do sujeito de enunciação, sendo um sujeito preso aos enunciados conforme a realidade dominante da qual a realidade mental faz parte, mesmo que pareça se opor a ela.

Esse regime pós-significante e o modo de subjetivação de reinvidicador passional ainda serão melhor destacados à frente, quando mostrarmos as repercussões dele no capítulo “Um reinvidicador passional”.

Não obstante, pode-se confundir o pós-significante e o regime significante em função de o signo, nesse regime, sobreviver a seu significado e poder investir um outro significado, ou estar submetido à interpretação que fornecem outros significados. A diferença é a linha negativa no regime significante e, no regime pós-significante, o signo positivo que invade essa linha.

Nessa coexistência de regimes, temos, por um lado, a trapaça significante das falas e palavras impostas a Paulo; por outro, temos a traição, o desvio pós-significante e saída para além do significante. Nessa tensão, temos ainda um regime contra-significante estratificando um território segundo certo estilo “Paulo” de agenciar-se e ser agenciado, isto é, no modo como compõe um procedimento linguístico com as repetições mecânicas e de lineamento.

O regime contra-significante, por um lado, remete ao regime significante, interpretativo, tradutor do território habitual e ao regime pós-significante de um reinvidicador passional. Todavia, por outro lado, o regime contra-significante tende ao regime assignificante, por não se deter no significante (da organização), por estar em confronto com outra territorialidade, outros modos de estratificação, de misturas de corpos e de regime de signos que vai se fazendo e desfazendo nos encontros.

Nessa tensão é que, supostamente, a linguagem parece não funcionar. ‘A mãe’ tenta corrigir o que Paulo diz, ela traduz para ele, remetendo à organização significante: ela fala no lugar dele ou tenta fazê-lo lembrar do que tem que ser dito, por exemplo, ela começa uma palavra e tenta fazer que ele a complete; responde às perguntas dele, determinando o que pode ser dito e como ser dito e etc. Reforçamos que o discurso d'A mãe, constitui-se de representações, das vozes de um discurso médico-psico-pedagógico do que é ser homem, do

que é uma linguagem adequada, do que pode ser dito e como pode ser dito. O discurso médico-psico-pedagógico é que preconiza um corpo autista.

No território habituado segundo o dispositivo médico-psico-pedagógico reflete uma postura de cuidado, com características pedagógicas, talvez úteis e necessárias para o cotidiano, mas é também um modo de construir um saber sobre Paulo. Considera-se que se sabe o que se passa com o filho e que este pode discernir, independentemente de tais e quais condições, o mundo, exatamente conforme lhe é dito para discernir, conforme lhe é passado e/ou traduzido para ele.

Entretanto, o mundo não está dado, nem a experiência de linguagem, nem dos corpos, nem dos encontros e dos acontecimentos, muito menos a experiência dos sentidos ou dos afetos; muito menos a linguagem pode representar ou discernir o mundo, seja um mundo conspirado como mundo concreto, seja conspirado como matéria dos sentidos; muito menos como matéria da língua. Isso quer dizer que discursivizar ou enunciar não encerra os sentidos pois os enunciados e corpos, as palavras e as coisas, as dizibilidades e vizibilidades insistem em seu fluxo desterritorializado e desejante. Este fluxo não cede ao simbólico, assim como também não cede aos discursos como liame das representações.

Paulo, no seu modo peculiar de haver-se com o mundo, também tenta se haver nos encontros no AT, tenta repetir o modelo repassado, mas na sua própria repetição ou por causa mesmo das repetições, nos encontros e em função destes, coloca variações. A própria repetição faz fugir o modelo e se torna um procedimento linguístico assignificante.

Paulo até “copia” ou “imita”, mas também “deforma” a cópia. Saímos do campo da cópia pela cópia para o simulacro, que introduz a figura repetição-variação (repetição de lineamento), isto é, ao invés de imitar o modelo (repetição mecânica) da palavra de ordem, tem se a produção-variação que produz uma instabilidade. Já se instala um processo de subjetivação, um outro modo de agenciamento, outra territorialidade.

O enunciado “Que Paulo é esse?” mostra uma diferença que, inicialmente, surgiu na repetição mecânica que parecia vigorar. Esse enunciado se destacou pois nos afetou e nos levou a pensar sobre como as repetições mecânicas funcionavam e como podiam mudar. O enunciado “de onde saiu esse desejo?” nos leva a pensar como a mãe se organizaria em função do filho, e o que de diferença ela havia percebido naquele pedido dele. Esses dois enunciados também nos levaram a pensar como que seria a experimentação em função daqueles encontros.

Com a reverberação e contágio dos enunciados que indicavam algo além da repetição mecânica, fomos levados a pensar as repetições de lineamento e os diálogos fractais que pareciam transversalizar e implicar os encontros, como mostraremos a seguir.

3.5. Diálogos fractais e a repetição de lineamento

Como estamos mostrando através da cartografia, para além das repetições mecânicas, temos os lineamentos. Fazer lineamento é fazer traço, linha, contorno, neste caso, nas e com as próprias repetições mecânicas. Cria-se, agencia-se rituais, frases, palavras curinga que aparecem em variadas e diferentes situações, e que marcam e atravessam um território que parecia cristalizado, abre-se um círculo, e, ao fazer isso, Paulo também marca um círculo, traça ou faz lineamento de um centro.

A marcação de um círculo de territorialidade chamou-nos a atenção, inicialmente, quando, por exemplo, em várias vezes que chegava na casa de Paulo e interfonava, era possível ouvir Paulo falar, ainda dentro de casa, “você vai sair?” ou “onde você vai?” e quando ele saia pela porta, fazia essas mesmas perguntas, antes que eu pudesse falar alguma coisa. Depois, enquanto íamos para algum lugar, essas perguntas se repetiam durante o trajeto, intercaladas com outras que iam surgindo. Considero essas perguntas repetições mecânicas – regime contra-significante, por parecerem marcar um território, dar familiaridade e hábito.

O que nos chamava a atenção é que durante algum tempo, as perguntas que ele fazia quando eu chegava em sua casa foram: “você trouxe o filme?”. Isso aconteceu durante o tempo em que emprestava os filmes para ele. Depois que parei de levar os filmes, ele continuava perguntando, e, geralmente, eu respondia da mesma forma, com alguma variação, eu dizia que não tinha mais filmes ou que ele já tinha visto todos os filmes que eu tinha. Daí, a conversa versava sobre outras coisas. Mas essa pergunta sobre filmes continuou sendo feita na maioria das vezes que eu chegava. Isso foi que passou a ideia de uma repetição mecânica num regime contra-significante.

Uma certa vez, porém, depois de um período de quinze dias de férias, cheguei em sua casa e a primeira coisa que ele disse foi: “você trouxe o filme?”. Eu disse “ué, eu tinha combinado de trazer algum filme?”. Dessa vez fiquei em dúvida se tinha combinado algo com ele, e ele pareceu ficar meio constrangido.

Não me lembro por quanto tempo ou se ele ainda repetiu essa pergunta, mas me lembro que a pergunta mudou em função de que parecia que eu não dava uma resposta, uma continuidade ou a pergunta não ressoava um efeito de estabilidade, familiaridade ou hábito para ele. A pergunta “você vai sair?”, foi uma das que surgiram depois.

A seguir, aponto outro relato que mostra outros modos de repetições e variações das repetições.

Em algumas vezes, quando nos encontrávamos, eu perguntava se ele havia assistido algum filme. Ele dizia que sim, mas não sabia dizer o título do filme, nem do que tinha gostado. Eu passei a repetir essa pergunta, propositalmente, quase todas as vezes que nos encontrávamos como forma de iniciar uma conversa.

Entretanto, em algumas ocasiões que foram ficando frequentes, Paulo começou a dizer, assim que eu o encontrava, antes que eu dissesse alguma coisa, que ele tinha assistido a um filme: “assisti filme, Dami”, eu lhe perguntava sobre o filme, mas ele não sabia dizer nem o nome e nem do que havia gostado: “qual filme você assistiu?”, ele respondia: “Não sei.”. Eu continuava: “Do que você mais gostou?”, ele respondia: “Não sei”. Ele não sabia dizer sobre o filme, o título, o ator, nem dizer do que havia gostado. Caracterizamos essa repetição como repetição mecânica e um regime contra-significante, por parecerem marcar um território que deveria soar familiar e habitual.

Parecia que Paulo passara a se constranger em não saber dizer, parecia-nos que ele ficava desconfortável. Em um determinado momento, Paulo passou a devolver a pergunta para mim, mais ou menos como se segue:

Eu dizia: “você assistiu filme?”, ele dizia “e você?”. Eu retrucava em tom de brincadeira: “essa pergunta é minha!” ou “perguntei primeiro”. Depois de várias vezes em que esse diálogo se repetiu, ele passou a se antecipar e me perguntar se eu havia assistido filme e quando, numa das vezes, eu perguntei “e você?”, ele disse “perguntei primeiro”.

Parece que ele havia “incorporado” essa pergunta (“você assistiu filme?”) e, posteriormente, passou a fazê-la para mim com alguma frequência, incluindo o argumento: “perguntei primeiro” (repetição de lineamento – significante). Entretanto essas pergunta se repetiam quando eu chegava na casa dele (repetição mecânica – contra-significante) e também de modo indeterminado durante o período das atividades que fazíamos, independente se estivéssemos falando sobre filmes (regime contra-significante).

Outra pista desses modos de linguagem era quando ele dizia, como que do nada, várias perguntas ao mesmo tempo: “não comi nada hoje! Você vem amanhã? Você vai sair? Onde você vai?”, aparentemente sem esperar resposta (regime contra-significante).

Essas perguntas entravam entre um assunto e outro ou durante um período em que estávamos em silêncio e Paulo começava a falar e/ou perguntar. Pareciam palavras ou expressões curinga, que constituiam um outro modo de linguagem para além de representações e significações. Como dissemos, nesse regime de características contra-significante, a enunciação remete à uma marcação, distribuição e arranjo de territórios. Ela soa como aquela

musiquinha, um estribilho que ressoa, que funciona como um ponto tranquilizador. Nesse sentido, o signo não vale por seu significado.

Quando ouvíamos música no carro (geralmente durante o caminho para algum lugar), Paulo quase sempre perguntava se quem estava cantando era o Chico (Chico Buarque de Holanda) ou o Milton (Milton Nascimento). Parecia que ele conhecia bem esses cantores, pois conseguia acertar, na maioria das vezes, o nome deles, e às vezes, de seus intérpretes. Mas percebi que ele perguntava independentemente se fossem o Chico ou Milton, ou mesmo se a voz escutada parecesse feminina ou fosse muito diferente da voz desses cantores, ou se a música fosse outra qualquer, de outros compositores de MPB⁴¹. Consideramos essas repetições mecânicas de regime contra-significante - significante.

Consideramos como significante, pois, a partir daquelas perguntas, eu conversava com ele sobre a música que estávamos ouvindo, sobre de quem era a autoria (regime significante), e até cantávamos “junto” com o rádio. Eu cantava, Paulo tentava acompanhar, ora cantarolando, ora se atrapalhando com a letra.

Se a música fosse de um cantor que ele não reconhecia, ele costumava perguntar ou afirmar: “é ‘veião’ na praça?”; “É velho na praça, né Dami?” (Repetição mecânica – significante e contra-significante). A partir daí, eu conversava com ele sobre idade, se o ator era velho ou não; a época em que a música se destacou e sobre músicas no geral (regime significante). Às vezes, Paulo só ficava me ouvindo, outras vezes, no meio da minha fala, perguntava onde estávamos indo ou se eu havia pegado algum filme ou dizia que ele não havia comido nada (regime contra-significante). Outras vezes, ele perguntava se o cantor já tinha vindo a cidade, se era homem ou mulher, se estava vivo ou morto (regime contra-significante-significante). Em um dos encontros, expliquei que o artista, cuja música estava tocando no rádio, estaria se apresentando na cidade e Paulo perguntou se o cantor estava morto: “tá morto?” (Repetição mecânica).

Em algumas vezes, ao responder as perguntas dele, em função mesmo dos sentidos (regime significante) que se faziam ali, eu dizia que o cantor era velho ou que tal cantor não era velho, segundo cada caso, então ele me perguntava: “eu sou velho?” ou dizia “eu não sou velho!” e depois sorria, tocando meu ombro, como que fazendo troça. Outras vezes, ele dizia isso, mas, como se estivesse nervoso, respondia de forma áspera a mesma frase (“eu não sou velho!”), como se tivesse sido ofendido.

⁴¹ Música Popular Brasileira

Tanto o sorriso, o humor e a possível troça, quanto o fato de parecer ofendido, faziam deslocar o sentido que eu havia imputado ao fato de que ele parecia querer saber algo sobre idade, ser velho ou novo.

Esse fragmento pode mostrar como Paulo usava frases e expressões de modo aparentemente cristalizado e pouco específico, pois no caso em que o assunto era música, as perguntas que ele fazia eram independentes dos cantores e tinham mais a ver com o tema de forma genérica (repetição mecânica e de lineamento).

Essas expressões repetidas, que eu chamo de expressões “curinga” apareciam também quando o tema das conversas era filme, por exemplo, a pergunta “(tem) sangue, porrada e tiro?” era repetida nas perguntas que ele fazia a respeito de qualquer filme que eu dizia que tinha assistido. Quando se tratava de um filme que ele conhecia e sabia que não era violento, ele dizia que era “(filme de) conversa fiada”.

As expressões curingas eram repetidas, mas pareciam indicar variações do modo como Paulo se deslocava no diálogo e como ele achava um ponto tranquilizador, de algum modo ou ao seu próprio modo. Algumas expressões pareciam se diferenciar da repetição mecânica, sobre as quais já fizemos menção inicialmente. Às vezes, parecia apenas que ele queria que o assunto se estendesse para talvez ouvir mais sobre as pessoas em questão (regime significante). Essas expressões tinham um efeito significante, mas que para ele poderia ser contra-significante – estabilizador do território.

Outras vezes, ele parecia querer mesmo saber mais do tema “idade”, como no exemplo, havia esse efeito (tendência ao regime significante), mas parecia querer também manter um assunto que lhe era familiar, tranquilizador, sem que fosse necessário saber algo daquele assunto, por exemplo, se o ator era de fato velho. (contra-significante).

Depois de algum tempo, ao invés de responder as perguntas dele sobre quem era o cantor (se era ou não o Chico, ou Milton ou algum intérprete), ou ao invés de dar sequência àquele assunto se eu sabia ou não quem eram os cantores (repetição mecânica – regime significante), passei a perguntar para Paulo quem ele achava que estava cantando, perguntava se a voz que soava era feminina ou masculina. Era um modo que encontrava de dar abertura ao território; era um modo de apostar, colocando a possibilidade de outros modos de estar junto com Paulo.

Paulo tentava responder. Passei a perceber algumas mudanças. Paulo passou a perguntar, quando ouvíamos música, quem estava cantando (“quem é Dami?”), ao invés de perguntar se era Chico ou Milton. A música começava e ele diza: “quem?” ou “quem é?”, “de quem essa voz?”, “é homem ou mulher?” (repetição de lineamento – regime contra-significante). Nesses tempos não ouvíamos tanto MPB, ouvíamos também músicas estrangeiras, mais precisamente

americanas, como é comum em algumas rádios brasileiras e isso também não era tão familiar para Paulo.

Depois de certo tempo, no carro que usávamos, tinha um aparelho de som que permitia à emissora de rádio digital veicular o nome da música e do cantor e isto passava no visor do aparelho instalado no carro. Eu expliquei isso à Paulo e quando ele perguntava quem era o cantor eu dizia: “espera que eu vou ver, tá escrito aqui”. Esse diálogo se repetiu algumas vezes, assim como a resposta. Então ele incorporou isso à suas perguntas e dizia: “de quem essa voz?”, “homem ou mulher?” (repetição mecânica), “tá escrito ai, Dami?” (repetição de lineamento). Em algumas vezes, a música começava e ele olhava para o painel e já perguntava: “tá escrito ai?” e quando eu demorava a falar, pois estava prestando atenção no trânsito, ele dizia: “fala Dami” (repetição lineamento – regime significante); e quando a rádio sintonizada não disponibilizava as informações, eu tentava explicar: “essa rádio não escreve” (regime significante), ele perguntava: “tá estragado?” ou “estragou de novo?” (Repetição de lineamento – regime significante – contra-significante – repetição mecânica).

Depois que passamos a ouvir mais músicas estrangeiras que nacionais, comecei a perguntar-lhe, também, antes de responder à pergunta dele sobre quem estava cantando, quem ele achava que estava cantando. Ele não dizia “chico” ou “Milton”, mas tentava adivinhar dizendo “Elton John” (um dos cantores que tinha uma voz que ele reconhecia, que eram familiar), ou perguntava “é homem ou mulher?” e insistia “quem, Dami?” (Fazia uma entonação como que insistindo que lhe dissesse). Então, eu insistia que ele tentasse reconhecer antes de eu dizer quem era ou antes de explicar que eu também não sabia que era. Geralmente, ele dizia que era o Elton John, para qualquer música que tivesse um arranjo de piano que sobressaísse, e se tivesse guitarras, como no estilo *Rock*, ele dizia que era o *Kiss* (a banda de Rock americana chamada *Kiss*).

Em uma dessas cenas, quando tocou uma música no rádio, ele perguntou quem cantava [“quem é?”]. Respondi que era a Maria Gadu, Paulo disse: “é velha, não é?” (Repetição mecânica); eu respondi que não, que não era velha, era até nova; então ele disse, “essa música é velha, né Dami?” (Repetição mecânica), Eu respondi: “não, não é velha não, é até nova”, então ele disse: “Maria Gadu”, como tentando fixar e eu disse: “sim, é Maria Gadu”.

Em uma das outras vezes que saímos e estávamos ouvindo rádio, tocava uma música lenta. Paulo disse: “essa música é chorosa, né Dami?”. Essa expressão era nova (Repetição de lineamento – regime significante) e continuou: “dormir com ela, hein?” (regime significante). Essa era um forma nova que aparecia, falei sobre músicas lentas, de baladas etc. Era um jeito

diferente de Paulo caracterizar uma música. Respondi “essa música é chorosa mesmo, boa prá dormir” (regime significante).

Em vários outros encontros, quando passava alguma música mais lenta, Paulo repetia essa frase (...chorosa, hein Dami?), mesmo que a música não fosse tão lenta ou balada (repetição mecânica). Eu dizia: “essa música não é tao chorosa, mas é mais lenta, dá até prá dormir mesmo” (repetição de lineamento – repetição mecânica-regime significante).

Entretanto, Paulo começou a usar essa frase quando as músicas não eram lentas (fazia uma repetição mecânica-repetição mecânica) e eu discordava, dizia que não era tão chorosa. Em um desses encontros, quando no rádio passava uma música no estilo *hard rock*, com distorções estridentes e bateria retumbante, ele disse: “essa música é chorosa, né Dami? // “dormir com ela, hein?” (repetição mecânica – regime contra-significante); eu retruquei “essa música não é chorosa, não // não tem como dormir ouvindo, você acha que tem?” (Regime significante). Como acontecia algumas vezes, fomos percebendo que Paulo, diante de uma pergunta, mudava para outro assunto (“você vem amanhã?”// “Assistiu televisão?” (repetição mecânica- contra-significante).

Importante detalhar que os diálogos acima aconteciam entre outras perguntas várias vezes repetidas, que entravam em meio a outro diálogo: [“vai sair, dami?”; “que hora?”; “vai dormir?”, “vai comer?” – às vezes uma de cada vez, aleatoriamente, às vezes todas de uma vez sem esperar resposta (característica da repetição mecânica – regime contra-significante). Nesse meio ele também fazia afirmações de que eu iria sair ou ir à escola [“vai sair, Dami...vai na escolinha”]. Eu perguntava para ele: “e você, vai fazer o que?”, ele respondia: “dormir” e, então, ele passava para outras perguntas: “você vai sair hoje?; “você vai dormir?”; e depois passava a afirmações: “vai sair hoje.”; “vai dormir.” e depois voltava a perguntar : “você vai sair hoje?”, “você vai dormir?”.

Como já apontamos, essas repetições que parecem ir de mecânicas a de lineamento e vice-versa pareciam soar como o estribilho de uma musiquinha, um cantarolar que dava certa estabilidade, certa permanência ao território que se constituía em lineamento, através dos (des)encontros, no agenciamento que se fazia. Isto é, essas repetições formavam um ritornelo: fazer e abrir um círculo, abrir um território e fazer um ponto de certa tranquilidade pois pareciam trazer, diante de alguma novidade ou algo diferente, certa familiaridade para Paulo, embora fragmentasse os diálogos, provocassem equívocos e desentendimentos.

Um fato interessante que pode ajudar a atender como se constituíam as repetições, é que em quase todas as sextas-feiras, e só nas sextas, que era o dia em que ele ia à feira com a mãe, aparecia um outro enunciado. Lembremos que Paulo parecia não saber em qual dia da semana

estávamos, mas sabia dizer qual era dia de ir à feira. Sexta era o dia de ir feira, comer pastel, como a mãe pareceu ter ensinado ao relacionar dados concretos para que ele soubesse o dia da semana e entendesse a rotina do dia. Isso também caracterizaria o campo de repetições mecânicas.

Nas sextas de manhã, mais especificamente, quando eu chegava na casa de Paulo, após ele cumprimentar, ainda na porta de casa ou quando ele entrava no carro, dizia: “minha mãe tá me esperando para ir na feira?” (Repetição mecânica). Eu dizia que sim, que ela estaria esperando, mas não havia algum tipo de prosseguimento de um diálogo nesse sentido, ele passava a outra questão ou ficava em silêncio. Algum tempo depois, diante da repetição da pergunta, passei a dizer que não sabia e perguntava se a mãe dele não estaria em casa (e ela estava). Ele não respondia e passava para outra pergunta ou dizia que iria ajudá-la quando fossem na feira [“vô ajudá a véia”].

Em outras vezes, a frase que ele muitas vezes dizia após entrar no carro era: “come pastel”. Eu respondia, em tom de brincadeira: “agora?”, então ele ria e dizia, convicto e rindo: “não, não” e, durante as atividades, a qualquer momento repetia “come pastel, Dami”, “vou na feira com minha mãe” // eu perguntava: “fazer o que?” // “come pastel, carregar sacolinha...”.

Esses enunciados mudaram e durante as atividades nesse dia de feira, Paulo repetia constantemente durante os encontros: “minha mãe tá esperando eu para ir na feira?”. Eu comecei a dizer que não sabia e ele falava: “que horas?” [Às vezes não aguardava resposta] e falava outra coisa enquanto eu dizia: “a hora que a gente chegar lá”. Em algumas vezes ele continuava: “...ajudar carregar sacola” e outras coisas, que eu não entendia muito bem, mas a temática era a ida à feira.

Algum tempo depois tive que mudar o horário do encontro de sexta. Esse encontro não seria mais na parte da manhã, mas na parte da tarde, isto é, depois da feira, que era de manhã. Paulo, então, passou a dizer, não mais frequentemente, mas esporadicamente sem fazer repetições constantes: “fui na feira hoje, Dami”, “come pastel”. Essas frases começaram a se repetir (repetição de lineamento – repetição mecânica). Apenas em uma vez ele disse que ainda iria à feira [“vou na feira comer pastel”], mas quando perguntei-lhe: “você vai?”, fazendo uma entonação de surpresa e dúvida, ele riu e disse como se desculpando “foi, foi”.

Isso nos dava a impressão que a repetição poderia ser mecânica ou de lineamento, como pensamos, mas não aleatória. Além disso, esses fragmentos mostram dizeres que, aparentemente, pareciam mais demarcar algum ponto de segurança, uma territorialidade, do que, necessariamente, dar significado ou dar alguma informação, começar ou manter, necessariamente, um diálogo.

Talvez passasse por ai uma questão temporal quanto ao que iria ocorrer: “minha mãe tá me esperando para ir na feira?”, antecipando o que aconteceria. Talvez passasse uma certa segurança ou estabilidade com a própria instabilidade da enunciação, como a execução de um canto familiar, uma palavra ou uma frase. Nesse caso, uma pergunta seria uma marcação ou demarcação temporal do que ele fazia. A resposta e o diálogo que se seguia da minha parte, seria como um contra-canto, uma demarcação. Ele poderia reter algum sentido do que eu dizia ou não, embora a resposta exata ou o diálogo que se seguia parecesse o menos importante no sentido de uma continuidade, e por vezes não mostrava continuidade com o que ele começara a dizer.

Ainda em relação a esse território que parecia dar certa segurança e sentido de permanência, faço menção a alguns dos enunciados que pareciam sair, sem avisar, pela boca de Paulo, assim como acontecia com os enunciados acima. Por exemplo, quando ele dizia, várias vezes durante um encontro, no meio de uma conversa ou entre a mudança de assunto, como antecipando-se, sem esperar resposta: “você vem amanhã/ você vai sair? / não comi nada!” ou “você vai sair? / vai dormir?/ assistiu alguma coisa? / nada de interessante?”. Esses dizeres pareciam, em algum momento, antecipar qualquer coisa que eu pudesse dizer, e querer, com isso, dar uma certa estabilidade também (repetição mecânica). Às vezes, essas passagens que citamos acima tinham ou davam, como efeito, certo tipo de humor, como veremos mais a frente.

Nesses agenciamentos que mostramos, algumas palavras ou frases pareciam não significar ou referenciar algo, mas eram a expressão de um território, demarcavam-no, davam certa estratificação contra-significante. Essa organização, embora também esteja em jogo com um regime significante, é marcada por signos contra-significantes, pois tem relação com a territorialidade, com aquilo que afeta Paulo, e que coloca o regime significante, o estrato da organização, em cheque a partir da experimentação desse outro modo de agenciar-se na linguagem.

Isto é, nos encontros, não temos mais a preponderância da organização, como a “A’ mãe” ou o discurso médico-psico-pedagógico, pois no modo de enunciação contra-significante, o território implica qualidades sensíveis que deixam de ser tão somente funcionais (como no plano de organização) e se tornam traços de expressão da (dest)reterritorialização (assignificante) em que Paulo está implicado em outro modo de individuação. Essas enunciações até garantem certa estabilidade, sentido de permanência e até familiaridade, mas não no sentido do hábito e colmatação de sentido (em que há um único sentido), mas na antecipação da proliferação dos sentidos pelo [não-]sentido. Por exemplo, falar/perguntar sobre o filme, sobre música, dizer nomes de cantores, atores e diretores, repetir algumas frases, temas,

palavras-curinga ou perguntas sobre idade, ou repetir algumas palavras como acontecia quando ele falava sobre música ou filmes.

Isto é, na repetição mecânica, há um sentido ou vários; mas na repetição de lineamento a função é evitar, antecipar a proliferação de sentidos pelo [não]-sentido.

Vimos também que as repetições de lineamento acabam por se tornar cristalizadas. De início surgiram ou surgem como uma novidade, causavam efeito de sentido, pareciam constituir-se significantes. Dai, parecem passar a ter funcionamento contra-significante e, de certo modo, terminam por cristalizar-se.

Nessas enunciações, embora a fragmentação, equívocos ou desentendidos, eu tentava entender e me fazer entender com Paulo, dado os sentidos de um plano de organização significante nos quais insistimos e pelos quais também somos atravessados. Assim eu tentava formatar diálogos, dando ênfase ou não ao assunto, ao tema ou ao conteúdo. Aquilo que dizíamos parecia dar margem para um entendimento mesmo que precário em função do [não]-sentido ou dos equívocos. Nessa precariedade, as próprias repetições iam dizendo que havia mais (ou talvez menos) que sentidos dados ou entendimentos significantes a serem construídos. Na seção seguinte, entenderemos um pouco dessa precariedade das repetições nos encontros.

3.6. Entre a repetição mecânica e a de lineamento

As repetições passam da repetição mecânica a uma repetição de lineamento e vice-versa. Como vimos, as repetições de lineamento são aquelas em que Paulo se agencia, “tomando” ou “pegando” frases, palavras e dizeres que já ouviu. Repetições mecânicas são aquelas que parecem repetições que foram colocadas de modo que ele repetisse necessariamente, como uma correção, por exemplo, “sou homem”, “sou homem da casa” (como no início dos encontros).

Ainda retomando os elementos narrados na seção anterior, embora nos parecesse que, nos agenciamentos de enunciação, as repetições passassem de uma a outra, vimos alguns dizeres que apareceram como novidade, por exemplo: “é velha?”; “você vai sair?”; “vai dormir.”; “não tá escrito!?” “essa música é chorosa”. Eles mostram a apropriação-enunciação de outros dizeres, de outras vozes, que parecem se dar mais em função do que aparece de novidade nos encontros do que, necessariamente, em função da repetição mecânica do território familiar ou habitual.

Vimos que esses dizeres remetem a um lineamento em um regime significante (e não contra-significante). Entretanto, tendem ao contra-significante, isto é, parecem remeter a um tipo de agenciamento que marca arranjos e distribuições em um território, e que cristaliza,

tornam-se mecânicos, tomam uma função em um ritual cristalizado depois de aparecerem como novidade.

Inicialmente, dissemos que a diferença entre as duas repetições é que a repetição lineamento tende mais ao plano de experimentação por causa do regime contra-significante. A experimentação está mais aberta ao basculamento e ao regime assignificante, enquanto a repetição mecânica, característica de correção e palavra de ordem (incidência do regime significante) tendia mais a manter o território cristalizado, estável e menos aberto ao basculamento (regime significante).

Podemos dizer que o regime contra-significante tende também à uma estratificação cristalizada, até mesmo fechado à experimentação, uma vez que pode tender a uma repetição mecânica. Entretanto, temos em função desses dois modos de repetição e de regimes, um embate de territorialidades-agenciamentos. Esse embate é impulsionado pelos encontros e desencontros no AT em que temos os equívocos e não entendidos, isto é, pela circulação do [não-]senso que retira o aspecto de estabilidade que as repetições poderiam fornecer tanto para o território familiar e a organização significante, como para o território dos encontros no AT.

Já vimos, anteriormente, que os regimes de signos são coexistentes e a passagem de um ao outro. Que um possa fazer o papel do outro indica essa passagem. É o que pensamos que acontece entre as repetições mecânicas e de lineamento. A passagem de um ao outro indica o basculamento do agenciamento, indica que os [não-]sentidos insidem no encontro, insidem nos corpos e palavras, provocam as tensões do conteúdo, dos corpos e os tensores da expressão, das palavras e, por isso, interrogam o território, a organização, a estratificação.

Nesse processo, o plano de imanência é que inside como uma repetição mais profunda, fazendo inserir seus afetos dessubjetivados, extraíndo variáveis do território cristalizado, operando sua intersecção para fazer coexistir outras multiplicidades. Nesse sentido, o AT, como um modo de fazer clínica, emerge como uma interpelação do território na sua possibilidade de experimentação ou desterritorialização.

A passagem de um plano ao outro, é marcada pela incidência do Fora, da imanência, do assignificante. Essa passagem marca o movimento do ritornelo, marca a experimentação, o procedimento ou o percurso do AT como circuito assignificante nos encontros com Paulo. Nas passagens entre as repetições, a repetição mecânica pode fazer o papel de lineamento e a de lineamento pode fazer o papel de repetição mecânica, de modo que se pode confundi-las, e isso marca a tensão desses dois modos de repetição. Além disso, Há a incidência de outra repetição, que é a responsável pelas outras duas, como vimos nos planos cartográficos. No entanto, as repetições ainda se fixam nos seus pólos.

Consideramos que há nessas repetições uma experimentação que começou a delinear-se desde o início dos encontros no AT, como relatamos, e que foi se engendrando e sendo engendrada por um procedimento linguístico marcado pelas repetições, desentendidos e equívocos que vão ou que foram ganhando destaque nos encontros. Nesses encontros-experimentações, a experimentação no AT e o procedimento linguístico que se engendra parecem ir de um ao outro. Passamos da experimentação, como proposta do AT, aos agenciamentos-procedimentos linguísticos e vice-versa, um contagiando o outro, de modo que se confundissem também num percurso ou circuito intensivo.

Mostramos um dos aspectos ou efeitos dessa passagem (experimentação-procedimento) quando, no capítulo 2, apresentamos o AT como experimentação e agenciamento. Mostramos, também, essa passagem quando mostramos, no capítulo II, os diálogos fractais.

Nesse percurso intensivo que mapeamos, queremos retomar e destacar, a seguir, um regime pós-significante e o seu processo de subjetivação. Veremos nele algo diferente da repetição mecânica e da repetição de lineamento, embora, esse algo já esteja imbricado nessas repetições.

3.7. Um reivindicador passional

Vamos destacar o regime pós-significante que já foi mencionado anteriormente, quando introduzimos a presença da reivindicação passional. A reivindicação passional e o regime pós-significante constituem processos de subjetivação em um agenciamento segundo um território reivindicativo. Essa territorialidade reivindicativa e seu regime se destacam no procedimento intensivo dos encontros por enunciados como: “sou ator, sou cantor”, “é minha homenagem”, “eu mereço, né Dami?”, “eu toquei, não cai, não chorei, eu sou homem, né Dami?”, “macho”; “eu sou homem da casa”; “Minha mãe que falou”, “minha mãe vai gostar?”, “minha mãe tá me esperando?”, “eu sou companheiro dela”; “príncipe da mamãe”, “minha mãe que falou”, “minha mãe que ligou”, “minha mãe que disse”; “minha mãe não veio aqui”, “minha mãe vai gostar?”, “e se minha mãe não gostar?” Também em enunciados sobre Paulo, como dito pela mãe: “ele não fica por baixo”, ou pelo fato de Paulo saber muito sobre filmes, atores, música e cantores e isso ser destacado como uma de suas características pessoais pelos familiares e conhecidos.

Nesse regime, tenta-se deixar de fora tudo o que ameaça o significante, isto é, o estranhamento, o indiscernível, os acontecimentos, o não-sentido, a experimentação, os afetos que provocam variações nos corpos, que implicam signos e acontecimentos. Lembremos que o

regime significante possibilita mudanças, ele traça uma linha de fuga, entretanto negativa e relativamente desterritorializada, uma vez que o signo faz prescindir das coisas e estados de coisas, dos conteúdos, dos significados, que, por sua vez, só servem para extrair outro significante. É o que também acontece entre a repetição mecânica e a de lineamento segundo um regime significante. No entanto, inside aí, não apenas essas repetições e os regimes significantes e contra-significantes, mas eles próprios, em sua repetição, indicam algo mais. Vejamos na sequência.

Vimos que no regime significante, a rostidade, o rosto d'A mãe ("olha prá mim enquanto falo"), como substância de expressão, está ou coloca-se, pretensamente, no lugar do corpo afetado de Paulo (corpo desejante), e fornece os significantes e os traços de rostidade: a expressão facial da mãe, seus traços, seu olhar, a entonação da voz, o posicionar-se em frente de Paulo ou entre o acompanhado e acompanhante. No agenciamento desse regime significante despótico, o discurso médico-psico-pedagógico é a presença desse discurso no discurso d'A Mãe (discurso indireto); é a presença das vozes presentes no discurso d'A mãe. Esse discurso procura dar regulação prática ao corpo afetado que, se não se regula, é visto como corpo patológico. É esse discurso que fornece um liame para as representações, isto é, ele fornece um discurso, como prática médica, psicológica e pedagógica, suas representações, significados e enunciados de ordem que reverberam no familiar e habitual.

Em função desse discurso, Paulo entra ou produz um regime de dominância de um território reivindicativo tendendo à um regime predominantemente significante, em que haveria um "sujeito do enunciado", rosto significante e corpo significante. Temos um regime ideal de significância interpretativo paranóico em que Paulo parece responder às representações em função de uma relação de forças que centralizam o agenciamento em torno de um centro de significância (habito e familiaridade) e de uma reterritorialização. O ritual, o hábito, as repetições mecânicas, as palavras de ordem, se encarregariam, em parte, de recarregar os significantes em direção ao sistema de signos do círculo significante.

Consideramos que os enunciados acima, no início da seção, estão em função desse regime de significância paranóico. Consideramos esse um regime despótico paranoico interpretativo. Como aponta Deleuze e Guattari (1995b), nesse regime, todo deslize, todo acontecimento será remetido ao centro de significância, à rostidade. Poderíamos até mesmo dizer que nos parece que Paulo apropria-se da linguagem como sujeito subjetivado, identificado ao discurso d'A mãe. Nesse regime de significância, nesse agenciamento cristalizado, poder-se-ia dizer que Paulo "perde" o "próprio" corpo, toma um corpo ou é tomado em um corpo, em nome de um

“rosto-corpo-linguagem-voz patológicos” ou excluídos do discurso. Ele estaria na linguagem, até repete o que lhe é dito, mas estaria nesse discurso, segundo sua ordem?

Por outro lado, temos também os enunciados do tipo: “Sou Banner”, “sou *Hulk*”, “sou Príncipe Adam”, “sou He-man”, “sou lobisomem”, “sou homem-menino” (como Peter Pan), “sou velho-novo”, “vou virar Hulk”, “Hulk [corre] nas veias”, “pareço lobisomem”; “e seu eu virar lobisomem?”, “vou virar, hein!”. Poder-se-ia dizer que há, também, um regime delirante, uma relação com um tipo de fora, para além do centro de significância do primeiro conjunto de enunciados, isto é, não é uma tradução d’A mãe, nem um registro aceitável no território cristalizado e habitual. Há aqui um deslocamento tangente ao círculo significante e consideramos que há também a emergência de um regime pós-significante em concomitância com o significante despótico paranoico interpretativo.

Reforçamos que os regimes que apresentamos estão em função dos encontros e como (des)encontros no AT, em que nos abrimos e apostamos em outros modos de relação, de escuta, de dizer, de fazer, propor ou estar em atividades, outros modos de estar com; abrimos aos equívocos e mal-entendidos, às repetições mecânicas e de lineamento, como já apresentamos, de modo que os enunciados acima não são, necessariamente submetidos à correção. Desse modo, os enunciados são tomados em outra relação de forças ou como outra relação de força.

No AT, os elementos que entram na composição da clínica, entram como matérias diferenciadoras no território habitual, familiarizado que tem suas próprias matérias sensíveis. O AT entra com a deriva-cartográfica e com esta, a possibilidade de Outrem, de outro modo de sensibilidade, outro modo de fazer relações. Outrem se faz presente como invenção-intervenção. Outrem é o que afeta os territórios, suas matérias sem seus processos.

Assim, os (des)encontros a partir da deriva e da possibilidade de deslocamento do regime significante, possibilita-se que se sobressaiam o corpo-afetado desejante, outrora excluído, colmatado, para além do corpo patológico ou autista, assim como se sobressaiam outras vozes e outros traços como regimes de signos, outrora submetidos ao significante; e assim possibilita-se remeter ao indefinível, ao acontecimento, ao não entendido, à circulação do [não-]sentido, para além de uma restrição aos conteúdos e supostos significados ou designações dadas. Isso não significa que tenhamos ou façamos definições, que estabeleçamos entendidos, resoluções e estabilizemos sentidos como finalidade, mas como aposta, um tipo de intuição, em favor da criação, da invenção e de ficções como modos singulares de lidar com aquilo que afeta.

Nesse processo de abertura ao corpo e aos afetos, Outrem é que faz ou coloca uma presença. Com essa abertura-presença, o regime significante, ou o predominantemente significante despótico ou o contra-significante das repetições ou o pós-significante da

subjetivação, já não são suficientes. As palavras, os dizeres já não dão a suposta estabilidade que pareciam dar, ou não dão ou trazem a tranquilidade ou familiaridade nos encontros com Paulo no (des)encontro com tal Outrem.

Desta feita, o corpo que estava colmatado, agora já afetado, se afeta pela instabilidade dos (des)encontros, das derivas, dos acontecimentos e das interpelações no AT. Tem-se aí uma outra pragmática. Entretanto, a interpelação e os (des)encontros primam pela possibilidade de experimentação. Com isso, o centro de significância fica desestabilizado, pois a primazia não é mais das significações e ordens. Resta-nos experimentar a desestabilização do acontecimento, do (des)encontro, o engendramento assignificante de um corpo afetado, pulsionado, mas desta feita, sem submetê-lo, necessariamente, à rostidade, ao significante despótico ou ao reinvidicativo, uma vez que a rostidade d'A Mãe não mais restitui o significante como centro de significância e produção de sentidos.

Nos encontros, já não se trata apenas da organização do tipo “A mãe”, conforme a “tradução” e correção. Não se trata mais de organização médico-psico-pedagógica. Existe um desvio da rostidade significante, do centro de significância, ao mesmo tempo que Paulo desvia para um outro lado, não remetendo apenas à mãe, à rostidade, mas também ao corpo afetado, aos monstros e suas transformações, pois não há mais rosto e suas expressões que fornecem interpretação e tradução. Esse desvio co-empreende-se no procedimento, com a experimentação e no procedimento linguístico que se dá como agenciamento nos encontros.

Os encontros como derivas proporcionam o desvio e o deslocamento para além do hábito e da familiaridade, assim como o deslocamento da identidade do ‘Eu’, que se deteria em significados e significantes. Os encontros como derivas dão lugar ou propulsionam o (des)encontro fortuito dos impulsos que constituem o próprio corpo afetado. Temos aí, segundo Mosé (2018), um estado estético. Para Mosé (2018, p. 190), “é a desautorização [deslocamento] da identidade do ‘eu’ que restaura o encontro fortuito de impulsos que é o corpo, restaurando o estado estético [...].”

Esse desvio ou deslocamento se faz como uma linha de fuga positiva, como no regime pós-significante. Com esse regime, há uma “reinvidicação” de uma (des)territorialização para além do círculo significante, feita através de um signo positivo que segue uma linha de desterritorialização, que faz escapar da morte da palavra de ordem.

Já não estamos mais sob regime de trapaça significante, que vai de um signo a outro, mas trata-se de um regime de traição. Neste, como dissemos acima, só resta aquilo que resistiu ao regime significante, que escapou ao esquema em que um signo só poderia remeter a outro signo, um enunciado a outro enunciado. No entanto, a semiótica pós-significante que se sobressai é

mista. O regime pós-significante, ao sobressair-se, constitui um processo cujo esgotamento é o ponto de partida para a oposição à cadeia significante. Pensamos que o signo positivo coloca-se em vias de um processo em função do esgotamento pós-significante.

Nos encontros, temos, então, com o regime pós significante subjetivo e passional, um outro modo de estratificação-experimentação, entretanto, ainda trata-se de rostidade e de subjetivação, como vimos nos enunciados acima (“Sou Banner”, “sou Hulk”, “sou Príncipe Adam”, “sou He-man”, “sou lobisomem” etc). A rostidade, a significância, a subjetivação ou sujeição, o organismo, o corpo como estado de coisas, com seus órgãos e funções dados, ainda são estratos. Em função desses estratos é que se pode dizer que, se não estamos organizados e articulados, somos depravados, esquizofrênicos; se não formos significante e significado, somos desviantes; se não formos sujeito, um sujeito da enunciação rebatido sobre um sujeito do enunciado, seremos vagabundos (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Como vemos em Deleuze e Guattari(1995b), teríamos, nesta elaboração, dois tipos de delírios: o interpretativo, no regime significante paranoico; e o passional, no regime pós-significante subjetivo. O pós-significante é mais passional e menos interpretativo, seu processo ou reivindicação está em oposição à rede circular significante e pode colocar em cena um processo de dessubjetivação. Esses dois tipos de delírios, paranoico e passional, são modos de se haver com aquilo que nos afeta, que nos acomete e nos acontece.

No entanto, em oposição aos estratos-estratificações, hierarquias e valorações, o plano de imanência, o Real maquínico inconsciente diagramático, assignificante, opõe seu processo de dessubjetivação, sua desarticulação, sua experimentação como esgotamento do pós significante.

Em seu processo, no circuito intensivo que estamos cartografando, o regime pós-significante efetua o agenciamento que assegura sua dominância ou tendência relativa em função dos outros regimes (DELEUZE; GUATTARI, 1995b). Com o processo passional, isto é, na entrada de um signo positivo, em sua oposição à cadeia despótica significante, o regime pós-significante passional reivindicativo pode levar ao buraco negro da paixão, da consciência ou da significância, ou bascular para o lado diagramático, possibilitando o seu esgotamento (do pós-significante) e o processo de dessubjetivação.

Note-se que, em relação aos dois delírios, a consciência tem e faz o papel do seu duplo, um pensamento em função do qual se pode pensar em si mesmo, o “eu penso”, refletir sobre si próprio, geralmente, para julgar, avaliar ou hierarquizar. A paixão, faz o duplo de um para o outro. Em ambos os casos, consciência ou paixão, trata-se de subjetivação. A questão é: como o processo de subjetivação, que é ainda estrato, pode fazer o agenciamento passar do lado

estratificado para o plano de consistência ou imanência (o lado mais diagramático) e não se abolir ou perder o processo em um modo improdutivo da consciência e da paixão.

Consideramos que, pelos acontecimentos dos encontros, a partir dos encontros no AT com Paulo, como estamos mostrando, por eles, os encontros, serem mais favoráveis à circulação dos afetos, do [não-]sentido, como vimos com as derivas, o pós-significante se torna mais propício ao basculamento e ao estado estético ou à experimentação estética. Encontramos em Deleuze e Guattari, um pista que nos ajuda a pensar os encontros em seu basculamento para o estado estético.

Para os autores, basculando-se o agenciamento para o seu lado diagramático, a consciência se faz experimentação de vida e a paixão torna-se um campo de intensidade contínua, em uma emissão de signos partículas. A rostidate se desfaz em traços estéticos autônomos. O corpo-organismo se desfaz em nome de intensidades e afetações. Como Deleuze e Guattari propoem, trata-se de servir-se da consciência para abolir a subjetivação (DELEUZE; GUATTARI, 1995b; DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Nesse basculamento diagramático, no processo de dessubjetivação, teremos então, os traços estéticos; a estrangeiridade na própria língua; circuitos e conjunções, passagens e distribuições de intensidade; territorializações e desterritorializações (DELEUZE; GUATTARI, 1995b). Com os traços de rostidate liberados do significante, temos invenções, criações, combinações, agenciamentos “que se conectam com traços de paisageidade, eles mesmos liberados da paisagem, com traços de picturalidade, de musicalidade, eles mesmos liberados dos seus respectivos [estratos].” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p.66).

Para en-tender e co-empreender esse processo de dessubjetivação vamos recorrer aos três pontos que serão apresentados nas três seções seguintes: as concepções de visões e audições, de movimentos e de ritmos; a metamorf(o)ptica; e o corpo e a linguagem em devir. Com o terceiro ítem, poderemos mostrar que o processo de dessubjetivação perfaz ou percorre os encontros no AT. Já estamos cartografando esse processo ao longo da tese, isto é, esse processo não acontece no final, como pode parecer, mas responde pelo percurso intensivo que estamos traçando. Como veremos, no percurso intensivo dos (des)encontros e na experimentação, esse processo de desubjetivação diz respeito a um corpo-linguagem em devir.

3.8. Visões e audições: movimentos, ritmos e mutações

As derivas dos encontros, entre as atividades, os lugares, as imagens (cenas, filmes, personagens), os dizeres e os silêncios, os agenciamentos, com seu lado maquínico dos corpos

afetados e com seu lado agenciamento de enunciação e seus regimes de signos, compreendem-se por visões e audições que colocam em movimento associações que não são somente semânticas ou ideacionais, mas também estéticas. São visões e audições que no agenciamento aberto ao afetar e ser afetado, ao plano de imanência, estão em movimento de mutação. Um movimento de mutação que, para além do sensório e motor, é óptico e sonoro, de modo que é mais que agir, é também perceber.

Como vimos com Heuser (2010), ao ultrapassar ou sair do esquema sensório-motor para o óptico-sonoro, quebram-se os modos habituais de se encarar o mundo. Para que isso ocorra, é necessário deslocar-se das representações, dos clichês que nos fazem ver, ouvir, falar segundo exigências psicológicas, sociais ou culturais. Isso significa, nos encontros com Paulo, deslocar-se de uma certa organização cristalizada, do discurso médico-psico-pedagógico, do regime significante, da subjetivação que coloca o sujeito como finalidade do processo, e apostar na experimentação.

A cartografia, a deriva cartográfica, os deslocamentos e descolamentos, o percurso e a composição dos territórios constituem-se como apostas na experimentação e como experimentação. Os passeios, as saídas mostradas na territorialidade da clínica, as atividades mostradas nos entremeios, os diálogos fractais nos mostram as ocasiões correntes, banais e cotidianas que transbordaram além da nossa capacidade de agir e determinar, de objetivar ou significar.

Como propomos, o plano de experimentação estaria en-tendência para o regime pré-significante, pós-significante e contra-significante. Em função dessa proposta, articulando com a concepção de óptico e sonoro, como vimos no método da cartografia, podemos dizer que o óptico e sonoro se constituem em um regime de signos que, como experimentação ou no plano de experimentação, conjuga o regime pré-significante, o contra-significante, o pós-significante. Há nos encontros um regime óptico de visibilidade (de signos-visíveis) e sonoro de dizibilidade, vozes ou sons (signos sonoros).

No percurso intensivo que estamos traçando e cartografando, vimos que, com o desvio da rostidade, destacam-se ou se pode inventar outras semióticas. Reforçando que o destaque da semiótica pré-significante está em benefício de uma polivocidade de formas de expressão que conjuram o significante, isto é, temos formas de corporeidade, de gestualidade, de ritmo, ou seja, várias formas e várias substâncias de expressão que se atravessam, como vimos em *Mil Platôs 2*.

Essas diferentes formas não são sensório-motoras, isto é, não se reduzem a um problema dado e a sua respectiva resposta, não se reduzem ao significante, mas estão em oposição a ele.

Oposição não quer dizer que são contrárias, mas que coexistem em suas diferenças sem se anularem. Isso é o que acontece, também, com a coexistência com outros regimes de signos.

Como propomos, as várias formas de substâncias de expressão do regime pré-significante, o regime contra-significante e o regime pós-significante, se constituem no atravessamento dos três planos (organização, experimentação e imanência), em formas ópticas e sonoras ou regime ótico e sonoro.

Isto é, temos o regime pós-significante, o contra-significante e o pré-significante em função do desvio da rostidade no processo em que se insere ou emerge o corpo como signo positivo. Na composição desse agenciamento, não se trata apenas da organização significante do discurso médico-psico-pedagógico ou da “tradução ‘d’A mãe’”. O agenciamento bascula, pois sobressai-se um corpo afetado nos encontros, para além da organização significante. Tal corpo, ao perfazer-se em diferentes relações e agenciamentos, ao compor-se com a deriva por outras (des)territorialidades, emerge como problemático de uma questão, aparece como um acontecimento, como afetação. Nesta afetação, não há palavras que possam significar o que se passa ou dar representações do que afeta, assim como não há corpo que forneça representações, que se reduza à representações ou ao simbólico. Temos, nesse acontecimento, nesse basculamento, um processo de dessubjetivação.

Temos aí, o desvio da rostidade significante que impedia a linha de fuga, e como desvio, a emergência de afectos e perceptos, corpos afetados; e temos, também, um regime ótico e sonoro. Em oposição ao significante, são os afectos e perceptos que desfazem o corpo-organismo definido ou determinado segundo concepções biológicas e/ou representações, ao mesmo tempo que desfazem a rostidate. Não se nega a biologia ou a representação, mas elas são tomadas ou basculadas em seu agenciamento. A emergência de outros regimes, em outra relação de forças acontece como corpo-agenciamento como basculamento, como plano de emergência das relações intensivas de força. Algo se passa e nos arrasta, nos leva, nos encontros, ao experiencial. Esse algo (alguma coisa que afeta) é uma pulsão, um afeto, não é um conceito, representação ou significado.

Nem fato, nem significante, nem representação, nem coisa ou estado de coisa, mas algo que não se reduz a nenhum desses, e que, no entanto, tem uma realidade estética que inaugura-se como problemático. Esse algo é portador de uma questão sem resposta, a partir do que se pode produzir algo como potência do falso, ou seja, uma ficção, um simulacro, em função da reivindicação de um processo de subjetivação em seu esgotamento: os monstros e suas transformações.

Mais que um rosto, suas marcas e expressões como substâncias que fornecem interpretação, emerge o corpo dos (des)encontros, em sua diferença, em sua heterogeneidade, um corpo-imagem-simulacro, um outro regime de corpo-linguagem (corpo que se fragmenta em disjunções), o qual enseja uma desterritorialização.

Lembremos que ótico e sonoro é efeito do simulacro. Como dissemos, esse simulacro já estava presente na introdução da repetição de lineamento. Como estamos apresentado agora, ele, o simulacro introduz a imagem criadora que carrega a potência do falso. Melhor dizendo, introduz um corpo-linguagem afetado em fluxo intensivo, afectos e perceptos, enquanto imagem e com outras imagens.

Neste procedimento, em seu acontecimento, as imagens que são evocadas por Paulo não são uma representação da experimentação dos encontros. A imagem é uma montagem, um agenciamento de enunciados e regimes de corpos; de palavras e coisas em um modo de ver e de falar; em um regime de visibilidades (regime óptico) e dizibilidades (regime sonoro). Esta imagem é a imagem-simulacro, imagem criadora, o figural em Deleuze. O procedimento linguístico que deriva daí, se constitui como simulacro nesse circuito intensivo, numa contra-tradução que estamos cartografando.

A linguagem, nesse procedimento, não representa as coisas ou qualquer propriedade das coisas em si, nem das coisas e suas relações recíprocas; a linguagem não é determinação das coisas; linguagem não é forma, mas fluxo, fluxo do vivido, daquilo que afeta, daquilo que acontece. Saimos da cópia pela cópia para o simulacro, a contra-tradução como procedimento em detrimento da tradução d'A mãe.

Como simulacro, a imagem é irredutível às imagens possíveis que remetem ao sensível ou à alguma idealidade, isto é, temos uma imagem sem semelhança e sem identidade. Deste modo, a imaginação ou imaginário, não se refere à identificação, mas, ao contrário, a imaginação é tomada consoante o deslocamento-sujeito-simulacro, que impede que os termos se confundam ou se desdobrem imaginariamente um sobre o outro.

Neste contexto, o “perceber”, neste agenciamento, é afetar e ser afetado, por afectos e perceptos, e assim se constitui uma criação. A estética pressupõe uma criação, a *poiésis* da (d)obra de arte. Não se trata de uma organização do mundo, segundo os discursos postos e regras regulativas, isto é, não se utiliza da predominância e estabilidade de um discurso e suas representações para determinar uma situação, para controlar e julgar a experimentação do que se faz, se vê, se ouve. O que há, o que se tenta fazer no agenciamento como procedimento no AT é compor a produção de uma deriva que atravessa a ordem do mundo para criar outros mundos possíveis, outras estratificações, não sem ordem, mas segundo regras constitutivas e

implicadas nessa e por essa produção, isto é, em função do caosgerme, o germe de criação vindo do caos, da experiência de ruina.

Como vimos, para Deleuze e Guattari, primeiramente temos o caos ou caosgerme, um regime intensivo de forças, e não o conceito ou a representação. A problemática que insere nos encontros em função dos afetos e do [não-]sentido inaugura o campo de imanência em que os personagens, imagens, conceitos ou representações surgem num campo problemático como criações e invenções num procedimento linguístico em seu circuito intensivo, como elementos de uma topologia, como experimentação.

Não se trata de um julgamento do mundo, conforme uma razão instrumental, conforme uma convenção geral. A linguagem estética, intensiva, diz de um sentimento de mundo, uma intuição do mundo diante de uma afetação ou de um afeto. Intuição da qual temos a linguagem estética como função existencial.

Quando falamos em imagem, simulacro, corporeidade, variação, diferença, intensidade e fluxos, caosgerme, diferentes regimes de signos, duração, diferenças de ritmos, pensamos a necessidade de abordar um conceito de ritmo, pois, embora possamos pensar em ritmos da fala, dos dizeres, da entonação, da aliteração, da prosódia, podemos também dizer que a noção de ritmo remete primeiramente à duração e ao tempo aíón do acontecimento. É essa noção que pode dar ou não sentido aos diferentes modos de expressão.

Ao falar de ritmo, vamos também pensar as imagens criadoras na intuição como visto em Deleuze-Bergson, as figuras e suas modificações, metamorfose e transformações, que apresentamos. Para isso, vamos agenciar a noção de metamorfó(p)tica a seguir.

3.9. Metamorfó(p)tica: regime ótico e sonoro

Acrescentamos essa noção de metamorfó(p)tica para pensar as imagens criadoras e intuitivas-instintivas nesta multiplicidade que se faz entre corpo-linguagem, que acontecem em diferentes modos de enunciação, no procedimento ou processo que estamos cartografando. Esses diferentes modos também nos levam a pensar as imagens de filmes, de novelas e de personagens as quais Paulo fazia menção e se agenciava, continuamente, de maneira curiosa. Como dissemos, essas imagens também constituem os circuitos intensivos.

Ao apresentarmos o que é metamorfó(p)tica, torna-se necessário recorrer a algumas definições: Metamorfo é o que, de modo geral, pode tomar qualquer forma; Metamorfose refere-se à mudança na forma, transformação de um ser em outro; Ótica, é relativo ao ouvido ou audição; Óptica, relativo à luz ou à visão; metamorfismo de contato é o acontecimento que

se dá quando a rocha, sempre no estado sólido, é aquecida pela intrusão de rocha fundida (magma) proveniente do interior da terra.

Considerando essas definições, estamos implicando os territórios, as reterritorializações e as desterritorializações, com o sonoro e o ótico, os sons e as audições, regimes de visibilidades e regimes de dizibilidades. Denominaremos essa implicação de metamorfó(p)áticas, isto é, as imagens dúbias, multivalentes, transformacionais, os jogos de luz (visibilidades), de som e de audições (dizibilidades) que desfazem o caráter sensório motor, deslocando nos, no encontros, para o caráter ótico e sonório no processo de dessubjetivação.

Lembremos que há a coexistência de vários regimes de signos e a polivocidade das formas de expressão, que conjuram qualquer tomada de poder pelo significante (regime significante), assim, a corporeidade, gestualidade, ritmo, dança, (regime pré-significante), o ritual (regime significante e regime contra-significante) coexistem no heterogêneo com a forma vocal (oralidade maquinária-repetição mecânica-lineamento). Ou seja, há várias formas e várias substâncias de expressão e de conteúdo que se entrecortam e se alternam contra a circularidade significante, que é o que tendia a homogeneização, ao centro de significância despótica.

Lembremos também que a intuição, longe de ser uma faculdade mental, é um modo de relação implicado pelos fluxos das multiplicidades, constitui a lógica dos sentidos e dos afetos; de outro modo, está atravessada pelo tempo enquanto duração, variação e ritmos diferenciados e diferenciadores. Ela, a intuição, é uma operação que decorre em função dos fluxos de conteúdo e de expressão, dos corpos e linguagem; das coisas e das palavras. Ela não determina cada uma das formas, mas compõem com os fluxos intensivos delas e entre elas.

Assim, a intuição está implicada pela tensão “entre”, daí a vertigem que se dá e se constitui na passagem ao plano de estrato-experimentação-imanência. Deste modo, a instabilidade, imprevisibilidade e indeterminação entram em jogo, segundo o virtual e o atual, pelo “tempo” do devir com seus diferentes ritmos de atualização como espaço topológico, que colocam em jogo a instabilidade das formas de conteúdo e de expressão, dos corpos e das palavras, coloca em jogo o campo do problemático.

Por último, relembremos que, como vimos, no plano de imanência, no Real, o tempo é sempre o tempo de uma atualização, em que se efetuam, em ritmos diversos, os elementos de coexistência virtual. Isto é, o par virtual-atual, que constitui o Real, pressupõe um tempo variável de atualização do virtual para o atual, diferenciação implicada por tempos variáveis, diferentes ritmos, que é o que diferencia os vários elementos atualizados. Dito de outro modo, compor ou articular com o Real do plano de imanência, do par virtual-atual, consiste em compor com os vários ritmos implicados na diferença e como diferença.

Dito isso, vamos apresentar um modo de pensar o ritmo que vai além de uma definição platônica. Com isso pretendemos, além de compor e apresentar o processo de dessubjetivação, também, acrescentar mais elementos que coadunam com as definições de ritmo como atualização e trazer mais elementos à experimentação estética da linguagem na relação de ritmo e corpo. Para isso vamos nos ater à noção de ritmo problematizada por Meschonic (*apud* Laplantine, 2008). Dessa discussão, nos interessa reter somente a questão do significado da palavra ‘ritmo’.

Num estudo que faz sobre a etimologia da palavra “ritmo”, Meschonic (*apud* Laplantine, 2008) diz que o sufixo “(t)mós”, no grego, indica uma maneira, um modo particular de cumprimento (de cumprir, de fazer algo) de acordo com a palavra a que ele (o sufixo) é acrescido. Em outras palavras, “(t)mós” é o modo como ou a maneira como se faz algo, mas não se trata de uma forma fixa (“fórmā”) já realizada ou jáposta de algum modo como objeto, mas é a forma (“fórmā”) no instante que é assumida por aquilo que é movediço, variável, móvel ou fluído. Ritmo, então, é forma (“fórmā”) provisória, momentânea e modificável. Platão é que teria definido o ritmo como um movimento ordenado, harmonioso. A preocupação de Platão, seria, definir um ritmo que não despertasse as paixões, como era a preocupação do filósofo em afastar todo o aspecto da sensibilidade e das paixões.

Meschonic (*apud* Laplantine, 2008) diz, então, que “ritmo” significa uma maneira, um modo de fluir; significa disposições, assim como, configurações sem fixidez, e é isso que nos interessa porque, com essa concepção, temos uma pista que ajuda a pensar e ir além da definição congelada do ritmo, que o manteria no primado do signo significante (estrato significante) e da língua como sistema abstrato, exclusivamente linguístico, para (sob medida ou harmoniosamente) entrar no discurso ou manter um discurso promovendo estabilização de sentidos. Dito de outro modo, manter o bom sentido e o senso comum.

A noção de ritmo como fluxo e configurações sem rigidez nos ajuda a entender o primado do ritmo, do acontecimento, do tempo aíon, que é sempre o tempo de uma atualização, em que se efetuam, em ritmos diversos, os elementos de coexistência virtual.

O primado é então, do tempo, do movimento e não da estratificação, seja qual tipo for de regime de enunciados, de signos ou de corpos que façam tal estratificação. Já mostramos o primado do movimento, dos fluxos em outros momentos da tese. Aqui temos outro modo de mostrar tal primado, que é também um modo de reversão do platonismo.

Aqui fazemos nosso desvio ou nossa deriva para dizer que a tal “configuração” sem fixidez e a tal “organização” ou estratificação como disposições, concernem aos diferentes ritmos (“fórmas”) ou tempo de atualização. Sendo assim, os diferentes e variáveis ritmos de

atualização dos vários regimes que apresentamos dizem respeito à concepção de sujeito disperso ou deslocado no agenciamento de corpos e no coletivo de enunciação, e, nesse sentido, o ritmo, então, constitui-se numa teoria do sujeito nômade ou em deslocamento, afetando-se e afetado no acontecimento, agenciando e agenciado no basculamento e desterritorialização.

O sujeito nômade ou em deslocamento e o [não-]sentido constituem-se no ritmo de uma “configuração”, numa atualização variável do agenciamento de corpos e do agenciamento coletivo de enunciação. O ritmo não é [ou não se resume a] um tipo restrito de semiótica; o ritmo, por outro lado, faz uma antissemiótica assignificante e compõe a estética ou a (des)(d)obra de arte. Portanto, a estética e a (desd)obra de arte não são feitas de signos necessariamente significantes (segundo um ritmo ordenado e harmônico), como já dissemos, mas em função de ritmo variável e misto. Há, assim, uma semântica mas sem a presunção determinada por uma semiótica significante.

Consideramos e reforçamos, então, que o primado está no ritmo, no processo, está na variação dos fluxos de conteúdo e expressão, variação de corpos e enunciação, sendo o signo-significante (semiótica significante/representativa) uma entre as possibilidades do efeito desses ritmos e não a mais importante, ou a central, não é o regime que deve, necessariamente, prevalecer. Não há prevalência de regimes justamente por causa da variação de ritmos.

Lembremos que, como visto na reversão do platonismo, o tempo é sempre o tempo de uma atualização, em que se efetuam, em ritmos diversos, os elementos de coexistência virtual. Deste modo, o tempo vai do virtual ao atual, e não de uma forma atual a outra forma atual. Ou, pelo menos, o tempo concebido como relação de sucessão de duas formas atuais contenta-se em exprimir abstratamente os tempos que se efetuam em profundidade nessas duas formas, e as relações diferenciais entre esses tempos. E é justamente porque não há atualização sem se diferenciar no espaço e no tempo, sem diferenciar, assim, espécies e partes que a efetuam, que devemos dizer, neste sentido, que a atualização *produz* essas espécies e partes.

No processo de atualização ou diferenciação, o sistema produz espécies e suas partes. O que se atualiza são as relações, os valores das relações, tal repartição de singularidades. Entretanto, o sistema de diferenças não faz justaposição das diferenças e nem promove o seu apagamento. Isso acontece porque a diferença não é atualizada e, por isso, ela, a diferença, persiste no sentido que se torna paradoxal, que é [não]-sentido. A diferença é irredutível ao significante, ou a qualquer regime de signo ou de corpos, ou mesmo ao conceitual ou ao empírico.

Uma definição que privilegie um tipo de regime de signo, de enunciados ou de regime de corpos perde a potência dos simulacros, considerados estranhos, dispares, subversivos, os quais

Platão detestava por não se submeterem a Ideia, uma vez que negam tanto o original (Ideias) quanto as cópias, como vimos na reversão do platonismo.

Podemos dizer, então, que os simulacros são os responsáveis pelos tantos ritmos-variações que “sobem” do corpo e se imiscuem entre as cópias-signos. Acrescentamos que os simulacros é que fazem a linguagem sair do regime da cristalização em torno do signo significante, ou de qualquer outra cristalização ou, ainda, deslocar qualquer tipo homogeneizante de organização de corpos, e abre a possibilidade para tantos outros regimes de enunciados e misturas de corpos.

Pelo que trazemos nessa articulação, a atualização quer dizer movimentos diferenciados, ou colocar em movimento variável, diferenciante. Os agenciamentos se caracterizam então pelos modos como nos colocamos em função dos movimentos ou dos ritmos, se tendemos a interrompê-los, colmatá-los, estagná-los, homogeneizá-los ou compor com a diversidade e movimento deles, entrar por eles com toda diferença que apresentam.

No contexto da tese, podemos dizer que a linguagem como experimentação estética, segundo o agenciamento coletivo de enunciação, constitui-se na variação e como variação dos ritmos e, em função disso, revela-se na multiplicidade de signos e seus regimes.

Dito isso, podemos voltar a questão do corpo afetado no regime pós-significante. No esgotamento de seu processo, temos um corpo-simulacro, com seus efeitos óticos e sonoros, como potência do falso, que estaria conspurcando homogeneidades, tanto do regime significante despótico, quanto do pós-significante em sua reivindicação subjetiva, esgotado em seu processo de homogeneização e, ao mesmo tempo, produzindo misturas. Isto é, estaríamos em deslocamento da linguagem representacional do sistema-signo-significante e estaríamos para além dos sentimentos-sensações da linguagem ordinária.

Ou seja, no esgotamento do processo reivindicativo passional, temos o simulacro que responde pelo sujeito disperso, que coloca-se em movimento variável, em passagens pelos regimes de signos, regimes de corpos, pelas repetições mecânicas, pelas repetições de lineamento, pelos diálogos fractais que relatamos desde o início dos encontros, no procedimento intensivo que estamos cartografando.

A partir do que apresentamos até aqui sobre a teoria do ritmo, colocar em pauta as várias diferenças de ritmo é outra forma de fazer a reversão do platonismo. Essas diferenças se passam no plano do virtual, no plano de imanência, e é nesta e por essa variação “variável” de ritmos, que coexistem e se atualizam as diferentes formas de expressão ou a polivocidade das formas de expressão e regimes de signos, assim como as variáveis misturas de corpos, expressão e

conteúdo. É nesse sentido que coexistem as repetições mecânicas, as repetições de lineamento, os diálogos fractais, como já apontamos.

As diferenças de ritmo na fala, nas diferentes entonações, na dicção, podem aparecer como uma atualização, mas a diferença de ritmos que marca a variação das formas de expressão, as diferentes semióticas, está no virtual, ou seja, as diferentes formas (ritmos) de expressão atualizadas é que indicam as mudanças de ritmo (que acontecem) no plano virtual. Só temos acesso ao efeito da variação de ritmos e fluxos pelos diferentes e variáveis modos das formas de expressão, pelas diferentes semióticas que compõem os territórios. Essa variação de ritmos e fluxos é que dá a dimensão do movimento da pulsão dos corpos afetados, das máquinas desejantes do plano de imanência. Estamos vendo essas diferenças no percurso ou no circuito assignificante.

Nesse procedimento ou circuito intensivo, estamos considerando, então, as imagens e os personagens dos filmes, os territórios compostos pelo modo fragmentado da linguagem, as visões e audições, a noção de metamorfó(p)tica e coexistência dos vários ritmos. Com isso podemos pensar a relação corpo-linguagem intensiva, as imagens em seu procedimento intensivo, o corpo em suas tensões e a linguagem em seus tensores.

Dito isso, poderemos mapear abaixo, em continuação, o terceiro ponto para entender o processo de desubjetivação, processo que se dá como esgotamento do regime pós-significante. Lembremos que tal regime pós-significante estava em contraposição e em desvio do regime despótico significante. Relembremos que o que marca regime pós-significante é o signo positivo que invade a linha negativa do significante.

3.10. Corpo-linguagem em devir: onde vivem os monstros

Nesta seção, poderemos dizer em que consiste o processo ou o procedimento que se dá em função do regime pós-significante reinvidicativo. Como estamos vendo e como veremos, todo o procedimento ou circuito intensivo, que vai nos deslocando da experimentação ao procedimento linguístico e vice-versa, desde os primeiros encontros no AT, poderá ser melhor entendido a partir do que apresentaremos aqui.

Como já foi dito, o esgotamento do regime de subjetivação dá origem aos vários processos ou procedimentos em seus diferentes modos de agenciamento: a repetição mecânica, a repetição de lineamento; o estranho, o pedido para que eu ensinasse (“me ensina, Dami”); os diálogos fractais etc, mostrado nos entremeios.

Considerando a noção de metamorfo(p)tica da seção anterior e o destaque que demos à presença dos personagens monstros nos encontros, por exemplo, o crocodilo, o lobisomem, o incrível *Hulk*, destacamos as caracterizações que Paulo fazia desses personagens de filmes, séries ou dos desenhos animados (*He-man*, *She-há* e *Peter Pan*), como mostramos nos relatos. Temos, ainda, os enunciados do tipo: “Sou Banner”, “sou *Hulk*”, “sou Príncipe Adam”, “sou *He-man*”, “sou lobisomem”, “sou homem-menino” (como *Peter Pan*), “sou velho-novo”, “vou virar *Hulk*”, “*Hulk* [corre] nas veias”, “eu não pareço com o crocodilo?”.

Relembremos que, como dissemos, Paulo repetia o que parecia que alguém lhe havia dito ou ensinado desde criança, o que fora dito ou mostrado a respeito das cenas dos próprios filmes ou das séries as quais ele assistia. Parece haver por parte de Paulo um fascínio pelos monstros ou mesmo pelos heróis, pelo *Peter Pan*, pelo lobisomem, pelo *Hulk*, por exemplo, em função das transformações, das impermanências, dos atos monstruosos desses personagens, o fato de assustarem as pessoas etc.

Os enunciados: “comer a velha, o barco, o cachorro, a criança” / “assustar a velha”/ “ela assusta”; “vou virar, posso virar?” [o *Hulk*], o fato de Paulo dizer que ele é o *He-man*, o príncipe *Adam* ou o *Hulk*, “e se eu virar o lobisomen e assustar ela?” nos chamam a atenção, pois consideramos que eles (os monstros, as transformações desses personagens e os enunciados relativos a eles) não são apenas conteúdos imaginários, metáforas ou apenas memórias afetivas de Paulo.

Por exemplo, em outros relatos, pudemos ver como aparecem outros enunciados relativos aos monstros e transformações: Em um dos encontros, no caminho para onde faríamos as atividades, Paulo começou a passar a mão pelos braços, enquanto dizia, olhando para mim: “cabelos do lobisomem”, depois disse: “pêlos do lobisomem”. Repetia que ia sair, comemorar o aniversário de uma amiga da família (“vou sujo?/ Vou assim?/ Vou com essa roupa?”).

Quando já estávamos na clínica em que estávamos usando para fazer atividades, em certo momento, Paulo tornou a dizer que ia no tal aniversário. Nesse instante, ele aproximou o rosto do meu, olhou bem nos meus olhos. Não saberia dizer que expressão, exatamente, era aquela, talvez algo como dúvida, ansiedade ou medo. Então ele disse: “e se eu virar lobisomem e assustar ela?”. Em um outro encontro, enquanto falávamos dos monstros, perguntei a Paulo do que ele tinha mais medo, ele respondeu: “crocodilo”. Perguntei o porquê, ao que ele disse, “assusta, hein?!”

Como vimos nos relatos, esses enunciados entram em cena nos agenciamentos, no horizonte de enunciação, em várias expressões repetidas - repetições mecânicas, de lineamento

- e nos diálogos fractais. Consideramos que esses conteúdos não estão presentes de forma gratuita, assim como nenhum conteúdo, imagem, visão ou audição aparecem gratuitamente.

Isso não quer dizer que estamos falando, estritamente, de conteúdos ou de corpos dados e significados, mas do conteúdo em seu agenciamento maquínico de corpos e de signos, no ato de um agenciamento em seus diferentes ritmos e regimes. Nesse caso, pensamos que as transformações e a (im)permanência da monstruosidade fazem parte de uma problemática que acontece para Paulo no (des)encontro entre as palavras e as coisas.

A impermanência das palavras e das coisas, entre o que ‘A’ mãe dizia ou traduzia e a sua experiência nos (des)encontros das palavras e dos corpos no AT como experimentação, e em outras circunstâncias de suas vivência, pautam questões implicadas por agenciamentos de enunciação ou por (des)territorializações, no que tange à misturas de corpos e regimes de signo, que estão em pressuposição recíproca, mas não se reduzem um ao outro.

Para tentar situar esse contexto, vamos apresentar a abertura da série *O incrível Hulk*, na qual vemos o personagem citado muitas vezes (talvez a maioria das vezes) por Paulo, como vimos nos fragmentos. Compor a referência com a série televisiva se fez pertinente durante a confecção desta tese, pois resolvi procurar na internet alguma coisa sobre o seriado e me deparei com a abertura tradicional. Não pude deixar de me espantar com certa relação que podemos fazer entre as imagens e a narrativa que aparece na abertura e os modos como Paulo se referia ao personagem, com os gestos e as palavras que do próprio Paulo [quando o sol batia no olho de Paulo, ele dizia “vou virar o *Hulk*” ou “Pode virar o *Hulk*?”; ou quando dizia “raios gama é o choque do Banner”; quando perguntava se Banner era cientista; e quando perguntava se ligar o som do carro dava choque: “tem choque?”/ “e o choque?”]. Segue a descrição que fiz da abertura da série.

Um aviso pisca em vermelho na tela da TV mostrando um letreiro em maiúsculas e em inglês: é um aviso de perigo (*DANGER*). Um narrador em *off* começa a narrar a cena enquanto ela se desenrola: “Dr. David Banner, médico, cientista...”. Ao fundo da narrativa e compondo a cena que se apresenta, alguns sons simulam o barulho do funcionamento dos aparelhos eletrônicos típicos da década de 80, isto é, vemos muitos ponteiros, botões, contadores digitais e luzes piscando. Na sequência da cena, há uma pessoa acoplada pela cabeça a um certo tipo de dispositivo. Com as mãos soltas, essa pessoa aperta algumas teclas desse dispositivo como que controlando o seu funcionamento. Logo após, mostra-se um *display* com números, abaixo do qual pode-se ler “*countdown to event*”.

A voz em *off* continua: “...buscando uma maneira de provar a força oculta que todos os seres humanos possuem. Então, por acidente...”. Percebe-se que nesse momento os sons que pareciam indicar o funcionamento dos aparelhos eletrônicos, eram a abertura para a música tema do seriado. Como que saindo ou se transformando a partir dos sons das máquinas, pode-se ouvir sons de instrumentos de corda e de sopro compondo com o cenário mostrado em sequência: as imagens de aviso de perigo, o painel de controle do aparelho e a contagem regressiva aparecem de novo, mas dessa

vez, rapidamente, como flashes de memória. Em uma dessas imagens podemos ver dois botões de controle, abaixo de um deles pode-se ler novamente “*count down to event*” e abaixo do outro “*event time*”. O narrador diz: “...uma dose excessiva de radiação gama alterou toda a química de seu corpo...”, enquanto a imagem mostra o rosto do ator e no rosto dele incide a emissão de luz do dispositivo, marcando o alvo, ou seja, a testa do cientista. Em sequência, passa-se da imagem de raio X de um crânio para a imagem de alguma coisa orgânica, talvez algum processo celular e dessa imagem passa-se para raios cruzando os céus numa noite tempestuosa. Nessa cena noturna, David Banner está tentando trocar o pneu do carro. Ao som da música tema que vinha tomando forma, junta-se o som dos trovões, enquanto a narrativa prossegue “... e agora, quando David Banner se enfurece ou se sente ultrajado transforma-se e tem que enfrentar sua maldição”.

A cena mostra que alguma coisa não deu certo nessa troca de pneus. A chuva cai pesadamente, a personagem parece se machucar com a chave de roda, por isso, se enfurece e ai começa uma transformação. Vê-se um flashback das cenas iniciais no laboratório, um crânio, uma tela em vermelho e o que parece ser algumas células. Essas imagens retomam, em fragmentos, as mesmas imagens da cena do laboratório. Os *flashbacks* é que ligam uma cena à outra. Em seguida, David Banner já está com os olhos esverdeados. Parece surpreso e assustado com o que está acontecendo. Parece não saber ou não entender o que está acontecendo. Ele vai se tornando verde, seus músculos aumentam de volume rapidamente, sua roupa se rasga, parece outro, se transformou no incrível *Hulk*, está mais forte, mais alto e poderoso. Na sua fúria, ele ergue o carro e o joga pelo declive do acostamento.

A cena mostra a criatura em toda sua fúria. Um grunhido inumano sai de sua boca, a câmera foca seu rosto transformado pela raiva, tudo isso tendo como fundo o escuro e a claridade dos raios cortando os céus, além dos sons dos trovões. Ao fim dessa abertura pode-se ver uma imagem em que David Banner e o incrível *Hulk* são mostrados lado a lado. Na imagem cada metade se junta para formar o rosto inteiro, mas desencaixado e em contraste um com o outro; de um lado a calma e de outro, a fúria.

No entanto, o modo como a cena foi montada, parece que há um outro David Banner, aliás, há também um David Bruce Banner. Este nome aparece na lápide de uma sepultura. Pelo que se mostra nas cenas, pode-se entender que, na série, considera-se que o Dr. David Banner teria morrido no acidente do laboratório e que o *Hulk* o teria matado. Segundo a narração: “...a criatura é procurada por um crime que não cometeu...” e que “David Banner é dado como morto”. Ele não cometeu o crime porque o *Hulk* é o David Banner.

A cena mostra a lápide e mostra um caixão. O narrador diz: “...e ele deve deixar que o mundo pense que ele está morto até que encontre uma maneira de controlar a fúria mortal que habita o seu interior”. Nesta última cena, aquele que, na narrativa, foi chamado de David Banner, que estava olhando para sua própria lápide em que consta o nome David Bruce Banner, levanta o rosto; seu olhar parece perdido no movimento entre a lápide e um nada; ai é que o rosto do *Hulk*, furioso se junta ao rosto do Banner. A música tema encerra a cena, com sons de percussão e instrumentos de sopro, num *grand finale* dramático.

Torna-se interessante que, no seriado, o que menos David Banner faz é deixar que o mundo pense que ele está morto. Onde quer que ele vá, há sempre um encontro, uma situação ou uma pessoa que faz desencadear nele, ao irritá-lo, uma transformação. E isso causa problemas: ele terá que continuar fugindo. Nessas condições, ter que enfrentar sua maldição e deixar que o mundo pense que está morto parecem ser duas tarefas inconciliáveis para o personagem. Dar conta de si, dar conta de sua própria condição maldita, até parece algo solitário e individual, não obstante é uma solidão (impreverivelmente) povoada de encontros.

Nesses encontros é que também surge um outro *Hulk*, outra faceta, isto é, um *Hulk* herói surge desses encontros, pois neles, o personagem também ajuda algumas pessoas a resolver problemas, a derrotar os bandidos. Entretanto, isso não o redime, ele continua sendo perseguido por um repórter obstinado e pela polícia, pois não deixa de ser também um monstro, um suposto assassino e um suposto morto. Perseguido e perseguido, ele continua fugindo, errante e incerto. As cenas finais de cada episódio mostram David Banner caminhando solitário por uma estrada. Ele carrega um paletó e pede carona, enquanto a música tema, tocada ao piano, ecoa ao fundo os acordes que ficaram famosos por causa do sucesso da série. Paulo quase sempre diz algo sobre essa cena e esse tema musical.

No seriado, Dr. David Banner, David Bruce Banner, *Hulk* monstro, *Hulk* herói são os estigmas dos encontros do personagem. David Banner tem que fugir, esconder sua identidade, descobrir como manter o controle para não se transformar; David Bruce Banner, como cientista, tem que descobrir a cura para a doença e também manter sua identidade em segredo; *Hulk*, o monstro enfurecido, geralmente destrói os lugares e causa pavor e medo nas pessoas; *Hulk*, o herói, ajuda, salva ou socorre algumas pessoas.

Pensando a vinheta do seriado e transversalizando com os encontros com Paulo no AT e com os modos de Paulo se individuar num regime pós-significante, como estamos vendo no percurso intensivo, produzimos questões que pensamos poder articular sobre as mudanças, as transformações que afetam Paulo, e que ele “vê” sob um regime de visibilidades/signos sensíveis em seu corpo, assim como se afeta pela impermanência das palavras (decepção diante dos signos significantes-contra-significantes), das coisas, enfim, dos corpos e da linguagem frente ao real daquilo que se constitui indeterminado nos encontros. Ou seja, diante do Acontecimento, afectos e perceptos, como aquilo que se passa nos encontros de corpos, mas não se reduz ao corpos, nem a linguagem, isto é, um incorporal, temos a dificuldade de nos entendermos, os equívocos, os não-entendidos indiciam isso, que algo se passa no encontro.

As repetições mecânicas e de lineamento também são pistas que possibilitam dizer sobre a impermanência das palavras e dos corpos diante do acontecimento, a decepção diante dos signos; assim com também, as questões sobre o corpo; a fragmentação da fala; o fascínio que ele tem pelas figuras de heróis e monstros que se transformam.

Para resumir, talvez pudessemos dizer que, diante do esgotamento do significante, do contra-significante, dos signos sensíveis, a grande questão para Paulo seria: por quê e como as coisas mudam? Por que e como se transformam, por que e como as coisas passam? Por que meu corpo é instável? (corpo cresce, envelhece, cai o cabelo, crescem os pêlos, crescem as unhas, sou novo? Sou velho? Sou homem? Sou criança?). Por que as palavras são instáveis?

(eu não entendo o que outros querem dizer, e os outros não me entendem direito? Por que eu digo que uma coisa é isso, umas pessoas concordam e outras discordam? O que é ser homem? o que é ser mulher?). A palavra “coisa” aqui resume de forma bastante genérica, as palavras, os corpos, as pessoas, o tempo.

Paulo não elaborou essas questões, nem as fiz para Paulo, mas elas surgem na articulação desse capítulo, e reverberam a partir dos encontros como parte do risco da apostila de produzir uma tese que verse sobre os encontros no AT e podem reverberar nos encontros, como intuição de uma experimentação sempre em vias de ser deslocada por algo.

Pensamos que o imaginário, para Paulo, nos encontros no AT e até mesmo nos outros lugares e momentos de sua vida, constitui em, diante da impermanência, tentar fazer uma certa permanência, uma certa consistência, uma territorialidade, ou seja, tentar fazer estabilidades das coisas e das palavras frente aos afetos que o desestabilizam como *pathos*.

Compor um território, uma territorialidade, não é uma busca pelo “Uno” (procurar fazer UM, fechar sentidos), não é uma busca pela totalização ou identidade. A tarefa se constitui por certa territorialidade, uma certa estratificação, no entanto, a presença de Outrem no território, a circulação do [não-]sentido engendra acontecimentos, rupturas e é, paradoxalmente, a condição para a estratificação e territorialização. Nesse (des)encontro com Outrem, algo acontece, algo passa, há uma variação, uma desestabilização.

Como vimos nos relatos, no procedimento forjado nos encontros, por mais que Paulo remeta aos heróis dos quais gosta e sobre os quais me disponho a falar com ele, dizer o que eu penso e até questionar o que ele diz; por mais que ele coloque palavras, expressões, frases repetidas ou repetidamente, o lugar, a fissura da diferença que permeia os encontros não é preenchida.

Não há justaposição no espaço indecomponível na fissura do (des)encontro, pois, como já foi dito, as palavras não representam, mas interferem nos conteúdos. As palavras, frases ou expressões valem pela sua materialidade, som, vibração que, para o corpo, funcionaria com certa estabilidade, mas pela própria variação e vibração também são impermanentes. Os sentidos também, como já dissemos, são instáveis.

Os personagens, os monstros, as figuras, só ocupariam, só se justaporiam na linguagem, na fala, nos dizeres, ai onde os personagens pareceriam tornar-se possíveis, segundo significação, designação ou manifestação. Entretanto, nos (des)encontros entre os sentidos e [não-]sentidos, na instabilidade do expresso dos enunciados no agenciamento de enunciação, a linguagem se des(d)obra, desdobra os enunciados e abre-se, então, um espaço impensável, indizível.

A fissura permanece. A única coisa que permanece é a impermanência da fissura-fragmentação do acontecimento, pois não há *logos* que possa reunir os fragmentos. Isso diz respeito à palavra poética, como vimos com Pelbart, a palavra estética ou essencial.

Vimos que a palavra poética não remete ao mundo, nem às suas finalidades, mas recobra a espessura própria da linguagem. A palavra essencial ou estética está remetida ao plano do sensível, da experimentação ou imanência, isto é, ao plano dos deslocamentos, dos movimentos e das relações. Aí essas palavras estéticas já não designam coisas ou expressam sentimentos, mas desenrolam-se num espaço topológico, constituído de formas, sons, figuras, imagens, cenas que entre si estão em relação de composição e ritmo em que temos os agenciamentos e seus processos de individuação.

Como mostrado anteriormente, quando a palavra estética ou essencial constitui uma territorialidade, ela presentifica uma ausência e, ao mesmo tempo, a presença da ausência. A ausência implica em duas experiências para Paulo. Uma é tentar fazer sumir as coisas do mundo, ou seja, não mais ser afetado, não mais experimentar as variações. A outra experiência é, uma vez protegido dos encontros do mundo, surge uma intimidade ameaçadora e estranha, pois a ausência se presentifica, pois é uma experiência sem intimidade e atravessada por Outrem.

Essa segunda experiência é a essência da primeira, isto é, no momento em que faz, compõem o território de suposta segurança, as palavras estéticas atingem seu ponto de dissolução, desterritorialização-reterritorialização. Nesse agenciamento de enunciação, aberto ao encontro, seja especificamente no AT, ou em outras ocasiões, além do AT, quando Paulo (des)encontra Outrem, algo que o desloca, subtrai-se (operação n-1) do território um lugar que seria imaginariamente estável (posição de sujeito – subjetivação- sujeito sujeitado), ou o lugar em que os heróis e personagens poderiam se justapor num imaginário.

Entretanto, nesse (des)encontro, tem-se a desordem do incongruente e a aproximação de alguma coisa que se passa, que seria ,talvez , inconveniente, mas essa desordem implica agenciar os fragmentos de outras ordens (organizações ou territórios) possíveis do heteróclito, as palavras da linguagem estética que atravessam e passam entre os modos de repetição. Aí os personagens retornam em sua repetição, mas, desta feita, como impossíveis ou problemáticos: *Hulk*, lobisomem, *Peter pan*, *Banner* são os personagens que se transformam em impossíveis, como o problemático de um corpo-linguagem em devir, que faz deslocar o território outrora cristalizado.

Se é preciso ou se foi preciso inserir o hábito e as repetições como um agenciamento para assegurar alguma continuidade, alguma familiaridade, assegurar alguma identidade e semelhanças para dar aparência de continuidade, isto é, inserir com a linguagem signos de

continuidade; ou se é preciso ou foi preciso inserir elementos mais simples, mais concretos e familiares (imagens, lugares certos, representações adequadas) para assegurar uma memória com a qual se pudesse recordar os signos de continuidade ou a repetição do mesmo. Neste cenário de hábito e concretude, normas e organização, o *Hulk*, o lobisomem, os monstros em geral, que se fazem intervir, são o murmúrio de transformações (assim como o estranho e a voz sussurrada) de algo que não pode ser representado, traduzido ou organizado conforme significantes. Uma transformação que insiste e mostra a impermanência dos regimes de signos e da mistura dos corpos, a variação das visibilidades e dizibilidades, o fluxo das matérias e formas de conteúdo e dos expressos. É ai também que ser ator, pintor e cantor, como Paulo disse, perdem sua face de representação.

Não é gratuito, assim como também não é proposital que, por um lado, os monstros que o fascinam (o lobisomem, o *Hulk*), e, por outro lado, os heróis (*Peter-pan*, príncipe Adam) sejam, nos filmes e na composição de Paulo, figuras instáveis, ambíguas em suas visibilidades e dizibilidades. Como vimos no relato da abertura do seriado e nos relatos dos encontros, parece haver uma reverberação dessas cenas nos modos de Paulo falar, por exemplo, quando Paulo fala da relação entre o levar um choque (ligar o som do carro) e o *Hulk* (a transformação do personagem na cena de abertura); quando o sol bate nos olhos de Paulo e ele avisa que vai virar (vou virar o *Hulk*) ou pergunta se pode virar (posso virar?); quando os carros parecem atrapalhar o trânsito e Paulo diz: chamar o *Hulk*, tirar esse carro daí; quando Paulo insinua que o *Hulk* corre em suas veias.

E aqui torna-se curioso o modo como Paulo lida ou, diria, o modo como ele se (des)encontra com o corpo e com a linguagem. Ainda que de modo esquemático, apresentamos nos relatos uma dimensão corporal que perpassa o AT de acordo com algo dito por Paulo: a unha cresce, os pêlos do corpo crescem – tem que cortar as unhas e cortar o cabelo e sombrancelha toda semana.

O tema do corte do cabelo, corte das unhas, ou mesmo o tema da presença dos pêlos nos braços são também constantes. Lembremos o medo que ele tem de se pegar ou ser pego numa transformação durante os encontros com os amigos da família. Os signos corporais remetem à transformação, aos monstros: as vezes ao *Hulk* e, outras vezes, ao lobisomen. Pensamos que esses personagens não deixam de remeter um ao outro.

Dito isso, temos marcadores de um o processo que envolve corpo e linguagem em devir, do qual o regime pós-significante é ponto de partida e que o desvio do rosto significante dá margem pelo esgotamento de um e de outro, da rostidade e do pós-significante.

Em alguns encontros Paulo disse (aproximando o rosto, olhou para mim, diretamente): “eu não pareço o professor astromar? Não pareço?”; “eu não pareço o *Hulk*?” Ele, realmente, pareceu insistir em querer a confirmação, isto é, que eu dissesse que ele se parecia com o *Hulk*. Como já mostramos em alguns fragmentos dos encontros, ele disse que podia se transformar no *Hulk*, que era o próprio *Hulk*, que o *Hulk* corria em suas veias etc. e, além disso, disse que poderia se transformar em lobisomem.

Pensamos que esses elementos de transformações, as mudanças pelas quais Paulo passou e passa, principalmente em relação ao seu corpo afetado em suas variações, em relação à sua voz, suas relações com familiares e com os amigos, deixaram atrás de si, marcas, signos desses percursos, marcas dos trajetos, das transformações e das mudanças que aparecem como agenciamentos de enunciação nos seus dizeres e no seu corpo, às vezes condicionados por uma repetição mecânica (em busca de estabilização), às vezes como repetição de lineamento (algo escapa da estabilização) e, às vezes, deixaram de ser uma simples memória ou lembrança, para constituírem afectos e perceptos, regimes de visibilidade e dizibilidade. É nesse embate que as questões ou perguntas que vimos, pululam, impulsionadas pelo objeto *a*-estético, por um modo de se haver com o que lhe afeta.

O objeto *a*-estético, circulando os agenciamentos, corpos e enunciados, misturas de corpos e regimes de signos, conteúdo e expressão, constitui a máquina desejante pulsional, o processo de dessubjetivação de um corpo pulsionado, afetado e topologizado, colocando a repetição da diferença no jogo entre a repetição mecânica e de lineamento e para além delas.

Podemos en-tender que Paulo, num processo esquizo de dessubjetivação, inscreve em seu corpo as disjunções e constrói, inventa suas ficções, um simulacro, passando de um agenciamento em que temos um corpo disciplinado, para um processo em que o corpo pulsionado marca o percurso ou circuito assignificante que traçamos. A emergência do corpo pulsionado é outra marca do esgotamento do significante despótico e do pós-significante. O corpo pulsionado emerge no acontecimento e como acontecimento; ele emerge no basculamento do agenciamento. Esse acontecimento é, por conseguinte, o que dá condição para a linguagem como experimentação, como invenção.

Agora podemos dizer que o objeto *a*-estético, funcionando como um atrator estranho circulando nos agenciamentos, responde pelo ritornelo e pelos modos como os três planos (estratificação, experimentação, imanência) coexistem. Os agenciamentos em suas misturas de corpos e seus regimes de signos se implicam e se atravessam no ritornelo, em três planos, sem se identificarem. Nesse processo, a linguagem como experimentação estética e o corpo pulsionado podem “dizjuntar”-se no e como procedimento linguístico, numa sintaxe

fragmentária-fractal-fragmentada que, por sua vez, esgota o regime de subjetivação, como vimos com Paulo, perfazendo, assim, o percurso ou a experimentação no AT que estamos cartografando nessa tese.

3.11. Experimentação e dessubjetivação

Como estamos tentando mostrar, na linguagem como experimentação temos mais (ou talvez menos) que conceitos que subsuem as diferenças. Vimos que no processo de agenciar e ser agenciado no AT, a colocação de termos ocasionais através da deriva (no agenciamento – corpos e enunciados) produz uma visibilidade, a luz de uma imagem a qual estamos sendo sensíveis, como no quadro “as meninas” de Velasquez, que Foucault apresenta. Assim, os termos são agenciados e, no agenciamento e pelo agenciamento, compreendem uma montagem, um hibridismo, no qual as diferenças entre os termos não são subsumidas, mas persistem em combate intensivo, conforme o agenciamento bascule.

Com isso, as montagens e os hibridismos remetem aos elementos de conteúdo, às formas de expressão, às misturas de corpos, às suas paixões e vice-versa. A unidade aqui não é o conceito ou o signo, não há uma unidade semiótica, mas um agenciamento coletivo de enunciação que constitui-se por regimes de signos heterogêneos: pré-significante, assignificante, significante, contra-significante, pós-significante, sem hierarquia ou ordem evolutiva, mas coexistência.

Na montagem e desmontagens de uma linguagem como experimentação estética há passagens entre os estratos de organização, os territórios cristalizados; os planos de experimentação dos encontros; e o plano de imanência, inconsciente e real; e, nesse processos de montagem e desmontagem, temos mutações entre os regimes de signos.

Esse embate de heterogeneidades, a instalação da problemática do [não]-sentido e o tensionamento é que possibilitam (e forjam?) o “acesso”, a permeabilidade à máquina abstrata, ao plano do inconsciente, Real e imanente, ou ao plano diagramático. Nessa problemática, pressupõem-se, reciprocamente, conteúdo e expressão, corpos e suas misturas, suas afetações, suas palavras e suas intervenções.

Afetar e ser afetado é uma experimentação singular, mas a efetuação da experimentação é feita no coletivo, por isso a singularidade não se refere a uma pessoa e a experimentação não diz respeito a uma intersubjetividade (eu, tu), nem grupo de indivíduos, mas um coletivo de forças que atravessam o plano de experimentação. Não é apenas um dizer, mas um fazer, uma pragmática, uma intervenção no mundo fazendo outros mundos.

É nesse campo/plano do problemático que podem surgir questões [como algo se passou? Como mudou? Em que se transformou?], os equívocos, os não entendidos, os não sensos, pois o afeto, a variação, a diferença é inconsciente e produz um excesso de sentido e uma ausência de significado, isto é, ela (a diferença) falta onde é procurada. As questões surgem em função daquilo que nos afeta e não se assenta em significados e sentidos, isto é, são irredutíveis à atualização da linguagem como expresso dos enunciados, mas os enunciados são também irredutíveis à linguagem.

Além da junção de palavras e coisas, além da conjunção e disjunção dos conteúdos e enunciados, o sentido-diferença dizjunta. O sentido é um objeto paradoxal, está fora da linguagem (é o Fora da linguagem como o [não]-sentido). É um pensamento do fora, não simbolizável. Ele é [não]-sentido que, no entanto, só pode ser sentido; é, assim, a variação pela qual um corpo passa no encontro com outros corpos. O expresso dessa passagem, o enunciado ou a proposição, remete à linguagem (subsiste na linguagem) e aos corpos (é atribuída aos corpos), mas não pertence nem à linguagem nem aos corpos.

A linguagem estética no agenciamento coletivo de enunciação enuncia a experimentação e a experimentação enuncia a linguagem como experimentação estética. Uma experimentação em que se perde o ‘eu’. Uma experimentação de uma diferenciação de si mesmo, afinal “que Paulo é esse?”: artista, pintor, cantor, príncipe Adam, *Hulk*, He-man, She-há, bandido, herói, homem-criança, velho-novo. Não são profissões, não são nomes próprios, são nomes-acontecimentos na narrativa-ficções de si.

Essas imagens que Paulo evoca não são uma representação da experimentação. A imagem é uma montagem, um agenciamento inseparável de enunciados e corpos; de palavras e coisas, de um modo de ver e de falar; um modo das visibilidades e dizibilidades. Esta imagem é a imagem-simulacro, imagem criadora, o figural em Deleuze.

Nestas misturas, em seu simulacro, a linguagem está imbricada nas coisas; ela não representa as coisas, ou qualquer propriedade das coisas em si, nem das coisas e suas relações recíprocas; a linguagem não é determinação das coisas; linguagem não é forma, mas fluxo, fluxo do vivido, daquilo que afeta, do que acontece.

O uso intensivo da linguagem como e no agenciamento coletivo de enunciação é o que pode colocar em xeque o simbólico ou mesmo o que é significativo. Para além do simbólico e dos significados, temos o uso intensivo, a experimentação, a expressão material intensa. (DELEUZE; GUATTARI, 2014).

Essa linguagem, que também é intuitiva, diz mais a respeito de uma linguagem intensa, como dissemos anteriormente, do que a uma linguagem conceitual ou representativa. Essa

linguagem intuitiva é a linguagem da experimentação estética em que há a indeterminação entre palavra e coisa, entre regimes de signos, entre corpo e linguagem, entre conteúdo e expressão, por esses não conseguirem “capturar” os afetos, não conseguirem deter a variação e a diferença que os arrasta [e que nos arrasta] em um processo de assubjetivação ou dessubjetivação, que nos desloca dos lugares dados e sujeitos determinados.

Na sintaxe fragmentária do percurso ou círculo intensivo, queremos, a seguir, para marcar o modo de Paulo se haver com essas experimentações, destacar o estilo do procedimento linguístico.

3.12. O procedimento: repetir-fragmentar-agarrar-repetir

O procedimento que acontece como experimentação é marcado pela passagem entre os estratos de organização, o plano de experimentação e o plano de imanência, assinalante, assubjetivo. Lembramos que, à cada estrato, associamos, de forma didática, os regimes de signos. Ao processo ou passagens entre os estratos estamos dando o nome de procedimento ou circuito intensivo. Podemos, também, denominar de jogos de linguagem, ou jogos enunciativos se lembrarmos que a linguagem de que se trata em sua pragmática é a linguagem como experimentação estética, uma linguagem intensiva em função dos agenciamentos de corpos e enunciados. Isto é, estamos levando em conta a linguagem como experimentação estética, considerando que os agenciamentos-territórios constituem-se, com seus processos de subjetivação, individuação e desterritorialização, “lugar” da emergência das relações ou jogos intensivos de força.

Começamos por dizer que a linguagem como experimentação estética, em seus agenciamentos de enunciação, está instavelmente imbricada em ritornelos e passagens entre territórios, regimes de corpos e regimes de signos. A presença das passagens entre um e outro, através dos encontros abertos à experimentação, cria um campo tensorial de deriva: tensão dos sentidos, fragmentação do ver e do ouvir, das visões e das audições, das vizibilidades e dizibilidades. A passagem é o campo tensorial -tensão dos corpos, tensores da linguagem- que emerge diante da decepção dos signos nos (des)encontros.

Neste contexto, talvez o jogo intensivo de linguagem em seu agenciamento seja mais um procedimento ao qual Paulo agencia-se inconscientemente, segundo um saber que não sabe que tem, qual seja, repetir- fragmentar-capturar-tomar-ser capturado-ser tomado. Pensamos que esse procedimento tem relação e se constitui como oralidade maquinica, constituindo o estilo de tal procedimento (repetir-fragmentar-agarrar-repetir), mais ou menos como se segue:

Repetir palavras, frases ou expressões-curinga: repetição mecânica, repetição lineamento; fazer passar uma repetição pela outra ou pelos diálogos fractais; agenciar as imagens, os personagens e cenas de filmes; relacionar com os signos mundanos que não remetem a coisa alguma, significação ou conteúdo ideal, mas que substituem uma ação ou o pensamento.

Articular o regime significante: tendência ao estrato da organização, à palavra ordinária, regime de subjetivação “sujeito da organização” (repete segundo território familiar e habitual, entretanto, temos também uma reivindicação passional e o regime pós-significante (repetição segundo um território reivindicativo).

Fragmentar/dispersar: Linguagem à deriva como repetições de lineamento, diálogos fractais. Relação com os signos amorosos: Os signos amorosos escondem o que exprimem, escondem a origem do mundo pois pertencem ao que foi feito sem que estivéssemos presentes (território cristalizado, discurso médico-psico-pedagógico); são mundos desconhecidos que dão sentido, por exemplo, o mundo expresso pela mulher amada é sempre um mundo que nos exclui, mesmo que essa mulher nos mostre preferência. Os signos sensíveis são aqueles das impressões e qualidades sensíveis do objeto, mas quando experimentados (plano de experimentação), a qualidade não é a do objeto no momento, mas o que aparece é um signo totalmente outro, um objeto diferente que nos força a uma decifração sempre precária. Abertura ao regime assignificante, ao pós-significante, regime de dessubjetivação; sujeito disperso-deslocado, tendência ao plano da experimentação-imanência e à palavra estética.

Agarrar ou *Grasping*: captura-repetição (da última palavra ou palavra marginal, das palavras e expressões familiares), apreensão-intuição da diferença-tensão do (des)encontro-acontecimento; devir/ inventar/repetir; *patchworking*, hibridismo; traços de expressão, humor; diálogos fractais; relação com os signos da arte; en-tendência à experimentação-estratificação-repetição-lineamento-repetição mecânica; tende ao regime contra-significante. Acrescentamos que, da última palavra ou palavra marginal de uma frase dita por outro, pode surgir uma repetição mecânica, por exemplo, “eu não sou <palavra marginal>”, ou uma repetição de lineamento, por exemplo, “não tá escrito, dami?”.

Nesse jogo, no que diz respeito ao objeto a-estético e à função estética dizemos que o problemático que se instaura neste e por este percurso intensivo, não produz uma resposta, mas produz outras perguntas e questões, para as quais não bastam respostas.

Neste sentido, o objeto a-estético responde pela repetição-passagem-imanência do processo-procedimento intensivo ou como processo. É o objeto a-estético, como máquina desejante pulsional que define o desejo em termos de Real, que implica em variação de ritmos pulsionais; é o que mantém as questões em transversais entre os corpos e palavras, entre regimes

de corpos e enunciados; questões agenciantes e agenciadas. Essas são questões que não demandam respostas, mas demandam movimento-deslocamento. Pois a repetição implicada por esse objeto estético (objeto-entre e irredutível ao corpo e à palavra) é mais profunda que a repetição mecânica e que a repetição de lineamento, mais profunda que as perguntas e as respostas; pois ela é a repetição da diferença, das variações do plano de imanência real do corpos e seus (des)encontros. É assim que Paulo, num processo esquizo, portanto inconsciente, inscreve em seu corpo-território as disjunções e constrói suas ficções-procedimentos intensivos. Talvez devêssemos dizer que o objeto *a*-estético inscreve suas disjunções do corpo-território tomado na e como produção desejante.

O objeto *a*-estético não responde a uma pergunta, não preenche uma pergunta, não propicia uma resposta. As perguntas repetidas recobrem, com efeito, a repetição do diferente, a instabilidade e a impermanência do devir. Todavia, essas perguntas repetidas e a repetição da diferença se misturam, se imiscuem, e é o sentido, como efeito e só sob o efeito do [não]-sentido que as juntam e que as separam na inscrição da disjunção. É nessa conjuntura que dizemos que (a produção de) sentido é “dizjunto/dizjuntar”. A linguagem como experimentação estética “dizjunta-se” numa sintaxe fragmentária, fragmentante e fragmentada em função do procedimento intensivo. Com isto, os rituais languageiros falham, pois o [não]-sentido, em função da circulação do objeto *a*-estético, incide o tempo todo, com diferentes ritmos, nos encontros e implica em desencontros, acontecimentos, tornando o território instável, e, de algum modo, favorável às palavras de fuga, à desterritorialização.

3.12.1. A oralidade maquínica: além do ritual e para subverter a organização

No percurso do AT, tentamos abrir os encontros a uma experimentação tal que o estranhamento da linguagem, os não-entendidos e equívocos fossem afirmados como potência dos agenciamentos. Colocamo-nos numa posição de estranhamento diante daquilo que nos era dito e habitualmente repetido. Dai que a língua-ritual não mais bastasse, embora entrássemos por ela. Entrar por ela acabou por se tornar um modo de subverter a submissão, o que, por sua vez, fez surgir as questões, as interrogações que permeavam os encontros, que já estavam postas, mostrando a micropolítica do desejo, os impasses e saídas, submissões e retificações.

Nesse percurso do AT, na experimentação, joga-se com isto, com a submissão e depois a subversão (*subversu* = desestabilizar) nas cenas dos encontros e com os personagens de filmes, por exemplo, territorializa sobre as imagens, personagens e frases prontas sobre os filmes, mas,

abre-se ao impasse, ao estranhamento, desterritorializa-se com as repetições, com o humor, com os diálogos fractais, com a interrogação.

Subverter não é uma liberdade ou ver-se livre da linguagem, do discurso médico-psico-pedagógico, da tradução, dos afetos, das territorializações, mas fazer uma saída. Como vimos, não há liberdade. Talvez Paulo invente uma saída onde ela, ‘A’ mãe, não encontrou uma saída frente às exigências do discurso médico-psico-pedagógico, as exigências do cotidiano, da exigência de ter que criar uma rotina para o filho, da exigência de ter de fazer coisas por ele (dizer o que tem que ser dito, mas não tudo; fazer o que tem que ser feito), ter que traduzir tudo para ele.

Nessa invenção, temos os agenciamentos que implicam e perpassam um processo de subjetivação. Diante do estranhamento dos encontros e nos encontros, temos uma região em que a voz apenas zumbe num ritmo ou sussurra uma ousadia, uma recusa (“essa muié não sabe nada”, “não quero ir”, não quero comer essa comida). Seriam vozes diferentes do discurso médico-psico-pedagógico incidente no discurso “d’A mãe”, em que temos as vozes de um discurso presente em outro discurso?

Temos também uma certa “pobreza” de vocabulário, as repetições variáveis, as intensificações pelos quais se estranha a língua, em que se é preciso ou se faz preciso estranhar a linguagem, tornar-se estrangeiro na própria línguagem.

Tornar a língua estrangeira e compor uma língua com o Fora é fazer da linguagem uma experimentação, fazê-la passar pelo Fora e transitar pelo plano maquínico dos agenciamentos enunciativos desejantes, isto é pelo plano de imanência assignificante, do não-sentido, dos afetos assubjetivos.

Nos agenciamentos feitos no percurso do AT, o *Hulk*, o *Lobisomem*, o *He-man*, o Homem-criança, o Peter Pan, o crocodilo, mais que conteúdos, mais que personagens, mais que palavras, são zonas de intensidade nesta invenção em que as formas (homem, adulto, “homem da casa”, “Príncipe da mamãe”) se desfazem das significações, dos significantes e dos significados, em proveito de uma matéria não formada (assignificante), de fluxos desterritorializados, de signos assignificantes em que os conteúdos se livram das formas, as expressões se livram dos significantes que as formalizava, e o expresso faz o papel de conteúdo e o conteúdo de expresso.

Nesses fluxos, o [não-]sentido não passa, propriamente dito, mas ele dura, é duração. O efeito do [não-] sentido é uma tensão, que é fruto de um encontro e inaugura um desencontro, uma indeterminação. Esta tensão é como a tensão de uma nota de música, um ritmo, a tensão do [não-]sentido. Dai é que temos as expressões longe de equilíbrio dos estratos (da organização

significante e do estrato contra-significante). Longe do equilíbrio, as expressões metaestáveis é que portam o seu [não-]sentido do encontro e no encontro.

Nos encontros com Paulo, há uma narrativa de si, mas um em-si como um modo de contração de elementos do território, dos agenciamentos, isto é, da desterritorialização-reterritorialização, do regime de corpos e signos, dos conteúdos e expressão, numa ingenuidade de que vai continuar durando. Um “em-si” em que os elementos agenciados estariam em processo território-territorialidade e não sob ou subsumidos, isto é, os elementos agenciados formam uma totalidade, conjuntos e arranjos, mas não uma totalização, não uma síntese. Voltaremos à narrativa de si em capítulo próprio.

Sem totalização ou síntese, permanece, pois, a tensão sempre em aberto da diferença. O território está aberto à experimentação, à desterritorialização dos (des)encontros. A expressão nesse processo de subjetivação, a diferença, a circulação de afetos, o basculamento dos agenciamentos constitui-se na hecceidade. Por isso, esse “em-si” não existe a priori, como uma essência eterna, mas ele se constitui numa experimentação-agenciamento, processo de subjetivação, deslocamentos, afetações e devir.

A Tensão permanente entre afetos e agenciamentos, coloca o território em uma agonística. Os afetos animam os agenciamentos, os corpos e os enunciados, suas conexões e suas desconexões, seu basculamento para o lado máquina abstrata, movimentos desterritorialização em que sempre se deseja em função de um agenciamento-território onde se está. Entretanto, não é um território que se deseja, mas a desterritorialização, a diferenciação (DELEUZE; PARNET, 1988). Deseja-se a experiência de colocar em processo, em movimento, no entre; a diferença, a desterritorialização é a experiência estética do desejo.

Desejar é então investir fluxos desejantes através dos quais um território se desterritorializa num agenciamento que bascula para o lado máquina abstrata. Dito de outro modo é permear um território ao plano de imanência, levá-lo ao status de processo de desreterritorialização e de processo de produção de subjetividade. Aí onde o desejo é movimento variável é que temos a produção maquinica-desejante de movimento, fluxo-corte-produção-consumo-fluxo. A oralidade maquinica diz respeito a constituição desse processo inconsciente.

A fala é um dos modos de variação da língua, pois ela, a fala, não está separada da língua-linguagem. Quando dizemos que língua e fala não estão separadas, não estamos considerando a separação e, dada a separação, um funcionamento em conjunto. O fato é que não há separação, por isso a fala toma essa dimensão de fazer variação, e está em função da pragmática, dos agenciamentos de enunciação.

A fala não é simples comunicação, ela não torna algo comum, seja sentido ou significado, não é agente de transmissão de informação. Como vimos na crítica de Guattari, a comunicação teria deixado pouco lugar à ambiguidade, e a informação necessária e suficiente teria esvaziado a dimensão existencial de expressão. Deste modo, a fala, na constituição da oralidade maquinica, coloca a inseparabilidade fala-língua, restitui a ambiguidade, desloca-se da informação como necessária. A existência, nesse aspecto, constitui-se por sua ambiguidade e está para além da relação de informar ou informação, ou da relação de informar para conhecimento, ou de conhecer para informar.

Consideramos que isso não quer dizer que a informação e a comunicação não sejam importantes, mas que tem que se levar em conta o seu caráter inventivo e ficcional em função do jogo intensivo da linguagem e dos agenciamentos ou territórios no qual ela se constitui como informação e comunicação.

A fala como oralidade maquinica carrea a dimensão pragmática e existencial dos agenciamentos, ou o enunciado em sua função existencial e diz respeito, então, a blocos de sensações, de afectos e perceptos do plano de imanência real, que são compostos de práticas estéticas para aquém do oral, do escritural, do gestual, do postural que podem desmanchar as significações e percepções triviais. Esses blocos de sensações, de perceptos e afetos compõem a produção de uma subjetividade do fora.

Nesse sentido, como efeito do Fora, as variações inerentes à própria língua em função desta oralidade maquinica respondem ao processo de desterritorialização e experimentação, à produção de uma língua menor, de palavras de fuga constituindo um certo tipo de procedimento de variação, o qual estamos delineando e destacando nos encontros e desencontros com Paulo.

Quando fala, Paulo, agenciando e agenciado, agencia-se em seu dizer a partir de um discurso que pretende uma estabilidade, de uma ordem discursiva ou uma discursividade em circulação, majoritária em diversos níveis e que entremeiam o território habitual e familiar. Se quisermos, podemos dizer que temos discursos atravessados nesse território habitual, que marcam as vozes presentes, o discurso indireto e as representações.

Como já apresentamos no percurso intensivo, os encontros no AT abrem-se a uma experimentação, transformações incorporais, outros modos de enunciação, à expressão de um processo de subjetivação em que não temos um indivíduo personalizado ou pessoalizado, nem sujeito, mas uma hecceidade ou melhor, uma individuação por hecceidade.

Como hecceidade, Paulo expressa as cartografias territoriais em enunciados de uma territorialidade; é uma linguagem territorial maquinica, por exemplo: “Roberto é longe, é uma viagem”; “meu avô é longe”; “assisti um filme”; “minha agenda está cheia”; “vou comer”; “vou

tocar”; “vou dormir”; “fui no cinema”; “fui na locadora”; “peguei filme”; “sou *Hulk*, vou virar *Hulk*”, “[sou] homem-menino”, “sou velho”, “sou novo”, “sou velho-novo”, “sou cantor”, “pintor”, “lobisomem”, “He-man”, “sou ator”.

Outros exemplos da linguagem territorial maquínica:

Quando eu dizia para Paulo que ele poderia ir ao cinema ver um filme, sobre o qual estávamos comentando, ele dizia, como que espantado: “sozinho?”. Quando havia um tempo para explicar, eu dizia que ele poderia chamar a mãe ou outro familiar para ir com ele: Ele dizia: “nesse sol?” (Quando o tempo está muito quente) ou “nessa chuva?” (quando o tempo estava chuvoso ou mesmo se tivesse apenas chovido no dia anterior); ou dizia: “a pé?”; “com fome?”; “sem comer nada?”. Às vezes, ele não esperava eu explicar e fazia uma ou outra destas perguntas antes que eu pudesse falar qualquer coisa.

Nesses agenciamentos, Paulo procura expressar algo conhecido em função do que lhe acontece. Ele até torna a linguagem familiar, apropria-se dela, segundo lhe é dito fazer, falar e etc; tenta fazer esse mundo que “a Mãe” lhe apresentou, o mais conhecido-reconhecível possível. Ele é inserido ou insere-se, é familiarizado ou tenta se familiarizar, parece tentar afastar o estranho, repetir a “língua materna” [“minha mãe vai gostar?”; “Minha mãe não veio aqui”; “minha mãe que disse”; “minha mãe que falou”; “minha mãe que ligou”]. Entretanto, como só há língua estrangeira e a língua materna é um imaginário, Paulo tenta tornar o estrangeiro em familiar.

Todavia, a própria linguagem e os corpos, os diversos signos parciais e fragmentados, o mundo e as coisas, não se dão a conhecer, são sempre instáveis, fragmentados. A organização é provisória e precária. As palavras não garantem os sentidos, nem os corpos se dão aos sentidos como se os corpos já estivessem dados e objetivados. Quando “sente” [através de afectos e perceptos] que o mundo familiar, traduzido, habitual que tentara construir-territorializar não se faz estável - Ele vê isso quando se estranha, estranha-se (n)a linguagem ou quando torna a linguagem estranha quando se agencia na linguagem de modo diferente e torna-se estrangeiro na própria língua -, então tenta apropriar o mundo traduzido “d’A mãe”, mas isso não é suficiente, por isso, também, sente ciúmes, pois não participou da formação desse mundo.

Segundo os processos de subjetivação e individuação, Paulo tenta se co-empreender-se-estabilizar o mundo que rodeia a mãe - o território da pessoa que ele ama, o mundo que ela lhe presenteia, apresenta ou traduz -, quando tenta apropriar-se do que ele ama, tentando desvendar ou decifrar o mundo, os signos que o cercam ou cerca a mãe. Como já foi dito, A mãe está em

um discurso, o discurso médico-psico-pedagógico. Ela traduz as representações, ela dá os sentidos (você é homem, você não é criança, você é homem da casa, fale isso, não fale aquilo etc), aplica as regras, coloca em prática a organização e o hábito.

Nas suas tentativas, pode ser que Paulo se pergunte como as coisas mudaram sem a presença dele, como emergiram signos, marcas dessas mudanças, sem que lhe tivessem dado conta ou sem que ele tivesse se dado conta (por mais que lhe dissessem os sentidos dos signos, ele não se deu conta ou não se dá conta até a surpresa do (des)encontro): diziam que eu era criança; agora dizem que sou homem; o corpo não é mais o mesmo? as palavras já não servem mais? A partir de que momento e em qual sentido já não se é mais criança, mas homem? A partir de quando e em que sentido se é o homem da casa? (E quanto as mulheres?); como algo (as palavras ou as coisas) parece ser a mesma coisa em casa (o sentido permanece) ou nos círculos familiares, enquanto que no encontro no AT, esse algo se torna totalmente diferente; como algo que parece ser diferente, é dito de maneira igual em casa ou habitualmente, mas no AT, parece ser mesmo diferente?

O procedimento de aproximação, o mundo que Paulo tenta desvendar para se aproximar, ou se aproximar para tornar familiar, faz com que esse mesmo mundo se afaste, torne-se estranho e Paulo não consegue participar desse mundo, justamente porque “as coisas mudam”, os sentidos mudam, o [não-]sentido insiste como estranho e não familiar. A linguagem e o corpo estão numa relação de alteridade, de estranheza e de equívoco.

Paulo tenta, também, afetado nos (des)encontros, desvendar os signos, os gestos, a risada, as rugas, os pêlos do corpo, as transformações, os caminhos, os movimentos.

Na repetição e como repetição como procedimento, uma diferença surge, e Paulo como afetado, “apaixonado” pela diferença, persegue-a em função de um agenciamento e um estrato de organização que o coloca como sujeito do enunciado ou da organização. Entretanto, (des)encontra-se, restando apenas fragmentos desse processo. Então individua-se na própria repetição e através da própria repetição. Há aí um fragmento que se destaca, que o enlaça. Um fragmento incorpóreo ou partículas incorpóreas, um objeto *a-estético* que enlaça um processo maquinico desejante, numa oralidade desejante, num corpo-linguagem desejante.

Na oralidade maquinica ou como oralidade maquinica, há, poderíamos dizer, duas repetições que se enlaçam, intervêm, lançam-se uma na outra. Repetição mecânica do mesmo, para o hábito, para diminuir a estranhezade que lhe rodeia. Ela marca um território para tentar estabilizar, construir uma territorialidade; e existe a repetição [de lineamento]. Nessa última repetição, um tipo de estratificação desestabiliza a repetição mecânica, por ser mais aberta ao

plano de imanência, por se constituir pelos signos contra-significante e pré-significantes em função da experimentação.

Nessas repetições e suas tensões, às vezes, a linguagem parecia estar ausente, não só pelo silêncio, mas por parecer que não se reportava a nada ou a ninguém; por parecer derivar, deslizar, fragmentar; por parecer estar girando em torno de si mesma numa repetição vazia de sentido. Uma linguagem sem afeto (estratificada, repetição mecânica – afetos colmatados).

Paulo é apaixonado (*pathos*) pelo que há de estranho [pelo que produz-se como estranho nas palavras e no corpo], pelo que há de diferente, pois esse *pathos* é constitutivo do sujeito, é constitutivo do desejo, no entanto, não se deseja qualquer coisa ou se deseja por qualquer coisa. Sujeitos desejantes constituem-se por um inconsciente maquínico. Somos, deste modo, apaixonados pela diferença que nos constitui e nos destitui daquilo que ainda não acabamos (nunca) de ser, isto é, pelo diferenciar-se, tornar-se outro. O desejo é esse processo de devir.

Acrescentemos ainda algo mais do procedimento em que se constitui a oralidade maquínica. Paulo se instala em seu canto, seu ritornelo ou território, parece não se afetar por nada, entretanto, o que acontece é que está sendo afetado de vários modos. Não se pode dizer, exatamente, o que afeta, como afeta, mas sua posição aparentemente desafetada, mecanizada, ao contrário do que parece, corresponde a uma tensão da impermanência, de um fluxo de diferença que perpassam, entrepassam seu corpo. Paulo não está alienado do mundo, mas está a espreita de um traço, de um fragmento, de uma partícula, mas só co-empreende-se com tal partícula em função do que afeta de uma maneira que vai levá-lo, arrastá-lo a composições ou decomposições, segundo um estilo que lhe é singular. Há ai, também, tensão e tensores entre defesa do corpo-território e a abertura para um fragmento-fragmentação. É um embate intensivo. O percurso intensivo e o procedimento se constituem por aí.

Faz-se experimentações, lança e experimenta palavras, frases, sons, vozes e silêncio; caminha, faz exercícios, toca percussão; pinta, desenha, tira fotos ou filma; vê filmes, ouve música, afeta e é afetado pelo que de estranho, por aquilo que de diferente lhe “toca” (sons, audições, dizibilidades) a atenção para ver (visões, visibilidades). Com isso (alguma coisa que lhe toca) coloca e desloca seu território em movimentos, em processos de subjetivação e individuação, tendo como atrator as partículas-fragmentos que vão se (des)organizar.

Temos ai o desejo que é produção de processo, que é diferença, desejo pela diferença, desejo por diferenciar-se ou diferenciar-se, todavia, não se dá de modo tão simples, pois ainda que apaixonados pela diferença, o desejo implica conectar e desconectar, o que mantém a tensão das relações de força territorializada com a família, com os amigos, etc. O embate constitui-se

em manter a produção e a espreita de um traço, de um fragmento, uma produção desterritorializante daquilo que afete como algo estranho ou diferente.

A experimentação, isto é, tomar a vida, os encontros como experimentação e o enunciado como função existencial faz as pessoas se aproximarem ou faz as pessoas se afastarem. Paulo sente alguma recompensa na experimentação, mas também sente tristeza ou mesmo raiva, silencia-se, como vimos no AT ou como nos foi relatado nos encontros. O mundo traduzido apresentado a Paulo pela mãe não é o mesmo (nunca é) que o mundo que se abre ao encontro e no (des)encontro com Paulo, que se abre mais ou se abre menos na experimentação. No AT parece que é isso que se dá, talvez não a toda hora, em todo encontro, mas em algumas das vezes que, ao abrimos para o estranhamento, já estamos tomado por ele. Propor a experimentação é propor não-saber. Entrar ou compor um mundo a partir da experimentação não é não saber o significado ou não saber o sentido dos encontros. Mas é entrar a partir do não-saber, do [não-]sentido, pois do contrário, já se entra armado de significantes e de significações.

Nos encontros, o que possibilita territorializar sobre as imagens e desterritorializar-se é que as imagens as quais Paulo remete são imagens dúbia, ambíguas, ambivalentes, transformacionais. A imagem é mutante-mutacional e a linguagem é fragmentária. Dessa disjunção, nessa desterritorialização-experimentação, os enunciados estão relacionados com os modos de sensibilidade, isto é, com o agenciamento coletivo de enunciação, com o regime de signos e misturas de corpos, com as imagens de filmes, com os personagens, com as visões e audições. Temos ai uma metamorfó(p)tica, como já apresentamos.

Nesse sentido, os objetos “exteriores” são o modo como nos afetamos (os objetos compreendem-se ou empreendem-se na sensibilidade da relação com o corpo, no afetar e ser afetado). Os objetos, os enunciados, o corpo e a linguagem relacionam-se, constituem-se segundo o modo como se está agenciado na relação de afetar e ser afetado, de movimento, repouso, velocidade e lentidão que se tem com eles. Por isso não existe objeto a priori, nem objeto dado ou objeto determinado de antemão.

Como já dissemos, não se intui apenas o objeto ou apenas o sujeito, como poderíamos pensar, mas só se pode apostar ou intuir a relação, apenas a relação de afetação – movimento, repouso, velocidade, lentidão e afetos entre sujeito e objeto (uma intuição-instinto singular, ou de uma singularização). Mas essa relação não pode ser discursivizada [não pode ser reduzida à linguagem] pois é uma relação de diferença ou diferenciação.

Essa relação, entretanto, pressupõe, reciprocamente, um modo de expressão (e de se afetar) que se constitui por regime semióticos diversos. Relação e expressão que, longe de serem relações de simbolização ou representação, são intervenções. Nesta concepção, os predicados

só são atribuídos às coisas na medida em que nos aparecem ou acontecem, por exemplo, no AT: “Prof. Roberto é longe” ou “meu vô é longe”, “sou *Hulk*”, “[sou] velho-novo” ou em diversos outros momentos cada enunciado: *Hulk* é herói! / *Hulk* é herói? / Eu sou herói? /; Eu sou *Hulk*? “Longe”, “*Hulk*”, “velho”, “novo”, “herói” não são predicados, não são significados. As frases não são proposições que devam ou possam ser julgadas como falsas ou verdadeiras, mas constituem enunciados, acontecimentos, uma discursivização inseparável da experiência, do procedimento em que individuamos com a vida singular que nos constitui. Os enunciados podem ou não expressar um proposição, mas são as proposições que se remetem a enunciados.

Com a oralidade maquínica, Paulo expressa de si ou co-empreende uma narrativa de si segundo a maneira pela qual é afetado nessas relações tal como se relaciona nos agenciamentos-territórios em função dos quais está individuando-se. Nesses agenciamentos, é preciso ser afetado pelos fluxos materiais e suas semióticas para que tenha uma intuição de si (intuição em função de como se é afetado), há uma contração em que os elementos diversos e diferenciados compõe o corpo e as ideias, reunidos na essência desejante e diferenciante e não sob a essência eterna ou imutável.

Desta feita, temos signos do desejo que compõem uma cadeia significante mas que em si mesmos não são significantes, que respondem, não às regras de um jogo de xadrez linguístico, mas às extrações de um jogo de loto, das quais uma palavra, ora um desenho, (uma imagem), uma cena de filme, um personagem, ora uma coisa ou um fragmento de coisa ou signo, só dependendo uns dos outros pela ordem das extrações ao acaso, só se mantendo em conjunto pela ausência de liame (ligações não localizáveis), e cujo único estatuto é o de serem elementos dispersos de máquinas desejantes também dispersadas (DELEUZE; GUATTARI, 2010a, p. 408).

Tendo apresentado como se constitui o processo intensivo e a oralidade maquínica, vamos apresentar como ela constitui linguagens territoriais maquínicas ou linguagens estéticas no procedimento.

3.12.2. *Linguagens territoriais maquínicas ou linguagens estéticas*

Na cartografia dos enunciados dos encontros, temos nos encontros do AT, o [não-]sentido, os equívocos, as palavras de ordem, palavras de fuga, palavra estética, palavra bruta, palavra interrogante; temos a presença de uma oralidade maquínica, a destituição do nome próprio, do ‘Eu’ e uma narrativa de si, que entram na constituição de uma alteridade em seu

fazer-saber que implica a invenção de uma linguagem menor, intensiva ou uma linguagem territorial, como estamos vendo nesse percurso intensivo.

Essa linguagem territorial ou linguagem estética são singulares, heterogêneas e heteróclitas e atravessam os discursos homogêneos da organização, discursos ou discursividades sociais cristalizadas na forma do bom senso e do sentido único. Essas linguagens não tem o regime significante como central ou centralizador, todavia remetem a uma experiência estética em sua produção.

Em função de um ordem do discurso, as linguagens estéticas podem ser capturadas ou valoradas como não conformes, ou como patológicas, pois se constituem numa alteridade que foi relegada à patologia, loucura, mentira ou desrazão no decorrer do desenvolvimento dos pensamentos científicos e filosóficos no ocidente; ou são remetidas a um sistema de regulação dominante, hegemônico, social ou cultural, com ordem e regras às quais deve se submeter, ser normatizado, catalogado, subjetivado e conformado.

Nesse sentido, nos referimos a linguagens⁴² territoriais, locais, para dizer do modo como a linguagem nos implica como agenciamento e nos agenciamentos apresentados. Tal linguagem refere-se a enunciados e corpos e por isso não se reduz à verbalização, mas inclui, entre outros, os gestos, os olhares do regime pré-significante, as entonações, os ritmos; a marcação de territórios, como os regimes contra-significante. Também não se refere apenas ao discursivo, mas também ao não discursivo, às práticas e funções existenciais, enfim, a agenciamentos de corpos e enunciados. As linguagens territoriais também se referem a saberes territoriais, locais e menores, não hegemônicos.

As linguagens territoriais estão em contraponto a um discurso pretensamente homogêneo (tipo de estratificação da organização significante), uno e dotado de sentidos *a priori* ou do senso comum e do bom senso; cristalizado, maior, científico, normatizador, como o discurso médico, discurso da ciência, no geral, ou qualquer outro discurso hegemonicamente reconhecido como tendo autoridade hierárquica para arbitrar sobre as discursividades ou sobre as misturas ou regimes de signos (discurso da competências, do utilitarismo cotidiano).

Entretanto, discursos maiores ou hegemônicos e linguagens estéticas territoriais não se anulam (embora uma hegemonia esteja sempre querendo se impor, em nome de algum tipo de estabilização), mas se atravessam e se afetam (em função de agenciamentos mais ou menos abertos à transversalidade). Por exemplo, uma linguagem territorial pode ser capturada e anulada por um discurso maior e passar a fazer parte do mesmo; um discurso maior pode sofrer

⁴² Discursividade local, referência à Microfísica do poder, de Foucault (1979, p. 172)

rupturas pelas linguagens territoriais e ser afetado por ela de modo que isso produza uma mudança singular no primeiro; uma linguagem menor pode ser subjugada por um discurso maior e passar a ser desqualificada e ser considerada um erro. A relação entre discursos hegemônicos e linguagens territoriais depende dos agenciamentos, ou melhor, os discursos e os modos de linguagens dependem do agenciamento para se constituírem como tais, isto é, como discursos e linguagens. Isto quer dizer que é o agenciamento-experimentação que caracteriza os discursos pela abertura ou não em relação à máquina abstrata, à matéria diagramática ou ao Fora.

Daí dizer que discursos ou linguagens estéticas estão implicadas pela coexistência dos regimes de signos, do mesmo modo que por um regime de corpos com suas misturas e afetações. Uma linguagem comprehende regimes de signos territoriais ou semióticas territoriais em função do campo problemático dos sentidos instaurado pelas relações intensivas de forças. Um discurso pretensamente hegemônico, maior, segundo sua ordem, tende a estabelecer e tentar assegurar um só regime de signos (o significante, as representações, por exemplo), subsumir singularidades ou arbitrar sobre as singularidades, cristalizar o quanto possível o agenciamento ou os territórios e restringir, evitar, descharacterizar, desvalorizar as misturas de corpos e os modos diferentes de afetar e ser afetado.

Dito isso, podemos nos referir aos dizeres de Paulo, que, nesses encontros, constituem-se em uma linguagem territorial em sua singularidade (linguagem estética) que comprehende, no caso Paulo, no procedimento linguístico que estamos traçando aqui em relação e em função à cartografia e à experimentação. Nesse procedimento também destacamos a literalidade das palavras, a oralidade, por isso uma certa linguagem literal maquinica, oralidade maquinica que tensiona a linguagem.

Como vimos, a oralidade maquinica se refere a blocos de sensações, de afectos e perceptos do plano de imanência real, que são compostos de práticas estéticas para aquém do oral, do escritural, do gestual, do postural que podem desmanchar as significações (o estrato de organização). Os blocos de sensações, de perceptos e afectos compõem um processo de produção de uma subjetividade do fora que não teme a finitude, a experiência de vida, de dor, de desejo e da morte, mas as acolhe como um templo da vida, como afirmado por Guattari.

Nesse sentido, as variações inerentes à própria língua em função desta oralidade maquinica, marcada por afectos e perceptos, respondem ao processo de desterritorialização e experimentação, à produção de uma língua menor, de palavras de fuga constituindo um certo tipo de procedimento.

Nos encontros, a partir do modo como Paulo agencia-se e é agenciado, pode se dizer que ele estaria “manejando”, e isso não é de um conhecimento regular, mas de um saber ou fazer-saber, um artifício, constitutivo na vontade de potência, vontade de movimento, de diferenciar-se. O artifício trabalha sobre o corpo-linguagem e corpo-linguagem trabalha sobre Paulo num processo de individuação que diz respeito à hecceidade e não há um sujeito.

Tendo apresentado a oralidade maquinica e as linguagens territoriais poderemos destacar as narrativas-ficções de si como parte do procedimento intensivo e em função dos desencontros com os signos, além de marcar, também, o basculamento dos agenciamentos.

3.12.3. Narrativas-ficções de si

Como já antecipamos, no basculamento dos agenciamentos, no processo de (des)territorialização, na abertura à experimentação, temos mudanças no processo de subjetivação e, assim, a possibilidade de outros modos de enunciação. A enunciação depende dos agenciamentos, do regime de corpos e regime de signos, dos territórios e dos processos de subjetivação. Depende de como esses agenciamentos estão mais ou menos abertos ao plano de experimentação-imanência.

Cada modo de enunciação na composição do agenciamento marca imbricações de um processo de subjetivação, um processo de individuação, uma prática política no e dos territórios-desterritorialização.

No procedimento que estamos mapeando, um outro modo de subjetivação é marcado pelo compartilhar de algo, uma história memorável para Paulo. São memórias fragmentárias e fragmentadas através das quais ele pode contar ou compartilhar, a seu modo, o que viu e ouviu, a respeito dos filmes, desenhos e heróis; o que viu e ouviu de familiares e, ao mesmo tempo, compor uma narrativa de si como blocos de afetos e perceptos, para além da evocação de uma memória-lembrança.

Nesse agenciamento, as narrativas não se reduzem a uma história pessoal e memorável. A narrativa funda-se na diferença de variação singular, em função dos afectos e perceptos os quais remetem à condição de um processo de subjetivação e não à um sujeito. Há ai também uma imbricação de uma experiência de si como e no processo de subjetivação e nas experimentações de Paulo, em sua individuação, nos trajetos de vida e afetos. A narrativa de si compõe uma ficção-de-si e essa ficção compõem a narrativa, a um agenciamento. Essa ficção de si remete não a uma subjetividade e/ou intersubjetividade, ou interioridade particular, mas, pelo contrário, à uma hecceidade.

Na narrativa como linguagem-experimentação pode-se escutar o eco da experiência de ser afetado, a experimentação de uma vida. A narrativa aparece-nos como agenciamento de enunciação. Dizer isso é dar à ela, à narrativa, determinada vida. Narrativa que guarda ou resguarda os fragmentos de fábulas, filmes, histórias como afectos e perceptos de um sujeito disperso-em deslocamento, em processo. Dizemos que está em deslocamento ou processo, pois ai já não há predomínio do regime significante – repetição mecânica- repetição de lineamento.

Narrativas ou ficções de si são forjadas na relação com a territorialidade, seus processos de desterritorializações e reterritorializações, e com aquilo que acontece nos encontros de Paulo com o mundo, com outrem, ou no AT. A narrativa é, assim, um agenciamento, uma prática que coloca a relação com os territórios, atividades e regimes de subjetivação diferentes. Desse modo, a narrativa não é feita em algum momento determinado em que Paulo pára para contar a história da sua vida, seus encontros, desencontros, amores, desamores, fracassos, sucessos, o que conhece ou desconhece.

A narrativa se inscreve no percurso intensivo dos encontros pelos diferentes modos que é afetado por diferentes signos dos encontros. Ela emerge em fragmentos. Não se trata ai de um “em-si” de Paulo, mas um ‘Si’ dos territorialidade-agenciamentos no percurso intensivo em que Paulo está em vias de individuação. O ‘Si’ é trazido à tona em função da atividade relacional em que o acompanhado é afetado. Não se trata mais de um estrato de organização do que deve ser lembrado para ser dito, segundo uma memória voluntária, mas de experimentação.

Nesse plano de experimentação ou consistência, não se trata de um ‘eu’ ou um sujeito autônomo, consciente de si, portador de essência ou substância. O ‘Si’ é uma relação em função da experimentação caracterizada como perda do ‘eu’, como já dissemos anteriormente. O ‘Si’, portanto, não está em função de uma atividade cognitiva ou introspectiva, ou atividade de autodescoberta de alguém que manifesta sua essência. Para entendermos esse ‘Si’ devemos nos afastar da ideia de sujeito fixo, suas posições imaginárias de sujeito ou algum tipo de posicionamento ou sentimento a respeito da vida.

Temos, então, uma outra instanciação que perpassa os encontros em função dos circuitos intensivos da experimentação. Essa linguagem-narrativa se destaca pois nos aparecem como uma novidade no AT, implicada pelo modo singular de Paulo se haver com os signos, com a linguagem, com os corpos, como agenciamento de enunciação, como estamos apontando na tese. Esse modo de haver-se com o que lhe acontece, constitui-se em um fazer-saber, em uma narrativa.

A narrativa pode ser compreendida como os modos como Paulo compõe fatos, lembranças ou memórias que remetem às imagens, aos autores e aos personagens de filmes,

como vimos nos relatos, que pareciam, num primeiro momento, dizer algo sobre ele próprio ou a respeito de uma territorialidade em que ele se (des)encontra. Por exemplo, no capítulo 1, seção 1.0. Resumidamente, os filmes que assistia, o fato desses filmes serem antigos (“bolinha prá trás”), o fato de a mãe ter dito e explicado os filmes, ter dito quem era o diretor, quem era o bandido, quem era o mocinho; depois, o fato de ele ser muito novo na época do filme (“bolinha prá tras”; “eu nasci na barriga da minha mãe”); o fato de, ao ver uma pessoa carregando sua filha nos ombros, lembrar-se do filme *Comando para matar* e do pai dele que o carregava do mesmo modo, conforme ele nos disse. A música tema do filme “Indiana Jones” marca a “aventura” no parque.

Nesse sentido, destacamos a mudança que nos pareceu se dar a partir da atividade de filmar e depois de vermos os “filme” que montamos e editamos, as fotos ou as imagens que filmamos. O caminhar ou os “passinhos” dele ou das outras pessoas remetem, a partir daí, a andar como o *Banner*; “passinhos” do *Banner*, fazem-no lembrar também o personagem *Rock*. Como já foi relatado no capítulo 2.

Como dissemos, parecia que Paulo, nos encontros, andava de um modo que parecia mecanizado, parecia não se importar com o entorno. Todavia, em composição com as atividades e com os enunciados que surgiram vimos uma diferença nos modos de Paulo lidar com os encontros. Que diferença é essa, e em que consiste dizer que há uma diferença nesse modos?

Podemos dizer que Paulo se coloca a interpretar, com certo sucesso, os signos sensíveis e os signos significantes, e faz as associações que lhe acontece fazer. Os sentidos parecem estabilizados, “dizem” da associação de ideias e da memória. Abaixo as associações, segundo alguns enunciados:

O Enunciado “é uma aventura” diz que a “aventura” não é mais do filme (as cenas do filme “Indiana Jones” que Paulo viu ou o fato de alguém lhe dizer que o filme se tratava de uma aventura), mas constitui da dificuldade, do medo e da travessia da ponte. Talvez digam respeito ao medo de cair, e componham a experiência vivida naquele momento. Não é uma proposição, uma predicação, mas um enunciado em seu regime.

Os passos não são mais do *Hulk*, do herói ou do bandido (imagens do seriado “*Hulk*” que ele viu ou o fato de alguém lhe dizer que o personagem é herói, bandido ou monstro – como na descrição das cenas de abertura já relatadas), mas constitui os passos dele em sua experiência de caminhar no parque.

Do mesmo modo, os passos não são mais apenas do *Rock*, mas das pessoas que passam ou andam pelo parque; a sombra não é mais apenas do *Peter Pan*, mas nossas sombras

projetadas no chão. Não se trata só de uma experiência de outrora, do tempo passado, mas remete também à experiência vivida, que acontece no que chamamos de tempo atual.

Entretanto consideramos que esses signos sensíveis e materiais (os pés, os passos, a sombra no chão, a ponte) não se reduzem a essas supostas ou precárias associações, que também são materiais, pois as associações não se mostram suficientes para esses signos. Esses signos sensíveis - os pés, a sombra, a ponte - não surgem apenas como produto de uma associação de ideias, mas também em sua essência (dos signos), em sua diferença que afeta o corpo.

O signo sensível se vê desmaterializado em sua atualização no agenciamento no qual se atualiza, segundo regime de enunciados e regime de corpos, entre os quais (entre a ponte e a aventura; entre a sombra e o personagem *Peter Pan*; entre os passos das pessoas e o personagem *Hulk*), a diferença da variação que não se atualiza, mas provoca um tensionamento, uma instabilidade, frente a qual vemos o procedimento linguístico no percurso intensivo. Vimos esse funcionamento nos relatos e como isso se deu diante em repetições mecânicas e interrogações, como já explicamos.

Nesses funcionamento parecia que os signos (sensíveis e significantes), imagens de cenas vividas e dos filmes assistidos com os familiares ou com a mãe, se cruzam com os signos dos encontros como signos sensíveis, significantes e contra-significantes dos encontros no AT na invenção do procedimento linguístico como experimentação. Nesse procedimento, destacamos a deriva entre os signos significantes e contra-significantes como já mencionamos, entretanto, desta feita, temos a presença e a deriva pelos signos sensíveis. A deriva está marcada pela decepção com os signos; ela se dá em função de os corpos não se darem aos sentidos e a linguagem não estabilizar sentidos.

Nesse circuito intensivo, consideramos que a linguagem como experimentação estética no agenciamento coletivo de enunciação (os signos sensíveis, o regime significante, as repetições) impede que as imagens (associadas ou em associação) se fechem nelas mesmas e, por isso, por não se fecharem, temos um regime de imagem-tempo, um regime cristalino “que procede por cortes irracionais e só tem reencadeamentos, e substitui o modelo de verdade pela potência do falso como devir” (DELEUZE, 2010, p. 90). Esse falso como devir está compreendido, também, na reversão do platonismo, como já foi apresentado anteriormente, isto é, compreendem os simulacros que sobem à superfície.

Dito de outro modo, segundo a reversão do platonismo e do estruturalismo, temos os corpos afetados nos encontros, no jogo estético dos ritornelos, segundo o objeto *a*-estético que circula nos planos, sem pertencer a nenhum deles. Esse jogo impede que as imagens se fechem nelas mesmas, que as palavras colmatem o sentido, pois perpassa ai um acontecimento-sentido,

um (des)encontro, uma disjunção inclusiva que recortam corpos e imagens, os corpos e a linguagem, impedindo que se fechem em identificações.

Na linguagem estética, as narrativas ou dizeres agenciados na deriva dos (des)encontros no AT fazem com que as cenas, as imagens às quais Paulo remete, não se fechem sobre si mesmas e impedem também que as derivas venham a se fechar sobre si próprias. Isso implica a abertura à circulação do [não-]sentido, aos equívocos ou não-entendidos nas próprias narrativas.

Com a experimentação no e como circuito intensivo, nem as palavras se fecham sobre si, nem as imagens se fecham sobre si, nem os corpos se fecham sobre si, assim como o conteúdo e a expressão não se fecham sobre si, mas intervém em função do objeto estético que circula e que as atravessam, indo de uma para a outra, num jogo estético, sem pertencer a nenhuma delas. São passagens que tornam indiscerníveis as imagens-corpos-palavras-sons-expressão-conteúdo.

Os movimentos-derivas são vivenciados de uma maneira inédita, inusitada, implicando outro modo de subjetivação, a abertura ao processo, o que é diferente do estrato de organização já dado e que exige um modo de subjetivação,

As imagens-sons (óptico e sonoro) são entrelaçadas em ritmos alternados dos corpos, alternando entre velocidades, lentidões, movimentos e repouso, seguindo conexões montadas entre a máquina desejante-oral em sua oralidade maquinica e o plano de abertura da experimentação aos afetos. As imagens-corpos-sons-palavras não param de agir uns sobre as outros à força dos afetos, imprimindo força ao agenciamento complexo e fortalecendo, igualmente, as conexões que se fazem e desfazem ao sabor do pulsar do plano de imanência. As imagens-corpos-sons-palavras montam e desmontam com os jogadores na deriva, com acompanhado e o acompanhante. Similarmente, acompanhado e acompanhante conectados a tais imagens-corpos-sons-palavras narram as ficções que eles também reelaboram. Temos aí narrativas, mais que discursos.

Narrar é contar, expor os acontecimentos através do expresso, dar a saber, ou como propomos nesse trabalho, fazer-saber, tomar conhecimento ou dar a conhecer⁴³, e isto, no contexto deste trabalho, não tem nada a ver com contar ou dizer a verdade, como já dissemos, mas com a vontade de potência. A partícula “Si” (“narrativas de si”) não se restringe a remeter

⁴³ O verbo “Narrar” tem origem no verbo latino *narru* (contar, expor narrando, dar a saber), por sua vez derivado do adjetivo *gnārus* (que conhece, que sabe). Recuperado da internet da página do Instituto Universitário de Lisboa, PT, no endereço <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-etimologia-do-verb-narrar/30046> dia 06/06/2018 as 16:00 h.

à posições de sujeito, sujeito personificado, pessoal ou a um ‘Eu’ pessoal, ou transcendental, a respeito do qual se conta algum fato verdadeiro, mas a um processo de subjetivação e (des)territorialidades em que se criam e inventam modos de agir e pensar em função de hecceidades.

Nos encontros com Paulo, quando uma palavra surgia, evocada de uma outra vivência, de outro território ou de outro tempo, de uma memória, de um território cristalizado, do hábito ou do ritual (repetição mecânia), e passava para um plano de possibilidade de experimentação, como propomos nos abrir, algo retornava de forma diferente do que tinha sido dado ou conhecido. Assim, a possibilidade de criação-invenção-circulação no agenciamento coletivo de enunciação se constitui por um basculamento, por alguma coisa que deslocava o *status quo* e daí surgia uma questão diferente (ser velho, ser novo, ter nascido ou não na barriga da mãe, ser homem, ser Hulk, ser herói, estar numa aventura), um enunciado, uma expressão diferente o que, por sua vez, causava o equívoco ou uma indiscernibilidade para que alguma outra coisa, um signo, um enunciado, um fragmento, ocorresse como e no agenciamento coletivo na experimentação.

Isto quer dizer que narrativa perpassa e marca a fragmentariedade dos encontros. Nesse sentido, gostaríamos de retomar o caráter performativo dos encontros para marcar as narrativas. O caráter performativo relaciona-se com a espessura pragmática e existencial dos encontros no sentido que a experimentação diz respeito aos corpos e aos enunciados de modo que agenciar e ser agenciado, remete não só a evocação de um vivido, de uma memória, mas também evoca o sentir-se (ser afetado-afetar) marcado (afecção) existencialmente pela vivência-experimentação do encontro. Essa marca é irredutível à memória voluntária ou involuntária; é irredutível à sensível dos objetos dados e já significados.

Nesse processo, nas narrativas, segundo consideramos, só se toma as palavra como se fossem suas – isso não deixa de ser um equívoco, pois o agenciamento de enunciação é coletivo e o discurso indireto –, numa situação que ‘afetar – ser afetado’ seja condição para tal agenciamento, daí dizer que “tomar a palavra” /agenciado e agenciar é uma experiência singular de si. Nessa experiência e agenciamentos, as palavras são tomadas em sua expressão.

No caso em que Paulo apenas repete o que é dito pela mãe ou por outros familiares, há, certamente, uma experiência, mas, de certo modo, colmatada por significações prévias e sujeitos dados outros (repetição mecânica – fale isso, fale aquilo, fale assim, deixa que eu falo). Todavia, no modo que ele, agenciado/se agencia, numa possibilidade de experimentação, há indícios de uma certa subversão das palavras de ordem, e daí surgem as palavras de fuga e a ruptura do discurso organizado ou que se propõem estabilizar (discurso médico-psico-

pedagógico). Essa ruptura passa a dar lugar a uma linguagem metaestável, a partir da qual, temos a narrativa por outros meios.

É nessa dimensão de experimentação dos afetos que Paulo parece, nos encontros, em vários momentos, querer conectar ou resumir (enunciar) tudo que já foi dito antes dele ou para ele, o que poderia ser um modo de tentar reunir um todo de algum modo, a fim de dar ou produzir certa estabilidade e sentidos, que, por sua vez, lhe escapavam diante da precariedade dos signos. Destacamos aqui, principalmente, os signos sensíveis e signos mundanos: as questões sobre ser velho ou novo; a calvície, ser corcunda (o signo da velhice, “igual meu padrinho”; ser gordo (“oh o barrigão!”, “eu tô gordo”); os signos da transformação, os pêlos do corpo (“virar lobisomen, igual professor Astromar, essa novela é antiga, hein?... Eu nasci na barriga da minha mãe”); a barba no rosto (“igual papai noel”); a lua no céu (“igual lobisomen”); o sol no olho (“vou virar hulk, pode virar?”).

Nessas narrativas fragmentárias, Paulo parecia querer se expressar para conjurar a dispersão do tempo (sou velho ou novo, sou homem, sou menino) e a instabilidade dos espaços (“vou cair”, “é longe”, “é uma viagem”, “o carro tá perto!?””, “minha mãe tá me esperando?”, “e depois?”). Pensamos que a própria enunciação, para além do ritualizado e mecanizado, gera instabilidade, pois a linguagem como experimentação estética anuncia a própria morte, pois os sentidos estão sempre num plano em que se encontra e desencontra Outrem, e produzem uma fenda, um desnível.

Paulo parece “perseguir” essa fala ou essas palavras da ficção, sejam as dos filmes, sejam as da mãe; num momento ele confirma essas palavras na proximidade da instabilidade produzida pelo [não-]sentido ou da morte temida (“morrer igual meu tio”, “por que morrer, né Dami?”), mas erigida contra ela [contra a morte].

Nesses arranjos, ainda destacamos o personagem *Hulk*, como mostrado nos relatos, principalmente capítulo 1. Paulo, no seu modo de enunciação, fala, narra os infortúnios (a fuga e o silêncio; a inocência e a culpa) do personagem *Hulk* talvez não para expurgar uma possível solidão (“sozinho, sem mulher”), mas para que esses infortúnios jamais terminem, pois eles são as marcas da sua narrativa existente. Uma narrativa que acaba por se constituir como uma marca de certa permanência, de certo território ou territorialidade. Uma narrativa que ele pode, de certo modo, compartilhar no AT.

3.13. Humor e interrogação ou humor-interrogante

Pensamos ser o humor um dos modos que Paulo expressava ou agenciava para lidar com os (des)encontros no AT, com aquilo que acontecia, com as passagens entre os planos, com o deslize e equívocos da organização. O humor está presente e marca muitos encontros, muitos diálogos e situações, mas não está presente em todos. Aqui, vamos destacar como pensamos que o humor entrava na composição do circuito ou procedimento linguístico.

Nos encontros, parecia-nos que Paulo colocava questões que não suscitam respostas, o que produzia, para mim, um estado de interrogação constante; e, às vezes, não era possível dizer se ele estaria afirmando ou interrogando. Em seus dizeres parecia haver predomínio da interrogação e da exclamação, e, na maioria das vezes, uma indistinção entre um e outro.

Paulo apresentava um humor que parecia inocente, inconsequente; as interrogações pareciam ocorrer também involuntariamente, e, na maioria das vezes, era difícil identificar se havia interrogação na entonação que ele fazia, e eu olhava para ele sem entender do que se tratava.

Falar e mostrar as interrogações e o humor nos relatos é/foi um problema, pois na escrita dos encontros, no relato dos dizeres ou nas narrativas, não podemos ver, passar, o humor, apenas podemos apontar e descrever. Como dissemos, Paulo parecia sempre de bom humor; a entonação da voz, às vezes, mas nem sempre, era acompanhada de sorrisos ou risadas; parecia que ele brincava com os modos de dizer, com as perguntas que fazia, com o que ele e eu não entendia. Algumas vezes, porém, o tom mudava, parecia mais sério, em outras vezes, triste, em outros momentos nervoso.

Como vimos nos relatos, parecia-nos que as perguntas que Paulo fazia surgiam, “pipocavam” a todo momento. Às vezes pareciam bem colocadas e articuladas com aquilo que conversávamos, mas outras vezes, destoavam do que estávamos falando, como podemos ver nos diálogos fractais, e tornavam-se, às vezes, em mais um caso de humor.

As repetições, por parte de Paulo, das últimas palavras de determinadas frases que eu falava (como no fragmento sobre os cantores ou autores, quando eu dizia que eles eram velhos, e Paulo perguntava se ele próprio era velho e eu, meio pego de surpresa, tentava corrigir-me e ele parecia achar engraçado). Algumas vezes ele ria após dizer essas frases, mas, às vezes, ficava sério, mas não se dava prosseguimento ao assunto, como acontecia também no caso dos cantores e atores. Parecia sempre haver algo em suspenso, uma abertura em suspensão entre afirmações, interrogações e humor.

Diante de algumas perguntas e das repetições, eu ficava sem saber exatamente o que dizer, hesitava, mas, às vezes, eu respondia a pergunta que ele fazia, por exemplo, ele perguntava: “eu sou velho?”; eu dizia: “você é um jovem”; depois, outras vezes eu fazia a pergunta de volta e

ele respondia. Por exemplo, ele perguntava: “eu sou velho?” e eu dizia: “não sei, você é velho?” e ele falava: “(sou) velho-novo”. Outras situações em que se passava algum tipo de humor era quando eu tentava corrigir o suposto mal entendido, como relatado no capítulo 1, e como podemos rever, como exemplo, no fragmento abaixo:

Paulo me perguntava: “o *Hulk* é feio?”. Eu respondia “você acha o *Hulk* feio?”. Ele prosseguia, como se tivesse ficado espantado com a minha pergunta: “eu sou feio!?”; então eu tentava remediar, mais uma vez, o suposto mal-entendido: “não, você não, eu disse o *Hulk*!” e ele respondia, sorrindo [com bom humor]: “eh, meu aluno!”

Outras vezes ele perguntava: “Peter pan é criança?”, eu respondia: “não sei, Peter Pan é criança? então ele dizia “eu sou criança?” e eu, novamente tentando corrigir, falava: “você não, o Peter pan!”. Paulo tocava em meu ombro, sorrindo, como se eu tivesse caído num pegadinha da *T.V.*

Outro exemplo:

Quando ele me perguntava se o *Hulk* era feio, eu devolvia a pergunta dizendo que não sabia: “você acha o *Hulk* feio?”. Ele dizia: “*eu sou feio?*”. Eu dizia novamente: “não, você não, o *Hulk*”, ao que ele ria, como se eu tivesse caído numa piada. Na sequência desse diálogo, às vezes ele sorria e dizia: “*eh, meu aluno!*”, ou: “*eh, professor!*”; outras vezes não dizia nada ou simplesmente mudava para outro tema de seu interesse, ou dizia uma palavra ou expressão qualquer, que pareciam ter relação com o que dizíamos, por exemplo: “*come!*” ou “*não comi nada*”. Eu olhava para ele, não entendia, e já estávamos em outro tema.

Apresento outros fragmentos, em que tínhamos, digamos assim, certa situação de humor:

Dami: aqui o papel

Paulo: não sou papel. (repetição mecânica em que temos a composição com a palavra marginal).

Olhei para ele, então, ele mesmo respondeu: pensei que fosse (antecipação-inversão).

Esse exemplo, mostra uma das ocasiões em que Paulo parece agenciar frases ou partes de frases que eu já havia dito ou que ele já havia ouvido em outros lugares. Isso acontecia em vários momentos, em função de diálogos como os do fragmento acima. Por exemplo, quando

ele respondia que não era tal coisa: “não sou papel”, ou “não sou poltrona”. Por vezes, isso criava situações engraçadas. Em alguma dessas ocasiões, eu respondia, em tom de humor “ah, pensei que fosse!!!”, então ríamos juntos e, nesses casos, às vezes, ele dizia “eh, professor!” ou “eh, meu aluno”.

Nessas situações, parecia que ele começara a usar repetidamente a expressão que eu usava [“pensei que fosse”], ou se antecipava à minha resposta, usando tal expressão.

Para mostrar a diferença dessas cenas de humor, apresentaremos abaixo, fragmentos de outros encontros em que, aparentemente, não havia humor:

Quando ele respondia com perguntas, utilizando-se das últimas palavras da minha fala, por exemplo: eu perguntava “aí dá pra descer [do carro]? não tem muito capim?”, ele respondia meio rispidamente: “eu não sou capim!;

Nas atividades de desenho era frequente eu dizer: “[esse desenho] parece um elefante,” ou esse “esse desenho é ‘tal coisa’”, ele respondia: “eu não sou elefante!” ou “eu não sou ‘tal coisa’” ou “eu sou ‘tal coisa?’”.

A respeito da pergunta que ele fazia: “que Paulo é esse?”, eu perguntava de volta: “quem é Paulo? e, às vezes ele dizia: “pintor, ator, cantor”, talvez em função das atividades que ele fazia (tocar algum instrumento) ou que fizemos (pintar e filmar).

Em algumas vezes, diante de alguns eventos, por exemplo, uma moto que passava em alta velocidade e muito barulho, eu dizia: “prá que isso, meu deus?”, e Paulo dizia: “que deus? eu não sou deus.”.

Eu ria do que ele dizia, mas ele não ria. Nesses encontros não parecia haver humor, nem na entonação, nem em sorrisos, nem em gestos.

Tendo mostrado esses encontros que se diferenciam em relação ao humor, vamos articular o que nos interessa nessa seção, o humor e a interrogação.

Como nos apresenta Deleuze(2009), o humor é a coextensividade do senso e do não-senso; é a arte das superfícies e das dobras em contraponto a ironia das representações e do ‘Eu’; é a suspensão e certo deslocamento dos sentidos.

Consideramos que algo se desloca em função do jogo de perguntas que fazemos com Paulo. Perguntamos algo e não mais apenas confirmamos, isto é, o que ele parece falar apenas mecanicamente, passa a não mais se garantir pelo fato de dizê-lo ou por, supostamente, ter um sentido por si só. Outra coisa é que, quando tentamos remediar, eu dizia: “não, não, você não”, como me desculpando, eu me preocupava em passar que era um mal entendido por parte dele.

Paulo colocava a mão em meu ombro, ria, como se dissesse “não se preocupe, eu entendi”. São jogos significantes, mas não apenas isso, pois, ele olhava para mim e eu olhava para ele, talvez com a expressão facial preocupada em desfazer o mal-entendido.

Nos momentos em que ele dizia que ele não era papel ou que ele não era poltrona, eu ria e olhava para ele, com uma expressão que talvez dissesse: “como assim, claro que você não é papel” ou eu dizia, rindo, “pensei que fosse”. Depois, em outros momentos, como mostramos, ele se antecipa. Pode ser que tenhamos aí a rostidate restituindo os significantes, mas temos também o humor, o riso e a antecipação constituindo o território.

A diferença é que a rostidate, agora, não estaria, novamente, oferecendo só o significante de e para uma interpretação despótica, mas também, o riso, o humor, uma outra atmosfera dos encontros. Rimos juntos, um para o outro, um do outro. Paulo antecipa-se com uma frase que eu costumava dizer. Seria a própria antecipação o que parecia soar engraçado?

O AT torna-se um lugar em que se passa ou em que tem certa possibilidade de humor, de riso. Onde estaria o humor no território cristalizado, no hábito ou nos territórios familiares? Onde se ri junto com Paulo? Onde Paulo pode rir de si mesmo? O rir, o humor parecem que nos diz de uma coisa que está onde outra coisa estaria. Talvez o que nos espante, acompanhado e acompanhante, nos encontros possa ser colocado segundo a pergunta: como algo pode estar no lugar de outra?

Não temos apenas a rostidate, mas o riso, o gesto, a mão no ombro, o virar-se para Paulo, o rir para Paulo; temos a antecipação, a interferência na repetição, no rito. Já estamos num regime pré-significante em que as várias formas de substância e expressão se entrecortam e se alteram, intervindo na circularidade significante. Esse grau de desterritorialização do signo significante não se deve à sua desterritorialização relativa ao signo, mas ao confronto com um territorialidade-agenciamento que Paulo traça ou está traçando com seus modos de agenciar e ser agenciado.

Como dissemos, o humor é a coextensividade do senso e do não-senso; é a arte das superfícies e das dobras em contraponto a ironia das representações e do EU. Pensamos que o humor estaria nos (des)encontros, e em função de entrarmos no jogo de repetição e estaria em função de deslocarmos algo desse jogo, de tirar algo do lugar, do hábito e familiaridade, e, por algo ser deslocado, algo aparecer-lhe deslocado. Isso parecia estranhamente engraçado para ele, ou melhor, isso nos pegava de surpresa, uma surpresa indefinível. Desta feita, a repetição, o mal entendido, não é remetida, necessariamente, à correção.

A respeito da presença das interrogações, nos apoiamos em Blanchot (2010) para dizer que a palavra interrogante, as frases ritmadas como questões (repetição mecânica e de

lineamento), parecem mostrar a paixão pelas coisas e estados de coisas (com seus signos mundanos ou signos amorosos que decepcionam), e, ao mesmo tempo e por isso mesmo, a fuga das coisas e sua inacessibilidade, e daí um deslocamento (nada está em seu lugar). Dito isso, vamos articular algo sobre o que consideramos ser um humor interrogante.

Em um mundo organizado, em agenciamentos-território cristalizados, os signos significantes, significados, corpos e sujeitos dados tem seus lugares mais ou menos próprios (discurso, práticas e representações): criança tem seu lugar e seu corpo; o personagem *Hulk* pode ter seu lugar como personagem de seriado, de filme ou desenho, ele tem seu corpo, sua ficção, constitui um imaginário em que temos heróis e bandidos; o aluno e o professor também tem seus lugares próprios e suas funções; o acompanhado tem seu corpo, seus modos de agir, falar, se coloca numa função; o acompanhante tem seu corpo, seus modos de agir e falar, é colocado em função de um encontro, de um modo de fazer clínica.

Se as interrogações mostram a paixão pelas coisas e estados de coisas, e, ao mesmo tempo, a fuga e a inacessibilidade, há o humor em deslocamento dado pelo (des)encontro do senso e do não-senso ou [não-sentido]. Os encontros não se reduzem às coisas ou estados de coisas, aos objetos e atividades como dadas e circunscritas; não se reduzem aos diálogos, conversas, palavras e entendimentos fragmentados, e também não se reduzem à abstrações em nome da eliminação de conteúdo.

Nos termos que estamos usando na tese, o humor, constituído por aquilo que é dito, pelo equívoco, pelas expressões, gestos, olhares, não se reduz à uma repetição mecânica de uma representação ou discurso que se ensina a repetir. O humor traça, no território dos (des)encontros, uma singularidade, uma indiscernibilidade que não pertence nem às palavras, nem aos gestos, nem às expressões faciais, mas os conjuga e disjunta. Nesse deslocamento e como deslocamento, as coisas são tomadas em seu movimento de desterritorialização, para além de seus papéis, discursos e funções. Nesse caso, os signos que ai emergem mostram a inacessibilidade das coisas tomadas em seu fluxo de intensidade e, por conseguinte, em seu deslocamento.

Há uma decepção diante dos signos nos encontros entre acompanhado e acompanhante, assim como acontece com a linguagem ou com as palavras, pois os signos mundanos e sensíveis em sua não relação com as coisas, não se reduzem à coisas, mas emitem signos. As questões, por isso, só podem ser parciais-fragmentárias e incompletas (BLANCHOT, 2010), como pensamos poder dizer sobre as questões que Paulo fazia, e, por isso, não há respostas que as satisfaçam (eu sou homem? Sou mulher? sou hulk? sou papel? sou poltrona?). Há respostas, em alguns casos, até respondemos num jogo de significantes, mas podem satisfazer em parte?

Talvez não, pois uma resposta não preenche uma pergunta, mas pode intervir na pergunta, abrindo-lhe um flanco, um lado escarpado. No decorrer da tese, já estamos mostrando que abrir um flanco ou um lado escarpado nos encontros com Paulo, é propiciar o bascular do agenciamento. A presença do humor é um dos modos de apontar esse basculamento e de dizer que há mais do que as repetições mecânicas e mais do que um indivíduo habituado.

Nesse sentido, interessou-nos mostrar, aqui, o humor interrogante no percurso, no procedimento intensivo ou como experimentação de um modo de enunciação, nesse caso, de um modo de agenciamento em que o humor se constitui em um regime pré-significante-signos mundanos-regime significante-regime contra-significante, repetição mecânica-repetição de lineamento, enfim, o humor como um modo de agenciamento maquínico de enunciação.

Antes de finalizar esse capítulo e passarmos aos desdobramentos e conclusões, gostaríamos de mostrar alguns relatos dos últimos encontros com Paulo.

3.14. Últimos relatos: “eu não sei virar o hulk”

Apresentamos algumas das últimas cenas e diálogos dos encontros com Paulo. Assim como as outras cenas relatadas, aponto aquelas cenas que me chamaram a atenção, que se destacaram, que me afetaram. A primeira cena mostra um outro modo de posicionamento da mãe em relação a Paulo; as outras mostram cenas e dizeres de Paulo, durante alguns dos últimos encontros.

A cena da mãe se deu em um dia em que cheguei na casa de Paulo e ela veio me receber e dizer que ele não queria sair comigo ou não queria fazer o AT naquele dia, mas ela veio me avisar que tinha dito para Paulo que ele mesmo é quem deveria conversar comigo. Então ela foi lá dentro da casa, chamou Paulo, praticamente colocou-o em frente a mim e disse-lhe: “olha você e o Dami estão trabalhando há muito tempo juntos, então você é que tem que dizer para ele que não quer sair hoje.”

Enquanto eu esperava Paulo falar, lembrei-me dos primeiros dias do AT, de como ela havia falado comigo sem deixar espaço para ele falar, assim como foi também numa das primeiras cenas em que eu estava tentando falar com Paulo e ela entrou na minha frente para falar comigo quando viu que ele e eu não conseguíamos nos entender.

Agora, nesta cena, Paulo, uma vez diante de mim, olhava pra o lado e para baixo, parecia que não sabia o que dizer. Então ele perguntou, como muitas vezes, mais recentemente, havia perguntado quando eu chegava: “você vai onde hoje?”. Eu respondi que hoje iríamos para a clínica, como já havíamos combinado, mas que poderíamos ir a outros lugares, se ele quisesse.

Ele não respondeu, ficou meio impassivo, incerto sobre o que dizer ou fazer. Então perguntei o que ele queria me dizer, se ele ia querer sair ou não. Com grande dificuldade ele tentou explicar que estava cansado: “amanhã minha agenda está cheia”, “amanhã tem Roberto...”. Eu disse: “sim, mas e hoje?”. Ele parecia bastante desconfortável em passar por aquela situação, então, por fim disse: “cansado”.

***--

Na cena do susto, estávamos no AT com Paulo, andávamos por um bairro da cidade, quando passamos por um portão que não permitia ver dentro do quintal. Paulo passava bem rente ao portão quando do lado de lá pudemos ouvir um latido alto e forte, e ouvimos um cão correndo de encontro a esse portão. Paulo, em sobressalto, se assustou com aquele latido, correu em direção à rua, afastando-se do Portão. Paulo ficou muito assustado, apavorado, mas ao mesmo tempo ria. Olhei para ele nesse momento e ri também do susto que ele tomara, enquanto isso ele dizia: “não virei, né dami...dá um murro na cara dele, não virei *Hulk*”.

Em uma outra cena, numa das tardes que saímos, quando ao virar numa rua, o reflexo do sol bateu direto no olho [estamos de carro, indo para a praça e íamos contra o sol de uma tarde fria de outono, o trânsito estava no seu auge, movimentado, apressado e engarrafado] Paulo disse, enquanto tentava tampar o sol:

Paulo: Queria virar o *Hulk*, lobisomem...quebrar tudo

Dami: e você ia quebrar esse carro ai na frente, esse outro também?

Paulo: Sim

Dami: Então vira

Paulo: [dá uma boa risada] Eu não sei virar o *Hulk*!

Depois disso, falou do sol que havia saído (“oh o sol, saiu hoje”), falou da sobrinha que tinha viajado (“fulana viajou”), falou da mãe que machucou o pé (“minha mãe machucou o pé, Dami”), falou da barba de um professor, falou das aulas com o personal. Tudo isso em poucos instantes, sem esperar ou dar continuidade às perguntas que eu fazia. Mas ele respondeu a uma pergunta que eu fiz sobre os exercícios físicos, dizendo que não fazia mais aulas com o personal. Então, refiz, surpreso, minha pergunta: “você não faz mais aula com o professor de educação física? O que você fez? Dispensou ele? Como foi? então Paulo, disse “não, não, não”, querendo

dizer que não tinha dispensado o professor e falou de uma visita que faria a amigos da família no dia seguinte [“amanhã vou fazer visita...amigos...comer, conversar fiado”], em que comeriam e conversariam fiado e entre esses dizeres repetiu suas perguntas: “você vai sair?”; “você vai dormir?”; “vai para a escolinha?”; “você assistiu filme?”; “você assistiu TV?” e já emendou: “Nada interessante?” (Repetição de lineamento-mecânica).

Chegamos na praça e demos uma volta pela pista de caminhada. O mais interessante foi que sentei-me num banco e disse que não aguentava andar mais naquele dia. Paulo estava em pé, parecia inquieto, parecia querer andar. Então eu disse que ele poderia dar uma volta que eu ficaria esperando, mas ele ficou ali, parado na minha frente, deu dois passos rumo a grama e perguntou sobre a peteca. Eu disse que não tinha levado, mas que estava no carro, mas demoraria ir lá, pegar e voltar. Então eu disse, novamente, que ele poderia dar uma volta na praça que eu o esperaria. Então ele começou a andar como se fosse dar uma volta. Deu uns cinco passos e voltou rindo. Então eu disse: “pensei que você daria uma volta sozinho!”. Ele voltou prá perto de mim. Eu disse novamente, “então vai até lá naquela lixeira e volta”. Ele seguiu em direção à lixeira, deu uns cinco passos e voltou sorrindo, sentou-se ao meu lado e disse: “vai dormir hoje?”; “vai na escolinha?”

3.14.1. “Círculos”

Nessa seção, queremos destacar alguns diálogos que aconteceram depois de bom tempo que já estávamos em AT. Esses relatos se tornam interessantes pois mostram outras composições, outros modos, outras produções durante atividades de desenho que fazíamos.

Retornamos a atividade de fazer desenhos, pelo fato de Paulo dizer que gostava de desenhar e pedir para desenhar. Essa atividade começou e guardávamos os desenhos, que se juntavam em uma caixa. Em alguns desenhos eu escrevia a data e o nome de quem fez, ou alguma coisa que ele dissesse sobre o desenho, mas não em todos.

Esta atividade se estendeu por bom tempo e acontecia em um dos encontros da semana. Depois de certa quantidade de desenhos, quando voltávamos a essa atividade, Paulo pegava todos os desenhos e começava a repassar um por um. Acontece que alguns tinham algo escrito, ou o nome do desenho, segundo a conversa que tínhamos, e outros não tinham. Quando eram esses que não tinham, ele dizia: “não tem nada escrito”. Isso se repetiu em algumas vezes, de modo que, acrescentamos à atividade, a escrita de um nome ou um título para os desenhos, a data e o nome de quem fez os desenhos.

Nessa atividade ele e eu desenhávamos e depois conversávamos sobre os desenhos. Eu Perguntava para ele o que ele tinha feito, tentava conversar, perguntar sobre o que ele tinha feito, pedia para ele dar um nome para o desenho. Eu colocava a data e o nome mostrando para ele como fazia. Depois conversávamos sobre o desenho que eu tinha feito, pedia para ele falar o que era e que nome ele daria. Eu assinava e datava, mostrando para ele a escrita do nome e a data. Um fato curioso é que Paulo desenhava círculos, semi-círculo de várias cores.

Queremos destacar alguns diálogos que mostram algumas diferenças nos modos de enunciação. Esse diálogos marcam algumas diferenças nessess encontros em relação aos outros nos quais também desenhávamos e ele também fazia os círculos.

Em um dos encontros, eu perguntei para Paulo: porque círculos?

Paulo: você não vem amanhã, né? (Repetição mecânica)

Continuei olhando para ele, como que esperando a resposta da minha pergunta.

Paulo: ...to falando com você, você não vem amanhã, né?

Essa resposta de Paulo começa a aparecer com alguma frequência. A pergunta que ele fez (“você não vem amanhã?”) começou a aparecer como um repetição, pois ele parecia não esperar resposta, mas nesse caso, e em alguns outros, ele solicitou resposta ou começou a solicitar resposta)

***_-

Paulo mostra o desenho que ele fez

Dami: O que é?

Paulo: círculos

Dami: por que círculos?

Paulo: êh, círculos, hein? (repetição mecânica)

Dami: e por que círculos?

Espero mais um pouco

Mexi com a mão, ele perguntou, repetindo o gesto: o que é isso?

Paulo: êh pianinho, hein... (repetição mecânica)

Dami: me fala por que “círculos”

Paulo: vai dormir? Vai chover, hein! parou de chover! (repetição mecânica)

Paulo começa a guardar as canetinhas.

***_-

Em outro encontro ainda insisti em perguntar sobre os círculos.

Dami: por que círculos?

Paulo: eu não sou círculos. (Repetição mecânica)

***_

Em outro encontro, pedi para Paulo dar um nome para o desenho que ele tinha feito.

Paulo: Professor astromar. Esse filme é antigo, né Dami? (Repetição mecânica) E continuou: Ele vira lobisomem? Vira homem? Barba feita... (repetição mecânica)

Em uma outra vez, estávamos repassando os desenhos e ao passar por este mesmo desenho, ele perguntou: o que está escrito?

Eu respondi: Professor Astromar.

Ele disse: Nasci na barriga da minha mãe nesta novela.

***__

Em outro encontro, pedi para ele dar um nome para um desenho que eu tinha feito:

Paulo: urso

Dami: porque?

Paulo olhou o desenho de novo, se debruçou sobre o desenho e disse: não to enxergando direito.

Conversei sobre os óculos, perguntei se ele estava tendo dificuldades de ver, e escrevi “urso” no papel e guardei o desenho.

Em uma das vezes que passamos por esse desenho do urso, ele perguntou: o que está escrito?

Eu disse: urso

Paulo perguntou: onde tem urso aqui?

Tentei explicar para ele como foi que chegamos ao nome, mas ele passou para o próximo desenho.

***__

Em outro encontro, estávamos desenhando. Depois que terminamos os desenhos, perguntei sobre o nome do desenho que ele tinha feito, e ele respondeu: círculos.

Dami: por que círculos?

Paulo: vai sair hoje?

Dami: me fala o porquê

Paulo: vai sair hoje?

Paulo: vai para a escolinha...

***--

Em um outro encontro, ele também desenhou os círculos e deu o nome, novamente, o título de “círculos” ao desenho:

Dami: Por que você gosta de círculos?

Paulo: desenhar com você.

***--

Pedi para ele dar um nome para o desenho que eu tinha feito.

Dami: que nome você daria para esse desenho?

Paulo: Vai na escolinha, hoje, hein?

Esperei alguns minutos

Paulo: Cortou o cabelo? Você vai para a escola? Que horas? à pé?

4. (DES)DOBRAR

4.1. A linguagem e a experimentação: implicações para o at

No percurso intensivo dos encontros no AT e/ou no procedimento linguístico que se fez nos encontros com Paulo, dizer que a linguagem é como uma experimentação implica considerar a linguagem como um agenciamento e no agenciamento de corpos e enunciados. Como já foi dito, o conceito de agenciamento nos ajuda a deslocarmos da ideia de finalidade e acabamento, além de deslocar da ideia de verdade e de transcendências.

Nesse en-tendimento, o enunciado “a linguagem como experimentação” é mais um mote, um estribilho, um refrão ou ainda um ritornelo que atravessa os territórios cartografados, compostos pelos encontros, pelas derivas com Paulo na clínica do AT, pelo percurso conceitual em busca das pistas em Deleuze e Guattari, seus intercessores e interlocutores, além do percurso da pesquisa conceitual nos estudos linguísticos; e pelo percurso acadêmico do pesquisador acompanhante. Nesses atravessamentos, constitui-se a desterritorialização e a composição da pesquisa e da tese.

Nesse sentido, a linguagem como “meio” entre outros meios, como intensidade, na expressão enunciada “como experimentação estética” não quer dizer a linguagem faz a mediação entre um e outro dos elementos do percurso, mas implica o agenciamento desses elementos, levando em conta os processos de subjetivação, a relação de forças, de intensidades e de multiplicidade. Um “meio” que perfaz uma “unidade” complexa.

Em relação ao AT, no início dos encontros vimos que as conversas acerca de filmes, personagens, músicas ou cantores pareciam ser as mais seguras para Paulo porque eram habituais e familiares. Paulo conseguia citar nomes de filmes, de atores, diretores e personagens; fazia referências à músicas temas e etc. Além disso, as pessoas, os amigos e/ou familiares se admiravam com o que ele dizia sobre tais assuntos e isso parecia favorecer certo trânsito tanto a Paulo, quanto aos familiares.

Ainda que as repetições soassem mecânicas, elas cabiam ou se faziam intervir no território familiar e habitual; elas ecoavam temas habituais que familiares e amigos, num certo contexto “sócio-cultural”, também ecoavam com outros elementos também familiares. Tinha-se ai um território, um espaço que, de algum modo, funcionava mesmo que precariamente, mesmo exigindo, de quem se propunha a estar com Paulo, alguma paciência diante das repetições.

Com as repetições, Paulo parecia sentir certa segurança. Isso aparecia no modo de falar, na entonação que demonstrava certa afirmação quando falava sobre os filmes e música, pois ele tinha certo conhecimento a respeito, mesmo que citasse apenas fragmentos soltos, mesmo que fossem as mesmas falas em repetição ou, justamente, por serem repetições haveria ali certa segurança. Talvez por isso fosse muito comum que ele, nas ruas, nas atividades, quase sempre começasse a falar dos temas e interesses familiares e habituais, pois ali haveria certa territorialização, certa sentido de permanência e familiaridade.

Consideramos que Paulo, nessa individuação territorial, estava agenciado em um discurso médico-psico-pedagógico e por esses dois tipos de agenciamentos, o familiar- habitual e o médico-psico-pedagógico. As palavras de ordem atravessavam os dois, compondo o discurso d'A mãe. Como explicamos, 'A mãe' é uma agência no discurso cristalizado que assegura ou tenta assegurar o liame entre as representações, entre as palavras e as coisas ou entre o significado e o significante, e, enfim, a estabilização de sentidos no território.

Nesse território, Paulo podia ter certo deslocamento mais ou menos possível dentro da ordem ou organização do regime de corpos e regime de enunciados, que lhe era requerida, segundo a qual, ele era sempre instado quanto ao que dizer, quando dizer e como se comportar. De outro modo, esse tornou-se o território de referência existencial de Paulo.

Entretanto, durante os encontros no AT, nos jogos de repetição, com o estilo de Paulo agenciar-se em repetição; nos equívocos, nas interpelações recíprocas que surgiram, parecia que os enunciados sobre os filmes, as músicas; enunciados a respeito dos nomes de personagens, dos atores e dos cantores, e os enunciados sobre ele mesmo, deslocavam-se de um suposto território supostamente dado e estabilizado. Eles pareciam perder-se de alguma intenção de significar; às vezes, também, os enunciados não pareciam querer fazer alguma referência, isto é, parecia-nos que Paulo não pretendia obter uma resposta ou produzir algum sentido; às vezes Paulo parecia não querer nem respostas, pois não as esperava ou então, diante de uma resposta, mudava o assunto que parecia estar em pauta.

Parecia-nos que se passava nos encontros, não apenas uma criação de tentativas de Paulo se expressar, mas a exploração de modos de expressar diante de um presente, de ações ou de palavras que se faziam sempre insuficientes e precárias pela interpelação do AT nos encontros. No [não]-sentido, em sua tensão e impermanência, as enunciações em seu agenciamento, pareciam se fazer evanescentes, flutuantes e, como isso se dava como encontro, foi contagiando o AT, como território da clínica e o acompanhante, em função dos seus agenciamentos e a proposta de experimentação. Esse contágio foi tornando a paisagem dos encontros numa paisagem crítica.

Tentando compor uma experimentação, tendo em vista a ideia de experimentação que poderia partir de um entendimento ou combinação inicial, uma vez abertos ao que acontecia nos encontros, apostamos naquilo nas atividades, no que era dito, no que era visto, e também naquilo que não era entendido, nem ouvido, e com isso vimos a produção de uma certa discursividade por parte de Paulo. Os encontros passaram por um deslocamento, por um não saber, por certa confusão em virtude dos modos como Paulo “usava” a linguagem.

Então, quando Paulo foi, de certo modo, convocado e interpelado nos encontros, através das questões, da instabilidade dos [não-]sentidos produzida, justamente, por aquilo mesmo que ele dizia em seus modos de repetir, destacou-se os outros modos de fazer as atividades ou mesmo não fazer; assim como modos de dizer e de não dizer algo; enfim, modos de se haver ou não com os encontros. Tais modos se constituíram por algo habitual ou ritualizado, mas também atravessados por uma instância de invenção e criação pelo movimento de repetição e fragmentação, como um estilo, um procedimento linguístico, um percurso que mapeamos.

O gesto de interpretação-intervenção – o *intervenire* –, que acabou por se constituir no AT foi o de desenquadrar o território, encontrar uma abertura e retomar o plano de criação, o plano de imanência assinalante nos encontros com Paulo, isto é, traçar uma transversal, tentar fazer uma composição com o acompanhado nos encontros e desencontros, e, nesse sentido, sair do argumento de que existe uma razão, uma vontade psicológica que poderíamos e deveríamos descobrir a partir de um tipo de alguma interação.

Como exemplo de um dos modos da intervenção e invenção no AT como experimentação, podemos apontar a cena das ruas no primeiro encontro, sobre a rua chamada Paris; a própria proposta de deriva, os passeios pelas ruas, as atividades que se davam ou aconteciam através de pistas que apareciam no encontro e que levavam a outras atividades diferentes; as repetições que fazíamos juntos, as perguntas que passamos a fazer, acompanhado ou acompanhante, sobre aquilo que não se dava por entendido.

Pensamos essa interpret-Ação-intervenção-*intervenire* como uma ação que pôde possibilitar um basculamento do agenciamento-territórios, um processo de subjetivação/produção de sujeito em que houvesse ou se abrisse a produção de algo novo, uma criação como ação em um processo de subjetivação.

Para isso, acompanhado e acompanhante devem estar implicados, isto é, bancamos os encontros com Paulo e pensamos que ele também tenha bancado, insistido nesses encontros como processo e percurso dos próprios (des)encontros, haja visto a continuidade do AT.

Transitamos pelos territórios habituais, familiares e dai a aposta de que, mesmo em face da cristalização, algo de novo pudesse acontecer. Bancar é apostar a desterritorialização de um

território cristalizado em memórias, lembranças, imagens, hábitos, representações e discursos; em modos de relacionar, modos de agir, pensar e sentir.

Na intervenção-invenção, interpretação não é a aplicação de categorias simbólicas a conteúdos que aparecem na fala do sujeito ou nas suas ações, a fim de que ele, como sujeito, tomasse consciência dos significados ou fizesse uma reflexão sobre aquilo que ele faz, deixa de fazer, ou sobre aquilo que lhe acontece. A interpret-Ação, a intervenção, o *intervenire* funciona não como proposição de significação, verdade e validade regulativa, significações conforme, mas diz respeito ao que faz o (des)encontro “ganhar corpo”, “ganho” no sentido de som e “corpo”. No plano dos conceitos que trabalhamos na tese, ganhar “corpo” quer dizer ganhar movimento, repouso, velocidade, lentidões e afetos.

Nesse sentido, ganhar “corpo” tem a ver com o quanto se abre ao *quantum* de contágio do agenciamento; o quanto se permite ampliar os modos de pensar, agir e sentir. Não se sabe isso (o *quantum*) por projeção ou planejamento, ou por categorias de representação, mas pela intuição-instinto-variação pela qual se passa ao ser afetado num processo de (des)territorialização em que se perde, se é deslocado dos lugares comuns. Sabe-se disso no modo de fazer-saber com esse “ganho” de corpo. O que é o ganho? Ganho é “aumento da entrada”, a abertura de um círculo no ritornelo; ganho de permeabilidades, de impermanência, de “entre” e de indeterminação. Ganhar corpo é uma operação de subtração [n-1].

A partir das concepções que estamos delineando, podemos nos afastar de uma visão biopsicossocial – tão afirmada pela psicologia -, que tem a intenção de abordar os sujeitos nas suas dimensões biológica, psicológica, fenomenológica, languageira, mentalista e/ou social; ou abordar a verdade e o conhecimento de si ou do mundo.

Tomados nos agenciamentos, nos processos de territorialização-desterritorialização, o conhecimento de si e do mundo serão problematizados pelos modos de se relacionar, se implicar ou se haver com um mundo colocado em questão, quanto à sua objetividade, estabilidade, completude e significados e sujeitos já dados. Isso nos leva a apontar para o fato de que linguagem pode ser vista também como um modo de se relacionar, se implicar ou se haver com o mundo, mas não se relacionando, necessariamente, com alguma objetividade no sentido de estabilidade ou completude dela própria ou do mundo como referente.

Articulando com essa concepção de agenciamento, nos encontros, o agenciamento parecia se compor em um procedimento que passava pela repetição, pela fragmentação e pela captura de alguma palavra ou expressão que levava a outras palavras e a outras expressões, mesmo que aparentemente repetidas. Por essas características, a linguagem parecia ser mais uma experimentação e/ou tentativas de se haver com aquilo que o afetava.

Desse modo, a linguagem se caracterizava por dizeres, pelos não dizeres, pelas questões, pelos equívocos e desentendidos; pelo sentido e o [não-]sentido; pelos modos de Paulo me questionar e de se questionar; e pelo seu modo de fazer as repetições dos temas de interesse e a presença de perguntas insistentes.

A partir desses elementos, podemos dizer que, no mínimo, temos dois modos diferentes de agenciamentos-territorialidade do AT: os do início dos encontros (o que caracterizamos por repetições mecânicas) e aqueles apresentados nos “entremeios” (o que caracterizamos como repetições de lineamento e diálogos fractais). Esses dois modos mostram as mudanças de territorialidades, mostram o processo de subjetivação, individuação, mostram as mudanças dos regimes de corpos e regimes de enunciados.

A linguagem no agenciamento e como agenciamento de enunciação, parecia se constituir e se marcar pelas passagens entre os regimes de signos e modos de agenciar, e, por conseguinte, modos diferentes de subjetivação. Os enunciados que mostramos, evidenciam a relação expressa entre conteúdo e expressão nos modos em que Paulo se constitui nos processos de individuação relativos aos agenciamentos. Considerar a linguagem na variação e variabilidade de seus agenciamentos de enunciação, implica a linguagem como multiplicidade ou a linguagem na sua relação com o Fora.

4.2. O pensamento do fora – o fora da linguagem

Quando se diz que não se pode dizer tudo, implica dizer que há algo que a língua, ou o discurso não apreendem, que não conseguem articular. Isso que é irredutível à linguagem, à língua ou ao discurso é o objeto X ou *a*-estético no funcionamento do plano de imanência, inconsciente e real na emergência do campo do problemático, isto é, um pensamento inconsciente. Isso implica que há aquilo que a linguagem não significa, não simboliza, que é o real, e esse é o impensável, o pensamento inconsciente.

Como vimos, para Deleuze, o pensar é inconsciente e não se coloca em função de fazer reflexões a respeito disso ou daquilo. O pensamento que ele propõe é diferente do pensamento que a tradição filosófica propõe. A tradição propõe um pensamento que pode pensar o próprio pensamento, um pensamento sobre o qual se pode refletir, um pensamento que leva em conta a boa vontade e a capacidade de pensar ou julgar o que é a verdade ou o que é erro. Enfim, um pensamento regido pelo intelecto e/ou razão. Pensamento que é representação, representação e que pode levar a um conhecimento do mundo. Mas esse conhecimento do mundo, como proposto pela tradição, implica um afastamento desse mesmo mundo, pois sendo um mundo sensível, os

sentidos poderiam tornar o conhecimento errático, confuso e o mundo seria mais uma imaginação que um conhecimento.

A fim de evitar o confuso e o errático dos sentidos, o logos, a razão, devem “elevar-se” sobre os sentidos. A razão, legislando sobre o conhecimento, será capaz de dizer pela representação e pelo conceito, o que é verdadeiro e o que é falso. Temos, nessa operação racional, os conceitos e as representações depurados de qualquer imagem ou imaginação. A imaginação é até necessária aí, mas deve ser superada em favor do que só pode ser discursivo e inteligível.

De modo geral, no âmbito da razão, os conceitos e as representações são capazes de reunir o diverso, as partes do mundo sensível e ordená-las pela semelhança e identidade, de modo que a razão ou os juízos dirão o que é que pode ser dito ou o que tem validade, dirão também, o que não pode ser dito em termos da reunião ou do conhecimento. O que não pode ser dito será expurgado por sua diferença, será silenciado ou desprivilegiado.

Se retomarmos Platão ou o (neo)platonismo, veremos que o papel da razão e o seu expediente em relação à diferença estão presentes, com grandes ou pequenas modificações na filosofia moderna, e compreendem a tradição filosófica [neo-platônica] e os modos de pensar hegemônicos até os dias de hoje e reverbera, assim, nas mais diversas ciências ou campos de conhecimento.

Nas ciências ou campos de conhecimento herdeiros do [neo]platonismo, o papel da razão (ou seu “substituto nominal”) é arbitrar, valorar sobre os sentidos, sobre a diferença que ora será remetida ao semelhante e a identidade, ora será remetida ao negativo em função do que um é o que o outro não é. Nesse arranjo, a razão ou seu “substituto nominal” arbitra sobre os sentidos a partir de uma lógica da razão, lógica discursiva. Como foi visto, Deleuze e Guattari propõem uma lógica dos sentidos.

Como vimos, sob a óptica (e ótica) da razão, os sentidos deverão ser subsumidos sob as ordens da razão ou, de outro modo, sob o simbólico ou sob a racionalidade do simbólico em que “tudo” deve passar pelo simbólico como efetuação das relações sociais. O que não é simbolizado ou que não pode ser simbolizado, ainda pertence ao campo da linguagem ou da razão, faz parte do seu domínio, e entra na sua dialética.

O que pode ser visto, de modo geral, é que se dá à língua/discurso o papel de racionalidade ou racionalização que a tradição filosófica dizia dar ao pensamento. Essa racionalidade da língua ou do discurso é a condição de ser homem, de estar na cultura e fazer parte do social. Aquele que não pensa ou simboliza “conforme” o que está homogeneizado ou estabilizado no

discurso é considerado anômalo, está à margem, está acomodito de algum tipo de patologia, restando ser internado e/ou tutelado.

Nesse sentido, a língua é colocada num certo papel da razão-racionalização. Dito de outro modo, a razão ou a “função razão/racionalidade” permanece como central. A proposição de uma Linguística como ciência pode dar lugar a esse papel da razão, mesmo em face da ampliação e da contribuição para as ciências humanas, para as discussões sobre a subjetividade e para as ciências da língua.

Entretanto, como vimos, para Deleuze e Guattari, assim como para Nietzsche e para Foucault, o pensar é um combate intensivo de forças, uma luta, e só se pensa quando se é forçado por aquilo que afeta. Temos aí um pensamento que só vem depois, um pensamento inconsciente em fluxo maquínico desejante que nos arrasta na inventividade de outros modos de sentir-pensar. Esse pensamento de um corpo afetado é o que topologiza os corpos, que escapa da língua como um sistema que daria a estabilidade para o discurso. Consideremos, assim, que isso que escapa é o pensamento do Fora. Não é que o pensamento do Fora seja uma exterioridade da língua, mas é o seu próprio Fora.

O pensamento que a teoria científica da língua usa para dizer que é como massa amorfa, como é visto na analogia feita por Saussure, só poderia ser o pensamento como a tradição filosófica concebe. Esse pensamento sob a ação do sistema linguístico proposto, pode ser considerado como imaginário, estando, assim, sob o domínio do mesmo, da identidade e da semelhança daquilo que está ou será estabilizado no discurso e pelo discurso, a fim de juntar o disperso e constituir uma totalidade que submete as singularidades a uma representação e/ou simbolização.

Nesse contexto, mesmo que algo escape do corte, esse algo ainda é da linguagem, como dissemos. Desse ponto de vista, esse algo que escapa ainda pode ser articulado. O pensamento é tomado pelo imaginário justamente pela concepção da atuação da língua como sistema que o captura e o discretiza numa atuação imaginária, como na ocupação da casa vazia, como vimos na reversão do estruturalismo e do platonismo.

Essa ação de captura e discretização dispensa ou colmata os afetos e a variação, pois ela, a captura e o corte, acabam sendo uma atividade no domínio da razão, de uma racionalidade, de busca de constantes e padrões, assim como acontece na tradição filosófica que reúne a diferença sob o conceito, como uma reunião imaginária que dispensa os afetos. O problema é retirar, dispensar e submeter os afetos, os corpos e os acontecimentos a algo que pode ser simbolizado.

Para além da tradição do pensamento [neo]platônico, temos a proposta nietzsiana de multiplicidades, e na esteira desse pensamento, Deleuze, Guattari, Foucault, os intercessores e as interlocuções que apresentamos. A partir da reverberação da reversão do platonismo e do estruturalismo, os afetos, os corpos e os acontecimentos, as palavras e as coisas, estão em função do embate do fluxo intensivo de forças, em função de um caos-germe do plano de imanência Real.

O pensamento, como vimos com Deleuze, Guattari, Nietzsche e Foucault seria o Fora da língua, irredutível à tarefa significante. Como efeito da reversão do platonismo e do estruturalismo, o pensamento do Fora é o que faz um corte, é o próprio corte como processo inconsciente de produção-conexão-corte-consumo-produção, é uma ruptura-acontecimento de qualquer sistema que se baseia na ilusão do UM, do UNO. É esse pensamento-fissura que é responsável pelo desencaixe da línguagem, pois ele não pode ser capturado por ela.

Na emergência desse pensamento é que se tem um embate entre linguagem, corpo, sentido e imaginação; entre palavras e coisas, conteúdo e expressão, de modo que, estando afetados, estamos sempre num campo intensivo, na tensão dos embates “entre”, em que cada um dos elementos, para além de um plano de organização, leva o outro ao seu limite.

Nesse campo de intensidades, o pensamento é, nesse entendimento, paradoxal, o pensamento como [não-]sentido que só pode ser sentido. Pensamento-afeto. Desse modo, o sentido é logicamente primeiro, e é a condição coextensiva para a significação, a designação ou a manifestação (LOPES, 2006).

Esse funcionamento intensivo, imanente e inconsciente investe diretamente a produção desejante no *socius* como máquina semiótica e máquina social. Temos, então, os agenciamentos como investimentos, como produção desejante. Haveria, segundo certos agenciamentos, a necessidade, ainda que supostamente importante e inevitavelmente imaginária, de representar, interpretar, de significar, de simbolizar, de dar sentidos – um sentido único, um bom sentido, uma identidade- em função de agenciamentos específicos de corpos e de enunciados. Entretanto, é necessário ter em consideração que representar, simbolizar ou dar sentido são apenas aspectos, criações e invenções, e não são finalidades ou objetivos dados de uma vez por todas.

O “corte-conexão-captura” do sentido é parte do funcionamento dos agenciamentos, mas tal funcionamento depende da abertura aos afetos, da circulação do [não-]sentido, isto é, a “captura”, a estratificação e formalização são partes e não a finalidade do processo. Abrir-se aos afetos, afetar e ser afetado é condição para afastar as ilusões transcendentais – finalidade,

liberdade e transcendência – responsáveis pela finalização do processo ou suas estagnações ou fugas imaginárias.

Desse modo, a “captura” não impediria ou consumiria a intensidade do pensamento-afeto, haveria um resto como diferença, por isso não haveria síntese ou, dito de outro modo, as sínteses são inclusivas e disjuntivas e esse resto é o que perpassa e transversaliza como diferença, como o retorno da diferença ao sistema, desestabilizando-o e impulsionando o processo como produção do novo, como repetição da diferença.

O pensamento do Fora resiste-articula-embate, por isso não há uma harmonia, por isso a língua não diz tudo, por isso não há representação discursiva de tudo. É nesse embate que cada um, pensamento, linguagem e corpo, podem ir para além dos seus limites. O pensamento pode ir além do pensamento-recognição-representação, e pode ir além da consciência que se têm dele; a línguagem pode ir além da linguagem-representação-simbolização; e o corpo, também, pode ir além do conhecimento e da consciência que se tem dele.

Ir além não é transcender, ou dirigir-se às transcendências ou buscar outro mundo perfeito, mas é afirmar esse mundo mesmo, em seus acontecimentos-encontros-desencontros de corpos, em sua imanência e embate de força, sem precisar de justificativas. Ir além é afirmar a indeterminação, a diferença, o [não-]sentido que constitui o mundo e a vida como criação e invenção. Em outras palavras, é afirmar o simulacro.

A língua, ao invés de fazer capturas ou discretizações do pensamento, expressar um pensamento, uma formalização do pensamento através da língua, articulando-se aos padrões conforme a convenção, conforme o simbólico, conforme o social, conforme o estabilizado, conforme a gramática, conforme o discurso, é levada ao embate com o pensamento ao invés de co-optar o pensamento. Temos, assim, no agenciamento e como agenciamento uma línguagem do Fora. Nesse sentido é que se diz que aquilo que se resume à convenção, à estabilização e à padronização não funciona para entendermos a língua ou linguagem. É necessário passar pelos afetos, por aquilo que não é ou que não se reduz ao discursivo; é necessário passar ao informe do plano de imanência, à experiência de indeterminação e do deslocamento do sujeito nômade.

A linguagem, concebida no embate de forças, isto é, em sua pragmática existencial, pode ser vista como um modo de saber, um fazer-saber com o que se (des)encontra a partir do afetar e ser afetado, isto é como vontade de potência mais do que com vontade de verdade; como fluxo de intensidade de forças, e não como um conhecimento que se reduz a representar, discernir, estabilizar, hierarquizar, controlar, antecipar. Como fazer-saber no embate intensivo, a linguagem não constitui um conhecimento a partir do qual se pode encontrar, ou antecipar o acontecimento, colmatar a experiência estética sob significações dadas, mas, pode ser vista

segundo uma performance, segundo a invenção de modos de expressar, de se agenciar na linguagem, segundo a pragmática dos territórios e desterritorialização.

Constituindo-se por um saber ou fazer-saber singular, ela, a linguagem no agenciamento e como agenciamento, se compõe como um processo de des(territorialização), aberto aos [não]-sentidos, ao fluxo e movimentos; aos afetos. Temos a partir desse processo um artifício, uma ficção na criação de um mínimo de território, mesmo em processo de desterritorialização, e não a ilusão transcendental do UM ou do UNO. Temos, assim, uma ficção no plano da composição-imanência-experimentação; um agenciamento mais voltado para sua face mais desterritorializada.

Nesse processo e como processo, o modo como ela, a linguagem, compõe-se, agencia-se um regime heterogêneo de signos e de enunciação, fluxo de conteúdo e de expressão que torna possível fazer misturas ou não, compor uma desterritorialização ou cristalizar um território, impedir os movimentos e os fluxos.

Para pensarmos uma linguagem como experimentação estética, seria preciso fazer uma inversão e dizer que nada está na linguagem como experimentação, como multiplicidade, que não tenha passado pelos afetos, pelo jogo estético intensivo das forças, pelo plano de imanência real-inconsciente. Desse modo, a linguagem constitui-se como agenciamento, na emergência de uma relação de forças, como uma ficção, como investimento na relação, como potência de criação e invenção.

No sentido da inversão e da primazia da multiplicidade, a língua compõe com uma realidade heterogênea do agenciamento e no agenciamento. Requerer uma homogeneidade, é uma ilusão, é reunir sob o conceito aquilo que é heterogêneo, ou reunir a diferença sob a representação, sob a operação de correção de um juízo ou sob o domínio do entendimento.

Essa homogeneidade supostamente própria para se obter um conhecimento, para buscar padrões e instituir constantes, é que pretende eliminar, delimitar ou colmatar os sentidos. Tem a função de reduzir a ação dos sentidos; predizer, controlar-simbolizar ou desqualificar como imaginário os sentidos, o corpo, os afetos e as paixões. Os sentidos relacionam-se aos afetos, ao afetar e ser afetado, que, por sua vez, comprehende uma lógica dos sentidos e não uma atividade lógica, racional ou estritamente discursiva, que pode expurgar o corpo do campo dos sentidos.

Nesta concepção, uma certa homogeneidade pode ser requerida apenas sob a forma de um fenômeno de poder ou contingência de alguma ordem – homogeneizante -, digamos, social, psicológica, pedagógica, médica, política ou científica. O conhecimento, nesta acepção, tende a fazer legislações, submeter e cristalizar os territórios, os fluxos e os movimentos. É nesse

sentido de cristalização que, no imaginário – do estrato da organização – as partes-fragmentos estão sob o estrato. Esse estrato tende a subsumir as partes, os fragmentos e as singularidades.

Nesse imaginário sensório-motor que está conforme uma razão que implica totalização-completude, a tendência é fechar-se aos sentidos, estabilizá-los, dificultar ou impedir o processo de afetar e ser afetado (o corpo seria motivo de erro ou engano, assim como as coisas concretas, o extenso), ou tentar remetê-los, segundo cada caso, à instância da razão (colocar o pensamento como centro) ou da língua (considerar a língua como centro). Esse imaginário seria passivo, sem força ativa, por isso captaria uma imagem formando uma totalização objetiva segundo projeções e introjeções, tal qual lhe aparece, mesmo enganosamente.

Para a razão ou para a língua, no imaginário da totalização-completude, a sensibilidade é subsumida pelo logos, pela palavra ou pela linguagem conforme o *logos*; tenta-se subsumir os fragmentos-singularidades sob leis gerais, sob o “simbólico” da língua, dos conceitos, dos juízos, da representação, seja no pensamento, seja na linguagem.

Esses elementos pressupõem que haveria algo em comum que poderia unir as partes-fragmentos – haveria identidade e semelhança que permitiria reunir as diferenças; ou haveria uma dialética, assim, tudo deveria ser representado ou simbolizado, e mesmo que sobre um resto dessa totalização, esse resto é recuperado pela síntese dialética.

Nesse funcionamento, o simbólico dispensa-legisla sobre o objeto e a intuição – a intuição é sensível -, e sob leis transcendentais. O simbólico tende à cristalização, reação, conservação, ao fechamento das conexões, estabilizações em relação ao plano de imanência real, tendendo assim a um estrato de organização. Faz-se ou tenta eliminar o equívoco entre o real e o imaginário.

Mas com a reversão do platonismo e do estruturalismo temos outro modo de funcionamento do imaginário, desta vez transversalizado pelo objeto X ou objeto *a*-estético, para além de um caráter dual e identificatório. Vimos indícios disso quando Deleuze propôs outra fronteira da imaginação.

Como vimos anteriormente na reversão do platonismo e estruturalismo, com o simulacro, a imagem é irredutível às imagens possíveis que remetem ao sensível ou à alguma idealidade, isto é, temos uma imagem sem semelhança e sem identidade. A imaginação ou imaginário não se refere à identificação, mas, ao contrário, a imaginação é tomada consoante o deslocamento-sujeito-simulacro, o que impede que os termos se confundam ou se desdobreem imaginariamente um sobre o outro. A figura ou imagem que temos ai, referir-se-ão ao figural.

A fim de diferenciar a nomenclatura e facilitar o entendimento do texto, chamaremos este modo “figural” de imaginário-estético ou simulacro. No imaginário-estético ou figural (ótico e

sonoro) com sua potência do falso, temos uma totalidade-fragmentação, a abertura aos sentidos, abertura e composição com os fragmentos-singularidades (composição-experimentação de diferenças) do plano de imanência real. O imaginário é tomado por uma característica da imaginação como força, ação, criação e não passividade. Nesse caso, o imaginário abre-se ou se compõe articulado ao real ao invés de tender à captura-lo ou colmatá-lo sob operação de semelhança e de identificação.

Teríamos, assim, dois modos de funcionamento do imaginário nos agenciamentos-territórios. Um é passivo, jaz no agenciamento cristalizado, estratificado segundo organização; o outro constitui-se ativo, funcionando no basculamento dos agenciamentos, na experimentação. Lembrando que não são dois lados opostos, como numa dicotomia, mas dois modos na tensão de um embate do processo de desterritorialização.

Podemos dizer, então, que, segundo esse aspecto, a representação não passa de um imaginário que esqueceu que é um imaginário, assim como a linguagem ou discurso como identidade e fixação teria esquecido que é uma ficção, uma invenção. Há aí um embate entre dois funcionamentos. Um que tenta reunir, sintetizar os fragmentos ou as partes sob a identidade, sob a representação, mas que só faz apresentar o mesmo. O outro funcionamento ‘reúne’ as partes na diferença, sem totalização, em um agenciamento-bricolagem, uma invenção ou ficção, co-empreendendo-se com o real.

Esses dois funcionamentos dependem da relação-agenciamento, dependem da abertura aos *quanta* de desterritorialização nos agenciamentos nos quais se entra, pelos quais se compõe, e nos quais se mantém em devir; dependem, também, se nesses agenciamentos, se tenta parar ou dar finalidades imaginárias, identificando e ocupando a casa vazia.

Como já foi dito, os afetos topologizam os corpos e os corpos constituem agenciamentos que podem, segundo maior ou menor abertura, possibilitar a circulação do não sentido, podem bascular mais ou menos para o lado máquina abstrata ou plano de imanência, que por sua vez, rearranja os agenciamentos como efetuação da multiplicidade de relações de forças que o compõem.

Como dissemos anteriormente na seção 1.8, a territorialização constitui-se numa (d)obra através dos e nos agenciamentos, ao mesmo tempo em que a desterritorialização ou o (des)dobramento constitui a arte, também através dos e nos agenciamentos. Nessa composição-passagem, estamos diante de uma dupla articulação do agenciamento: territorializar e desterritorializar; dobrar e desdobrar, e por assim dizer, fazer laço e desenlaçar. Dito isso, poderemos, agora, abordar mais detalhadamente a questão do laço e agenciamento.

4.3. O agenciamento como um nó topológico

Como foi dito e como tentamos mostrar no percurso da tese, os afetos topologizam os corpos. Desse modo, consideramos o agenciamento, no seu funcionamento, como um nó topológico a partir do corpo afetado, dos pólos do agenciamento, que vão de um ao outro num movimento de basculamento e diferenciação, isto é, vão do agenciamento concreto ao pólo máquina abstrata ou plano de imanência. Cabe reforçar que esses pólos não são como uma dualidade ou dicotomia pois estão em função do plano de imanência, em seu funcionamento-corte-fluxo em que se estratificam os planos de organização e experimentação; em que se bascula os agenciamentos, segundo o ritmo e a repetição do ritornelo.

O ritornelo, em seu movimento, impulsionado pelo plano de imanência no deslocamento do objeto *a*-estético, traça a constituição de territórios, assim como traça a desterritorialização, a estratificação e a experimentação, colocando em funcionamento os processos (fazer, abrir e sair do círculo) que lhe dizem respeito, como mostramos na tese. Isto é, o movimento ritornelo, a partir da circulação do objeto *a*-estético é o que também responde pelo basculamento dos agenciamentos, pelos processos de subjetivação e dessubjetivação, pela estratificação e experimentação.

Temos assim, uma topologia dos planos de estratificação, experimentação e imanência. O plano de imanência, o campo transcendental, como vimos na reversão do platonismo e estruturalismo, é feito desta topologia de superfícies e das singularidades nômades, impessoais e pré-pessoais. Como explicitamos, esses são movimentos, deslocamentos e processos sem ínicio e sem fim, por isso, estamos sempre no meio, na emergência de um agenciamento. Entretanto, as efetuações, territorializações-desterritorialização, formação de matérias, formalizações das funções não se fazem ou se efetuam sem fazer “nós”, sem fazer bascular o agenciamento.

O que queremos acrescentar nesses desdobramentos é que, no processo que se efetua como produto, ele, o produto, se efetua como processo, de modo que os “nós” são mais que efetuações, atualizações, eles são constituídos pelos incorporais, o expresso do acontecimento, os estados de coisas que acolhem os acontecimentos e as singularidades como matérias de movimento que fazem o movimento permanecer. Como dissemos, o que permanece é a impermanência.

Segundo esse processo e esse movimento é que tentamos compor a experimentação e o procedimento intensivo nos encontros com Paulo no AT. De outro modo, nos (des)encontros,

podemos fazer nós, criações e invenções segundo aquilo que nos afeta, segundo os agenciamentos, segundo o *quantum* de abertura do território nos quais nos encontramos. As criações são invenções, são outros modos de estratificação para além da organização significante.

Tendo dito isto, em função “dos nós”, esclarecemos que, para fazer laço torna-se necessário compor mais uma ficção do que submeter-se a uma necessidade de “entrar num discurso” ou partilhar sentidos dados. Para fazer um agenciamento-nó como invenção ou fazer uma dobra como criação de algo novo, é preciso uma “imaginação figural”, aberta ao real de modo que o agenciamento possa bascular para o lado máquina abstrata, para além do imaginário das identificações, isto é, possibilitar um “para fora” da superfície de estratificação e “para fora” da imaginação remetida ao sentido “sensível”. Dito de outro modo, é preciso deslocar-se do corpo com seus sentidos e órgãos para um plano de experimentação ou um plano de imanência ou corpo sem órgãos.

É necessário, então, um corpo-topologizado em sua sua potência de afetar e ser afetado, como materialidade-afeto-real, isto é, compor ou fazer uma saída para o Fora. O que é nada mais, nada menos que possibilitar o desejo maquínico, segundo o registro disjuntivo que instaura um conflito, um corte-produção-registro-consumo. Por isso, seria preciso também que as práticas políticas, clínicas ou institucionais levassem em conta o caráter disruptivo, inventivo e assinificante dos laços.

Nesse processo cria-se um plissado, uma dobra, algo que prende, que agarra; um germe de criação no território. Um objeto *a*-estético se destaca como um atrator estranho, começa a circular como o [não-]sentido, numa afetação no *socius*, como vimos a experimentação no AT em questão.

Esse laço, como processo e no processo de desterritorialização, não é solo de intersubjetividade, embora possa haver agenciamentos que coloquem isso. O território é o solo da hecceidade, isto é, não há, necessariamente, uma relação de reciprocidade dual, “Eu-Tu”, mas relação de afetação com Outrem, uma produção de subjetivação, uma individuação em que o objeto também é produzido numa totalidade-territorialidade, fluxo-conexão-registro-consumo sempre aberta, um investimento direto no social, sem sublimação; uma produção de sentido a partir do [não-]sentido que permanece na fissura do corte-fissura, dai a tensão entre indeterminação, fluxo e determinação.

Outrem não é figura de identificação, nem de consciência de si ou do objeto, ele é inacessível a um saber clássico. O desejo ai não é desejo de objeto, mas é o agenciar e o ser agenciado; é fazer passar o fluxo inconsciente do desejo; é criar, inventar, produzir produção

na e como irreduzibilidade quanto as palavras e as coisas, quanto ao território, quanto aos corpos e expressões. Desterritorializa-se por ai, pelas fissuras-cortes, pela diferença irreduzível produzida pelos fluxos desejantes, desde que se abra às forças de desterritorialização. As relações entre produção de subjetividade, Hecceidade, Outrem, sujeito e objeto são relações desejantes, relações segundo vontade de potência e não vontade de saber.

Para esse processo de fazer laço e dobra é preciso estranhar o que está dado, é preciso também silêncio, exílio, deriva, sutileza e astúcia, pelo menos para Stephen Hero, personagem de Joyce. Retomamos aqui, o personagem a partir da leitura do livro *Retrato de um artista enquanto jovem* e da leitura do seminário 23 de Lacan (2007) para falar de uma produção desejante ao modo de Deleuze e Guattari.

No Seminário 23, nos chama a atenção como Lacan mostra o funcionamento do nó-borromeano e os modos de se fazer laço. Não entraremos na questão entre os modos de fazer laço em Lacan e o modo que propomos o laço em Deleuze e Guattari, por não entrar no objeto da pesquisa. Entretanto uma possível interlocução entre a topologia do real em Lacan e o agenciamento em Deleuze, Guattari, fica nas entrelinhas como se segue.

Seria preciso imaginar um fora, mas o Fora, o Real da imanência, não se reduz à imaginação, pois funda-se por não ter sentido. Entretanto, paradoxalmente, o real “responde-faz” sentido. Aqui não é o sentido dado pelo corpo com seus órgãos e seus sentidos-imaginação. O real faz sentido, segundo sua lógica que se funda por não ter sentido, a lógica do sentido, pois o real exclui-se do sentido-imaginação do corpo com órgãos numa operação de subtração n-1, pois ele, o real, perfaz um plano de imanência-do-Fora. Assim, o Real constitui um ultrapassamento (subtrair é ultrapassar) em que, como diz Deleuze no livro sobre Espinosa, o pensamento ultrapassa a consciência que temos dele, assim como o corpo ultrapassa o que sabemos dele e a imagem ou imaginação ganha estatus de simulacro ou figural segundo circulação do [não-]sentido.

Mas qual é, então, o [não-]sentido? Do que se trata? O [não-]sentido é um “plano” entre o real do corpo sem órgãos/plano de imanência e o imaginário do estrato da organização-composição. Parafraseando Lacan no seminário 23, O [não-]sentido é uma “emenda”, um cerzir, uma costura. Ele passa de um lado e outro, estando nos dois ao mesmo tempo, mas nunca pertencendo a nenhum dos lados. Ele faz um lineamento do imaginário (desta feita, um figural, um simulacro atravessado pelo real) no fazer-saber inconsciente, que vai do virtual ao atual, do território à desterritorialização- reterritorialização; que vai do agenciamento concreto à máquina abstrata; no qual ou pelo qual se tem um sentido, o que é objeto da intervenção-*intervenire* do acompanhante no AT, ao longo de seus trajetos-acompanhamentos-derivais.

O [não-]sentido vale ou ganha valor num trajeto ou no percurso intensivo, a-significante, em que temos, na experimentação e como experimentação, a invenção dos diferentes modos de agenciar, de enunciar, assim como diferentes modos de agir, pensar e sentir. Foi esse percurso que tentamos mostrar na tese.

Para dar consistência a um território ou desterritorializar é preciso de linhas, mas o objeto estético ou *a*-estético está fora da substância, e a consistência do agenciamento como nó topológico só se constitui se passar por ele, pelo plano de imanência Real; só se constitui se fizer furo, como diria Lacan, só se constitui se fizer báscula-deslocamento, como queremos dizer. Daí o paradoxo da consistência e da ex-sistência imanente do Fora.

Na concepção do nó borromeano, Lacan diz que é por um *a*-furo que as bordas ou as pontas das fitas ou da corda passam, por fora-dentro, para que se dê um nó. Acresentamos, no nosso contexto que é pelo *a*-Fora que se faz uma dobra, uma dobra do Fora, para que haja consistência e também desterritorialização. É nesse sentido de dobra e (des)dobramento que dizemos que fazer laço é tanto dobrar, como fazer furo, fazer passar, ou bascular para Fora.

Pode ser que surja ai um estrato de significância e subjetivação em que se cria uma produção dita social e intersubjetiva. Isso é um modo de produzir subjetividade. Todavia essa significância amarra, prega, cristaliza e subjetiva, segundo marcadores estratificados: psicologia, sociologia, Linguística, discurso, pedagogia, economia; ou segundo o corpo do doente, o corpo autista, a disfunção dos órgãos, a patologia da linguagem. Um território, uma estratificação se faz cristalizar e se conservar quando o pensamento-corpo fica ou está desarmado para pensar, agir, sentir a dimensão complexa do agenciamento dos corpos e do coletivo de enunciação.

Entretanto, há a possibilidade que, na e pela deriva-experimentação dos corpos-linguagens, os marcadores estratificados se desestratifiquem e rompam com esse território cristalizado, abrindo-se para outros processos, para o [não]-sentido e para outros regimes de corpos e signos, assim como para outro modo de imaginação.

É preciso, para isso, para desestratificar esses marcadores, co-empreender derivas, cartografias e experimentações, produzir, criar, inventar e compor um Fora para que se possa bascular o agenciamento, desfazer os estratos de significância e os pontos de subjetivação. Os pontos de subjetivação são diversas formas de educação, de normalização ou de adaptação que se coloca para um indivíduo a fim de fazê-lo mudar de um ponto a outro, cada vez mais alto, conforme o ideal vigente.

Fazer laço-território responde, então, por assim dizer, fazer-bascular os agenciamentos-nós, sair dos pontos de subjetivação e estratos de significância, o que implica não abrir mão dos

estratos, mas já abrindo; não sair das representações, mas já saindo. É preciso estranhar o corpo e estranhar a linguagem; estranhar a superfície, estranhar o sentido, a imaginação, tornar a língua estrangeira ou ser estrangeiro na própria língua para sair “para fora” do território cristalizado dos discursos e territórios cristalizados da organização.

A TÍTULO DE CONCLUIR

Saímos da escrita desta tese reverberando os vários (des)dobramentos que apontamos no capítulo anterior, de modo que finalizamos com as vibrações e contágios dos vários disparadores presentes na tese e que podem ainda reverberar para além dela, abrem-se para outros trabalhos, outras pesquisas e escritas, justamente em função do [não-]sentido que insiste no embate entre o não entendido, o não explicado, o indefinido, o incongruente, o equivocado ou o insuficiente.

Tendo em vista o percurso que apresentamos, vimos que nos encontros com Paulo, o modo como ele agencia e é agenciado na linguagem e pela linguagem, a partir dos encontros no AT, implicou um descolamento e um deslocamento daquilo que era dito para ele e a respeito dele em relação às referências existenciais vividas, ao mesmo tempo em que também constituiu-se um deslocamento da concepção de experimentação no AT, ampliando essa concepção para uma dimensão da linguagem como experimentação, dimensão essa que chamamos de estética.

Mostramos e cartografamos esses movimentos através do percurso que foi desde a composição dos encontros e territórios na clínica, passou pelas composições e territórios conceituais na filosofia e nos estudos linguísticos. Os atravessamentos entre esses territórios aconteceram em função das questões que surgiram nesses percursos e encontros, das quais destacamos duas, “Que Paulo é esse?”, “de onde saiu esse desejo?”.

No caso da cartografia e dos encontros no AT, trata-se ou tratou-se de deslocar os estratos de organização e discursos do tipo médico-psico-pedagógicos que se insinuavam nos modos de Paulo se agenciar, segundo a função de homogeneização ou colmatação da diferença. Como deslocamentos, tivemos um processo se constituindo e envolvendo os encontros no AT e a pesquisa. Paulo foi o nome dado a esse processo: efeito “Paulo”. Paulo foi efeito do processo; Paulo foi o acompanhado; Paulo foi o nome dado ao acompanhado; Paulo foi o nome que substitui o nome do acompanhado. A pergunta “que Paulo é esse?” é, justamente, a questão que inaugura o campo problemático dos (des)encontros no AT.

Na cartografia-deriva também tratou-se de, ao passar pelos territórios conceituais, buscar as pistas que pudessem ajudar a compor o percurso teórico prático como um apostila de experimentação. Ou seja, como se poderia ter ou apostar numa linguagem, ou num modo de linguagem como experimentação estética, uma pragmática em função de como foi sendo feita a composição dos encontros na clínica, na teoria, na filosofia e nos estudos linguísticos.

Nesse sentido é que tivemos, como efeito dos encontros, o percurso, a topologia e a estética nos encontros com Paulo, como mostramos na tese. O que queremos colocar é que no

percurso-processo, no deslocamento dos estratos de organização médico-psico-pedagógicos, o procedimento-experimentação constituiu o AT ao jogar com a topografia-cartografia dos territórios da clínica, da filosofia e dos estudos linguísticos; com o atravessamento dos planos de estratificação, experimentação e imanência; jogar com a topologia dos agenciamentos em que temos não só descontinuidades entre tais territórios e planos, mas também, torções de influência.

Nesse jogo, eles, o [não-]sentido ou equívoco e a experimentação, compuseram e impulsionaram um processo de subjetivação (dessubjetivação) e produção de sentido no qual o sujeito disperso, como um efeito evanescente desse processo de dessubjetivação, se encontra deslocado no tempo da produção de sentido como efeito do encontros de corpos, no tempo do Acontecimento – Aion.

Como aponta Deleuze (2009, p. 86):

[É toda uma questão] da clínica, isto é, do deslize de uma organização para outra ou da formação de uma desorganização progressiva e criadora. O problema é também da crítica, isto é, da determinação dos níveis diferenciais em que o não-senso [não-sentido] muda de figura, a palavra-valise de natureza, a linguagem inteira de dimensão.

O tempo de produção-produto e do sujeito (sujeito evanescente-disperso) nesse processo não são sucessivos no sentido cronológico (nem sincrônico, nem diacrônico; talvez assíncrono), pois o acontecimento-sentido opera um corte, uma ruptura, abole o presente, seja do tempo cronos ou da linguagem em seu tempo verbal ou mesmo tempo da enunciação, e inaugura um atual ou uma atualização que articula e arrasta futuro e passado numa franja do presente, num lençol do passado, num processo que é devir, um acontecimento que está sempre já passado e ainda por vir.

Pode se dizer que esses tempos são sucessivos de modo paradoxal, isto é, são sucessivos, simultâneos e coexistentes; do mesmo modo que a produção desejante é ao mesmo tempo produção, registro e consumo (produto-produzir), e a síntese é disjuntiva. É nessa e por essa simultaneidade disjuntiva na pulsação rítmica do plano de imanência do Real pela qual o [não-]sentido inconsciente não pára de voltar no sujeito e no sentido que nele (no próprio inconsciente como plano do Real) pretende se instalar (ou se inscrever) por agenciamentos, por desterritorializações sempre precárias, metaestáveis e provisórias.

Para os (des)encontros com Paulo, o sentido-acontecimento foi produzido pelo [não-]sentido, pelo afetar e ser afetado da experimentação no AT que provocou um processo de diferenciação, uma afetação entre os corpos, propagando intensidades de um lado (das palavras)

e do outro (dos corpos) da fronteira do sentido. Isto é, entre visibilidades e dizibilidades, entre palavras e nas coisas, entre matéria de conteúdo e de expressão, entre corpo e linguagem, insinuou-se, insidiosamente, o [não-]sentido, abalando os estratos-territórios-agenciamentos. Tivemos, então, um corpo afetado no encontro e o expresso do encontro de corpos; regime de corpos e regimes de enunciados; conteúdo e expressão.

Não há nada mais íntimo ao corpo que suas misturas e os seus acontecimentos, segundo sua potência de afetar e ser afetado: crescer, alongar, extenuar, fortalecer, enrijecer, vibrar, se sujar, se misturar, esmorecer, diminuir, cortar, ser cortado, falar, ser falado, ouvir, ser ouvido, ver, ser visto. Isso é questão de encontro com outros corpos e suas afetações. Os acontecimentos, em função desses (des)encontros são coextensivos à linguagem e a linguagem, por sua vez, remete aos agenciamentos de enunciação.

Nesse embate, Paulo agenciava-se entre coisas e linguagem, entre conteúdos e expressos, segundo um modo de se haver com aquilo que o afetava. Ele agenciava-se com aquilo que constituia certa territorialidade, aquilo que lhe dava certa estabilidade e segurança: os filmes, os personagens, os heróis, as cenas, as repetições, os hábitos e rituais; trazia aquilo que foi dito pela mãe, pelos familiares ou por amigos; aquilo que viu e ouviu.

Nos encontros, o expresso dos enunciados não representava, necessariamente, os estados de coisas, nem representava o acontecimento dos encontros, nem era a expressão dessa mudança acontecimental. O expresso era também uma intervenção nos corpos e conteúdos, era o efeito do encontro dos corpos, das paixões dos corpos. O expresso era atribuído aos corpos, mas a atribuição não é uma representação.

Os enunciados que se deram no percurso intensivo que mostramos nos primeiros relatos, nos entremeios, nas repetições, nos (des)encontros, deixaram ver a relação entre expressão e conteúdo, as transformações incorporais, a intervenção e os cortes entre os corpos, em função da circulação do [não-]sentido insitindo como acontecimentos entre os corpos.

Como efeito da interpelação do AT no território em função da experimentação, nos encontros com Paulo, ao invés de um retorno ao sujeito sobre o seu próprio dizer (o que pode acontecer quando ou se um tipo de agenciamento exige) ou a tentativa de dar sentido para recobrir ou se livrar do que afeta Paulo, tivemos os pontos de deriva ou de báscula compondo o percurso intensivo ou procedimento, num processo de subjetivação que rompe com a linearidade. Tivemos, então, experimentações mais do que tentativas de fazer entendimento entre as partes, o que também não estava excluído.

Neste percurso, parece que Paulo deslocou-se e descolou-se, diz-fez-se em suas multiversões: “sou *Banner*”, “sou *Hulk*”, “sou Príncipe Adam”, “sou lobisomem”, “sou

homem-menino”, “sou velho-novo”, em nome dos nomes que são nomes de uma história, história atemporal, composta nos encontros entre coisas, corpos e linguagem, conteúdos e expressões, signos parciais, partículas signos e signos em seus vários regimes, em suas torções topológicas.

Nos encontros, em vista das dissonâncias-disjunções inclusivas permanentes, em vista do que parecia sem perspectiva de resolução de sentidos e sem presença de finalidade, assim como a ausência de centro ou na presença de uma variação de centros, criou-se um regime de tempo, um ritornelo, como dissemos anteriormente, em que os instantes surgem como na música – rítmicos e ritmados em três planos, em três tempos -, marcados por sons e silêncios que marcam os modos de linguagem na enunciação coletiva. Isso é o que se destacou na cartografia em que consideramos jogos de linguagem e seus procedimentos intensivos: a repetição mecânica, a repetição de lineamento, os diálogos fractais em função da organização, da experimentação e do plano de imanência.

Lembramos que jogo é luta e embate intensivo de forças em que temos a suspensão-escapatória do sentido (do senso comum ou bom sentido) e a presença do paradoxo/[não-]sentido - que exprime a paralisia do significante diante dos modos como Paulo agencia-se, é agenciado na linguagem e afetado. Esse embate intensivo aponta para a máxima abertura do acontecimento-experimentação: temos, assim, a singularidade do acontecimento imprimindo uma maneira individuante-individuada de se haver nos encontros no AT, de enunciar no agenciamento coletivo, como mostramos nos procedimentos ou percursos intensivos.

A singularidade, que é do Acontecimento, do plano de imanência Real, é indissociável da relação entre um modo e uma matéria de expressão e de conteúdo, um modo que tem seu lugar no mundo ou que cria mundos possíveis. Esse modo é uma matéria informada e matéria sensível no mundo, de maneira que ela se torna matéria estética, política e eticamente importante no AT, principalmente na compreensão da articulação entre ética-estética e política, segundo Deleuze e Guattari.

Da matéria, do sensível do mundo e dos encontros singulares no AT, encontros individuantes e individuados, é que Paulo toma e é tomado nesses encontros e por esses encontros, assim como o AT, como clínica, também toma e é tomado de um modo estético e eticamente importante. O encontro co-empreendeu-se em criar, inventar e explorar um espaço de expressão em que, Paulo, além dos heróis dos desenhos animados, traz presente também o que ele já viu, o que já ouviu ou já viveu nas suas relações, isto é memórias e lembranças. Parece haver um amálgama de elementos imaginários-imaginados numa tentativa de dar certa

totalidade, estabilidade ao vivido e para algumas questões que surgem a respeito da morte, do sexo, das mudanças e transformações, das suas próprias e dos outros.

É que nos encontros-acontecimentos com Paulo, lançam-se e acontecem signos novos. Algo se passa, traz mutações e transformações; há algo indeterminado que nos apreende (*grasping*) e há algo que se desprende, que fragmenta, alguma variação que nos leva, um fragmento que, por sua vez, suscita um novo modo de enunciação, uma criação, uma questão, um problema.

O AT como experimentação se constitui aí como um espaço-tempo que compõe com a fragmentação, indeterminação, variação dos modos diferentes de se afetar nos processos de individuação, de dessubjetivação a fim de que se possa criar ou inventar modos novos e diferentes para lidar com aquilo que acontece, que se passa nos encontro e como desencontro.

No contexto que trazemos, as questões da linguagem em sua composição de enunciação, temos a questão do estilo, o modo singular de sua criação, de fazer (d)obra e arti(o)fício, pois o expresso, o modo desse processo de enunciação, sob a concepção da estética, não produz um discurso estabilizado ou uma história, mas produz uma linguagem estética que atravessa corpos e é atravessada por discursos ou outras discursividades, de certo modo, ordinárias, regulativas, organizadoras.

No AT com Paulo, passamos pela organização do discurso ou pelo discurso da organização segundo o discurso médico-psico-pedagógico ou d'A mãe. Esse modo de estratificação não é necessário, mas contingente, e está em função dos agenciamentos em que esse discurso é produzido e pelo modo como ele fornece respostas, repercutindo e inserindo o território familiar, habitual, ritualizado.

Dito de outro modo, a estratificação foi necessária, não necessária segundo algum privilégio do regime significante, mas variável segundo os agenciamentos, territorializações, regimes de corpos e de enunciados, conforme esses agenciamentos estejam mais ou menos abertos ao basculamento, atualizando diferentes modos de estratificação. Por exemplo, no AT vimos a repetição de lineamento (regime contra-significante) ou o modo de estratificação do AT como agenciamento aberto à experimentação. O que se tornou tão ou mais importante que a estratificação foi a passagem pelos planos, foram os movimentos, caracterizando o processo de subjetivação, que são a condição do sujeito disperso, nômade ou em deslocamento. A atualização, então, consistiu em colocar em movimento e não, necessariamente, manter a estratificação. Pode-se dizer que a estratificação foi necessária, mas não ela não é o destino. Vimos essa implicação entre estratificação e movimento no percurso dos encontros e quando abordarmos a questão do ritmo.

O que possibilitou o deslocamento de um tipo de estratificação foi a circulação do [não-]sentido, foram os fluxos desterritorializados de conteúdo e de expressão. No AT como um agenciamento, as palavras, os temas, as interpelações, as do acompanhado e do acompanhante puderam ser tomadas na condição de afetar e ser afetado (que é a condição da experimentação), constituindo o AT como um agenciamento com abertura aos afetos.

Com a proposta de experimentação, pensamos que houve a possibilidade de outros arranjos diferentes da estratificação-discurso médico-psico-pedagógico, como, por exemplo, o aparecimento do que podemos chamar de uma experimentação estética da linguagem (linguagem territorial estética ou linguagem intensiva).

Nessa abertura, na mudança do agenciamento e do modo de subjetivação, Paulo também pode “compartilhar” algo de uma história memorável para ele, com suas memórias fragmentárias e fragmentadas, pode compor uma narrativa de si como blocos de afetos e perceptos e para além da evocação de uma memória-lembrança. A narrativa, assim, relacionou-se ao saber-fazer com aquilo que afeta, foi também o lugar da experimentação.

Cabe ressaltar, dado o destaque do termo “estética”, que, nesse contexto, o seu significado não se reduz à ciência da arte e do belo das produções e criações de produtos artísticos ou da fruição desses produtos, mas retoma o sentido do termo grego *aesthetike*, isto é, remete à “sensação” e se relaciona ao afetar e ser afetado nos encontros. Refere-se à compor novos modos de se afetar e ser afetado segundo uma lógica dos sentidos e a reversão do platonismo e do estruturalismo.

Nos agenciamentos desta tese, grosso modo, o termo “estética” refere-se a pensar a vida como obra de arte, como composição estética, criação e invenção. Dito de outro modo, a vida não tem razão, ela tem composições estéticas. A razão, nesse modo de entender, seria um dos modos de compor relações e não o principal. Daí a implicação com os novos e variados modos de vida, de agir e pensar.

Cabe dizermos aqui que, em se tratando de estética em Deleuze e Guattari (1995a), esta refere-se a fatores e formações (território, desterritorialização, os planos cartográficos que mostramos) coexistentes, jogando livremente, esteticamente no ritornelo, entre estratificação, experimentação e imanência, como tentamos mostrar através dos encontros do AT. A implicação disso é que, em se tratando de movimento, não há sequências cronológicas ou lineares entre um fator, formação ou plano.

Dito isso, acrescentamos que, em termos de uma diferença entre a experimentação estética e a experiência fenomenológica, pode se dizer que a primeira diferencia-se da segunda na medida em que esta tende a apreensão de uma significação da experiência cotidiana para,

através dela, reencontrar um sujeito fundador dessa experiência e de suas significações (PÉLBART, 2014), enquanto a estética diz respeito à, ou [en-]tende à dissolvência, dispersão, indeterminação do sujeito, a perda do ‘Eu’ e dos significados.

Na experimentação, temos o agenciamento. Fazer agenciamentos não é simplesmente uma tarefa mecânica, pois tem a ver com os ritornelos existenciais maquínicos e desejantes. Agenciar é um processo maquínico desejante. Ser agenciado e agenciar é atualizar um sistema diagramático, uma relação de forças a partir de um território aberto a afetar e ser afetado. Segundo consideramos, só se toma a palavra (como se fossem suas, embora seja agenciamento coletivo de enunciação) numa situação de ‘afetar – ser afetado’ em função de quanto o agenciamento-território está aberto à circulação do [não-]sentido, do objeto *a*-estético. Destaco, também, que é necessário considerar a complexidade do agenciamento, como já foi explicitado.

Dito isso, pudemos acrescentar, a respeito do procedimento ou do circuito intensivo, que o modo de discursividade ou linguagem em Paulo, como experimentação estética caracteriza-se, em seu percursos intensivo, por: palavras de fuga no geral, isto é, além do discurso-organização das semióticas e dos corpos. Assim a linguagem pode ir para além de um certo limite, para além de significar, ou para além do regime significante, mas sem exclui-lo, isto é, ele faz parte, mas não é o centro do agenciamento, que por sua vez, não tem centro, entretanto, a primazia será a do agenciamento como a ‘unidade’ complexa.

No agenciamento coletivo de enunciação, a linguagem implica uma relação com um mundo que não está dado (nem o mundo e nem a relação), então a relação com esse mundo está para ser construída; de outro modo, o contexto não é o que está dado, mas é criado segundo o agenciamento e segundo os [não-]sentidos produzidos nos encontros com o mundo que não porta sentido.

O ato de enunciação coletivo introduz o agenciamento-território com seu regime de corpos e regimes de signos, que é a condição da própria enunciação coletiva. Nesta, temos então, instâncias discursivas e não-discursivas, o discurso da organização, a linguagem na experimentação ou as linguagens territoriais estéticas, a variação dos corpos, como mostramos nesse trabalho.

A linguagem estética territorial com seus enunciados foi marcada pela oralidade maquínica, o que se dizia, mas que não esgotava o dizível; e por visibilidades, o que se via, mas que não esgotava o visível). Esses dois elementos, o dizível e o visível, se remetem um ao outro, de modo que, por mais que se veja, por mais que se fale, há sempre algo a ser visto e algo a ser falado, mas que não esgotam as diferenças que “nos” acontecem ou que circulam: há sempre algo que não se reduz a ver, ouvir ou falar.

Por isso é que a linguagem como experimentação estética, como o modo que Paulo se agenciava, “dizjunta” numa sintaxe fragmentária, fragmentante e fragmentada em função da oralidade maquínica. Assim, os rituais languageiros falham, pois o [não-]sentido incide o tempo todo nos encontros e implica em desencontros, em acontecimentos, tornando o território instável.

O agenciamento-oralidade maquínica constituiu-se como resistência ao estabelecido, estratificado e, ao mesmo tempo, foi a composição de artifícios que possibilitaram um mínimo de território para a circulação do [não-]sentido, de um outro modo de subjetivação, um mínimo de laço, um mínimo de corpo, um mínimo de estabilidade a partir da qual se pudesse produzir algo, criar ou inventar.

Nesta cartografia, também, pudemos encontrar elementos para um modo de conceber a linguagem para além do estruturalismo e do platonismo, que se fazem presentes em várias áreas do conhecimento. Ir além do estruturalismo e platonismo tornou-se importante para se afastar das ilusões transcendentais, a ilusão da verdade, liberdade e finalidade, o que por sua vez é importante para pensar a pragmática, o sujeito em suas diferenças e em seus diferentes modos de viver, agir e pensar. Isso implica dizer que, para pensar a clínica e a linguagem como ética, estética e política se torna indispensável pensar a reversão do estruturalismo e platonismo. Com isso, compomos, também, um modo de conceber o sujeito, o sentido e a experimentação na clínica do AT, o que nos deu condições para problematizar a linguagem como experimentação, no âmbito da tese.

Nessa composição, o sujeito é, então, um sujeito nômade, disperso, em deslocamento, e não um sujeito empírico, nem um sujeito que ocupa posições imaginárias, de modo que, por isso, a linguagem se constitui mais como experimentação estética nesses deslocamentos do que por representação, segundo sujeito que ocupa posições.

Isso colocou em cena as considerações a respeito do processo de subjetivação heterogêneo, no qual os sujeitos, dissolvidos ou evanescentes em função da heterogeneidade que constitui um processo de subjetivação, são efeitos desse processo atravessado pelo inconsciente, daí a impossibilidade desses sujeitos conhecerem a si mesmos ou reconhecerem-se de um ponto de vista de uma cognição ou re-cognição. Um processo de subjetivação diz mais sobre produzir deslocamentos que produzir reconhecimento ou identidade, isto é, considerar a subjetivação como processo é considerar os deslocamentos e não as posições de sujeito. A dessubjetivação inside ai como deslocamento de lugares e posições, de modo que a ficção e criação da linguagem e dos sujeitos retomam sua força como vontade de potência mais que vontade de fixação.

Considerados, assim, os novos modos de vida, de agir e de pensar em função daquilo que afeta, estão relacionados com processos de subjetivação/dessubjetivação e com as relações de força. No processo de subjetivação, ao contrário de uma subjetividade interiorizada sobre si mesma ou fruto de uma introjeção influenciada ou causada pelo social, - ambas ideias marcadas por uma separação entre uma exterioridade e uma interioridade -; os processos de subjetivação dizem respeito a uma subjetividade em processo e em função de uma conexão com os elementos heterogêneos, por exemplo, sociais, culturais, econômicos, políticos, familiares ou tecnológicos. Não se trata da noção de uma causa externa da subjetividade, que forma uma interioridade introjetada, mas uma causalidade imanente, na qual os efeitos (o processo de subjetividade como efeito dos Acontecimentos) comportam, em processo de diferenciação, a própria causa.

A ideia de uma identidade interiorizada perde espaço para uma processualidade em transformação e em função da multiplicidade das relações e dos elementos diversos de sua composição. O sujeito nômade inside como causa eficiente imanente nesse processo, se constituindo assim numa impermanência e dissolução; e, desse modo, a subjetividade não se relaciona a uma totalização ou centralização no indivíduo, mas relaciona-se à uma dessubjetivação. Os modos de subjetivação remetem a uma subjetividade em processo, uma hecceidade, mais do que a uma estrutura, isto é, temos uma individuação por hecceidade e não por sujeito.

Como efeito desse processo no AT, consideramos que o processo de expressão, criação e ficção implicou a invenção de um procedimento linguístico que passa pela repetição mecânia, repetição de lineamento, diálogos fractais, narrativas de si. A perspectiva que tomamos é que a linguagem, na experimentação, em sua pragmática constituiu-se como parte de um processo de dessubjetivação, e é da ordem do Acontecimento; exprime as transformações incorpóreas das misturas de corpos.

Note-se que a linguagem não é a expressão de um pensamento representativo, ou algo que o valha, mas é o expresso ou um processo ou procedimento de expressão de uma mistura de corpos e regimes de signos, isto é, está num agenciamento maquínico de corpos e agenciamento coletivo de enunciação, constitui-se nos territórios e nas desterritorializações.

Consideramos que a linguagem constitui-se como experimentação e como uma dimensão da experimentação no agenciamento. Tal linguagem-experimentação, ao mesmo tempo, constitui-se por conjunções e disjunções, convergências e divergências; propicia encontros e também desencontros no AT, enfim, é a linguagem-experimentação como uma intervenção.

Pensamos, desse modo, uma outra possibilidade de experimentação e/ou outra dimensão de experimentação na clínica do AT.

No percurso da tese e do AT, tivemos um deslocamento entre o conceito de experimentação na clínica e o conceito de linguagem como experimentação. Com a transversalidade entre esses dois deslocamentos é que pudemos pensar, compor e propor o AT em função dos agenciamentos em suas duas faces, o regime maquínico de corpos e o agenciamento coletivo de enunciação, enfatizando a importância do conceito de enunciação para a clínica do AT.

Isso porque enunciação, em seu agenciamento coletivo, coloca em pauta os processos de territorialização-desterritorialização, os agenciamentos, o corpo e sua potência de afetar e ser afetado e a linguagem como expresso do [não-]sentido, dos acontecimentos. A enunciação está em função de relações de força, de processos de subjetivação em que, pensarmos em individuação, esta é caracterizada por hecceidade e não por sujeito fixado ou que ocupa posições imaginárias. Assim, a característica de dispersão e deslocamento do sujeito é afirmada no processo e como processo intensivo de relação de forças, ou seja, como multiplicidades. A enunciação deve ser colocada em função dessas multiplicidades e como multiplicidade, e está em relação com os agenciamentos-territórios, em sua mistura e em função do seu basculamento.

A enunciação, no jogo intensivo das relações e força, co-empreende-se como um procedimento, um modo de se haver com aquilo com que se afeta nos (des)encontros com o mundo enquanto fluxo de forças, ou melhor, como experimentação no jogo estético das forças. Uma composição estética compreende uma experimentação e a experimentação estética compreende uma composição também estética. São processos em devir no qual, dado os agenciamentos que colocamos para a tese, privilegia-se o devir do ser e não o ser do devir.

A experimentação estética da línguagem não é o uso da língua como um instrumento, ou um sentir-se em casa na “língua materna”, mas a experimentação de uma língua que não nos pertence, nos é estrangeira; é a experiência de que não se está em casa; a linguagem ai já não funda uma subjetividade, mas coloca a subjetividade em processo de (des)subjetivação como ruína do sujeito (Larrosa, 2011).

Com esse en-tendimento pudemos propor um modo de fazer clínica no AT para além das psicologias dos sujeitos dados, das significações estabelecidas e das ressignificações exigidas, dos projetos e dos discursos médico-psico-pedagógicos.

Colocar as questões da linguagem e da experimentação para a clínica do AT foi colocar em pauta a linguagem nos e como agenciamento coletivo de enunciação; foi considerar que os regimes de signos, inclusive o signo-significante, fazem parte dos processos de

(des)territorialização, mas foi considerar também que não se deve pautar apenas por esse regime, nem pela significação conforme, nem por uma interpretação subjetivista.

No AT, vimos que os diálogos, os dizeres, as falas, os gestos, o silêncio, os equívocos, o sentido e o [não-]sentido, as repetições mecânicas, as repetições de lineamento; o estranho, os pedidos de ajuda; os pedidos para ensinar; a tradução d' A mãe, suas preocupações e seu deslocamento; enfim, a linguagem em diferentes modos de enunciação, implicam e estão implicados pela impossibilidade de se conhecer ou identificar sujeitos, o que se traduz numa opacidade do sujeito e do seu dizer.

A ética, a afirmação da diferença, no AT, se ancora aí, como afirmação dessa impossibilidade e opacidade como diferença e não como sinal de fracasso, falha ou falta, isto é, a impossibilidade e a opacidade do sujeito e do seu dizer estão relacionados com a “natureza” deles, ou seja, do sujeito, enquanto disperso e nômade e do dizer, enquanto fragmentado e no agenciamento; e com o fato de que só há fragmentos e partes que se remetem umas aos outros num regime de conexão e desconexão que, por sua vez, remetem a uma totalidade aberta; isto é, não se totalizam e não se completam.

Com a ética da diferença, reforçando que ética, estética e política não se separam, temos também uma estética da diferença, uma política da diferença, que implica considerar as diferenças dos modos de viver, pensar e existir; de afetar e se ser afetado. Tal ética coloca em causa nossos esquemas de cognição, nossas certezas e parâmetros de normalidade, a partir dos quais nos questionamos, por exemplo, sobre manter um diálogo sem campo aparentemente compartilhado, ao mesmo tempo que colocamos a necessidade de dar certo reconhecimento ao outro, ao que é dito, ao inaudível e ao informe. Nesse sentido, o encontro como experimentação, o AT, como clínica, se colocou e se coloca com este posicionamento ético.

Embora não haja possibilidade de conhecimento ou reconhecimento cognitivo do sujeito, do seu dizer, do inaudível e do informe, do ponto de vista de uma razão instrumental, totalizante e utilitarista, que poderia colocar algo feito ou dito sob categorias nosográficas (afasia ou ecolalias, por exemplo) ou morais-pedagógicas (o que se deve fazer ou o que não se deve fazer), há a experimentação enquanto diferença, experimentação que não diz de um conhecimento ou reconhecimento de um sujeito individualizado ou identificado pelo seu dizer, por suas falas ou por seus equívocos, mas diz da experimentação de uma diferença pela qual se passa ao afetar e ser afetado no processo de subjetivação em seus arranjos e desarranjos.

Traçamos como tese um percurso entre a clínica do AT como experimentação, como modo de fazer clínica, destacando o procedimento linguístico que Paulo inventava; a cartografia

como método de intervenção-criação; e o percurso acadêmico teórico e conceitual, que não deixou de incidir sobre a pesquisa.

Nos encontros com Paulo, a deriva-cartográfica em seu *intervenire*-intervenção, como experimentação, colocou em jogo diferentes regimes de corpos e de semióticas em função de atividades que, no caso cartografado, consistiu em atividades como filmar, editar e assistir o vídeo, pintar, desenhar, além de passeios pelas praças, visitas a museus, conversas, diálogos, silêncios, desentendimentos, enfim, elementos materiais e semióticas. As atividades estavam em função da relação e implicação que se constituiu entre acompanhado e acompanhante, tomadas no agenciamento e como agenciamento, no processo de subjetivação e no território que Paulo está inserido, individuado, com seu modo de se relacionar, suas memórias, sentimentos e os discursos familiares, habituais e suas coordenadas semióticas que incidem ou organizam esse território.

Com a intervenção cartográfica, abriu-se a possibilidade de, pelo fato de não nos atermos às significações dadas e por não considerarmos o sujeito individuado e dado de uma vez por todas, abrimos aos efeitos do [não-]sentido, do não saber, do diagramático, da experimentação, isto é fazer valer a função de agenciamento e de fazer bascular o agenciamento no AT.

De outro modo, queremos dizer que a questão estava em torno de afetar e ser afetado e não significar, ou ressignificar. Nesse agenciamento, a linguagem significante não tem, não dá ou fornece “comunicação” entre os elementos agenciados e nem o discurso vai ser o liame para tal ligação. Os elementos, matérias e semióticas agenciados são atravessados por uma semiótica assignificante do plano de imanência.

É dessa dispersão, caos e embate engendrados pelo plano de imanência, e nessa atmosfera que Paulo, para quem, em outros lugares, era dito o que fazer, o que falar e como falar, ou que era corrigido ou mesmo ignorado ou antecipado, “traduzido” ou “dublado”, deslocou-se ou foi deslocado (experimentação / função de produção, criação, invenção) – o que também implicou outro processo de subjetivação, mas no qual se considerou o processo e, como tal, um sujeito disperso e nômade, além de se considerar os sentidos como [não-]sentido.

Dito de outro modo, Paulo estava ou se encontrava individuado, levado e colocado no estrato de organização de um mundo dado – implicado um processo de subjetivação, mas o qual, cristalizado em torno de um sujeito e suas significações, resulta num sujeito a respeito do qual se poderia dizer que ele se apresenta com “dificuldades de linguagem, de aprendizado ou problemas cognitivos”, mas que ainda poderia entender o que é dito e se colocar ou pode ser colocado segundo a linguagem conforme.

Entretanto, levando em conta a experimentação, Paulo foi deslocado ou deslocou-se dos estratos da organização médico-psico-pedagógico que distribuia as funções e os funcionamentos. Esse deslocamento e descolamento implica dizer que Paulo se afeta pela diferença produzida nos (des)encontros como “lugares” de experimentação e passagem.

A experimentação não parte de uma boa vontade, somos agarrados, levados pela experimentação. É um caso de afeto. Nos encontros, o corpo busca-produz-experimenta-constui-se de (e em) afetos descodificados, não representados e pelos quais é arrastado. Não é possível prever a experimentação, embora ela aconteça a cada instante, pois ela não traz a síntese, o sujeito ou o significado acoplados.

A experimentação está em função de um percurso. Não há, então, lógica prévia, mas uma lógica que se dá ao afetar e ser afetado. Uma lógica dos sentidos. A tradição do pensamento ocidental diz que há um princípio que antecede um processo, mas nesse caso, para os encontros no AT, o princípio é contemporâneo ao processo. Em tal processo, o sujeito individuado “Paulo” porta sujeitos larvares e há que se ver quais heterogeneidades entrarão em [des]conexão. Embora o sujeito seja larvar e disperso, ele comporta potência, ele agencia e é agenciado.

No percurso dos encontros foi que uma interpelação-interpretação-*intervenire* pode fazer-se agarrar (*grasping*), sem contudo, tentar recobrir o [não-]sentido e o equívoco projetando uma significação sobre e para um sujeito fixo (pessoa ou indivíduo) ou uma subjetividade cristalizada que seria seu produto (produto da significação e da subjetividade). Tal subjetividade cristalizada levaria à organização significante, significação, linguagem e subjetividades conforme padrões, maiorias, representações e convenções sociais.

Outro deslocamento foi o que insidiu sobre ‘A mãe’. Esse deslocamento pode ser visto nas mudanças nos modos como ela disse para ele falar comigo e resolver se sairia ou não para nossas atividades; pode ser visto, também, no modo como ela banca as mudanças pelas quais ele estaria passando, o que, de certo modo, aumentou suas preocupações. Entretanto, com esse deslocamento, pareceu-nos que ela saíra da condição de ‘tradutora’, que antecipava e significava o que Paulo faria ou falaria.

O que queremos colocar é que nesse percurso-processo, o procedimento fez e faz o AT com Paulo jogar com a topografia-cartografia dos territórios familiares e habituais, entre estratificação e experimentação, isto é, com a topologia dos planos, seus agenciamentos e basculamentos. Desse modo, eles, o [não-]sentido ou equívoco e a experimentação, compuseram um processo de subjetivação e produção de sentido no qual o sujeito disperso, como um efeito evanescente desse processo de dessubjetivação, se encontra deslocado no

tempo da produção de sentido como efeito do encontros de corpos, afetar e ser afetado, no tempo do Acontecimento – Aion.

Afetar e ser afetado está em função do funcionamento do inconsciente e é imanente aos processos que citamos, isto é, a experimentação, os agenciamentos, os afetos são inconscientes ou atravessados pelo inconsciente como fábrica-produção. O inconsciente, a experimentação, os processos de subjetivação, e o acontecimento compõe-se em uma estética dos modos de vida nos quais temos misturas de corpos e regimes de enunciação como composição estética, ou seja, como experimentação estética. Pensar a composição, a criação, a polifonia das formas de expressão, comprehende pensar a vida como obra de arte, como ficção. A vida não tem razão ou exige razão, mas tem ou se constitui em uma composição estética e essa composição é atravessada pelo inconsciente.

Através da tese, pensamos ter também elementos para problematizar o equívoco de que a linguagem verbal teria sido rechaçada pelos autores, em privilégio da experimentação imaginária do corpo. O fato é que a linguagem verbal e o corpo devem ser experimentados como agenciamento de corpos e de enunciação que não se reduz à linguagem significante e nem ao corpo como coisa ou estado de coisas, de modo que nem a linguagem e o corpo são redutíveis entre si.

Com vimos, o que há entre coisas e a linguagem, entre conteúdo e expressão, é uma disjunção. A linguagem não representa o corpo e nem o corpo se deixa representar na linguagem. Considerar a linguagem como experimentação é colocar em pauta essa problemática. Apenas rechaçar a linguagem como se fosse puramente verbal é justamente cair no engodo disso que se diz.

A clínica do AT, uma vez transversalizada pela problemática da linguagem, aponta a potência de uma escuta-interpelação-intervenção do território como agenciamento, e da desterritorialização como processo. Uma escuta e intervenção que se abra aos efeitos do [não-]sentidos e à sua indeterminação nos processos de subjetivação, sem querer, necessariamente, remeter a significados, sentidos e a sujeitos já dados. Por outro lado, isto significa levar em conta a enunciação em seus agenciamentos nos encontros, e por isso, talvez, levar mais em conta os desencontros que os encontros.

Nesse contexto, considerando a construção da hipótese orientadora a partir dos encontros e dos modos de Paulo se expressar, e das problematizações do território de filosofia de Deleuze e Guattari, e alguns interlocutores, dizemos que a linguagem como experimentação deve estar desvinculada do modo comum como a linguagem pode ser vista, isto é, a linguagem

vai além das regras gramaticais; a linguagem vai além da função de significar o mundo; a linguagem não se reduz ao simbólico; a linguagem não se limita a referenciar as coisas; a linguagem não se reduz a comunicar ou tornar algo comum, nem mesmo informar.

Ao dizer isso, podemos apontar que a linguagem como uma experiência de singularidade é também uma experiência das relações intensivas de força, da relação do afetar e de ser afetado; implica e está implicada no acontecimento e como acontecimento; implicada e desdobrada também por uma experiência pré-subjetiva ou de dessubjetivação.

Essa linguagem, na experiência intensiva ou estética, coloca um indivíduo em cena, paradoxalmente, na cena do agenciamento coletivo, isto é, num processo de individuação que se dá, inevitavelmente, no coletivo da relação de forças. A linguagem como experiência estética, em seu agenciamento, não forma um discurso no sentido de uma organização e estabilização dos sentidos, mas é, paradoxalmente, a condição para os discursos ou é tomada em outros discursos, segundo o modo dos agenciamentos em que se constitui. Diria que poderia haver uma experimentação estética de linguagem atravessando os agenciamentos, segundo suas possibilidades discursivas e não discursivas, segundo a capacidade dos agenciamentos de bascular, de fazer valer os processos de dessubjetivação.

Nessa concepção, o conceito de agenciamento é a unidade complexa, a partir da qual se poderá entender a enunciação, os regimes de corpos, os regimes de signos, assim como os processos de composição de territórios existenciais, seus processos de des(re)territorialização, seus processos de subjetivação e individuação na clínica do AT.

REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, C.; BERTOLDO, E. S. A constituição de corpora em Linguística da Enunciação. In: SILVEIRA, E. M. (Org). **As bordas da linguagem**. Uberlândia: Edufu. 2011. p. 121-133
- ALMEIDA, J. **Estudos deleuzeanos da linguagem**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- ALVARENGA, C. **Trânsitos da clínica do Acompanhamento Terapêutico (AT)**: da via histórica à cotidiana. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17178/1/CalvarengaDISSPRT.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2019.
- ARAÚJO, F. **Um passeio esquizo pelo Acompanhamento Terapêutico** – dos especialismos à política da amizade. Niterói. 2006.
- BARROS, R. B.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.), **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguistica Geral II**. Campinas: Pontes Editores, 1974.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguistica Geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- BERTOLDO, E. S. Discurso e enunciação: implicações da emergência do sujeito. In: AGUSTINI, C.; BERTOLDO, E. S. (Orgs). **Linguagem e enunciação**: subjetividade,- singularidade em perspectivas. Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 71-83
- BIRMAN, J. Os signos e seus excessos. A clínica em Deleuze In: ALLIEZ, E. (Org.). **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- BLANCHOT, M. **A conversa infinita**. Tradução de Aurélio Guerra Neto. São Paulo: Escuta, 2010.
- BRANDALISE, F.; ROSA, G. L. Velhas estradas, caminho novo – Acompanhamento Terapêutico no contexto da reforma psiquiátrica. **Cad. Bras. Saúde Mental**, Vol 1, nº1, jan-abr. 2009 (CD-ROM).
- CARVALHO, S. S. **Acompanhamento terapêutico** – que clínica é essa?. São Paulo: AnnaBlume, 2004.
- CAUCHICK, M. P. **Sorrisos inocentes, gargalhadas horripilantes** – intervenções no acompanhamento terapêutico. São Paulo: Annablume, 2001.
- CHAUÍ-BERLINCK, L. **Andarilhos do Bem**: os caminhos do Acompanhamento Terapêutico. 2011. 173 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DAVI-MÉNARD, M. **Deleuze e a psicanálise**. Tradução Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DELEUZE, G. **A ilha deserta e outros textos**. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2006.

DELEUZE, G. **A lógica do sentido**. 5. Ed. Tradução Luiz Roberto Salinas. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DELEUZE, G. **Bergsonismo**. 2ª Ed. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 1999.

DELEUZE, G. **Cinema 2: A Imagem-tempo**. Tradução de E. A. Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G. **Conversações**. 2. Ed. Tradução de Peter P. Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2010a.

DELEUZE, G. **Crítica e Clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. São Paulo: Relógio D'Água Editores, 2000.

DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DELEUZE, G. **Proust e os Signos**. 2. Ed. Tradução de Antônio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka, por uma literatura menor**. Tradução de Cíntia Vieira da Silva. São Paulo: Ed. Autêntica, 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1995a. v 1.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Ana Lúcia Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo, SP: Ed. 34, 1995b. v 2.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Sueli Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1996. v. 3.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 2. Ed. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Sueli Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 2012. v. 4.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Tradução de Luiz B. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010a.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munhôz. São Paulo: Ed. 34, 2010b.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Ed. Escuta, 1988.

DIAZ, E. **A filosofia de Michel Foucault.** Tradução de Cesar Candiotti. São Paulo: Unesp, 2012.

DOSSE, F. **Gilles Deleuze & Felix Guattari** - Biografias Cruzadas. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ESCÓSSIA, I; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre, RS: Sulina, 2009. p. 92-108

FISCHER, R. M. B. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FLORES, V. N. A enunciação e os níveis da análise linguística. In: AGUSTINI, C; BERTOLDO, E. S. B. (Orgs.). **Linguagem e enunciação:** Subjetividade-singularidade em perspectivas. Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 27-41

FLORES, V. N.; SILVA, C. L. C. Os estudos enunciativos da linguagem e suas relações com a linguística e com as áreas conexas. In: SILVEIRA, E. M (Org). **As bordas da linguagem.** Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 97-119

FOGEL, G. **Sobre o Desaprendizado do símbolo ou da experiência da linguagem.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** 7 ed. Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas.** 9 ed. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GONDAR, J. Uma clínica política: a psicanálise com Deleuze. **Pulsional:** Revista de Psicanálise, ano 22, n.2, p.58-72, junho 2009.

GUATTARI, F. **Caosmose** – um novo paradigma estético. Tradução de Ana Lúcia Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 2012.

GUATTARI, F. **O Inconsciente Maquínico - Ensaios de Esquizoanálise.** Campinas: Papirus, 1969.

GUATARRI, F; ROLNIK, S. **Micropolíticas: Cartografias do desejo.** 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

HEUSER, E. M. D. **Pensar em Deleuze** – Violência e empirismo no ensino de filosofia. Ijuí: Unijuí, 2010

JACQUES, P. B. Circulação de Ideias Situacionistas no Campo do Urbanismo. In: JAQUES, P. B. (Org.). **Apologia da deriva** – Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 25-30

LACAN, J. **O seminário 23: o sinthoma**. Tradução de Jachque-Alain Miller. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LAPLANTINE, C. **Emile Benveniste: a teoria da poética**. 2008. Tese (Doutorado). Universidade de Paris, França, 2008.

LARROSA, L; SKLIAR, C. **Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2011.

LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. Tradução de Paulo Domenech Oneto. São Paulo: Edições Sesc, 2014.

LOPES, Luiz Manoel. **A teoria do sentido em Deleuze**. 2006. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

MACHADO, R. **Nietzsche e a verdade**. 3 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

MOSÉ, V. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MUYLAERT, M. A. AT como dispositivo clínico: uma perspectiva da esquizoanálise. **Psyche**, ano X, n. 18, p. 109-114, setembro, 2006.

NASCIMENTO, R. D. S. **A teoria dos signos na filosofia de Gilles Deleuze** – focos de elaboração semiótica em *Proust e os Signos, Lógica do sentido e O anti-édipo*. 2007. Tese (Doutorado), Campinas, 2007.

NIETSCH, F. **O nascimento da tragédia**. Tradução: J. Guinsburg. São Paulo: Shwarcz, 1992.

PALOMBINI, A. L. **Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: a cidade – contribuições do Acompanhamento Terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica**. 2007. 200 f. Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, 2007.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 151-171

PASSOS, E; EIRADO, A. Cartografia como método de Pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 109-130

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L (Orgs). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção xde subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELBART, P.P. **Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

PELBART, P. P. Do livro como experiência à vida como experimentação In: **Cult Dossiê Michel Foucault**, ano 17, jun 2014.

PINTO, D.C. M.; MARQUES, S.T (Orgs). **Henry Bergson, Crítica do negativo e pensamento em duração**. São Paulo: Alameda, 2009.

PORTO, M.; SERENO, D. Sobre Acompanhamento Terapêutico In: A CASA (Org.). **A rua como espaço clínico**. São Paulo: Escuta, 1991.

PRADO, T. **Foucault e a linguagem do espaço**. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: PUC, 2018.

PRIEUR, J.M. Observações sobre a linguagem em Psicanálise. In: AGUSTINI, C; BERTOLDO, E. S. (Orgs). **Linguagem e enunciação: subjetividade-singularidade em perspectivas**. Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 17-26

ROLNIK, S. Clínica Nômade. In: EQUIPE DE ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS DO INSTITUTO A CASA (Orgs.). **Crise e Cidade: Acompanhamento Terapêutico**. São Paulo: EDUC. 1997. p. 83-97

SANCHES, A. **Máquinas, corpos sem órgãos e pulsões**. Um diálogo entre o anti-édipo de Deleuze e Guattari e a metapsicologia freudiana. Dissertação (Mestrado). Ufscar. 2008.

SCHAFFER, M; FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B (Orgs). **Aventuras do sentido – psicanálise e linguística**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

TEIXEIRA, M. **Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

VIDAL, E. A. Heterogeneidade Deleuze – Lacan. In: ALLIEZ, E. (Org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. Trad. Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Ed. 34, 2000, p.479-494.

ZOURABCHVILI, F. **Deleuze: filosofia do acontecimento**. Tradução de Luiz. B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2016.

ZOURABCHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Tradução de André Telles. Digitalização e disponibilização da versão eletrônica. Centro Interdisciplinar de Estudo em Novas Tecnologias e Informação. Ifch-unicamp scienti.ifch@gmail.com , 2004.